

SONHOS DE ABRIL. A LUTA PELA TERRA E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E EM PORTUGAL
- os casos de Eldorado dos Carajás e Baleizão

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Caetano De' Carli



Caetano De' Carli

SONHOS DE ABRIL. A LUTA PELA TERRA E A REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E EM PORTUGAL - os casos de Eldorado dos Carajás e Baleizão

Tese de Doutoramento em Pós-colonialismos e Cidadania Global, orientada pelo Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos, coorientada pelo Professor Doutor Pedro Hespanha e apresentada ao Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Fevereiro de 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Caetano De'Carli Viana Costa

**SONHOS DE ABRIL. A LUTA PELA TERRA E A
REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL E EM PORTUGAL**
os casos de Eldorado dos Carajás e Baleizão.

Tese de Doutoramento em Pós-colonialismos e Cidadania Global, apresentada à Faculdade de Economia da
Universidade de Coimbra para a obtenção do grau de Doutor.

Orientador: Prof. Doutor Boaventura de Sousa Santos; Coorientador: Prof. Doutor Pedro Hespanha.

Coimbra, 2014

À Gena, Tal, Lali e Deco.

Em memória de Evandro Viana Costa e Jaidette Aroxa De Carli

Agradecimentos

Uma tese de doutorado nunca é um trabalho plenamente individual. No meu caso não foi diferente, jamais conseguiria ter concluído essa etapa da minha vida sem o suporte de pessoas que me apoiaram, me incentivaram, me ajudaram e me deram forças para concluir esse processo. Em primeiro lugar agradeço a Gênova e a Tal, por terem desde muito cedo, investido boa parte da vida deles na minha educação, desde os primeiros meses de vida até os dias de hoje. A dívida que tenho com eles é impagável e tudo que posso oferecê-los é a mais sincera gratidão. Agradeço também às pessoas da minha família que, sempre que necessário, me apoiaram de todas as formas imaginadas ao longo desses quatro anos: Deco, Luiza, Albânia, Itália, Neneca, Polly, Oswaldo, Duca, Valença, Guga, Guiga, seu Manuel, Madalena, Natália, Jesus, Diana, Arthur, Hugo, Frankilin, Tamara, Júlia, Marcelo, Matheus, Davi, Andreia, Fernando, Raphael, Carol, Tiago, Bibica, Uca, Amalita, Glorita, Felipe, Luciana, Thiago, Amanda, Lúcia, seu Tonho, Rejane, seu Roberto, Mita, Amália, Helena, Martha, Bá, Beth, Pitoco, Oca, Teca, Dona Maria, Paulo, Rosa, Miguel, Joel, Patrícia, Carol, Zé, Dudu, Carol, Mariana, Isabela, Leo, Roberta, Serginho, Arthur e Clarinha. Um agradecimento mais do que especial a Lalinha por ser minha vida, meu amor, minha inspiração e pelas leituras atentas e revis.

Essa tese só seria possível graças a todo o suporte que recebi pelo Centro de Estudos Sociais, especialmente dos meus orientadores, o professor doutor Boaventura de Sousa Santos e o professor doutor Pedro Hespanha. As horas de conversas e reuniões transformaram um conjunto impreciso de ideias numa tese de doutorado. As ideias brilhantes dessas mentes brilhantes certamente fizeram toda a diferença no produto final da tese. Agradeço também à professora doutora Maria Paula Meneses, a Lassalet Paiva, a Carlos, a dona Francisca, à professora doutora Margarida Ribeiro, professor doutor José Manuel Mendes, professor doutor Clemens Zobel e o professor doutor Giovanni Alegretti.

Na minha chegada a Portugal, tive o apoio valioso de Júlia e Rodrigo que não somente foram os principais incentivadores da decisão de estudar em Coimbra, como me receberam e hospedaram durante três meses naquele saudoso apartamento na Rua Sá de Miranda, 49. Agradeço também a meus amigos e amigas de Coimbra com quem compartilhei momentos de extrema felicidade e de algumas dificuldades, em especial a Paulinho, a Bruno Andrade, a Giulio Mattiazzi, a Mauricio, a Bruno Diniz, a Isa, a Lúcia

Helena, a Nil, a Roni, a Carol, a Pablo, a Elizardo, a Lidiane, a Léo, a Thais, a Neiará, a Criziani, a Leandrino, a Kiko, a Vico, a Aline, a Luciane, a Rangel, a Hugo, a Alexandra, a Karine, a Rinah, a Geraldo, a Juca e tantos outros. Um agradecimento sincero a Thiago e Sérgio do café Tropical, local que foi uma grande fonte de inspiração e alegrias.

Essa tese é dedicada ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), onde guardo muitos amigos e pessoas que alimentaram também esse projeto, em especial, Paulinho, Gislei, Gustavo, Jean, Patrick, Elmano, Tônico, Luiz, Tiago, Thiago, Paola, Alexandre, Marina, Humberto, Rascunho, Pedro, Meire, Cris, Wanderlúcia, Evelane, James, Henrique, Dani, Neto, João Paulo, Camilo, Miguel, Alexandre, e tantos outros com quem tive ensinamentos que foram cruciais para o desenvolvimento dessa tese. Em especial agradeço aos companheiros do MST Pará e do Assentamento 17 de Abril, principalmente Dona Maria Zezuíta, que me recebeu em sua casa durante o trabalho de campo, e também Maria Raimunda, Isabel, Mercedes, Débora, Charles, Wanderlan, Alan, Carlos, Uiwagner, seu Ceará, seu Laurindo, Luis Lima, Dimas e todos os demais que encamparam essa pesquisa.

Agradeço ainda as pessoas que foram muito importantes no desenvolvimento da pesquisa em Portugal, como o professor doutor Fernando Oliveira Baptista e a professora doutora Margarida Fernandes. Agradeço especialmente ao Arquivo da Reforma Agrária em Montemor-o-Novo e ao Centro de Documentação 25 de Abril de quem sempre tive todo o suporte para o desenvolvimento da pesquisa documental sem a qual certamente essa tese ficaria incompleta. Agradeço a Ricardo e Vanessa por terem me presenteado com uma reprodução do quadro sem título de Álvaro Cunhal que reproduzo aqui na capa dessa tese. Em Baleizão, um sincero agradecimento ao presidente da junta de freguesia Sr. Silvestre, que me recebeu amistosamente na aldeia e me fez conseguir dar início a minha pesquisa. Agradeço também a seu Zé Ambrósio que tanto me ajudou na pesquisa empírica, sem o qual não podia ter conseguido entrevistar quem entrevistei. E a Maria Catarina Eufémia do Carmo por ter me concedido uma preciosa entrevista e me ter permitido digitalizar o livro de memórias de seu falecido pai Antônio José do Carmo. Essa tese também é dedicada à memória de todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais de Baleizão.

Em Recife, agradeço ainda ao professor doutor Remu Mutzenberg por ter me recebido no Departamento de Sociologia da UFPE, com quem fiz um importante e frutífero

contato. Agradeço também ao professor doutor José Raimundo Vergolino, por desde minha graduação ter investido em minha capacidade de pesquisa, a quem também devo uma grande ajuda na parte bibliográfica de Marabá. Por fim, agradeço aos amigos inseparáveis as quais conversas sempre contribuíram para minha opinião a respeito de tudo nessa vida, Glauber, Chico, Bruno, Bruno, Jamerson, Alex, Gustavo, Josias, Peixotinho, Érick e Zé Gomes.

Agradeço ao professor doutor Filipe Vasconcelos e a Lorena De Carli pela revisão dessa tese.

Agradeço à FCT por ter financiado essa tese.

Financiamento:

Esse projeto foi financiado pela Fundação de Ciência e Tecnologia (FCT).

Zeca Afonso, *Cantar Alentejano*

Chamava-se Catarina,
o Alentejo a viu nascer
Serranas viram-na em vida,
Baleizão a viu morrer

Ceifeiras na manhã fria,
flores na campa lhe vão pôr
Ficou vermelha a campina,
do sangue que então brotou

Acalma o furor campina,
que o teu pranto não findou
Quem viu morrer Catarina,
não perdoa quem matou.

Aquela pomba tão branca,
todos a querem p'ra si
Oh Alentejo queimado,
ninguém se lembra de ti.

Aquela andorinha negra,
bate as asas p'ra voar
Oh Alentejo esquecido,
inda um dia hás de cantar.

Hamilton Pereira, *A Pedagogia dos Aços*

Candelária,
Carandiru,
Corumbiara,
Eldorado dos Carajás.

Há cem anos
Canudos,
Contestado
Caldeirão...

A pedagogia dos aços golpeia no corpo essa atroz geografia...

Há uma nação de homens
excluídos da nação.
Há uma nação de homens
excluídos da vida.
Há uma nação de homens
calados,
excluídos de toda palavra.
Há uma nação de homens
combatendo depois das cercas.
Há uma nação de homens
sem rosto,
soterrados na lama,
sem nome,
soterrados pelo silêncio.

Eles rondam o arame
das cercas
alumiados pela fogueira

dos acampamentos

Eles rondam o muro das leis
e ataram no peito
uma bomba que pulsa:
sonho da terra livre.

O sonho vale uma vida?
Não Sei. Mas aprendi
da escassa vida que gastei:
a morte não sonha.

A vida vale um sonho?
A vida vale tão pouco
do lado de fora da cerca...

A terra vale um sonho?
A terra vale infinitas
reservas de crueldade,
do lado de dentro da cerca.

Hoje, o silêncio pesa
como os olhos de uma criança
depois da fuzilaria.

Candelária,
Carandiru,
Eldorado dos Carajás não cabem
Na frágil vasilha das palavras...

Se calarmos, as pedras gritarão...

Resumo

A tese de Doutorado *Sonhos de Abril. A Luta pela Terra e a Reforma Agrária no Brasil e em Portugal – os casos de Eldorado dos Carajás e Baleizão* debate a reforma agrária nesses dois países, atento para seus dilemas no passado e no presente. O objetivo dessa tese é compreender como a reforma agrária representou nesses casos uma política de emancipação social de efeitos estruturais. Também se compreende nessa tese como a contra reforma agrária nos dois países representou uma política de regulação social de restauração da hegemonia da propriedade privada sob a propriedade fundiária no meio rural. Os casos analisados serão o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás (para o caso brasileiro) e a UCP Terra de Catarina em Baleizão (para o caso português). A hipótese de trabalho é que as reformas agrárias brasileira e portuguesa foram destituídas pelos limites da emancipação social sob a regulação do Estado e do Direito, que age, neste último caso, em prol da defesa irrestrita do direito de propriedade, em contraposição a outros direitos democraticamente constituídos. Por um lado, afirma-se que as reformas agrárias brasileira e portuguesa emergiram a partir das possibilidades emancipatórias de um processo histórico particular, mas que combinou, pelo menos, três fatores genéricos: a ocorrência de um conflito social no campo, a ocorrência de um movimento social massivo e a ocorrência de brechas institucionais em nível de Estado e de Direito. Por outro lado, essas possibilidades foram desaparecendo, à medida que se restaurava o poder regulatório do Estado sobre a inviolabilidade do direito de propriedade. A metodologia da pesquisa foi plural. Realizaram-se entrevistas, observação participante – dentro da perspectiva do método do caso alargado tal qual desenvolve Santos (1983) e Burawoy (1998) – e análise de documentos pesquisados no Arquivo da Reforma Agrária em Montemor-o-Novo e no Centro de Documentação 25 de Abril. Um dos resultados dessa pesquisa aponta que o processo de reforma agrária nos dois países não possuíam características plenamente reformistas em razão de representarem características anticapitalistas, justamente atentando contra a hegemonia da propriedade privada. As políticas contra reforma agrária, dessa forma, estabeleceram-se como políticas de restauração ou consolidação do capitalismo no meio rural. Isso explica, portanto, a falta de possibilidade da implementação da reforma agrária em Portugal nos dias de hoje (mesmo o país passando por uma profunda crise

social e econômica) e o sucateamento da reforma agrária brasileira nos governos Lula (2003 – 2010) e Dilma (2011-2014).

Palavras-chave: Reforma Agrária, Luta pela Terra, Movimentos Sociais, Campesinato, Contra Reforma Agrária, Alentejo, MST.

Abstract

The PhD thesis *April Dreams. Land struggles and agrarian reform in Brazil and Portugal – the events of Eldorado dos Carajás and Baleizão* debates agrarian reform in these two countries and gives special attention for its dilemmas both in the past and the present. The main goal is to understand how land reform represented a politics of social emancipation of structural effects. One can also understand by reading this thesis that counter land reform had the role of a politics of social regulation in the restoration of the hegemony of private property over land ownership in rural areas.

The events analyzed are Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), the Assentamento 17 de Abril in Eldorado dos Carajás (Brazilian case) and UCP Terra de Catarina in Baleizão (Portuguese case). The hypothesis sustained is that both land reforms were destituted by the limits of social emancipation under the regulation of the state and law enforcement. That's because the state acts towards the unlimited defense for property rights over other democratically built rights.

On the one hand, one can claim that Brazilian and Portuguese land reforms emerged from emancipatory possibilities of a particular historic process. However, it combined at least three generic factors: the fact that a social conflict in site, a massive social movement and institutional gaps of the state and its law enforcement happened. On the other hand, these possibilities were disappearing as the state's regulatory power restored itself over inviolability of property rights.

The methodology used for the research was various. There were interviews, participant observation – based on the perspective of extended case method developed by Santos (1983) and Burawoy (1998) - and the analysis of documents from the Arquivo da Reforma Agrária in Montemor-o-Novo and at Centro de Documentação 25 de abril.

One of the conclusions inferred from the research was that the process of land reform in both countries didn't have the features of an actual reform. That's because it has anticapitalist features and goes against the hegemony of private property. Therefore, counter land reform politics were established as politics of restoration or consolidation of capitalism in rural areas. That explains the impossibility of implementing land reform in Portugal nowadays (even though the country is going through a deep social and economic

crisis) and land reform neglect during the mandates of Lula (2003-2010) and Dilma (2011-2014).

Key words: Land Reform, fight for land, social movements, peasantry, counter land reform, Alentejo, MST.

Lista de siglas e abreviaturas:

- ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
- AD – Aliança Democrática
- ADIM – Associação para a Defesa dos Interesses de Macau
- ALA – Associação Livre de Agricultores
- AOC – Aliança Operária Camponesa
- ARENA – Aliança Renovadora Nacional
- ASPECTRA – Associação dos Produtores do Assentamento 17 de Abril
- ATES – Assistência Técnica, Social e Ambiental a Reforma Agrária
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BPN – Banco Português de Negócios
- CAE – Crédito Agrícola de Emergência
- CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal
- CANG – Colônia Agrícola Nacional de Goiás
- CCP – Confederação de Comércio e Serviços de Portugal
- CDE – Centro Democrático Eleitoral
- CDS – Centro Democrático Social
- CEE – Comunidade Econômica Européia
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
- CEB – Centro de Estudos Bíblicos
- CES – Centro de Estudos Sociais
- CLOC – Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo
- CMPI – Comissão Mista Parlamentar de Inquérito
- CNA (Brasil) – Confederação Nacional dos Agricultores
- CNA (Portugal) – Confederação Nacional da Agricultura

CONCRAB – Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

COPAVI – Cooperativa Santa Vitória

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRRA – Centro Regional de Reforma Agrária

CRRAB – Centro Regional de Reforma Agrária de Beja

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DN – Diário de Notícias

EFTA – European Free Trade Association

EJC – Evolução da Juventude Camponesa

ELLA – Escola Latino-Americana de Agroecologia

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EPAC – Empresa para a Agroalimentação e Cereais

FEC M-L – Frente Eleitoral de Comunistas Marxistas Leninistas

FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

GETAT – Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins

GNR – Guarda Nacional Republicana

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR – Imposto Territorial Rural

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MAP – Ministério de Agricultura e Pesca

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDP – Movimento Democrático Português

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação

MES – Movimento de Esquerda Socialista

MFA – Movimento das Forças Armadas

MMC – Movimento de Mulheres Camponesas

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MUC – Movimento de União Cooperativo

OGMs – Organismos Geneticamente Modificados

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCP – Partido Comunista Português

PDC – Partido Democrata Cristão

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PIB – Produto Interno Bruto

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

PL – Partido Liberal

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PP – Partido Progressista

PPD – Partido Popular Democrático

PPM – Partido Popular Monárquico

PPS – Partido Popular Socialista

PRN – Partido Republicano Nacional

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PS – Partido Socialista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrata

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

RTP – Rádio e Televisão de Portugal

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura

SNI – Serviço Nacional de Inteligência

SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SRB – Sociedade Rural Brasileira

STADB – Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

UCP – Unidade Coletiva de Produção

UCPTC – Unidade Coletiva de Produção Terra de Catarina

UDP – União Democrática Popular

UDR – União Democrática Ruralista

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNE – União Nacional dos Estudantes

ZIRA – Zonas de Intervenção da Reforma Agrária

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo 1: A luta pela terra e as contradições da propriedade privada e do direito de propriedade.....	13
1.1 Contradição direito de propriedade x vontade geral.....	14
1.2 A teoria marxista da renda fundiária e a contradição terra – trabalho – capital.....	21
1.3 A questão da apropriação de modos de produção não capitalistas pelo capitalismo.....	29
1.4 As Circunstâncias atuais da inserção do capitalismo no campo.....	32
1.5 A reforma agrária e o horizonte pós-capitalista.....	39
Capítulo 2: Os movimentos camponeses	43
2.1 Sobre o camponato.....	43
2.2 A resistência camponesa.....	56
2.3 Consciência de classe e ecologia dos saberes – exercício de um diálogo.....	60
2.4 As consciências camponesas.....	72
Capítulo 3: As brechas no Estado e no Direito	75
3.1 Poderá o Direito do Estado ser revolucionário?	76
3.2 A democratização da terra enquanto democratização da democracia.....	98
Capítulo 4: As contextualizações gerais da reforma agrária no Brasil e em Portugal.....	105
4.1 A reforma agrária portuguesa.....	105
4.1.1 <i>Projetos de reforma agrária.....</i>	106
4.1.2 <i>O Alentejo antes do 25 de Abril.....</i>	110
4.1.3 <i>O 25 de Abril e a reforma agrária.....</i>	112
4.1.4 <i>A formação das UCPs.....</i>	120
4.1.5 <i>A contra reforma agrária.....</i>	124
4.2 A reforma agrária brasileira.....	129
4.2.1 <i>Projetos de reforma agrária pré-1964.....</i>	131
4.2.2 <i>A reforma agrária na ditadura militar.....</i>	138
4.2.3 <i>A reforma agrária na Nova República.....</i>	144
4.2.4 <i>A reforma agrária no século XXI.....</i>	163
Capítulo 5: Hipótese de trabalho e metodologia	169
5.1 Hipótese de trabalho.....	169
5.2 Metodologia.....	171
Capítulo 6: A luta pela terra e a reforma agrária em Portugal – o caso de Baleizão.....	191

6.1 Contextualização geral dos antecedentes do 25 de Abril.....	192
6.2 Baleizão e o 25 de Abril.....	195
6.3 A UCP Terra de Catarina.....	209
6.4 A revolução derrotada – regresso conservador no Alentejo.....	245
6.5 O fim da UCP Terra de Catarina.....	270
6.6 A Cooperativa Bandeira da Esperança	280
6.7 Avaliações sobre o 25 de Abril, a reforma agrária e reflexões sobre Baleizão em tempos atuais.....	282

Capítulo 7: A luta pela terra e a reforma agrária no Brasil – o caso de Eldorado dos Carajás.....285

7.1 A Amazônia, os grandes projetos nacionais e a região do Bico do Papagaio – breve contextualização da questão agrária na região de Eldorado dos Carajás.....	285
7.2 O 17 de Abril de 1996: os mortos e desaparecidos do massacre de Eldorado dos Carajás.....	298
7.3 Formas plurais de interesses e consciências campesinas.....	311
7.4 A formação do Assentamento 17 de Abril.....	317
7.5 O Assentamento 17 de Abril.....	322
7.6 As relações do Assentamento com o INCRA.....	332
7.7 As avaliações dos Assentados sobre os governos FHC, Lula e Dilma.....	340
7.8 Dilemas do MST e desafios na região.....	350
7.9 Novas esperanças: o discurso da agroecologia e a formação da juventude	366

Capítulo 8: Aplicação do modelo analítico comparativo.....385

Conclusão.....405

Lista das Referências Bibliográficas.....415

Introdução

Sonho que se sonha só, é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade.

Tradução de Raul Seixas, atribuída a John Lennon e Yoko Ono

Quando Kautsky definiu o termo questão agrária para explicar as relações entre terra, trabalho e capital na Alemanha, a questão da terra relacionava-se diretamente à agricultura e à pecuária, ao direito de propriedade, à reforma agrária, aos problemas de abastecimento alimentício de uma crescente população urbana e aos dilemas da produção camponesa versus produção capitalista e o contraponto de ambas com um tipo ideal de produção socialista (Kautsky, 1986). Esses termos continuam a ser importantes pontos de início de um debate sobre a questão da terra no início do século XXI, porém destaca-se que novas conjunturas remodelaram um conjunto de questões que trazem a temática da terra, com toda a pluralidade e a especificidade que a envolve, a um eixo central nas análises das ciências sociais sobre a contemporaneidade. Neste início de século, a questão da terra, da água, dos alimentos, dos minérios são eixos centrais de qualquer análise sobre a economia e a sociedade global, e deixaram de ser uma temática periférica nas ciências sociais (se é que alguma vez de fato foram periféricas). Atualmente, a questão da terra abrange tanto questões agrárias, quanto não agrárias, como envolve também a permanência de velhos problemas e debates. Essas questões são por vezes inter-relacionadas na prática empírica, mas, para fins analíticos, serão definidos alguns eixos centrais para esse debate.

1 – A maior inserção do capitalismo financeiro no mercado de terras, na exploração agropecuária, na mineração e na privatização das fontes de água potável. Verifica-se que não necessariamente o mercado de terras se restringe na atuação de empresas do setor agropecuário e extrativista, mas muitas vezes incluem àquelas empresas que dantes não se vinculavam com esse setor (Oliveira, 2013). A compra de terras acelera-se independente da atividade econômica produzida, tendo, como protagonistas, empresas de software, bancos, empresas automotivas e o mais variado número de acionistas. Em momentos de crises econômicas globais, há uma tendência para esse tipo de investimento ser mais contínuo, com a compra de grandes extensões de terras a servir como fundo de

reserva de mercado (Stédile, 2013, Oliveira, 2013). Nos ramos produtivos, o capitalismo financeiro global tende a monopolizar ou oligopolizar a produção agropecuária, a mineração, as fontes de água potável e as matrizes energéticas. No mercado de sementes e agrotóxicos, verifica-se essa tendência para a Monsanto, Bayer, Syngenta, Bunge e Cargil. No ramo da mineração, destacam-se as empresas: Suncor, Shenhua, Rio Tinto, Vale e BHP Billiton. A Coca-Cola Company e a Nestlé gradativamente seguem também a tendência de monopolizar o comércio de água potável global. No ramo de distribuição e logística, essa tendência verifica-se de duas formas, empresas em setores alimentares que detêm o monopólio de compra de produtos alimentícios a pequenos e médios produtores; ou redes de supermercados que centralizam a distribuição de produtos alimentícios em “marcas brancas”, muitas vezes produzidos em países onde a produção é menos onerosa, em concorrência desleal com pequenos produtores locais. O mercado de alimentos se insere como um importante setor do capitalismo global, transformando o alimento numa mercadoria global, com seus preços oscilando em sintonia com o mercado financeiro e com a baixa ou a alta do dólar (Stédile, 2013). Em consequência disso, evidencia-se uma gradativa queda na produção camponesa e no número de pequenos e médios proprietários nas economias em que esse processo esteja mais avançado. Soma-se a esse fato que o preço da terra e dos alimentos sofre uma escalada progressiva global que vem causando, segundo relatos das Nações Unidas, o aumento da fome no mundo.

2 – Um maior poder de expansão territorial da propriedade privada sobre a propriedade fundiária, em detrimento de outras formas de posse do território, como a posse comunitária, de grupos de camponeses, indígenas e quilombolas. A produção capitalista do espaço no mundo rural avança e se consolida em áreas de florestas, em territórios indígenas, quilombolas, camponeses, de comunidades ribeirinhas, de pescadores.

3 – Em detrimento a isso, ocorre, em termos de grupos sociais organizados, uma luta em torno de outras formas de territorialidades, de autonomia e reconhecimento para territórios tradicionais, e da relativização do direito de propriedade sobre a propriedade fundiária (Fernandes, 2013). Há uma nova importância de organizações sociais, ONGs e movimentos sociais camponeses, indígenas, quilombolas, de atingidos por grandes obras de energia, de atingidos pelo monopólio da água, de pescadores, de pequenos agricultores, de mulheres camponesas, de ambientalistas, movimentos eco-feministas, eco-socialistas. Nesse panorama, que se soma ao que tradicionalmente se chamou de luta pela terra

(conflitos por direitos trabalhistas e por reforma agrária) a luta pelo reconhecimento dos territórios tradicionais, como também de sua parcial ou completa autonomia política, jurídica, econômica, cultural e de identidade (Sauer, 2013).

4 – Uma crescente impotência política, típica do neoliberalismo, por parte dos Estados nacionais (Judiciário, Legislativo e Executivo) em mediar um confronto de interesses entre empresas transnacionais e grupos, comunidades e movimentos sociais prejudicados e atingidos diretamente por grandes investimentos no setor de mineração, energia, pecuária e agricultura extensiva, privatização da água e expansão da fronteira agrícola para zonas de povos tradicionais, como florestas e outros biomas naturais de populações indígenas, quilombolas, camponesas ou ribeirinhas. Numa situação de confrontos de interesses entre partes com poderes desiguais, atenta-se para uma situação que Santos denominou de fascismo social, na qual o lado mais forte consegue se impor sobre o lado mais fraco (Santos, 2003).

5 – A emergência de novas formas de lutas por direitos que convergem a uma temática comum: a terra. Com isso, o direito indígena, o direito quilombola, o direito dos povos, o direito das florestas, o direito da comunidade, os direitos humanos, o direito à alimentação, entrelaçam-se na temática do direito à terra. Essa nova convergência em torno da luta por tais direitos estabelece-se na práxis social das novas e antigas formas de lutas dos movimentos e organizações sociais emergentes no campo e na cidade que vem a estabelecer uma relação de oposição aos atuais meios de inserção do capitalismo na ruralidade e do maior poder de expansão da propriedade privada sobre a propriedade fundiária (Santos, 2003).

6 – Uma reconfiguração da questão ambiental e sua associação com reivindicações dos camponeses, dos indígenas, dos quilombolas, dos ribeirinhos, dos pescadores; mediando a formatação de outras perspectivas de produção, como, por exemplo, a agroecologia. Considerações ambientais mais tradicionais que assumem o discurso da possibilidade de uma catástrofe ambiental vir a destruir a vida no planeta, também se integram a alguns debates sobre a questão da terra, notadamente, a emissão de gases poluentes, a destruição de florestas, além de campanha de preservação de espécies (Santos, Meneses e Nunes, 2004).

7 – Novas formas de representação da terra emergem contrapondo-se a ideia iluminista de “natureza enquanto valor” como, por exemplo, natureza enquanto divindade, enquanto território comunitário, enquanto identidade e cultura de um grupo ou povo. Algumas questões da terra também passam a aglutinar a cultura de povos não-ocidentais que não necessariamente encaram a natureza como algo material, passando a considerá-la parte integrante de sua vida comunitária e de sua cosmologia (Santos, Meneses e Nunes, 2004).

8 – Novas formas de associação das temáticas da terra com a população urbana, como por exemplo: a segurança alimentar e nutricional, o controle no uso dos agrotóxicos e no uso de sementes geneticamente modificadas, o preço do alimento e o combate à fome.

9 – Crescente aumento do desemprego rural mediante os processos de mecanização da produção que também vem configurando novas formas de cidades rurais, que, em zonas onde o capitalismo de monopólio se apresenta combinado com o latifúndio e a monocultura, estão cada dia mais desertificadas e com a população envelhecida. O desemprego também convive, em certas áreas agrícolas do mundo global, com o trabalho extensivo, precário e, às vezes, até mesmo, com o trabalho escravo.

Mediante essa conjuntura, a questão da terra passa a ser um tema central no capitalismo global e nas sociedades contemporâneas, passando de uma temática específica da sociologia rural, ou das ciências agrárias, para uma temática mais abrangente.

Nesse trabalho nos ateremos a alguns elementos do debate em questão que envolvem pontos mais clássicos dos estudos agrários e da sociologia rural: a reforma agrária e a luta pela terra em Portugal e no Brasil, sobre os casos de Baleizão e da formação da Unidade Coletiva de Produção (UCP) Terra de Catarina, e de Eldorado dos Carajás e da formação do Assentamento 17 de Abril. Compreende-se que o estudo sobre a reforma agrária pode vir a dar uma importante contribuição ao debate sobre a questão da terra no século XXI por envolver questões que ainda são estabelecidas como cruciais para se compreender a ruralidade das sociedades ocidentais contemporâneas.

O imaginário da reforma agrária pode ser compreendido como uma tradução de sonhos. A tradução nesse caso implica no que Santos denominou de *diálogo intercultural de saberes*, ou seja, ser uma ponte entre o sonho e o conhecimento sociológico (Santos, 2007). Isso porque a reforma agrária representa um sonho de milhares de homens e

mulheres por justiça social. Sonho de liberdade de um cativo comum (mesmo em condições diversas de tempo e espaço): a terra. Àquela que a liberdade foi subjugada por um proprietário que cercou a terra, sob sua posse individualizada. A terra que também é a fonte de liberdade quando conquistada, realizando o sonho de terra livre, que está presente no imaginário ocidental, desde a analogia judaica de *Terra prometida* e da *libertação do cativo* dos hebreus retratada no Êxodo.

A reforma agrária é uma categoria heterogênea, que abrange vários significados e múltiplas dinâmicas sociais. Pode representar qualquer reforma política e social que visa a desapropriação de terras por trabalhadores camponeses ou pelo Estado com a intenção de atenuar a desigualdade fundiária. Pode ser compreendida, ainda, dentro de um sintetismo comum aos movimentos camponeses, como “ceder a terra para quem nela trabalha”.

Hespanha¹ sugere tratar a reforma agrária sobre duas perspectivas principais: enquanto política pública e como movimento social. Na primeira perspectiva, a reforma agrária seria resultado direto da ação do Estado – decorrente da pressão combinada ou não de movimentos sociais ou dos setores mais ativos do capitalismo agrário interessados em superar os limites da propriedade fundiária absentista e do latifúndio improdutivo. Na segunda perspectiva, a reforma agrária significa o elemento discursivo de uma demanda social própria dos movimentos camponeses, materializando-se em mobilização de massas, com seu momento mais efetivo nos movimentos de ocupação de terras e na organização de formas de produção alternativas. Estas duas perspectivas facilitam compreender a integridade da reforma agrária em seu conjunto, visto que a particular funcionalidade de cada tipo de reforma agrária ocorre seguindo dinâmicas diferenciadas, ainda que correlacionadas.

A ocorrência histórica da reforma agrária também é diversificada, já tendo a mesma sido materializada sobre diversos formatos, por vezes inter-relacionados. Assim, a reforma agrária pode ser materializada por ações de movimentos sociais camponeses, por um ator estatal com planejamento estratégico centralizador, ou como um projeto desenvolvimentista em termos capitalistas, ou com alguns desses fatores correlacionados.

¹ Hespanha, Pedro: comentário na defesa do projeto de doutoramento em 17 de Julho de 2011.

Em aspectos genéricos, há uma relação direta entre reforma agrária e concentração fundiária. Como afirma Silva, “a reforma agrária num determinado país é tanto mais necessária quanto maior for a desigualdade da distribuição da terra e mais numerosa a sua força agrícola atuante” (Silva, 1971: 22). A reforma agrária envolve diretamente a questão da desapropriação de terras e, em alguns casos, o reconhecimento de territórios comunitários tradicionais. De acordo com Silva: “reforma agrária é o processo amplo, imediato e drástico de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovido pelo Governo, com a ativa participação dos próprios camponeses e objetivando sua promoção humana, social, econômica e política” (Silva, 1971:38). Ou seja, não há formas de se pensar a reforma agrária sem a associação direta com a desapropriação das terras e alterações substanciais na estrutura fundiária em níveis locais, regionais ou nacionais.

Os objetivos da reforma agrária também variaram com o tempo e o espaço. Em termos de projeto político, a reforma agrária desempenhou ora um viés desenvolvimentista, ora um socialista. Por um lado, a reforma agrária favorece a circulação do capital, a ampliação do mercado interno nacional, a formação de uma classe média rural e o aumento de produtividade no campo. Por outro, ataca um dos pilares fundamentais do sistema capitalista: o direito de propriedade. Constata-se a existência de uma corrente de pensadores, tanto no Brasil quanto em Portugal, que defendia a reforma agrária, mesmo sem a considerar um rompimento com o regime capitalista. O discurso nacional-desenvolvimentista foi mais efetivo para se tentar convencer a burguesia, as camadas médias urbanas e os formadores de opinião de que o projeto da reforma agrária era viável economicamente e seria benéfico ao país. A maioria dos casos de militantes e intelectuais favoráveis da causa agrária, entretanto, era composta por membros de organizações sociais e políticas de esquerda (Stédile, 1994). Havia, portanto, uma tendência de alargar o debate da reforma agrária para um horizonte pós-capitalista.

O debate da reforma agrária nos dias de hoje ultrapassa a questão do nacional-desenvolvimentismo na medida em que, com a inserção do capitalismo financeiro no setor agropecuário – a agricultura camponesa e o *agribusiness* tornaram-se dois projetos incompatíveis um com o outro. Os movimentos camponeses, precisamente a Via Campesina, debatem a reforma agrária sob o viés do antagonismo com o sistema

capitalista. Com isso, a luta contra tal sistema torna-se o ponto-chave da bandeira dos movimentos camponeses.

Essas questões sobre a reforma agrária estão muito longe de encerrar o debate e as especificidades analíticas dessa temática. Ao contrário, tal debate é importante de ser repensado visto que nem o camponês, nem a terra, nem a economia agropecuária, nem a elite latifundiária, nem o Estado são mais os mesmos que eram na década de 1960. O caráter metamórfico de tais categorias levou à questão agrária uma miscelânea de velhos-novos atores, por vezes incompreendidos. E velhos-novos atores trazem consigo velhos-novos debates.

Defende-se nessa tese que a reforma agrária dinamizada pela luta pela terra é a política pública sobre a qual pode se consolidar um processo de mudança política (“radicalidade democrática”), social (desestruturando a tendência à concentração fundiária) e econômica (dualidade entre agricultura familiar x agronegócio e o produto agropecuário enquanto mercadoria global x valorização da economia local) dentro de perspectivas contra-hegemônicas ao capitalismo.

No caso brasileiro, a reforma agrária se consolidou numa pauta proposta por movimentos camponeses, católicos progressistas, técnicos de governo e também pela ala conservadora da Igreja Católica, pela Aliança Nacional pelo Progresso e pela própria cúpula decisória do regime militar. Na década de 1980, com o surgimento e a expansão do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) a todo território nacional, bem como de uma série de movimentos sociais urbanos e rurais, o projeto de reforma agrária ganhou outros contornos, em torno de uma agenda política da esquerda brasileira, que incluiu o desenvolvimento nacional e a erradicação da pobreza sobre horizontes pós-capitalistas. Em parte, a reforma agrária foi defendida pelo MST por essas duas vias: como elemento primordial para executar um plano de fortalecimento do mercado interno e da produção nacional (já que iria acabar com a improdutividade no campo), mas também como o principal pilar para se construir uma sociedade mais justa, nesse caso, o socialismo. Na década de 1990, principalmente a partir de 1996, a mobilização social capitaneada, entre outros movimentos, pelo MST, conseguiu estabelecer a reforma agrária como prioritária na agenda política nacional, materializando-se em uma infinidade de acampamentos e assentamentos espalhados pelo Brasil (Stédile, 1994). Na primeira década

do século XXI, mesmo com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), histórico aliado do MST, ao Governo Federal, a reforma agrária, enquanto política pública está relegada, em detrimento de uma agenda política que tem como prioridade a elevação do Brasil ao parâmetro de potência econômica mundial, paralelo a um bem sucedido projeto assistencialista de erradicação da miséria e ao surgimento de uma nova classe média urbana.

No caso português, a reforma agrária foi decorrente de um grande e efervescente período de mobilização dos trabalhadores rurais, nos anos subsequentes ao 25 de Abril. As motivações dos movimentos sociais rurais nos *Campos do Sul* (Baptista, 1978) são diversas, mas possuem alguns aspectos comuns como a péssima condição de vida dos agricultores, as relações dos latifundiários com o aparelho repressor do Estado Novo, o vácuo no poder e a simpatia do Movimento das Forças Armadas (MFA) pela reforma agrária, o que permitiu uma oportunidade política para um massivo processo de ocupação de terras nessa região, no “Verão Quente” de 1975. Particularmente no distrito de Beja, esse movimento teve influência direta do Partido Comunista Português (PCP), bem como todo o planejamento das áreas ocupadas, seguindo o modelo coletivo de produção. As UCPs foram formando-se nas Zonas de Intervenção de Reforma Agrária (ZIRA) por todo o território alentejano e parte do Ribatejo e Algarve. Baptista coloca que “de Março a Novembro de 1975 foram ocupados no Sul do País mais de um milhão e cem mil hectares, em que se estabeleceram cerca de quinhentas unidades de produção geridas por coletivos de trabalhadores” (Baptista, 1986:411). A situação política vivenciada por Portugal após o 25 de Abril também favoreceu esse processo já que diversas organizações populares em várias esferas da vida pública assumiram o poder político regional e local, desenvolvendo várias intervenções participativas, sobrepondo-se, muitas vezes, ao controle Estatal (Baptista, 1986). Nos distritos de Beja, Évora e Portalegre, a organização do movimento de ocupação de terras teve um protagonismo maior. A reforma agrária portuguesa, entretanto, foi totalmente desarticulada por um movimento de contrarreforma que decorreu desde o princípio do movimento de ocupação de terras. As primeiras ações conservadoras após o 25 de Abril levaram à descapitalização de terras, com tráfico de gado, destruição de lavouras, regados e instrumentos agrícolas (Baptista, 1978). Com a ascensão do Governo de Mário Soares, do Partido Socialista (PS) em fins de 1976, houve um claro retrocesso às políticas de Reforma Agrária, principalmente na gestão do ministro da agricultura e pesca

António Barreto. Apesar de haver garantias constitucionais da aplicação da reforma agrária, a lei Barreto ocasionou o início de uma política que iria desarticular totalmente o movimento de reforma agrária português. Assim, por um lado se intensificava o processo de devolução de terras aos antigos proprietários, por outro o completo desamparo público ao financiamento, ocasionando a falência de inúmeras UCPs e a subsequente reapropriação fundiária.

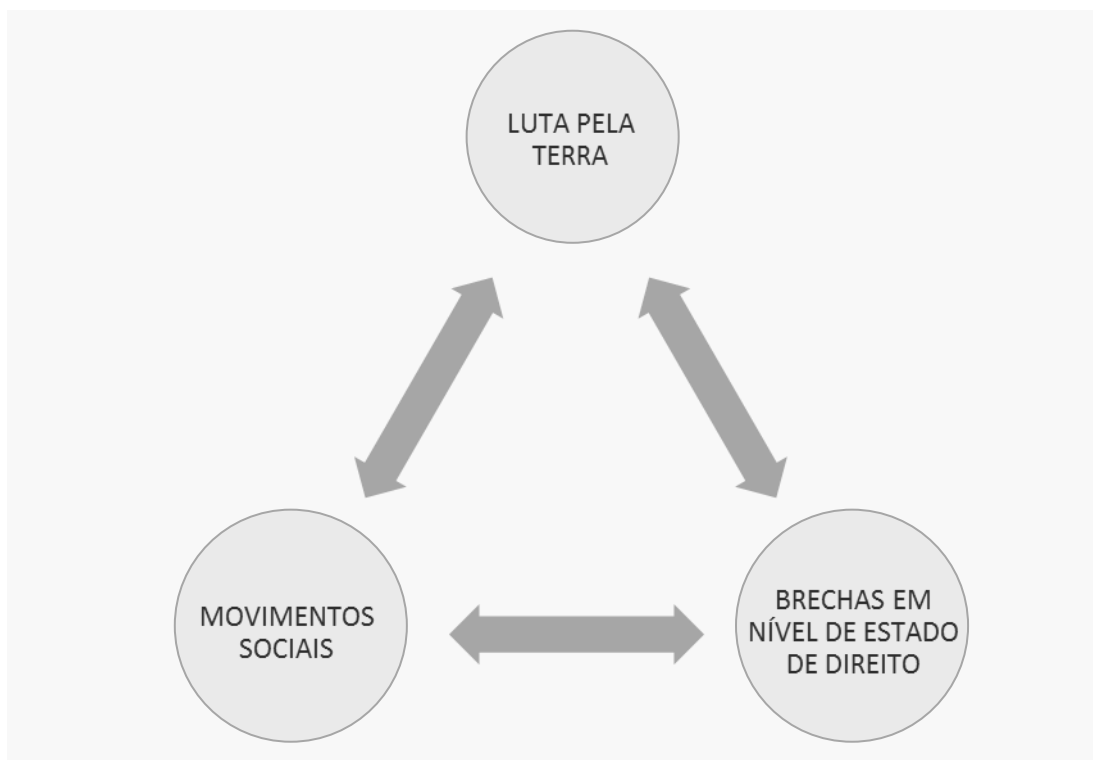
De acordo com essa conjuntura, levanto algumas problemáticas a serem debatidas nessa tese: pode haver democratização no sistema de posse da terra? Essa democratização é compatível com o capitalismo em seu atual estágio de inserção no meio rural? Quais são os efeitos políticos, sociais e econômicos para a população camponesa de uma política de reforma agrária eficiente, de uma política de reforma agrária deficiente ou ainda de uma total desarticulação da política de reforma agrária?

Para não tornar o debate mais impreciso, focar-se-á no desafio de uma análise sobre a reforma agrária e a luta pela terra a partir de dois casos, o Assentamento 17 de Abril, em Eldorado dos Carajás, e a UCP Terra de Catarina, em Baleizão. A análise comparativa se aprofundará num prisma temporal e espacial. O primeiro abrangerá as diferenças do que se convencionou chamar de modelo clássico da reforma agrária e como se pode pensar uma reforma agrária nos dias atuais. As diferenças do que era a reforma agrária na década de 1970 e o que é a reforma agrária hoje é um dos pontos fundamentais para se compreender as metamorfoses das relações terra, capital e trabalho nos dois países. O prisma espacial enfocará, ainda, as particularidades das relações da luta pela terra, em cada localidade, precisamente atento às diferentes relações entre movimentos camponeses e Estado.

Diante do desafio da análise comparativa, de acordo com as especificidades temporais e espaciais apresentadas, propõe-se pensar a reforma agrária a partir das relações de três variáveis sociológicas: a luta pela terra, os movimentos sociais camponeses e os espaços institucionais emancipatórios ao nível do Estado e do direito. Uma das hipóteses de trabalho é que a reforma agrária emerge a partir de uma matriz operativa que envolve essas três variáveis, desde seu processo mais elementar (a desapropriação simples da terra) ao seu processo mais complexo (a institucionalização de políticas públicas, de modelos alternativos de produção, de políticas de gênero, de desenvolvimento sustentável, de

viabilidade econômica dos assentamentos, entre outros). Denomino, portanto, essa matriz, como a matriz operativa da reforma agrária. Para exemplificar a hipótese, farei a seguinte ilustração:

FIGURA 1: MATRIZ OPERACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA



Fonte: Autor, 2013.

A variável luta pela terra emerge de duas contradições – a contradição direito de propriedade e vontade geral e a contradição terra – trabalho – capital. Nesse caso, o conceito de luta é usado para exprimir uma série de insatisfações em relação a essas contradições que podem vir a ser desde resignações individuais até movimentos sociais massivos, podendo ser também ambos. Este conceito está relacionado, portanto, a uma situação de luta, na qual podem derivar diversas formas de negociação e conflito.² A variável movimentos camponeses trata de uma forma específica de luta pela terra, na qual um movimento organizado emerge em prol de articular um grupo de trabalhadores rurais

² Nesse caso faço referência às teses de resistência escrava de Genovese (1988), Mattoso (1982), Reis (1989), Carvalho (1998), Chaulhoub (1990), Mattos (1995), Slenes (1999), que compreenderam o conceito de resistência escrava como formas cotidianas de resistências que eram simplesmente a resistência à coisificação.

numa política de reforma agrária. Foi o que ocorreu, no caso brasileiro, com o MST; e no caso português, com os diferentes e variados movimentos de ocupação de terras em Portugal que, no distrito de Beja, teve no Sindicato dos Trabalhadores Rurais uma das organizações de protagonismo político destacado.

A variável espaços institucionais emancipatórios no Estado e Direito diz respeito a uma concepção não positiva das duas instituições, nas quais prevê a possibilidade de que contradições internas, tanto em nível de políticas públicas, quanto em nível jurídico-legal, possam vir a aparecer e ser utilizadas com o intuito de operacionalizar uma reforma agrária. Nesse sentido, no caso brasileiro observam-se inúmeros exemplos no caso do direito (o próprio apelo para o uso social da terra pela Constituição de 1988) como no caso do Estado (a existência de uma estrutura física do Estado para a operação da reforma agrária). No caso português, houve também uma lei de reforma agrária, a lei 406-A/75, com a inserção de um capítulo específico sobre a reforma agrária na Constituição portuguesa promulgada em 1976. Enquanto duraram os governos provisórios do General Vasco Gonçalves, os Centros Regionais de Reforma Agrária também funcionaram como uma estrutura estatal que deu garantias legais e, de certa forma, até mesmo incentivou o processo de reforma agrária nos campos do Sul de Portugal. O porquê dessas estruturas estatais, num período posterior, se terem tornado insuficientes, e os espaços institucionais emancipatórios no direito se terem tornado praticamente inócuos, também é um tema dessa pesquisa em tela.

Nos três primeiros capítulos trabalhar-se-á melhor a formulação de cada variável da matriz, tendo em vista os seus aspectos relacionais com outras variáveis sociológicas. O primeiro capítulo é dedicado à análise da luta pela terra. Para tal, caracterizarei o direito de propriedade, em sua concepção clássica, bem como a sua função econômica, a renda fundiária. No segundo capítulo, se debaterá a segunda variável, os movimentos camponeses, dedicando um enfoque ao campesinato enquanto categoria sociológica, e sobre a questão da agência política em torno da luta pela terra. No terceiro capítulo, serão analisados os espaços institucionais emancipatórios do Estado e do Direito a partir de dois debates na teoria de Santos, o *Poderá o Direito ser Emancipatório?* e o *Democratizando a Democracia*. O quarto capítulo se compõe de uma caracterização geral sobre a questão espacial e temporal da reforma agrária em Portugal e no Brasil, atento, sobretudo, aos debates dessa questão na sociologia de ambos os países. No quinto capítulo, serão

trabalhados os percursos metodológicos da pesquisa. No sexto capítulo, será evidenciado o caso português: do histórico de luta pela terra em Baleizão, da origem do movimento de ocupação de terras na região, a organização da UCP Terra de Catarina, e o processo de contra reforma agrária. No sétimo capítulo, se ponderará sobre o caso brasileiro, precisamente atento à questão agrária em Eldorado dos Carajás, a formação do assentamento 17 de Abril, suas conquistas, dilemas e dificuldades. No oitavo capítulo, por fim, se efetuará uma comparação entre os dois casos, utilizando como quadro analítico as relações entre luta pela terra, movimentos camponeses e espaços institucionais emancipatórios em nível de Estado e de Direito, elaborado no quadro teórico da tese.

Capítulo 1: A luta pela terra e as contradições da propriedade privada e do direito de propriedade

As tensões derivadas das disputas por territórios precedem o capitalismo, mas são intensificadas pelo mesmo, ocorrendo desde a escala global à local e gerando um contorno agravante de conflitos das mais variadas ordens. O objetivo desse trabalho é se ater a um tipo específico de conflito, que atinge mais especificamente a escala local (apesar de também ser nacional), que a sociologia e os movimentos sociais tradicionalmente nominaram de luta pela terra. Essa luta normalmente compreende a materialização de movimentos camponeses, mas também ocorre sem a sua existência.

Tem-se como intenção criar um quadro analítico particular que possa abranger a comparação do caso alentejano com o brasileiro, onde se verifica uma estrutura fundiária extremamente desigual guardadas as devidas proporções. A reação política e social a isso é o que chamamos de luta pela terra, seja em níveis individuais, de pequenos grupos ou de movimentos sociais organizados.

A luta pela terra se materializa numa gama variável de conflitos emergentes a partir das contradições da propriedade privada e do direito de propriedade num contexto de avanço do capitalismo para o meio rural. Nessa forma, considera-se a luta pela terra algo heterogêneo, que agrega desde grandes manifestações, rebeliões e revoltas organizadas, até as resignações individuais, mesmo numa situação na qual o conflito não é aparente.

Ressalta-se, ainda, que a luta pela terra é plural por se traduzir, ao mesmo tempo, numa luta por direitos, por territórios e por condições dignas de vida e de trabalho. É um conflito travado em tão diversas particularidades de espaço e tempo que é impossível atribuir-lhe uma uniformidade, embora busquemos aqui a análise sobre seu padrão em contextos ocidentais e capitalistas.

Para ser mais específico, propõe-se então analisar a luta pela terra através do debate do direito de propriedade e da função econômica da propriedade privada na propriedade fundiária: a renda fundiária e a relação terra – capital – trabalho. É necessário, para isso, iniciarmos uma breve discussão sobre a filosofia setecentista e oitocentista para se compreender a construção epistemológica de um espaço abstrato, a propriedade privada, bem como de uma ficção, o direito de propriedade, e como esse espaço abstrato e essa

ficção se tornaram consensuais para o direito hegemônico. Concorde-se que “pode parecer estranho que a questão da propriedade da terra, um tema que acompanha o discurso das ciências sociais praticamente desde os seus princípios, continue ainda hoje a ocupar os cientistas sociais, apesar de acerca dela se ter escrito exaustivamente” (Hespanha, 1994: 11), mas como afirma o próprio autor, a propriedade fundiária é uma categoria que se transformou e se diversificou com o tempo. No atual estágio do capitalismo no setor de commodities agrícolas, esse debate ganha ainda uma nova importância, atendo-se aos meandros específicos que compõem a hegemonia da propriedade privada e da mercantilização da terra nos dias de hoje, bem como os mais variados conflitos derivados dessa situação.

1.1 Contradição direito de propriedade x vontade geral

Na filosofia moderna, a visão crítica em relação à propriedade privada não é privilégio do pensamento marxista e anarquista. A defesa irrestrita do direito de propriedade e do pressuposto de inviolabilidade da propriedade privada não foi unânime no pensamento ocidental, mesmo entre aqueles que se constituíram nos principais arquitetos do sistema político da modernidade.

A concepção da propriedade privada em Rousseau é restritiva. O autor classifica o direito de propriedade como uma “convenção e instituição humana” (Rousseau, 1999b: 213). Rousseau afirma que:

o primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas bastantes simples para o acreditar, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando os buracos, tivesse gritado aos seus semelhantes: “Livrai-vos de escutar esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos, e a terra de ninguém!” (Rousseau, 1999b: 203).

Essa noção relativista sobre o direito de propriedade é compartilhada por outros filósofos liberais como John Adams e Benjamin Franklin. Talvez essa seja a razão pela qual muitas nações modernas tenham aprovado constituições, leis ou lacunas jurídicas que, de alguma forma, colocaram empecilhos à concentração excessiva de propriedade privada e especialmente à propriedade fundiária. Isso explica ainda por que certos grupos

conservadores, como parte da elite do clero católico, ou grupos de inspiração fascista, em certo momento, também defenderam uma relativização do direito de propriedade. Exemplifica também como foi possível algumas potências econômicas ocidentais realizarem uma política de reforma agrária, mesmo sem qualquer pretensão revolucionária ou coloração partidária de esquerda (*vide*, por exemplo, o caso da reforma agrária italiana³). Entre os economistas, entretanto, tal concepção restritiva da propriedade é mais comum, notadamente, em Smith e Ricardo.

No debate do direito, foram dois os principais defensores da inviolabilidade do direito de propriedade: Locke e Hegel. Segundo Locke, o direito de propriedade era um direito natural, partindo do pressuposto de uma abstração recorrente entre os contratualistas, na qual o homem em seu estágio livre se apossaria da natureza através de seu trabalho. Para o autor, “Deus [...] deu o mundo aos homens em comum”, sendo por isso que “todas as frutas que ela naturalmente produz, assim como os animais selvagens que alimenta, pertencem à humanidade em comum”, contudo “como foram dispostos para a utilização dos homens, é preciso necessariamente que haja um meio qualquer de se apropriar deles, antes que se tornem úteis ou de alguma forma proveitosos para algum homem em particular” (Locke, 2005: 42). O autor não mensura a quantidade a qual cada homem tem direito de se apropriar da natureza, nem distingue por que certos homens tiveram o direito a se apropriar da natureza e outros não. Esse pensamento levou tal filósofo a crer que o direito a essa apropriação constituía-se um direito natural do homem. Direito esse que, se é natural, seria também, em tese, inviolável. Para Santos,

a teoria de Locke agudiza a contradição moderna entre, por um lado, a universalidade das leis civis fundadas no consentimento e conformes com as leis da natureza e, por outro, a legitimidade de uma ordem social perturbada por tremenda desigualdades sociais e conflitos de classes (Santos, 2000: 127).

³ É destacado por alguns autores que a reforma agrária entrava no pensamento conservador católico e em algumas políticas do fascismo justamente para impedir que os camponeses se tornassem comunistas. De fato, a própria constituição da Aliança para o Progresso, instituída como política da CIA para impedir que a América Latina se tornasse comunista, tinha na reforma agrária uma de suas políticas principais. Mas para além dessa importante questão política-estratégica, o fato é que havia entre vários dos teóricos iluministas e positivistas quem não possuía uma concepção irrestrita da defesa do direito de propriedade, principalmente se tratando da aplicação desse direito na propriedade fundiária (Stédile, 1994).

Locke trata objetivamente de duas esferas no seu trabalho: uma seria um mundo imaginário, o mundo primitivo, e o outro o mundo civilizado, regido por suas leis e magistrados. Nesse mundo primitivo, o direito de propriedade se naturalizava sem maiores conflitos, já que havia terras disponíveis para aqueles que se aventurassem em cultivá-las, ará-las e trabalhar sobre elas.

Para os casos nos quais o indivíduo se apoderou de terras demais, Locke justificava-se por uma questão de produtividade,

aquele que cerca a terra e retira de dez acres uma abundância muito maior de produtos para o conforto de sua vida do que retiraria cem acres incultos, dá na verdade noventa acres à humanidade. Pois graças a seu trabalho, dez acres lhes dão frutos quanto cem acres de terras comuns (Locke, 2005: 45).

Locke é reticente ao assumir alguma contradição entre a pretensa condição de igualdade que permite, no estágio de natureza, que qualquer um se possa apropriar de um terreno, desde que o use para seu trabalho, e a factual desigualdade na qual alguns têm muitas terras, outros poucas, e outros nenhuma. Para além de justificar a questão da produtividade, há pouca margem para a construção de alguma restrição ao direito de propriedade no seu pensamento. Na verdade, o autor associava o direito de propriedade a um direito natural tão inflexível que incluía, contrariamente a certos princípios liberais, a justificação da escravidão: “sendo cativos aprisionados em guerra justa, estão pelo direito de natureza sujeitos à dominação absoluta e ao poder absoluto de seus senhores” (Locke, 2005: 57).

A própria concepção de Estado e sociedade civil é pensada em função do direito de propriedade, já que ele afirmara que o seu principal fim deveria ser a “preservação da propriedade privada”. Locke afirmava que “o objetivo capital e principal da união dos homens em comunidades sociais e de sua submissão a governos é a preservação de sua propriedade” (Locke, 2005: 69). Por fim ainda atribui que,

o poder supremo não pode tirar de nenhum homem qualquer parte de sua propriedade sem seu próprio consentimento. Como a preservação da propriedade é o objetivo do governo e a razão por que o homem entrou em sociedade, ela necessariamente supõe e requer que as pessoas devam ter propriedade, senão isto faria supor que a perderam ao entrar em sociedade, aquilo que era seu objetivo que as fez se unirem em sociedade, ou seja, um absurdo grosseiro demais que ninguém ousaria sustentar. Visto que os homens que vivem em sociedade são proprietários, têm o direito de possuir todos os bens que lhe pertencem em virtude da lei da comunidade social, dos quais ninguém tem o direito de privá-los ou de qualquer parte deles, sem seu próprio consentimento [...] a propriedade do

homem só está absolutamente segura se houver leis boas e justas que estabeleçam os limites entre ela e aquelas de seus vizinhos, e se aquele que comanda estes súditos não tiver poder para tomar de qualquer indivíduo a parte que lhe aprouver de sua propriedade, usando-a e dela dispondo a seu bel-prazer (Locke, 2005: 73).

É nesse caminho que Locke desenvolve o artifício teórico para quatro argumentos que irão servir de base à defesa do direito de propriedade nas esferas de poder dominantes até hoje: 1) o direito de propriedade privada é natural e inviolável; 2) o direito de propriedade envolve o direito de liberdade, mais precisamente, a liberdade do homem se apropriar da natureza; 3) a concentração fundiária é justificável desde que seja amparada por uma maior produtividade agrícola (que, em tese, beneficiaria a humanidade, já que quanto mais alimentos, melhor para todos); 4) é função do Estado preservar o direito de propriedade, sendo inclusive a razão pela qual os homens lhe atribuem a função de governar sobre os mesmos⁴. Santos cita que entre o legado de Locke para o capitalismo destaca-se

o trabalho como fonte de propriedade, a propriedade potencialmente ilimitada e legítima, apesar da desigualdade, se ‘adquirida segundo as leis da natureza’; o Estado legitimado principalmente pela segurança que pode conferir às relações de propriedade. Tudo isto está na origem das modernas relações de mercado tal como foram universalizadas pelo capitalismo (Santos, 2000: 127).

Outro expoente da defesa irrestrita do direito da propriedade foi Hegel, segundo o qual o indivíduo tem “o direito de situar a sua vontade em qualquer coisa” (Hegel, 1968: 73). O direito de propriedade é colocado, então, como “o direito de apropriação que o homem tem sobre todas as coisas” (Hegel, 1968: 73). Para o autor,

há alguma coisa que o Eu tem submetida ao seu poder exterior. Isso constitui a posse; e o que constitui o interesse particular dela reside nisso de o eu se apoderar de alguma coisa para a satisfação das suas exigências, dos seus desejos

⁴ Não se pode dizer que o próprio Locke defendia um sistema de desigualdade fundiária tão intenso como o brasileiro ou o alentejano. Segundo Gough, a principal preocupação sua era contra-argumentar o autor do *Primeiro Tratado*, Sir Robert Filmer, segundo o qual “o direito divino da monarquia absoluta é baseado na descendência hereditária de Adão e dos patriarcas” (Gough *apud* Lock, 2005: 6). Entretanto, Locke não coloca nada que possa impor qualquer limite a tal direito. Nem sequer ele está tratando de defesa do direito de propriedade em relação ao povo, mas sim como mecanismo de controle do poder absoluto do monarca, o que não atenua o fato que a sua teoria constitui um dos baluartes teóricos da defesa do direito de propriedade.

e do seu livre-arbítrio. Mas é aquele aspecto pelo qual eu, como vontade livre, me torno objetivo para mim mesmo na posse e, portanto, pela primeira vez real, é esse aspecto que constitui o que há naquilo de verídico e jurídico, a definição de propriedade [...] É a minha vontade pessoal, e portanto como individual, que se torna objetiva para mim na propriedade; esta adquire por isso o caráter de propriedade privada, e a propriedade comum, que segundo a sua natureza pode ser ocupada individualmente, define-se como uma comunidade virtualmente dissolúvel e na qual só por um ato do meu livre-arbítrio eu cedo a minha parte (Hegel, 1968: 75).

O desejo e a vontade do homem são o que garantem o direito de propriedade em Hegel. Entretanto, se tratando das esferas do desejo e da vontade livre, podemos verificar a própria observação que Marx coloca no livro III do Capital,⁵

nada mais cômico que a argumentação de Hegel sobre a propriedade privada. O homem como pessoa deve transformar em realidade sua vontade, a alma da natureza externa, e por isso deve se apossar dessa natureza como sua propriedade privada. Se esta é a distinção “da pessoa”, do homem como pessoa, concluir-se-ia daí que todo ser humano tem de ser proprietário de terra, para se realizar como pessoa. (Marx, 2008: 825).

Em tal crítica marxista verifica-se que o próprio direito de propriedade constitui-se numa contradição de desejos, entre o desejo da propriedade dos milhares de não proprietários e o desejo de quem efetivamente possui a terra, a minoria dos proprietários que consegue materializar o direito de propriedade.

Rousseau também desmistificou a presunção contratualista de domínio do homem sobre a natureza, ao afirmar que o direito de propriedade estabelece-se a partir do efeito da força ou do direito do primeiro ocupante. Para o autor, “o direito de primeiro ocupante, embora mais real que o direito do mais forte, só se torna um direito verdadeiro após o estabelecimento do direito de propriedade” (Rousseau, 1999a: 27). Atribui-se algumas condições que seriam necessárias para se caracterizar o direito do primeiro ocupante, como: o vazio territorial, a dimensão entre a ocupação territorial e a necessidade de subsistência e a posse pelo trabalho e pela cultura.

⁵ Entende-se, nessa tese, como subjetiva, todas as citações de Marx no III Volume do Capital, já que o livro não foi publicado em vida e foi reunido e republicado por Engels, do que provavelmente emerge a sua contribuição e, em certa medida, até mesmo uma coautoria.

Rousseau desnaturaliza o direito de propriedade, colocando-o na esfera de um direito comum que, como qualquer outro direito, poderia ser colocado sobre o apreço da “vontade geral”.

O autor problematiza a desigualdade fundiária ao questionar: “como pode um homem ou um povo apossar-se de um território imenso e dele privar todo o gênero humano, a não ser por uma usurpação punível, pois tira ao resto dos homens o abrigo e os alimentos que a natureza lhes deu em comum?” (Rousseau, 1999a: 28). Rousseau chama atenção para que, em decorrência de tal desigualdade: “os homens comecem a unir-se antes de possuir qualquer coisa e que, apossando-se em seguida de um terreno suficiente para todos, o desfrutem em comum ou partilhem entre si, seja em partes iguais, seja em proporções estabelecidas pelo soberano” (Rousseau, 1999a: 29). Nesse caso, o direito individual de cada um à sua parcela privada de terra estaria “sempre subordinado ao direito da comunidade sobre todos, sem o que não teria solidez o vínculo social, nem força real o exercício da soberania” (Rousseau, 1999a: 29).

A comunidade e o direito teriam, assim, de ser um claro elemento regulador da concentração da propriedade privada e de ser quem regularia o direito de propriedade. Rousseau associa ainda o direito da propriedade a um direito de conquista, que, segundo o mesmo, “não sendo um direito, não pode fundar nenhum outro” (Rousseau, 1999b: 205). Sinteticamente, Rousseau trabalha com a ideia de que “o mais forte não é nunca assaz forte para ser sempre o senhor, se não transformar sua força em direito e a obediência em dever” (Rousseau, 1999a: 12). O direito de propriedade seria, portanto, além de uma convenção, a materialização da conquista pela força. De certa forma, a institucionalização de uma violência.

Rousseau conclui de forma antagônica ao pensamento de Locke e de Hegel quando argumenta dois pontos: a propriedade privada como um ato de violência em si e o direito de propriedade enquanto a institucionalidade da miséria.

tal foi ou deve ter sido a origem da sociedade e das leis, que deram novos entraves ao fraco e novas forças ao rico, destruíram sem remédio a liberdade natural, fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade, de uma astuta usurpação fizeram um direito irrevogável, e, para proveitos de alguns ambiciosos, sujeitaram para o futuro todo o gênero humano ao trabalho, à servidão e à miséria (Rousseau, 1999b: 222).

Não havia, entretanto, em Rousseau, a pretensão de debater esses direitos e a flexibilidade dos mesmos para além do centro da Europa e, no máximo, dos Estados Unidos. É notório que seu prisma partiu do homem, branco, individualista e ocidental quando o mesmo afirma que “conviria o despotismo aos países quentes, a barbárie aos países frios, e a boa civilização às regiões intermediárias” (Rousseau, 1999b: 230). Mesmo assim, a radicalização de sua teoria para patamares do sistema-mundo pode denotar que, em situações de colonialismos e pós-colonialismos, a questão da propriedade privada foi, antes de tudo, a conjuração de um ato de violência colonial. Um ato de apropriação do território de outrem.

Sobre isso, Santos comenta como a premissa de Hegel e Locke sobre a propriedade também pode ser vista criticamente pelos debates pós-coloniais, já que esse direito alienável do homem em se apropriar da natureza está condicionado ao homem branco, europeu, que por sua vez, irá fundamentar a apropriação colonial de territórios fora de um pretense “mundo civilizado”. Dessa forma, que o direito de propriedade iria regular as relações humanas num mundo moderno, enquanto no mundo da “barbárie” o direito dos povos conquistados de nada valia. Portanto, se no Norte global o direito de propriedade serviu, para além de suas funções econômicas no capitalismo, de instrumento de ordenamento social, no Sul global, representou também a legitimação de uma conquista quase sempre armada (Santos, 2007).

De acordo com Santos, na época atual, a limitada regulação à propriedade privada dilui-se ainda mais, assim como os demais aparelhos de regulação/emancipação do *estado* “*demo-liberal*” (Santos, 2003). Com isso, o autor coloca que

a lógica da apropriação/violência tem vindo a ganhar força em detrimento da lógica emancipação/regulação. Numa extensão tal que o domínio da regulação/emancipação não só está a encolher, como também está a ficar contaminado internamente pela lógica da apropriação/violência (Santos, 2007: 12).

Em níveis da propriedade privada, verifica-se a operação de um processo segundo o qual

atores sociais com forte capital patrimonial retiram ao Estado o controlo do território onde atuam ou neutralizam esse controle, cooptando ou violentando as instituições estatais e exercendo a regulação social sobre os habitantes do território sem a participação destes e contra os seus interesses (Santos, 2007: 17).

Nesse sentido se opera então a ascensão de um direito de propriedade mais poderoso do que o de dantes, forte o suficiente para se estabelecer em elementos antes impenetráveis como a água e a biodiversidade. Como afirma Hespanha,

a imagem da propriedade como um direito individual, exclusivo e absoluto [...] representa, assim, o culminar de uma longa transição, em que a nova ordem econômica, acumulando numerosas pequenas transformações, conseguiu impor a igualdade formal do mercado à desigualdade formal da sociedade pré-capitalista (Hespanha, 1994: 28).

Mediante tais aspectos, a questão da propriedade privada na esfera do direito é uma convenção que foi instituída com o advento do capitalismo, mas que nunca se formatou enquanto consenso na filosofia política, mesmo na filosofia liberal. Para Hespanha,

a propriedade comum [...] comportava não só o direito de todos e cada um fruírem individualmente os bens, mas também o direito de não se ser impedido pelos outros do exercício desse direito [...] Com a progressiva identificação da propriedade com a propriedade privada, esta segunda dimensão foi abandonada (Hespanha, 1994: 29).

Embasada numa ficção que é a apropriação do homem pela natureza, e estabelecida num princípio da liberdade individual, há, por outro lado, uma materialidade que constitui o direito de propriedade num direito de poucos. Ou, nas palavras de Marx, “a propriedade privada do solo para uns tem por consequência necessária que ela não exista para os demais” (Marx, 2008: 1069).

1.2 A teoria marxista da renda fundiária e a contradição terra – trabalho – capital

A crítica marxista à propriedade privada não se adequa unicamente a respeito de uma convenção, mas principalmente à sua função econômica.⁶ A propriedade privada é

⁶ Marx atenta para “as relações específicas de produção e circulação, oriundas da aplicação do capital na agricultura [...] a propriedade fundiária supõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de

tratada como a essência do capitalismo e a propriedade fundiária é vista como uma categoria específica da mesma. Marx transforma a contradição entre proprietários e não proprietários na contradição entre trabalho e capital. “A oposição entre sem propriedade e propriedade é ainda mais indiferente [...], enquanto ela não for concebida como a oposição entre o trabalho e o capital” (Marx, 2010: 103). Na sua concepção, “toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade” (Marx, 2010: 79). Nesse caso emerge a própria ideia que o trabalho é “a essência subjetiva da propriedade privada enquanto exclusão da propriedade” e o capital “o trabalho objetivo enquanto exclusão do trabalho”. A relação capital e trabalho constitui-se então na “propriedade privada enquanto sua relação desenvolvida da contradição [...] uma relação enérgica que tende à solução” (Marx, 2010: 103).

O trabalho é então considerado como a propriedade privada dos sem propriedade e, como tal, submete-se numa relação de venda aos proprietários (da terra ou de outros meios de produção). Por isso se coloca a propriedade privada como resultante “do conceito de trabalho exteriorizado, isto é, de homem exteriorizado, de trabalho estranhado, de vida estranhada, de homem estranhado” (Marx, 2010: 87). É nesse ponto que Marx atribui uma contradição subjetiva à propriedade privada, já que o processo de venda da força de trabalho (propriedade privada do trabalhador) causaria, nesse último, um estranhamento profundo que é atribuído em contradição a uma “propriedade verdadeiramente humana e social” (Marx, 2010: 89). Isso significa que

a propriedade privada, como a expressão material, resumida, do trabalho exteriorizado, abarca [...] a relação do trabalhador com o trabalho e com o produto do seu trabalho e com o não trabalhador, e a relação do não-trabalhador com o trabalhador e com o produto do trabalho deste último (Marx, 2010: 90).

Subjetivamente, a propriedade privada do não proprietário é o seu trabalho, despendido a partir de sua força vital. A venda de seu trabalho é também a venda de sua

determinadas porções do globo terrestre como esferas privativas de sua vontade particular” (Marx, 2008: 824). Coloca ainda que “o apropriar-se da renda é a forma econômica em que se realiza a propriedade fundiária, e a renda fundiária supõe propriedade fundiária, que determinados indivíduos sejam proprietários de determinadas parcelas do globo terrestre [...] esse *caráter comum* das diferentes formas da renda fundiária – de ser a realização econômica da propriedade fundiária, da ficção jurídica em virtude da qual diferentes indivíduos detêm com exclusividade determinadas parcelas do globo terrestre – faz que se esqueçam as diferenças” (Marx, 2008: 845).

força vital, dinâmica que por fim provoca o tal estranhamento que representa a internalização da exploração e da miséria.

Para Marx, Adam Smith criou o fetiche da propriedade privada, ou seja, “descobriu a essência subjetiva da riqueza – no interior da propriedade privada” (Marx, 2010: 100). Nesse caso, o fetiche da propriedade privada pode ser entendido como uma relação objetiva na qual a propriedade privada é externa ao homem e interna na forma de trabalho. Mas acontece que a essência objetiva internaliza dentro do homem.

Sob a aparência de um reconhecimento do homem, também a economia nacional, cujo princípio é o trabalho, é antes de tudo apenas a realização consequente da renegação do homem, na medida em que ele próprio não mais está numa tensão externa com a essência externa da propriedade privada, mas ele próprio se tornou essa essência tensa da propriedade privada (Marx, 2010: 100).

É interessante notar, entretanto, que quando se trata de propriedade privada está se alocando a um contexto tipicamente capitalista, pois é quando o produto do trabalho se transforma em mercadoria, bem como o próprio trabalho em si. Marx exemplifica que

o camponês medieval produzia o trigo do tributo para o senhor feudal, o trigo do dízimo para o cura. Mas, embora fossem produzidos para terceiros, nem o trigo do tributo, nem o dízimo eram mercadorias. O produto, para se tornar mercadoria, tem de ser transferido a quem vai servir como valor-de-uso por meio de troca (Marx, 2011: 63).

Por isso que

as mercadorias [...] só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano; seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra (Marx, 2011: 69).

Assim que para se ter um valor é necessário que a propriedade privada se torne uma mercadoria e que a mercadoria se torne uma propriedade privada.

Nesse ponto cabe-nos uma diferenciação que, até mesmo por circunstâncias históricas, não é muito clara nos autores setecentistas, que é a de propriedade privada e propriedade fundiária, ou dito de outro modo, entre capital e propriedade fundiária. Esse é um ponto óbvio, mas que precisa ser esclarecido. Nem toda propriedade privada se caracteriza como propriedade fundiária. Nem toda forma de propriedade fundiária se

estabelece enquanto propriedade privada. Com isso, a propriedade fundiária é interpretada pelo pensamento marxista como um tipo específico de propriedade privada por dois motivos: ter se tornado o primeiro tipo de propriedade privada (por isso certas vezes a confusão entre essas duas categorias na filosofia setecentista) e por não ter valor em si, adquirindo valor pelo direito de propriedade.⁷

Em relação a esse último ponto, cabe uma explicação mais elaborada. Segundo o viés marxista, a propriedade fundiária, por ser um bem natural, possui uma natureza econômica própria que é a renda fundiária. Ao contrário de outras mercadorias nas quais o seu valor é mensurado pelo trabalho humano despendido, na propriedade fundiária é o monopólio da propriedade de uma parte de terra que faz com que o proprietário tenha valor sobre sua terra. E a condição mais evidente disso é a de arrendamento, onde proprietário da terra adquire lucro sem nenhum tipo de trabalho subjacente. A renda fundiária é, portanto, aquilo que o proprietário ganha para além da exploração do trabalho agrícola.⁸

É preciso reconhecer que Marx debate a renda da terra a partir das teses de Smith e Ricardo, ou seja, no contexto inglês. Com isso, “a renda da terra é estabelecida pela luta entre arrendatários e proprietário fundiário” (Marx, 2010: 64).

Smith previa que, normalmente, a terra produziria “mais alimento do que o necessário para a subsistência de todo o trabalho que contribui para levar esse alimento ao mercado”. O excedente de produção de alimentos seria então “suficiente para repor com ganho o capital que põe em movimento esse trabalho. Portanto, sempre fica algo pra conceder uma renda ao proprietário fundiário” (Smith *apud* Marx, 2010: 67).

⁷ Sobre o último ponto, Marx explica que “a terra (do ponto de vista econômico, compreende água), que, ao surgir o homem, o provê com meios de subsistência prontos para utilização imediata, existe independentemente da ação dele, sendo o objeto universal de trabalho humano. [...] Toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima” (Marx, 2011: 212).

⁸ Segundo o autor, “Não constitui característica peculiar da renda fundiária a circunstância de os produtos agrícolas se tornarem valores e se desenvolverem como tais, e a de os produtos não-agrícolas os confrontarem como mercadorias, ou a de eles se desenvolverem como expressões particulares do trabalho social. A característica peculiar consiste em que, com as condições em que os produtos agrícolas se desenvolvem como valores (mercadorias) e com as condições em que se realizam esses valores, desenvolve-se o poder do proprietário fundiário de apropriar-se de porção crescente desses valores criados sem interferência dele, e porção crescente da mais-valia se transforma em renda fundiária” (Marx, 2008: 851).

Sobre a concepção de Smith, Marx também coloca que “a renda da terra aumenta com a população [...] com as estradas-de-ferro, com a melhoria, a segurança e a multiplicação dos meios de comunicação.” (Marx, 2010: 68). Aumentaria, portanto, com a industrialização e urbanização. Sobre o contexto específico das minas de carvão (que como bem da natureza também possui renda fundiária) Marx exemplifica:

a maior procura de produtos em estado bruto, e a partir daí a elevação do valor, pode resultar, em parte, do aumento da população e do aumento de suas carências. Mas cada nova invenção, cada nova aplicação que a manufatura faz de uma matéria prima até agora nunca ou pouco utilizada, aumenta a renda da terra. Assim, por exemplo, a renda das minas de carvão subiu extraordinariamente com as estradas de ferro, barcos a vapor, etc. (Marx, 2010: 69)

A partir de tal situação específica de arrendamento, Marx generaliza que o conceito de renda fundiária pode ser aplicado também aos casos em que as relações de arrendatários não existem. “O senhor da terra, perdulário tem de, ou [...] arruinar-se, ou tornar-se arrendatário da sua própria terra – um industrial que trabalha na agricultura” (Marx, 2010: 148).

Marx trata a renda fundiária “enquanto parte da mais-valia produzida pelo capital que cabe ao proprietário da terra” (Marx, 2008: 823). A renda fundiária é a valorização da terra mediante a aplicabilidade do capital na mesma. A renda acaba então se compondo numa mais-valia diferente do lucro, mas que é adicionada ao mesmo. É, assim, uma espécie de “lucro suplementar”. Nesse sentido, Marx afirma que

a propriedade fundiária não cria [...] a parte do valor que é transformada em lucro suplementar, mas, só capacita o proprietário da terra [...] a extrair [...] esse lucro suplementar e embolsá-lo. Não cria esse lucro suplementar, mas transforma-o em renda fundiária (Marx, 2008: 863).

Com isso, a terra é analisada enquanto um domínio jurídico não produtivo em si, mas com forte potencial de rentabilidade para o seu proprietário. A classe dos proprietários de terras não é uma classe produtora em si (ela detém o monopólio da terra baseada no direito de propriedade) e a terra em si também não é um valor, visto que, em sua formação natural, compõe-se como um bem da natureza. Entretanto, a terra se transforma em mercadoria com o advento da propriedade privada. Esta é a razão pela qual a composição do lucro no trabalho agropecuário não se estabelece unicamente na relação capital-trabalho, mas também na renda fundiária (Lenz, 1992).

Um componente chave da teoria de renda fundiária é o conceito de renda diferencial, desenvolvido a partir da teoria de Ricardo, segundo o qual “renda [...] é sempre a diferença entre os produtos obtidos com o emprego de duas quantidades iguais de capital e trabalho” (Ricardo *apud* Marx, 2008: 867). A renda fundiária é subtraída a partir da renda diferencial entre um terreno A e um terreno B, com as mesmas condições de capital e trabalho, diferenciando-se, assim, em fertilidade do solo e localização das terras.⁹

É nesse sentido que Marx e, mais adiante, Kautsky especificaram os conceitos de renda diferencial I (atribuída às condições naturais de fertilidade) e renda diferencial II (atribuída aos investimentos do capital em vias de estabelecer uma maior produtividade, como por exemplo, irrigação, adubação, etc.). A renda diferencial I envolve a comparação da produtividade em decorrência da fertilidade de uma terra com outras e a renda diferencial II é a comparação da produtividade em decorrência da aplicabilidade do capital em fertilidade em uma mesma terra (Lenz, 1992, Kautsky, 1986 e Marx, 2008).

Em relação ao preço da terra, Marx atribui-lhe caráter especulativo, calculado a partir de uma projeção de renda futura. “A terra, como toda força natural, não possui valor, pois nela não se materializa trabalho, e por isso não possui preço, que normalmente é o valor expresso em dinheiro. [...] o preço [...] não passa de renda capitalizada” (Marx, 2008: 863). Seu preço, portanto, seria “mero reflexo do lucro suplementar extraído” ou ainda “receita capitalizada do aluguel de terras” (Marx, 2008: 834-35, 863-864).¹⁰

⁹ Marx reafirma essa ideia também quando argumenta que “a quantidade da renda da terra depende da relação com a fertilidade do solo. Um outro momento da sua determinação é a localização” (Marx, 2010: 63). A renda fundiária varia de acordo com essa renda diferencial estabelecida pela fertilidade. Segundo Marx, “Essa renda fundiária não decorre do acréscimo absoluto da produtividade do capital aplicado, ou do trabalho de que ele se apropria, acréscimo que só pode reduzir o valor das mercadorias; provém da circunstância de certos capitais isolados empregados num ramo de produção terem fecundidade maior em relação aos investimentos de capital que estão excluídos dessas excepcionais condições favoráveis, criadas pela natureza” (Marx, 2008: 862).

¹⁰ Marx exemplifica que “o preço de 200 libras representa apenas o produto da multiplicação do lucro suplementar de 10 libras por 20 anos, quando, não se alterando as demais circunstâncias, a mesma queda d’água, por tempo indeterminado, 30, 100, x anos, habilita o proprietário a captar, todo ano, essas 10 libras” (Marx, 2008: 863-864). Também relata que “é natural que na prática se considere renda fundiária tudo o que o arrendatário paga ao proprietário na forma de tributo pela permissão de explorar a terra. Qualquer que seja a composição ou a fonte desse tributo, tem ele de comum com a renda fundiária propriamente dita este traço: o monopólio sobre um pedaço do globo terrestre capacita o intitulado proprietário para cobrar, impor o gravame. Outro traço comum – esse tributo, como a renda fundiária, determina preço da terra, o qual nada mais é, conforme vimos, que receita capitalizada do aluguel de terras. Já vimos que o juro pelo capital incorporado ao solo pode constituir um desses elementos estranhos embutidos na renda fundiária, sendo

Considerando que o preço da terra é atribuído a partir da renda fundiária, e que a própria renda fundiária é a parte da renda excedente subtraído o lucro, Marx coloca que a renda fundiária é inversamente proporcional ao lucro extraído a partir das relações de trabalho e dos juros. Ou seja, se os juros são maiores, a renda fundiária é menor, se os salários aumentam, a renda fundiária diminui. Com isso, na relação capital, terra e trabalho, cria-se um sistema segundo o qual quanto mais baixo forem os salários e os juros, maior é a renda e, conseqüentemente, mais vantagem tira o proprietário de terras.

Marx ainda relata que a situação de pobreza e miséria, consequência do trabalho mal remunerado, é também recorrente no pequeno proprietário de terras. Normalmente, na relação entre grande e pequena empresa no capitalismo há uma situação de desleal concorrência que atinge muito fortemente o pequeno. Nesse caso, ele é, muitas vezes, obrigado, apesar de se encontrar em condições de proprietário dos meios de produção, a despendar muitas horas de seu trabalho para sobreviver (situação similar à de qualquer trabalhador). Na agricultura, ainda ocorre uma situação na qual para aumentar a sua renda o proprietário necessita, entre outras coisas, de comprar mais terras. E essa tendência de concentração fundiária agrava ainda mais a situação do pequeno proprietário (Marx, 2010: 71).¹¹

Com isso, a teoria da renda fundiária explica precisamente as contradições envoltas na relação capital, terra e trabalho. Nesse caso, cada elemento desses aparece

elemento que no curso do desenvolvimento econômico necessariamente crescerá cada vez mais a totalidade das rendas de um país. Mas, se abstraímos desse juro, é possível que o arrendamento pago represente, em parte ou totalmente, em certos casos (quando há completa ausência da renda fundiária propriamente dita e a terra está sem valor real), dedução do lucro médio ou do salário normal, ou ambos ao mesmo tempo. Essa parte do lucro ou do salário assume aí a figura da renda fundiária, pois em vez de caber, como seria normal, ao capitalista industrial ou ao assalariado, é paga na forma de arrendamento ao proprietário da terra. Sob o aspecto econômico, nem uma parte nem a outra é renda fundiária; mas, na prática, constitui o rendimento do proprietário da terra, valorização econômica de seu monopólio, do mesmo modo que a verdadeira renda fundiária, e como esta atua sobre o preço da terra, determinando-o” (Marx, 2008: 834-35) Ou seja, ao afirmar que o preço da terra também pode ser calculado a partir de uma projeção de “lucro médio ou do salário normal, ou de ambos ao mesmo tempo”, especifica que tal projeção da renda é cada vez mais especulativa, e por ter tal caráter, vira também renda fundiária.

¹¹ Marx coloca que “o pequeno proprietário fundiário que trabalha para si próprio encontra-se dessa maneira, diante do grande proprietário fundiário na mesma relação de um artesão que possui um instrumento próprio, para com o dono da fábrica. A pequena posse fundiária tornou-se mero instrumento de trabalho. A renda da terra desaparece totalmente para o pequeno possuído fundiário; permanece-lhe, no máximo, o juro de seu capital e seu salário; pois a renda da terra pode ser impulsionada pela concorrência a se tornar apenas e tão somente, o juro do capital não aplicado pelo mesmo” (Marx, 2010: 72).

“como fontes, respectivamente, do juro (posto no lugar do lucro), da renda fundiária e do salário que deles seriam produtos, frutos (Marx, 2008: 1079)”. Por um lado, a relação capital-trabalho gera a mais valia e o produto excedente. Por outro, a propriedade fundiária não possui relação direta com a produção, mas é a “condição prévia da produção capitalista” no campo, e ao mesmo tempo coloca os não proprietários numa situação de exclusão (Marx, 2008: 1084). Assim que, segundo Marx, “todo ano, o capital proporciona lucro ao capitalista; a terra, renda fundiária ao proprietário; e a força de trabalho em condições normais e, desde que continue aproveitável, salário ao trabalhador” (Marx, 2008: 1085).

Por fim, um outro conceito envolto na renda fundiária é o de renda absoluta, que é aquilo que torna o proprietário de terras em algo estranho à lógica capitalista e, ao mesmo tempo representa uma sobrevivência de uma ordem social pré-capitalista. Santos define a renda absoluta como “a expressão econômica do fato de, para investir mesmo no pior solo, o capital ter de confrontar-se com o obstáculo da propriedade fundiária privada, o qual só pode ser levantado mediante o pagamento de uma renda” (Santos, 1982: 39). A diferença dessa forma de renda, da renda diferencial, é que esta última é a relação direta da propriedade com o capital, que supostamente desapareceria se não houvesse a propriedade, diluindo-se no lucro. A renda absoluta, pelo contrário, é diretamente relacionada com a propriedade fundiária, ou seja, no fato de que “a presença da propriedade fundiária faz com que o solo com piores condições só possa ser cultivado quando nele for possível produzir um excedente sobre o preço social de produção” (Santos, 1982: 39). Marx coloca que “a renda absoluta supõe que, além do preço de produção, se realize um excedente do valor do produto, ou que um preço de monopólio ultrapasse o valor do produto” (Marx, 2008: 1062). Cria-se, assim, uma condição na qual o cultivo do pior solo só é possível quando o preço do produto agrícola aumenta e permite retirar a renda adicional da propriedade, na produção agrícola. Assim, “os produtos agrícolas tendem a ter um valor e a ser vendidos por um preço de mercado superior ao preço social de produção” (Santos, 1982: 40). Outra consequência desse fato é que o capital agrícola empregaria mais trabalho do que o capital industrial. Nesses termos, a renda absoluta torna-se a maior dificuldade do livre desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Como afirma Santos,

esse obstáculo, não se elimina pela aquisição da terra por parte do capitalista agrícola uma vez que o preço da terra, sujeito a muitas flutuações, tende a basear-se na capitalização da renda à taxa média de juros, ou seja, contém

sempre o cálculo de uma renda antecipada, e, sendo assim, o capital imobilizado na compra de terras é sempre deduzido do capital disponível para investimento na agricultura e, nessa medida, constitui um obstáculo à expansão “normal” do capitalismo na agricultura (Santos, 1982: 40).

Conclui-se que, segundo termos marxistas, a agricultura não se constituiu em seu princípio como uma produção plenamente capitalista. Mas essa não é mais a realidade atual.

1.3 A questão da apropriação de modos de produção não capitalistas pelo capitalismo

Marx tratava a propriedade privada como um poder em expansão: “somente a propriedade privada pode exercer seu pleno domínio sobre o homem e tornar-se, na forma mais universal, um poder histórico-mundial” (Marx, 2010: 102). Isso não quer dizer que ele ignorava outras formas de propriedades ou outras formas de produção. Pelo contrário, simplesmente retrata aqui que a tendência de expansão do capitalismo é acompanhada pela tendência de transformar formas não capitalistas de propriedade em propriedade privada. Além disso, essa expansão acompanha outra tendência que é a tentativa do capitalismo em reduzir as relações sociais a uma métrica de venda e compra das mercadorias. Isso representa que o capitalismo pressiona a propriedade camponesa, comunitária, a fim de transformá-la em propriedade privada. O próprio latifúndio também se estabelecerá sob tal tendência, já que qualquer propriedade fundiária, quando se confronta com o processo de transformação capitalista, transforma-se ela mesma num tipo particular de indústria e, depois, num tipo específico de corporação ou investimento financeiro. Torna-se, com isso, parte desse poder histórico mundial. O capitalismo possui, portanto, uma característica epidêmica que infecta algumas formas específicas de estruturas fundiárias transformando-as em propriedade privada. A propriedade fundiária é um “capital ainda incompleto” que, no capitalismo, passaria por uma longa trajetória até se tornar aquilo que ele denomina como “sua expressão abstrata, isto é, pura” (Marx, 2010: 97).

Acompanhando esse raciocínio, Kautsky define que as mudanças do status da propriedade rural, mais precisamente o advento da propriedade privada da terra, abrem caminho ao capitalismo no campo. A agricultura no capitalismo possui dois elementos característicos: “a propriedade privada com referência à terra e o caráter mercantil dos

produtos agrícolas” (Kautsky, 1986: 57). O avanço tecnológico na agricultura revolucionou o campo na concepção marxista já que atuou nas antigas relações de servidão e na própria economia camponesa tradicional. Isso, claro, com um alto custo: a destruição da “saúde física dos trabalhadores urbanos e a vida espiritual dos trabalhadores rurais” (Marx, 2011: 132).

A monetarização da agricultura e pecuária cria, ainda, um dilema entre o tempo tradicionalmente usado para o cultivo e o tempo do capital, sendo este último bem mais acelerado. É por isso que, em rigor, a agricultura e a pecuária foram, anteriormente, atividades econômicas não diretamente relacionadas com o capitalismo, seja no formato feudal, escravista, latifundiário ou camponês. Atualmente, nota-se as consequências de uma adaptação do modelo agrícola a um modelo empresarial já que “a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda riqueza: a terra e o trabalhador” (Marx, 2011: 133).

Para Marx, entre essas consequências, também se apresenta “a ruína final da velha aristocracia e o aperfeiçoamento final da aristocracia do dinheiro” (Marx, 2010: 74). Isso decorre porque o latifundiário “não procura tirar a máxima vantagem possível de sua posse fundiária” (Marx, 2010: 75). Por isso que para o autor,

é necessário que esta aparência seja supra-sumidas, que a propriedade fundiária, a raiz da propriedade privada, seja completamente arrastada para dentro do movimento da propriedade privada e se torne mercadoria, que a dominação do proprietário apareça como a pura dominação da propriedade privada, do capital, dissociado de toda a coloração política; que a relação entre proprietário e trabalhador se reduza à relação nacional-econômica de explorador e explorado; que toda a relação pessoal do proprietário com sua propriedade termine, e esta se torne, ela mesma, apenas riqueza material coisal; que no lugar do casamento de honra com a terra se instale o casamento por interesse, e a terra, tal como o homem, baixe do mesmo modo a valor do regateio. É necessário que é a raiz da propriedade fundiária, o sórdido interesse pessoal, apareça também na sua cínica figura. É necessário que o monopólio inerte se transmute em monopólio em movimento e inquieto – a concorrência, a fruição ociosa do suor e do sangue alheios se transmute num comércio multilateral com os mesmos. Finalmente, é necessário que nesta concorrência a propriedade fundiária mostre, sob a figura do capital, a sua dominação tanto sobre a classe trabalhadora, quanto sobre os próprios proprietários, na medida em que as leis do movimento do capital os arruinem ou promovam. Assim, entra no lugar do provérbio medieval: nenhuma terra sem senhor, o provérbio moderno: o dinheiro não tem dono, no qual é exprimida a completa dominação da matéria morta sobre o homem (Marx, 2010: 75).

Marx, por fim, associa que o mercado libertaria a propriedade fundiária da mão dos aristocratas.

Uma vez lançada na concorrência, ela segue as leis da concorrência como qualquer outra mercadoria a esta submetida. Ela na verdade torna-se muito instável, diminuindo e aumentando, voando de uma mão para outra, e nenhuma lei pode conservá-la mais em poucas mãos predestinadas. A consequência imediata é a fragmentação em muitas mãos, e em todo caso, a queda sob o poder dos capitalistas industriais (Marx, 2010: 77).

Essa conclusão mostra, entretanto, onde Marx fica preso ao seu contexto, a Europa central e anglo-saxônica do século XIX. No Brasil e no Alentejo, a propriedade fundiária se transformou em mercadoria sem quebrar seus laços com a aristocracia da terra. Houve, portanto, uma maior tendência para uma aliança entre classes dominantes do que um enfrentamento. É verdade que muitos foram os antigos aristocratas, ou antigos donos de empresas coloniais, que tiveram sua ruína patrimonial com o advento do capitalismo à ruralidade nesses dois países. Paralelamente, houve um pequeno grupo, mais forte que permaneceu. Adveio um processo de refinamento da elite agrária, combinado com uma tendência ainda maior para a concentração fundiária. Formou-se, então, um híbrido, entre os antigos proprietários, os latifundiários tradicionais, e o capital. Claro que esse híbrido é um ser, por si, contraditório e plural, já que consegue reunir forças com interesses aparentemente opostos, mediando pequenos conflitos de interesses no seio da própria elite.

Esse tema é essencial na questão agrária, uma vez que muitos autores têm ideia que o tal conflito entre burguesia e latifúndio iria dar oportunidade, nos países em tela, a uma união entre os movimentos camponeses e setores do empresariado urbano e agrícola. Essa aliança, entretanto, ocorreu com baixa frequência, em contraponto à tendência para as elites se unirem e construírem uma hegemonia que ideologicamente gravitava em torno da “defesa intransigente do direito de propriedade” (Baptista, 1978).

Nesse ponto, penso ser interessante abordar o caso brasileiro e português da seguinte forma: será que o capital se apoderou da estrutura agrária pré-capitalista, ou houve aqui uma colaboração e uma mediação de interesses? Dentro da própria teoria marxista, estabelece-se que “o capital [...] é de início indiferente quanto à natureza técnica do processo de trabalho do qual se apossa. No começo, apodera-se dele tal qual o encontra” (Marx, 2011: 288). Penso, porém, que é inaplicável aos casos alentejano e brasileiro o que Marx coloca acerca da influência do capitalismo na propriedade fundiária, segundo o qual

“o modo capitalista de produção [...] dissocia por completo a propriedade fundiária das relações senhoriais e de sujeição” (Marx, 2008: 826). Parte desse comentário vem duma perspectiva de transição evolucionista de Marx. A questão, entretanto, que se tem evidenciado na história é a perfeita compatibilidade entre o capitalismo e as relações senhoriais de sujeição, inclusive naquelas que estabelecem por completo uma precarização aguda do trabalho.¹² O fato é que, nas regiões pesquisadas, as relações de trabalho rurais permearam entre a servidão, a escravidão e o assalariamento precário, com pouca margem de manobra para o trabalhador rural fugir de uma condição de vida miserável. A condição de vida dos trabalhadores rurais orbitou naquilo que Lenin e Kautsky classificaram como “escravos assalariados”. Essa noção é perfeitamente aplicável a vários casos recorrentes de proletários agrícolas no Pará e no Alentejo, ainda hoje.

1.4 As circunstâncias atuais da inserção do capitalismo no campo

As formas de propriedade mais comuns, hoje, no mundo ocidental, são três: *a grande propriedade tradicional*, *a propriedade fundiária capitalista* e *a propriedade camponesa* (Santos 1982, Hespanha 1994). A primeira forma é aquele “tipo de propriedade que os economistas clássicos se referem quando analisam o papel da renda” e possui um “papel potencialmente contraditório com o desenvolvimento do capitalismo, a partir de certa fase dele” (Hespanha, 1994: 57). Hespanha classifica ainda outras formas de propriedade tradicional, a *grande propriedade da burguesia territorializada* onde parte da burguesia, por questão de opção, escolhe “o modelo senhorial de exploração indireta da propriedade através do arrendamento ou das parcerias” e os *proprietários tradicionais* que são as “velhas famílias de proprietários rurais que [...] têm tido ao longo do tempo um papel dominante na sociedade rural e radicado no patrimônio a sua base material de suporte” (Hespanha, 1994: 59). Sobre a *propriedade fundiária tipicamente capitalista* “recobre genericamente as formas em que a terra constitui quer uma condição da produção capitalista, quer um sector de investimento para os capitais” (Hespanha, 1994: 60). Já a

¹² As teses de Fogel e Engerman, por exemplo, quebram a ideia de inserção do trabalho assalariado nas lavouras escravistas por uma questão de produtividade. Pelo contrário, demonstram a perfeita compatibilidade entre produtivismo em termos capitalistas e escravismo. (Fogel e Engerman, 1974)

propriedade camponesa “representa uma das componentes de propriedade parcelar dos utilizadores diretos, ou seja, da forma correspondente, genericamente, às diferentes modalidades da produção simples mercantil e da produção de subsistência” (Hespanha, 1994: 62). Sobre a economia camponesa Hespanha coloca

alguns aspectos [...] que permitem entender a funcionalidade da posse da terra no sistema econômico camponês: 1. Numa economia pouco diferenciada, a elevada dependência dos recursos naturais leva a maior parte da população a ocupar-se da produção de alimentos ou da produção de outros bens de origem agrícola destinados igualmente a satisfazer consumos essenciais [...] 2. O grupo doméstico e a comunidade constituem as células básicas de reprodução do sistema camponês [...] 3. A preocupação dominante numa economia em que os recursos são escassos consiste em assegurar a subsistência dos produtores, garantindo a disponibilidade dos factores básicos da reprodução e evitando todas as ações que possam pôr em risco a sua segurança econômica e a dos grupos (Hespanha, 1994: 66).

Santos classifica quatro principais formas de propriedade que podem ser percebidas na sociedade capitalista hoje: 1) a *propriedade estatal*, toda a terra que pertence ao Estado; 2) a *propriedade parcelar dos utilizadores diretos*, se refere à pequena propriedade de produção camponesa – onde os proprietários também se constituem como sua própria força de trabalho; 3) *grande propriedade tradicional*, propriedade de baixa lucratividade e produtividade, onde o capital está muito mais presente no valor patrimonial da terra do que na produção propriamente dita; 4) *propriedade industrial-financeira*, a condição jurídico econômica na qual a terra, enquanto condição de propriedade, ancora a produção econômica agropecuária em larga escala (Santos, 1983: 55-60).

O capital, segundo Santos, seria o dinamizador da configuração econômica e social da propriedade, bem como suas possíveis metamorfoses e readequações:

se os sobre lucros que possibilitam a renda são produzidos pelo capital é este que em última instância determina a eficácia econômica da propriedade fundiária e é ele também que, pelo seu movimento de reprodução, estrutura e desestrutura as diferentes formas de propriedade fundiária (Santos, 1983: 60).

Essas readequações passam, como já foi visto, por diferentes níveis de concorrência desigual, seja a dos proprietários com os não proprietários, seja a dos pequenos proprietários com os grandes proprietários. O estágio atual do capitalismo no campo trouxe, entretanto, outro componente de desigualdade que foi a tecnologia.

Segundo Marx, há uma relação direta entre a modernização técnica e a precarização na vida do trabalhador, uma vez que se impõe um sistema de concorrência entre a máquina e o indivíduo. Segundo o mesmo

todo o sistema de produção capitalista baseia-se na venda da força de trabalho como mercadoria pelo trabalhador. A divisão manufatureira do trabalho particulariza essa força de trabalho, reduzindo-o à habilidade muito limitada de manejar uma ferramenta de aplicação estritamente especializada. Quando a máquina passa a manejar a ferramenta, o valor-de-troca de força de trabalho desaparece ao desvanecer seu valor-de-uso. O trabalhador é posto fora do mercado como papel-moeda retirado da circulação. A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, não mais imediatamente necessária à auto-expansão do capital, segue uma das pontas de um dilema inarredável: ou sucumbe na luta desigual dos velhos ofícios e das antigas manufaturas contra a produção mecanizada, ou unindo todos os ramos industriais mais acessíveis, abarrotando o mercado de trabalho e fazendo o preço da força de trabalho cair abaixo do seu valor [...] Quando a máquina se apodera, pouco a pouco, de um ramo de produção, produz ela miséria crônica na camada de trabalhadores com que concorre. Quando a transição é rápida, seus efeitos são enormes e agudos (Marx, 2011: 491).

Na agricultura, esse estágio de concorrência desleal entre as máquinas e as técnicas tradicionais é similar àquele verificado no contexto inglês entre a indústria e o artesanato, segundo o qual “sua vitória é tão certa quanto a de um exército equipado com armas de fogo em luta contra os índios armados de arco e flecha.” (Marx, 2011: 512-513). Nesse sentido é que o “progresso técnico [...] ora substitui virtualmente trabalhadores, ora os suprime de fato”. (Marx, 2011: 516). Na agricultura, a consequência mais visível desse fato é o grande processo de migração dos campos para a cidade que ocorre na medida em que a agricultura se mecaniza.¹³

Esse pano de fundo estrutural possui múltiplas variantes em diferentes escalas temporais e espaciais. Entretanto, algumas dessas tendências acima descritas só vêm se materializar mais visivelmente a partir da década de 1990.

¹³ “Na agricultura, o emprego da maquinaria está, em grande parte, livre dos prejuízos físicos que acarreta ao trabalhador na fábrica, mas atua, de maneira mais intensa e sem oposição, no sentido de tornar supérfluos os trabalhadores, conforme se verá pormenorizadamente mais tarde. Nos condados de Cambridge e Suffolk, por exemplo, a área cultivada ampliou-se muito nos últimos 20 anos, enquanto a população rural, no mesmo período, decresceu tanto relativa, quanto absolutamente” (Marx, 2011: 596).

Para tentar tornar mais complexo esse esquema genérico, parte-se da premissa de que as especificações econômicas territoriais e locais são importantes para definir os tipos de capitalismo que se formam em diferentes países, regiões, localidades. Há, por exemplo, formas capitalistas de desenvolvimento que são especificamente urbanas, outras rurais, ou mesmo híbridas, no caso de integrações econômicas regionais. O capitalismo também se estabelece com um padrão variável em torno de diferentes unidades de produção. Na economia camponesa e na agricultura familiar, ele se institui sobre um formato menos agressivo – já que a exploração da mais-valia é diluída sobre a renda familiar e a mão-de-obra e o controle dos meios de produção são fundidos. Na economia agrícola de larga escala, principalmente em empresas transnacionais, o capitalismo adquire um caráter mais excludente – onde se inibe a livre concorrência e as relações de trabalho interpessoais mediante a ascensão de uma economia monopolista e da precarização da mão-de-obra. Nesse caso, a tendência geral à oligopolização da economia capitalista desenvolve-se, mesmo sobre circunstâncias diferentes, em vários níveis e setores da produção de mercadorias (Hespanha, 2009).

No setor agropecuário brasileiro, a economia colonial foi pensada e estruturada a partir do tripé, monocultura, latifúndio e escravismo. As zonas de produção monoculturais de exportação conviveram com zonas de produção de abastecimento interno, principalmente, diante da necessidade de produção de alimentos que sustentasse o crescimento populacional brasileiro nesse período. Os processos de modernizações foram determinantes para um desequilíbrio entre uma economia agrícola monocultural e uma latifundiária – pautada sobre o trabalho precário (seja mão-de-obra escrava ou livre) – e as zonas de minifúndio, produtoras de alimento, com o uso da mão-de-obra camponesa, familiar ou com demandas mais modestas de empregabilidade de mão-de-obra. Desde a implementação de engenhos centrais e usinas de cana de açúcar, ainda na sociedade oitocentista, que tal processo é identificado. Na década de 1960, entretanto, inicia-se a operacionalidade de um vulto progressivo de modernização técnica no setor agropecuário que irá remodelar o sistema monocultural de exportação até níveis mais alarmantes de concentração fundiária, desequilíbrio ambiental e dependência em relação ao capital financeiro. Denomina-se essa adição de modernizações tecnológicas abruptas e crescentes na produção rural de Revolução Verde.

A Revolução Verde surge nos Estados Unidos sobre as promessas de solucionar o dilema malthusiano em torno do crescimento populacional e a insustentabilidade social e econômica gerada a partir de tal fato. O elemento-chave para solucionar essa problemática passava, então, pela melhoria tecnológica dos meios de produção na agricultura e pecuária, já que assim, em tese, conseguia-se produzir uma quantidade de alimentos proporcional ao aumento da demanda de mercado. A economia rural deveria se adequar às regras de competitividade do mercado, moldando, com isso, os padrões de eficiência, produtividade e financiamento. Ao adequar o mercado como regulador da produção agropecuária, entretanto, suprimiu-se a economia camponesa em várias esferas. Em níveis de produção, muitos pequenos agricultores ficaram reféns dos sistemas de financiamento bancário, dos altos custos dos insumos agrícolas e da formação de grandes complexos econômicos que passaram a monopolizar vários ramos da cadeia produtiva, como o mercado varejista, de agrotóxicos, de maquinário agrícola, o beneficiamento final da produção e, posteriormente, o mercado de sementes geneticamente modificadas (Rosset, 2006 e Correia, 2007).

No Brasil, o primeiro agente dinamizador da Revolução Verde foi o Estado Militar pós-64. Foi fomentada uma série de políticas públicas, como financiamentos à agricultura de exportação, uma política de colonização do Oeste, pautada no latifúndio e a fundação de escolas e centros de pesquisa agrotécnicos operando a produção de *commodities* mediante a implementação de novo maquinário agrícola e uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos.

Sobre essa primeira fase de expansão do capitalismo no campo brasileiro Andrade afirma que

um dos problemas mais sérios nesta segunda metade do século XX é a expansão do modo de produção capitalista no campo, desagregando os modos de produção organizados no país após a abolição da escravidão, ou que com ela coexistiram, em que o “camponês” estava voltado para a produção de alimentos para si e de produtos comerciais para o proprietário. A desagregação dos modos de produção pré-capitalistas, que apresentavam características próprias nas várias regiões do país, é feito com a expropriação do trabalhador rural e a sua expulsão das terras que ocupava (Andrade, 1981: 16-17).

Se entre 1964 e o final da década de 1980, o Estado apresentava-se como difusor direto da Revolução Verde, a partir da década de 1990, com o enfraquecimento deste em razão da adoção de um conjunto de políticas econômicas neoliberais, novos atores irão

substituí-lo, iniciando um ciclo mais agressivo da mercantilização da economia agropecuária nacional. Cada vez mais, o Estado desaparelhava a sua participação direta em tal processo de modernização, mesmo sem abandonar o seu papel de financiador mediado por bancos e órgãos públicos como BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Ministério da Agricultura, entre outros. Gradativamente, à medida que se aproximava da virada do século, os principais agentes operacionais da Revolução Verde passaram a ser o mercado financeiro e as grandes corporações agrofarmacêuticas. Com isso, adicionou-se ao pacote tecnológico da Revolução Verde a utilização de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) produzidos e patenteados por empresas transnacionais como a Bayer, a Monsanto, a Syngenta e a Dupont. Os setores da cadeia produtiva ficaram cada vez mais concentrados, principalmente na produção de bicompostíveis, soja, celulose, açúcar, carne bovina, citricultura.

Em Portugal, o processo de modernização do sistema agropecuário alentejano esteve em curso também na década de 1960, paralelamente ao processo de industrialização em torno de maiores cidades do país: Lisboa e Porto. Esses dois fatores macro-conjunturais geraram um esfriamento nas lutas sindicais dos trabalhadores rurais durante a época do fascismo, já que, pressionados pela precariedade do trabalho agrícola, vários camponeses alentejanos migraram em busca de uma melhoria material de vida. Durante os anos mais efervescentes das ocupações das terras no Alentejo, muitos desses camponeses que participaram no processo em causa fizeram-no como emigrantes regressos à sua terra natal. A estrutura agrária alentejana na época do 25 de Abril estava subdividida entre latifúndios tradicionais (pautada na produção de suínos, caprinos, ovinos, centeio, bolota e cortiça, mas também usados como reserva cinegética ou simplesmente deixados incultos) e empresas agrícolas totalmente orientadas para o mercado, muitas delas usando sistemas de irrigação e produção de novos componentes agrícolas, como o tomate.

A Revolução Verde e as mudanças tecnológicas em torno da fertilidade do solo ampliaram a renda fundiária. Isso gerou, pelo menos, duas consequências: a primeira foi uma escalada progressiva global do preço da terra e a outra foi a gradativa supressão dos terrenos menos férteis, concomitante a uma gradual concentração fundiária. Esse comportamento revela a natureza de uma mudança estrutural na agricultura e pecuária que consiste na tendência de supressão de economias rurais não adaptadas às intervenções tecnológicas da revolução verde, como a economia camponesa, dos ribeirinhos, dos

quilombolas, dos indígenas, e também rejeita a própria ideia de viabilidade de uma compatibilidade entre capitalismo e biodiversidade e capitalismo e economia camponesa.

Para a produção de alimentos, a conjuntura é ainda mais grave, pois os efeitos diretos da concentração fundiária e da escalada de seu produto enquanto uma mercadoria regulada pelo mercado internacional elevou substancialmente o seu preço, contribuindo, ainda mais, para a situação de miséria e de fome.¹⁴

Há um mistério na mercadoria que, segundo a teoria marxista, é a sua ação de “encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho” (Marx, 2011: 94).¹⁵ E nesse mistério – o fetichismo – se insere a questão dos alimentos. Ou seja, o alimento, dentro do mercado global, está cada vez mais a depender desse mistério que encobre não só as relações sociais deploráveis, algumas à beira do escravismo (ou a escravidão propriamente dita), como as graves consequências da privatização da água, do solo e da natureza, a contaminação de alimentos por agrotóxicos e os malefícios dos alimentos transgênicos à saúde humana.¹⁶

¹⁴ Se pensarmos em termos humanitários, o alimento, enquanto valor de uso universal, deveria ser regulado pelas necessidades humanas, ganhando um status anticapitalista de mercadoria especial. Mas não é. Portanto, coloca-se nas relações de venda e compra como qualquer outra mercadoria, criando uma anomalia: seres humanos sem poder vender sua força de trabalho em vistas de terem a sua condição mínima de subsistência que é o alimento. Ou seja, a fome. Mas aí podíamos também questionar, poderia ele mesmo nessa condição, ter a sua liberdade garantida para produção do seu próprio alimento? Também não. E quem garante isso é o direito de propriedade.

¹⁵ Além do que Marx coloca ainda que outro mistério da mercadoria é “por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho” (Marx, 2011: 94).

¹⁶ “O valor não traz escrito na frente o que ele é. Longe disso, o valor transforma cada produto do trabalho num hieróglifo social” (Marx, 2011: 96). Entretanto, na concepção capitalista do termo, o que “interessa aos que trocam os produtos é saber quanto de outras mercadorias podem receber pela sua; em que proporções, portanto, os produtos trocam” (Marx, 2011: 96). E é nesse ponto de vista que, o alimento a se tornar uma mercadoria comum, estabelece-se sob nenhum tipo de critério humanístico (como abastecer a população do planeta) ou sustentável ambientalmente. Pelo contrário, o lucro a todo custo, muitas vezes retira o alimento de quem mais precisa, em detrimento de um tipo de produção de produtos agropecuários que pode ser mais rentável. Muitos produtos inclusive nem sequer se compõem enquanto alimentos, são, por exemplo, celulose, biodiesel, ou produtos de baixo teor nutricional como soja e açúcar.

1.5 A reforma agrária e o horizonte pós-capitalista

Esses questionamentos envolvem, então, uma abordagem abrangente sobre questões cruciais para podermos moldar teoricamente o objeto de análise a ser trabalhado nessa pesquisa. Conclui-se que é interessante rever a questão da propriedade em si, tanto em termos de sua função em níveis de direito, como também de relação econômica. Para isso é necessário projetarmos os sistemas de relação de propriedade como algo complexo e variável, apesar da tendência hegemônica da propriedade privada em termos capitalistas para se estabelecer sobre as outras formas de propriedades pré-capitalistas. Segundo Hespanha

de um ponto de vista sociológico a propriedade apresenta-se como algo muito mais complexo do que a simples relação jurídica de apropriação e de exclusão. Para além desta, existe todo um sistema de relações sociais produtor de efeitos em diferentes domínios (circulação de excedentes, representação política, investimento simbólico, etc.) e fortemente relacionado com os modos de estruturação social. No caso particular da propriedade fundiária de uso primordial agrícola, não só o acesso e a fruição econômica da terra são regulados por esse sistema de relações, como o é a própria reprodução, ao longo de gerações, da estrutura de classes da sociedade rural. A existência de um tal sistema obriga, assim, a conceber a propriedade como uma instituição complexa, que se define por uma pluralidade de dimensões (jurídicas, econômicas, políticas, simbólicas) e que, interiorizando uma dada estrutura social, se apresenta sobre formas muito diversas cada uma delas evidenciando um elevado grau de correspondência com um dado componente dessa estrutura (Hespanha, 1994: 16).

Nesse sentido, o autor refere-se que em um mesmo patamar jurídico e de relações econômicas ocorrem “conglomerados de relações de propriedade de diferente natureza [...] nomeadamente para analisar sistema fundiários complexos, como os que se encontram nas sociedades com um forte componente camponês” (Hespanha, 1994: 16). Ocorre então a existência de formas de propriedade diferenciadas da forma hegemônica. As relações sociais nessas formas de propriedade também se diferenciam e os efeitos das contradições relativas ao direito de propriedade e a vontade geral, e a contradição terra, trabalho e capital são mais brandos.

Para Hespanha, a “análise das relações do capital com a propriedade depende da quantidade de níveis que se consideram no sistema fundiário e na interação de cada um deles com os restantes e com as estruturas que compõem a esfera do capital” (Hespanha, 1994: 17). Segundo essa tese, há formas que se relacionam com o capital de forma menos excludente do que outras. Um sistema de propriedade mais heterogêneo garantiria uma

melhor qualidade de vida no meio rural, mesmo com a tendência desse sistema se transformar com o gradativo advento do capitalismo financeiro no setor agropecuário e no mercado de terras.

No capitalismo atual, a propriedade adquire uma nova forma, onde o direito de propriedade deixa de representar “um direito sobre as coisas materiais (fábricas, matérias primas, máquinas, dinheiro, etc.), transformando-o (de novo) num direito a valores não corpóreos, basicamente rendimentos” (Hespanha, 1994:34). Para Marx, a tendência para a concentração da propriedade privada do capitalismo, por se constituir um poderoso agente inibidor da mudança estrutural, deixaria tudo na mesma. A mudança por completo só viria, assim, com a abolição da propriedade privada.

A divisão da posse fundiária nega o grande monopólio da propriedade fundiária, o supra-sume, mas apenas porque universaliza esse monopólio. Não supra-sume o fundamento do monopólio, a propriedade privada. Ela ataca a existência, mas não a essência do monopólio. A consequência disso é que ela cai vítima das leis da propriedade privada (Marx, 2010: 75).¹⁷

Hespanha, entretanto, discorda de que a reforma agrária parcelar, no caso francês, tenha servido unicamente para fortalecer o capitalismo ou saciar o desejo da propriedade que o campesinato supostamente nutria pela terra; mas afirma que “o direito de propriedade veio a contribuir poderosamente para a sobrevivência, em ambiente capitalista, das formas não-capitalistas” (Hespanha, 1994:44). O autor também ressalta que

a interdependência e a integração elevadas que caracterizam as sociedades modernas parecem não ter sido capazes de impedir a afirmação de espaços de sociabilidade estruturados em formas de organização e de funcionamento dotados de uma assinalável autonomia. É o que passa, muito claramente, em áreas rurais, não obstante as mudanças profundas ocorridas ao longo das últimas décadas (Hespanha, 1994: 15).

¹⁷ Debate sobre a reforma agrária universaliza a propriedade privada – Marx não leva em consideração o abalo que o capitalismo sofre ao ver a propriedade dividida. Esse abalo é, pelo menos do ponto de vista ideológico, por parte do capitalismo. E essa afirmação de Marx é uma das inspirações do cooperativismo coletivista. Ele segue na defesa do modelo associativo: “A associação aplicada à terra e ao solo, partilha a vantagem da grande posse fundiária do ponto de vista nacional-econômico, e realiza primeiramente a tendência originária da divisão, a saber, a igualdade, assim como ela também coloca a ligação afetiva do homem com a terra de um modo racional e não mais mediado pela servidão, pela dominação e por uma tola mística da propriedade, quando a terra deixa de ser um objeto de regateio e se torna novamente, mediante o trabalho livre e a livre fruição, uma propriedade verdadeira e pessoal do homem” (Marx, 2010: 76).

De tal modo, o capitalismo tem mais dificuldade em inserir-se na agricultura em estruturas fundiárias menos desiguais do que em zonas de latifúndio onde há uma fusão entre as antigas relações sociais e políticas de poder do antigo proprietário de terras com a inserção do capitalismo rural em forma de empresas, empresários ou conglomerados agrícolas.

Além disso, nos casos em tela, a luta pela terra traduziu-se como uma das manifestações contrárias à hegemonia da propriedade privada e o modelo de reforma agrária, de uma forma ou de outra, tratava-se de uma superação parcial dos moldes tradicionais de exploração da terra e dos moldes capitalistas, pelo menos, a nível local.

Marx afirmava que a divisão do direito de propriedade não alteraria o sistema capitalista, mas o curioso é que o próprio sistema resistiu a qualquer alteração no status do direito de propriedade, o que nos alenta ao fato de que qualquer abalo ao direito de propriedade é um abalo do próprio sistema capitalista. Concorro, assim, com Hespanha, quando o mesmo afirma que a divisão da propriedade privada é, em si, uma forma alternativa de propriedade, que não é tipicamente capitalista e tem mesmo condições de sobreviver e resistir a ele, apesar da forma hegemônica da propriedade privada e do capitalismo tender a suprimi-lo (Hespanha, 1994).

Mediante tais observações, chega-se a duas conclusões que serão melhor trabalhadas na pesquisa. A primeira é que o direito de propriedade privada constituiu-se enquanto direito hegemônico em detrimento de uma série de outros direitos como os direitos comunitários dos camponeses indígenas e quilombolas, os direitos dos povos, os direitos da natureza, os direitos humanos (desde os mais básicos, como direito a moradia e alimentação) e os direitos democráticos que previam a democratização da terra.

A segunda observação é que o sistema capitalista não precisou da reforma agrária para se desenvolver no meio rural. O capitalismo adaptou-se às antigas estruturas fundiárias e acoplou as antigas elites rurais para a formação de um novo modelo de unidade de produção agropecuária, o agronegócio. A reforma agrária, por isso, foi se transformando de uma pauta capitalista a uma pauta anticapitalista. E a luta pela terra e a reforma agrária, que antes possuía um viés pré-capitalista ou mesmo inserido no sonho de ter a propriedade privada, cada vez mais, passa por um horizonte pós-capitalista.

Capítulo 2: Os movimentos camponeses

No primeiro capítulo, destaquei algumas características contraditórias da propriedade privada em termos genéricos: no senso do direito, a contradição entre o direito de propriedade e a vontade geral; e no prisma político-econômico, a relação terra, capital e trabalho. Essas contradições levam a uma tensão específica e constante quando o direito de propriedade privada é transmitido para a propriedade fundiária em termos capitalistas: a luta pela terra. Nesse ponto, a luta pela terra aqui não envolve necessariamente o confronto direto, mas sim um panorama mais complexo no qual constitui uma abrangência múltipla de possibilidades de negociação e conflito.

No segundo capítulo, estabelece-se um elo entre essas contradições e a formação de grupos coletivos organizados de camponeses, entre os quais, movimentos de reforma agrária.¹⁸ Para não cairmos num determinismo histórico vulgar, considera-se que essa associação, entretanto, é algo historicamente circunstancial que pode ocorrer em alguns casos e em outros não. Nesse percurso, trata-se do campesinato enquanto uma categoria analítica que perpassa uma concepção econômica e antropológica. Por fim, deter-me-ei também sobre o conceito de resistência camponesa, com referência à teoria marxista de consciência de classe sob o critério do que Santos define como tradução dos saberes.

2.1 Sobre o campesinato

Apesar de várias considerações sobre a imprecisão de um conceito de campesinato que abrange sua diversidade espacial e temporal, notam-se duas características recorrentes nas ciências sociais: ora está conexo a uma relação de trabalho com a terra; ora está associado a uma relação cultural com a terra, que abrange, desde concepções ocidentais românticas de uma ruralidade bucólica até relações culturais menos ocidentalizadas, onde o meio ambiente e a humanidade não possuem necessariamente uma

¹⁸ Os movimentos camponeses de reforma agrária são uma forma de movimentos de luta pela terra decorrente de certa especificidade histórica, por isso que trataremos mais especificamente sobre a reforma agrária quando falarmos especificamente do contexto português e brasileiro, no capítulo 4. O foco desse capítulo será, portanto, os movimentos camponeses dentro de uma abrangência maior.

relação de exploração. Por um lado, debate-se o campesinato em suas funcionalidades econômicas, destacando, tanto a economia interna da família camponesa, quanto as relações entre economia camponesa e capitalismo. Por outro, discute-se o campesinato mediante alguns debates relativos às concepções antropológicas de parentesco, de comunidade ou de cultura.

Para Marx, a economia camponesa era uma “indústria patriarcal rural”, parcialmente autônoma, onde a família supria as suas necessidades através de “sua própria e espontânea divisão do trabalho”, dependendo de certas variáveis de clima e de tempo (Marx, 2011: 100). A citada economia agrega um tipo singular de propriedade, a “propriedade coletiva natural”, ou, meramente, a “forma comunitária”. Outras características são: uma economia doméstica de unidade familiar, a relação capital-terra diferenciada que se estabelece na pequena propriedade, a forma como se instituem as desigualdades entre grande e pequena propriedade e as similaridades entre a exploração do proletário rural e do campesinato.

A visão marxista sobre o campesinato revela uma série de contribuições aos estudos da sociologia rural, entretanto estabelece algumas barreiras teóricas ao protagonismo político do campesinato enquanto classe. Para Marx, o campesinato é ora uma classe “atrasada”, ora uma classe “conservadora”, ora uma classe “iludida”. É atrasada, porque tende a desaparecer com o advento do capitalismo; é conservadora, pois se relaciona diretamente com a propriedade privada (embora diferentemente do grande produtor); e é iludida, pois está presa a “um desejo juvenil” de possuir a propriedade privada, o que justifica, para o caso francês, o apoio político dos camponeses a Luis Bonaparte. Como afirma Hespanha, para Marx,

o proletariado é o instrumento histórico da transcendência da alienação, a classe universal que por condensar o máximo da desumanização está destinada a conduzir a revolta que irá pôr termo à sociedade de classes. Todas as outras classes, cuja reprodução se baseia na propriedade privada dos meios de produção e do produto, só podem ter uma prática conservadora, reacionária mesmo, enquanto resistem à proletarização – a antecâmara da emancipação humana. Desta prognose histórica que Marx vai procurar fundamentar cientificamente durante toda a sua vida, decorre em grande parte aquilo que é apontado como a antipatia, ou mesmo a hostilidade de Marx para com os camponeses (Hespanha, 1984).

Marx entende que a industrialização no campo iria suprimir a pequena agricultura e o latifúndio antigo, transformando-os em empresas capitalistas agrícolas com proletários rurais. A chegada de máquinas à agricultura também teria o efeito de substituir a mão-de-obra, gerando uma situação de pobreza extrema cuja única solução seria a migração para as cidades. Ou seja, a modernização da agricultura e a industrialização iriam originar uma tendência a desruralização e, conseqüentemente, descampesinação da economia. Em sua perspectiva econômica, Marx tinha certa razão quando, ao longo do século XX, os países ocidentais viram a sua população rural decrescer enormemente em detrimento da população urbana. Entretanto, o fato é que o campesinato não desapareceu. Como afirma Shanin,

os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia camponesa circundante, que pervade suas vidas (Shanin, 2005: 9).

Alguns sucessores de Marx, notadamente, Kautsky e Lenin, irão reconsiderar o protagonismo político camponês, mediante a tese da proletarização do campesinato (Hespanha, 1986).

Com uma considerável influência marxista, Kautsky foi um dos precursores da teoria econômica do campesinato, nomeadamente pelo seu aplicado e extenso trabalho sobre a questão agrária alemã. Em analogia àquilo que Marx tratava, a economia camponesa foi examinada com mais detalhes, sobretudo nas suas mutações perante o capitalismo. Nessa ótica, o autor descreve como a economia camponesa perdeu a autossuficiência tão propagada em tempos pré-capitalistas, ao instituir um laço estreito com o mercado. Argumenta-se que frente às necessidades de consumo de produtos para além da unidade de produção, o camponês foi obrigado a

converter seus produtos em dinheiro, levando-os para o mercado e lá passando a vendê-los. [...] foi assim que o camponês se transformou naquilo que hoje por camponês se entende, coisa bem diferente do que fora desde o início: um simples agricultor (Kautsky, 1986: 19).

O campesinato representa um papel duplo, de proletário, vendendo a sua força de trabalho ao mercado, e de proprietário autônomo, trabalhando para si mesmo.

Mesmo não sendo a reforma agrária um fenômeno da modernidade, as suas origens remontam aos projetos de lei dos irmãos Tibério e Caio Graco na Roma Antiga, tendo sido Kautsky que a colocou como parte de um projeto de superação da sociedade capitalista.¹⁹ Não é mera coincidência quando Prado Jr. (2000) ou Stédile (1994) ao se referirem aos problemas do campesinato brasileiro nomeiem a “questão agrária brasileira” e que Cunhal (1976) faça o mesmo para o caso português. Para compreender os pormenores do projeto de Kautsky, entretanto, é necessário se ater ao caráter desenvolvimentista da sua proposta de reforma agrária. Apesar de situar as evidências sobre a sobrevivência da pequena propriedade no capitalismo, para o autor, um grande estabelecimento agrícola tinha várias vantagens econômicas em relação a um pequeno. Entre estas, estão:

as pequenas perdas em áreas de cultivo, sua economia em inventário (morto ou vivo), sua possibilidade de recorrer à maquinaria [...] vantagens com as quais o pequeno estabelecimento não conta; considerando ainda, que no grande estabelecimento de exploração agrícola pode haver uma divisão do trabalho, uma administração cientificamente treinada e uma superioridade comercial característica, vantagens que, mas do que ao pequeno estabelecimento, lhe permitem obter mais facilmente o crédito (Kautsky, 1986: 98).

A vantagem da pequena empresa agrícola em relação à grande resumir-se-ia a uma “maior aplicação e cuidado por parte do trabalhador, do homem que trabalha para si (ao contrário do assalariado) e a ausência de necessidades”, complementado naquilo que irá se definir como “subconsumo do pequeno estabelecimento” (Kautsky, 1986: 99).

É necessário ser admirador fanático da pequena propriedade para ver qualquer vantagem nessa coação que ela exerce sobre os trabalhadores, coação que os transforma em simples animais de carga e cuja vida toda, exceto nas horas de dormir e de comer, não passa de tempo exclusivamente dedicado ao trabalho (Kautsky, 1986: 100).

É sob o prisma da superioridade da grande propriedade sobre a pequena que Kautsky irá nomear as etapas do processo de transição do capitalismo para o socialismo no campo. Primeiro deveria ocorrer o capitalismo no meio rural e a proletarização dos

¹⁹ No debate do direito, Rousseau (1999a) já tratava sobre a necessidade de se colocar o direito de propriedade sobre a premissa da “vontade geral”.

agricultores. Depois, a organização dos trabalhadores para transformar a agricultura através da tomada das terras. Por fim, estabelecia-se um cooperativismo estatal socialista.

Apenas que caberá ao proletário vitorioso e a ele tão somente a iniciativa de recorrer à produção cooperativa; caberá a ele criar as condições que permitam estabelecer, de fato e não apenas do ponto de vista teórico, a passagem da atividade artesanal e agrícola para a grande produção cooperativa (Kautsky, 1986: 118).

Um projeto socialista teria que possuir uma “meta obrigatória da substituição da posse dos meios de produção, a necessidade de sua transferência das mãos do capitalista para o domínio da sociedade”. Consolidar-se-ia, portanto, uma reforma agrária cujo modelo era a cooperativa socialista ou, nas palavras do próprio, um latifúndio socialista no qual

não mais serão lavrados por pobres escravos assalariados, mas administrados por sindicatos abonados, constituído por pessoas livres e felizes, teremos, em lugar do referido êxodo rural, um êxodo mais rápido ainda, um êxodo urbano em busca do grande estabelecimento comunitário. A barbárie será eliminada, então, de todos os setores em que a mesma se fixou (Kautsky, 1986: 269).

Essas ideias influenciaram fortemente o planejamento da economia agrícola soviética e a formação das *kolkhozes*. Foi nesse contexto que Lênin declarou que para fundar uma “ordem socialista” seria necessário “tirar aos grandes proprietários agrários as suas propriedades, aos fabricantes as suas fábricas, aos banqueiros os seus capitais em dinheiro, aniquilar a sua propriedade privada e entregá-las nas mãos de todo o povo trabalhador em todo o Estado” (Lênin, 1984: 22). Com esse intuito, a divisão da propriedade não é levantada como algo substancial perante a tomada das propriedades rurais pelos trabalhadores. Lênin assenta que o camponês deveria se unir à causa do proletário agrícola e, conseqüentemente, do proletário urbano, já que ele “semi deixou de ser proprietário e se tornou um assalariado, um proletário. É por isso que se chama a esses camponeses *semiproletários*” (Lênin, 1984: 35). Para Lênin, portanto, o camponês era um proletário em potencial.

Lênin irá redefinir o conceito de luta de classes no campo, segundo o qual, tanto o camponês quanto o trabalhador rural possuem uma situação de miséria similar, decorrente de uma posição de proletarização. Essa luta de classes deveria ser atrelada diretamente à

luta que ocorria nas cidades e, em termos de estratégia política, estabelecer-se-ia, para isso, a aliança operária-camponesa.

O principal crítico das teses de Lenin e Kautsky e, conseqüentemente, das políticas agrárias soviéticas, foi Chayanov. Segundo o mesmo, os debates acerca do campesinato se ateriam mais a questões específicas da produção camponesa e não enfocaria, unicamente, a questão do capital. Para o mesmo, os termos das teorias econômicas do capitalismo não se aplicam em algumas outras economias não capitalistas. A economia camponesa seria uma dessas formas não capitalistas, estruturada a partir da “produção não remunerada da unidade familiar” (Chayanov, 1966: 1). Segundo o autor,

a motivação da atividade econômica do camponês não atua como a de um empresário que, como resultado do investimento de seu capital recebe a diferença entre renda bruta e despesas gerais de produção, mas sim como a motivação do trabalhador em um sistema peculiar de taxa-parcial que permite-o individualmente determinar o tempo e intensidade do seu trabalho (Chayanov: 1966: 41-42).²⁰

A produção da família camponesa se pauta a partir das necessidades de consumo e sobrevivência do núcleo familiar que é equilibrada pela atividade de trabalho não remunerada dos próprios membros da família. Chayanov, contudo, disserta acerca de várias condicionantes em relação a essa fórmula, como “as condições específicas da unidade de produção”, “sua situação no mercado”, o tamanho da família, as necessidades da mesma, a localização da unidade de produção (tanto em relação à fertilidade do solo, quanto à proximidade do mercado consumidor do excedente de produção), a quantidade de membros da família incapazes de trabalhar, entre outros (Chayanov, 1966: 6). “A exploração de trabalho agrícola familiar tem de fazer uso da situação do mercado e das condições naturais de uma forma que lhe permite fornecer um equilíbrio interno para a

²⁰ Tradução livre do autor: “the motivation of the peasant’s economic activity not as that of an entrepreneur who as a result of investment of his capital receives the difference between gross income and production overheads, but rather as the motivation of the worker on a peculiar piece-rate system which allows him alone to determine the time and intensity of his work” (Chayanov: 1966: 41-42).

família, juntamente com o padrão mais elevado possível de bem-estar” (Chayanov, 1966: 7).²¹

Para Chayanov, a análise marxista tinha como foco a economia nacional, a economia política, e havia uma dificuldade para transferir a sua análise para os conceitos de economia privada na agricultura. O objeto de análise de Chayanov é o “balanço do trabalho-consumo familiar”, que também pode ser alocado na “consciência econômica do trabalho familiar” (Chayanov, 1966: 220).

O campesinato possui, portanto, uma situação particular própria de sua unidade de produção familiar que balanceia entre a necessidade de suprir a sua demanda familiar de consumo (desde os suprimentos básicos aos eletrodomésticos, por exemplo) e a necessidade de investimento na produção familiar. O trabalho familiar constitui-se, muitas vezes, em uma autoexploração de sua força de trabalho. Numa situação de arrendamento ou de proletarização, a unidade camponesa encontra-se numa tendência ao desequilíbrio, já que nesse caso vê-se obrigada a aumentar a autoexploração de sua força de trabalho para pagar uma renda ou ainda a mais valia a um senhor.²² Sobre a situação dos proletários agrícolas, Chayanov faz o mesmo alerta do que Lenin e Kautsky: “trabalho na época da servidão na Rússia não significou escravidão no sentido de escravidão negra na América, nem a do mundo antigo, ainda que possa ter se aproximado disso (Chayanov: 1966: 22)”.²³

Chayanov critica duramente o modelo das kolkhoses, as cooperativas estatais soviéticas, opondo-se à ideia de Kautsky de latifúndio socialista e de maior produtividade em larga escala. Tal qual no latifúndio capitalista, o latifúndio socialista também pode desequilibrar a economia familiar camponesa ao capturar mais trabalho do camponês e prejudicar severamente a sua auto-exploração para o sustento da família. Nesse caso, a produtividade é atingida em detrimento do bem-estar da família. Em oposição a esse

²¹ Tradução livre do autor: “The family labor farm has to make use of the market situation and natural conditions in a way that enables it to provide an internal equilibrium for the family, together with the highest possible standard of well-being” (Chayanov, 1966: 7).

²² É dessa forma (mediante a potência da auto-exploração de sua força de trabalho) que, em determinadas circunstâncias históricas, como a que ocorreu (e infelizmente continua a ocorrer) no Bico do Papagaio e no distrito de Beja, a situação de trabalho e condições de vida de um camponês é similar à de um escravo.

²³ Tradução livre do autor: “Labor in Russia’s serf epoch did not mean slavery in the sense of negro slavery in America, nor only that of the ancient world, even though it may have approximated to it” (Chayanov: 1966: 22)

modelo, sugere um sistema integrado e direcionado para a unidade familiar camponesa, ou seja, no equilíbrio entre as demandas de consumo, a necessidade básica da família e a auto-exploração de sua força de trabalho. Chayanov irá, portanto, se preocupar mais com o bem-estar da família camponesa do que necessariamente com a questão da produtividade, apesar de admitir que o capitalismo provoca um desequilíbrio forte nesse campo doméstico.

Chayanov reprova vorazmente as ideias de proletarizar a agricultura, verticalizar as kolkhoses e pensar o planejamento econômico das cooperativas como um capitalismo de Estado. Em lugar disso, propõe uma “gradual criação de latifúndios tecnicamente muito bem organizados que, em certo momento da economia socialista, seriam nacionalizados a fim de formarem um sistema de abastecimento de grãos e carnes” (Chayanov, 1966: 266).

²⁴ Ele assume, entretanto, que, mediante o curso das políticas da União Soviética, tal ideia era inaplicável.

Para o caso polonês, Galesky também irá focar a unidade doméstica como cerne da economia camponesa. Em seu ponto de vista, deve-se alocar uma compreensão das necessidades básicas da família camponesa nos estudos econômicos já que, na prática da vivência camponesa, tais necessidades se confundem com as demandas de empreendedorismo. A produção agropecuária é um fator chave para se entender a economia camponesa. Entretanto, há também outras variáveis como as necessidades da família, a hierarquia de decisão no parentesco, e critérios não essencialmente econômicos, como de conveniência ou de prestígio. Por exemplo, comprar um trator tem tanto sentido quanto comprar um refrigerador para a casa (Galeski, 1972: 11). A economia camponesa é um dos elementos que compõem as relações sociais do campesinato, tal como o parentesco e as relações de comunidade local. Compreende-se que o camponês é, ao mesmo tempo, um empreendedor de sua própria terra e um gerente das necessidades da economia doméstica. Aborda-se que o equilíbrio entre essas duas características vai ocorrer de acordo com uma série de variáveis, como “as condições socioeconômicas que a fazenda opera”, as condições dos equipamentos agrícolas, a fertilidade do solo, o clima e as

²⁴ Tradução livre do autor: “Gradual creation of large and technically quite well-organized farms. At a certain moment in the formation of the socialist economy, these are supposed to be nationalized and to form a system of “grain and meat factories” (Chayanov, 1966: 266)

imprevisibilidades do tempo, as habilidades pessoais do chefe familiar e a forma como ele gerencia as suas necessidades empresariais e de parentesco (Galeski, 1972: 13).²⁵

Galeski considera que, na economia camponesa, as variedades das atividades laborais são tantas que o termo “agricultor” é mais apropriado para classificar uma série de serviços agrícolas e não agrícolas na unidade de produção (Galeski, 1972: 33).²⁶ Galeski concorda com Marx quando defende que o capitalismo proletariza o camponês. Entretanto, nem a agricultura camponesa, nem suas funcionalidades específicas de produção e classe são eliminadas. Todavia, “a tendência para que isso aconteça é claramente visível” (Galeski, 1972: 40).²⁷ O desenvolvimento da agricultura capitalista separa as funções de economia empreendedora e de economia doméstica, na agricultura camponesa, em detrimento do aparecimento da divisão do trabalho e das estratificações das atividades laborais (Galeski, 1972: 41).

Galeski contrariava fortemente as ideias de Kautsky de superioridade da grande propriedade sobre a pequena remontando à tese de Chayanov do bem-estar, perante a produtividade. “A superioridade da grande sobre as pequenas empresas não é tão óbvia na agricultura como na indústria” (Galeski, 1972: 26).²⁸ O autor contradizia a projeção de uma evolução em etapas que iria levar a economia camponesa de uma forma pré-capitalista ao capitalismo e, posteriormente, ao socialismo. Afirmava, inclusive, a ocorrência de certa incompatibilidade entre o capitalismo e a agricultura por uma série de fatores como o

²⁵ A partir do caso polonês ele tipifica as unidades produtoras em: “a) Residential farms used as family dwelling and place of rest [...]; b) homesteads with low production intended exclusively or almost exclusively for meeting family needs [...]; c) smallholding belonging to agricultural workers who live in the country [...]; d) small-scale enterprises which bring the family a supplementary monetary income [...]” (Galeski, 1972: 15).

²⁶ O autor define o termo ocupação para classificar tais atividades, diferenciando assim de uma relação tradicional de trabalho. Tais ocupações possuem inúmeras funcionalidades como estabelecer quais os grupos de atividades que deva ser diferenciado de outros tipos de atividades na economia doméstica em termos de gerência da renda familiar, entender quais grupos de atividades estão integrados numa relação tradicional de trabalho e quais estão estabelecidos no autoconsumo unidade camponesa, entender quais atividades possuem meios de serem economicamente viáveis e quais não, e entender quais processos de qualificação individuais devam ser almejados, bem como possíveis intervenções de instituições especializadas, principalmente para dar conta daqueles tipo de atividade que nenhum da família possa, por acaso desenvolver (Galeski, 1972: 36).

²⁷ Tradução livre do autor: “the tendency for this to happen is clearly visible” (Galeski, 1972: 40)

²⁸ Tradução livre do autor: “The superiority of large over small enterprises is not as obvious in agriculture as it is in industry”.

caráter da produção camponesa, os riscos naturais da produção e a baixa possibilidade de lucro.

Tanto Marx, quanto Lenin, Kautsky, Chayanov e Galesky abordaram o campesinato sob um viés econômico e político. Por outro lado, no ponto de vista de uma caracterização mais cultural do campesinato, a antropologia realçou as características menos econômicas das relações sociais e culturais dos mesmos, especialmente o parentesco e a comunidade. O paradigma antropológico também irá ampliar o cânone de análise da teoria do campesinato para além da Europa e do capitalismo.²⁹

Redfield trabalha o campesinato como um grupo não capitalista onde a agricultura se torna “seu sustento e seu meio de vida” (Redfield, 1958: 27).³⁰ Influenciado pela teoria estrutural do parentesco de Kroeber e Radcliffe-Brown, o autor projeta uma sociedade camponesa, que abrangia: a família nuclear, parentes próximos, vizinhos, a comunidade, as relações de produção, as relações intra-aldeias, o comércio e o Estado (Redfield, 1958: 22-43). As estratificações sociais ocorriam por meios não econômicos, através das relações no dia a dia dos camponeses com os seus vizinhos, e da aldeia com as entidades formais do governo, em se tratando das esferas do direito (Redfield, 1958: 53). “Visto como um sistema "sincrônico", a cultura camponesa não pode ser compreendida plenamente a partir apenas do que se passa na mente dos moradores da comunidade” (Redfield, 1958: 68-69).³¹ Esse sistema compunha “um cluster de três atitudes ou valores estreitamente relacionados: uma atitude íntima e reverente para com a terra, a ideia de que o trabalho agrícola é bom e

²⁹ Seguindo a tradição de Radcliffe-Brown, segundo o qual a antropologia é a ciência que estuda os povos não-civilizados (Wortmann, 1995: 41). Ou ainda na concepção de Kroeber e de Redfield, onde o campesinato estaria num ponto de interseção entre a civilização e a não civilização (Wortmann, 1995 e Redfield, 1958). Nesse ponto que a própria antropologia também gerou sua forma de invisibilidade e por isso que deve se ter certo cuidado perante tais generalizações antropológicas (principalmente quando envolvem uma concepção de totalidade estrutural), idem para seus pares na política-econômica.

³⁰ Para Redfield, camponês era não capitalista e agricultor (farmer) era o termo correto para a agricultura capitalista. Infelizmente para o autor, na realidade concreta de países nos quais o próprio analisou na América Latina, essa separação não é tão simples, sendo fundamental, na minha opinião a percepção das relações entre a economia capitalista com formas econômicas não capitalistas.

³¹ Tradução livre do autor: “Seen as a "synchronic" system, the peasant culture cannot be fully understood from what goes on in the minds of the villagers alone” (Redfield, 1958: 68-69)

o comércio não tão bom, e uma ênfase na atividade produtiva como virtude principal”³² (Redfield, 1958: 112).

Para o caso da China pré-revolucionária, Fei coloca que o campesinato é “um modo de vida, uma organização formal complexa, um comportamento individual e atitudes sociais integralmente unidas com o propósito de trabalhar a terra com ferramentas simples e mão-de-obra humana” (Fei, 1946: 1-2).³³ Segundo o mesmo, as diferenças econômicas no meio rural eram reais, mas não eram as únicas formas de hierarquias e desigualdades entre os camponeses e a grande propriedade (Fei, 1946: 1). Fei salienta que a família na comunidade campesina obtém uma relação forte de cooperação cotidiana que passa por uma enorme rede de solidariedade e pelas organizações de parentesco. Entretanto, as famílias camponesas, ainda que em seu formato de famílias extensas, não se comparam com as extensas redes de parentescos da nobreza, que garantem a essa última uma forte unidade política intracastela e uma fonte de poder (Fei, 1946: 2-5).

Em uma comunidade em que a indústria e o comércio não são desenvolvidos, em que a terra já fez o seu melhor, e em que a pressão do aumento da população é sentida, pessoas ambiciosas tem que procurar a sua fortuna não por meio de empreendimentos econômicos comuns, mas através de adquirir poder legalmente ou ilegalmente (Fei, 1946: 6).³⁴

Para Soares, o campesinato pode ser definido enquanto um grupo.

Um grupo não é um somatório de fragmentos independentes. É um conjunto de relações vividas a partir do reconhecimento coletivo de uma auto-imagem própria, distintiva e única. Relações marcadas por esta comunhão ideológica e, portanto, de natureza muito particular (Soares, 1981: 103).

³² Tradução livre do autor: “a cluster of three closely related attitudes or values: an intimate and reverent attitude toward the land; the idea that agricultural work is good and commerce not so good; and an emphasis on productive industry as a prime virtue” (Redfield, 1958: 112).

³³ Tradução livre do autor: “a way of living, a complex of formal organization, individual behavior, and social attitudes, dozily knit together for the purpose of husbanding land with simple tools and human labor” (Fei, 1946: 1-2).

³⁴ Tradução livre do autor: “in a community in which industry and commerce are not developed, in which land has already done its best, and in which the pressure of increasing population is felt, ambitious people have to seek their fortune not through ordinary economic enterprises but through acquiring power legally or illegally” (Fei, 1946: 6).

Esse grupo abrangeria dinâmicas de auto-reconhecimento ou reconhecimento em oposição aos grupos externos à comunidade, reconhecimento de coexistência de diversidade e contradições. O campesinato, enquanto grupo, seria ainda “um constructo político-ideológico, móvel, flexível, plástico, como as realidades geradas no processo de luta de classes” (Soares, 1981: 103).

Seguindo preceitos relativistas, Shanin afirma que o camponês é uma categoria mistificada, ou seja, “não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico” (Shanin, 2005: 1-2).³⁵ Seria preciso, então, buscar “uma conceituação mais estrita do contexto social” que salientará várias das dinâmicas semelhantes que vêm sendo usadas para se categorizar o campesinato atentando para a riqueza do estudo de caso (Shanin, 2005: 1-2). Enquanto categoria genérica, geralmente, o camponês estabelece-se nos estudos econômicos ou culturalistas a partir de seis definições possíveis: 1) a econômica, traçada por noções de que a economia camponesa possui características próprias que a diferenciam tanto da economia do proletário agrícola, quanto de uma empresa rural; 2) a política, segundo a qual há padrões políticos comparáveis em organizações camponesas, que vão do apadrinhamento, ao banditismo e à guerrilha; 3) as normas específicas de produção e vida social que variam desde a circularidade do tempo, aos “padrões de cooperação, confrontação e lideranças políticas”; 4) as organizações sociais básicas padrão, como a família e a comunidade; 5) a reprodução social, enquanto “dinâmica específica da sociedade camponesa”; 6) a relação do camponês com o seu protagonismo político nas mudanças estruturais da sociedade. (Shanin, 2005: 3-4).

No lugar da definição pela imprecisão, remete-se, nesse trabalho, para uma categoria de campesinato que agregue conceitos importantes da economia política, sem abandonar a especificação cultural da realidade local. Para isso, pensamos ser Mariategui um autor chave nessa categorização. Ao centrar a análise do campesinato no contexto peruano enfatizando as questões do latifúndio e do índio camponês, aborda-se a

³⁵Entretanto o próprio autor admite que a generalização passa a ser um risco necessário a ser assumido pelo pesquisador. “Seu perigo reside no possível excesso de generalização, pela extrapolação das semelhanças ou sequências conhecidas, simplesmente porque são conhecidas. A própria existência de registros sobre as repetitivas e contundentes semelhanças é um ponto que vale a pena considerar, e é a importância das generalizações baseadas na comparação entre os camponeses. Têm ajudado a enfocar estudos, provocar insights e empregar métodos de pesquisas já testados, assim como desenhar um campo de análise” (Shanin, 2005: 4).

problemática da terra com uma nova crítica socialista baseada num materialismo específico da realidade *quechua* e *aymara*. Para Mariategui (2005), o problema do índio foi pensado erroneamente sob diversos aspectos – racial, administrativo, pedagógico, jurídico, ético, moral e eclesiástico. Sem negar a importância de uma política mais ampla nesses setores, essas versões não se alteram em relação a um eixo da exploração colonial que se constituiu estruturalmente e cotidianamente entre colonizadores e indígenas. Atenta, assim, que o ponto principal para a questão do indígena no Peru se configura mediante pensar a problemática do índio sob o olhar da questão agrária. A partir de tal ideia, o autor peruano desconstrói a versão da epistemologia ocidental ao criticar ferozmente o evolucionismo ou a tese de um processo civilizatório em torno dos indígenas – como também ressignifica o estudo da questão agrária (tradicionalmente visto por Kautsky e Lenin de um ponto de vista restrito à economia política) ampliando o seu debate para os estudos culturais e para a realidade política local, onde o movimento camponês e a luta pela terra desenvolvem-se como um elemento chave (e não secundário) da mobilização social.

Mariategui (2005), ao evidenciar uma característica cultural e produtiva particular do campesinato peruano, dá-nos elementos para buscar uma categoria analítica mais plural. Ao adequar a categoria de campesinato para a realidade local, podemos denominar que o camponês é todo aquele que vivencia as mais diversas formas de cultura campesina no globo. Pode-se pensar, assim, que os trabalhadores permanentes, assalariados e o pequeno proprietário, que utiliza majoritariamente a mão-de-obra familiar, se inserem em tal categoria cultural, apesar de cada um possuir uma relação de produção específica com a terra. Além disso, quando se fala em campesinato, faz-se referência, sobretudo, a vários modos de vida campesinos estabelecidos na cultura local.

Destaca-se que o campesinato, enquanto objeto de análise, não pode ser tratado na análise sociológica como uma categoria inferior qualquer outra. O saber campesino e as suas vozes devem ser ou o elemento central, ou um importante componente empírico, na análise interpretativa acadêmica. A análise sobre o campesinato deve se ater na necessidade de operar uma interpretação que se pautar pelo desperdício do conhecimento e do saber campesino, seja dentro de projetos de emancipação social, em suas pautas de lutas políticas ou na formatação de modelos contra-hegemônicos próprios. Um passo importante a ser dado nesse exercício teórico é pensar o camponês para além do silenciamento

epistemológico ocidental que constantemente o classifica de ignorante, supersticioso, irracional (Santos, 2007). Nesse caso, como afirma Santos,

o camponês surge tarde na história social. Surge para morrer, ou melhor, quando lhe ditam a sentença de morte. O camponês - é assim, desde o início, uma sobrevivência, uma existência por conta de outrem [...] Conceitualizando a partir do que lhe é estranho e o pretende dominar, não admira que o camponês seja captado pela ausência, pela negação, pelo desvio e pela exceção. O camponês é um contra-objecto. Sem que se negue o efeito de múltiplas mediações, esta dependência conceitual é o correlato da subordinação econômica, social e política do campesinato na formação social portuguesa (Santos, 1981: 560).

É por isso que, transitando entre a existência e a não existência, entre as definições rígidas e imprecisas, ou nas concepções econômicas, sociais, antropológicas e históricas, o campesinato é essa categoria fluida em suas especificidades temporais, espaciais e culturais, mas, ao mesmo tempo, tão solidamente reconhecível, seja pelo olhar científico ou pelo senso comum.

2.2 A resistência camponesa

A reflexão sobre a categoria do campesinato também remeteu para a questão da organização política. Por princípio, na teoria marxista, o campesinato constitui uma classe passível de dominação política, como Marx exemplificou em *O 18 Brumário* a propósito do apoio dos camponeses franceses ao bonapartismo. Ao longo do século XX, entretanto, o campesinato torna-se protagonista de episódios revolucionários, como no caso da China, Vietnã, Cuba, Nicarágua, México e Argélia. A imagem do camponês passivo é trocada pela sua antítese: o camponês revolucionário. Assim, cria-se um binômio, onde o campesinato, ora é retratado como o campesinato francês (passivo politicamente), ora como a vanguarda da revolução, ou seja, o campesinato revolucionário maoísta, ou o campesinato guerrilheiro descrito por Guevara.

A partir desse dilema, James Scott estabelece uma caracterização mais ampla da resistência camponesa, que inclui as várias possibilidades de vivência e de resistência que emergem entre o padrão passivo e o padrão ativo de camponês. Assim, parafraseando Reis, pode-se dizer que foi entre o modelo passivo, o camponês que adora àquele que o oprime, e o modelo ativo, o camponês revolucionário maoísta, que se inseriu uma vastidão de experiências de resistências geralmente despercebidas pela pesquisa social (Scott,

1985). Essa descrição é assumidamente influenciada pelo debate iniciado por Eugene Genovese (1988) na historiografia norte-americana sobre a escravidão, seguido, no Brasil, por uma série de historiadores, como Reis (1989), Carvalho (1998), Mattos (1995), Matoso (1982), Slenes (1999).

Scott vai abordar essa problemática ao referir-se que tanto a imagem do camponês passivo, quanto a imagem do camponês como centro de uma vanguarda revolucionária são oriundos de certa mistificação. Para o autor, a maior recorrência de resistência camponesa se inseriu nas “armas comuns relativamente compostas no empoderamento do camponês enquanto grupo: Arrastar o pé, a dissimulação, a deserção, falsa subordinação, furtos, a ignorância simulada, calúnia, fogo posto, sabotagem, e assim por diante” (Scott, 1985: 29).³⁶ Foca-se, então, sobre formas não organizadas de resistência camponesa, ou formas organizadas de maneira não convencionalmente reconhecidas como movimento político como os meios mais comuns de luta campesina.

A resistência no campesinato decorre de formas muito objetivas, como a segurança física, a necessidade de alimentos, terra, segurança (Scott, 1985: 35). Scott afirma que a consciência de classe não nasce de uma equação social, mas sim de uma experiência. Na comunidade camponesa, as relações de classe podem ser detectadas como fundantes para o seu agir político. Entretanto em algumas situações não são aplicáveis. Mas o sentimento comunitário é reforçado por outras redes.

Nem os camponeses, nem os proletários tem suas identidades deduzidas direta ou exclusivamente a partir do modo de produção e quanto mais cedo nos atentar à experiência concreta de classe como ela é vivida, mais cedo vamos apreciar tanto os obstáculos e as possibilidades da formação de classes (Scott, 1985: 43).³⁷

Para Scott, os camponeses se compõem em um grupo sujeito à retirada de poder, ou seja, apesar de ter, em tese, o controle da produção de alimentos, o poder correspondente lhe é retirado por uma série de situações sociais que decorrem da sua

³⁶ Tradução livre do autor: “ordinary weapons of relatively powerless group: foot dragging, dissimulation, desertion, false compliance, pilfering, feigned ignorance, slander, arson, sabotage, and so on”.

³⁷ Tradução livre do autor: “neither peasants nor proletarians deduce their identities directly or solely from the mode of production, and the sooner we attend to the concrete experience of class as it is lived, the sooner we will appreciate both the obstacles to, and the possibilities for, class formation”.

localização no vasto tecido das relações sociais em que o mesmo está envolvido. Os principais agentes externos que retiram o poder dos camponeses são o Estado e as elites rurais.

O campesinato encontra-se na posição irônica de ter ajudado ao poder de um grupo dominante, cujos planos de industrialização, de tributação e de coletivização estão em desacordo com os objetivos para os quais os camponeses tinham imaginado que eles estavam lutando (Scott, 1985: 29).³⁸

Scott coloca ainda que “os valores que os pobres defendem são todos, sem exceção, muito ligados a seus interesses materiais, como classe” (Scott, 1985: 235), apesar de também não se restringir somente a essa questão. Mas, da mesma forma que há estratégias no dia-a-dia de negociação e conflito em busca desse empoderamento e de benefícios materiais, Scott argumenta que há também o seu contraponto: a opressão cotidiana. No caso de Sedaka, essa forma de opressão é vista através de pequenas ações de opressões individuais que atingem a comunidade como um todo, como uma prisão, uma advertência, causando uma situação de medo e passividade.

Quando dizem que, como eles, que "se você reclamar ou não vai dar em nada", eles estão se referindo não só ao poder econômico local dos grandes agricultores, mas, além disso, ao poder coercitivo do Estado e seus agentes locais. A renúncia que isso implica "não é um produto da cultura indígena, mas da situação de poder em que a não-elite se encontra" (Scott, 1985: 282).³⁹

Scott denomina estas formas de resistência, como a fofoca, a resignação, os pequenos saques noturnos, de formas de resistência silenciosas. “O impacto global sobre a estrutura de poder deste tipo de resistência não é muito apreciável. Mas é um dos poucos

³⁸ Tradução livre do autor: “the peasantry finds itself in the ironic position of having helped to power a ruling group whose plans for industrialization, taxation, and collectivization are very much at odds with the goals for which peasants had imagined they were fighting”.

³⁹ Tradução livre do autor: “when they say, as they have, that "whether you complain or not it will come to nothing," they are referring not only to the local economic power of the large farmers but, beyond that, to the coercive power of the state and its local agents. The resignation this implies is "not an indigenous product of culture, but of the power situation in which the non-elite find themselves”.

meios disponíveis para uma classe de subordinados revestir a prática da resistência com o disfarce seguro de conformidade para o exterior” (Scott, 1985: 282-283).⁴⁰

Scott demonstra a sua insatisfação com uma série de estudos que possuem como objeto de análise as revoltas ou rebeliões camponesas, já que, segundo o próprio, sua idéia de resistência cotidiana é muito mais importante para ser analisada por ser algo de maior frequência, menos romanceado e mais efetivo. Para os casos em tela, entretanto, somente a resistência cotidiana não explica suficientemente o objeto de estudo, uma vez que é notória a relação de movimentos de camponeses organizados com a materialização da reforma agrária. Nisso, não se quer reduzir o papel dessa forma de resistência apontada por Scott, mas destacar a organização camponesa como forma de empoderamento capaz de materializar algo que vai de encontro direto com a hegemonia do direito de propriedade: a reforma agrária. Não há, nesse caso, uma disputa de modelos de resistências e é notório que a luta organizada de um movimento social funciona a partir de suas diretrizes políticas e de sua organicidade, mas também inclui múltiplas formas de resistências cotidianas. Nos casos a serem analisados, há uma linha muito tênue entre a revolta cotidiana e as revoltas e rebeliões, até mesmo porque as tais revoltas e rebeliões também emergem do cotidiano dos agentes históricos. O fato, então, é que é importante reconhecer as duas faces genéricas da resistência camponesa que podem inclusive ocorrer mutua e concomitantemente: a cotidiana e outra dentro de movimentos camponeses.

Essa relação dúbia entre rebelião camponesa e resistência cotidiana pode ser compreendida sobre o fato de os camponeses, em certa medida, aderirem a movimentos políticos, não somente pela questão relativa a uma posição de opressão, mas também a uma vivência cotidiana com membros dessa organização, o que faz o movimento social integrar o seu espaço de convivência diária, criando uma similaridade muito tênue entre o que é espaço comunitário e o que é espaço orgânico do movimento social (Wolf, 1999).

⁴⁰ Tradução livre do autor: “The overall impact on the structure of power of this nibbling away is not very appreciable. But it is one of the few means available to a subordinate class to clothe the practice of resistance with the safe disguise of outward compliance”.

A resistência camponesa pode ser operada, portanto, de várias formas: individual ou coletivamente através de migrações, revoltas, expressões artísticas, protestos e buscas de modelos alternativos de produção.

Esse trabalho trata a respeito de uma situação específica dessa gama de pluralidade que envolve a resistência camponesa: a forma como os camponeses ousaram empreender uma organização social que culminou numa reviravolta em suas vidas, nas de suas famílias, nas da organização social em questão e na estrutura social e política do Sul Paraense e do Sul Alentejano. E o que fizeram de diferente essas pessoas que se tornaram poderosos agentes de mudanças em torno da emancipação social? Ou seja, o que diferencia as pessoas que, em uma dada situação de opressão, não se rebelam efetivamente para acabar com tal opressão e as outras que, em situação similar, se rebelam? Essas respostas envolvem conceitos distintos de rebeldia e esses distintos conceitos de rebeldia muitas vezes envolvem as condições sociais, políticas e culturais para o desenvolvimento de condições de rebeldias que são particulares a determinadas formas de opressão. Em determinadas situações, a fuga, a resignação ou mesmo a sobrevivência se estabelecem como formas de resistências (muitas vezes as únicas possíveis). Outros acham que podem se dar melhor servindo subservientemente ao patrão. Há outros casos em que a resistência aponta para o caminho da organização coletiva. Os últimos representam politicamente aqueles que mais provavelmente podem operar uma mudança social de forte expressão, como é o caso da reforma agrária. Ou, nas palavras de Mao, representam aqueles capazes de ser a faísca que pode incendiar toda a pradaria.

2.3 Consciência de classe e ecologia dos saberes – exercício de um diálogo

Ao descrever os movimentos camponeses como uma entre muitas outras formas de resistência campesina, cabe nos atermos a algumas questões de representação política específica a essa forma de organização. Para isso, é necessária uma reflexão inicial sobre a teoria marxista da consciência de classe. Chama-se atenção, entretanto, que tal conceito pode ser usado para subdividir grupos que resistem e grupos que não resistem, reproduzindo uma equação problemática cujos resultados são ou o extremo da resistência ou o extremo da passividade. Reconhece-se, portanto, que o conceito marxista de consciência de classe tem esse problema. Entretanto, o problema não o invalida, nem

implica necessariamente desenvolver-se um relativismo ortodoxo para afirmar uma consciência de classe que pouco tem a ver com o problema levantado pela teoria marxista que é: como os indivíduos reagem politicamente a uma situação de opressão social, política e econômica, notadamente no capitalismo? Pensa-se com isso que o conceito de consciência de classe não deve ser invalidado nem complexificado a ponto de torná-lo irreconhecível. Devemos, entretanto, reconhecer as suas problemáticas para colocá-lo em pé de igualdade com outras formas de saberes, naquilo que Santos denominou de “ecologia dos saberes”. A consciência de classe deve ser, portanto, tratada na esfera do que Santos afirma ser o diálogo intercultural de saberes.

Quero chamar atenção que não encontrei, em minha pesquisa de campo, nenhuma evidência da existência de um indivíduo completamente rebelde ou, sua cara-metade, o indivíduo completamente submisso. Encontrei, porém, uma poderosa coletividade emergente contra-hegemônica. Nessa coletividade, não se perpassam unicamente as relações políticas e sociais estruturadas classicamente como conflitos de classe, apesar delas se destacarem nitidamente nas entrevistas. Mas, às vezes, o sentimento de coletividade envolve também o meio ambiente, a terra, a sobrevivência, a família, a religião, o mundo dos mortos. E destrinchar isso da cultura, da consciência crítica, da identidade, da consciência de classe é quase um trabalho de metafísica. O campo da agência política e seu principal dilema da individualidade e coletividade é tão vago e plural, tão cheio de armadilhas e de uma vastidão de exemplos e contraexemplos que o exercício do sociólogo lembra um pouco o exercício de um astrônomo, ao expandir a realidade finita a olho nu a uma vastidão infinita de planetas, eixos, galáxias, estrelas, nebulosas e buracos negros. Todavia, se a vastidão do universo não inibe o trabalho do astrônomo, penso também que o sociólogo não deve ter receio de considerar o desafio de complexificar as relações das consciências e agências políticas humanas, por mais particularizadas que possam parecer.

Então, vou começar a localizar minha pergunta nesse universo. O que quero refletir no debate sociológico é por que em uma determinada situação específica de opressão, a ação coletiva contra-hegemônica ocorre e noutras não. Afinal de contas, estou a discutir a luta pela terra no Brasil e em Portugal e o que quero saber é por que essas resistências contra as variáveis formas de opressões do latifúndio são efetivadas em um movimento social campesino e em outros casos não. Claro que também se levanta aí a

questão da particularidade histórica e das condições que levam à emergência de uma resistência coletiva contra-hegemônica; mas atento também que o particularismo histórico não explica tudo e que podemos então aprofundar um debate amplamente travado na sociologia ocidental para tratar essa temática: o debate da consciência de classe.

Esse debate será, entretanto, amparado por uma categoria sociológica elaborada por Santos denominada *ecologia dos saberes*, na qual se coloca as diversas formas de conhecimentos em pé de igualdade. O debate da consciência é relativo à própria concepção da epistemologia ocidental (pelo menos grande parte dela) de encarar o pensamento filosófico a partir do indivíduo. Essa é uma crítica de Dussel (2008) em seu livro intitulado “Marx y la Modernidad”, afirma que quando se trabalha com comunidades livres, trabalhadores associados, camponeses cooperados, estamos tratando de uma filosofia que parte da comunidade. Ele afirma que, nesses casos, que o fundamento da economia é a vida humana comunitária como necessidade (Dussel, 2008). Isso é notório quando tratamos de comunidades camponesas mesmo na Europa. Santos já afirmara que

é igualmente errado atribuir indiscriminadamente ao camponês e à pequena agricultura a característica do individualismo. Tal individualismo só existe para quem tenha do associativismo/gregarismo a concepção liberal, industrial, e urbana, institucional e burocraticamente racional (Santos, 1981: 561).

Neste aspecto, a concepção individualista, geralmente crítica de uma suposta coletividade, é igualmente problemática no caso da análise sobre a consciência de classe e o campesinato.

Antes de especificarmos a consciência de classe em Marx, é notório que vejamos que o ter consciência em sua obra aparece como algo inerente a todos os humanos. Ao comparar um arquiteto com uma abelha, Marx distingue que o arquiteto “não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante de seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade” (Marx, 2011: 212). E é justamente a consciência que diferencia um do outro.⁴¹ Para Marx, a religião também é uma forma de consciência

⁴¹ Gramsci ao tratar o conceito de intelectual também argumentava que, na realidade, quando se faz a distinção entre intelectuais e não intelectuais, referimo-nos unicamente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, ou seja, consideramos a direção sobre a qual cai o peso maior da atividade

subvertida: “é a consciência e o sentimento que de si possui o homem, o qual ainda não alcançou domínio de si mesmo ou tivera perdido agora” é também o elemento consciente que prende o povo a miséria,⁴² ou seja, a religião é “o ópio do povo” (Marx, 1968: 7). Evidentemente, Marx atribuía um triunfalismo da consciência científica, em relação à consciência religiosa:

o dever da filosofia é a aniquilação da pessoa humana em seu aspecto profano, logo a haver sido desmascarada a forma sagrada da negação da pessoa humana. A crítica do céu se transforma assim em crítica da terra, a crítica da religião, na crítica do direito, a crítica da teologia na crítica da política (Marx, 1968:7).

Estabelece-se, então, uma hierarquização de consciência na qual as consciências não científicas (que inclui a religião) são subalternizadas em detrimento de uma consciência superior, a filosofia. Mesmo se valorizando enquanto consciência humana, a religião adquire um papel de consciência inferior a ser superada pela filosofia. O desafio da conscientização consiste, portanto, em substituir a filosofia pela religião nas consciências individuais do povo. “A arma da crítica não pode suportar evidentemente a crítica das armas; a força material deve ser superada por força material, porém também a teoria chega a ser força material apenas se dominada pelas massas” (Marx, 1968: 22). Ou ainda, “não pode haver uma revolução sem cumpri-la pela base. A emancipação do alemão é a emancipação do homem. O cérebro desta emancipação é a filosofia e seu coração é o proletariado” (Marx, 1968: 22).

Marx assumia que as pessoas adquiriram “personificação das relações econômicas que elas representam” (Marx, 2011: 110). Isso, necessariamente, não implica, numa relação direta, que tais personificações determinam toda e qualquer consciência do ser humano. A consciência de classe, por isso, não é algo que engloba a totalidade das

específica profissional, a atividade intelectual contra o esforço muscular e nervoso. O que significa que se podemos falar de intelectuais, não podemos, ao contrário, falar de não intelectuais, já que os não intelectuais não existem. Mas a relação entre esforço da elaboração intelectual-cerebral e esforço muscular-nervoso não é sempre a mesma, porque existem vários graus de atividade intelectual específica” (Gramsci, 2012: 140).

⁴² Ele refere que “o homem não é algo abstrato, um ser aleijado do mundo. Quem disse: ‘o homem’, disse o mundo do homem: Estado, Sociedade. Este Estado, esta sociedade produz a religião, uma consciência subvertida do mundo, porque ela é um mundo subvertido. A religião é a interpretação geral do mundo, seu resumo enciclopédico, sua lógica em forma popular, seu *point d'honneur* espiritualista, sua exaltação, sua sanção moral, seu solene complemento, seu consolo e sua justificação universal” (Marx, 1968: 7).

consciências possíveis, mas é uma consciência especialmente voltada para as relações de trabalho.

Marx compreendia que a consciência natural do homem é “a atividade consciente livre” (Marx, 2010: 84) e que “o homem faz da sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência”. Todavia, “o trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência” (Marx, 2010: 85). Para Marx, a representação da opressão se estabelece em níveis subjetivos por que “quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, e tanto menos o trabalhador pertence a si próprio” (Marx, 2010: 81).⁴³

A situação de opressão associa-se à retirada dos meios de vida e a situação da consciência é a reação a isso, é uma forma de sobrevivência. O trabalhador “não se afirma, [...] em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito” (Marx, 2010: 82-83). Marx continua, “o auge desta servidão é que somente como trabalhador ele pode se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador” (Marx, 2010: 82).

Marx cita também que o capitalismo teve como influência no mundo das subjetivações individuais quando “o lugar de todos os sentidos físicos e espirituais passou a ser ocupado, portanto, pelo simples estranhamento de todos esses sentidos, pelo sentido do ter”. Para tal, “a propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é o nosso objeto se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós, etc. enfim usado” (Marx, 2010: 108). A consciência de classe passa a ser, então, uma forma de leitura desse estranhamento ocasionado na relação capital-trabalho.

⁴³ “Quanto mais [...] o trabalhador se apropria do mundo externo, da natureza sensível, por meio do seu trabalho, tanto mais ele se priva dos meios de vida segundo um duplo sentido: primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um meio de vida do seu trabalho; segundo, que cessa, cada vez mais, de ser meio de vida no sentido imediato, meio para a subsistência física do trabalhador” (Marx, 2010: 81).

É a partir dessas considerações que Marx desenvolve posteriormente o conceito de classe em si e classe para si. Classe em si representa a estruturação econômica e social dialética, que no capitalismo objetivamente, pela apropriação dos meios de produção pela burguesia, o trabalhador é obrigado a vender a sua força de trabalho. A mais valia, nesse caso, afigura o montante da produção do trabalhador que é apropriado pela burguesia, a partir de uma relação de trabalho (capitalista) que formata a construção material de uma classe social específica (o proletário). Classe para si representa, por outro lado, uma situação na qual alguns agentes históricos se reconhecem como explorados por tal configuração de relações de trabalho e se identificam com o outro, em situação similar, para formar um discurso representativo de seus interesses em comum (Marx, 1985).

Para Mauro Iasi, a consciência de classe em Marx é encarada sob o ponto de vista da metamorfose onde as conexões entre as demandas individuais e os discursos coletivos se operam quando as mudanças dos interesses e desejos do sujeito se refletem em novas formas discursivas. A consciência coletiva não se cristaliza, nem se dogmatiza, mas, principalmente, se transforma a partir dos anseios pessoais numa relação econômica estruturada (Iasi, 2006). Tal estruturação, contudo, também não se consolida unicamente nos anseios econômicos, mas também nos do sujeito e, por isso, a ideia de metamorfose das consciências de classe deve ser aplicada para além da própria ideia de classe.

Para Thompson, as categorias de classe em si e classe para si é anacrônica, restrita ao caso inglês, e torna-se um problema quando alargada a outras circunstâncias históricas por criar a ideia de “falsa consciência” e por conter uma perspectiva de evolução teleológica-civilizacional da humanidade, onde a evolução das consciências geraria, automaticamente, a evolução da civilização. Todavia, isso não quer dizer que a concepção de consciência de classe deva ser abandonada ou que a consciência de classe não exista ou deva ser jogada para os estudos da cultura ou para o conceito vago de identidade. Para Thompson, a consciência de classe pode ser evidenciada historicamente em alguns costumes em comum de determinada classe ou, para ser mais generalista, na prática social real (Thompson, 1987).

A consciência de classe ganha outros contornos em Spivak, que atribui que parte da problemática de tais termos está “nas diferenças entre as ‘mesmas’ palavras: *consciousness* e *conscience* em inglês, representação e ‘re-representação’” (Spivak, 2010:

32). Para a autora, “*consciousness* é a condição de estar ciente de algo, enquanto *conscience* aponta para questões éticas e morais” (Spivak, 2010: 32). A representação estaria associada à representação política, “no âmbito do Estado e da economia política” e ‘re-presentação’ “na teoria do sujeito”, no âmbito dos desejos e da teatralidade (Spivak, 2010: 33). É nesse contexto que Spivak compreende as formas não convencionais de representação e consciência dos camponeses franceses na obra de Marx. Por isso, afirma que “quando passamos à questão concomitante da consciência do subalterno, a noção daquilo que o trabalho não pode dizer se torna importante” (Spivak, 2010: 65). “Há pessoas cuja consciência não podemos compreender se nos isolarmos em nossa benevolência ao construir um Outro homogêneo se referindo apenas ao nosso próprio lugar no espaço do Mesmo ou do Eu” (Spivak, 2010: 70).

Spivak define que os padrões de racionalidade e consciência são deliberados pela racionalidade ocidental, por uma engenharia de conhecimento europeia, e que os padrões e racionalidade e consciência de um subalterno devem ser pensados em padrões abertos a outras engenharias de conhecimentos não tipicamente ocidentais. Quando se escreve sobre consciência, automaticamente, faz-se referência a um tipo de leitura de realidade. Essa leitura pode ser feita, sob o olhar da ciência europeia, ou sob a ótica da pluralidade de saberes, ou ainda sobre um híbrido intercultural. Spivak resgata a importância de se analisar a heterogeneidade nas relações de poder, desejo e interesses – a partir da qual, se deliberam vários silenciamentos sob o formato de uma narrativa coerente dos grupos coletivos. Nisso, estabelece-se sua principal crítica ao conceito de consciência de classe em Marx: “a pessoa que age ou fala é sempre uma multiplicidade, que nenhum teorema intelectual, partido ou união podem representar” (Spivak, 2010: 70). Constrói-se uma desconexão entre os discursos coletivos e os desejos dos sujeitos, já que o interesse individual não é articulado, segundo a autora, com o interesse do grupo. Isso ocorre, principalmente, quando várias situações de opressão estão combinadas, no caso, a mulher, negra e pobre, ou as viúvas indianas. Nesses exemplos, para Spivak, as vozes dos subalternos são totalmente silenciadas.

É sob a égide dessas e de outras críticas e considerações que a ideia de consciência de classe é ainda usada na sociologia. Criou-se um dilema dentro da própria teoria marxista: por um lado, os teóricos invalidam os conceitos de classe em si e classe para si, em detrimento de outras análises mais sofisticadas do comportamento político

coletivo, por outro, alguns movimentos sociais, não encontrando soluções mais plausíveis ao questionamento dos intelectuais do conceito classe em si, classe para si, adotam-no em suas análises de estratégia política.

Para solucionar esse entrave, proponho que um bom começo é o que Santos afirma: para haver diálogo, deve-se ter, em primeiro lugar, o reconhecimento da incompletude do próprio pensamento. Ou seja, o reconhecimento que todo saber possui sua dosagem de ignorância e toda ignorância possui sua dosagem de saber (Santos, 2002a).

O conceito de consciência de classe nas ciências humanas e na estratégia política deve ser debatido para definir algo simples e latente – por que, em uma dada condição de opressão estruturada, alguns indivíduos, se juntam com outros e se revoltam e porque outros não. Por outro lado, feito de maneira simplista, torna-se um debate arriscado na medida em que a divisão de seres sem consciência e com consciência, ou ainda, sociedades sem consciência e sociedades com consciência hierarquiza os valores sociais de um grupo sobre outro ou de uma sociedade sobre outra.⁴⁴

O conceito de consciência de classe é responsável por um cisma entre o conhecimento emergido na militância política e o conhecimento emergido na academia. As duas formas de conhecimento possuem convenções e argumentos geralmente opostos sobre tal categoria sociológica. Se, por um lado, a academia, desde os novos estudos marxistas, aos pós-estruturalistas e pós-coloniais vem refutando veementemente o que considera ser, na melhor das hipóteses, uma simplificação teórica, muitos movimentos sociais e partidos políticos de inspiração marxista recusam abandonar tal conceito que possui uma importância real nas definições das estratégias, notadamente, da chamada luta de massas. Na questão estratégica, porém, não se trata de ter consciência ou não, mas o facto de determinadas formas de consciência levarem o indivíduo à mobilização social e outras não.

Para pensar sobre esse desafio, sugiro que o marxismo deva ser colocado sob o ponto de vista da ecologia dos saberes. Nesse sentido, a voz dos povos subalternos, sejam os agentes individuais ou coletivos, constitui-se na fonte natural de tal ecologia, já que a

⁴⁴ Essa hierarquização além de problemática é profundamente perigosa, por estabelecer valores de superioridade de uma sociedade sobre outra.

diversidade de sua prática reflete a necessidade de diálogo com outras formas de saberes, sejam eles advindos da cultura tradicional ou eurocêntrica, do Norte ou do Sul. Santos destaca a necessidade de

construir um modo de interpelar as teorias e as disciplinas a partir de uma racionalidade mais ampla que designo por razão cosmopolita assente nos procedimentos não convencionais da sociologia transgressiva das ausências e das emergências [...] Os movimentos de libertação contra o colonialismo e os novos movimentos sociais – do movimento feminista ao movimento ecológico, do movimento indígena ao movimento dos afrodescendentes, do movimento camponês ao movimento da teologia da libertação, do movimento urbano ao movimento da LGBT – além de ampliarem o âmbito das lutas sociais, trouxeram consigo novas concepções de vida e de dignidade humana, novos universos simbólicos, novas cosmogonias, gnoseologias e até ontologias. Trouxeram também novas emoções e afectividades, novos sentimentos e paixões. Foram estes movimentos que criaram as condições para a sociologia das ausências e das emergências (Santos, 2007: 10).

Nesse caso, as limitações dos saberes desenvolvidos pelo essencialismo da realidade se complementam, em diálogo com a prática da experiência. O marxismo desenvolvido por esses grupos emancipatórios não adquire um viés dogmático – pois não se transforma em um saber com a impureza da indolência própria da academia ou dos projetos centralistas, mas, sobretudo, um saber que foi construído a partir da pedagogia da realidade, da libertação e do oprimido. Tal saber não se fecha em si, mas é aberto ao diálogo, por exemplo, com a ecologia, feminismo, direitos humanos e direitos dos homossexuais. Dialogam, inclusive, com aquilo que foi silenciado por formas marxistas mais dogmáticas (Santos, 2007).

Para compreendermos melhor a associação entre o debate da consciência de classes e da ecologia dos saberes, iremos nos aprofundar sobre tal conceito. Em *Para uma Sociologia das ausências e das emergências*, Santos parte do paradigma da “reinvenção da emancipação social”.⁴⁵ Segundo o mesmo, o primeiro critério para isso ocorrer é o reconhecimento de que a razão ocidental operou uma série de invisibilidades e ausências ao colocar no campo do atraso, improdutivo, bárbaro, inferior ou ilegal, uma vasta e rica

⁴⁵ Ele coloca como exemplos de tal reinvenção várias experiências desenvolvidas por movimentos sociais, partidos progressistas e movimentos emancipatórios principalmente no Sul, tais quais democracia participativa, sistemas de produção alternativos, multiculturalismo, direitos coletivos, cidadania cultural, alternativas aos direitos de propriedade intelectual e biodiversidade capitalista, novo internacionalismo operário (Santos, 2002a).

experiência de emancipação social dos subalternos, principalmente os do Sul. Por isso, o autor vai nominar a racionalidade ocidental de “razão indolente”. Santos irá estabelecer que há quatro formas de razão indolente: a razão impotente, a arrogante, a metonímica e a proléptica.⁴⁶ É preciso, portanto, avançar para além do que se denominou de razão metonímica, segundo o qual,

é obcecada pela ideia de totalidade sob forma da ordem. Não há compreensão nem acção que não seja referida a um todo e o todo tem absoluta primazia sobre cada uma das partes que o compõem. Por isso, há apenas uma lógica que governa tanto o comportamento do todo como o de cada uma das partes. Há pois uma homogeneidade entre o todo e as partes e estas não tem existência fora da relação com a totalidade. As possíveis variações do movimento das partes não afectam o todo e são vistos com particularidades [...] A forma mais acabada de totalidade para a razão metonímica é a dicotomia, por que combina, do modo mais elegante, a simetria com a hierarquia. A simetria entre as partes é sempre uma relação horizontal que oculta uma relação vertical. Na verdade, o todo é uma das partes transformadas em termo de referência para as demais. É por isso que todas as dicotomias sufragadas pela razão metonímica contêm uma hierarquia: cultura científica/cultura literária; conhecimento científico/conhecimento tradicional; homem/mulher; cultura/natureza; civilizado/primitivo; capital/trabalho; branco/negro; Norte/Sul; Ocidente/Oriente e assim por diante (Santos, 2002a: 242).

Para deslocar o debate da consciência para além da razão metonímica e de sua consequência (de classe, de gênero, étnica) mais evidente, o binarismo, ou seja, a divisão do mundo entre pessoas com consciência e sem consciência, deve-se estender o debate não para a esfera do binarismo superior/inferior, mas do reconhecimento da pluralidade de consciências e de como elas se operam mediante a ordem hegemônica. Tal pluralidade deve ser debatida para além da individualidade freudiana, ou de outra projeção de individualidade tipicamente ocidental, sexista, branca. Mas, principalmente, à pluralidade contida nas racionalidades desperdiçadas, onde o binarismo coletivo/indivíduo pode ser superado.

⁴⁶ A razão impotente “aquela que não se exerce porque pensa que nada pode fazer contra uma necessidade concebida como exterior a ela própria; a razão arrogante, que não sente necessidade de exercer-se porque se imagina incondicionalmente livre e, por conseguinte, livre da necessidade de demonstrar a sua própria liberdade; a razão metonímica, que se reivindica como a única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade, ou se o faz, fá-lo apenas para torná-la matéria prima e a razão proléptica, que não se aplica a pensar o futuro, por que julga que sabe tudo a respeito dele e o concebe como uma superação linear, automática e infinita do presente.” (Santos, 2002a: 240).

Isso porque, segundo Santos, a razão metonímica gerou cinco diferentes tipos de “lógicas de não existência”: “1) monocultura do saber (afirmação de verdade da ciência); 2) monocultura do tempo linear (direção do tempo, rumo da história, divisão de povos civilizados/primitivos); 3) monocultura da naturalização das diferenças, a lógica da classificação social, naturalização das hierarquias em classificações sociais, como branco/negro mulher/homem; 4) lógica da escala dominante; 5) lógica produtivista. Cada uma dessas lógicas de não existência geraram, por sua vez, cinco tipos diferentes de categorias sociais com dinâmicas subalternizadoras: 1) o ignorante; 2) o residual; 3) o inferior; 4) o local; e 5) o improdutivo. Para cada uma dessas categorias monoculturais, Santos sugere um tipo diferente de ecologias, por ordem: a ecologia dos saberes, a ecologia dos tempos lineares, a ecologia dos reconhecimentos, a ecologia transescalar e a ecologia da produtividade. Particularmente, sobre a primeira, a ecologia dos saberes representa um sistema dialógico onde

o que cada saber contribui para esse diálogo é o modo como orienta uma dada prática na superação de uma certa ignorância. O confronto e o diálogo entre os saberes é um confronto e diálogo entre diferentes processos através dos quais práticas diferentemente ignorantes se transformam em práticas diferentemente sábias (Santos, 2002a: 250).

Em *Para Além do Pensamento Abissal*, Santos estabelece um enfoque maior em dois aspectos do projeto de reinvenção da emancipação social: o direito e as epistemologias do Sul. Sobre o último ponto, o autor vai afirmar que o pensamento europeu é um pensamento abissal, pois divide os conhecimentos não europeus do outro lado da linha e coloca o seu conhecimento como único verdadeiro ou com validade científica. “Do outro lado da linha, não há conhecimento real; existem crenças, opiniões, magia, idolatria, entendimentos intuitivos ou subjetivos, que, na melhor das hipóteses, podem tornar-se objectos ou matéria-prima para a inquirição científica” (Santos, 2007: 5). Santos descreve ainda que “em cada um dos dois grandes domínios – a ciência e o direito – as divisões levadas a cabo pelas linhas globais são abissais no sentido em que eliminam definitivamente quaisquer realidades que se encontrem do outro lado da linha” (Santos, 2007: 6). No campo epistemológico, um dos exercícios possíveis é a ecologia dos saberes que se comporta justamente na categoria de pensamento que o autor denomina de “pós-abissal”. A ecologia dos saberes é vista, entretanto, como um “diálogo de

incompletitudes”, ou seja, o reconhecimento da ignorância de cada saber é também uma forma de gerar uma carência ao diálogo com outros saberes. A ecologia dos saberes não se trata, entretanto, de um exercício de usar os saberes não ocidentais como “fontes”, mas sim de colocar em pé de igualdade os saberes. Para isso, ele atribui que a tradução intercultural “é ‘atributo pós abissal’ mais característico da ecologia dos saberes” (Santos, 2007:30). Assim, a tradução intercultural e por conseguinte o reconhecimento das incompletitudes dos saberes são os elementos chaves da ecologia dos saberes e também é o que a diferencia do mero culturalismo. Por isso que,

a incerteza sobre a diversidade inesgotável da experiência do mundo decorre de uma preocupação em não desperdiçar a experiência de mundo num contexto em que este parece ter esgotado a capacidade de inovação libertadora. Do mesmo modo, a incerteza sobre a possibilidade e a natureza de um mundo melhor decorre de um sentimento contraditório de urgência e de mudança civilizacional a respeito de uma exigência de transformação social. Desta dupla preocupação, nasce o impulso para a ecologia dos saberes e os contextos específicos em que a preocupação ocorre determinam os saberes que integrarão um dado exercício da ecologia de saberes [...] A preocupação com a dimensão espiritual da transformação social pode levar a ecologias entre saberes religiosos e seculares, entre ciência e misticismo, entre teologias da libertação (feministas, pós-coloniais) e filosofias ocidentais, orientais, indígenas, africanas, etc. (Santos, 2007: 20).

Seguindo tal preceito, podemos tratar aqui a teoria da consciência de classes, primeiramente reconhecendo suas incompletudes, notadamente, a divisão do mundo entre seres sem consciência e com consciência, e a concepção proléptica de atribuir certo progressismo civilizacional que acompanha esse progressismo das consciências. Entretanto, tal teoria, hoje em dia, é importantíssima nas lutas sociais, tanto em níveis estratégicos quanto filosóficos. Para tal teoria ser atribuída num contexto epistemológico mais abrangente, podemos tratá-la como mais um saber que, em diálogo com outros saberes e nas vozes e estratégias dos movimentos sociais, se transforma num poderoso instrumento e teoria emancipatória.

No seu prisma clássico, o debate da consciência de classe envolvia-se com uma relação mono-opressiva – onde as relações de classe davam conta da totalidade de todas as opressões sociais. A questão é que a opressão também é plural e, por isso, penso ser importante tratarmos aqui de uma pluriopressividade. Como refere Santos, “não há agentes históricos únicos, nem uma forma única de dominação. São múltiplas as faces da dominação e da opressão e muitas delas foram irresponsavelmente negligenciadas pela

teoria crítica moderna” (Santos, 2000: 27). Assim, uma primeira limitação dos debates da consciência de classe é que, em princípio, ele somente dá conta de uma forma de opressão hegemônica, a opressão originada na relação dialética entre capital e trabalho. Mas, ainda assim, é um debate extremamente válido para resgarmos uma consciência plural que emerge sobre uma pluralidade de opressões. Queria, aqui, pontuar que a pluralidade opressiva atua sobre uma tendência unitária, sendo por isso que, muitas vezes, formas de opressão aparentemente distintas, como capitalismo e colonialismo, ou capitalismo e machismo, ou capitalismo e racismo possuem uma maior tendência de unidade do que de cisma.

2.4 As consciências camponesas

A identificação do camponês como classe social remete a uma categoria clássica de pequenos proprietários de terras. Nessa concepção, diferencia-se o camponês do trabalhador agrícola. Numa concepção mais culturalista – coloca-se o campesinato definindo-se a partir de sua própria cultura; colocando o trabalhador assalariado e o pequeno proprietário numa mesma categoria. Nessa última concepção, as relações de trabalho não são os únicos fatores determinantes que definem o campesinato enquanto classe, apesar de ser um importante fator. O campesinato define-se, enquanto classe, por uma questão de identidade pela terra e pela ruralidade,⁴⁷ e também pela não incorporação do mesmo numa classe de proprietários de terras com um alto número de empregados. A consciência camponesa é um híbrido, entre a consciência do local da força de trabalho camponesa na divisão do trabalho agropecuário e o auto-reconhecimento do camponês a

⁴⁷ Ver conceito de ruralidade de Abramovay onde a idealização de territórios rurais sustentáveis passa também por uma nova forma de abordagem do termo ruralidade, o associando a toda multissetorialidade das economias dos municípios rurais a partir de um conceito espacial integrado, que consiga mapear os pontos de interseções que permeiam o escoamento produtivo, as unidades de capacitação, o modelo de desenvolvimento, as influências culturais regionais e as relações institucionais formando uma idealização de rural que consiga agregar em torno dela os vários tipos de relações sociais e culturais que permeiam a vivência do homem e da mulher do campo. No conceito de ruralidade deve se destacar também a relação com a natureza, observando que há um ideal paisagístico, tendo o campo como um local bucólico, símbolo de paz interior e harmonia entre indivíduo e meio ambiente (Abramovay, 2003).

partir de anseios pessoais que o ligam fortemente à ruralidade e à natureza. A consciência campesina pode agregar valores étnicos, feministas, anti-imperialistas, religiosos.⁴⁸

As consciências campesinas agregam formas de utopias próprias do campesinato, que envolve a boa convivência com a natureza, seja numa relação de bucolismo, como até mesmo religiosa. Agrega viver para a terra e dela retirar o sustento da família. É uma forma de ver a natureza diferenciada. Um exemplo disso é a chuva, geralmente vista com aspecto negativo pelos moradores das cidades, mas que para os camponeses detém um aspecto positivo, quando vem na época certa. Os ciclos da natureza correspondem aos ciclos da agricultura camponesa, aos ciclos de sua vida. Essa utopia, mediante tantas formas de expropriações das terras e estrangulamento da economia camponesa, pode também agregar outras utopias, como nos casos em tela, onde a utopia socialista fundiu-se com a utopia desses camponeses, ressignificando a própria ideia de socialismo.

⁴⁸ O camponês foi colocado a margem do processo revolucionário por uma larga tradição marxista. O protagonismo principal da efetiva mudança das estruturas sociais coube à classe operária. A consciência de classe poderia transformar a classe operária no baluarte da revolução e a consciência de classe – o máximo que ela permitia – era transformar o campesinato num seguidor consciente da classe operária.

Capítulo 3: As brechas no Estado e no Direito

Neste terceiro capítulo, será suscitado um ponto essencial para a compreensão da luta pela terra e da reforma agrária no Brasil e em Portugal: a questão do Estado e do Direito. Nos capítulos anteriores, tratou-se da luta pela terra (enquanto uma categoria múltipla que agrega desde resistências subjetivas individuais até a luta de massas) e do campesinato (categoria fluída no espaço e no tempo e com sua organização política podendo emanar das mais variadas espécies de consciências políticas individuais e coletivas) a destacar o caráter abrangente desses elementos sem se preocupar em fazer um debate mais centrado à realidade brasileira e portuguesa.

Essa parte da pesquisa, se aterá especificamente no Estado e no Direito enquanto categorias tradicionalmente abordadas na academia, sabendo, todavia, que os dois conceitos envolvem processos de complexificações, relativizações e até de-colonizações. Entretanto, o intuito principal aqui não é seguir a linha metodológica de Santos a fim de estabelecer um “novo senso comum jurídico”, ou os “modos de produção do poder e do direito” que emergem para além (e muitas vezes em oposição) do Direito estatal e do próprio Estado, apesar de ambos os debates sejam os nortes principais da análise em tela. Reflete-se sobre as possibilidades de uso das brechas no Estado e no Direito que podem, articuladas com os movimentos campestinos e com a luta pela terra, estabelecer possibilidades concretas de uma mudança substancial nas relações hegemônicas de propriedade privada sobre a propriedade fundiária. Penso que isso está relacionado com as possibilidades de se pensar a luta pela terra e a reforma agrária como forma de mudança estrutural da sociedade, sem necessariamente passar pelo modelo leninista de revolução armada, que nos casos em tela se configuram tática e estrategicamente inviáveis. O foco da discussão aqui é o mesmo proposto por Santos em *Poderá o Direito ser Emancipatório?* só que mais direcionado não às práticas jurídicas emergentes no cosmopolitismo jurídico, nem aos exemplos de usos de instrumentos hegemônicos de forma contra-hegemônica, mas sim ao processo estrutural de mudança das relações de propriedade privada numa sociedade capitalista, já que penso ser esse o ponto chave para se debater a reforma agrária sobre prismas atuais. É nesse ponto que peço licença para fazer um recorte específico na ideia plural de emancipação social proposta por Santos (2003) e substituí-la por um

conceito que, por mais que pareça transviado teoricamente, no campo da prática política atual, está sendo recorrentemente, cada vez mais resgatado (o que inclui a própria teoria de Santos, notadamente as palestras e artigos mais contemporâneos).⁴⁹ Esse conceito é o de revolução. Sobre esse prisma, trata-se aqui a pergunta elaborada por Santos de uma forma mais restrita, porém mais precisa ao tema proposto nessa tese. Assim que a pergunta a ser respondida aqui será: Poderá o Direito ser Revolucionário?

3.1 Poderá o Direito ser revolucionário?

Apesar do sistema financeiro global e de os modos de produção capitalista se desenvolverem em escalas transnacionais, há particularidades na esfera nacional e local que devem ser ressaltadas a fim de compreender as diferentes redes de disputas que compõem a complexa conjuntura da luta pela terra no Brasil e em Portugal.

Uma dessas particularidades remete as diferentes composições do Estado em cada país, bem como os conflitos e as negociações políticas que envolvem a disputa de correlações de forças na arena institucional.

Na concepção marxista mais ortodoxa, o Estado é visto meramente como executor e aparelho repressor ao serviço e controlado por uma classe dominante. Em *O 18 Brumário*, entretanto, Marx atenta para uma configuração mais complexa do Estado como uma arena que possui certa autonomia, pois somente com uma autonomia, mesmo que limitada, se consegue buscar os interesses comuns, ainda que na classe dominante. E, nessa arena limitada, surgem as possibilidades para que as classes sociais oprimidas usem o Estado com a finalidade de atingir interesses próprios. Estruturalmente, contudo, o Estado representa um papel crucial nos interesses do capital e das elites econômicas, que se fazem representar ou pressionam as elites políticas (Marx, 1984). Lênin compactua com essa visão e acrescenta que “o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados” (Lenin, 2007: 25). As contradições do

⁴⁹ Ver o conceito de Socialismo no Século XXI em Santos, (2013, 2010), como a recente palestra *Revolução Democrática do Direito e da Justiça* proferida por Santos no começo de 2013 na Universidade de Coimbra.

Estado são, assim, as contradições da própria classe dominante. O Estado é visto como uma “força especial de repressão” da classe dominante – e a mudança social só seria possível com uma revolução que resultasse na apropriação do Estado pelo proletariado a fim de que tal classe conseguisse inverter o jogo e transformar “o Estado em uma força especial de repressão que agisse contra a burguesia” (Lenin, 2007: 35).

Santos complexifica o jogo desenhado pelo marxismo e pelo leninismo de correlações de forças na arena estatal ao afirmar que o Estado não é capitalista porque é controlado pela burguesia – mas sim por que segue a lógica do capital. Segundo o autor,

esta lógica consiste numa relação de exploração enquanto extração de mais-valia através da propriedade não socializada (individual ou estatal) dos meios de produção e do uso da força de trabalho apropriada no mercado mediante contrato entre cidadãos juridicamente livres e iguais (Santos, 1982: 18).

Santos afirma ainda que a relação do capital com o Estado é regida mediante uma contradição de, ao mesmo tempo, sustentar a lógica econômica de acumulação do capital e se basear sobre pressupostos políticos de igualdade e liberdade.

Este duplo caráter da lógica do capital atravessa o Estado capitalista porque este não só assegura, ainda que em grau historicamente variável, as condições gerais da reprodução das relações de exploração, como garante a igualdade e a liberdade dos cidadãos no mercado. Daí que a forma do Estado capitalista seja duplamente contraditória (Santos, 1982: 19).

São tais contradições que configuram a dominação política estatal em um dinamismo mais abrangente, sendo, portanto “preferível averiguar em cada momento histórico o modo como se articulam no Estado os interesses contraditórios e particulares e o modo como tais interesses são ou não ‘convertidos’ em interesses ‘gerais’” (Santos, 1982: 22). Sobre esse viés, o Estado possui a funcionalidade de sustentar a lógica do capital – produtora de conflitos sociais – através de mecanismos de dispersão social com a finalidade de manter as lutas de classe “em níveis tensionais funcionalmente compatíveis com os limites estruturais impostos pelo processo de acumulação e pelas relações sociais de produção em que ele tem lugar” (Santos, 1982: 25). Como aborda o autor,

não se trata, portanto, de resolver (superar) as contradições sociais ao nível da estrutura profunda da formação social em que elas se produzem, mas antes de as manter em estado de relativa latência mediante ações dirigidas às “tensões”, “problemas”, “questões” sociais por que as contradições se manifestam ao nível da estrutura de superfície de formação social (Santos, 1982: 25).

Essa é, para Santos, a lógica do que Lênin definiu como dialética negativa do Estado – onde o Estado ao mesmo tempo segue os interesses do capital, mas para tal tem que se contradizer em seus princípios democráticos, de igualdade, liberdade e fraternidade. O Estado, ainda, não consegue operar um estágio de pacificação das contradições sociais e precisa, por outro lado, dinamizar constantes readequações de interesses a fim de efetivar os contínuos mecanismos de dispersão de contradições sociais. O Estado é obrigado a “constantes ajustamentos e mudanças no processo de dominação política sem, em algum caso resolver (superar) as contradições principais em que essa dominação assenta” (Santos, 1982: 25). E a arena de disputas, dos arranjos e das negociações dessas contradições é o Direito.

Para Marx, havia uma linha tênue que separava a luta de classes da disputa por direitos. Isso porque, “o capital não tem [...] a menor consideração com a saúde e com a vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o compele a respeitá-las”. (Marx, 2010: 312). Ao tratar a consolidação dos direitos trabalhistas, Marx aborda especificamente essas relações entre as contradições sociais e as contradições na esfera do Direito ao afirmar que

o Capitalista afirma seu direito, como comprador, quando procura prolongar o mais possível a jornada de trabalho e transformar, sempre que possível, um dia de trabalho em dois. Por outro lado, a natureza específica da mercadoria vendida impõe um limite ao consumo pelo comprador, e o trabalhador afirma o seu direito, como vendedor, quando quer limitar a jornada de trabalho a determinada magnitude normal. Ocorre assim uma antinomia, direito contra direito, ambos baseados na lei da troca de mercadorias. Entre direitos iguais e opostos, decide a força. Assim a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como luta pela limitação da jornada de trabalho, um embate que se travava entre a classe capitalista e a classe trabalhadora (Marx, 2010: 273).

Nesse trecho, percebe-se uma linha tênue entre disputa de direitos e luta de classes, ou melhor como se dá a disputa de direitos no âmbito da luta de classes. Em *O Capital*, Marx trata sobretudo de um campo das relações sociais que passa pela relação da produção e valor de mercadorias, chamando atenção para um sistema de relações entre pessoas e mercadorias que é a relação trabalhador-patrão, ou produtor-consumidor, que perpassa as sociedades tipicamente capitalistas. Sob o pano de fundo dessas relações surgem situações de direitos que se contradizem – 1) o direito do patrão de usar a força de trabalho comprada; e 2) o direito do trabalhador que passa por um direito social de não se

submeter a uma jornada de trabalho exaustiva. Para o ponto 1 – o Direito seria usado para submeter o trabalhador a uma máxima jornada de trabalho possível e para o ponto 2 o Direito afirma que deveria sobrar tempo para outros afazeres não produtivos do trabalhador, considerando, a situação de que quanto mais longa a jornada de trabalho for maior será a mais-valia.

Mesmo admitindo que, por vezes, os direitos trabalhistas tratassem de reforçar o capitalismo, no lugar de ajudar a compeli-lo, Marx incitava a mobilização da classe trabalhadora nesse nível, traduzindo que a luta dos trabalhadores também era uma luta na esfera do direito.

Para proteger-se contra ‘a serpe de seus tormentos’, têm os trabalhadores de se unir e, como classe, compeli a que se promulgue uma lei que seja uma barreira social intransponível, capaz de impedi-los definitivamente de venderem a si mesmo e à sua descendência ao capital, mediante livre acordo que os condena à morte e à escravatura (Marx, 2010: 346).

Após essas considerações de Marx em *O Capital* sobre o Direito, a tradição marxista não se aprofundou muito sobre tal temática, ficando mais a cargo do liberalismo e da social-democracia essa discussão. O viés leninista e outras teses subjacentes da esquerda marxista no século XX afastaram a temática do Direito do debate da emancipação social (Santos, 2000). Por outro lado, após as Revoluções Liberais de 1848, a temática do direito no discurso liberal e reformista foi, cada vez mais, reduzindo-se à questão do Direito do Estado, onde se criou uma ideia de emancipação social somente se regulada pela lei e pela ordem. Com isso, de acordo com Santos, a tradição marxista relegou o Direito do debate da emancipação social e a tradição liberal suprimiu o debate da emancipação social no debate do Direito. Sob essa dicotomia, emergiu tanto um conceito de reforma associada a uma possibilidade limitada de emancipação social, quanto um conceito de revolução associado a uma possibilidade limitada de cidadania. Quanto ao conceito de reforma, Santos coloca ser cada vez mais impossível acreditar na combinação entre Estado e Direito que permitiu a formação dos Estados-Providência na Europa e nos Estados Unidos, em detrimento a um recuo cada vez mais acintoso desse Estado e dos direitos estatais que o fundamentavam. Isso ocorreu em paralelo a um crescimento gradativamente maior dos interesses despóticos do mercado sobre os interesses do Estado e dos cidadãos. Sobre o conceito de revolução, é notório que este precisa ser ressignificado para patamares mais

complexos, podendo se permitir um conceito de democracia radical e mobilização popular intensa como instrumentos revolucionários mais eficazes que a luta de armas.⁵⁰ Esses conceitos novos de revolução são emergentes no Sul Global, notadamente na luta dos movimentos sociais de massa e outros grupos sociais contra-hegemônicos. A Revolução Bolivariana, na Venezuela, a Revolução Cidadã, no Equador, e a Revolução Comunitária, na Bolívia, são exemplos dessa soma entre democracia radical e mobilização popular (Santos, 2000, 2003, 2007, 2010, 2013).

Santos explica que “conceitos políticos como reformismo ou revolução são conceitos que estão hoje em turbulência”. Os exemplos dessas turbulências são evidenciados na própria prática política latino-americana onde:

por um lado, temos processos que são reformistas como, por exemplo, os processos eleitorais que tentam ou podem produzir mudanças profundas, quase revolucionárias, como na Venezuela, ou na Bolívia. Por outro lado, processos que se apresentaram como revolucionários, como rupturas, podem ser reformistas em suas práticas, como os Zapatistas do México. E como costume dizer, há processos reformistas que, em si mesmos, nem sequer parecem reformistas como é o caso de Lula no Brasil (Santos, 2010: 12).⁵¹

A própria reforma agrária entra nessa turbulência conceitual nos panoramas atuais do desenvolvimento do capitalismo no meio rural por se configurar, cada vez mais, numa prática revolucionária e, cada vez menos, numa prática reformista. Isso explica, por um lado, o andamento da reforma agrária na Venezuela e, por outro, a sua recessão no Brasil ou completo abandono em Portugal.

Os caminhos que envolvem essa nova trajetória de encontro entre revolução e Direito são complexos por exigirem uma noção mais elaborada sobre o que é o Direito, sobre como o Direito se constitui nas diferentes esferas da filosofia ocidental, como foi

⁵⁰ Apesar de que no sistema mundo mediante uma complexa conjuntura e principalmente em situações de fascismo social e político não são todos os grupos contra-hegemônicos que possuem o privilégio de abandonar a luta armada para a luta da democracia radical.

⁵¹ Tradução livre do autor: “por un lado, tenemos procesos que son reformistas como son los procesos electorales que, sin embargo, pueden o intentan producir cambios profundos, casi revolucionarios, como en Venezuela o aquí en Bolivia. En cambio, procesos que se presentan como revolucionarios, como rupturas, pueden ser de hecho reformistas en sus prácticas, como El de los zapatistas en México. Y, como acostumbro decir, hay procesos reformistas que, en si mismos, ni siquiera parecen reformistas como es el caso de Lula en Brasil” (Santos, 2010: 12).

readequado temporalmente nas diversas fases do capitalismo hegemônico e quais são os diferentes modos de produção do Direito na sociedade capitalista.

Segundo Santos, “por muito tempo, o direito foi identificado com o direito do Estado, o direito produzido pelo legislativo ou pelos tribunais superiores e distribuído pelos tribunais inferiores, pela polícia, pelo sistema prisional e por uma miríade de agências reguladoras estatais para ser consumido por todos os cidadãos comuns” (Santos, 1985:299).⁵² Essa concepção mais rígida do Direito tem passado por revisões críticas por parte da filosofia, antropologia jurídica e sociologia, que vêm a estabelecer que “há na sociedade muito mais ordens legais do que aquelas reconhecidas como tal pelo Estado” (Santos, 1985: 299).⁵³

O reconhecimento desse tipo não hegemônico de Direito concebe uma mudança radical na teoria do Direito vista nos moldes tradicionais. Para isso, Santos requer uma parte da crítica epistemológica ao conhecimento científico sobre a ciência do Direito para abordar os limites do conhecimento científico jurídico que refletem também no próprio senso comum jurídico. Esse senso comum foi estabelecido na medida em que a ciência jurídica passa a se consolidar enquanto hegemônica. Nesse ponto,

a teoria sempre entendeu por hegemonia a capacidade das classes dominantes em transformarem as suas ideias em ideias dominantes. Por via dessa transformação, as classes dominadas acreditam estar a ser governadas em nome do interesse geral, e com isso consentem na governação (Santos, 2000: 34).

Se, então, o papel da teoria crítica consiste “em denunciar o caráter repressivo deste consenso e a mistificação ideológica em que assentava”, a teoria crítica no Direito passa a desmistificar o Direito com a finalidade de formatar um novo senso comum jurídico atento ao pluralismo do Direito e das práticas jurídicas nas sociedades capitalistas (Santos, 2000: 34).

⁵² Tradução livre do autor: “for many years law was identified with the law of the state, the law produced by the legislature or the higher courts and distributed by the lower courts, the police, the prison system and a myriad of state regulatory agencies to be consume by all ordinary citizens” (Santos, 1985:299).

⁵³ Tradução livre do autor: “there were in society many more legal orders than those recognized as such by state” (Santos, 1985: 299).

A formatação de um senso comum jurídico pode ser entendida ainda pela relação entre ciência e senso comum, segundo a qual acompanha a dinâmica da modernidade de “apresentação de afirmações normativas como afirmações científicas e de afirmações científicas como afirmações normativas” (Santos, 2000: 51). De certa forma, foi o que ocorreu no direito de propriedade. Como vimos no capítulo 1, inicialmente, a filosofia instituiu um direito de propriedade (que nem sequer chegou a ser consensual entre os contratualistas) e esse direito de propriedade foi aplicado enquanto norma. Por outro lado, a norma acabou por ser aplicada enquanto verdade científica, mesmo em casos nos quais o direito de propriedade é relativizado pela Carta Magna. Assim, todo o viés crítico que a própria filosofia liberal produziu, contrário às ideias de Locke e Smith a respeito da inviolabilidade de tal direito, foi posto de lado em detrimento do que Santos definiu como “a redução da regulação moderna ao princípio de mercado” (Santos, 2000: 55).

Esse é um ponto essencial para compreendermos as possibilidades de emancipação social no Direito. Para tal, é necessariamente importante tentar se perceber o processo no qual isso se configurou ou, mais precisamente, o processo no qual a emancipação social foi institucionalizada pela regulação do Estado, perdendo assim seu caráter revolucionário e abrangendo uma pontualidade mais reformista. Esse é um processo que requer tanto uma análise epistemológica, quanto de economia política.

Sobre a questão epistemológica, Santos determina que toda forma de conhecimento é “uma progressão de um ponto ou estado A, designado por ignorância, para um ponto ou estado B, designado por saber” (Santos, 2000: 75).⁵⁴ Naquilo que, em termos de conhecimento político, a epistemologia ocidental definiu como duas formas principais de conhecimento: “o conhecimento emancipação” e “o conhecimento regulação”. A primeira forma de conhecimento acaba se configurando como “uma trajetória entre um estado do conhecimento que denomino por colonialismo e um estado de saber que designo por solidariedade” (Santos, 2000: 75). O segundo se estabelece como “uma trajetória entre um estado do conhecimento que designo por caos e um estado de saber que designo por ordem” (Santos, 2000: 75).

⁵⁴ cada forma de conhecimento reconhece-se num certo tipo de saber a que contrapõe um certo tipo de ignorância, a qual, por sua vez, é reconhecida como tal quando em confronto com esse tipo de saber. Todo saber é saber sobre uma certa ignorância e, vice-versa, toda a ignorância é ignorância de um certo saber.

Santos entende o colonialismo como algo que “consiste na ignorância da reciprocidade e na incapacidade de conceber o outro a não ser como objeto.” A solidariedade, por outro lado, seria “o conhecimento obtido no processo, sempre inacabado, de nos tornarmos capazes de reciprocidade através da construção e do reconhecimento da intersubjetividade” (Santos 2000, 77).

Em linhas gerais, a emancipação social trabalha com a ideia de colonialismo como sendo algo a ser superado pela solidariedade e a regulação social trabalha com a ideia de caos como algo a ser superado pela ordem. “Nos termos do paradigma da modernidade, a vinculação recíproca entre o pilar da regulação e o pilar da emancipação implica que estes dois modelos de conhecimento se articulem em equilíbrio dinâmico” (Santos, 2000: 75). Essa referência, entretanto, trata do limiar da filosofia liberal, onde os próprios contratualistas desenvolveram o conceito de revolução, depois apropriado pelo marxismo. De uma forma ou de outra, a emancipação liberal acaba por perder força no terreno epistemológico, em detrimento da regulação. “Com isto, a ordem transformou-se na forma hegemônica de saber e o caos na forma hegemônica de ignorância” (Santos, 2002: 75). É nesse sentido que o estágio do saber da emancipação social, a solidariedade, transformou-se em caos e o colonialismo em ordem no saber hegemônico da regulação. Como afirma Santos,

esse desequilíbrio a favor do conhecimento-regulação permitiu a este último recodificar nos seus próprios termos o conhecimento-emancipação. Assim, o estado de saber no conhecimento-emancipação passou de estágio de ignorância no conhecimento-regulação (a solidariedade foi recodificada como caos) e, inversamente, a ignorância no conhecimento-emancipação passou a estado de saber no conhecimento-regulação (o colonialismo foi recodificado como ordem) (Santos, 2002: 75).

Esse quadro epistemológico que privilegiou a regulação sobre a emancipação, no melhor dizer, a ordem sobre a solidariedade, instituiu um senso comum hegemônico. Por isso Santos refere que

o conhecimento-emancipação tem de romper com o senso comum conservador, mistificado, mistificador, não para criar uma forma autônoma e isolada de conhecimento superior, mas para se transformar a si mesmo num senso comum novo e emancipatório. O conhecimento emancipatório [...] tem de ser um conhecimento prudente para uma vida decente (Santos, 2000: 101).

No caso do Direito, a modernidade instituiu um senso comum jurídico no qual a ordem seria assegurada pelo Direito do Estado. “Ao direito moderno foi atribuída a tarefa de assegurar a ordem exigida pelo capitalismo, cujo desenvolvimento ocorrera num clima de caos social que era, em parte, obra sua (Santos, 2000: 111)”. Notadamente, o positivismo jurídico e a teoria weberiana deslocaram a ciência do direito a um estágio autossuficiência e o Estado foi reduzido a uma estrutura burocrática que envolvia em si mesmo suas próprias funcionalidades de regulação e emancipação da sociedade.⁵⁵ A concepção de Estado de Weber condizia com a formulação de uma burocracia conduzida por agentes especializados em determinadas áreas e uma estrutura de poder hierarquizada, onde, em tese, funcionaria uma política meritocrática. Projeta-se, assim, a burocracia como a agência do Estado moderno, que se distingue de outros tipos de formações do Estado pelo desligamento da burocracia com os interesses privados e familiares, mediante uma racionalização dos interesses públicos. Para Weber, o burocrata é designado pela sua vocação pública e a sua maior motivação é a própria remuneração; o que implica uma associação direta com uma economia monetarizada, apesar de não ser condicionada a ela. A burocracia transforma, em tese, as demandas pela mudança social em racionalidade institucionalizada dentro do corpo burocrático. Ao fim, a burocracia se materializa em uma estrutura rígida, autoavaliativa e automodelada, criando uma noção muito cara à teoria de Weber que o Estado (no caso da burocracia estatal) funciona pelo Estado. Nessa concepção, a ciência do Direito passou a ser a ciência do direito do Estado (Santos, 2000).

Um novo senso comum jurídico passa por dois pontos cruciais: a ideia de que esse Direito do Estado é desigual e institui uma desigualdade própria da sociedade capitalista, e

⁵⁵ Sobre a concepção weberiana do Estado, Santos coloca que: “o direito moderno é esse ato de vontade e o agente dessa vontade é o Estado jurídico-racional de Max Weber” (Santos, 2000: 131). O Estado ganha com isso uma autonomia e autodinâmica proto-humana ou proto-máquina. “O Estado-como-pessoa garante a exterioridade do Estado face às relações de produção e a credibilidade do Estado na prossecução do interesse comum, enquanto o Estado como-máquina garante a certeza e a previsibilidade de suas operações e, acima de tudo, a regulação eficaz das relações do mercado. O Direito formal racional proporcionou quer a vontade do Estado-como-pessoa quer a energia do Estado-como-máquina. Tal como o direito foi reduzido ao Estado, também o Estado foi reduzido ao Direito. Estes dois processos não foram simétricos. Por um lado, o Estado reservou para si um certo excedente relativamente ao direito, bem presente nas áreas dominadas pela razão do estado onde os limites do direito são bastante imprecisos. Por outro lado, se a redução do direito ao Estado converteu o direito num instrumento do Estado, a redução do Estado ao Direito não converteu o Estado num instrumento do Direito: o direito perdeu poder e autonomia no mesmo processo político que os concedeu ao Estado” (Santos, 2000: 132-133).

o reconhecimento da existência de outras formas de Direito que não aquelas vinculadas ao Estado. Sobre o primeiro ponto, Santos coloca que

cada ordem jurídica tem um centro e uma periferia [...] a exemplo do que se passa com o capital financeiro, o capital jurídico de uma dada forma de direito não se distribui igualmente pelo espaço jurídico desta. Tende a concentrar-se nas regiões centrais, pois é aí que é mais rentável e tem mais estabilidade (Santos, 2000: 198).

Nisso que “se estabelecem, na sociedade atual, níveis de intimidade entre uma parcela da sociedade civil e o direito em paralelo à exclusão de outra parcela da sociedade civil de qualquer direito de cidadania” (Santos, 2003). Por isso, Santos distingue três tipos de sociedade civil:

a sociedade civil íntima, a sociedade civil estranha e a sociedade civil incivil. Se, meramente a título de ilustração gráfica, localizarmos o Estado no centro de uma dada sociedade, a sociedade civil íntima será o círculo interior feito à volta do Estado. Consiste em indivíduos e grupos sociais caracterizados pela hiperinclusão, ou seja, que gozam de um nível elevado de inclusão social. [...] A sociedade civil estranha é o círculo intermédio em redor do Estado. As experiências de vida das classes ou grupos sociais nela incluídos são um misto de inclusão e exclusão social [...] Por fim, a sociedade civil incivil corresponde ao círculo exterior habitado pelos totalmente excluídos (Santos, 2003: 57-58).

No segundo ponto, Santos reconhece que, tal qual na Literatura e na História da Arte, onde a ciência valida o que é arte e o que é cultura popular, a ciência jurídica estabelece critérios aleatórios para denominar o que é Direito e o que não é. Por isso,

o cidadão comum tende a não reconhecer como jurídicas as ordens normativas que usam escalas, projeções e simbolizações diferentes. [...] A crítica destas percepções sociais e dos processos de inculcação em que assentam é feita pelos conceitos de pluralismo jurídico e de interlegalidade (Santos, 2000: 206).

No senso comum jurídico hegemônico, o Direito do Estado é a única forma de Direito e a emancipação do Estado é a única forma de emancipação. Isso, entretanto, foi consolidado historicamente, já que o Direito, tal qual compreendido pelos contratualistas, não era tão rígido e possuía noções bem diferentes, ora privilegiando o Direito do Estado, ora o Direito do mercado, ora o Direito da comunidade sobre outras formas de Direito. Em Hobbes, por exemplo, o Estado era soberano a qualquer forma de Direito, inclusive o dos cidadãos de escolherem seus representantes. Em Locke, o autoritarismo do Estado deveria

ser combatido quando o mesmo não conseguia resguardar os direitos naturais do homem, notadamente o direito de propriedade. Esse direito, princípio básico do capital, era soberano perante o Estado. Em Rousseau, a comunidade deveria regular o Estado e o mercado (Santos, 2000: 123). O Direito da comunidade, nesse caso, era a “vontade geral”. Para Santos, essa ideia de Rousseau representava bem a síntese originalmente concebida pela epistemologia ocidental entre regulação e emancipação: “essa síntese está muito bem expressa em duas ideias aparentemente contraditórias: a ideia de ‘só obedecer a si próprio’ e a ideia de ‘ser forçado a ser livre’” (Santos, 2000: 121).⁵⁶

Santos nomina que, para Hobbes, “o direito é [...] um produto da vontade do soberano” algo, então “inteiramente positivo”, para Locke o direito “é um produto do consentimento pelo qual a comunidade delega no Estado a prerrogativa de ditar e aplicar as leis” e para Rousseau é “auto-prescrito, já que a comunidade não aliena ao soberano o direito de legislar” (Santos, 2000: 128). O ponto comum entre as três teorias é que cada qual irá fazer parte do precedente contraditório do Direito moderno, onde o Direito pode ser “vontade do soberano, manifestação de consentimento e auto-prescrição” (Santos, 2000: 129).

Santos estabelece uma relação entre as metamorfoses e expansão do capitalismo com o advento da referida concepção moderna do Direito, segundo o qual “a tensão entre regulação social e emancipação social, constitutiva do moderno pensamento jurídico, vai sendo gradativamente substituída por uma utopia automática de regulação jurídica confiada ao Estado” (Santos, 2000: 130). No campo filosófico, a virada científica do positivismo na ciência jurídica foi o que transformou a ciência jurídica em algo impossibilitado de pensar a mudança social para além da ordem capitalista. Assim que ambos reduziram-se em

construções ideológicas destinadas a reduzir o progresso societal ao desenvolvimento capitalista, bem como a imunizar a racionalidade contra a

⁵⁶ Santos refere-se ainda que: “Rousseau concebe o direito, simultaneamente, como um princípio ético incondicional e um eficaz instrumento ‘positivo’ de ordenação e transformação social. Esta pluralidade de dimensões do direito corresponde a uma pluralidade de dimensões do Estado. Por um lado, o Estado é todo-poderoso, por que é potenciado por um princípio absoluto de legitimidade: a vontade geral; mas por outro lado, o Estado é indistinguível dos cidadãos, na medida em que eles têm o direito inalienável de decretar as leis pelas quais serão regulados. Assim, temos que concluir que a teoria política de Rousseau conduz, em última instância, à abolição ou ao desaparecimento do Estado” (Santos, 2000: 122).

contaminação de qualquer racionalidade não-capitalista, quer ela fosse Deus, a religião ou a tradição, a metafísica ou a ética, ou ainda as utopias ou os ideais emancipatórios (Santos, 2000: 131).

Entre a concepção positiva da sociedade e a realidade na qual ela se encontra há uma enorme diferença, assim que o positivismo jurídico emerge como um instrumento regulatório, em tese, capaz de colocar o Direito do Estado a serviço da ordem, que é a construção dessa sociedade positiva. No campo epistemológico, o positivismo se tornou na “consciência filosófica do conhecimento-regulação” (Santos, 2000: 131). No campo social, a “cientifização do direito moderno” estabelecida pelo positivismo jurídico transformou “o direito num instrumento eficaz da engenharia social oficial” (Santos, 2002: 133).

No pós-guerra, observa-se outra fase do capitalismo nos países centrais, onde se conseguiu unir algumas demandas, aparentemente contraditórias, com a emergência de um novo tipo de Estado, o Estado Providência, e com um novo modelo econômico, o keynesianismo (Santos, 2000). O Estado Providência, nos países centrais, foi o modelo político que melhor combinou a regulação do capital com políticas sociais incisivas de bem-estar social (ainda que somente para populações desses países centrais). No campo do Direito, ocorreram algumas consequências importantes como “desenvolvimento de novos domínios do direito, como o direito econômico, o direito do trabalho e o direito social” e uma mudança substancial no Direito constitucional onde “as constituições deixaram de ser a concepção de um Estado burocrático e de um sistema político apertadamente definido para se transformarem num terreno de intermediação e negociação entre interesses e valores conflitantes” (Santos, 2000: 138-139). Assim que “o direito tornou-se menos formalista e menos abstrato; o equilíbrio e o compromisso entre os interesses em conflito tornaram-se mais evidentes [...] e a função de integração política e social do direito distributivo tornou-se um importante tema do debate político” (Santos, 2000: 139).

Para Santos, esse processo é conhecido como a “juridicização da prática social” e ela desestabilizou a relação Direito-Estado estabelecida na ordem positiva e weberiana. O Direito de Estado passou a se institucionalizar em práticas sociais das mais diversas, possibilitando ampliar as possibilidades de um uso não-estatal do Direito ou, em alguns casos específicos, até mesmo um uso do Direito contra o Estado. Isso quer dizer que, nesse ponto particular, houve um espaço institucional para a possibilidade de inverter a ótica de

opressão do Estado. Com isso, o Direito atingiu o seu pico de emancipação social no capitalismo. Santos considera que: 1) entretanto essa tendência não é linear e acabou por perder força perante dois processos: na medida em que as sociedades iam ficando cada vez mais complexas houve um processo inverso de descomplexificação epistêmica do Direito, sendo, cada vez mais, reduzido ao Direito do Estado; e 2) o equilíbrio que se configurou entre Direito e economia acabou por solidificar uma separação do econômico do político, onde, cada vez mais, as regras econômicas se interagem paralelo à regulação do Estado e, muitas vezes, em oposição a ela (Santos, 2000).

Sobre o primeiro processo, Santos coloca que o século XX consolidou o avanço do domínio do Direito estatal sobre outras formas de direitos, “o direito tornou-se mais estatal que nunca” (Santos, 2000: 141). Nesse ponto, Santos coloca que

a manejabilidade do direito estatal pressupunha a maleabilidade dos domínios sociais a regular juridicamente. Sempre que a prática social não pode validar este pressuposto, o resultado foi o que Habermas designou por “colonização do mundo da vida”, isto é, a destruição das relações sociais sem a criação de equivalentes funcionais jurídicos adequados. Sempre que tal aconteceu, o benefício jurídico do Estado-Providência converteu-se num bem humano condicional. Condicional pelo fato de poder destruir as dimensões eventualmente benéficas das relações sociais a serem reguladas, sem garantir a sustentabilidade da benevolência jurídico-estatal, dada a dependência desta em relação às necessidades variáveis de reprodução do capital (Santos, 2000: 141).

O Direito foi instrumentalizado pelo Estado, ou seja, deixou de ser princípio e passou a ser instrumento. Assim, o Direito transformou-se em Direito de Estado suprimindo outras formas de direitos não estatais e sequer refletindo sob seus aspectos burocráticos. O Direito transformou-se ele próprio em uma ideologia que nega a existência do Direito fora do Direito do Estado: o fetichismo jurídico (Santos, 2002). É nesse ponto que o Direito perde o efeito emancipatório e se institucionaliza como uma norma burocrática de baixa intensidade, onde a sua aplicabilidade varia de acordo com os interesses dos agentes da burocracia jurídica e estatal. A ordem positiva, com isso, fez seu caminho regresso, diluindo as possibilidades de emancipação social.

No período atual, esse regresso conservador é claramente notável, mas não simplesmente em nome de uma ordem política ideologizada – mas ao cerne principal de fortalecimento do capitalismo, a lógica do mercado. É nesse ponto que, dos anos 1990 até

hoje, a principal consequência do neoliberalismo foi o desmembramento do keynesianismo e do Estado providência. Isso, no campo do Direito, refletiu-se sobre

a égide do princípio do mercado, que se afigura mais do que nunca no seio do pilar da regulação, dado que produz um excesso de sentido que invade o princípio do Estado e o princípio da comunidade tendendo a dominá-los de forma muito mais profunda do que nos dois períodos anteriores (Santos, 2000: 143).

A partir de agora abordar-se-á o segundo processo acima referido: a separação do político do econômico. Para Santos, essa ideia se distingue no conceito de *laissez faire* de Adam Smith e consiste em uma abordagem profundamente contraditória, já que a mesma “não pode ser igualmente válida para todos os interesses possíveis” (Santos, 1985: 303).⁵⁷ Nesse caso, “a discussão do princípio ocorre sempre na sombra da discussão dos interesses a que o princípio deve ser aplicada” (Santos, 1985: 303).⁵⁸ A ideia de que o Estado é uma coisa e o capital é outra é completamente equivocada⁵⁹. O Estado é um dos pilares do capitalismo, garante-o através do direito de propriedade, da moeda, do financiamento dos bancos, da infraestrutura de circulação de mercadorias, do financiamento de empresas. Ou seja, o capitalismo depende diretamente de que o Estado siga a lógica do capital (Santos, 1985). Por isso, Santos vai afirmar que

a separação do econômico do política tornou possível tanto a naturalização da exploração econômica capitalista, quanto a neutralização do potencial revolucionário da política liberal - dois processo que convergiram para a consolidação do modelo capitalista das relações sociais (Santos, 1985: 306).⁶⁰

⁵⁷ Tradução livre do autor: “cannot be equally valid for all possible interests” (Santos, 1985: 303).

⁵⁸ Tradução livre do autor: “the discussion of the principle always takes place in the shadow of the discussion of the interests to which the principle is to be applied” (Santos, 1985: 303).

⁵⁹ No conceito marxista, a afirmação de que o Estado é meramente determinado por interesses econômicos acaba por “trapped in the separation between economy and politics, and tended to reduce politics and law to state action. He could not see the real (and not merely metaphorical) sense in which the ‘economical relations’ were not only social relations but also distinctively political and legal in their structural constitution” (Santos, 1985: 305).

⁶⁰ Tradução livre do autor: “the separation of the economic from political made possible both the naturalization of capitalist economic exploitation and the neutralization of the revolutionary potential of liberal politics – two process that converged to consolidate the capitalist model of social relations” (Santos, 1985: 306).

Ou seja, o capitalismo trouxe mudanças em níveis políticos que tornaram o Estado mais democrático. Por outro lado, as mudanças estruturais, ao nível econômico, reduziram boa parte das relações humanas econômicas à relação trabalho-capital. A democracia, entretanto, não tem poder para alterar isso já que “confinada ao lugar público, o ideal democrático foi neutralizado ou fortemente limitado em seu potencial emancipatório” (Santos, 1985: 306).⁶¹ A democracia, retomada pela ideologia liberal, é gravemente limitada pela própria lógica do capitalismo, e se limita também a não interferir no econômico. É dessa forma que se sintetiza uma convivência típica das sociedades capitalistas contemporâneas entre democracia política e despotismo econômico.

Para Santos, a separação do político e do econômico está envolvida na própria dicotomia de sociedade civil e Estado.

A conversão do espaço público num lugar exclusivo da lei e da política gerou uma função legitimadora crucial na qual obscurece o fato de que a lei e a política do sistema capitalista somente pode operar como parte de um corpo de uma configuração legal e política na qual outras formas contrastantes de leis e políticas fossem incluídas (Santos, 1985: 306-307).⁶²

Santos coloca ainda que “na periferia do mundo econômico, o pingo de verdade da dicotomia estado e sociedade civil é ainda mais fino” (Santos, 1985: 307).⁶³ Sobre o direito de propriedade, Santos afirma como o capitalismo transformou algo que emergiu na filosofia como “um mero controle sobre as coisas”, num “controle sobre as pessoas” (Santos, 1985: 317). Isso ocorreu, segundo a teoria marxista, de duas formas: na apropriação dos meios de produção que origina a relação de contrato de trabalho, e no controle dos territórios sob a égide do direito de propriedade que emerge contraditoriamente a outros tipos de Direito, como o direito da comunidade, por exemplo. Nisso, Santos utiliza a teoria de Renner segundo a qual

⁶¹ Tradução livre do autor: “confined to the public place, the democratic ideal was neutralized or strongly limited in its emancipatory potential” (Santos, 1985: 306).

⁶² Tradução livre do autor: the conversion of the public place into the exclusive site of law and politics performed a crucial legitimization function in that it convincingly obscured the fact that the law and the politics of the capitalist state could only operate as part of a broader political and legal configuration in which other contrasting forms of law and politics were included (Santos, 1985: 306-307).

⁶³ Tradução livre do autor: “in the periphery of the world economy ... the shred of truth of the dichotomy state/civil society was even thinner” (Santos, 1985: 307).

aos olhos da lei, a propriedade-sujeito está relacionada apenas ao objeto, controlando o assunto sozinho. Mas o que é o controle da propriedade em lei, torna-se de fato, controle do homem sobre os seres humanos, os trabalhadores assalariados, assim que a propriedade transformou-se em capital⁶⁴ (Renner *apud* Santos, 1985: 317).

Assim que “de acordo com Renner, o aspecto mais relevante desta transformação é que o direito de propriedade assume uma nova função social, sem qualquer alteração na norma em si” (Santos, 1985: 317).⁶⁵

Por isso que, no conceito de propriedade, não se tem como separar sua conotação política e econômica. Ou seja, a função econômica da propriedade privada está diretamente relacionada com a sua função jurídica. É através disso que o capitalismo e o Estado se fundem na atribuição e nas consequências desse direito. O capitalismo não pode existir sem o direito de propriedade, e, conseqüentemente, o direito de propriedade não pode ser aplicado por outro órgão que não seja o Estado.

No primeiro capítulo, se debateu a propriedade privada sob dois aspectos importantes: a questão da contradição entre o direito de propriedade e a vontade geral, colocada por Rousseau; e a questão da contradição terra, trabalho e capital colocada por Marx e Engels. Agora, vamos tentar estabelecer quais são os meandros que formatam o direito de propriedade numa política de Estado, e na sua própria formatação legal, ou seja, a transição entre o direito de propriedade em nível de direito de primeiro ocupante, para o direito de propriedade em nível de Estado de Direito.

Blomley coloca que, apesar de algumas prerrogativas contratuais de usufruto tranquilo da terra, a constituição do direito de propriedade na prática é um “fazer permanente”. Ou seja, “a propriedade também colocar para trabalhar o espaço material e pessoas reais, inclusive proprietários e aqueles que estão excluídos daquilo que são donos

⁶⁴ Tradução livre do autor: “in the eyes of the law, the property-subject is related to the object only, controlling matter alone. But what is control of property in law, becomes in fact man’s control of human beings, of the wage-labourers, as soon as property has developed into capital” (Renner *apud* Santos, 1985: 317).

⁶⁵ Tradução livre do autor: “according to Renner, the most relevant aspect of this transformation is that the right of ownership assumes a new social function without any change in the norm itself” (Santos, 1985: 317).

(Blomley, 2002: 557).⁶⁶ Necessariamente, a propriedade de uma terra não se firma unicamente por seus pressupostos econômicos e políticos, mas se firma pelo poder. Esse poder é exercido sob vários aspectos, sejam os legais (o poder instituído pelo Estado e pelo Direito) sejam ilegais (o poder instituído por meios paramilitares).

Blomley diferencia a construção social do espaço como um processo múltiplo, fluído, não coerente e com uma série invariada de agentes sociais, culturais e ambientais. A propriedade, por outro lado, na sua concepção estrita ao Direito do Estado, estabelece-se como algo concreto, coerente, monocultural que obedece a uma lógica de sociedade estratificada. A propriedade não é natural ao espaço. Há um processo de institucionalização da propriedade privada no espaço (Blomley, 2010).

A produção da propriedade implica um processo de pulverização no qual unidades são identificadas, delimitadas e separadas, e assim, tornadas legíveis e acionáveis. Este é particularmente o caso na produção da propriedade real liberal, que viu a conversão conceitual da propriedade em delimitadas parcelas de terreno, da qual outros foram excluídos (Blomley, 2010: 206).⁶⁷

Nesse sentido que “a propriedade liberal implica a circunscrição especial do sujeito-proprietário. O indivíduo possessivo torna-se o indivíduo padrão, imaginado como um ser pré social, autônomo e distinto, protegido dos outros pelo seu escudo de direitos” (Blomley, 2010: 206).⁶⁸ O proprietário “imagina a terra como sua, mas é obrigado a se confrontar com a presença de outros e, por fim, reforçar sua pretensão contra eles” (Blomley, 2010: 215).⁶⁹ A propriedade com isso é territorializada no espaço, num processo que “é algo mais do que um resultado do poder, mas um meio no qual o poder é exercido e

⁶⁶ Tradução livre do autor: “continual doing” [...] “property must also be put to work on material spaces and real people, including owners and those who are to be excluded from that which is owned” (Blomley, 2002: 557).

⁶⁷ Tradução livre do autor: “The production of property entails a process of pulverization whereby units (such as fish, ideas, genome, or land) are identified, bounded and detached, and thus rendered legible and actionable. This is particularly the case in the production of liberal real property, which saw the conceptual conversion of property into bounded parcels of land, from which others were to be excluded ” (Blomley, 2010: 206).

⁶⁸ Tradução livre do autor: “liberal property entails the spatial circumscription of the subject-owner. The possessive individual is individuated, imagined as a presocial, autonomous and distinctive subject, protected from others by the shield of rights (Blomley, 2010: 206).

⁶⁹ Tradução livre do autor, “imagines the land as his, but is forced to confront the presence of others, and ultimately to enforce his claim against them”. (Blomley, 2010: 215).

mobilizado” (Blomley, 2010: 216).⁷⁰ No processo de territorialização da propriedade, o Estado e o Direito adquirem papel fundamental.

Para entender esse complexo sistema entre territorialização da propriedade – Estado – Direito é preciso partir então de outra concepção de Direito que não aquela restringida unicamente pelo Estado. Santos analisa que há, nas sociedades capitalistas, pelo menos, seis diferentes tipos espaços de produção do poder e do Direito: o espaço doméstico, a fábrica, a comunidade, o mercado, o Estado e o sistema-mundo. Cada espaço desses reproduziu um tipo de poder específico: o patriarcado, para o espaço doméstico; a exploração capitalista, para o espaço da produção; o fetichismo da mercadoria, para o espaço do mercado; a diferenciação desigual, para o espaço da comunidade; a dominação, para o espaço da cidadania; a troca desigual, para o espaço mundial. Subsequentemente, esses espaços geram seis formas específicas de Direito: o doméstico, o da produção, o da troca, o da comunidade, o territorial (estatal) e o sistêmico. Também geram seis formas epistemológicas: familismo, produtivismo, consumismo, tradição, nacionalismo, ciência universal (Santos, 2002).

Essas categorias genéricas proposta por Santos possuem várias consequências em termos de pensarmos as relações sociais: 1) representa uma fuga da dicotomia Estado-sociedade civil (Santos, 2000: 255); 2) representa uma desfragmentação do Direito (visto tradicionalmente como Direito do Estado); e 3) representa uma desfragmentação da ciência (vista unicamente como universal).

No atual senso comum jurídico, o Estado detém o monopólio do Direito, mas na práxis social é preciso compreender as várias formas de Direito que emergem da sociedade. O Direito do espaço da produção, por exemplo, “não é um poder político em sentido metafórico. É tão político como o poder do espaço da cidadania, o poder do espaço doméstico, o poder do espaço mundial, ou o poder de qualquer outro espaço estrutural” (Santos, 2000: 296-297). Para o autor, a *Factory Act* representada por Marx em *O Capital* derivava, sobretudo, de uma vitória dos trabalhadores sobre o poder da produção capitalista, que atuava sob uma forma natural de despotismo. Essa vitória, entretanto, foi

⁷⁰ Tradução livre do autor: “is more than an outcome of power, but a means by which power is exercised and mobilized” (Blomley, 2010: 216).

parcial. Nesse ponto, mesmo o Estado liberal sendo uma criação da filosofia ocidental que emanavam valores de participação, democracia e igualdade, o fato é que

à medida que o capitalismo se converteu no modelo exclusivo de desenvolvimento das sociedades modernas, muitas das relações sociais não podiam, de modo algum, ser reguladas de acordo com as exigências democráticas radicais da modernidade. Aliás, nalguns campos sociais, como, por exemplo, o espaço da produção, o capitalismo teria necessariamente de gerar relações sociais despóticas, na verdade, mais despóticas do que nunca (Santos, 2000: 291).

Por outras palavras, o Direito do Estado depende diretamente, nas sociedades capitalistas, do despotismo do capital. Ou ainda, “o direito despótico da produção é uma condição necessária do direito estatal democrático” (Santos, 2000: 297).

Percebendo essa pluralidade jurídica da sociedade, devo deixar claro aqui que o objetivo dessa tese não é encontrar tal sutileza nem constituir os aspectos dos modos de produção de poder, Direito e saber no meio rural, mediante o trabalho etnográfico. O meu foco é estabelecer um parâmetro de análise dos movimentos sociais camponeses, da luta pela terra e da relação Estado e Direito, tendo em vista o aspecto comparativo das reformas agrárias brasileira e portuguesa. Mas, para isso, é importante reconhecer, dentro dessa relação, as particularidades e pluralidades do Direito, do poder e do saber. Mediante esses apreços, é possível percebermos que as relações entre família camponesa, comunidade camponesa, movimento camponês, luta pela terra, propriedade privada, Estado e Direito estatal possuem tantas contradições em níveis de poder e Direito, que torna a questão agrária algo demasiadamente complexa para ser enquadrada na dicotomia Estado e sociedade civil. A sua complexidade é tão evidente quanto a sua materialidade: o conflito pela terra, as tensões entre movimentos camponeses e Estado, as tentativas organizacionais na área da produção, as normativas internas da comunidade e do movimento são exemplos desse dilema. Como Santos se refere:

o reconhecimento das constelações de direitos equivale a reconhecer que as práticas e as lutas emancipatórias têm também de se articular em rede e de constelar se quiserem ser bem sucedidas. Caso contrário, uma luta isolada contra uma dada forma de regulação pode, involuntariamente, reforçar uma outra forma de regulação (Santos, 2000: 281).

Assumindo essa diversidade do Direito, mas partindo para o enfoque objetivo da tese, retoma-se agora a problemática levantada por Santos em *Poderá o Direito ser*

Emancipatório? Só que mais diretamente relacionado com as possibilidades estruturais de mudança social ou uma emancipação em larga escala. Como foi colocado acima, o poder emancipatório do Direito foi reduzido ao papel regulador do Estado, o que em linhas gerais representou que: “em vez de ser uma alternativa radical à regulação social tal como existe hoje, a emancipação social passou a ser o nome da regulação social no processo de autorrevisão ou de autotransformação” (Santos, 2003: 4). Se tentarmos, mediante a complexidade da resposta, nos adiantar para refletir *Como o direito pode ser emancipatório?*, podemos encontrar tanto exemplos de cosmopolitismo jurídico e metodologias de zonas de encontro entre o Direito do Estado e o Direito da comunidade (Aragon, 2013), como também podemos ver táticas de uso contra-hegemônico do Direito hegemônico (Santos e Carlet, 2010; Hagino e Quintas, 2013; Andrade, Diniz, De Carli, 2013; Carvalho, 2013). Entretanto, como foi dito acima, esses exemplos não são suficientes para inverter a lógica da territorialização da propriedade privada pelo direito de propriedade e pelo Estado, apesar de serem importantes formas de lutas por direitos comunitários e se configurarem enquanto estratégias viáveis para os movimentos sociais. Por isso que reformularei aqui a pergunta, para irmos diretamente aonde quero chegar: Pode o direito de propriedade ser regulado pelo Direito de comunidade, ou por outros Direitos emergentes na sociedade que não o Estado, o mercado ou a produção hegemônica? Ou ainda, podem essas táticas de uso contra-hegemônico do Direito se traduzir em normativas de regulação da propriedade? Mais especificamente, pode transformar-se em norma aquilo que Santos e Carlet (2010) observaram a respeito de ocorrências de regulações do direito da propriedade pelos direitos humanos? Penso que é disso afinal que trata a reforma agrária em contextos atuais. E a solução para o Direito ser revolucionário passa pela própria reinvenção do Direito (no seu sentido amplo) acompanhado também de uma reinvenção do conceito de revolução. Ou seja, um Estado com um Direito reinventado transformando-se num Direito emancipatório em si, é, nada mais do que um Estado revolucionário.

Essa perspectiva é notadamente utópica e confronta-se com uma realidade antagônica ao que se propõe já que, em escalas globais, o neoliberalismo acentuou as desigualdades entre um “Estado Mínimo da Emancipação Social” e o “Estado Máximo da Regulação Social” (Santos, 2003). Nessa direção, paralelo aos cortes sociais, viu-se um

Estado cada vez mais preocupado em subsidiar o sistema financeiro e manter a ordem nas ruas. Como colocou Santos,

o direito conservador neoliberal não faz mais do que fixar o quadro em que uma sociedade civil baseada no mercado funciona e floresce, cabendo ao poder judiciário garantir que o Estado de direito é amplamente aceite e aplicado com eficácia. Afinal, as necessidades jurídicas e judiciais do modelo de desenvolvimento assente no mercado são bastante simples: há que baixar os custos das transacções, definir com clareza e defender os direitos de propriedade, fazer aplicar as obrigações contratuais, e instituir um quadro jurídico minimalista (Santos, 2003: 11).

Esta perda dos direitos civis e políticas sociais no atual estágio do capitalismo foi acompanhada por um sistema de despotismos sociais que Santos classificou como *fascismos sociais* que diferentemente do fascismo político não se trata de um modelo de Estado, mas da ausência da regulação dele numa disputa entre poderes desiguais. Configura-se, assim, o que o autor denomina de estágios de pré-contratualismo e pós-contratualismo, deslocando a emancipação social para além de qualquer possibilidade nos meios democráticos convencionais. No meio rural, os camponeses, que nunca se integraram totalmente no contratualismo, sofrem uma brutal ameaça por parte das lógicas pós e pré-contratualistas, nominalmente quando têm que enfrentar sem o aporte de quase nenhum sistema regulatório do Estado (e muitas vezes com esse sistema se voltando contra eles) uma poderosa combinação de interesses de uma elite rural cada vez mais forte formada pelas empresas agrícolas, os complexos agrofarmacêuticos, os conglomerados agrícolas transnacionais, o antigo latifúndio que ainda persiste, as mineradoras, a privatização da água e das sementes, entre outros.

A mobilização coletiva é uma das poucas formas de se amenizar esse processo de recuo da emancipação social. Como afirma Santos,

para os camponeses sem terra, o potencial cosmopolita da regularização reside no espaço que abre à organização política e à mobilização dos trabalhadores pobres (associações de moradores, organizações comunitárias, etc.), bem como na pressão que pode exercer sobre o Estado para afectar mais recursos a esta área da política social e melhorar gradualmente a habitação informal até um nível adequado” (Santos, 2003: 61).

A emancipação social também passa por um debate sobre o Direito e, segundo Santos, será materializada com a separação do Direito do Estado (que pode ser usado tanto

para emancipação quanto para regulação) e a associação direta do Direito com a revolução. Essa associação, segundo o autor, foi quebrada no paradigma ocidental após a Revolução Francesa e, com exceção de umas poucas observações de Marx a respeito do Direito, também foi negada pela via marxista. É nesse ponto que uma nova associação entre revolução e Direito daria o potencial emancipatório a um e a outro, retomando um momento perdido na tradição ocidental. Essa seria a lógica de transformação do Estado no “mais recente dos movimentos sociais”. Isso representa no processo no qual

o Estado acarreta consigo uma grande transformação do direito estatal tal como o conhecemos nas actuais condições do demoliberalismo. O direito cosmopolita é, aqui a componente jurídica das lutas pela participação e pela experimentação democráticas nas políticas e regulações do Estado (Santos, 2003: 69).

Recentemente, na América Latina, essa associação esteve muito presente nas constituições da Bolívia, Venezuela e Equador, como também no projeto político do Socialismo no Século XXI. Nesses casos, os Direitos do Estado são tratados como instrumento hegemônico em razão de que “foram projetados para garantir a reprodução ampliada das sociedades capitalistas de classes e porque eles são credíveis como garantias do bem comum, mesmo das classes populares se adversamente afetados por eles”⁷¹ (Santos, 2010: 43). A credibilidade seria estabelecida a partir da relação democracia e capitalismo, onde a democracia regularia o capitalismo dando certos espaços para algumas demandas emancipatórias, mas por outro lado, manteria uma “inflexibilidade relativo do capitalismo [...] ao permitir somente [...] concessões [...] que não ameacem (e sim garantem) sua reprodução ampliada a longo prazo” (Santos, 2010: 43).⁷² Nesse caso,

o uso contra-hegemônico, como o nome indica, significa a apropriação criativa por parte das classes populares para si desses instrumentos a fim de fazer avançar suas agendas políticas para mais além do marco político-econômico do Estado liberal y da economía capitalista (Santos, 2010: 43).⁷³

⁷¹ Tradução livre do autor: “porque fueron diseñados para garantizar la reproducción ampliada de las sociedades capitalistas de clases y porque son creíbles como garantes de la consecución del bien común, incluso por parte de las classes populares en si afectadas negativamente por ellos” (Santos, 2010: 43).

⁷² Tradução livre do autor: “inflexibilidad relativa do capitalismo [...] a permitir somente [...] concesiones [...] que no amenacen (y más bien garanticen) su reproducción ampliada a largo plazo” (Santos, 2010: 43).

⁷³ Tradução livre do autor: “el uso contra-hegemónico, como el nome indica, significa la apropiación creativa por parte de las classes populares para si de esos instrumentos a fin de hacer avanzar sus agendas

Esses processos políticos demonstraram ser possível algumas dessas associações entre Direito e revolução; desenvolvimento e redução da desigualdade social; e democracia e participação popular. Além disso, conseguiu-se materializar políticas públicas fortes na área de educação, saúde e reforma agrária em plena era do neoliberalismo e do dito fim das histórias e das revoluções. Claro que, como todo processo histórico, teve as suas limitações (afinal a emancipação social não é um dado concreto, mas um processo de transição). Entretanto, certamente, é um processo com o qual as esquerdas europeias e a esquerda brasileira têm muito a aprender.

3.2 A democratização da terra enquanto democratização da democracia

Tendo em vista os processos acima descritos de possibilidades da associação entre Direito e revolução, coloca-se que, em termos atuais, a democratização da terra é uma expressão radical da democracia, com efeitos emancipatórios de larga escala. Portanto, a reforma agrária passa por uma revisão radical da democracia, no que Santos e Avrizter (2002) denominaram “ampliação do cânone democrático”.

Segundo os autores, há tempo que a teoria democrática convive com algumas problemáticas: 1) o uso vago do termo democracia para indicar geralmente um sistema representativo eleitoral; 2) um conjunto de direitos igualitários aplicados de maneira desigual pelos agentes do Estado; 3) a propensão de que a teoria democrática só é aplicável em certos países; e 4) e sua falsa antítese – a de que a democracia deve ser aplicada a todo custo em todos os países globais. Na primeira tese, tratou-se acima que a separação do econômico e do político gerou a convivência de direitos democráticos com o despotismo do poder econômico do capitalismo. A segunda tese, também referenciada anteriormente, baseia-se na teoria de Santos (2003) que aponta formas distintas de sociedades civis, uma mais íntima ao Estado por relações de poder econômico e político; outra composta por uma situação de fronteira de cidadania; e um tipo de sociedade civil excluída de qualquer tipo de emancipação social e do Direito, onde a ação do Estado se codifica como apropriação e

políticas más allá del marco político-económico del Estado liberal y de la economía capitalista” (Santos, 2010: 43)

violência (Santos, 2003). A terceira tese é antiga, referenciada no primeiro capítulo, e se configura enquanto uma problemática epistemológica da teoria liberal, desde o próprio Rousseau, segundo o qual os países tropicais teriam uma maior propensão para desenvolverem autoritarismos. Segundo Santos, essa foi uma das condições epistemológicas para a divisão do mundo entre civilização, propensa a lógica da regulação-emancipação, e a barbárie, propensa a lógica apropriação-violência (Santos, 2007).⁷⁴

É mediante essas observações que Santos e Avritzer (2002) vão desenvolver a tese na qual a democracia, em seu formato radical, pode ser utilizada como um poderoso instrumento emancipatório, inclusive pelas lutas anticapitalistas.

Para Santos e Avritzer (2002), a sociologia desenvolveu uma “concepção hegemônica de democracia”, caracterizada por alguns elementos como: “contradição entre mobilização e institucionalização”; “a valorização positiva da apatia política”; “a concentração do debate democrático na questão dos desenhos eleitorais das democracias”; “o tratamento do pluralismo como forma de incorporação partidária e disputa entre as elites”; e “soluções minimalistas para o problema da participação”. (Santos e Avritzer, 2002: 41-42). Com isso “quanto mais se insiste na fórmula clássica da democracia de baixa intensidade, menos se consegue explicar o paradoxo de a extensão da democracia ter trazido consigo uma enorme degradação de práticas democráticas” (Santos e Avritzer, 2002: 42). Os autores apontam ainda que: “os grupos mais vulneráveis socialmente, os setores sociais menos favorecidos e as etnias minoritárias não conseguem em que os seus interesses sejam representados no sistema político com a mesma facilidade dos setores majoritários ou economicamente mais prósperos.” (Santos e Avritzer, 2002: 54). Ao referir o exemplo da Índia e do Brasil, Santos e Avritzer (2002) concluem que: “as experiências

⁷⁴ É curioso observar que a quarta tese, na lógica de que a democracia é um direito prioritário que deve ser aplicado a todos os países do mundo, não abandona tal problemática epistemológica por completo, já que cria uma condição onde os países pretensamente civilizados deveriam obrigatoriamente levar (ou mesmo impor) a democracia a países bárbaros. Essa lógica é, portanto, uma falsa antítese, pois na verdade, se trata de uma readaptação da dosagem colonialista da tese contratualista sob a conjuntura atual na qual a ideia de democracia está mais associada com a liberdade de mercado, do que a qualquer outro direito. Cria-se, então, uma situação muito conveniente para países desenvolvidos de levar a democracia acoplada a corporações transnacionais a países ditos “ditatoriais”. Essa equação, então, coincidentemente é muito mais propensa a ser aplicada quando envolve países “ditatoriais” com grande reserva de petróleo, no caso do Iraque, Irã, Líbia e Síria.

mais significativas de mudança na forma de democracia têm sua origem em movimentos sociais que questionam as práticas sociais de exclusão através de ações que geram novas normas e novas formas de controle do governo pelos cidadãos” (Santos e Avritzer, 2002: 69).

A radicalização da democracia passa pelo que Santos e Avritzer (2002) denominaram de “fortalecimento da demodiversidade”. Esse fortalecimento emana de uma série de formas como a democracia pode ser ampliada na esfera da participação, ou na esfera do Direito comunitário. A radicalidade da democracia também envolve a democratização da terra. E aí levanta-se uma questão fulcral por envolver diretamente uma relação de tensão entre democracia e capitalismo. E, ao mesmo tempo, uma questão já levantada por Rousseau (1999a), que é: será possível colocar o direito de propriedade sob a regulação da democracia? Nos moldes de democracia de baixa intensidade, o que a realidade atual vem demonstrando é que não. Por isso, há uma associação direta da luta pela terra com a radicalidade democrática.

Um exemplo desse radicalismo é o que Santos afere como “modelo experimental de constituição”, onde se coloca, para um horizonte futuro, possíveis revisões e mudanças constitucionais a serem debatidas pelo povo. No modelo tradicional, a constituição parece algo intocável e distante do povo, que faz surgir uma problemática que é que

é que o povo faz as propostas, tem a força para promover a Constituição, porém uma vez que a Constituição está feita, o poder do povo desaparece. O poder constituído suporta e de alguma maneira absolve o poder constituído (Santos, 2007: 29-30).⁷⁵

Com isso, deve emergir, enquanto alternativa, “uma nova geração de direitos coletivos, que são os novos direitos fundamentais. Por exemplo, o direito à água, à terra, à soberania alimentar, aos recursos naturais, à biodiversidade, às florestas e aos saberes tradicionais” (Santos, 2007: 30).⁷⁶ Tão importante quanto a emergência desses direitos

⁷⁵ Tradução livre do autor: “es que el pueblo hace las propuestas, tiene la fuerza para promover la Constitución, pero una vez que la Constitución está hecha, el poder del pueblo desaparece. El poder constituido sobrelleva, y, de alguna manera, absorbe al poder constituyente” (Santos, 2007: 29-30).

⁷⁶ Tradução livre do autor: “una nueva generación de derechos colectivos que son los nuevos derechos fundamentales. Por ejemplo, el derecho al agua, a la tierra, a la soberanía alimentaria, a los recursos naturales, a la biodiversidad, a los bosques y los saberes tradicionales” (Santos, 2007: 30).

fundamentais é o trabalho de resgate aos direitos que, na prática, estão ausentes da prática social e do Estado, apesar de estarem na lei escrita. Um dos instrumentos importantes para o Direito ser emancipatório é, então: a garantia de que a população tenha controle constitucional, seguindo certos critérios, e possa modificar a constituição, a fim de agregar esses direitos fundamentais emergentes e resgatar direitos esquecidos pela prática jurídica estatal. Essa garantia seria dada por instrumentos democráticos radicais, como a consulta popular e modelos de gestões participativas (Santos, 2007: 31).

O Direito pode ser emancipatório de diversas maneiras, mas para a reforma agrária é também importante percebermos se pode o Direito ser revolucionário. Com isso, perguntamos se podem esses novos direitos emergentes ir de encontro ao direito hegemônico da propriedade privada? Ou ainda podem os direitos ausentes ser resgatados enquanto elementos reguladores da propriedade privada? Podem os instrumentos democráticos radicais regular a propriedade privada? Penso que sim. E penso que é disso, então, que se trata a reforma agrária na sua concepção ampla.

Em muitos projetos políticos da reforma agrária no Brasil e em Portugal, levantavam-se vários discursos e teorias sobre os seus benefícios. A reforma agrária poderia favorecer a industrialização, ampliar o mercado interno, combater a desigualdade, formatar uma nova classe média rural, ampliar a produção de alimentos, enriquecer o país. Isso deu à reforma agrária certa simpatia de partidos políticos, governantes e da população em geral. Esse panorama político favorável contrastou, entretanto, com a parca ação estatal nesse sentido (no caso brasileiro) ou a abrupta ação estatal contra a reforma agrária (no caso português). O motivo para isso, dentro das concepções levantadas, foi a submissão da democracia ao direito de propriedade.

Barros afirma que “a propriedade da terra tende a permanecer como princípio inviolável e que, por conseguinte, o processo que visa a rápida transformação das relações de propriedade, como é o caso da reforma agrária, conserve natureza tão [...] polêmica” (Barros, 1986: 22). Ou seja, o simples discurso da eficácia econômica e social do parcelamento ou nacionalização dos latifúndios, para o capitalismo, por si só, não consegue ser forte o suficiente para enfrentar a composição política hegemônica que se formou entre os proprietários de terras e outros setores privilegiados da sociedade. “Quando se atacam os interesses de fração integrada no bloco dominante está-se a pôr em

causa a unidade, ainda que conflitual, deste bloco, o que obriga a novos arranjos, nem sempre isentos de redundarem em perigoso enfraquecimento” (Barros, 1986: 22). A hegemonia da propriedade privada é, assim, constituída a partir de uma composição política que, em “democracias de baixa intensidade”, se constituem no principal empecilho para a reforma agrária. Hegemonia, nesse caso, é um termo aplicável pois trata justamente de uma situação na qual, em uma democracia, uma minoria de proprietários consegue se fortalecer politicamente ao ponto de reagir a qualquer abalo ao sistema fundiário. O ponto chave dessa hegemonia passa por aquilo que Gramsci denominou de dominação dos aparelhos hegemônicos da sociedade civil (a Igreja, a comunicação social e a escola), mas também depende de uma composição política do que Barros denominou de sistema do latifúndio. Tal composição é plural e abrange: o latifúndio improdutivo, o conglomerado transnacional, a empresa agrícola, as organizações de classe dos agrários, os partidos conservadores, o sistema judiciário, os aparelhos de repressão do Estado, os meios de comunicação hegemônicos, organizações religiosas conservadoras, entre outros. A composição política cria ainda uma unidade no estrato social dos agrários que engloba desde o latifúndio improdutivo (mais passível de ser desapropriado) a empresas agrícolas e setores da elite, que, em princípio, não teriam uma oposição tão direta à reforma agrária.

Por outro lado, pensa-se, como Barros, que “a reforma agrária não pode por si operar a transformação global da sociedade, mas pode, em determinadas circunstâncias, contribuir decisivamente nesse sentido” (Barros, 1986: 26). Ou ainda que

a alteração das relações de propriedade abre ou acelera um processo de mudança nas relações sociais no campo cuja envergadura depende do vigor do processo social, por um lado, e da amplitude e consistência da acção interventora do Estado que acompanha-a e se sucede à transferência da terra, por outro lado. Se os dois vectores se conjugam no sentido de acelerar a passagem de uma forma de organização da agricultura para outra nova e distinta e de um modo de estruturação social para outro de diferente natureza, a reforma agrária acaba por representar profundo processo de mudança social. Se, pelo contrário, se dá o aniquilamento de um destes vectores, a mudança ocorrerá por forma bem menos linear e segundo ritmo inevitavelmente menor (Barros, 1986: 44).

A reforma agrária, enfim, envolve um tipo de estratégia de combate às desigualdades sociais, à pobreza e à miséria que está, atualmente, fora do alcance das políticas públicas no Brasil e em Portugal (em seu formato de Estado demo-liberal), como toda a estratégia que envolva desconcentração de riqueza. Nesse sentido, em ambos os

países, o Estado, na transição neoliberal, perdeu a capacidade de combater a pobreza, desconcentrando a riqueza, em detrimento de medidas assistencialistas de combate à pobreza. Assim que se em um período anterior (no qual o Estado ainda tinha tal capacidade de atuação) a reforma agrária era uma pauta reformista, hoje essa pauta se insere num modelo mais radical de mudança social.

Capítulo 4: As contextualizações gerais da reforma agrária no Brasil e em Portugal

Nesse capítulo da tese, se identificarão as especificidades do debate da reforma agrária no Brasil e em Portugal, verificando as particularidades temporais e espaciais abrangidas nos seus diferentes contextos. A reforma agrária foi um tema quase consensual nos debates acadêmicos e políticos na década de 1970. Por um lado, no campo político mais progressista, a reforma agrária foi uma bandeira das lutas sociais para o campo. Por outro, no campo político mais conservador, era apontada como uma das soluções possíveis para atenuar o quadro de miséria no meio rural, ou simplesmente para evitar uma suposta conversão maciça dos camponeses ao comunismo.⁷⁷

Atualmente, em Portugal, a reforma agrária, enquanto alternativa política, é algo totalmente descartado pelas políticas públicas, partidos políticos, movimentos sociais e intelectuais. No Brasil, a reforma agrária passa de um tema quase consensual na década de 70, para uma bandeira exclusiva de movimentos sociais camponeses e alguns partidos e militantes de esquerda. Nesse ponto de vista, em ambos os casos, o tom quase consensual que a temática da reforma agrária exercia nos debates políticos foi desfeito. Nesse capítulo, analisar-se-á, esse percurso, com maior ênfase sobre os debates acadêmicos, mas também ressaltando alguns aspectos conjunturais, importantes para se entender as metamorfoses das abordagens sobre essa temática nos dois casos.

4.1 A Reforma Agrária Portuguesa

A reforma agrária portuguesa foi desencadeada num curto, mas intenso período de mobilização popular de ocupação de terras no Alentejo, Ribatejo, Beira Baixa e Algarve. Esse processo ocorreu depois da ditadura, que teve o seu fim em 25 de Abril de 1974, e representou uma das facetas mais radicais dos movimentos emancipatórios que emergiram em Portugal nessa altura.

⁷⁷ Stédile escreve que “ficou célebre a confissão corajosa de Pio XI: o maior escândalo do século XIX foi ter a Igreja perdido a massa operária [...] Já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos a loucura de perder, também, o operariado rural” (Stédile, 2005b: 31)

Apesar de seu breve período, a reforma agrária não foi um tema residual na história portuguesa, antes teve relações diretas com o passado de conflitos e lutas nos campos do Sul. Com a sua rápida derrocada, nos primeiros anos da década de 1980, costuma-se descrever a reforma agrária com alguns receios políticos próprios de um relativismo ortodoxo que tomou conta de setores da academia portuguesa a partir da década de 1990. A reforma agrária representou um discurso, mas não foi somente uma invenção discursiva. Foi plural, variando suas especificidades de região para região, mas não ao ponto de tornar imprecisa qualquer classificação genérica. A reforma agrária teve nítida influência do PCP, mas não ao ponto de caracterizarem os camponeses como seres sem memória, história e vontade própria. Pelo contrário, a reforma agrária teve como principais protagonistas políticos os próprios agentes sociais que passaram anos e anos sofrendo seja pela fome, pela condição precária de trabalho, pela repressão política a qualquer organização de direitos laborais na época do Estado Novo. Foram esses agentes que resolveram, sob o crivo de sua sociabilidade comunitária, ocupar as terras dos agrários, tendo em vista de melhores condições de vida.

Mesmo com o seu abrupto declínio, a reforma agrária no Alentejo não ficou no esquecimento. A lembrança daqueles tempos permanece na memória dos que viveram essa época. Mesmo com certa mágoa, geralmente, descrevem-na positivamente, como um tempo em que eram felizes, que havia trabalho para todos. Exceção, é claro, feita aos agrários e aos mais conservadores, que recordam a reforma agrária como um tempo ingrato, como algo que supostamente semeara o ódio entre patrões e empregados, como se a história dessa relação fosse pautada, nos tempos de Salazar, pelo equilíbrio e harmonia, o que nem de longe corresponde à realidade relatada pela maioria dos alentejanos, por fontes históricas e pesquisadores do assunto.

4.1.1 Projetos de reforma agrária

Em Portugal, a reforma agrária não estava diretamente relacionada com um projeto nacional, era um projeto que, entretanto, abrangia boa parte do seu território. Era uma solução estabelecida a partir de um problema peculiar aos campos do Sul: a improdutividade dos latifúndios e a precariedade do trabalho agrícola. Segundo Baptista, a reforma agrária

tinha como antecedente os sucessivos programas das oposições ao Estado Novo e, mesmo no interior deste, as propostas que desde finais dos anos cinquenta tinham sido apresentadas pelos que defendiam uma adequação daquelas estruturas ao que se apresentava como as necessidades da industrialização do país (Baptista, 2010: 17).

No regime de Salazar, a reforma agrária chegou a ser elencada, sob outra designação, enquanto política de colonização do Alentejo, a fim de implementar a ótica produtivista que permeou a política agrícola do Estado Novo para aquela região. Como afirma Baptista,

estas propostas foram formuladas no âmbito da preparação do II Plano de Fomento e visavam o parcelamento de grandes domínios fundiários beneficiados pelos regadios públicos, o emparcelamento de prédios de muito pequena dimensão e uma alteração do regime de arrendamento rural para o tornar mais favorável aos rendeiros. Este último objectivo traduziu-se numa mudança pouco significativa, o emparcelamento foi insignificante e o parcelamento não teve qualquer concretização. De qualquer modo, estas propostas, e o debate que as acompanhou, vieram a influenciar os sectores que transitaram do Estado Novo para o regime democrático (Baptista, 2010: 17).

Entre o planeamento do Estado e a execução da reforma agrária houve uma distância política enorme, devido, principalmente, à proximidade do regime com os agrários. A reforma agrária do Estado Novo nunca chegou a ser algo a mais do que um simples projeto. Não havia, na altura, um movimento camponês que tivesse colocado a reforma agrária enquanto pauta sua, e a razão disso era obviamente relacionada com os anos de repressão a qualquer movimentação política que desafiasse o *status quo* do Estado Novo. Apesar disso, havia um intenso movimento de luta camponesa nos “*campos de Sul*” em prol de melhores condições de vida e de trabalho. Esse movimento ocorreu à custa de muitas vidas, prisões e torturas daquele que foi o principal núcleo de resistência interna ao regime, coordenado geralmente pelo Partido Comunista Português (PCP) (Baptista, 2010).

Depois do 25 de Abril, as posições sobre a reforma agrária se diversificaram perante o nascimento ou a formalização de muitos grupos e partidos políticos. Fernandes coloca que

a intenção de levar a cabo a Reforma Agrária tinha sido expressos nos programas da MFA (Movimento das Forças Armadas) e dos partidos (Acrópole 1975) mas não havia um projeto concreto e o consenso parecia uma impossibilidade. Por parte do Estado era claro que alguma coisa devia ser feita, mas o que, como e

quando ficou em aberto. Os trabalhadores agrícolas não podiam esperar e passaram à ação (Fernandes, 2002: 333).

O programa partidário do PCP de 1966 instituía a necessidade de se realizar uma “revolução democrática e nacional”, que passava, entre alguns pontos, por “realizar a Reforma Agrária, entregando a terra a quem nela trabalha”.⁷⁸ A solução para isso seria a “expropriação dos grandes latifúndios e das grandes explorações agrícolas capitalistas, cujas dimensões para efeitos de expropriações serão determinadas por lei” (Fernandes, 2006: 218). Outros partidos também desenvolveram um programa semelhante. A Aliança Operária Camponesa (AOC) preconizava a “confiscação e nacionalização dos latifúndios com a transferência da propriedade estatal para o Estado socialista” (Fernandes, 2006: 218). A Frente Eleitoral de Comunistas Marxistas Leninistas (FEC M-L), também previa a expropriação dos latifúndios pelo Estado sem indenização. O Movimento de Esquerda Socialista (MES) previa, primeiramente, a “expropriação das terras incultas e mal cultivadas”, para “numa fase mais avançada de luta expropriação da grande propriedade fundiária” (Fernandes, 2006: 219). A União Democrática Popular (UDP) defendia algo no mesmo sentido afirmando que “a reforma agrária começa pela ocupação dos latifúndios pelos assalariados” (Fernandes, 2006: 219). O Movimento Democrático Português/Centro Democrático Eleitoral (MDP/CDE) defendia uma revisão da legislação em vias de estabelecer maior estabilidade e segurança aos arrendatários rurais, uma priorização da exploração coletiva sobre as cooperativas, entrega dos baldios apropriados pelos proprietários de terras (Fernandes, 2006: 219).

No programa do Partido Socialista (PS), estabelece-se que

nas regiões de latifúndio o objectivo fundamental da reforma agrária será transferir a posse útil da terra para aqueles que a trabalham, através da expropriação das grandes propriedades agrícolas e da sua entrega, ou a

⁷⁸ Esse programa passava por oito pontos: “1.º – Destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático; 2.º – Liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral; 3.º – Realizar a Reforma Agrária, entregando a terra a quem a trabalha; 4.º – Elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral; 5.º – Democratizar a instrução e a cultura; 6.º – Libertar Portugal do imperialismo; 7.º – Reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência; 8.º – Seguir uma política de paz e amizade com todos os povos.” PCP (?) *Programa do PCP. Uma Democracia Avançada – Os valores de Abril no Futuro de Portugal*, em: <http://www.pcp.pt/programa-do-pcp> [2 de Abril de 2013].

agricultores individuais ou a cooperativas de trabalhadores rurais (Fernandes, 2006: 218).

Outros partidos mais conservadores, mesmo que moderadamente, também defenderam algum tipo de mudança na estrutura agrária, apesar de ressaltar quase todos os seus apegos ideológicos ao direito de propriedade privada. O Partido Popular Democrático (PPD) defendia uma reforma agrária para algumas situações, “arrendamento compulsivo ou expropriação, conforme for conveniente, visando a eliminação de situações de subemprego do trabalho e da terra de modo a garantir o interesse nacional” (Fernandes, 2006: 218). O Centro Democrático Social (CDS) propunha uma “reforma gradual da estrutura agrária, por forma a obter unidades produtivas bem dimensionadas, mediante acções de parcelamento e emparcelamento das explorações ou, em casos especiais, das propriedades” (Fernandes, 2006: 218). O Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Popular Monárquico (PPM) seguem a mesma linha de propor algumas alterações na estrutura agrária, desde que não envolvam expropriações ou qualquer outro mecanismo de relativização do direito de propriedade.

Para Baptista (1978), em linhas gerais, a temática da reforma agrária subdividia-se em três posições: a dos agrários, que “são pura e simplesmente contra toda e qualquer intervenção nas relações de propriedade”; a dos capitalistas, “para quem importa ‘modernizar e produzir’ e para quem qualquer intervenção na propriedade só terá cabimento se subordinada àquela perspectiva”; e “a posição da classe trabalhadora”, que era favorável à intervenção direta do Estado no regime de propriedade do Sul à vista de, geralmente, conseguir trabalho para todos (Baptista, 1978: 49). Havia, portanto, uma ideia de que “logo após o 25 de Abril de 1974, a intervenção do Estado na estrutura agrária era um tema consensual”, entretanto “o consenso não resistiu à concretização desta através da ocupação de terras pelos trabalhadores e da constituição de unidades coletivas e de cooperativas de produção” (Baptista, 2010: 17-18). Ou seja, uma coisa representava defender a reforma agrária no plano abstrato dos programas de partido e das propostas políticas, a outra foi o compromisso pela causa no momento em que ela foi efetivamente materializada pelos movimentos camponeses de ocupação de terras. Somente a esquerda mais radical manteve apoio à causa da reforma agrária e seu declínio culminou,

justamente, com seu enfraquecimento político, notadamente após o governo constitucional de 1976 (Baptista, 2010).

4.1.2 O Alentejo antes do 25 de Abril

A questão da terra do Alentejo remonta à formação do reino de Portugal na Guerra de Reconquista contra a ocupação muçulmana da Península Ibérica, época na qual o valor da terra estava relacionado a um território militar do que a qualquer associação com o mercado. Segundo Coelho (2004), “boa parte das terras conquistadas no Alentejo foram entregues a senhorios coletivos: a Ordem de Santiago, a Ordem de Aviz, a Ordem do Hospital, as sés, os conventos” (Coelho, 2004: 76) e alguns proprietários muçulmanos (que se tornaram cristãos-novos) “mantiveram posse, pelo menos duma parte das terras” (Coelho, 2004: 76). Com a Revolução de Avis (1383) a maioria das terras dos nobres que tomaram partido com a união à Castela foram entregues às ordens religiosas-militares (Coelho, 2004). Essa situação perdurou até o século XIX, altura em que a Revolução Liberal nacionalizou os bens da Igreja, mudando parcialmente a posse de terras no Alentejo, mas sem alterar a sua estrutura agrária latifundiária. Para Coelho

as extinções das Ordens Religiosas em 1834 envolveu a expropriação da terra dos conventos a favor do Estado. Mais tarde a Lei da Desamortização de 1861 deu o golpe de misericórdia na terra dos bispados, dos cônegos e das misericórdias. A terra da Igreja foi vendida em hasta pública e comprada pelos capitalistas (Coelho, 2004:79).

Desde período republicano até ao 25 de Abril de 1974, o regime de propriedade sofreu poucas alterações. Entretanto, a terra começava a envolver-se em uma relação monetária, mesmo com a sobrevivência do patrimonialismo na mentalidade da maior parte da elite rural. Baptista refere que algumas atividades agrícolas tradicionais como a extração de cortiça, a bolota, a criação de porco preto, a vinicultura, e a olivicultura, possuíam sua dose de racionalidade econômica, numa associação que envolvia lucros razoáveis ao proprietário, mesmo com uma produção e empregabilidade baixas, nos padrões capitalistas. Segundo o autor, nos latifúndios alentejanos

se praticava um regime de utilização da terra que se traduzia na sua cedência em parcelas a seareiros ou pelo seu cultivo com base no trabalho assalariado. O recurso a uma ou outra destas modalidades, ou a qualquer das suas possíveis combinações, é função da maximização, pelo menos tendencial, dos proventos

do detentor da posse da terra. Este podia coincidir com a figura do proprietário fundiário ou do grande empresário capitalista, rendeiro ou por conta-própria. O regime de latifúndio, aparece, assim, com uma lógica de funcionamento econômico (Baptista, 2010: 43).

A partir de 1929, o Estado Novo inicia uma série de políticas públicas com vista à modernização da produção agropecuária, na tentativa de elevar a agricultura alentejana para patamares produtivos mais avançados. As campanhas do trigo, que tiveram como motivações a transformação do Alentejo no “celeiro de Portugal”, representaram uma dessas tentativas. Os resultados dessas campanhas, contudo, foram decepcionantes. Para Fernandes,

as campanhas do trigo ambicionavam intensificar a exploração da terra e, mais uma vez, a auto-suficiência na produção alimentar, em particular nos cereais, com destaque para o trigo, encorajando os agricultores a aumentar as áreas cultivadas. O Estado exigia dos produtores a declaração de todo o trigo produzido em Portugal e garantia o seu escoamento a um preço mais alto do que o trigo mais barato importado do estrangeiro (Fernandes, 2006: 59).

Até à década de 1960, a agricultura alentejana nessa região era pouco mecanizada, os trabalhadores eram parcamente remunerados (principalmente os temporários) e tinham uma vida bastante precária. “A ausência de alternativas de emprego a nível local e, até os anos 60, a dificuldade de encontrar alternativas fora da região permitiram assegurar aos donos das terras a disponibilidade de uma reserva de mão de obra barata” (Fernandes, 2002: 328). O Alentejo, na década de 1950 e no início da década de 1960, encontrava-se, então, numa pressão demográfica que favorecia a baixa remuneração do trabalho. A situação da fome agravou-se na região, e datam dessa altura as grandes manifestações camponesas visando o aumento dos salários, a jornada das oito horas e uma maior oferta de emprego. Os aparelhos repressivos do Estado Novo foram usados duramente contra os camponeses e em favor dos interesses dos agrários. Com isso, a luta pela terra se tornou também na luta contra o regime e fundaram-se, nessa altura, inúmeras células clandestinas do PCP nas aldeias e vilas alentejanas. Além das marchas pela fome que foram mais recorrentes entre 1946 e 1958, e as greves, como a greve geral no Alentejo e Ribatejo de 1962, outro recurso para sair dessa situação de precariedade laboral foram as migrações para Lisboa e para o estrangeiro (Baptista, 1978: 12). “A possibilidade de encontrar emprego nas zonas urbanas e, principalmente, o escape aberto pela emigração, abriram as

portas à debandada dos trabalhadores assalariados, familiares e, mesmo, pequenos agricultores (Baptista, 2010: 51)”.

Na década de 1960, o financiamento de alguns agricultores pelo Estado Novo dinamizou a transformação de vários latifúndios tradicionais em empresas capitalistas. A capitalização ocorria principalmente nas localidades onde os terrenos eram mais férteis (Baptista, 1978: 48-49). Os terrenos com condições climáticas ou de solos menos vantajosos continuaram a realizar a cultura tradicional do latifúndio. Nas propriedades médias esse processo de modernização não ocorrera de forma tão acessível, o que culminou num período de crise e de maior dependência do trabalho laboral. A pequena propriedade teve a sua continuidade mesmo com pouco acesso à modernização técnica, mas tomando vantagem pela relativa autossuficiência da mão-de-obra familiar (Baptista, 2010: 90). No início dos anos 1970, havia um contínuo avanço da revolução verde no Alentejo, com um aumento considerável do número de tratores, ceifeiras-debulhadoras, uso de sementes selecionadas e herbicida (Baptista, 2010), beneficiando de significativa ajuda estatal (crédito agrícola, fomento da motomecanização, etc.). Com isso, “o 25 de Abril encontrou os *campos do Sul* em grande transformação. Um terço da população que trabalhava na agricultura desertara nos anos 60” (Baptista, 2010: 94-95). De certa forma, a reforma agrária freou um processo de desertificação rural que já se desenhava em começo da década de 1970, cujos efeitos mais expressivos foram a migração da população trabalhadora para outros centros, a mecanização da agricultura e o desemprego. Esse processo de desertificação vai ganhar um novo impulso após as políticas de contra reforma agrária, e é uma das características mais marcantes do Alentejo nos dias de hoje.

4.1.3 O 25 de Abril e a Reforma Agrária

O 25 de Abril de 1974 instituiu em Portugal o fim do regime fascista e do império colonial, dando espaço para um momento único na história do país. A mudança política veio acompanhada da diversidade partidária, da liberdade política, da emergência de várias organizações sociais e atores locais nos mais diversos espaços públicos: comitês de bairros, associação de moradores, movimentos sociais, fábricas de auto-gestão de trabalhadores, grupos de teatro comunitários, o Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL), imprensa livre, associações estudantis, entre outros. A reforma agrária foi mais um desses processos

sociais que emergiram com a Revolução dos Cravos. Para o Alentejo, a reforma agrária foi o estopim de um processo de contestação àquilo que mais representava o poder na realidade local dos campos do Sul na época de Salazar e Marcelo Caetano: o latifúndio.

Após um período de relativa desconfiança em relação ao Movimento das Forças Armadas (MFA), as novas lideranças políticas locais do Alentejo saídas da revolução, constituídas maioritariamente por integrantes e militantes outrora clandestinos do PCP e de outras organizações de esquerda, passaram a celebrar o momento de liberdade política e planear o modelo de atuação política da causa sindical agrícola. Nesse período, a estratégia desses grupos consistiu no fortalecimento da estrutura sindical e na formação de comissões de trabalhadores rurais para negociar com os latifundiários melhores condições de trabalho, mais emprego e aumentos salariais. Essa estratégia, entretanto, funcionou até determinada altura, onde os sindicatos de trabalhadores rurais tinham mais influência. A reação dos agrários, muitos dos quais realmente não possuíam condições financeiras de atender às demandas das comissões, foi, inicialmente, de boicote aos acordos e às comissões. Esse boicote agravou uma tensão já existente entre trabalhadores e patrões. Para fugir dos acordos estabelecidos pelos sindicatos rurais e pelas comissões de trabalhadores, vários proprietários tiveram enquanto estratégia de enfrentamento a negativa da produção, ou a descapitalização da propriedade, com a venda dos equipamentos, animais e cortiça. Os casos mais famosos desse tipo de descapitalização foram a venda intensiva de gado para a fronteira, a destruição de regadios e de instrumentos agrícolas (Baptista, 1978).

As primeiras ocupações datam de finais de 1974. Segundo Barros, inicialmente, tratava-se de “respostas pontuais de seaeiros e de assalariados a situações de absoluta carência de terra ou de trabalho e incidiram sobre herdades em estado de abandono ou de manifesto subaproveitamento” (Barros, 1986: 60-61).

Essas ações confundiam-se, assim, com a luta contra a falta de terra, por parte dos seaeiros, e contra o desemprego, por parte dos assalariados, sendo difícil estabelecer com nitidez se a eles presidia ou não o claro e consciente objetivo de as consubstanciar em verdadeiras e efectivas ocupações (Barros, 1986: 61).

Um dos principais agentes dessas ocupações foram os seaeiros e alugadores de máquinas que geralmente haviam investido na compra de máquinas agrícolas, a crédito, para trabalhar à hora para os agrários (Baptista, 2010). Com o abandono e o

subaproveitamento de alguns dos latifúndios, esses alugadores de máquinas encontravam-se em uma situação de não ter como trabalhar, logo não ter como pagar o crédito. Com isso, organizam, junto com trabalhadores assalariados, as ocupações de terras. “Assim ocorreram as primeiras ocupações nos distritos de Évora e de Setúbal, logo nos primeiros meses de 1975” (Barros, 1986: 61).

Em meados de 1975, o movimento de ocupação de terras ganhou mais intensidade em Évora e Portalegre e “começou a tornar-se claro que se desenham objetivos mais amplos, visando já a real transformação da estrutura da propriedade e da exploração agrícola e a alteração das relações sociais de produção” (Barros, 1986: 62). Até Julho de 1975, o movimento de reforma agrária passava por uma latente dificuldade, já que atuavam “sem a cobertura de legislação aprovada” e os trabalhadores encontravam-se “na contingência de passar semanas e até meses sem salários ou quaisquer outras receitas, já que se achavam privados de apoio financeiro e, vindo as colheitas ainda longe, sem a possibilidade de realizar fundos” (Barros, 1986: 62).

Entre Agosto e Setembro de 1975, o movimento de ocupação de terras atinge o seu pico em Beja e em Évora, devido à aprovação pelo Governo, em Julho, dos decretos lei 406-A e 407/75 que deram o suporte legal às ocupações. “A partir desse momento, as ocupações deixavam de ser sentidas como ações situadas à margem da lei, antes tendiam a ser vistas pelos ocupantes como atos de execução de leis em vigor” (Barros, 1986: 63). Tal situação legal acelerou um processo já em andamento. Por um lado, os trabalhadores alentejanos anteciparam-se aos trâmites oficiais, principalmente com a eminência de perder o período próprio para o cultivo das culturas de verão. Por outro, os agrários, com a eminente possibilidade de verem suas terras expropriadas pelo Estado, aceleraram o processo de descapitalização das terras. Além disso, o Verão de 1975 foi também “uma época em que importantes sectores do movimento popular consideravam ter chegado o momento de avançar sem demora e o mais longe possível em diversas frentes, com vista a gerar situações de transformação social irreversíveis” (Barros, 1986: 64).

No mês de Setembro, o Governo cria, através do decreto-lei no. 541-B/75, o crédito agrícola de emergência para apoiar os coletivos de trabalhadores da reforma agrária até ao final das colheitas. Podendo ser usado para a remuneração dos trabalhadores, o crédito agrícola de emergência veio dar um novo impulso aos movimentos de ocupação de

terras “até o movimento haver sido bloqueado após a viragem política ocorrida com o 25 de Novembro de 1975” (Barros, 1986: 65). O saldo geral das ocupações, segundo Baum, foi que “nos finais de 1975 tinham sido ocupados quase 25% da superfície arável de Portugal (mais de 1,2 milhões de hectares), criando a maior rede de unidades coletivas de produção e cooperativas de produção em sistemas de autogestão da Europa Ocidental” (Baum, 1998: 709).

Hespanha (1986) estabelece que esse movimento de ocupações de terras suscitou o regresso de muitos dos trabalhadores que haviam migrado para o estrangeiro ou para a zona industrial de Lisboa-Setúbal.

Sabe-se que o desemprego agrícola tinha na altura um nível muito reduzido se comparado com o do período anterior à década de sessenta, mas o regresso de 1975 e 1976 dos trabalhadores que tinham partido denuncia, a par da retracção dos mercados de trabalho nas zonas industriais, o forte enraizamento nas comunidades de origem e o carácter não definitivo do êxodo. As perspectivas de emprego permanente e a remuneração garantida pela UCP foram suficientes para motivar alguns regressos (Hespanha, 1986: 386-387).

O processo de ocupações de terras teve diferentes configurações e especificidades dentro do espaço alentejano. Como afirma Baptista, “o processo de reforma agrária só avançou e se impôs onde os trabalhadores tiveram capacidade para o levar por diante através do movimento de ocupação de terras” (Baptista, 1978: 27). Ou seja, mesmo com a importância de todo o apoio de agentes externos à realidade local, como partidos políticos, MFA e técnicos progressistas, a reforma agrária só de fato se materializou onde o movimento camponês teve mais força política e “onde as relações de forças regionais não eram de molde a impedir o processo da Reforma Agrária” (Baptista, 1978: 14).

Os distritos nos quais a reforma agrária foi mais efetiva foram Beja, Évora e Portalegre. “Era nesses distritos que os trabalhadores se encontravam mais solidamente organizados” (Baptista, 1978: 21). Em Évora, como já foi citado, entre fevereiro e março de 1975, o movimento de ocupação de terras fora iniciado pelos alugadores de máquinas. De Abril a Junho, os trabalhadores temporários lançaram uma nova onda de ocupação, notadamente nas localidades de Montemor-o-Novo e Vendas Novas. Entre Julho e Agosto, há também uma “terceira fase” que se distingue pela maior “presença de organizações políticas e sindicais a que os trabalhadores se encontram ligados” (Baptista, 1978: 23).

Em Portalegre, o movimento de ocupações se intensifica em Junho de 1975, compostos majoritariamente por trabalhadores rurais temporários sindicalizados. Num momento posterior, os trabalhadores permanentes aderem ao movimento em sua maioria, especialmente entre Julho e Agosto, período em que os ritmos desses movimentos são acentuados. Entre Agosto e Setembro, há um “decréscimo do ritmo das ocupações” e “reforço dos apoios dos sindicatos e do Estado” (Baptista, 1978: 25-26). Entre Outubro e Novembro, ocorre uma “generalização das ocupações em quase todos os Conselhos. Ocupação de grupo, em geral com base na população da aldeia” (Baptista, 1978: 25-26).

Em Beja, o sindicato dos trabalhadores rurais era mais organizado (criado há mais tempo e fortemente associado ao PCP), além de “outras organizações de classe, nomeadamente à Liga dos Pequenos e Médios Agricultores” (Baptista, 1978: 26). A aposta inicial do PCP fora nas comissões de trabalhadores e investiu nisso, mesmo no momento em que as ocupações fervilhavam em Évora, Portalegre e outras zonas do Sul. Entre Julho e Agosto, e sucessivamente até Novembro, as ocupações se generalizam pelo distrito, constituindo essa região numa das zonas mais intensas da reforma agrária.

Para Baptista, foi a “consciência de classe e a organização dos trabalhadores [...] os factores decisivos na alteração das relações de propriedade e de produção nestes distritos” (Baptista, 1978: 27). O autor também destaca o apoio financeiro de organizações externas, o apoio político de vários grupos urbanos, de militares progressistas e de técnicos dos Centros Regionais de Reforma Agrária “que se colocaram decididamente ao lado das classes trabalhadores” (Baptista, 1978: 27), mas sem que a iniciativa coubesse a estes aliados. Barros ressalta que,

a iniciativa do avanço para a reforma agrária não partiu dos órgãos do poder político nem a direção do processo alguma vez coube directa e claramente às instâncias governamentais. A transferência da posse da terra e dos meios de produção para os produtores directos resultou sobretudo da própria dinâmica do movimento social nos campos do Sul (Barros, 1986: 59).

Esse movimento contava ainda com a participação ativa das mulheres que possuíam um papel produtivo importante, notadamente na olivicultura e nas culturas de regadio. As mulheres assumiam um protagonismo de combatividade e radicalidade à frente de muitos dos movimentos de ocupações de terras e, segundo Barros, “não foram poucos os casos em que, na verdade, a atitude por elas adotada pesou significativamente no avanço para as ocupações e na concretização destas” (Barros, 1986: 67).

O panorama político da reforma agrária foi complexo. Como afirma Baptista, “não era só nos campos do Sul que a ordem social e institucional, herdada do Estado Novo, se desmoronava. O mesmo movimento atravessava cidades, vilas, bairros, fábricas, escolas, serviços e mesmo quartéis” (Baptista, 2010: 104). Após o 25 de Abril, a presidência do general António Spínola foi severamente contestada pelos partidos políticos de esquerda que emergiram fortemente na época, e cujas posições em favor da independência das colônias africanas eram radicalmente contrárias às do general. Convocando a manifestação pública de uma alegada “maioria silenciosa”, Spínola se arvora estar representando os verdadeiros interesses do povo português, o que adverte os partidos sobre a possibilidade de um novo autoritarismo. Em resposta, o MFA, junto com as organizações sociais de base e os partidos de esquerda, desencadeiam um movimento que culmina com a demissão de Spínola. Com isso, reverteu-se um processo de conflito eminente entre, de um lado, os conservadores (com maior peso no Norte e Centro do país) e os revolucionários (mais centrados em Lisboa-Setúbal e no Sul do país). É nessa conjuntura que o general Vasco Gonçalves assume o governo e se propõe liderar o processo revolucionário na sociedade portuguesa. Em 11 de Março de 1975, setores ligados a Spínola tentam um fracassado golpe de Estado, que serve de pretexto para Vasco Gonçalves acelerar o apoio oficial ao processo revolucionário, passando o MFA e o próprio Estado, em muitos casos, a ser agentes ativos desse processo. Santos coloca que “o estado passou a ser uma plataforma múltipla de lutas sociais e políticas e, mais que isso, a questão global da natureza de classe de dominação estatal passou a ser parte integrante da luta política, senão mesmo o objeto privilegiado da luta de classes” (Santos, 1984: 18).

Com isso que “em 26 de Março, o IV Governo Provisório” toma posse e “faz em 15 de Abril o anúncio público da nacionalização dos sectores básicos da atividade económica (indústria, transportes e comunicações) e de um programa de Reforma Agrária” (Baptista, 2010: 104).

Abre-se um período em que as relações de forças locais e regionais tendem a sobrepor-se às decisões tomadas em Lisboa, onde se vai acentuar e centralizar o confronto entre as forças políticas e as facções militares. A Reforma Agrária foi a resposta dos trabalhadores agrícolas, em especial dos temporários, à situação existente nos campos do Sul. Para a concretizarem tiveram o apoio do aparelho de Estado e das Forças Armadas (Baptista, 2010: 104).

Baptista discute que “as linhas de atuação do IV Governo Provisório (Março a Agosto) relativamente aos campos do Sul eram três: refazer o aparelho do Estado; apoiar a conquista da terra; definir e aplicar o quadro legal da Reforma Agrária.” (Baptista, 2010: 105). Um dos importantes aparelhos criados ao nível do Ministério da Agricultura e Pesca foi desvincular as unidades estatais dinamizadoras da reforma agrária do aparelho tradicional de Estado para a agricultura. Tais unidades também tinham como objetivo descentralizar a administração do ministério, distanciando-a de uma burocracia muito associada aos interesses dos agrários. Com isso, foram criados oito Centros Regionais de Reforma Agrária, “um no Ribatejo (Santarém) um na Beira Baixa (Castelo Branco), um em Setúbal, um no Algarve (Faro) e três no Alentejo (Beja, Évora e Portalegre)” (Baptista, 2010: 105). Essas unidades institucionais centralizavam as tarefas do ministério, de modo a ficarem responsáveis por todo o despacho que envolvesse a reforma agrária na região. Baptista argumenta que “houve [...] a preocupação de reforçar os Centros em meios de os dotar com equipas técnicas renovadas que [...] se encontrassem desligados dos interesses dos grandes domínios fundiários” (Baptista, 2010: 105). As tarefas desses centros caracterizavam-se de duas formas: “contrariar ações dos grandes empresários agrícolas e proprietários fundiários para dificultar o arranque da Reforma Agrária e [...] apoiar as novas unidades de produção” (Baptista, 2010: 107). Criou-se, portanto, um instrumento institucional renovado tanto em termos dos agentes que o compunham, quanto das antigas estruturas estatais e funcionários ligados aos agrários e receosos com a reforma agrária.

Em relação ao Direito, a reforma agrária exigia um marco legal que regulamentasse as ocupações de terras que já ocorriam mesmo à margem da lei. Esse marco foi consolidado por vários decretos-lei já anteriormente referidos: o n.º 406-A/75 (“que previa a expropriação dos prédios rústicos que integrassem patrimônios fundiários de grande dimensão” e determinava a atuação do Estado na desapropriação dentro de um limite mínimo de hectares por terras), o n.º 407-A/75 (“relativo à nacionalização dos prédios rústicos beneficiados por aproveitamento hidroagrícolas situados em zonas de grande propriedade”), o n.º 407-C/75 (“que extinguiu as coutadas, exceto as turísticas”) e o n.º 406-B/75 (“que definia as normas para o reconhecimento, pela Administração Pública, das unidades de produção da Reforma Agrária”) (Baptista, 2010: 108). Criou-se ainda, nos casos em que os agrários comprovadamente morassem na terra e provassem que dependiam dela para sobreviver, uma área de reserva à qual eles teriam direito sobre a

terra. Essa área de reserva estava diretamente relacionada com o limite mínimo de hectares para desapropriação.

A aprovação da Constituição portuguesa em 2 de Abril de 1976 também representou um importante instrumento legal jurídico da reforma agrária em um primeiro momento. Logo no seu artigo primeiro referia-se que “Portugal é uma república soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes”.⁷⁹ No artigo segundo, referia-se que “a República Portuguesa é um Estado democrático, baseado na soberania popular [...] que tem por objetivo assegurar a transição para o socialismo”.⁸⁰ Em seu título I da parte II, no artigo 81º, *Incumbências Prioritárias do Estado* descreve que “incube prioritariamente ao Estado: [...] h) realizar a reforma agrária [...] i) eliminar progressivamente as diferenças sociais entre a cidade e o campo [...] n) impulsionar o desenvolvimento das relações de produção socialistas”.⁸¹ O Título IV é bem específico a questão da Reforma Agrária e cita em seu artigo 96º. *Objetivos da Reforma Agrária*:

a reforma agrária é um dos instrumentos fundamentais para a construção da sociedade socialista e tem como objetivos:

- a) Promover a melhoria da situação econômica, social e cultural dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores pela transformação das estruturas fundiárias e pela transferência progressiva da posse útil da terra e dos meios de produção diretamente utilizados na sua exploração para aqueles que a trabalham, como primeiro passo para a criação de novas relações de produção na agricultura;
- b) Aumentar a produção e a produtividade da agricultura, dotando-a das infra-estruturas e dos meios humanos, técnicos e financeiros adequados, tendentes a assegurar o melhor abastecimento do país, bem como o incremento da exportação;
- c) Criar as condições necessárias para atingir a igualdade efetiva dos que trabalham na agricultura com os demais trabalhadores e evitar que o sector agrícola seja desfavorecido nas relações de troca com os outros sectores.⁸²

⁷⁹ “Constituição Portuguesa de 1976. Princípios Fundamentais” *Assembleia Constituinte. Debates Parlamentares. Catálogos Gerais. Direção de Serviços de Documentação e Informação*, http://debates.parlamento.pt/r3/dac/constituicao/c_76-2.aspx [4 de abril de 2013].

⁸⁰ *Idem.*

⁸¹ *Idem.*

⁸² “Constituição Portuguesa de 1976. Parte II - Organização Econômica” *Assembleia Constituinte. Debates Parlamentares. Catálogos Gerais. Direção de Serviços de Documentação e Informação*, http://debates.parlamento.pt/r3/dac/constituicao/c_76-4.aspx [4 de abril de 2013].

No artigo seguinte, o 97º, que tratava diretamente da desapropriação dos latifúndios, a expropriação e nacionalização das terras transformava-se em preceito constitucional para serem entregues “para exploração, a pequenos agricultores, a cooperativas de trabalhadores rurais ou de pequenos agricultores ou a outras unidades de exploração coletiva por trabalhadores”.⁸³ Sobre a forma de operação das desapropriações, o referido artigo colocava que “as operações previstas neste artigo efetuam-se nos termos que a lei da reforma agrária definir e segundo o esquema de ação do Plano”.⁸⁴

Até 1976, tanto as estruturas estatais, quanto as estruturas no âmbito do Direito de Estado, acompanhavam parcialmente a mobilização dos camponeses nas ocupações de terras. Com o cessar das ocupações, os desafios da reforma agrária portuguesa estabeleceram-se sobre a organização da produção e a participação dos trabalhadores nesse processo.

4.1.4 A formação das UCPs

Na reforma agrária portuguesa, havia vários modelos de gestão da produção a partir da área desapropriada, desde a terra parcelada, a cooperativa e a Unidade Coletiva de Produção. Essa última, entretanto, foi a mais comum. “A UCP corresponde à variante de longe mais generalizada e representa a opção de aglutinar diferentes explorações agrícolas ocupadas” (Barros, 1986: 99). Essa alternativa se mostrou a mais condizente com o viés produtivista, onde se conservava a estrutura fundiária da antiga propriedade, administrando uma força de trabalho mais numerosa. “Antevia-se, assim, uma Reforma Agrária constituída por unidades de muito grande dimensão, onde os produtos da ciência, os equipamentos e sobretudo as grandes máquinas – o progresso – fariam as terras produzir abundantemente” (Baptista, 1986: 417). Coincidia, em alguns pontos, com o modelo de cooperação soviético, as kolkhoses, apesar de algumas nítidas diferenças, como as eleições, assembleias e reuniões plenárias internas.

⁸³ Idem

⁸⁴ Idem.

No prisma local, essas novas unidades representavam a posse dos latifúndios pelos trabalhadores rurais que viviam nas aldeias e vilas, onde, anteriormente, as relações de trabalho eram precárias. “A ocupação de terras e a constituição das unidades coletivas dos trabalhadores agrícolas alteraram, a favor destes, o quadro da vida social nas vilas e aldeias, em que tradicionalmente se exercia a opressão e o domínio dos grandes proprietários fundiários” (Baptista, 2010: 15).

Esse modelo afetava ainda a demanda principal dos trabalhadores agrícolas: o desemprego. Com isso, a garantia do trabalho do indivíduo no modelo coletivista superou, na maioria dos casos, qualquer anseio pessoal pela posse individual da terra (num modelo de reforma agrária parcelar) (Barros, 1986; Baptista, 2010). Para Barros,

a UCP teve como ponto de partida as grandes explorações agrícolas típicas do capitalismo latifundiário, onde predominava largamente o recurso a trabalhadores eventuais. Ora sucedia que estes trabalhadores não estavam afectos a uma herdade determinada antes se encontrando sujeitos ao sistema de exercerem sua actividade “onde calhava”. Deste modo, natural que, ao contrário do que acontecia com os trabalhadores permanentes, nenhuma perturbação lhe causasse a aglutinação de diversas explorações agrícolas já que tal circunstância não motivava qualquer alteração da prática que desde sempre conheceram. Por outro lado, a preocupação determinante desta camada do proletariado rural centrava-se, naturalmente, na garantia de emprego permanente. (Barros, 1986: 104)

Para Gallo, havia na reforma agrária, um viés produtivista que tinha dois objetivos claros: de um lado, resguardava o projeto do Estado Novo de um Alentejo como celeiro do País, na missão de produzir alimentos para o engrandecimento de Portugal; de outro, garantia o máximo de empregos possível, alimentando aquilo que Gallo denominou de “economia do trabalho” (Gallo, 2002: 175). Havia, entretanto, uma clara diferenciação entre o viés produtivista da reforma agrária e o viés produtivista tipicamente capitalista, já que o primeiro estava atento à produção como um meio para atenuar as diferenças sociais, enquanto, neste último, as dimensões sociais da produção são subvalorizadas em detrimento de um produtivismo a todo o custo. Nesse ponto, a partir do emprego e do trabalho, o trabalhador rural alentejano realizaria suas demandas e projetos pessoais, que representavam, em sua maioria: não passar fome, sustentar a família, educação e saúde para os filhos. Assim, ocorria na reforma agrária, para além de um viés meramente produtivista, uma espécie de *economia moral*, ou *economia do trabalho* (Vester, 1986). Vester afirma que

a energia e a orientação da Reforma Agrária foram sobretudo determinadas pelos próprios homens e mulheres das aldeias alentejanas, se bem que através de um processo social contraditório. Foi sobretudo a *economia moral*, historicamente transmitida pela cultura e a economia de subsistência das aldeias, que determinou o desenvolvimento das cooperativas, que abrangiam um terço do Sul de Portugal. O princípio econômico seguido não foi o da maximização do capital (que em regra significa poupar de mão de obra, substituindo-a por máquinas), mas sim uma *economia do trabalho*. (Vester, 1986: 515)

Sobre as formas de organizações da UCP, Baptista cita que havia ainda um senso de igualitarismo que “apesar de não ter se generalizado totalmente, teve uma grande repercussão e levantou muitos problemas na vida interna das unidades de produção, nomeadamente com trabalhadores mais especializados e em particular com os pastores” (Baptista, 1986: 417). A gestão das UCPs era, em sua maioria, desempenhada por coletivos de trabalhadores eleitos, onde “os seus membros efectivos recebem um salário certo, previamente estabelecido e cada trabalhador não tem nenhum direito sobre o património da unidade de produção” (Baptista, 1986: 418). Gallo coloca também que “um outro fator de importância da UCP no âmbito da vida da aldeia foi a existência de uma relação de constante inter-ajuda entre cooperativa e aldeãos, facilitada pela coincidência entre o lugar de trabalho e lugar do quotidiano” (Gallo, 2002: 176).

As dificuldades que as UCPs enfrentaram foram enormes. Hespanha cita algumas: “falta de fundos de maneio, falta de equipamento mecânico, falta de capital para investimento, dificuldades no escoamento de produtos e nomeadamente da produção animal, problemas na aquisição de rações e, sobretudo, falta de apoio técnico” (Hespanha, 1986: 388). Muitas das antigas práticas agrícolas antigas foram mantidas, como o sistema de rotação, por exemplo. Além disso, os projetos de incremento da produção das UCPs, via modernização técnica, foram levados, geralmente, tendo em conta o apoio financeiro do Estado, que passou a ser, cada vez mais restrito. Algumas UCPs, todavia, tiveram ajuda externa para implementar tais projetos, recebendo tratores, ceifeiras-debulhadoras e outros instrumentos agrícolas desses apoiantes, entre eles a União Soviética.

Em nível político, havia uma relação direta entre o PCP e as UCPs, notadamente nas regiões onde os sindicatos dos trabalhadores rurais eram mais fortes, como em Beja. “O PCP tornou-se hegemônico, mas não onipotente”. Segundo Vester, muito mais forte do que o partido eram, em um nível mais baixo, a estrutura social da aldeia e dos seus

dirigentes, a mentalidade e o *habitus* das pessoas, e a diferenciação social dentro das aldeias” (Vester, 1986: 488). Em alguns casos, entretanto, houve conflitos internos decorrentes dessa relação. Os debates ideológicos que ocorriam nas UCPs passavam muito pelo nível de valores, onde se opunha os princípios solidários e coletivistas (preconizado pelo partido), sobre os individuais.

Geraram-se, contudo, algumas contradições entre o princípio da solidariedade da cooperativa no seu conjunto e o egoísmo dos seus grupos particulares, entre a cautela camponesa tradicional e a abertura para modernização, entre a reivindicação de igualdade e democracia, e a comodidade de entregar as tarefas mais difíceis a uma oligarquia de dirigentes e especialistas (Vester, 1986: 488).

Ressalta-se, porém, diversos depoimentos e críticas sobre um excesso de controle dos dirigentes do PCP sob as UCPs, que, sobre o argumento do “centralismo democrático”, em alguns casos, inibia a participação dos trabalhadores, provocava sérios conflitos e, de certa forma, aumentava as divisões políticas do movimento de reforma agrária.

Foi sobre essa conjuntura que, em algumas UCPs que ganharam sobrevida na década de 1980, alguns quadros mais políticos foram substituídos por quadros diretamente relacionados com a agricultura, ocorrendo um relativo processo de substituição de lideranças locais do PCP por figuras mais técnicas.

Como recorda Hespanha, apesar de todos esses problemas, nota-se, na reforma agrária, que “a superfície cultivada aumentou e foram introduzidas novas culturas, embora nem sempre com sucesso” (Hespanha, 1986: 388). Mesmo com as dificuldades que algumas UCPs enfrentaram, a reforma agrária aumentou consideravelmente a produção agropecuária no Alentejo, chegando, entre os anos de 1976 a 1979, a quase atingir uma situação de pleno emprego e aumentando consideravelmente a população do Alentejo, notadamente aqueles que haviam migrado para o estrangeiro antes da queda do fascismo. Se a reforma agrária não decorreu dentro de um modelo isento de falhas, problemas e conflitos, também é necessário reconhecer que esses problemas de forma alguma representaram a evidência da falência do modelo. É nesse ponto que o debate sobre a viabilidade das UCPs e da reforma agrária, que se trava ao longo de parte da historiografia portuguesa, contrasta com dois fatos eminentes: a) a evidência empírica que demonstra um acréscimo produtivo e de empregos em decorrência da Reforma Agrária (ver Barros, 1986 e Baptista, 2010); e b) as dificuldades que alguns autores levantam como prova incontestável

da falta de viabilidade da reforma agrária portuguesa ocorreram, mas não determinaram o fim das UCPs. O fim da reforma agrária foi uma construção política, que se relaciona com um conjunto de medidas adotadas de regressão das conquistas do 25 de Abril. Foi fruto, portanto, da contra reforma agrária.

4.1.5 A Contra Reforma Agrária

A contra reforma agrária portuguesa foi abrupta e conseguiu, num prazo de aproximadamente cinco anos, acabar com quase todo o processo de reforma agrária e com as experiências de autogestão do latifúndio pelos trabalhadores rurais. Esse processo vem sendo debatido pelas ciências sociais e historiografia portuguesa sob os mais diversos aspectos que iremos tratar mais adiante. Destaco dois fatores: a conjuntura internacional da Guerra Fria (que provocava o fervilhar do sistema mundo nos anos 1970) e as eleições parlamentares de 1975.

No primeiro ponto, há, de fato, que se estabelecer que, no mundo ocidental, houve algumas tentativas, pela via democrática, de se instituir um governo com princípios sociais condizentes com o socialismo. Essas tentativas foram severamente combatidas pelos Estados Unidos. Na América Latina, a fórmula adotada foi quase um corpo uniforme: combater governos eleitos democraticamente, cujos interesses iam de encontro aos interesses dos Estados Unidos com golpe de Estado. Foi assim, em menor ou maior grau, no Brasil, na Argentina, no Uruguai, na Guatemala, na Nicarágua e no Chile. Não se sabe se essa seria a estratégia ideal a ser estabelecida em Portugal no pós-1974 para barrar a “transição para o socialismo” que figurava não somente nos principais discursos do corpo dirigente do IV Governo Provisório e dos principais partidos de esquerda portuguesa, como na própria Constituição portuguesa promulgada em 1976. Mas, o fato é que tentativas golpistas existiram por parte de uma articulação conservadora, representada na liderança do general Spínola. Entretanto, parece que não havia condições internas nem externas para se estabelecer em Portugal, depois de 40 anos de ditadura fascista, uma nova ditadura militar que serviria afinal para resguardar os interesses estadunidenses no panorama geopolítico do continente europeu. Mesmo com a falência dessa alternativa, o plano continuava: barrar o crescimento da esquerda portuguesa (em especial o PCP) e impedir que Portugal viesse a se tornar uma ameaça à hegemonia estadunidense na Europa

Ocidental. Para isso, foi articulado, com ou sem o consentimento dos Estados Unidos, uma reação conservadora ao gonçalvismo, que abrangia desde a embaixada norte-americana em Lisboa, a Igreja Católica, grupos conservadores radicais, o empresariado português, as associações dos agrários (ALA e CAP) e partidos políticos de direita. O fator preponderante para o sucesso dessa reação foi, sem dúvida, a postura de parte majoritária do Partido Socialista (PS) frente a esse processo todo, que, notadamente, serviu de fiel da balança para o regresso ou mesmo para o fim de políticas progressistas que emergiram em Portugal a seguir ao 25 de Abril. O segundo ponto está diretamente correlacionado ao primeiro, pois a forma na qual se sucedeu a reação conservadora em Portugal foi a via eleitoral.

Especificamente sobre a contra reforma agrária, Hespanha descreve que a articulação das forças políticas da contra reforma agrária estabelecia-se em três parâmetros: 1) “no terreno social – promovendo a CAP e fazendo reverter em seu favor o descontentamento de diferentes estratos do campesinato”; 2) “no terreno das idéias – difundindo uma imagem da reforma agrária associada à acção violenta e à ilegalidade”; e 3) “no terreno político – servindo-se das posições ocupadas no aparelho do estado para impedir a consolidação das novas unidades de produção e facilitar a reintegração do poder dos proprietários expropriados” (Hespanha, 1986: 381-382). Além disso, cresciam as insatisfações sobre um suposto controle que o PCP estava exercendo nas UCPs, “defendendo uma diversificação dos modos de apropriação de terra como forma de potenciar a criação de espaços mais libertos”. (Hespanha, 1986: 382).

No plano ministerial, Lopes Cardoso, do Partido Socialista, e Antônio Bica, do Partido Comunista Português, ainda conseguem estabelecer algumas políticas favoráveis à reforma agrária, como a delimitação de que as UCPs usassem o Crédito Agrícola de Emergência para remuneração salarial. Havia, entretanto, uma forte resistência interna de setores ligados a CAP e a ala majoritária do PS, de cunho mais moderado (Baptista, 2010: 113). Para Baptista, entretanto, Lopes Cardoso

desencandeou as primeiras iniciativas com o objectivo de *alterar* a Reforma Agrária: cedências legais aos latifundiários e aos grandes capitalistas agrários – fixação do limite mínimo acima do qual é possível a expropriação; eliminação da sabotagem econômica como fundamento para expropriar e, sobretudo, o alargamento a todos os proprietários do direito de reserva – e medidas visando a constituição de um núcleo de trabalhadores de unidades de produção da Reforma Agrária afectos ao Partido Socialista (PS) (Baptista, 1986: 422).

Havia duas intenções políticas claras na tentativa do PS em alterar a reforma agrária: diminuir a influência do PCP, seu mais poderoso adversário político no Alentejo, e estabelecer um modelo próprio de reforma agrária, que, segundo Baptista, “fora já feito, sobretudo em Beja, com o Movimento Unificado das Cooperativas” (Baptista, 2010: 131). Para isso, iniciou o discurso de que se deviam barrar os excessos da reforma agrária. Barros coloca que emerge uma “preocupação de disciplinar o processo de reforma agrária, contrariando a forma como ele se vinha desenvolvendo ‘praticamente sem controlo e nem enquadramento por parte dos organismos estatais” (Barros, 1986: 81). Com esse intuito, foi formada uma “‘Comissão de Análise e Estudo dos Problemas Surgidos com a Aplicação da Reforma Agrária’, nomeada pelo Ministro da Agricultura e que tinha como objetivo averiguar os casos de ilegalidade na Reforma Agrária” (Baptista, 2010: 130).

Com base nos seus trabalhos que o VI Governo Provisório devolveu 889 hectares indevidamente ocupados. Foi também este Governo que entregou as primeiras 28 reservas, com um total de 1480 hectares, e que retirou 177 ha às unidades de produção da Reforma Agrária para entregar aos seareiros [...] Foram intervenções de pouca amplitude, mas que, acompanhadas por iniciativas que tentaram forçar a presença do PS na Reforma Agrária, apareciam à maioria dos trabalhadores como um sinal de possível destruição das suas unidades de produção. Por outro lado, para a CAP e para o sector dominante do PS, eram resultados manifestadamente insuficientes (Baptista, 2010: 130).

Assim que os acontecimentos de 25 de Novembro, sob o pretexto de evitar um conflito armado e uma tentativa de tomada de poder dos militares da esquerda radical, um levante militar liderado pelo “grupo dos 9” põe fim a tentativa de sublevação armada e retira do comando das facções militares de Vasco Gonçalves e de Otelo Saraiva qualquer aparelho institucional de poder e comunicação.

Com a formação do Governo constitucional, Mário Soares, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros, assume o mandato de primeiro-ministro, com o intuito de estabelecer um governo moderado. Em comum acordo com os interesses do “grupo dos 9”, resolve pôr fim ao que ele nominou de gonçalvismo. Lopes Cardoso, em desacordo com as políticas agrárias da maioria de seu partido, renuncia, dando lugar a António Barreto na pasta do Ministério de Agricultura e Pesca. Esse último, em 1977, expede a lei que vai pôr fim ao marco legal da reforma agrária, a lei 77/77, também conhecida como “Lei Barreto”.

A Lei Barreto fez alterações significativas no sistema de pontuação e de reserva, além de ter atribuído aos antigos proprietários o direito de escolher a parte da reserva que lhes cabia. Nisso criava-se uma brecha para restaurar a ordem agrária do Estado Novo. Se o direito de propriedade havia sido rompido, a Lei Barreto resgatava-o ao instituir um amplo direito a reserva, que, na prática, estabelecia um duro golpe para o funcionamento das UCPs. Barros coloca que a Lei Barreto alargou consideravelmente o número e o tipo de proprietários que podiam se valer do direito de reserva.

Este direito, que só seria atribuído aos que explorassem diretamente a terra e da exploração agrícola retirassem exclusiva ou predominantemente os seus meios de subsistência e da sua família, segundo o Decreto-Lei no. 406-A, passa a poder ser requerido por qualquer proprietário. A atitude face ao absentismo conhece, assim, significativa alteração. Para se aquilatar do peso da modificação introduzida, assinale-se que, de acordo com um inquérito conduzido pelo IV Governo Provisório, apenas cerca de 10% dos proprietários expropriáveis do concelho de Beja se encontravam nas condições previstas pelo Decreto-Lei no. 406, na redação aprovada pelo IV Governo Provisório, para poderem beneficiar do direito de reserva (Barros, 1986: 81).

Nisso que Baptista avalia “de uma legislação que visava uma ampla Reforma Agrária passa-se, com a Lei 77/77, a uma tentativa de, principalmente, refazer e consolidar o domínio do capitalismo agrário” (Baptista, 2010: 164).

Hespanha destaca, ainda, que, em níveis de Estado, houve uma mudança significativa nos Centros de Reforma Agrária, com o afastamento dos técnicos progressistas e sua substituição pelos mais simpáticos aos grandes agrários. “A partir de Novembro de 1975, acabaram por dominar completamente a política dos próprios Centros, operando-se uma inversão radical de actuação destes” (Hespanha, 1986: 388). Assim, os Centros de Reforma Agrária transformam-se em “meros serviços de ‘entregas de reservas’” (Hespanha, 1986: 388).

Inicia-se um processo que irá se intensificar no início da década de 1980, onde mais de 80% das áreas da reforma agrária são entregues aos antigos donos. Além disso, “foram numerosos os casos de entrega de parcelas de terra a indivíduos que nada tinham a ver com a actividade agrícola” (Baptista, 2010: 166). Por fim, “a destruição da Reforma Agrária consistiu essencialmente em retirar terras às UCP/Coop e na conseqüente reconstituição dos grandes domínios fundiários” (Baptista, 2010: 193).

Gallo narra a forma como geralmente ocorria esse processo de entrega das reservas. “Os cooperantes decidem protestar, no dia da entrega, na herdade a tirar, e recusam-se a sair. Com a intervenção da GNR, avisada pelos agrários, a herdade é entregue, uns cooperantes agredidos, outros presos” (Gallo, 2002: 177). Desta forma, uma a uma, a maioria das terras das UCPs foi retirada do controle dos trabalhadores e a ordem latifundiária restabelecida nos campos do Sul. “A UCP ficou assim desprovida das suas receitas mais importantes. Se já alguns cooperantes se tinham afastado na procura de melhores condições, desde então tratou-se de uma “hemorragia”” (Gallo, 2002: 178).

Ainda algumas UCPs e cooperativas conseguiram uma sobrevivência na década de 1980, mas à custa de muitas dificuldades, sem nenhum apoio institucional do Estado, com várias dívidas (principalmente com o Crédito Agrícola de Emergência) e com uma acentuada redução das terras, da sua produção e, conseqüentemente, de seus trabalhadores.

Foi pouco o tempo de duração dos espaços institucionais favoráveis à reforma agrária em níveis de Estado e de Direito e, já ao final da década de 1970, tanto um aparelho de repressão oficial quanto um aparelho extraoficial foram colocados ao serviço dos antigos latifundiários com a pretensão de retomar as terras.

No campo jurídico, a revisão constitucional de 1982 deu início a uma série de alterações em vias de reduzir os compromissos ideológicos originalmente assinados em 1976, especialmente a parte que se referia à “transição ao socialismo”. A revisão constitucional de 1989 eliminou qualquer referência à reforma agrária, deixando “às maiorias parlamentares a competência sobre a oportunidade e modos de efetuar eventuais modificações nas estruturas fundiárias”. Segundo Masseno, tal alteração também adequou as normas da agricultura portuguesa “à aplicação da Política Agrícola Comum”, no processo de adesão de Portugal à Comunidade Europeia em 1985 (Masseno, 1996: 7).

O período final da reforma agrária coincidiu com esse processo de entrada de Portugal na CEE. Na década de 1990, as reformas da Política Agrícola Comum estabeleceram alguns subsídios sobre a terra improdutiva, o que, segundo Baptista, contribuiu para que parte dos latifúndios alentejanos passasse a ser gerido “com o objetivo de maximizar uma renda fundiária sem qualquer finalidade produtiva” (Baptista, 2010: 14). Vários dos antigos proprietários venderam suas terras a grupos estrangeiros que “têm

implantado explorações muito intensivas, com pesadas consequências ambientais e, com frequência, recorrendo à mão-de-obra imigrante sazonal” (Baptista, 2010: 14).

Em relação aos trabalhadores, logo após ao processo de entrega das reservas, muitos decidiram-se pela migração para o estrangeiro ou para as cidades, principalmente Lisboa. As oportunidades de trabalharem na região ficaram cada vez mais reduzidas. Muitos dos que permaneceram foram os beneficiados com a reforma. Com isso que “no Alentejo, para os trabalhadores agrícolas a terra deixou de ser um polo de conflitualidade e os imigrantes [...] não tem condições para qualquer reivindicação sobre a terra” (Baptista, 2010: 15).

A reforma agrária em Portugal foi, portanto, derrotada. Essa derrota, não foi somente uma derrota política. Mesmo nos dias de hoje, a reforma agrária não está sequer na esfera das alternativas possíveis para Portugal, mesmo num momento de profunda crise econômica e social, já que, a própria esquerda parou de pensar sobre a reforma agrária nessa perspectiva. O “senso comum” que havia, pelo menos na esquerda portuguesa, sobre a reforma agrária, hoje em dia, praticamente inexistente, inclusive nos círculos intelectuais mais restritos.

4.2 A Reforma Agrária Brasileira

No Brasil, é comum a historiografia e a sociologia referirem-se ao problema da terra como uma “herança colonial”. Prefere-se, aqui, tratar a questão da terra como “continuidade colonial”, associando algumas das perspectivas pós-coloniais à análise sobre a luta pela terra no Brasil.

A posse da terra, na época colonial, possuía mais uma conotação patrimonialista de poder político do que mercadológica, já que os limites técnicos da produção agropecuária foram um impeditivo a uma produção extensiva. Como destaca Versiani e Vergolino (2002), no valor do patrimônio dos senhores de engenho, o montante que correspondia aos escravos era geralmente mais da metade ou até 70% de toda riqueza inventariada. O preço das terras correspondia a valores quase insignificantes antes de 1850, comumente cerca de 10 a 20% do total do patrimônio do senhor (Versiani e Vergolino, 2002).

Esse quadro se altera em 1850, quando, acompanhando o declínio do escravismo formal, a partir da Lei Euzébio Queiroz (relativo ao fim do tráfico intercontinental de escravos), se promulga a Lei de Terras, onde se tenta “pela primeira vez, implantar no Brasil a propriedade privada de terras” (Stédile, 2005b: 22). Stédile afirma que essa lei representou “uma tendência histórica [...] a propriedade da terra, que já nasceu em bases latifundiárias, continuava na média se concentrando ainda mais” (Stédile, 2005b: 31). Em meados do século XIX, ocorria nos monocultivos de exportação um gradual processo de modernização técnica, em especial na lavoura açucareira e do café. Eisenberg denominou esse processo de “modernização sem mudança” (Eisenberg, 1974). A terra, então, que fora já concentrada em tempos coloniais, a partir de 1850, passa a um status de propriedade privada. Com isso, nas áreas de colonização mais antigas, ocorreu uma tendência da terra a concentrar-se nas mãos de uma elite, cada vez mais restrita, que conseguiu, pouco a pouco, ascender às políticas de financiamento da modernização técnica. Nas áreas de colonização mais recentes, a terra foi alvo de uma especulação fundiária que, com o passar do século XX, tornou-se concomitantemente mais recorrente e poderosa.

Nabuco, já no século XIX, associava diretamente a questão da terra e a escravidão. Para ele, “uma é complemento da outra. Acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão” (Nabuco *apud* Stédile, 2005a: 5). Ou seja, a exclusão proporcionada pelo sistema econômico, político, cultural e social escravista se relacionava com a exclusão da terra, tal qual dois versos de uma mesma moeda. Isso porque a terra também foi um objeto de exclusão para a população índia e negra. As áreas de reserva indígena sancionadas pelo imperador D. Pedro II eram recorrentemente alvo de descumprimento, remontando a um processo de continuidade de *guerra dos bárbaros* vigente na colonização brasileira desde seu início (Pires, 1990). Poucos negros possuíam acesso ao título da terra e os casos contemplados por Barickman no recôncavo baiano verificam-se de forma residual (Barickman, 2003). No processo de desformalização do escravismo, ou antes disso, muitos ex-escravos rumaram para áreas remotas fundando comunidades quilombolas que também dificilmente tiveram a titulação oficial de propriedade fornecida pelo Estado (Andrade, De Carli, e Fernandes, 2013). Os planos de colonização da região Sul, no século XIX e início do século XX, não contemplaram a população negra, desfavorecida em detrimento da imigração “branca” advinda da Alemanha, Itália e Polônia, cujo objetivo principal era o “embranquecimento” do Brasil.

Para além então dos dados demográficos que apontam a estrutura fundiária brasileira como a segunda mais desigual do mundo (atrás somente do Paraguai), a desigualdade fundiária remete para um tipo de segregação que passa por questões étnicas e culturais. Trata afinal de outro povo brasileiro que quase nunca teve acesso à terra e que, quando teve, geralmente, foi negligenciado nos reconhecimentos e titulações oficiais.

Essa marca histórica do problema da terra no Brasil deu outra conotação à reforma agrária no país. O problema da terra passou a ser um problema nacional e a reforma agrária um projeto para “um país do futuro”. Essa expectativa futura visava, antes mesmo de qualquer imaginário ideológico, a superação dos abismos de desigualdades que marcam a sociedade brasileira até hoje, seja ela social, étnica, cultural, regional, econômica, política ou de gênero. A reforma agrária representava um acerto de contas com o passado colonial e escravista, mas também um redimensionamento das continuidades desse passado no presente. A reforma agrária era, enfim, a síntese da libertação.

4.2.1 Projetos de Reforma Agrária pré-1964

Os primeiros projetos de reforma agrária no Brasil foram inspirados por parte de alguns intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), principalmente Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Jr. Em *Quatro Séculos de Latifúndio*, Guimarães vislumbra o meio rural brasileiro como um mundo feudal. Para o autor, a sociedade colonial não conseguiu se integrar na economia mercantil “e teve de submeter-se e amoldar-se à estrutura tipicamente nobiliárquica e ao poder feudal instituídos na América portuguesa” (Guimarães, 2005: 36-37). Para o autor, “a grande ventura, para os fidalgos sem fortuna, seria reviver aqui os tempos áureos do feudalismo clássico” (Guimarães, 2005: 37).

Segundo Bloch (1982), entretanto, o feudalismo se concretiza a partir das relações de suserania-vassalagem e de servidão. A primeira relação é tipicamente associada ao caso francês e da Europa central, onde essas redes de dependências determinavam a extensa rede que interligava a nobreza, tendo como ponto final a figura do rei, o suserano dos suseranos. Entretanto, o rei, apesar de assumir uma autoridade militar, não tinha domínio absoluto sobre os territórios de seus vassallos, que era determinada por uma variedade de relações sociais, políticas e culturais que davam aos senhores feudais um domínio sobre

determinado lugar (o feudo). Nesse domínio particular, as relações que se estabeleciam entre os senhores feudais e os servos constituíam-se numa troca desigual de obrigações, onde basicamente os nobres “permitiam” que parte de sua terra fosse cultivada pelos camponeses para subsistência, em troca de uma série de obrigações que variavam de uma região para outra (Bloch, 1982). A essa relação de trabalho, a historiografia marxista denominou de modo de produção feudal que é, de fato, uma parte do feudalismo, mas não explica totalmente a sua característica política de descentralização e a sua economia de subsistência. De uma forma ou de outra, nota-se que o termo feudalismo é completamente inapropriado para descrever a economia brasileira em qualquer período que tenha sido.

Abramovay destaca porém, que

é claro que os historiadores da época sabiam que o Brasil não era feudal da mesma maneira que os países europeus da Idade Média. O que eles queriam assinalar com este termo (feudalismo) eram duas coisas basicamente. Primeiramente, a ligação entre o homem e a terra que muitos sociólogos depois, sem usar o termo “feudalismo”, chamaram de imobilização do trabalho: são vínculos personalizados, muitas vezes clientelísticos que ligam o trabalhador a uma fazenda, através do barracão, do cambão, do colonato, da morada das usinas de cana-de-açúcar, etc. Além disso, o termo feudal significava também esta falta de integração ao mercado capitalista de consumo, de crédito, de produtos, etc. Nesse sentido, por mais que o termo “feudalismo” fosse inadequado, esses autores (juntamente com a Comissão Econômica para a América Latina, a famosa CEPAL) refletiam algo que realmente correspondia ao momento em que viviam (Abramovay, 1994: 96).

Guimarães, apesar de utilizar uma terminologia anacrônica, estabelece que não havia uma agricultura tipicamente capitalista no Brasil, para tal havia uma fidalguia que tentou ao máximo instituir um sistema de privilégios similar ao feudalismo, mas que acabou por estabelecer algo totalmente diferente.

Para Prado Junior, por outro lado, o latifúndio brasileiro possuía nítidas características capitalistas, por se tratar de um sistema de exportação inserido no mercado mundial de açúcar, café, algodão, e por seguir certa lógica de produção capitalista. Prado Jr. também vai identificar no latifúndio um dos principais problemas nacionais. Para o autor, o latifúndio era, antes de tudo, um problema político que poderia ter solução política, caso o governo impusesse à propriedade fundiária rural uma tributação. O autor complementa que

Graças, sobretudo a esse privilégio fiscal, podem os detentores dessa propriedade conservá-la mal aproveitada, reservando áreas imensas incultas ou apenas semi-

aproveitadas unicamente para fins especulativos ou de prestígio pessoal. Decorrem daí os altos preços relativos da terra, o que torna deste logo inviável qualquer plano de reforma agrária (Prado Jr, 2005: 81).

Sobre o modelo de reforma agrária ideal, Prado Júnior pontua uma crítica à questão do produtivismo na reforma agrária, ao afirmar que o PCB “não deve e não pode [...] objetivar unicamente, nem mesmo essencialmente, a produtividade das grandes propriedades. Isso constitui uma típica formulação burguesa do problema agrário”. O autor argumenta que apesar da produtividade ser uma consequência direta da reforma agrária não é isso que interessa “nos termos em que ela se propôs para as forças sociais que o partido representa [...] não é isso que a reforma agrária objetiva”. A questão seria essencialmente “a melhoria das condições de vida da população trabalhadora rural” (Prado Jr, 2005: 82).⁸⁵

Foi sob a influência desses intelectuais que se formulou a primeira proposta de reforma agrária pela bancada do PCB na Constituinte de 1946, apresentada pelo senador Luis Carlos Prestes. A reforma agrária, nas palavras do parlamentar comunista, deveria solucionar problemas cruciais da sociedade brasileira como:

Produção agrícola baixíssima, rotineira; pouco diversificada e de todo insuficiente para as necessidades de consumo das nossas populações;

Condições precárias de existência no campo, no que concerne à alimentação, vestuário, habitação, saúde e educação;

Fraca densidade geográfica;

Falta de mercado interno para nossas indústrias;

Situação aflitiva de nossos transportes; em que se congregam de um lado o estado deplorável dos equipamentos, obsoletos, gastos e supertrabalhados; de outro, a falta de transportes” (Prestes *apud* Stédile, 2005b: 21).

A proposta de Prestes passava pelo limite do direito de propriedade, onde o mesmo era garantido, com a condicionante “que não seja excluído contra o interesse social ou coletivo ou quando anule, na prática, as liberdades individuais proclamadas nesta constituinte ou ameacem a segurança nacional” (Prestes *apud* Stédile, 2005b: 26). Ele

⁸⁵ Interessante nessa observação é que a reforma brasileira deu valorização prioritária ao produtivismo. Mesmo a bandeira prioritária sendo a mudança social (principalmente para os movimentos sociais), em termos de esfera estatal, o argumento do produtivismo foi o principal baluarte que sustentou uma política de reforma agrária. A questão da produtividade foi a brecha legal encontrada para operacionalizar a reforma agrária, mas essa brecha legal apresentou diversas limitações.

complementava que “na maioria das nossas grandes propriedades, os direitos dos proprietários são superiores a todos os direitos de seus trabalhadores, aos mais elementares direitos dos cidadãos” (Prestes *apud* Stédile, 2005b: 26). Previa-se, portanto, um direito de propriedade “condicionado ao bem-estar social, de modo que permitam a justa distribuição deles como iguais oportunidades para todos” (Prestes *apud* Stédile 2005b: 27).

Na década de 1960, Moisés Vinhas, do PCB, e Paulo Shiller, do PTB brizolista, debateram a questão agrária enfatizando duas temáticas já tratadas pela sociologia anteriormente, mas que serão revigoradas pelos debates da teoria da dependência e da filosofia da libertação: a questão da não remuneração do trabalho agrícola, que, mesmo passados quase 70 anos da abolição da escravatura, não possuía qualquer direito trabalhista, e a questão do subdesenvolvimento. A reforma agrária seria uma política pública que viria solucionar esses dois problemas ao acabar com a miséria no campo, ao romper com a dependência econômica do país, ao eliminar o latifúndio improdutivo e ao fortalecer a produção agrícola e o mercado interno.

Sobre a situação do trabalho rural na década de 1960, Vinhas aponta vários tipos de situações laborais precárias: “trabalho gratuito”,⁸⁶ “ausência de circulação de dinheiro”, a submissão social dos trabalhadores e dos parceiros ao latifúndio, “a falta de liberdade de locomoção” e “a transferência de empregados juntamente com os demais bens de um proprietário a outro” (Vinhas, 2005: 129). Esse conjunto de arbitrariedades trabalhistas no meio rural compunha o que o autor denominou de “expressões inapagáveis de restos pré-capitalistas no meio rural” (Vinhas, 2005: 129). A reforma agrária viria a solucionar esses problemas, a “superar determinadas contradições ou tensões acumuladas na economia agrária, nas relações sociais e na situação política num dado momento histórico” (Vinhas, 2005: 140).

Outra tese de Vinhas era de que “a indústria nacional, o comércio e o serviço de crédito voltados para o mercado interno precisam se expandir, e a liquidação do latifúndio que obstaculiza o progresso interessa-lhes” (Vinhas, 2005: 150). Schilling acompanha esse

⁸⁶ O trabalho gratuito funcionava da seguinte maneira: o trabalhador “comprava” seus bens de consumo num ponto comercial do proprietário de terras, que descontava diretamente no ordenado do trabalhador os bens consumidos e, no final, o trabalhador tinha como saldo dessa negociação uma dívida maior do que seu salário.

mesmo raciocínio ao diferenciar o latifúndio da empresa rural, onde essa última proporcionaria “a seus trabalhadores os benefícios de legislação social” tornando-se, portanto, uma “fábrica no campo” (Schilling, 2005: 236). Essa linha de pensamento será representada no que se convencionou chamar de pensamento cepalino, em referência à Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), cujo principal representante nessa área foi Ignacio Rangel. A CEPAL era

um organismo da ONU para a América Latina [...] esses economistas defendiam a idéia de que era necessária a reforma agrária no Brasil e na América Latina, mas essa reforma agrária tinha um caráter nitidamente capitalista; que o papel dela era oportunizar que mais gente tivesse propriedade de terra e pudesse, assim, se inserir no mercado interno capitalista e se transformar em consumidores de bens industriais (Stédile, 1994: 309).

A ideia básica era encarar a reforma agrária dentro do ponto de vista do desenvolvimento do capitalismo, em detrimento do latifúndio, sinônimo do atraso.⁸⁷

Foi a partir dessas teses que se consolidaram diferentes vias político-estratégicas em como realizar a reforma agrária. Para o PCB, a estratégia de superação do atraso no campo deveria ser uma aliança camponato e burguesia. Posteriormente, com o cisma partidário e a criação do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), há uma mudança de estratégia, segundo a qual a solução da terra no Brasil passava por um conflito de guerrilha. Uma série de partidos políticos e organizações políticas, desde a esquerda moderada à extrema direita, adotaram a posição cepalina da reforma agrária, compreendendo uma associação direta da reforma agrária com o capitalismo. Por fim, havia a tese de Prado Jr, segunda a qual as características da agricultura brasileira já eram capitalistas e, sendo assim, qualquer reforma agrária teria uma característica eminentemente anti-capitalista (Stédile, 1994: 309).

Essas diferentes estratégias e posicionamentos, entretanto, não consolidaram nenhuma ação efetiva em prol da materialização da reforma agrária. Como afirma Medeiros, “até à década de 1950, o debate sobre a questão fundiária ficou restrito a

⁸⁷ Como afirmamos no primeiro capítulo, essa tese, entretanto, é questionável, pois nega a simbiose entre latifúndio e capitalismo.

estreitos círculos intelectuais e políticos” (Medeiros, 2003: 14). A partir de 1955, todavia, irá emergir no Brasil um amplo e plural movimento camponês, capitaneado sob as mais variadas lideranças políticas no campo da esquerda, que iam da igreja progressista, de figuras políticas ligadas à questão agrária, como o padre Alípio de Freitas, Gregório Bezerra, Miguel Arraes e Leonel Brizola, até quadros do PCB. Nessa multiplicidade de movimentos camponeses, o que ganhou mais notoriedade e poder político foram as Ligas Camponesas, lideradas pelo advogado Francisco Julião. Nesse cenário, “a reforma agrária se tornou uma demanda ampla, proposta disputada por diferentes forças sociais, transformando-se na tradução política das lutas por terra que se desenvolviam em diversos pontos do país” (Medeiros, 2003: 14).

Na década de 1960, com a evidência maior da reforma agrária devido à movimentação das ligas camponesas e outras organizações sociais do campo, emergem três projetos principais de reforma agrária: o da Igreja Católica Conservadora, o das organizações camponesas e o do governo federal, cada vez mais afinado com essa temática.

A Igreja Católica Conservadora seguia o exemplo da necessidade de se fazer uma reforma agrária com o objetivo de “salvar” os camponeses das mãos dos comunistas. Eram essas, basicamente, as linhas de atuação da Aliança Para o Progresso, instituída na administração Kennedy, após a revolução Cubana (1959), com o intuito de promover algumas melhoras sociais na América Latina, tornando a região menos passiva da “ameaça vermelha”. A Igreja já havia se manifestado nessa direção em algumas encíclicas papais e é segundo essa inspiração que setores do clero conservador brasileiro pregavam que

contra o socialismo e o comunismo, e para a diminuição e correção dos excessos do capitalismo, o Estado pode e deve assegurar a todo homem, qualquer que seja, o direito a aspirar a um trato de terra, para estabelecer a sua casa e dele tirar a sustentação de sua família. E, para tanto, cabe, sem sombra de controvérsia ao Estado, promover a divisão dos latifúndios e a recomposição racional dos minifúndios em lotes agrícolas rentáveis (Palavras de Dom Vicente Scherer citando o papa Pio XII *apud* Stédile, 2005b: 64).

Por outro lado, os camponeses organizados em várias ligas, sindicatos e outros movimentos realizam, em Belo Horizonte, o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 17 de novembro de 1961. Denuncia-se na carta final do congresso “essa estrutura agrária caduca, atrasada, bárbara e desumana constitui um

entreve decisivo ao desenvolvimento nacional e é uma das formas mais evidentes do processo espoliativo interno” (Stédile, 2005b: 74). No Congresso, foram formuladas algumas propostas como a “radical transformação da atual estrutura agrária do país com a liquidação do monopólio da propriedade da terra exercido pelos latifundiários” e o “máximo acesso à posse e ao uso da terra pelos que nela trabalhar” (Stédile, 2005b: 76).

Por parte do parlamento, em 1963, o deputado Leonel Brizola apresenta um programa de reforma agrária que incluía: “acesso à terra própria aos trabalhadores rurais e às pessoas capacitadas a explorá-la”; eliminação de “formas antieconômicas e anti-sociais de propriedade”; “incentivos ao desenvolvimento nacional”; “ampliar e diversificar a oferta de produtos agrícolas”; “adaptar a posse e o uso da terra às características ecológicas e econômicas regionais, às necessidades da técnica da produção agrícola e às solicitações dos centros de consumo”; “incorporar, ao desenvolvimento econômico nacional áreas de terras virgens” e “estimular e promover a organização dos agricultores e suas famílias em formas associativas” (Brizola *apud* Stédile, 2005b: 82-83).

Em um dos últimos atos antes de ser deposto pelos militares, o presidente João Goulart, ao lado de Arraes e Brizola, discursa no Rio de Janeiro, prometendo a desapropriação de terras em margens de rodovias federais para fins de reforma agrária. Afirmara o presidente: “o que se pretende com o decreto [...] é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável” (Goulart *apud* Stédile, 2005b: 103). Denunciava ainda que a “reforma agrária, como consagrado na Constituição o pagamento prévio e em dinheiro, é negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro” (Goulart *apud* Stédile, 2005b: 104). O projeto ainda constava:

declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade e dá outras providências (Goulart *apud* Stédile, 2005b: 111).⁸⁸

⁸⁸ Ficam excluídas desse projeto: “as que não tenham área superior a 500 hectares [...] as situadas em zonas urbanas e suburbanas dos municípios [...] as propriedades que são ocupadas por vilas, vilarejos, povoados, arraiais ou outros núcleos populacionais [...] as que venham sendo social e adequadamente aproveitadas, com índices de produção não inferior à média da respectiva região [...] as que sejam do domínio público e posse

João Goulart argumentava ainda que “a reforma agrária só prejudica a uma minoria de insensíveis, que deseja manter o povo escravo e a nação submetida a um miserável padrão de vida” (Goulart *apud* Stédile, 2005b: 5). Entretanto, ao que parece, a reforma agrária possuía inimigos mais poderosos e, dias depois desse discurso e de ter apresentado esse projeto, o governo é deposto por uma junta de generais, estabelecendo uma ditadura militar, apoiada pelos Estados Unidos.

4.2.2 A Reforma Agrária na ditadura militar

A ditadura militar brasileira (1964-1985) foi um período de negação das liberdades políticas e de uma dura repressão que atingiu militantes, lideranças e organizações políticas de oposição. Foi um tempo em que também decorreu um processo brutal de assassinatos de camponeses e de indígenas, seja pelos aparelhos oficiais do Estado ou por aparelhos extraoficiais, só recentemente classificados como “crimes políticos da ditadura”. Tal desvio de contagem de corpos assinala alguns autores a classificar a ditadura militar brasileira como mais branda do que seus pares no continente. Entretanto, ao assimilar o alto número de desaparecidos e mortos no meio rural, a ditadura brasileira ganha *status* de uma das mais sangrentas da América Latina.

Pela historiografia tradicional, o período militar é subdividido em duas fases: a) uma mais moderada, que abrangeu os governos do General Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), do General Ernesto Geisel (1974-1979) e do General João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985); b) e uma mais dura, que abrangeu os governos do Marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969) e do General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Para as organizações camponesas, entretanto, desde sempre, qualquer atividade fora encarada com grande preocupação pelos militares, que temiam uma

dos Estados, Distrito Federal [...] as vinculadas às atividades industriais [...] as destinadas ao aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica em virtude de autorização ou concessão federal” (Goulart *apud* Stédile, 2005b: 112-113).

revolução camponesa nos moldes maoísta ou cubana. Portanto, desde 1964, elas foram duramente reprimidas e suas lideranças caninamente perseguidas, torturadas, exiladas e/ou executadas. Os militares sabiam, entretanto, que a questão agrária não seria resolvida unicamente pela repressão e, alguns deles, nutriam certa simpatia por uma reforma agrária nos moldes desenvolvimentista, seja em vias de atenuar a influência da esquerda nas organizações camponesas, seja pelo projeto desenvolvimentista-nacionalista executado nessa época.

Assim que, em 30 de Novembro de 1964, o governo do General Castelo Branco, de maneira silenciosa e rápida, aprova a primeira lei de reforma agrária no Brasil: o Estatuto da Terra. Para o estatuto, reforma agrária significava “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (Estatuto da Terra *apud* Stédile, 2005b: 120). Segundo o Estatuto:

A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando simultaneamente:

- a) Favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) Mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) Assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) Observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem (Estatuto da Terra *apud* Stédile, 2005b: 120).

Stédile avalia o Estatuto como progressista, “considerando-se a época e as circunstâncias políticas”, já que foi precursor no cadastro das propriedades de terras, na criação de um critério legal de desapropriação (a improdutividade do latifúndio), na categorização entre latifúndios improdutivos e empresas rurais,⁸⁹ na criação do Imposto

⁸⁹ “Para efeitos desta lei definem-se: I – Imóvel rural, o prédio rústico, de área contínua, qualquer que seja a sua localização que, se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada; II – propriedade familiar, o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros; III – Módulo rural, a área fixada nos termos do inciso anterior; IV minifúndio, o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar; V – Latifúndio, o imóvel rural que: a) exceda à dimensão máxima fixada na forma do artigo 46 1º, alínea b, desta lei, tendo-se em vista as condições ecológicas, sistemas agrícolas regionais e o fim a que se

Territorial Rural (ITR), na formalização de cooperativas e na criação de um órgão federal para a realização da reforma agrária, o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que mais tarde passa a se chamar Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (Stédile, 2005b: 148). Para o autor, o Estatuto contemplava dois ideais:

o ideário cepalino” que dizia “o caminho do desenvolvimento do mercado interno, interiorização da indústria nacional, distribuição de renda”; a outra é o ideário da “aliança para o progresso” que “defendia a necessidade de reestruturação da propriedade da terra como forma de consolidar a via capitalista, assustado que estava com as conseqüências e possível influência da recente Revolução Cubana” (Stédile, 2005b: 149).

No período de Costa e Silva, o Estatuto da Terra foi pouco aplicado, em prol de uma institucionalização de aparelhos mais incisivos de repressão e perseguição política, entre os quais o Ato Institucional n.º 5. No período do General Médici, entretanto, o Estatuto foi resgatado em vias de seu plano nacionalista de colonização da Amazônia e “serviu como o instrumento jurídico institucional tanto para a venda de terras públicas para grandes empresas quanto para ampliação de projetos oficiais de colonização dirigidos aos camponeses sem terra do Sul e do Nordeste” (Stédile, 2005b: 151). O plano básico de Médici era “levar gente sem terra para uma terra sem gente” (Stédile, 2005b: 152) e para esse fim também foi criado o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA).

Em 1971, no campo acadêmico, José Gomes da Silva projetou na reforma agrária uma possibilidade de criar e ampliar uma classe média rural. Para o autor, “a reforma agrária precisa ser imediata, não podendo arrastar-se indefinidamente na escala do tempo, frustrando as esperanças dos homens sem terra que vivem na época em que o processo é deflagrado” (Silva, 1971: 38). A reforma agrária também representada numa “a

destine; b) não excedendo o limite referido na alínea anterior, e tendo área igual ou superior à dimensão do módulo de propriedade rural, seja mantido inexplorado em relação às possibilidades físicas, econômicas e sociais do meio, com fins especulativos, ou seja, deficiente ou inadequadamente explorando, de modo a vedar-lhe a inclusão no conceito de empresa rural”; VI Empresa rural é o empreendimento de pessoa física ou jurídica, pública ou privada que explore econômica e racionalmente imóvel rural, dentro de condição de rendimento econômico [...]; VII Parceleiro, aquele que venha a adquirir lotes ou parcelas em áreas destinadas à Reforma Agrária ou à colonização pública ou privada; [...] Parágrafo único. Não se considera latifúndio: a) imóvel rural, qualquer que seja sua dimensão, cujas características recomendem, sob o ponto de vista técnico e econômico, a exploração florestal racionalmente realizada, mediante planejamento adequado; b) o imóvel rural, ainda que de domínio particular, cujo objeto de preservação florestal ou de outros recursos naturais haja sido reconhecido para fins de tombamento, pelo órgão competente de administração pública” (Estatuto da Terra *apud* Stédile, 2005b: 121-123).

oportunidade para a criação, em nosso País, de uma moderna sociedade rural” (Silva, 1971: 80).

A realização da Reforma Agrária implica, do ponto de vista da consolidação do “Brasil Grande Potência”, a criação de uma vasta classe média rural, constituída pelos milhões de patrícios que se incorporarão à nossa economia de mercado, passando a desfrutar de uma civilização latina, tropical, rurícola, cristã, de acordo com suas melhores tradições e reclamos (Silva, 1971: 81).

Seguindo a linha desse pensamento, é curioso, entretanto, que Silva pergunte, com certa indignação

se a reforma agrária apresenta para o Brasil uma oportunidade singular para a aceleração do seu desenvolvimento econômico; se o latifúndio improdutivo está tão claramente caracterizado em nossa evolução histórica; se existe no nosso ordenamento constitucional o instrumento jurídico necessário – por que ainda não se realizou a Reforma Agrária brasileira? (Silva, 1971: 149).

O primeiro fator que o autor aponta é o IBRA (Instituto Brasileiro da Reforma Agrária), que mais tarde vai originar o INCRA. Segundo Silva,

de fato, pra quem conhece a experiência internacional, não constitui motivo de admiração encontrar a contra reforma agrária instalada no próprio organismo encarregado de promover o desencadeamento e a execução do processo de mudança estrutural de nossa agricultura. [...] Quando os partidos conservadores existentes em 1964, em cujo bojo militavam poderosas figuras da aristocracia rural, consentiram na aprovação da Emenda Constitucional no. 10 e do Estatuto da Terra, foi pura e simplesmente porque estavam seguros de que haveria outras fórmulas para entorpecer o processo (Silva, 1971: 150).

Silva (1971) aí desenvolve a sua principal contribuição para um estudo sobre a reforma agrária com viés emancipatório que é o seu conceito de “latifúndio como sistema”. Segundo o autor, o latifúndio faz parte de uma organização política que tenta a todo custo estabelecer uma autoridade paralela ao Estado de Direito em seu território. É, por fim, uma “instituição autocrática”.

É preciso reconhecer que não seria admissível encontrar, na época atual, o latifúndio vestido com a mesma roupagem de mando e domínio no fim do II Império e começo do período republicano. [...] o latifúndio não permaneceu estático na figura do coronel de chapelão e cigarro de palha atrás da orelha. Mostrou um grande poder de mimetismo e uma grande força de adaptação, surgindo em formas das mais variadas, tal como ocorre com o poder do petróleo ou o monopólio fruteiro da United Fruit (Silva, 1971: 152).

Em 1981, numa sólida avaliação sobre a reforma agrária no período militar, Andrade chamava a atenção para o contraponto entre a “afirmação governamental [...] de que se torna necessário um maior amparo ao trabalhador rural e ao pequeno produtor, na expedição de leis bastante evoluídas neste sentido e na organização de programas com esta finalidade” e “a aplicação das intenções expostas nestes documentos, ao se tentar aplicar os mesmos” (Andrade, 1981: 13).

Defrontando-se com um país imenso e só parcialmente ocupado, mas com uma grande tradição de exploração latifundiária e de concentração de propriedade da terra e da renda no meio rural, não se conseguiu, neste período, deter a tendência à acentuação dessa concentração senão em pequenas áreas e em relação a determinados produtos (Andrade, 1981: 13).

Sobre a incapacidade do INCRA em realizar a reforma agrária, Andrade nota que isso é uma herança desde a época de formação do órgão que emergiu a partir de dois órgãos que foram criados pelos militares para a reforma agrária e nunca atingiram o seu pleno funcionamento: o IBRA e o INDA. “O primeiro limitou-se praticamente a fazer o cadastramento das propriedades rurais, o segundo limitou-se a administrar os programas de colonização já existentes” (Andrade, 1981: 16). É nesse ponto que os militares, no intuito de dar maior mobilidade a esses órgãos, operaram o processo de fusão que criou o INCRA.

Apesar do empenho do alto comando militar com a reforma agrária, a sua aplicabilidade foi desviada pelos interesses dos grupos econômicos que apoiavam a ditadura. O projeto dos militares entrava em colisão, portanto, com os interesses de grandes empresários e banqueiros que compravam terra, mesmo sem qualquer intenção de investimento no setor agropecuário, meramente a título de reserva de valor, em razão da inflação. Assim que, para Andrade, a reforma agrária não foi realizada no período militar “apesar da legislação existente, porque a ela se opõem os grandes setores da burguesia nacional que vêm na aquisição de grandes propriedades um excelente emprego de capital, um bom investimento” (Andrade, 1981: 97).

Ao contrário de teses desenvolvimentistas que afirmavam que a reforma agrária seria boa para o desenvolvimento de uma burguesia nacional forte, já que fortaleceria o mercado interno (e conseqüentemente o capital nacional), o fato é que o comportamento econômico da burguesia era, entre outros fatores, a compra de terras, em maior ou menor escala. Portanto, não foi somente por uma questão ideológica de defesa da propriedade

privada que o empresariado nacional se opôs ao projeto da reforma agrária, mas também por uma questão de materialidade econômica. Esse comportamento também se evidenciou nos bancos privados nacionais, particularmente na região amazônica (Andrade, 1981).

Em detrimento da não realização da reforma agrária, os militares desenvolveram outro projeto de modernização do campo brasileiro pautado em princípios da primeira fase da Revolução Verde no Brasil. Esse projeto consistia em vultosos empréstimos ao empresariado agrícola para compra de máquinas e insumos, na cessão ou na grilagem de grandes extensões de terras no Centro Oeste e no Norte do País e no nascedouro de vários cursos técnicos de agronomia, doutrinados no paradigma progressista. Sobre esses cursos Andrade afirmou que

esta qualificação profissional, obtida nas universidades nacionais e estrangeiras, é feita com uma orientação formal muito rígida, valorizando o conhecimento técnico, científico, livresco, levando em conta teorias elaboradas nos países centrais e em função da problemática dos mesmos. Despreza-se assim o conhecimento empírico, a educação informal, adquirida no dia a dia do trabalho com camadas de população consideradas incultas, porque não frequentaram universidades, mas com um rico saber de “experiência feita” de que já no século XVI falava o poeta Luis de Camões. O conhecimento acadêmico que provoca muitas vezes um distanciamento e até um desprezo pela análise da realidade das áreas em que se pretende intervir, daí resultando planos idênticos para as regiões mais diversas (Andrade, 1981: 110).

A sociedade rural brasileira passou por uma profunda mudança entre os anos de 1964 a 1985. Essa mudança foi conceituada por Palmeira e Leite como “modernização conservadora”, uma modernização que se operou “sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada”, onde

a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo, agravaram-se as condições ambientais (Palmeira e Leite, 1998: 93).

Num balanço sobre a reforma agrária no período militar, Palmeira refere-se também que

entre 1970 e 1985, o INCRA discriminou 126.581.645 hectares. Destes, cerca de 60 milhões foram regularizados. Dos regularizados, 31.829.966 foram passados a particulares. Esse processo de transferência envolveu desde o reconhecimento de títulos cuja legitimidade anteriormente fora considerada duvidosa até a titulação de pequenos posseiros. Mas, fundamentalmente, essa transferência de terras a

particulares beneficiou grandes proprietários – locais ou não – e grandes grupos econômicos do Sul/Sudeste do país, que passaram a adquirir terras como forma de investimento, principalmente na Amazônia (Palmeira, 1994: 51).

Das terras que efetivamente viraram política de reforma agrária, percebe-se que o intuito maior foi a política de colonização, onde muitas vezes a conquista da terra representou um lote no meio da floresta, sem qualquer tipo de infraestrutura e com todo tipo de dificuldades.

A agricultura se modernizou sem incluir uma reforma agrária efetiva. Com esse processo, “o ‘negócio da terra’ passou a interessar não somente àqueles que já mexiam com ela, mas também a meio mundo – de banqueiros a setores de classe média prósperos” (Palmeira, 1994: 50). Comprava-se terra num volume abundante no Brasil e, quase sempre, com a participação e cofinanciamento do Estado. As modalidades eram as mais diversas, terra para especular, terra para grandes projetos agrícolas, terras para “sítio de finais de semana” (Palmeira, 1994). O capitalismo e a propriedade privada, enfim, haviam consolidado um dinâmico e vultuoso mercado de terras. O preço a se pagar por isso, entretanto, foi inestimável. O custo social fora um inchaço populacional abrupto nas grandes cidades devido ao êxodo rural, onde milhares de pessoas formaram o maior período de migração interna na história do Brasil. Consolidava-se “o maior processo rural que se tem notícia na história brasileira”, onde “em todo o País, quase 16 milhões de pessoas, no decênio, deixaram o campo em direção às cidades, dirigindo-se em especial às grandes metrópoles do centro-sul, particularmente São Paulo” (Navarro, 1996: 72). Com a relegação da reforma agrária, o campesinato fora esquecido do processo de modernização agrícola brasileiro. A reação social a esse esquecimento será a formação, no período final da ditadura militar, de um dos maiores movimentos sociais da história brasileira: o MST.

4.2.3 A Reforma Agrária na Nova República

A partir de década de 1970, emerge no Brasil um foco de resistência à ditadura dentro da Igreja Católica, onde bispos, freis, padres, irmãs e militantes religiosos, influenciados pela Teologia da Libertação e pelas normativas do II Concílio do Vaticano, fundam Centros de Estudos Bíblicos (CEBs), incentivando a interpretação das escrituras à

luz da nova teologia e da realidade vivida, e as Comissões Pastorais, entre elas, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A atuação política dessas lideranças religiosas variou em: defesa dos direitos humanos (denunciando os crimes da ditadura), fundação de sindicatos clandestinos, de lideranças comunitárias, de organizações camponesas, entre outras. Essas organizações se constituíram no núcleo de resistência interna mais importante contra a ditadura após o fim da guerrilha do Araguaia, tanto por sua atuação em quase todo território nacional, quanto pela sua característica mais específica de ser um amplo movimento de massas. Nota-se que, nessa década, o tão propagado “milagre brasileiro”, abrupto crescimento econômico do país no regime militar, havia ruído perante as duas crises do petróleo, o que formatou também as condições sociais necessárias para a emergência desses movimentos. Esses movimentos progressistas, na década de 1980, irão dar origem às três grandes organizações de esquerda do Brasil no novo período republicano: o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essas organizações não eram as únicas forças de esquerda da época, mas se distinguem das demais por serem forças sociais completamente emergentes da sociedade (não tinham ligação direta com nenhum dos antigos partidos brasileiros, incluído o PCB), possuíam um caráter nacional (muito por suporte de membros progressistas da Igreja Católica) e eram organizações de massas.

Havia, entretanto, outras organizações sociais importantes no campo brasileiro nessa época, com destaque para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) que, apesar de, em sua formação, ter tido uma associação direta com os aparelhos de cooptação da ditadura, em finais da década de 1970, já se constitui como um importante movimento social camponês. Em 1979, a CONTAG realiza seu 3º Congresso Nacional e apresenta que “a reforma agrária compreende a desapropriação das áreas que impedem e atrasam o processo de desenvolvimento econômico e social brasileiro” (CONTAG *apud* Stédile, 2005b: 158). Esse congresso denunciava ainda

um volume escandaloso de terras públicas vem passando à propriedade privada de grandes grupos econômicos, principalmente estrangeiros, que estes grupos, contando com o favorecimento oficial, representado pelos incentivos fiscais, retiram a oportunidade de milhões de famílias de trabalhadores rurais; que sem outra alternativa, esses trabalhadores passam de posseiros e legítimos detentores de um pedaço de terra para a condição de mão de obra abundante e barata, quando não escrava: que essas novas capitânias criadas com a aquisição de terras públicas: a) expulsam posseiros; b) visam fins especulativos [...] c) atuam de modo predatório (CONTAG *apud* Stédile, 2005b: 164-165).

Nesse mesmo ano, ocorre um fato simbólico para a luta pela terra no Brasil: uma grande manifestação de sem terras ao norte do Rio Grande do Sul, na região de Sarandi, onde um grupo de camponeses ocupa a fazenda Anoni para exigir sua desapropriação imediata para a reforma agrária. Esse episódio é conhecido como Encruzilhada Natalino e sua resistência continuada às mais variadas formas de repressão executada pelos militares formatou o princípio da história do MST.

O MST, fundado em 1984, se tornou a mais importante força política de luta pela terra no Brasil. Em seu programa inicial de reforma agrária, constavam como princípios gerais:

1 – Lutar pela Reforma Agrária já; 2- Lutar por uma sociedade igualitária, acabando com o capitalismo; 3- Reforçar a luta dos sem terra com a participação dos trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, assalariados e pequenos proprietários; 4 – Que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha, tirando o seu sustento e de sua família; 5 – O Movimento dos Sem Terra deve sempre manter sua autonomia política (MST *apud* Stédile, 2005b: 178).

O programa incluía ainda que a reforma agrária deveria se estabelecer em vários tipos de terras, não somente os latifúndios improdutivos, mas também as terras das multinacionais e as terras públicas. Nos primeiros anos, apesar das tentativas de nacionalização do movimento, a atuação do MST foi mais presente na região Sul, seu berço político.

Na década de 1980, o instrumento legal para a desapropriação de terras ainda era o Estatuto da Terra, invocado pelo General João Batista Figueiredo para desapropriar áreas de conflitos, como o que estava ocorrendo no Norte do país, entre posseiros e grileiros. “Inaugura-se então a reforma agrária pontual, destinada a amainar os conflitos sociais e evitar reações mais vigorosas dos camponeses (Stédile, 2005b: 152)”. O citado General será o precursor do novo método político de reforma agrária, vigente até ao governo Lula. Essa desapropriação, seguida de uma área de conflito, se constituiu uma via política frágil para os movimentos sociais e para a reforma agrária enquanto projeto político. Primeiramente porque esse método expôs os movimentos sociais camponeses a uma situação de risco (mesmo no pleno exercício de seu direito constitucionalmente estabelecido), quando passaram a disputar terras improdutivas com os latifundiários, quase

sempre armados com pistoleiros, jagunços ou mesmo com as forças policiais locais a seu favor. Em segundo lugar, porque essa política quase sempre constituía em dar a terra como única demanda atendida dos trabalhadores, abandonando-os à própria sorte, sem qualquer tipo de estrutura básica, como água, energia, estradas, escola, posto de saúde, casas de tijolos, assistência técnica, fomento e crédito agrícola. Esses benefícios, quando vieram, ocorreram num processo lento e gradual. Soma-se a isso os problemas já detectados de outrora, como a burocracia do INCRA, o compromisso do governo, da justiça e do parlamento com os latifundiários, a burguesia agrária e o tumultuado mercado de terras nacionais.

A partir de 1988, entretanto, o Estatuto da Terra perde sua vigência estrutural em detrimento da Carta Constitucional, que teve a alcunha de Constituição Cidadã. Para muitos, a Constituição foi comemorada como um deleite das garantias democráticas, das lutas políticas contra a ditadura, do Direito trabalhista, dos direitos humanos, das políticas indigenistas, apontada, sem demora, como uma das constituições mais progressistas do mundo. Stédile afirma, entretanto, que, para o projeto da reforma agrária, a Constituição foi um retrocesso em comparação com o Estatuto da Terra. Os principais pontos de regresso são: a) a substituição das expressões “minifúndio, empresa rural e latifúndio por pequena, média e grande propriedade”; b) o levantamento do critério da produtividade para a desapropriação de terras criou um “imbróglio jurídico” com o critério da “função social da terra”, no que tange ao ponto de que uma propriedade fundiária cumpre sua função social se está preservando o meio ambiente (Stédile, 2005b: 154).

Tal imbróglio jurídico gerou a necessidade de se criar uma lei complementar destinada a normatizar a aplicação dos novos princípios constitucionais a reforma agrária. Promulgada pelo Congresso Nacional em 1993, ficou conhecida como Lei Agrária/93 [...] A normatização prevista na Lei Agrária/93 não simplifica o processo de desapropriação; ao contrário, cria brechas jurídicas que facilitam a contestação jurídica pelo latifundiário, evitando que os processos de desapropriação sejam rápidos e eficazes” (Stédile, 2005b: 154).

Silva (1994a) relata mais alguns recuos da Constituição de 1988, em termos de política agrária:

- a) recuou [...] afrouxando o instituto da desapropriação por interesse social, tanto na abrangência (art.185), como no tocante à exigência do prévio pagamento (art.184);
- b) não resgatou o critério [...] de fixar o valor declarado para fins de Imposto Territorial Rural (ITR) como limite para o valor das indenizações;

- c) Recuou também rebaixando de cem para cinquenta hectares o limite do instituto de uso capião;
- d) manteve praticamente inalterado o limite para a alienação ou concessão de terras públicas (Silva, 1994a: 173).

Em termos de lei, Silva (1994a) compara as constituições de 1946, de 1967 e de 1988, no que se refere aos mecanismos de desapropriação. A primeira, em clara combinação de se inviabilizar qualquer desapropriação de terras, fomentava que a forma de desapropriação deveria ser em dinheiro, havendo um “preço justo”, por prévio pagamento. A Constituição de 1967, e o AI-9, “eliminou a obrigatoriedade do prévio pagamento e regulamentou o “justo preço” com base no tributo territorial honrado pelo declarante-proprietário” (Silva, 1994a: 174). Equipou-se, portanto, de mecanismos capazes de instituir uma grande mudança na estrutura agrária brasileira, que, entretanto, não ocorreu por interesses já tratados acima. Em um momento em que a conjuntura era mais propícia à reforma agrária (em vistas do regime democrático e da mobilização camponesa), houve um recuo com a Constituinte de 1988, onde se restabeleceu o critério do pagamento prévio e do justo preço para desapropriação de terras. O justo preço representava o pagamento ao preço do mercado, passível de flutuação. Nos critérios levantados (mas quase nunca operados) pelos militares, o preço da indenização correspondia à declaração do imóvel no imposto.

Sobre o critério da produtividade, Silva também reafirma as ponderações de Stédile:

ao dispor, no inciso II do artigo 185, que a chamada “propriedade produtiva” não é susceptível de desapropriação, a Constituição Federal de 1988 introduziu na prática tamanhas dificuldades de ordem legal, agrônômica e operacional, que complica extraordinariamente qualquer tentativa séria de mudar nossa estrutura agrária (Silva, 1994a: 174).

Além disso, o autor ressalta que esse critério correspondeu a “uma armadilha legal e uma tática latifundista”, onde resguardava para a reforma agrária “as propriedades improdutivas cujas terras ou estão ociosas ou não têm capacidade de produzir” (Silva, 1994a: 175). O único avanço da Constituição fora, então, a normativa da função social para a terra, rompendo, em tese, com a inviolabilidade do direito de propriedade. Mas só em tese, porque se criaram, ao mesmo tempo, condições de proteção à propriedade tão firmes

quanto antes. Para Silva (1994a), portanto, a Constituição Federal de 1988 foi um recuo estratégico, dentro dos mecanismos legais, da Constituição dos militares, de 1967, em relação à questão agrária.⁹⁰ “Os trabalhadores rurais pagaram o preço de alguns avanços sociais contidos na Carta de 1988”. (Silva, 1994a: 177). Para o autor, “Somente mediante a modificação atual da correlação de forças políticas e a promulgação de uma nova Constituição que realmente atenda aos interesses da classe trabalhadora será possível realizar mudanças na atual estrutura agrária” (Silva, 1994a: 179).⁹¹

Um dos principais atores políticos em prol de barrar a reforma agrária da Constituição de 1988 foi a União Democrática Ruralista (UDR). Segundo Mendonça, a UDR se destacou frente a outras entidades patronais, como a SRB, a SNA, em dois pontos: “a) legitimação da violência física como instrumento de obtenção de seus fins [...] e b) a agilidade de sua mobilização de quadros, mantida por abundantes recursos, oriundos de inúmeras fontes – dentre elas os leilões de gado” (Mendonça, 2006: 25). A composição parlamentar da bancada ruralista originou-se a partir de partidos da antiga ARENA (os partidos que compuseram a base política da ditadura), notadamente o Partido Progressista (PP), o Partido Liberal (PL) e o Partido da Frente Liberal (PFL). Atualmente, o protagonismo político dos ruralistas se faz por outros nomes, mais poderosos. Houve certa renovação dessa bancada com os lobbys de empresas agrofarmacêuticas e outras atividades empresariais que envolvem diretamente o capital e a terra, o que forneceu um maior protagonismo a outra entidade patronal, a Confederação Nacional dos Agricultores (CNA), em detrimento da própria UDR. Além disso, há um alto número de parlamentares proprietários de terras, seja grandes empreendedores, seja adquirentes de terra enquanto *status* social, seja o resquício do antigo coronelismo que ainda hoje se perpetua na cena política brasileira. A atual representatividade política dos ruralistas é mais ampla, atingido, inclusive, campos de partidos políticos com programas de esquerda.

⁹⁰ Só se restringe, entretanto, a questão agrária, já que, entre outras prerrogativas, a Constituição de 1967 retirava todos os poderes do Legislativo e Judiciário, condenava à morte prisioneiros políticos e proibia greves e qualquer outra manifestação política.

⁹¹ Silva (1994a) aponta um caminho muito próximo ao que tratamos no capítulo 3 de forma mais subjetiva, o caminho é o Direito e a mobilização social. Os dois pontos envolvem a questão político-partidária, apesar de, sob nenhuma hipótese, não se restringir a tal questão.

Em contraponto ao poder das entidades patronais do campo e da chamada *bancada ruralista*, a reforma agrária, nas décadas de 1980 e 1990, teve como principal aliado político-partidário o PT. Em 1989, no seu programa de partido, o PT referia a reforma agrária como “indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e democrática” (PT *apud* Stédile, 2005b: 181). “Nosso objetivo principal é assegurar terra para quem nela trabalha” (PT *apud* Stédile, 2005b: 181). A reforma agrária era vista “como complemento à política econômica de distribuição de renda, a prioridade do novo modelo agrícola será a produção voltada para o mercado interno” (PT *apud* Stédile, 2005b: 181). O PT era, portanto, o partido da reforma agrária e o MST não só se sentia representado por ele como, em algumas regiões do meio rural brasileiro, se confundia com o próprio.

O PT foi mais um dos “diversos agentes mediadores que contribuíram decisivamente para a criação de determinadas condições para o aparecimento dos sem-terra como atores políticos e do MST”, tal como a Igreja Católica, outras igrejas, a CPT, a PJ, sindicatos rurais e técnicos progressistas (Torrens, 1994: 148). Para Novaes, “o que aproxima tais mediadores externos é o fato deles serem portadores de recursos humanos e materiais para os movimentos e, nos casos apresentados, para os assentamentos” (Novaes, 1994: 179).

O MST, na década de 1980, torna-se mais independente, com uma direção autônoma desses organismos, principalmente da Igreja. O fator principal de independência do MST sobre esses setores foi certamente o rumo de atuação da organização social. Nessa altura, muitas eram as sugestões sobre qual era o melhor método para se consolidar a reforma agrária. Particularmente a Igreja e alguns técnicos defenderam uma posição mais passiva do movimento frente ao latifúndio, confiando nas vias formais de negociação e na via político-partidária de mudança social. Algumas lideranças do MST, por outro lado, possuíam uma leitura oposta, segundo a qual só a ocupação direta dos latifúndios era capaz de criar as condições necessárias para a desapropriação da terra. É nessa época que o movimento adota o lema *Ocupar, Resistir e Produzir*. Será essa estratégia que incentivará o MST para conquistar diversos assentamentos pelo Brasil em finais da década de 1980 e na década de 1990. Essa opção, entretanto, desde o seu início, foi alvo de críticas em setores do meio intelectual, classe média e foi muito explorada como fator de criminalização da mídia hegemônica.

No que tange às alianças políticas, o MST teve mais proximidades do que diferenças com a CPT e as entidades sindicais, o que consolidou efetivamente uma eficiente estratégia de pressão pública em prol da reforma agrária. O MST manteve assim uma autonomia a qualquer entidade sindical ou da Igreja, mas conseguiu, ao mesmo tempo, alianças significativas com ambas (Torrens, 1994).

No início da década de 1990, o MST cresce e passa a ter um campo mais amplo de atuação que abrange boa parte do território nacional. Com isso, a citada organização inicia o processo de formação de sua organicidade interna de maneira mais complexa, até à formatação atual. Essa organicidade deve ser compreendida sob dois pontos de vista: a horizontalidade e a verticalidade. Nos termos da organicidade horizontal, o movimento está estruturado em setores: produção e meio ambiente, saúde, educação, cultura, comunicação, finanças, formação, juventude, frente de massas, direitos humanos e gênero. Em cada acampamento ou assentamento, em cada região estatal (para os Estados maiores como Bahia e Pará), em cada Estado, há dois dirigentes desses setores, na medida do possível (alguns setores como comunicação, cultura, por exemplo, são deficitários em suas estruturas locais). Em termos verticais, em sua base, há os núcleos dos assentamentos, que são dirigidos pela coordenação estadual, que está subordinada à Direção Nacional, que é o órgão máximo de decisão do movimento, composto por dois representantes de cada Estado em que o MST atua (um homem e uma mulher) e por dois representantes de cada setor (idem).

No início da década de 1990, o MST vivenciou uma fase crítica em detrimento da criminalização operada no governo Collor de Mello, do PRN, (1990-1992), onde a Polícia Federal prendeu várias lideranças estaduais e nacionais e o número de criação de assentamentos foram irrisórios. Com o impeachment de Collor, assumiu Itamar Franco (1992-1994), que recebeu pela primeira vez o MST no Palácio da Alvorada, abrindo um canal de diálogo inovador.

Destinado a realizar, na época de Collor, um governo paralelo, o então candidato derrotado Lula da Silva propunha uma reforma agrária que assentasse um milhão de famílias. Nesse plano, foram elaborados alguns modelos de assentamentos de acordo com a tipologia e especificidade de cada região no Brasil: “assentamentos associativos ou exploração comunitárias” (onde a terra não seria dividida, pelo menos num primeiro

momento); “assentamentos suburbanos ou agrovilas” (destinada a trabalhadores volantes, que fariam uma agricultura de subsistência paralelo ao emprego de mão-de-obra fora do assentamento); “assentamentos extrativistas ou reservas extrativistas” (assentamentos que cumpriam a reserva ecológica, onde a mata pudesse atender suprimentos extrativismos, destinado aos “povos da floresta”); “assentamentos industriais ou explorações parceladas” (ou seja, não abandonaria o modelo tradicional de assentamentos, mas incluiria como mais uma opção a ser destinada) (Silva, 1994a: 188-189).

Nas eleições de 1994, galgado pelo sucesso do plano real para controlar a inflação, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) elege-se presidente da república e impõe a segunda derrota eleitoral de Lula, candidato declarado do MST. Nesse período, reestruturado depois das perseguições sofridas na curta era Collor, o MST se consolida nacionalmente, passando a atuar mais incisivamente em algumas regiões, não propriamente no Sul, como o Pontal do Paranapanema, a Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e Pará. Assim que, em 1995, o MST elabora seu mais completo programa de reforma agrária, que ainda hoje é determinante na sua linha política e no seu discurso. Para esse programa, os objetivos da reforma agrária seriam:

A) Garantir trabalho para todos os trabalhadores rurais sem terra, combinando distribuição da terra com distribuição de renda e desenvolvimento cultural. B) Produzir alimentação farta, barata e de qualidade a toda a população brasileira, em especial a que vive nas cidades, gerando segurança alimentar para toda sociedade. C) Garantir o bem-estar social e a melhoria das condições de vida de forma igualitária para todos os brasileiros. De maneira especial aos trabalhadores e, prioritariamente, aos mais pobres. D) Buscar permanentemente a justiça social, a igualdade de direitos em todos os aspectos: econômico, político, social, cultural e espiritual. E) Difundir a prática dos valores humanistas e socialistas nas relações entre as pessoas, eliminando-se as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero. F) Contribuir para criar condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, garantindo-lhes direitos iguais. G) Preservar e recuperar os recursos naturais, como solo, águas, florestas, etc. de maneira a se ter um desenvolvimento autosustentável. H) Implementar a agroindústria e a indústria como o principal meio de se desenvolver o interior do país. I) Gerar emprego para todos os que queriam trabalhar na terra (MST *apud* Stédile, 2005b: 188).

Nesse projeto, a reforma agrária é tratada em patamares mais amplos do que o anterior, mas mantém-se a crítica central à mercantilização da terra e ao latifúndio. Esse projeto inclui uma atenção às especificidades regionais da agricultura e da estrutura agrária brasileira: prioridade sobre desapropriação em terras férteis, localizadas perto de rodovias e centros urbanos; prioridade sobre aquelas regiões com maior número de acampados;

“estabelecer novos critérios de produtividade”; “limite máximo de propriedade individual de imóveis rurais em 35 módulos regionais”; “arrecadar e utilizar para a reforma agrária as terras devolutas griladas ou próximas de centros consumidores”; “confiscar sem indenização como define a Constituição, todas as propriedades onde se comprovar que tenha plantio de drogas, em que se comprovar trabalho escravo”; “regularizar a terra de todos os pequenos produtores familiares que vivem hoje na condição de posseiros, até cem hectares cada um”; “impedir que bancos, empresas estrangeiras, grupos industriais nacionais, que não dependem da agricultura, possuam terras”; “recolher em terras as dívidas das empresas com impostos, Previdência Social, bancos públicos” (MST *apud* Stédile, 2005b: 190-191).

Os assentamentos poderiam ser formados por lotes familiares, pertencentes a uma associação, cooperativa, ou por terras públicas, os lotes não poderiam ser vendidos “durante os primeiros dez anos do assentamento”, nem arrendados (MST *apud* Stédile, 2005b:192). Em fins de viabilizar os assentamentos economicamente dever-se-ia, ainda: “vincular os assentamentos às ações do programa de combate à fome”; ter “apoio à implantação de circuitos comerciais visando o mercado local e regional”; “priorizar a compra de produtos de assentamentos, através de suas associações, nas compras públicas do governo para merenda escolar, cesta básica, forças armadas, hospitais públicos e programa de combate à fome”; “buscar diversas formas de estímulo à produção e certificado dos produtos orgânicos em assentamentos”; “apoiar a criação do selo da Reforma Agrária para produtos de assentamentos” (MST *apud* Stédile, 2005b: 195). Além disso, dever-se-ia ter o implemento de um programa de capacitação dos cooperados, assistência técnica, educação, saúde, cultura, esporte, lazer, gênero, direitos humanos, meio ambiente, programa de desenvolvimento do semi-árido, programa especial para região amazônica. Por fim, o programa do MST de reforma agrária também atribuía que “a implantação dessas mudanças implica necessariamente em que o Estado [...] seja o instrumento fundamental de implementação das propostas” (MST *apud* Stédile, 2005b: 210).

Na época dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, o MST esteve no ápice de seu fortalecimento político e, conseqüentemente, vivenciou-se o maior período de desapropriação de terras no período democrático brasileiro.

Paralelo a essa conquista, entretanto, decorreram violentos processos de reação política ao MST por parte das organizações ruralistas, dos aparelhos paramilitares dos latifundiários e de ações das polícias estaduais que culminaram em vários assassinatos de lideranças rurais pelo Brasil, tendo os casos mais emblemáticos sido o Massacre de Eldorado de Carajás (em 17 de Abril de 1996) e o Massacre de Corumbiara (1995). Sobre o exemplo do General Figueiredo, fazia-se uma reforma agrária em área de conflito e muitos políticos que compunham a base política de FHC tiveram, em seu governo, casos emblemáticos de violência policial envolvendo assassinato de lideranças do MST, como Almir Gabriel (Pará) e Jaime Lerner (Paraná). Além disso, as políticas de reforma agrária de FHC foram notorizadas em concessão de terras sem a mínima preocupação com a infraestrutura dos assentamentos.

No governo FHC, por um lado, criou-se um aparelho ministerial exclusivo para a reforma agrária, por outro, tentou-se ao máximo regular a reforma agrária em um modelo neoliberal e de mercado: sem desapropriação de terras (a desapropriação sendo substituída pelo empréstimo para compra da terra e sem ocupações de terras). Assim, ora o poder estatal para a elaboração da reforma agrária, em seu modelo mais clássico, foi restringido às áreas de conflitos e com uma política de reforma agrária que priorizou o crédito em detrimento da estruturação básica dos assentamentos; ora o poder estatal, para a elaboração de uma reforma agrária regulada pelo mercado, foi máximo e, com uma parceria do Banco Mundial, o governo federal lançou o programa Célula da Terra, depois, Banco da Terra, dentro de um projeto de Novo Mundo Rural, e de uma Nova Reforma Agrária. O poder público coibiu, também, as ocupações de terras, fazendo uma propaganda ostensiva contra os conflitos e os acampamentos, incentivando a forte adesão dos agricultores ao empréstimo concedido pelo Banco Mundial, lançando um cadastro pelos correios onde os agricultores ficariam esperando em casa as terras e criando um despacho ministerial que proibia vistoria de área ocupada por um prazo de dois anos (Pereira, 2013).

Nessa época, o debate da reforma agrária no mundo acadêmico fervilhava de opiniões contrastantes e diversas. Silva (1994b) atribuía que “a reforma agrária do ponto de vista do desenvolvimento capitalista, do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas no campo não é mais uma necessidade”, portanto só se podia falar em reforma agrária enquanto “luta pelos trabalhadores” (Silva, 1994b: 142). O autor ainda ressalta que “infelizmente os trabalhadores rurais estão mais do que nunca isolados nessa luta, pela sua

incapacidade de sair da luta específica pela sua terra”, concluindo não achar “que haja nada de revolucionário na luta pela terra no Brasil” (Silva, 1994b: 142). Para Gorender, a reforma agrária deveria se ater às linhas das grandes empresas agrárias “plantacionistas e pecuárias, já tecnicamente unificadas em grandes explorações coletivizadas, cooperativistas ou estatais” (Gorender, 1994: 44). Romeiro afirma que “a estrutura agrária concentrada não foi obstáculo para a continuidade do processo de crescimento econômico. Foi, sim, obstáculo ao processo de desenvolvimento socioeconômico que eleva a qualidade de vida da população em geral” (Romeiro, 1994: 123). Medeiros chama a atenção para a viabilidade econômica dos assentamentos de reforma agrária, argumentando que tal viabilidade “não pode ser pensada somente com base na análise contábil interna, mas implica em [...] possibilidades (politicamente construídas) de uma reconversão das prioridades das políticas públicas, o que nos traz para o campo das relações da força na sociedade” (Medeiros, 1994: 25). Nessa conjuntura de cismas e dúvidas em relação à viabilidade da reforma agrária e à legitimidade dos movimentos camponeses, dois autores se destacam pela sua posição crítica em relação ao MST: José de Sousa Martins e Zander Navarro.

Martins foi, por muito tempo, referenciado pelo MST como um dos mais abalizados sociólogos especializados na questão agrária brasileira. Uma das características mais marcantes de sua obra é tratar a questão agrária seguindo a linha de raciocínio de Nabuco e Fernandes, ou seja, não como algo isolado da formação histórica e política da sociedade brasileira, mas como um processo profundamente arraigado a questões centrais a essa formação: a herança da escravidão, o clientelismo político e a luta pela cidadania. Em 1986, o autor afirmava que

o problema da reforma agrária é social e político e só tem sentido proposto em escala social e política. A questão não é, como ingenuamente pensam muitos “dar terra aos camponeses”. Até porque, como tem sido provado amplamente, aqui e em outros países, os trabalhadores podem tomar as terras de que precisam. O problema fundiário no Brasil, como em outras sociedades com o mesmo problema, é um problema político. A simples redistribuição administrativa de terras aqui e ali recia, na verdade, os germes do latifúndio e sua sequência de misérias sociais e políticas: a fome, o desemprego sazonal, a falta de liberdade de suas vítimas, a impossibilidade de democracia [...] As lutas dos trabalhadores rurais tocam no fundo do problema. A resistência dos posseiros de muitas regiões, os acampamentos dos sem terra, as ocupações de terras ociosas, representam o questionamento do poder dos grandes proprietários, o desafio à lei obsoleta e injusta. O reconhecimento da legitimidade contida nas lutas dos trabalhadores rurais, a sua transformação numa nova legalidade, depende de

transformações políticas. Por isso, as lutas no campo são lutas políticas, ferem a estrutura de poder (Martins, 1986: 16-17).

Martins afirmava que o objetivo principal das lutas sociais no meio rural era a emancipação dos trabalhadores rurais, “cujas consciências têm sido secularmente escravizadas pela dependência pessoal e pelo clientelismo político” (Martins, 1986: 18). Atualmente, entretanto, Martins vem deixando de tratar a questão agrária dentro dessas características para se adentrar mais na crítica à formação política do MST, relatado como um processo de cooptação e ideologismo que pouco corresponde com um suposto “mundo real dos camponeses”. Esse ponto específico de sua obra contém alguns problemas, como uma cristalização de relações sociais como o parentesco ou o comunitarismo (como se tais relações substituíssem ou inibissem a representação política dos camponeses) e de categorias culturais como o camponês sem terra (o consciente político) e o real camponês (pautado no mundo tradicional rural brasileiro, com seus preconceitos e mitos). Essa cristalização decorre de certa posição binária entre camponeses ativos e passivos politicamente e certa impossibilidade de representação política dos trabalhadores do meio rural em sua obra.⁹²

Em 2003, Martins solidifica essa posição ao concluir, num estudo comparativo em cinco assentamentos de reforma agrária, que o sujeito de reforma agrária é algo inalcançado pelas diretrizes políticas do MST e pelas esferas governamentais.

O sujeito da reforma agrária, além de ser o produto residual dessas desagregações e transformações, é também um sujeito social peculiar, bem diferente do sujeito de contrato, individualizado, que pode pactar com o INCRA seu ingresso num programa de assentamento. E bem diferente, também, do sujeito supostamente coletivo que a categoria de sem-terra faz supor a partir das experiências de acampamentos e assentamentos controlados pelo MST. Experiência e ideologia que são mais produtos de uma engenharia de controle

⁹² Há um binarismo no pensamento de Martins desde a sua origem que se refere ao sujeito emancipado politicamente e ao sujeito com consciência escravizada. Há, nesse ponto, uma falta de compreensão sobre aquilo que esse binarismo não mostra. Scott, inspirado em estudos sobre o escravismo, afirmou a resistência camponesa como algo mais amplo do que os camponeses rebeldes, analisados, por exemplo, por Wolf. Na visão de Scott, a rebeldia camponesa varia de amplas possibilidades que incluem inúmeras estratégias de resistência, presentes na vivência camponesa, como por exemplo o saque, a fofoca, as resignações individuais. Parafraçando Reis, sobre o caso do escravismo brasileiro, entende-se que entre o camponês passivo politicamente e o camponês ativo politicamente há uma gama invariável de possibilidades políticas que não necessariamente se incluem numa hierarquia de mais consciente ou menos consciente pelo qual o binarismo o classifica.

social do que convicções e consciência social legitimamente referidos a experiências sociais reconhecíveis. O efetivo sujeito da reforma agrária tem uma difusa identidade própria, complexa, nem um pouco política, sendo sobretudo familiar e visceral (Martins, 2003: 20).

Martins desconsidera a possibilidade da consciência política ao assentado da reforma agrária, colocando-a no campo do “controle social” ou da “cooptação ideológica”, e afirma as especificidades e a organicidade dos assentados em sua vida comunitária e familiar para concluir que essa é a verdadeira representação do sujeito da reforma agrária. Mediante essas reflexões, o autor afirma que há um conceito de *Reforma agrária oculta* por trás daquilo que diz o INCRA e o MST, que é a organização dos camponeses em nível de redes de parentesco, a sacralidade dos laços de família e a mística em relação com a terra. Os valores dos sem terra são pautados, então, mais em uma suposta tradicional sociedade rural brasileira, do que em um programa ideológico.

Martins (2003) considera que as redes de parentesco dos camponeses e relações sociais (que são caracterizações básicas dos camponeses, desde os estudos de Galesky, 1972; Fei, 1946 e Reidfield, 1958) inibem o camponês de representação política. Entretanto, considera-se essa afirmação do autor, de certa forma, simplista, já que ao fim, consciência política, vivência comunitária e relações de parentesco não são relações sociais em si incompatíveis umas com outras. A cristalização de tais categorias reflete mais uma ortodoxia analítica que restringe o sociólogo de observar as diversidades de relações políticas, comunitárias e de parentesco, presentes nos assentamentos de reforma agrária.

Martins trata o MST enquanto “agente de mediação” dos interesses do INCRA e dos acampados ou assentados; esse conceito dá margem à sua tese de que o projeto de reforma agrária é imposto por tal agente de mediação, mas desconsidera a possibilidade de o MST se tratar de um movimento social e que no seu trabalho com sua base ocorre um processo de formação política e de consciência social. Novamente, a representatividade política é negada, estando os camponeses unicamente sujeitos a um tipo de representatividade não política, baseada na família e nos costumes tradicionais do campo.

A condição de assentado não é suficiente para criar uma identidade individual e social, que assegure a inserção positiva do assentado na realidade que o assentamento cria e possibilita. O fato de serem criados do programa de reforma agrária e por ele beneficiados não é fato de identidade, como pode ter sido o passado e como seria supostamente a condição de assalariado. Nesse caso, bem concretamente, os conflitos entre frações de assentamentos demonstra que a

reforma agrária, mesmo quando estão abertamente envolvidas as agências externas de mediação, não é em si mesma suficiente para concretizar a inclusão social plena e para superar as situações de anomia. Pessoas que estão voltadas para objetivos comuns, ainda quando têm origens diferentes, não conseguem construir um eixo comum de referência nem mesmo no âmbito das relações de interesse, uma certa ideia de pertencimento, de estar junto, de comunidade (Martins, 2003: 27).

Percebe-se ainda que a questão da representação política dos camponeses é debatida de forma enviesada e o autor associa as dificuldades de vida do assentado para provar se um assentamento “funciona” ou “não funciona”. Assim, se há um processo de venda de lotes da reforma agrária, por exemplo, é porque o processo de formação política foi um insucesso e desconsidera-se, por exemplo, que muitos assentados vendem lotes não por que se “despolitizam”, mas por dificuldades concretas que vivenciam no assentamento de reforma agrária, precariamente estruturado, muitas vezes sem sequer ter energia, água, posto de saúde. A desistência, portanto, pouco tem a ver com a falta de representatividade política, mas com uma materialidade concreta, a qual o sociólogo desconsidera. Assim, o autor conclui sua crítica ao MST ao afirmar que

o MST e a Igreja conseguiram mobilizar os pobres da terra, mas não conseguiram convencê-los da legitimidade dessa mobilização. O discurso político-partidário e a ideologia dos direitos dos pobres não tem sido suficientemente para retirar dos direitos assim obtidos a mácula da transgressão original, de que fluem os direitos supostos (Martins, 2003: 48).

Em 2004, em sua obra *Reforma Agrária: o impossível diálogo*, Martins considera a desobediência civil como reflexo do *ludismo*. Mediante essa conclusão o autor afirma que o MST e a CPT tornaram-se movimentos sociais ultrapassados e que perderam a oportunidade de transformar a sociedade brasileira por ter uma concepção ideológica maniqueísta, doutrinária e redutiva. Essa visão do autor ilustra bem sua atual linha de análise sobre o MST e outros movimentos sociais urbanos e rurais: em primeiro lugar, classifica todos os movimentos sociais num campo de atrasados e primitivos (que o autor refere enquanto *ludismo*) e, em segundo lugar, cita o que o dito movimento social deveria fazer e não fez para se tornar um movimento mais legítimo, propositivo e responsável. No primeiro ponto, há um problema epistemológico grave já que se cria uma dicotomia entre movimentos sociais atrasados e movimentos avançados politicamente. No segundo caso, trata também de um problema epistemológico, mas notadamente percebe-se certa

prepotência do sociólogo em querer ditar as normas e as estratégias dos movimentos em tela, no caso o MST e a CPT. Pensa-se que a sociologia pode sugerir, inclusive com um viés crítico, temas para debate dos movimentos sociais, mas quando a sociologia argumenta o que um movimento social deve ser, ou não deve ser, ou parte para a questão de julgar o movimento social, parece operar uma tentativa de colonização, em nível de saber, dos movimentos sociais pela academia.

Outro problema desenvolvido nessa obra é em relação ao próprio conceito de verdade e ciência na sociologia, onde o autor separa a sociologia como espaço privilegiado da verdade. Assim, este chega à conclusão que os movimentos sociais são intransigentes e fanáticos por não conseguirem ouvir a sociologia (no caso ele), sem, entretanto, considerar o saber dos militantes ou dos movimentos sociais como algo que possa ser válido pela própria sociologia num processo, por exemplo, de diálogo de saberes.

Navarro (1996) seguirá a mesma linha crítica de Martins (2003) para projetar o MST como um movimento que, inicialmente, fora aberto a uma participação mais popular e democrática, mas que, já nos finais da década de 1980, havia aderido ao centralismo democrático, nos moldes de tradições leninistas. Influenciado pelas teorias dos novos movimentos sociais (mas com pouca densidade analítica sobre tais teorias) e pela conjuntura do Rio Grande do Sul, o autor explicita que os movimentos (e principalmente o MST)

não tem, no geral, procurado assumir uma radicalidade democrática que os levem a promover práticas de participação e tomada de decisões que ampliem e solidifiquem uma cultura política que rompa com a tradição autoritária brasileira o que tornaria, ai sim, esses movimentos em “novos” (Navarro, 1996: 104).

Navarro (1996), entretanto, não especifica que processo de radicalidade democrática seria esse e opta por certa adequação do movimento social a um formato mais formal, como os novos sindicatos europeus ou os novos partidos de esquerda. Essa formalização, entretanto, é incompatível com certas estratégias de luta do MST e fragilizá-lo-ia jurídica e politicamente, principalmente nas ações de ocupação de terras e prédios públicos. Ou seja, ao ter a sua estrutura formalizada, os seus dirigentes poderiam ser juridicamente responsabilizados por qualquer ato político, o que, ao fim, inviabilizaria a sua principal metodologia de ação política. Na opção de Navarro (1996), todavia, o MST teria que ter uma postura mais passiva, adequar-se como uma ONG ou, no máximo, um

sindicato de assentados. Esse não foi o caminho que o MST escolheu. Como afirma Santos (2013), o MST atua dentro e fora do Estado, para tal, então, a formalização democrática, como exige Navarro, vai de encontro a tal estratégia. Essa formalização também revela, ainda, um molde epistemológico voltado para certas teorias dos movimentos sociais que não se adequam à realidade da luta pela terra no Brasil.

Em dois artigos cujos títulos são “*Mobilização sem emancipação*” – *as lutas sociais dos sem-terra no Brasil* e *O MST e a canonização da ação coletiva (resposta a Horácio Martins Carvalho)*, Navarro (2005a, 2005b) direciona ao MST críticas mais duras e, até certo ponto, raivosas. Navarro tem como ideia central desses trabalhos que a integração dos pobres ao MST não constitui uma emancipação social, ao contrário, ao entrar no MST, o pobre é reprimido por um dito controle central do movimento, operando uma contra-emancipação social. Navarro (2005a, 2005b) foca sua análise em uma suposta “organização sem terra” que é a organicidade do MST. Segundo o mesmo essa organicidade é algo totalmente diferente da base social do movimento. Seguindo essa lógica, o autor desenvolve suas teses para provar que o MST não traz emancipação social.

Tais teses, a nosso ver, são descontextualizadas de uma conjuntura histórica e política específica. Assim, o autor refere que há uma separação entre “organização dos sem terra” e famílias sem terra. Entretanto, não considera que por se tratar de um movimento com cerca de 300 mil famílias assentadas e 100 mil famílias acampadas, o MST possui, em várias regiões do Brasil, diversos campos de organicidade, decisões políticas, setores e estruturas, como cooperativas, escolas, centros de formação, centros de cultura, jornais, editora, sítio de internet, Escola Nacional Florestan Fernandes. Então, não há um perfil único, nem dicotômico dos sem terra, há sim uma pluralidade de personalidades, que vão desde agricultores acampados gaúchos, cearenses, paraenses a profissões e especialidade técnica.

Navarro (2005a) também coloca que a base social do MST é refém – pela sua condição social – de “manipulação” política, tese já problematizada quando nos referirmos a Martins (2003), onde para os autores, quem adere ao MST o faz por que é um ser sem saber – e por isso – manipulado. Navarro (2005a) também aponta um contraponto entre movimentos de quadros e movimentos de massa, como se um movimento de massa não pudesse ter seus quadros (Navarro, 2005a: 204).

Navarro (2005a) cita que o setor de produção do MST tenta doutrinar os assentados ao pregar um modelo único de produção pautado em cooperativas coletivistas. O autor, entretanto, não se atenta, que a coletivização da produção como modelo das cooperativas foi propagada nos anos 1980 e início da década de 1990. Esse modelo deu certo em alguns casos e outros não, o que levou o MST a adotar outras alternativas modelos. Em 1996, não se falava mais de um único modelo, mas de vários, como explicita a seguinte citação de Singer:

para o MST o que importa é que todos os assentados participem de uma experiência de cooperação, rompendo assim como o isolamento. Pois a cooperação tem como objetivo principal o desenvolvimento da produção. Ela visa contribuir com o avanço da organização da produção em vista da melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. Uns podem apenas trocar dias de serviços. Outros podem comercializar em conjunto. Outros podem ter uma associação de máquinas. Outros podem ter alguma linha de produção em comum. Outros podem estar em grupos coletivos. Outros podem estar ligados a uma cooperativa. Outros estão em uma cooperativa totalmente coletiva (CONCRAB *apud* Singer, 2005:106).

Outra tese de Navarro (2005a) é de que as escolas do movimento são somente formas de dogmatização política. Essa tese, entretanto, não se sustenta no fato de que o MST tem cursos de formação política, onde se leem de Marx, a Gilberto Freyre e Fernando Henrique. Mas também possui, com diversas parcerias, cursos de Educação de Jovens e Adultos, Alfabetização, e cursos em parceria com Universidades das mais variadas esferas de bacharelado, como: Agronomia, História, Pedagogia, Direito, Agroecologia, Engenharia Florestal, entre outros. Nas escolas dos assentamentos, inclusive as Escolas Itinerantes, o plano pedagógico é dirigido pelo Estado, com as diretrizes do MEC, e aulas normais de ciências, matemática, história, português, entre outras.⁹³

Navarro também acusa que o MST de ter dificuldades em lidar com outros movimentos sociais, o que não leva em consideração que o MST atua em parcerias com

⁹³ Esse argumento, como outros proferidos por Navarro(2005a), foi usado pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul dando início a uma série de medidas para criminalizar o MST, entre elas o fechamento das escolas itinerantes. Numa entrevista em 2010, Gilberto Thums, do Ministério Público gaúcho, principal articulador das recentes criminalizações do MST no Estado (que culminaram com o fechamento das escolas Itinerantes e com o assassinado do militante Roberto Brum pela Brigada Militar), citou diretamente Zander Navarro como uma das suas principais fontes para justificar os seus atos. “Thums: Tenho 50 volumes de documentos contendo informações que pedi sobre as atividades do MST. Elas vieram de várias fontes, entre elas o coronel Cerutti, o professor Zander Navarro, que foi aliado do movimento durante muitos anos, além de outras. São dados concretos” (Zero Hora, 28.03.2010).

diversas outras organizações de camponeses, (MPA, MAB, MMC), entidades sindicais (CUT, CONLUTAS, INTERSINDICAL, Força Sindical), governos estrangeiros (Venezuela, Bolívia, Paraguai, Cuba, País Basco), ONGs (Caritas, Heifer, Medicas Internacionais). Além de se envolver em várias outras campanhas, como a questão dos índios da Raposa Terra do Sol, Plebiscito contra a Privatização da Vale do Rio Doce e a campanha contra a hidroelétrica de Belo Monte.

Para Navarro, “nos últimos 3 anos, o Movimento tem optado por um processo de radicalização política cuja *rationale* parece avessa a qualquer esquema interpretativo” (Navarro, 2005a: 211)”. O autor equipara, com isso, a mudança política do MST – um movimento com 25 anos de história – a devaneios políticos, avessos de racionalidade. A questão dos organismos geneticamente modificados, por exemplo, à qual o MST se opôs desde o início do debate da sua regulamentação, é encarado pelo sociólogo como irracional. Atualmente, entretanto, não somente o MST, mas também vários outros movimentos sociais camponeses e ambientalistas se opõem às sementes geneticamente modificadas, como os CONTAG, MLST, MTL e uma série de movimentos ecologistas.

Navarro também coloca ainda que no MST “nenhum de seus dirigentes, por exemplo, submete-se a qualquer responsabilização interna (ou externa, diga-se de passagem), por não existirem tais canais de prestação de contas e de responsabilização [...] não são eleitos” (Navarro, 2005a: 216). Desconsidera que o MST possui mecanismos de avaliação, tanto coletivos, quanto individuais. Em se tratando dos próprios dirigentes, esses mecanismos são atuados, quando necessários, a exemplo do processo que levou à expulsão de uma das suas maiores lideranças de massas, José Rainha Júnior. Navarro (2005a) também cita que a construção de assentamentos provoca políticas de desmatar a mata atlântica, mas desconsidera que a maioria dos assentamentos listados nesse perfil foram formados no regime militar, em meio às matas nativas, como políticas de colonização. Navarro (2005a) coloca ainda que na história social e política do Movimento tem sido melancólica a trajetória de muitas mulheres portadoras de notáveis talentos pessoais para ocupar posições de liderança, mas não o fazem por que estão sujeitas ao machismo dominante no interior do MST. Todavia, desde os inícios da década de 1990, para todas as funções orgânicas do movimento, de coordenação ou direção, os cargos são eletivos e obrigatoriamente ocupados por um homem e uma mulher. O curioso dessa afirmativa é que em um artigo publicado em 2009 pelo Jornal do Brasil, o autor não aplica esse senso

crítico feminista a si próprio, ao classificar as ações das mulheres da Via Campesina, no dia internacional da mulher daquele ano, como o “teatro das mocinhas”.

Em outro artigo, na Folha de São Paulo, Navarro cita que, na verdade, o maior problema do MST é a sua principal liderança, João Pedro Stédile.

O entrave principal: o MST não se moderniza porque é preso à visão neolítica de seu dirigente maior, que é, de fato, o dono da organização, para usar um termo apropriado, embora deselegante. Egresso do antigo MR-8, nos anos 70, o leninismo de João Pedro Stédile é que tem impedido o MST de se tornar um ator social relevante.

Essa passagem pode levar a uma desconfiança sobre até que ponto o problema de Navarro é pessoal com Stédile ou até que ponto é apenas uma divergência política com o MST. De uma forma ou de outra, se considerarmos, por exemplo, duas premissas básicas dos estudos pós-coloniais e das epistemologias do Sul, boa parte da crítica de Navarro (2005a, 2005b) e Martins (2003, 2004) pode ser invalidada. Essas premissas são: os camponeses possuem um saber e os movimentos sociais possuem um saber. Naturalmente, esses saberes não são os mesmos saberes da sociologia. E, nesse caso, há uma clara tentativa de hierarquização de saberes entre a sociologia “iluminada” de Navarro e Martins e a suposta ignorância dos camponeses do MST. Essas teses de Navarro e Martins estão em desacordo com as teses levantadas nessa pesquisa por se acreditar justamente o oposto: os saberes dos camponeses e dos movimentos sociais camponeses são tão ricos quanto qualquer saber proferido pela academia (Santos, 2003).

4.2.4 A Reforma Agrária no Século XXI

No início da década de 1990, as pressões sociais em prol de uma reforma agrária, perpassadas na própria carta constituinte de 1988, estavam sendo gradativamente postas de lado pelas políticas públicas. Alguns fatores irão modificar isso. Pereira aponta que os efeitos do plano real e da “dolarização” da economia irão prejudicar o latifúndio agroexportador de duas formas: 1) com o real com cotação similar ao dólar, o ganho real do latifúndio nesse setor irá cair; 2) os preços das terras no Brasil sofrerão uma forte baixa na transição de uma economia inflacionada para uma estabilidade financeira, que, entre outras medidas, foi conseguida através de um fortalecimento de uma supervalorização do

real. Além disso, nesse período, o MST nacionaliza-se e intensifica a sua agenda de luta pela terra em todas as regiões do país. As repercussões com o massacre de Corumbiara (1995), com Eldorado dos Carajás (1996) e com a Marcha Nacional do MST (1996) foram determinantes, também, para colocar a reforma agrária na agenda da luta social a nível nacional (Pereira, 2013). Esses foram os principais fatores apontados para justificar um período intenso de execução da reforma agrária no governo de FHC, que conseguiu, em termos de desapropriação de terras, superar o governo Lula, mesmo sendo este último mais simpático à causa da reforma agrária.

Na eleição de 2002, criticando duramente o programa de reforma agrária de FHC, Lula lança o Programa Vida Digna no Campo, cujos objetivos eram:

1. Garantir o abastecimento alimentar da população em quantidade e qualidade suficientemente adequadas a um padrão elevado de alimentação e nutrição;
2. Gerar divisas para o país. É perfeitamente possível conciliar às necessidades de alimentar a população com a geração de excedentes e novos produtos para a exportação.
3. Manter e gerar postos de trabalho no campo.
4. Recuperar e manter os nossos recursos naturais com a preservação dos mananciais hidrográficos, das reservas florestais e dos ecossistemas.
5. Implementar um programa de reforma agrária amplo, isto é, centrado na definição de áreas reformadas que orientem o reordenamento do espaço territorial do país via zoneamento econômico e agroecológico (Programa Vida no Campo *apud* Stédile, 2005b: 218-212).

Especificamente voltado ao caso da reforma agrária, o programa continha ainda que se deveria

promover o estabelecimento de zonas reformadas, priorizando a desapropriação por interesse social como instrumento de arrecadação de terras improdutivas [...] política de recuperação dos assentamentos já efetuados, garantindo infraestrutura social e econômica, assistência técnica, acesso ao crédito rural e às políticas de comercialização, em parceria com Estado e municípios [...] Implantar um processo efetivo de cadastramento dos imóveis rurais, onde as terras griladas sejam retornadas ao Estado e utilizadas na política de Reforma Agrária [...] As propriedades que pratiquem trabalho escravo serão confiscadas para fins de Reforma Agrária, conforme a lei (Programa Vida no Campo *apud* Stédile, 2005b: 218-219).

Em 2003, vários movimentos camponeses, incluindo o MST, lançam o Programa Unitário dos Movimentos Camponeses e Entidade de Apoio, no qual se estabelece “a realização de uma ampla reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar, pois só

elas garantirão o direito ao trabalho para a população rural, historicamente excluída, e a produção de alimentos para o mercado interno” (Programa Unitário dos Movimentos Camponeses e Entidade de Apoio *apud* Stédile, 2005b: 233). No programa incluía-se a necessidade de se desapropriar os latifúndios improdutivos, de se aprovar uma lei de limite máximo da propriedade de terras, o confisco de terras com trabalho escravo ou infantil, o reconhecimento dos territórios dos povos tradicionais, e políticas de educação, saúde, cultura, crédito, implementação de agroindústrias, a produção de sementes pelos próprios agricultores. Mesmo com grandes diferenças entre o programa do governo e o programa dos movimentos sociais, houve uma expectativa que o governo Lula realizasse um programa de reforma agrária mais amplo.

No governo Lula, em um primeiro momento, os aparelhos institucionais para a desapropriação de terras foram ampliados, havendo, nos primeiros anos, um número significativo de desapropriação de terras e de amplificação das políticas para a estruturação dos assentamentos, como o Programa Luz para Todos, o bolsa família, a aposentadoria rural e o Programa das Cisternas no Semi-Árido. Entretanto, o poder de regulação do Estado que inibia as ocupações de terras foi mantido, notadamente o despacho ministerial que proibia vistoria do INCRA sobre terra ocupada durante o período de dois anos.

Paralelo a isso, se os programas institucionais de crédito fundiário para compra de terras foram gradativamente perdendo força e adesão, mediante o alto número de beneficiários endividados, um novo programa do governo, de certa forma, atenuou a demanda social em prol da luta pela terra: o bolsa família. Apesar de ser um programa extremamente necessário e importante para conter a fome e miséria em áreas urbanas e rurais, o bolsa família não ultrapassou a fronteira do mero assistencialismo e, mesmo sendo um programa do governo que solucionou alguns dos graves problemas da sociedade brasileira, foi insuficiente para solucionar, por exemplo, a concentração fundiária, o estrangulamento da economia camponesa, a carência de educação e saúde no campo, a precariedade da habitação rural e a desigualdade social. Assim, mesmo materializado uma efetiva melhoria nas vidas dos pobres no campo, o governo Lula não rompeu com o modelo neoliberal de Estado para as políticas de reforma agrária, que basicamente causava restrição a qualquer política pública que envolvesse ocupação de terras e desapropriação de terras.

Em termos de violência rural, conseguiu-se diminuir notadamente os casos de violência dos agentes do Estado, apesar de continuar a verificar-se vários assassinatos de lideranças rurais por grupos paramilitares até aos dias de hoje, como demonstra o recente assassinato de uma das lideranças do MST no Rio de Janeiro, Cícero Guedes, em Fevereiro de 2013. Entretanto, após 2005, o governo Lula recuou drasticamente o número de desapropriações de terras.

O governo Dilma Russef (2011-2014) segue a atuação política dos últimos anos do governo Lula, onde os números de desapropriações de terras, para reforma agrária, reduziram-se para níveis inferiores aos dos governos militares. O governo Dilma estabeleceu ainda um reforço em alguns pontos críticos desse dilema: aumentando as pautas desenvolvimentistas a ponto de comprometer as questões ambientais e as questões sociais no campo, danificando severamente uma política de reforma agrária, ou indigenista, ou dos quilombolas.

Em contraponto a essa mudança do PT, em 2007, no seu V Congresso Nacional, o MST lançou o lema “Reforma Agrária, Por Justiça Social e Soberania Popular”, onde destaca que a reforma agrária só é possível num horizonte de superação do capitalismo, com uma linha de enfrentamento mais efusivo ao avanço do capitalismo no campo. Esse discurso, entretanto, não foi acompanhado por parte de organizações sociais que outrora compunham alianças estratégicas com o MST, como o PT, a CUT e a UNE.

Assim, há atualmente uma grande diferença entre o programa de reforma agrária propagado pelo MST e as práticas políticas do governo do PT para a reforma agrária. Há, entretanto, para além de tal questão política, um fator econômico que explica o imobilismo da reforma agrária brasileira em tempos atuais: o fortalecimento econômico do agronegócio e a maior inserção do capitalismo financeiro no setor agropecuário.

Sobre o primeiro ponto, Delgado (2013) afirma que houve no período do governo Lula uma reestruturação das cadeias produtivas no setor agropecuário, um maior oferecimento do crédito agrícola, principalmente para grandes investimentos no setor e ainda um maior aquecimento no mercado de terras, notadamente com a entrada de empresas transnacionais no ramo agropecuário. Isso é um processo que se inicia no segundo governo de FHC, que retoma algumas iniciativas que vão ser intensificadas no governo Lula como:

i) um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial, com “eixos de desenvolvimento”, visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio; ii) um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária (Embrapa), operando em perfeita sintonia com empresas multinacionais do agronegócio; iii) uma regulação frouxa do mercado de terras, de modo a deixar fora do controle público as “terras devolutas”, mais aquelas que declaradamente não cumprem a função social, além de boa parte das autodeclaradas produtivas [...] iv) a mudança na política cambial, que, ao eliminar naquela conjuntura a sobrevalorização do real, tornaria a economia do agronegócio competitiva junto ao comércio internacional e funcional para a estratégia do ajustamento macroeconômico perseguida; v) a provisão do crédito rural nos Planos de Safra, iniciada com o programa Moderfrota, é reativada e retomada com vigor no período 2003-2010 (Delgado, 2013: 65).

Ocorre um processo de “reprimarização do comércio exterior”, onde o crescimento do PIB, nos períodos iniciais do governo Lula, é alavancado pelo setor primário. Delgado afirma que esse sucesso aparente pode ser quantificado em “uma quadruplicação do seu valor em dólares – o valor médio anual das exportações de 50 bilhões de dólares no período 1995-1999 cresce para cerca de 200 bilhões no final da década de 2000” (Delgado, 2013: 66). O autor cita, entretanto, que a partir de 2008, “recrudescerá o déficit na conta-corrente, tornando frágil, o argumento da via primária como solução estrutural para o desequilíbrio externo” (Delgado, 2013: 67).

O segundo processo vai ser desenvolvido a partir de uma série de mecanismos de inserção do capital na agricultura como: 1) a compra de ações de empresas que atuavam no setor agropecuário por bancos; 2) a dolarização da economia mundial que favoreceu a entrada de empresas transnacionais no mercado de terras locais; 3) as teses do livre-comércio propagadas pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional e “os acordos multilaterais, que normatizaram o comércio de produtos agrícolas de acordo com os interesses das grandes empresas e obrigaram os governos servis a liberalizarem o comércio desses produtos”; 4) uma maior dependência da agricultura em relação ao crédito bancário; 5) o abandono de “políticas públicas de proteção do mercado agrícola nacional e da economia camponesa”; 6) a compra de terras do Sul global como reserva de capital de empresas transnacionais do Norte; 7) o investimento no setor de biocombustíveis; 8) a internacionalização dos preços médios dos produtos agrícolas; 9) a privatização da pesquisa e da tecnologia no setor agropecuário, vide o caso da biotecnologia; 10) o aumento da produtividade agrícola “combinada com o aumento de escala dos monocultivos e com o uso intensivo de venenos e máquinas agrícolas”; 11) a “redução da

classe de trabalhadores proletários rurais”; e 12) um aumento da utilização de químicos e produtos farmacêuticos na produção agropecuária (Stédile, 2013: 21-31).

Assim, se, anteriormente, a reforma agrária era um projeto de superação da pobreza e de um sistema improdutivo do latifúndio, que envolvia uma articulação de interesses combinados entre diversos setores como movimentos camponeses, agentes estatais e, até mesmo, setores da elite econômica e política, atualmente, a reforma agrária é algo que vai de encontro a todas essas mudanças efetuadas no setor agropecuário, o que coloca essa articulação sobre outro patamar. A reforma agrária passa, portanto, a ser algo que contraria o negócio de terras e o agronegócio. Num período pautado pelas políticas neoliberais, em que o Estado, cada vez mais, acompanha os interesses do mercado, em detrimento de suas funções constitucionais de regulação social e econômica, a reforma agrária se retraiu enquanto política pública, tal qual muitas de outras funções sociais do Estado. Além disso, o consenso que antes existia em torno da reforma agrária, atualmente, vem se diluindo e se desfragmentando, ora nos discursos segundo os quais a reforma agrária supostamente atrapalharia o progresso e o desenvolvimento do país, ora nas teses proferidas por muitos acadêmicos que outrora apoiaram a causa da reforma agrária e, de acordo com os quais, nem a reforma agrária, nem o MST possuem mais “razão para existir”. Paralelo a esse consenso, o neoliberalismo vem efetuando no Brasil um processo de contra reforma agrária e a reflexão sobre qual reforma agrária pode ser implementada nesse século no Brasil passa por uma associação direta às alternativas em termos de Direito e de Estado, que se solidificam de forma contra-hegemônica em relação ao modelo atual.

Capítulo 5: Hipótese de trabalho e metodologia

5.1 Hipótese de Trabalho

A hipótese de trabalho é que as reformas agrárias brasileira e portuguesa foram destituídas pelos limites da emancipação social sob a regulação do Estado e do Direito, que age, neste último caso, em prol da defesa irrestrita do direito de propriedade, em contraposição a outros direitos democraticamente constituídos. Por um lado, afirma-se que as reformas agrárias brasileira e portuguesa emergiram a partir das possibilidades emancipatórias de um processo histórico particular, mas que combinou, pelo menos, três fatores genéricos: a ocorrência de um conflito social no campo, a ocorrência de um movimento social massivo e a ocorrência de brechas institucionais em nível de Estado e de Direito. Por outro lado, essas possibilidades foram desaparecendo, à medida que se restaurava o poder regulatório do Estado sobre a inviolabilidade do direito de propriedade. Ou seja, nas reformas agrárias brasileira e portuguesa ocorreu um processo contraditório onde, de um lado, houve um percurso emancipatório de mobilização social, luta pela terra e espaços institucionais em nível de Estado e de Direito para a operacionalização da reforma agrária; e, por outro lado, houve um percurso regulatório de opressão social e de operação de contra reforma agrária com o cerceamento desses espaços institucionais em nível de Estado e de Direito, que representou, por fim, o empoderamento do direito de propriedade frente a outras formas de direitos, muitos dos quais instituídos nas cartas constitucionais dos referidos casos.

No caso brasileiro, esses espaços institucionais em nível de Estado e de Direito se moldaram no que Santos denominou um “Estado mínimo da emancipação social”, frente a um “Estado máximo da regulação social”, o que dificultou ao máximo a aplicação da reforma agrária. Nesse caso específico, as possibilidades de emancipação social no meio rural foram lentas e graduais, restritas a uma política de reforma agrária em área de conflito, que sempre conviveu com um poder regulatório do Estado que preservou o direito de propriedade dos latifundiários, de empresas transnacionais e de uma elite política. Nos últimos anos, esses espaços emancipatórios no meio rural vem se tornando cada vez mais escassos perante o aumento do poder de regulação do Estado em defesa da inviolabilidade do direito de propriedade, materializando a imobilidade de uma política de reforma agrária

dos governos do PT. Assim, instituiu-se uma reforma agrária de pouco efeito no prisma da estrutura fundiária nacional, além de uma reforma agrária precarizada. No caso português, esses espaços institucionais, em nível de Estado e de Direito foram construídos seguindo o caso referido por Santos de “dualidade de impotências”, onde, num primeiro momento, a mobilização popular instituiu um amplo e abrupto processo de reforma agrária no Sul do país, que foi acompanhado de um amparo estatal no IV Governo Provisório, mas foi impotente para garantir a conquista da terra para períodos políticos posteriores. Assim, num primeiro momento, as possibilidades emancipatórias foram alargadas pelo processo revolucionário do 25 de Abril e pela mobilização social dos camponeses no Alentejo e demais regiões do Sul de Portugal. Ao mesmo tempo, as possibilidades de regulação social do Estado sobre o direito de propriedade foram momentaneamente desativadas, sem, entretanto, ter sido remodelado definitivamente. Posteriormente ao período revolucionário do 25 de Abril, esses espaços de regulação social foram restaurados a ponto de gerar um abrupto e violento processo de desapropriação das áreas de reforma agrária e restauração do direito de propriedade dos antigos proprietários. Ou seja, com o término do período de efervescência política, restabeleceu-se o controle dos aparelhos hegemônicos e do poder estatal pela elite política e econômica portuguesa, que culminou num amplo processo de contra reforma agrária que, ao fim, conseguiu destituir quase todas as Unidades Coletivas de Produção e Cooperativas que se formaram nas Zonas de Intervenção da Reforma Agrária.

Os conceitos de Santos (1984, 2003) de *Dualidade de Impotências* e de *Estado Máximo da Regulação Social – Estado Mínimo da Emancipação Social* refletem sobre as possibilidades de emancipação social, frente a um processo contraditório de regulação social. No primeiro caso, mesmo num momento de efervescência política, os movimentos sociais e políticos que emergiram com o 25 de Abril não conseguiram efetivamente garantir uma emancipação social em larga escala, que, para os campos do Sul, representaria a reforma agrária. Posteriormente ao PREC, as possibilidades emancipatórias do Estado e do Direito foram gradativamente desaparecendo e, em contradição a isso, o poder regulatório do Estado e do Direito foi restaurado. No segundo caso, refere-se a convivência entre duas estruturas aparentemente contraditórias: um conjunto de espaços institucionais emancipatórios em prol da reforma agrária e um poder solidamente consolidado de regulação estatal e de Direito que garante a hegemonia do direito de

propriedade sobre os outros direitos. Nos tempos atuais, esses desenhos limitados de emancipação social no Estado e no Direito vem perdendo cada vez mais espaços, graças a um modelo político neoliberal que gera uma total submissão da democracia ao direito de propriedade. Isso explica o desaparecimento da reforma agrária no caso português e a sua completa imobilidade no caso brasileiro.

5.2 Metodologia

Mesmo com consciência de que o rigor metodológico estabelece uma fronteira entre o conhecimento propriamente acadêmico e outros conhecimentos formatados fora da academia (valorizados somente enquanto fontes) e que tal rigor tende a derivar um saber que arvora uma superioridade em relação a outros saberes (estabelecendo uma postura hierárquica) afirma-se enquanto necessária a delimitação dos percursos metodológicos da pesquisa. Essa necessidade está relacionada não com uma concepção rígida de ciência, mas com questões mais pragmáticas que envolvem diretamente a pesquisa, principalmente, para clarificar como a mesma se desenvolveu; em que nortes metodológicos foi realizado o trabalho de campo; quais as expectativas em relação à conexão entre teoria e realidade projetada e interpretada do material levantado; como se sucederam os detalhes dos levantamentos das entrevistas semiestruturadas, da observação participante e das outras fontes utilizadas na pesquisa.

Os percursos metodológicos da pesquisa se inspiraram na concepção de Freire (2001) de postura dialógica, que é desenvolvida entre um diálogo de saberes. Nessa concepção, os saberes dos oprimidos constituem-se como uma fonte primordial do saber, segundo o qual o pedagogo deve adquirir uma postura de aprendiz. Os saberes dos oprimidos tornam-se, portanto, o elemento fundamental para instituir um processo de aprendizagem libertador. Passando do campo da pedagogia para a metodologia, Freire (2001) institui o diálogo não como um observador passivo, mas sim de forma ativa, dentro do processo de conscientização mútuo do educando e do educador. Nesse ponto, o diálogo na obra de Freire (2001) deixa de ser fonte, para passar a ser método, ou até mesmo filosofia.

Os conceitos de Santos de *razão indolente* e de *razão metonímica* também são fundamentais para se compreender essas limitações do rigor científico, acrescentando que

não somente a filosofia ocidental é a geradora de invisibilidades e arrogante, mas que a metodologia tem parte importante nisso. Para isso, Santos estabelece o desenvolvimento de um diálogo inter-cultural como base operativa de uma ciência social atenta às epistemologias do Sul. Nessa forma, no lugar de um saber científico preponderante sobre outras formas de saberes, estabelece-se a ecologia dos saberes, onde o saber científico é colocado em pé de igualdade com outras formas de saberes (Santos, 2002a, 2003, 2007).

A metodologia, em um saber que se propõe ser um exercício de diálogo, é estabelecida, portanto, não como algo completamente rígido (que vai separar o saber científico do senso comum) ou completamente maleável (ao afirmar que não existem diferenças entre o saber científico e o senso comum), mas sim como algo que não seja tão rígido a ponto de se fechar a outras formas de conhecimento ou transformar essas formas de conhecimento meramente em fonte de análise e que não seja tão maleável a ponto de ser invalidada pelo seu próprio local de produção de conhecimento, no caso, a universidade.

Para debater sobre o que viria a ser essa metodologia, é necessária uma contextualização básica sobre qual foi a intenção principal dessa pesquisa: estudar a reforma agrária e a luta pela terra, a partir de uma perspectiva comparada entre o caso do Assentamento 17 de Abril, em Eldorado dos Carajás, no Brasil, e o da UCP Terra de Catarina, na freguesia de Baleizão, em Portugal. É sob esse prisma que os percursos metodológicos da pesquisa foram embasados e traçados a partir de algumas inquietações e escolhas sintetizadas abaixo.

Uma das escolhas metodológicas consiste na crítica à idéia de distância, particularmente proferida no método de observação participante desenvolvido por Malinowsky. Segundo Lacerda, esse método consistia em “compreender o ponto de vista do nativo através deste procedimento paciente, permitindo com isso que aparecessem progressivamente as inter-relações entre todos os fatos observados e, a partir daí, a definição da cultura do grupo estudado” (Lacerda, 2001: 3). Com isso, cristaliza-se uma idéia de que a distância garantiria uma presunção de pureza na pesquisa acadêmica, onde o pesquisador não se “contaminaria” por ideias exteriores ao campo, podendo estabelecer um processo e uma interpretação da totalidade da cultura nativa. Lacerda aponta, entretanto, que o próprio trabalho etnográfico assumiu muitas vezes algumas problemáticas de um encontro colonial. Além disso, atualmente, há uma relativização do trabalho etnográfico,

bem como da própria presunção de totalidade envolta no trabalho, particularmente no que ficou conhecido como etnografia pós-moderna ou etnografia experimental (Lacerda, 2001: 7). Lacerda coloca que

o que o antropólogo pode fazer é inscrever processos de comunicação em que ele é apenas uma das muitas vozes” [...] Ele pode evocar, sugerir conexões de sentido, provocar, ironizar, mas não descrever totalidades culturais. Essa perspectiva inverte o procedimento clássico: o autor não se esconde para afirmar sua autoridade científica, mas se mostra para dispersar sua autoridade (Lacerda, 2001: 8).

É sob tal pressuposto que se propõem idéias recentes de uma etnografia pós-moderna e de uma etnografia experimental, como a da “indigenização da modernidade” ou de que “somos todos nativos” (Lacerda, 2001: 11). Questiona-se, todavia, se tal relativização seja suficiente para desfazer por completo a prerrogativa do trabalho etnográfico enquanto um encontro colonial e que talvez a etnografia pós-moderna ou experimental se trata de um encontro colonial menos presunçoso já que, como analisa Grosfoguel e Quijano, a própria universidade opera a colonialidade e o saber também possui um elemento crucial da colonialidade, a colonialidade do saber (Grosfoguel, 2009 e Quijano, 2009).

Esse encontro colonial remete também para a pesquisa proposta, com comunidades camponesas, pois está lá, de um lado, o pesquisador universitário, portador de um saber referendado pela universidade, e, portanto, com um caráter de portador hegemônico desse saber, e, de outro lado, uma população não portadora da hegemonia desse saber, mas portadora, justamente, daquilo que é o inovador na pesquisa proposta que é o saber do oprimido. Todavia, tão importante quanto a relativização ocidental do próprio saber ocidental ou da cultura ocidental é o que Santos debate sobre a necessidade de colocar os diferentes saberes em pés de igualdade com os saberes e a cultura do outro, operando, enfim, uma metodologia que facilite o diálogo intercultural (Santos, 2002a).

Em parte da pesquisa sobre o Assentamento 17 de Abril, os recursos metodológicos foram voltados a um trabalho de campo *in loco* utilizando, na medida do possível, o método de caso alargado. De acordo com Santos, esse método consiste em definir critérios de generalizações a partir da especificidade e da riqueza do estudo de caso. Segundo Santos,

o método de caso alargado escolhe um caso ou um número limitado de casos em que se condensam com particular incidência os vectores estruturais mais importantes das economias interaccionais dos diferentes participantes numa dada prática sectorial. Em vez de reduzir os casos às variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com o máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso, com vistas a captar o que há nele de diferente ou mesmo de único. A riqueza do caso não está no que há nele de generalizável, mas na amplitude das incidências estruturais que nele se denunciam pela multiplicidade e profundidade das interações que o constituem (Santos, 1983:27).

Burawoy (1998) também afirma que o método do caso alargado vem a partir de uma proposta reflexiva de ciência que tenta ao máximo fugir da conceituação positivista de ciência comumente presente nos manuais de metodologia etnográfica. Assim, no lugar de se estabelecer a busca a efeitos contextuais, isolando o pesquisador do objeto de estudo, distanciando-o do mesmo, busca-se nesse método certo engajamento do pesquisador, a fim de estabelecer um nível de interação importante para compreender os silenciamentos, as relações de dominação, as objetivizações e as normalizações presentes no campo. O olhar sobre a ciência reflexiva não requer, entretanto, o abandono da metodologia, mas simplesmente o seu readequamento a padrões metodológicos mais complexos. Em vez de pensar, por exemplo, na não interferência do sociólogo no campo (*reactivity*), parte-se do pressuposto de que as perguntas devem ser pensadas com a intenção de se criar pequenos estímulos no entrevistado. No lugar de se atribuir um critério rigoroso de seleção de dados do entrevistado (*reliability*), defende-se simplesmente uma padronização das perguntas a fim de se estabelecer comparações úteis à pesquisa, mas, ao mesmo tempo, abertas às especificidades de cada caso. Em detrimento de se almejar uma produção de dados “puros”, que possam ser aplicados por qualquer pesquisador no futuro, reconhece-se o carácter particular da ação de campo, atentando aos efeitos externos e à condição política do campo etnográfico, com o intuito de, ao máximo possível, estabilizá-los. E, por fim, a garantia da representatividade da pesquisa analisada deve ser feita não como um pressuposto de uma certeza absoluta de que aquela parte representa o todo, mas a partir de critérios cuidadosos na seleção da própria amostragem, bem como da sua abrangência (Burawoy, 1998 e Mendes, 2003).

Esses pressupostos são levantados também por Mendes, segundo o qual

a base de estudo do caso alargado é a observação participante e caracteriza-se por quatro pontos fundamentais: intersubjectividade, processo, estruturação e reconstrução teórica. Com a intersubjetividade o observador se torna

participante, experienciando o mundo do outro. Com a lógica do processo, as observações são projetadas no tempo e no espaço, permitindo uma perspectiva enquadadora. A estruturação permite atender às forças extra-locais que moldam os acontecimentos e as situações. Por último, a reconstrução teórica, a que Burawoy dá especial ênfase, parte de um quadro existente e procura descobrir anomalias e testar essa teoria (Mendes, 2003: 4).

Em relação à pesquisa em tela, o método do caso alargado foi utilizado de forma parcial. Isso porque seria impossível fazê-lo em Portugal, no contexto da reforma agrária, já que remete a uma pesquisa muito mais histórica do que sociológica. Por se tratar de uma pesquisa comparativa, esse fato também refletiu na estratégia de campo em Eldorado dos Carajás, onde avaliei que a observação-interação proposta por Santos e Burawoy (1998) não era totalmente suficiente para responder a alguns de meus questionamentos. Pode-se dizer, por outro lado, que o método de caso alargado é o melhor subterfúgio a quem, como eu, se propõe a fazer uma pesquisa militante. Nesse ponto, digo que é algo que requer cuidado, já que a militância política não pode nunca atrapalhar a pesquisa, pelo contrário, deve ser usada em favor da pesquisa acadêmica. Assim que *ser militante* não se refere a uma ideia de obediência cega aos dirigentes políticos ou normativas internas de determinado grupo político (apesar de que sendo militante ou não, tais questões não devem nunca ser ignoradas pelo pesquisador). Mas sim que *ser militante* é, de uma forma ou de outra, ter sentimento pela causa do movimento social em questão, e me refiro a isso, já que por três anos tive o privilégio de militar no MST, o que, de nenhuma forma, atrapalhou a minha visão de pesquisador. Pelo contrário, ampliou em vários aspectos o meu conhecimento sobre o MST e a reforma agrária brasileira, além de ter sido, sem dúvida, um facilitador tremendo para o meu trabalho de campo.

Algumas vantagens foram tiradas do uso da militância ao serviço da pesquisa. A pesquisa de campo foi feita em particular exercício de recolha de dados para a tese. Entretanto, os três anos de militância do MST foram importantes para: conhecer as regras básicas de comportamento geral dos membros da organização; compreender o simbolismo de elementos identitários próprios ao movimento, como o hino, a bandeira, a mística e a lembrança dos mártires; os contatos que me levaram ao trabalho de campo; conhecer as

terminologias usadas na militância; conhecer a organicidade geral dos assentamentos do MST, a divisão de núcleos, setores.⁹⁴

Não havia visitado previamente Eldorado dos Carajás, mas já havia visitado a secretaria estadual do MST em Marabá, o que me forneceu um contato prévio, que muito me facilitou à chegada no terreno. No aeroporto, fui recebido pela dirigente nacional do MST, Mercedes Zuliani, que ao lado de outras duas dirigentes nacionais, Isabel e Maria Raimunda, ofereceram total disponibilidade para ajudar a minha pesquisa. Menos de vinte e quatro horas depois da minha chegada a Marabá, fomos de carro pela PA-150 ao Assentamento 17 de Abril, em Eldorado dos Carajás. No caminho, tive a oportunidade de conhecer algumas outras áreas da reforma agrária, o acampamento Helenira Resende (homenagem a uma guerrilheira do Araguaia), estabelecido a poucos metros da sede da agropecuária Santa Bárbara, um dos maiores complexos pecuários da região, pertencente a um conglomerado de empresas, bancos e acionistas, entre eles o Banco Opportunity. A fazenda, como muitas outras da região, está em terra pública, onde um antigo proprietário nominado Nagib Mutran, em posse de um título de concessão de exploração dos castanhais, “limpou o terreno” para a pecuária extensiva e depois vendeu o título de concessão ao grupo empresarial citado. O acampamento é, portanto, um dos principais pontos de conflito por terra na região. Nesse local, consegui conversar com algumas lideranças do acampamento, como “Irmão”, que me relataram várias histórias que envolviam principalmente as perseguições de uma “empresa de segurança”, com equipamentos militares melhores do que os da própria polícia local. Após essa conversa, ainda paramos no pré-assentamento Lourival Santana, já em Eldorado dos Carajás. Almoçamos na casa do dirigente nacional Uiwagner, que se incorporou na nossa viagem no carro. Ele contou a notícia de que há 18 dias um companheiro do pré-assentamento estava desaparecido com a suspeita de crime de pistolagem.

⁹⁴ Destaca-se também a importância da militância política para formular algumas perguntas e buscar as respostas, por exemplo, faz todo o sentido na vivência sem terra a pergunta, “qual é a sua relação com os coletivos do assentamento?”, onde coletivos se refere a uma terminologia própria que indica a organicidade que é comum na terminologia do militante, apesar de parecer estranha ao senso acadêmico e ao observador externo.

Na viagem, Isabel e Mercedes me relataram que a organicidade do movimento estava a adaptar-se às especificidades locais. A direção resolveu fundir os setores em três frentes de trabalho: a primeira frente composta pelos setores de educação, gênero e formação; a segunda composta pelos setores de saúde, cultura e juventude; e a terceira composta pelos setores de frente de massas e comunicação. Normalmente, no MST isso não ocorre, posto que cada setor desses tem dois dirigentes, um homem e uma mulher, que são responsáveis pela coordenação, mas a medida, no final das contas, aperfeiçoava alguns setores que não estavam funcionando bem, fundindo-os com outros que estariam funcionando melhor.

Uma nítida característica do corpo dirigente do Pará é a quantidade de mulheres em posição de poder. Nisso, Isabel me explicava da seguinte maneira: “os homens gostam muito de falar, dizer que vai fazer mudança social, isso é tudo conversa mole. Agora a mulher não, quando entra na luta ela vai lá e faz a mudança”. Antes de chegar ao Assentamento 17 de Abril, ainda tive a oportunidade de, pela primeira vez, conhecer a Curva do S e o monumento das dezenove castanheiras em homenagem aos mortos no Massacre de Eldorado dos Carajás.

Ao passar a cidade de Eldorado dos Carajás, na estrada que vai a Parauebas, entramos no Assentamento 17 de Abril onde percorremos aproximadamente catorze quilômetros de estrada de barro até à agrovila. O assentamento é um dos maiores do Brasil, certamente o maior do MST, composto por uma área de 12.000 hectares, com 700 famílias, entre 4.000 a 5.000 habitantes. A estrutura era a de um pequeno município, com padarias, posto de saúde, escola, Igreja Católica, Adventista, Batista e a Assembléia de Deus, bares, mercearia, farmácia, açougue e uma quadra de futebol. Fui à Associação dos Produtores do Assentamento 17 de Abril (a ASPECTRA), onde havia uma pequena estrutura de armazém, uma sala de secretaria, um centro de informática e a Biblioteca José Saramago, cuja placa citava, um trecho do escritor português:

Levantados do Chão

Do chão sabemos que se levantam as searas e as árvores,

Levantam-se os animais que correm os campos ou voam por cima deles,

Levantam-se os homens e as suas esperanças.

Também do chão pode levantar-se um livro, como uma espiga de trigo ou uma flor brava.

Ou uma ave. Ou uma bandeira.

Enfim, cá estou outra vez a sonhar.
Como os homens a quem dirijo.

Na ASPECTRA conheci Dona Maria Zezuíta, que teve a gentileza de me receber em sua casa durante minha estadia no Assentamento. A casa era de tijolos, com dois quartos, com energia elétrica e tinha abastecimento de água a cada três dias. Fiquei no quarto do seu filho mais velho, Wanderlan. Ainda moravam na casa duas filhas pequenas de Dona Maria.

Nos dias subsequentes, tive a oportunidade de fazer o meu trabalho de campo e as entrevistas. Em Eldorado, o clima é indescritivelmente quente e húmido. Pelas manhãs, costumava sair cedo para comer o pequeno almoço na única padaria do assentamento. Logo depois saía em busca das entrevistas. Tive a oportunidade de conhecer a Escola Oziel Alves Pereira, a sua diretora, alguns monitores, colaboradores e alunos. Fui ao posto de saúde em construção, que funciona na área como um importante suporte aos assentados. Visitei alguns lotes do assentamento. Fui também à igreja da Assembleia de Deus, conversar com o pastor, importante liderança da comunidade. Pude também ter longas conversas com pessoas que, seja pelas entrevistas semiestruturadas ou por conversas informais, me ajudaram muito a formular essa tese que vos escrevo. Ao almoço, quase sempre ia a um único restaurante do Assentamento, uma casa com uma varanda ampla e algumas mesas. Durante a noite, por vezes, me reunia com alguns senhores no bar de seu Ceará, onde ocorria uma intensa seção de jogo de dominó. Antes das 22 horas, voltava para a casa de Dona Maria, sempre preocupado também em respeitar os horários e normas da casa. Em outras noites, acompanhei o jogo de futebol que ocorria, jogado, na maioria, pelos jovens do assentamento. O filho de Dona Maria, Wanderlan jogava na equipa do assentamento.

A vida social do Assentamento 17 de Abril funciona em volta de um gramado que no futuro haverá, quem sabe, de se chamar de praça. As ruas do assentamento são todas de chão batido e vê-se constantemente animais domésticos de todo tipo, principalmente cães. Os cães são muito comuns nos acampamentos, para alertarem algum ataque desprevenido da polícia ou de pistoleiros.

Mas, hoje, o assentamento vive tempos de calma. Nos dias de semana, parte dos assentados sai de suas casas para trabalhar em Eldorado, Curionópolis ou Parauebas.

Alguns trabalham na Vale. Nos finais de semana, o assentamento encontra-se completamente cheio e se percebe uma vida social mais movimentada, na igreja da Assembleia, em reuniões políticas, em bares com músicas nas alturas, tocando quase sempre um tecno-brega paraense ou um sertanejo universitário. Alguns assentados vivem nas vilas, outros em seus lotes. Os lotes mais produtivos são, normalmente, aqueles que o assentado vive, ou vai com certa frequência. A principal produção do assentamento é o gado leiteiro, tendo eu também verificado algumas plantações de milho, hortaliças, várias árvores frutíferas (principalmente cupuaçu) e criação de pequenos animais.

A lembrança do massacre é algo constante no Assentamento 17 de Abril. Alguns senhores mutilados, outros com balas alojadas no corpo, outros com marcas sentimentais, tão presentes hoje quanto no passado. O assunto é levado com seriedade na vila e todos têm um pouco que contar da história daquele fatídico momento. O massacre também trouxe ao assentamento uma notoriedade no meio acadêmico e jornalístico. Muitos lá foram produzir documentários, entrevistas, monografias, teses e livros. De certa maneira, o Assentamento está acostumado a receber visitas, o que me deixava mais à vontade para realizar as entrevistas.

O meu trabalho se diferenciava dos demais por duas razões principais: não tinha intenção de fazer uma tese sobre o massacre, nem queria analisar as estruturas que emergiam a partir daquela vida comunitária. O meu objetivo era muito claro: tentar traçar, a partir da realidade local, pontos de interseção entre a reforma agrária brasileira e portuguesa, que estivessem mais voltados para as seguintes questões: a história de vida de alguns dos assentados, a dinâmica da produção e da coordenação política do assentamento; a história da estruturação do assentamento, os principais dilemas do assentamento hoje, a relação do assentamento com o Estado e a avaliação das pessoas sobre a reforma agrária brasileira nos sucessivos governos que pelo Brasil passaram desde 1996.

Mediante essas considerações, ocorreu-me a ideia de que, para fins de efeito comparativo, a metodologia deveria ser complementada com entrevistas semiestruturadas, a fim de estabelecer uma ligação entre problemáticas similares no caso de Baleizão e de Eldorado dos Carajás. Nesse ponto, o método do caso alargado não me foi suficiente para conseguir estabelecer as respostas que tentei elencar no desenvolvimento da hipótese. Além do que, como já foi dito, tal metodologia seria insuficiente para analisar o caso

português, já que se trata de um trabalho de pesquisa histórica. Nesse sentido, a limitação que me foi imposta ao método de caso alargado não me permitiu adotá-lo em sua completude, mas também tive a preocupação de seguir alguns princípios de tal metodologia. E a melhor solução para isso foi tentar, ao máximo possível, estabelecer uma abordagem metodológica plural. Segundo Lalanda,

É hoje consensual afirmar a importância de uma abordagem plurimetodológica como estratégia eficaz na «clarificação» dos fenómenos, quer em termos da sua extensão, quer em termos do seu significado. [...] Essa pluriabordagem corresponde, em termos metodológicos, à própria integração científica das diferentes ciências sociais. Tendem a estabelecer-se fronteiras cada vez menos rígidas entre as várias dimensões do real. Sem prejuízo da especificidade de cada leitura científica, procura-se um modo de olhar que se quer «aberto» (Lalanda, 1998: 872).

As entrevistas semiestruturadas foram elencadas sobre duas perspectivas: a de que os entrevistados eram sujeitos políticos plenamente capazes de emitirem uma opinião consistente sobre as problemáticas que envolviam a hipótese; e a perspectiva de que certas respostas iriam emergir a partir da própria narrativa de suas histórias de vida. No meu crivo interpretativo, as respostas atingiram essas duas expectativas, tanto nos 25 entrevistados em Eldorado dos Carajás, quanto nos 10 entrevistados em Baleizão.

Em Baleizão, a perspectiva de chegada foi bem diferente, porque, ao contrário de Eldorado, não tinha nenhum contato inicial com alguém da região. Como o movimento de ocupação de terras datava de 1975, também se tornava difícil imaginar que a simples visita à aldeia fosse fornecer-me as informações necessárias à pesquisa. Por vezes, já haviam me indicado que o contato inicial deveria ser feito com muito cuidado, uma vez que o processo de reforma agrária havia despertado muitos traumas, especialmente no processo de entrega das reservas. Também é verdade que me disseram que, vencendo essa barreira do contato inicial, as coisas seriam menos difíceis. Por fim, acabei por ter na boa vontade das pessoas um auxílio precioso. Escrevi uma mensagem no website da Junta de Freguesia de Baleizão e fui prontamente respondido. Na resposta, o presidente da Junta se mostrou interessado pela minha pesquisa se oferecendo para dar todo suporte necessário.

Esse foi o fator crucial de sucesso, ao vencer a barreira inicial, já que o presidente da Junta de Freguesia, o Sr. Silvestre, me apresentou a um senhor chamado Zé Ambrósio que, não somente conhecia muito bem o processo de reforma agrária como também me

apresentou a vários senhores que vivenciaram o processo, tanto as lideranças, quanto os trabalhadores rurais da UCP Terra de Catarina.

O fato de eu ser um brasileiro a pesquisar sobre a reforma agrária portuguesa teve em parte vantagens e em parte desvantagens. A desvantagem nítida é que por ser estrangeiro e não conhecer tão bem o processo de reforma agrária português, por vezes, cometi alguns deslizes. Por exemplo, o termo ocupação que, no Brasil, era utilizado para definir o ato de entrada dos camponeses nas terras; em Portugal, segundo Fernandes (2006), era utilizado para definir o processo de entrega de reservas, ou seja, a retomada das terras da UCP pelos agrários. O termo cooperativa também se diferencia em ambos os contextos, já que a UCP, enquanto unidade coletiva de produção, apesar de se enquadrar nitidamente em princípios de cooperativa, não era propriamente a mesma coisa para a população. A principal diferença é que, em Beja, no mesmo período da UCP Terra de Catarina, emergiu um movimento de reforma agrária que era ligado ao Partido Socialista, conhecido como movimento das cooperativas. Também a cooperativa referia-se ao atual estágio da UCP Terra de Catarina, onde o restante das terras que não foram entregues na reserva, formaram a atual Cooperativa Bandeira da Esperança. Entretanto, esses problemas foram menores e, na primeira entrevista, foram logo detectados e corrigidos. Analisando, a posteriori, as transcrições, não percebi nenhum tipo de enfiamento nas respostas em decorrência dessas falhas.

Por outro lado, a principal vantagem no fato de ser brasileiro é que se nota um relativo tabu em torno da temática da reforma agrária em Portugal. Desde as primeiras leituras até às conversas que tive no trabalho de campo, nota-se uma tensão quando se aborda a temática. Claro que falar sobre a reforma agrária, geralmente, representa um tema muito emotivo. E também no Brasil, onde essa discussão é mais antiga, geralmente os debates são acalorados, polarizados e envolvem até mesmo questões pessoais. Em Portugal, o acaloramento do debate é mais nítido e foi polarizado por uma geração de sociólogos que estiveram envolvidos diretamente com o processo. De um lado, o ministro da agricultura do General Vasco Gonsalves, Fernando Oliveira Baptista, atualmente professor de economia rural no Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa; de outro, o ministro da agricultura de Mário Soares, António Barreto, investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Essa polarização não foi bem

digerida por parte de uma geração de pesquisadores que sucederam a esses respectivos trabalhos que, talvez, demonstraram uma preocupação excessiva com a imparcialidade.

No campo político, essa polarização é mais acentuada entre o PCP e o PS. Na vida social do Alentejo, a polarização é nítida. Apesar de, para muitos, a reforma agrária ser um tema sobre o qual já passou muito tempo, o fato é que não foi um tema esquecido, especialmente nos distritos de Évora, Portalegre e Beja.

No Brasil, apesar de sempre ter me apresentado como um estudante de doutoramento da Universidade de Coimbra, o fato é que o meu histórico dentro do movimento despertou a confiança dos dirigentes, que perceberam que eu não estava ali para, eventualmente, efetuar nenhum tipo de crítica raivosa, o que não quer dizer que o pesquisador deva abandonar o senso crítico. Isso nunca, pois sem o senso crítico não se produz uma pesquisa adequada em qualquer área que seja. Em Portugal, como não havia nenhum tipo de contato político na ida ao campo, percebi que muita da confiança das pessoas em me dizer certas coisas passava pelo fato de eu ser brasileiro, supostamente, um agente neutro num campo tão polarizado.

Como não vi a necessidade de se fazer uma pesquisa etnográfica em Baleizão, não fiz nenhum tipo de contato para ficar na aldeia. Me hospedei em Beja, próximo da rodoviária, e, logo de manhã cedo, apanhava o autocarro até Baleizão, linha oferecida pela empresa Rodoviária do Alentejo. Pelas 18 horas, voltava pela mesma linha. Como era Dezembro, o tempo estava muito frio, o que contrastava com as altas temperaturas que ocorrem no Verão. A enorme variedade climática nas estações do ano propicia a essa região um solo fértil, especificamente para as culturas da vinha, azeitonas, trigo, cortiça, favas, sorgo e tomate.

Baleizão é composta por duas aldeias: a aldeia de baixo e a aldeia de cima, ou, como alguns preferem chamar, aldeia nova e aldeia velha. Possui cerca de mil habitantes, em sua maioria reformados, alguns jovens e crianças. Há poucas oportunidades de trabalho, tanto na freguesia quanto no distrito de Beja, e a maior parte da população adulta emigrou para o estrangeiro ou para Lisboa e se estabeleceu por lá. Apesar disso, Baleizão possui uma boa estrutura de escolas, saneamento, água, energia, ruas asfaltadas, estradas, luz elétrica. Há algumas mercearias, farmácias, cafés e um restaurante-café que vivia quase sempre lotado, o Café Central, na aldeia de cima, onde realizei algumas entrevistas.

A referência ao passado de luta pela terra é recorrente na aldeia. A poucos metros da entrada da freguesia, está uma foice, uma estrela, um martelo e uma placa escrita: “aqui foi assassinada pelo fascismo em 19 de Maio de 1954 Catarina Eufémia militante do Partido Comunista Português”. Em frente a esse monumento, há um jardim com uma placa escrita: “em memória de Catarina Eufémia e de todos os homens e mulheres que lutaram contra o capitalismo e o fascismo. Nem esquecimento, nem perdão”, em seguida assinam a mensagem o *Foro por La memória de Huelva. Federación Estatal de Foros por La Memoria* e a *Cooperativa Cultural Alentejana*. Mais adiante, há um totem em homenagem ao centenário do nascimento de Francisco Miguel Duarte, falecido em 18 de Dezembro de 2007, com os dizeres “21 anos de prisão, sendo o último preso político a sair do *Tarrafal*”. No mesmo totem, encontra-se em destaque o brasão de Baleizão com o poema de autoria do mesmo:

Quando tu voltares
Aqui a Baleizão
Sentirás bater
O nosso coração
Bate sem parar.
Bate sempre forte
Quando tu voltares
Aí desse forte

Seguindo o caminho da aldeia de baixo, encontra-se ainda o Centro Associativo, onde funciona a Assembleia da Freguesia, o Clube de Caçadores, o Grupo Coral de Baleizão, o Grupo Coral Terra de Catarina, a Associação Longitude Zero e a Juventude Baleizoeira. Logo à frente da Junta de Freguesia, um parque infantil construído com o fundo que sobrara da antiga UCP Terra de Catarina e um monumento da autoria de Sérgio Vicente e Rui Pereira em homenagem aos 55 anos do assassinato de Catarina Eufémia e aos 35 anos do 25 de Abril, entregue pela câmara de Beja em 19 de Maio de 2009. Na rua principal da aldeia de baixo, há uma praça com um busto de Catarina Eufémia com os dizeres “homenagem ao povo de Baleizão” que, segundo Fernandes (2006), teria sido pago com uma campanha de arrecadação dos próprios baleizoeiros, logo após o 25 de Abril e inaugurado em 1976. Esses elementos todos mostravam duas impressões iniciais: outrora essa região devia ter sido muito diferente do que é hoje; e talvez a memória dos

entrevistados não fosse suficiente para fazer uma recomposição do que viveu aquela região nos anos que se sucederam ao 25 de Abril. Havia, até mesmo pela ausência do trabalho etnográfico, uma necessidade de se complementar as entrevistas recolhidas com outras fontes suplementares.

Uma dessas fontes que se configura como material inédito é o livro de memórias de António Joaquim do Carmo, marido de Catarina Eufémia, que me foi cedido para fotografia, gentilmente, pela filha de Catarina, Maria Catarina Baleizão do Carmo, que também me concedeu uma preciosa entrevista. As outras fontes complementares foram buscadas em dois arquivos de extrema importância para quem estiver pesquisando a temática da reforma agrária portuguesa: o Centro de Documentação 25 de Abril, localizado em Coimbra, e o Arquivo da Reforma Agrária, organizado pela Câmara de Montemor-o-Novo, que contém uma completa documentação de toda a reforma agrária portuguesa. Nos dois centros, tive uma atenciosa ajuda dos diretores e funcionários que deram todo o suporte necessário para o andamento da pesquisa, suporte esse que certamente tem grande importância na tese que vos escrevo.

Por fim, penso que seja importante ressaltar alguns meandros da metodologia que utilizei para as entrevistas semiestruturadas. As entrevistas iniciavam-se com uma conversa informal, onde eu explicava a minha tese, quem estava me financiando e quais os objetivos gerais do meu trabalho. Explicava ainda a necessidade de gravar as entrevistas para realizar um trabalho mais adequado. Sucessivamente, iniciava uma conversa informal e, quando começava a entrevista, avisava que a gravação estava a iniciar.

As entrevistas foram estabelecidas segundo alguns critérios do que no Brasil se denomina *História Oral* e, em Portugal, *História de Vida*. Sobre isso, é necessário tratar a fonte oral com um especial cuidado, já que se trata de algo tênue que é a memória. Ao fim, que toda fonte histórica (seja oral ou escrita) contém uma representação verossímil da realidade vivida, tendo por isso uma limitação e utilidade própria. Nesse caso, a fonte oral como fonte de pesquisa não é mais válida ou menos válida do que qualquer fonte escrita. Cada fonte, na verdade, têm uma particular problemática. Sobre essa temática, foi-me extremamente útil um seminário que ocorreu no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, ministrado pela professora Elsa Lechner, no dia 10 de Dezembro de 2010, denominado *Histórias de Vida e História Oral*.

Nesse seminário, Lechner (2010) problematizou a terminologia *histórias de vida*, afirmando ser muito vaga e pouco questionada. Em detrimento disto, a argente prefere se ater ao conceito de método biográfico. Esse método consiste na inserção de vários tipos de fontes a respeito da biografia do indivíduo como: entrevista, objetos pessoais do entrevistado (álbuns de família, cartas), textos de ficção. Posteriormente, abordou-se a contribuição de dois autores para a constituição desse método, Franco Ferrerotti, autor do livro *Sobre a Autonomia do Método Biográfico*, e Boaventura de Sousa Santos, mais precisamente o seu artigo *Para Além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia dos saberes*. No primeiro autor, foi levantado para debate o conceito de totalização como sendo o cerne da abordagem biográfica, influenciado por Jean-Paul Sartre, segundo o qual cada indivíduo é visto como totalizando a sociedade na sua vida através da mediação que faz do seu contexto de existência. Enfatiza, portanto, um conceito de socialização que busca não opor o social ao individual, mas que leva em conta as duas posições. Em relação às contribuições de Santos sobre o método biográfico, diz respeito à problematização da questão metodológica em si, ou seja, na necessidade de não pensar o método de forma cientificista sem, entretanto, também não cometer uma relativização extremista sobre o mesmo. Sugere-se, então, pensar o método a partir de uma situação de fronteira, estando aberto às outras formas de saberes, principalmente oriundos do Sul (Lechner, 2010).

Com base nesses dois pressupostos teóricos, Lechner (2010) levantou alguns pontos sobre o que deve ser buscado numa análise biográfica: *a)* se ater à mediação entre a esfera individual e coletiva (usualmente separada pela sociologia ocidental); *b)* assumir a *natureza intersubjetiva* do método; *c)* efetivar um *salto analítico* do dilema indivíduo x sociedade; *d)* efetivar um *salto epistemológico* a partir da interdisciplinaridade e da epistemologia do Sul. Alguns cuidados devem ser elencados em tal método, em razão de três riscos: 1) as narrativas biográficas possuem uma funcionalidade auto-poética; 2) há uma enunciação e orientação da narrativa a partir da relação entre narrador e entrevistador; 3) as relações que emergem na interação da pesquisa biográfica são indubitavelmente inseparáveis do contexto político. As entrevistas são ricas em dimensões teóricas, ideológicas, epistemológicas, afetivas, políticas e precisa-se ter um cuidado para, ao mesmo tempo, nem silenciar tais dimensões ao ponto de atrapalhar o relato, nem também desestabilizar a relação entrevistado-entrevistador. Para atingir esse molde ideal, é

importante possuir um olhar pluridisciplinar, atento às diferentes epistemologias e ao impacto da pesquisa do terreno. Por fim, a professora Lechner (2010) destacou a importância de não se abandonar o uso das histórias de vida, pois a mesma permite uma associação tendencialmente mais concisa para se estabelecer uma metodologia aberta à ecologia dos saberes, já que essas histórias são fontes primárias, seja da consciência paulofreiriana, seja da voz dos agentes subalternizados.

O método de utilizar as entrevistas semiestruturadas para resgatar a história de vida também não foi utilizado com exclusividade na formulação das perguntas, já que, para mim, também era útil saber das opiniões dos entrevistados enquanto sujeitos políticos. Nisso concordo plenamente com Mendes, quando o mesmo afirma que a entrevista

permite captar não o indivíduo, mas a sua localização social. A entrevista é uma excelente técnica para aprender como os membros de uma dada categoria social mantêm, transformam e desafiam uma ou várias identidades. A entrevista favorece o estudo de realidades sociais, cognitivas e simbólicas que ultrapassam, atravessam ou cortam as ancoragens locais (Mendes, 2003: 9).

As entrevistas tanto realizadas no Pará, quanto em Baleizão foram experiências riquíssimas nas quais tive a oportunidade de aprender, compartilhar ideias, visão de mundo, sonhos e desencantos. Segui fielmente a recomendação de Mendes, segundo o qual

o entrevistador deve, contrariamente ao que é habitualmente recomendado nos manuais de metodologia, assumir um papel activo e intervencionista, oferecendo contra-exemplos e deixando-se interpelar pelo entrevistado. A entrevista é uma construção social e o papel do entrevistador deve ser reconhecido no acto situado e único que é a entrevista (Mendes, 2003: 13)

O formato semiestruturado também foi encarado de forma relativa nas entrevistas. Ou seja, não estabeleci um critério rígido no qual iria primeiramente perguntar algo pré-definido, com uma sequência de assuntos também pré-definidos. Geralmente, começava a perguntar pela história de vida do entrevistado, onde havia nascido, quando tinha chegado ao local de origem. Naturalmente, a entrevista fluía para a temática da reforma agrária, onde insistia em determinadas temáticas mais voltadas para as minhas intenções de pesquisa. No caso de Eldorado dos Carajás, as entrevistas, logo em seu início, remontavam à história do Massacre, algumas com revelações surpreendentes e estarrecedoras. Deixava fluir e não interrompia o entrevistado em nenhum momento, chegando, por vezes, a perguntar alguns detalhes. Somente após o término da fala do entrevistado é que

direcionava perguntas relacionadas com o que eu considerava ser o objetivo principal de minha pesquisa, a história de formação do assentamento, as políticas públicas no assentamento, a produção do assentamento e a avaliação das relações do assentamento com o governo. As entrevistas no Assentamento, quase todas foram realizadas nas casas das pessoas. Na atividade de formação na curva do S, as entrevistas foram realizadas durante o acampamento da juventude. No caso de Baleizão, somente uma entrevista foi realizada na casa da entrevistada. As outras foram realizadas em locais públicos, na Junta de Freguesia, no Café Central ou no Centro de Reformados. Exceção a isso foi a entrevista ao dirigente da Cooperativa Bandeira da Esperança, que foi realizada no monte (na sede da cooperativa). As garantias de anonimato foram uma questão que me fez muito pensar para o caso brasileiro, mesmo que tal garantia seja, na verdade, relativa. Com isso concordo com Ribeiro quando o mesmo aborda que:

os investigadores devem ser cautelosos acerca do grau de confidencialidade que prometem e realistas quanto à possibilidade de proteção do anonimato dos participantes. Não podem ignorar que práticas habituais de proteção do anonimato, como usar um pseudónimo e alterar alguns detalhes biográficos do indivíduo, ao referir-se aos sujeitos da pesquisa, evitam realmente a sua identificação, mas não são totalmente eficazes. O uso de extensas citações diretas torna os informantes identificáveis, pelo menos por eles próprios e, muitas vezes, por outros que os conhecem bem. Os informantes devem ser informados deste facto bem como ser-lhes mostrado o modo como a confidencialidade vai ser mantida. (Ribeiro, 2009: 35).

Com isso foi explicado também que tais garantias de anonimato possuíam uma parcial fragilidade, principalmente para quem tinha algum destaque particular sobre o grupo. Entretanto, achei importante dar essa garantia para o caso de Eldorado por que, nesse momento, muitos dos meus entrevistados estão localizados em áreas de tensão e sofrem constantes ameaças. Para alguns, foram expedidos mandatos de prisão dentro do processo de criminalização dos movimentos sociais, além de incontáveis ameaças de morte. Há inclusive uma lista cujos nomes dos principais dirigentes do MST-PA estão postas a prêmio por um grupo de fazendeiros da região. É preciso deixar claro que considero o MST um movimento social pacífico e legítimo, mas que vem, ao longo de sua existência, sendo objeto de investigações de cunho político por parte de órgãos de espionagem do governo brasileiro, como a ABIN e a Polícia Federal. Há, também, uma tentativa, por parte de setores conservadores da sociedade (muitos deles infiltrados na burocracia do Estado), de enquadrar o MST em leis de segurança nacional, leis

antiterroristas. Além disso, o MST é constantemente investigado sobre as mais diversas suspeitas, numa prerrogativa que não é nova na história brasileira, que é a de tratar como questão de polícia as manifestações e organizações sociais que, de alguma forma, ameaçam a hegemonia do latifúndio.

No mais, a questão da neutralidade me pareceu totalmente fora de propósito na pesquisa, porque além de ser uma inverdade com os meus entrevistados se eu fingisse que nunca havia tido relações com o MST. Seria, antes de tudo, uma desonestidade comigo. Segundo Burawoy, tal pretensão envolve uma concepção positivista de ciência na qual:

1) finge-se uma inserção neutra que silencia a forma em que o trabalho de campo está irrevogavelmente relacionado com o mundo em que se estuda; 2) reprime uma teoria preexistente por considerá-la uma contaminação perigosa; 3) por vezes, até mesmo uma mudança processual é eclipsada pela busca de descrições singulares das micro-situações e; 4) suspende como incognoscível a abordagem histórica e o contexto macro da análise micro (Burawoy, 1998: 648).⁹⁵

Em detrimento disso, Burawoy propõe não uma rigidez ideológica ou um aprisionamento à teoria, mas uma reconstrução da teoria, onde o campo, pelas suas particularidades e subjetividades, possa se adequar como um local produtor de conhecimento próprio, mas capaz de se extrair a partir disso um diálogo com a teoria (diferenciando-se assim do mero culturalismo).

Essas foram, portanto, as impressões e inquietações que permearam o meu percurso metodológico. Agora, penso que é altura de clarificar mais o marco lógico da minha pesquisa no quadro 1. Nesse sentido, temos como norte a hipótese citada que faz referências a três elementos explicitados na matriz operativa da reforma agrária: a luta pela terra, os movimentos camponeses e os espaços institucionais emancipatórios em nível de Estado e de Direito. Os três primeiros capítulos serviram para definir teoricamente as variáveis dessa matriz: o capítulo 1 tratou da variável luta pela terra, o capítulo 2 tratou da

⁹⁵ Tradução livre do autor: “(1) pretended to be neutral insiders and thus silencing the ways field workers are irrevocably implicated in the world they study, (2) repressed preexisting theory as a dangerous contamination, (3) sometimes even eclipsed procession change in the search for singular descriptions of micro-situations, and (4) suspended as unknowable the historical and macro-context of the micro-analysis. (Burawoy, 1998: 648).

variável movimentos campestinos e o capítulo 3 tratou da variável espaços institucionais emancipatórios em nível de Estado e de Direito. No capítulo 4, foi contextualizada a reforma agrária portuguesa e brasileira. Este capítulo, como bem se observa, refere-se aos percursos metodológicos da pesquisa além de expor a hipótese de trabalho. Os capítulos subsequentes referem-se aos resultados da pesquisa. O capítulo 6, ao trabalho de campo em Portugal, o capítulo 7, ao trabalho de campo no Brasil e o capítulo 8 à comparação entre os casos, tendo em vista o quadro analítico proposto. As fontes utilizadas para a constituição dos capítulos empíricos foram a pesquisa bibliográfica (e suas sucessivas fontes secundárias), as entrevistas semiestruturadas (para os casos português e brasileiro), o método de caso alargado (para o caso brasileiro) e a pesquisa em outras documentações de arquivos (para o caso português). Todos esses capítulos e metodologia foram desenvolvidos seguindo as preciosas orientações dos professores doutores Boaventura de Sousa Santos e Pedro Hespanha.

QUADRO 1: MARCO LÓGICO DA PESQUISA

Hipótese	Metas	Atividades	C apítulos
As reformas agrárias brasileira e portuguesa foram destituídas pelos limites da emancipação social sob a regulação do Estado e do Direito, que age, este último, em prol da defesa irrestrita do direito de propriedade, em contraposição a outros direitos democraticamente constituídos	1. Aprofundar teoricamente a matriz no que concerne à sua variável “luta pela terra”	1.1 Pesquisa Bibliográfica	C apítulo 1
	2. Aprofundar teoricamente a matriz no que concerne à sua variável “movimentos campesinos”	2.1 Pesquisa Bibliográfica	C apítulo 2
	3. Aprofundar teoricamente a matriz no que concerne à sua variável “brechas no Estado e no Direito”	3.1 Pesquisa Bibliográfica	C apítulo 3
	4. Contextualizar as reformas agrárias brasileira e portuguesa	4.1 Pesquisa Bibliográfica 4.2 Anotações do trabalho de campo	C apítulo 4
	5. Expor os meandros da matriz e definir os percursos metodológicos	5.1 Pesquisa Bibliográfica	C apítulo 5
	6. A Luta Pela Terra e a Reforma Agrária em Portugal – O caso de Baleizão	6.1 : Pesquisa Bibliográfica 6.2: Entrevistas Semi-estruturadas 6.3: Documentações Suplementares (específico para o caso português)	C apítulo 6
	7. A Luta Pela Terra e a Reforma Agrária no Brasil – O caso de Eldorado dos Carajás	7.1: Pesquisa Bibliográfica 7.2: Entrevistas Semi-estruturadas 7.3: Método do Caso Alargado	C apítulo 7
	8. O prisma comparativo: a matriz operativa da reforma agrária	8.1: Pesquisa Bibliográfica 8.2: Entrevistas Semi-estruturadas 8.3: Método do Caso Alargado (específico ao caso brasileiro) 8.4: Documentações Suplementares (específico para o caso português)	C apítulo 8

Fonte: Autor, 2013.

Capítulo 6: A luta pela terra e a Reforma Agrária em Portugal – o caso de Baleizão

Neste capítulo, descrevem-se com detalhe os processos locais e nacionais da luta pela terra e da reforma agrária portuguesa, sob a perspectiva do caso de Baleizão. A pesquisa valeu-se, prioritariamente, de usos de fontes locais, das entrevistas realizadas em Baleizão, e dos arquivos da UCP Terra de Catarina, do Centro Regional da Reforma Agrária de Beja (localizados no arquivo de Montemor-o-Novo), bem como de alguns documentos localizados no Centro de Documentação 25 de Abril que tratam especificamente do caso de Baleizão.

Ressalta-se que as fontes utilizadas nesta pesquisa, bem como no caso brasileiro, foram, majoritariamente, a história de vida dos trabalhadores que viveram a reforma agrária. Ou seja, essa tese não tratou de forma alguma de tentar suprimir uma versão imparcial da história da reforma agrária portuguesa, por achar, que muitas vezes, o que se chama história imparcial é algo muito próximo de uma história oficial, que reproduz, quase sempre unicamente, a versão dos “vencedores”. Pretende-se, em contraposição a isso, realizar uma história dos vencidos, dos esquecidos. E, para tal, tentou-se nesse trabalho realizar o exercício do que Santos denominou “sociologia das ausências e das emergências”, no campo da pesquisa histórica (Santos, 2003). Outra fonte de referência para uma história dos vencidos é a reflexão de Thompson sobre uma abordagem interpretativa “de baixo para cima”, ou seja, uma análise preferencial sobre, e na medida do possível, a partir da perspectiva dos extratos mais baixos da sociedade (Thompson, 1987).

Nas análises sobre os processos de reforma agrária são comuns dois extremos de análise onde, por um lado, valoriza-se o processo em si, sem atentar às problemáticas e às dificuldades existentes, e, por outro, foca-se unicamente nas problemáticas e nas dificuldades existentes para estereotipar negativamente a reforma agrária. Nas análises que se seguem nesse capítulo e no seguinte, nenhuma das duas formas usuais de análise foi utilizada. Isso porque se classifica a primeira forma como pouco rigorosa em relação à perspectiva de tratar o processo social com a crueza de sua realidade e a segunda acaba por ser incongruente com um processo que, em si, representou uma melhoria de vida material para os agentes envolvidos e teve um saldo emancipatório positivo. Além do que se

percebe certa intencionalidade em sempre procurar o aspecto negativo da reforma agrária, o que acaba recaindo em falhas comuns aos processos históricos como um todo. Não há um tipo ideal em nenhuma circunstância histórica, ou seja, não há nenhuma organização ou processo social que não sejam passíveis de problematizações, o que não quer dizer que todo ele seja, em si, um problema. Nesse caso, enfatiza-se o pensamento de Rosa Luxemburgo, segundo o qual o próprio processo social revolucionário inclui um caráter pedagógico e valioso para a classe trabalhadora, seja ele bem sucedido ou não (Löwy, 2002 e Luxemburgo, 1991).

6.1 Contextualização geral dos antecedentes do 25 de Abril

Segundo Santos, a crise do Estado Novo ocorreu a partir de 1969, onde “se iniciou a crise final da forma organizativa do Estado e, com ela, uma profunda crise da legitimação e de hegemonia” (Santos, 1984: 7). Para Santos, o Estado Novo se caracterizava de forma dúbia, ora a partir de interesses classistas, reprimindo a organização e as reivindicações das classes trabalhadoras, ora a partir de interesses ideológicos próprios, de seu corpo dirigente, o que não necessariamente pode ser colocado no bojo dos interesses classistas. Dentro desses interesses classistas, “desde os começos de 1926 [...] a burguesia agrária (e, em aliança com ela, mas em posição subalterna, a burguesia comercial) foi a classe hegemônica” (Santos, 1984: 8). Firmou-se, entretanto, um pacto entre a garantia da hegemonia da burguesia agrária, por parte do Estado, e a aceitação das políticas do Estado, por parte da classe hegemônica, ainda que não necessariamente confluía nos seus interesses enquanto classe. “Essa matriz de relações entre hegemonia de classe e a supremacia política do Estado é tanto mais importante quanto permanece inalterada por sobre as transformações do bloco hegemônico durante a longa vigência do regime” (Santos, 1984: 8).

A guerra de libertação de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau vai alterar essa composição política do Estado Novo. Os custos orçamentais da guerra obrigaram o Estado Novo a uma abertura econômica com o mercado europeu, a fim de angariar uma maior arrecadação. Como afirma Santos,

para um país pequeno e de mercado reduzido, a integração em espaços econômicos mais amplos só é em geral benéfica quando tem lugar num período de expansão econômica a nível mundial. Foi isso o que sucedeu na década de

sessenta, pelo que foi possível assegurar um período de assinalável desenvolvimento econômico assente num processo de industrialização dependente e associada. Por sua vez, os fluxos migratórios para a Europa, sinais evidentes da expansão da acumulação nos países centrais, drenaram parte da população “excedentária” na agricultura e, através das remessas dos emigrantes, permitiam o aprovisionamento de divisas e o aumento da procura nos campos. O processo de industrialização e a concentração do capital que ele possibilitou deram origem à criação de grandes grupos industriais associados ao capital estrangeiro. Esta pequena, mas dinâmica fracção da burguesia industrial encontrou no capital financeiro a base de sua reprodução alargada e assim foi construindo a sua hegemonia econômica passando a controlar pelo mecanismo de crédito a pequena e média indústria e associando a si, subalternizando-os, alguns setores da burguesia agrária (Santos, 1984: 9).

Para essa nova classe social, bem como para as classes médias urbanas que cresciam com o processo de industrialização de Porto e Lisboa, o espaço colonial e o regime político do Estado Novo eram totalmente descartáveis, em detrimento do espaço de integração com o mercado europeu. “O espaço europeu era o horizonte privilegiado da sua expansão” (Santos, 1984: 9). Assim que,

a conquista da hegemonia econômica por parte da burguesia industrial financeira foi avançando no interior de um estado cuja forma organizativa era coerente com a hegemonia ideológica da burguesia agrária. O agravamento desta tensão acabou por pôr em questão a forma organizativa do estado, o que sucedeu, a partir de 1969, no período marcelista (Santos, 1984: 10).

No governo de Marcelo Caetano, a transição de gradual abertura prometida pelo regime, com uma relativa maior autonomia política para os grupos partidários e sindicais e com o incremento de algumas políticas liberais na economia, não foi capaz de re-arranjar os interesses políticos das classes dominantes, nem de pôr freio a um processo de reivindicações dos trabalhadores urbanos. Assim, “a heterogeneidade e a conflitualidade entre as várias frações do bloco no poder agravaram-se, e as concessões feitas às classes trabalhadoras em vez de conduzir a uma nova colaboração de classes não impediram [...] o aumento dramático dos conflitos laborais” (Santos, 1984: 11). Nesse momento, houve uma tentativa por parte de regime de regresso aos princípios mais centralizantes do tempo de Salazar. Esse regresso, entretanto, não conseguiu restaurar o controle social e político desse tempo. “O Estado Novo revelava-se incapaz de resolver ou atenuar os conflitos sociais que suscitava e esgotava assim as suas possibilidades de transformação controlada” (Santos, 1984: 11).

Sobre esse panorama de crise, o regime mantinha em seu programa ideológico uma relação umbilical com o colonialismo. Sobre esse ponto Santos ressalta que

no início da década de setenta o debate sobre o regime centrou-se na opção Europa ou África. Os setores políticos de oposição democrática, dominados pela nova pequena burguesia urbana, sobretudo sensível à falta de liberdades cívicas e políticas, viam na abertura política à Europa o caminho para uma ordem democrática estável. No campo socialista, muitos jogavam na hipótese de a integração europeia se vir a fazer sob a égide socialista, o que constituía um motivo adicional para optar pela Europa contra o regime. Não havia ideias muito precisas sobre o modo de resolver o problema colonial mas aceitava-se que ele só era resolúvel em colaboração com os movimentos de libertação e, portanto, em nenhum caso por meio da guerra. Propunha-se a reconversão econômica das colônias e acima de tudo temia-se o regresso maciço dos brancos. O problema colonial era concebido como um problema do regime (Santos, 1984: 15).

As tentativas do regime de solucionar o problema colonial passavam por um plano de relativa autonomia das colônias, mas, entretanto, não se tocava na questão crucial que era o fim do conflito militar e do colonialismo em si. Desta forma, “à medida que o regime se apoiava no colonialismo, o colonialismo apoiava-se na guerra. Perante ela, encontrava-se numa posição de impasse: impossibilitado de ganhar a guerra, o regime estava também impossibilitado de a perder” (Santos, 1984: 16). Foi sob esse impasse que se desenhou a questão militar, já que o exército era notadamente aquilo que garantia o colonialismo e, do lado português da guerra, os militares eram aqueles que mais sofriam com esse impasse. Segundo Santos, “do ponto de vista da lógica militar só havia uma saída face à impossibilidade técnica de ganhar a guerra: aceitar uma derrota honrosa e transferir para o Governo a responsabilidade de encontrar outras vias de solução do conflito” (Santos, 1984: 16). Isso, entretanto, contrariava fortemente a ideologia do regime, o que, por fim, alimentava cada vez mais o impasse que se formava com a guerra. Esse impasse, “levou o aparelho militar a transformar o problema técnico da guerra no problema político da guerra. Neste processo, as forças armadas politizaram-se” (Santos, 1984: 17). É nessa conjuntura que entre os oficiais, notadamente os capitães, se organiza o movimento político que veio pôr fim ao longo período de regime fascista em Portugal: o Movimento das Forças Armadas (MFA).

6.2 Baleizão e o 25 de Abril

Baleizão é uma freguesia do concelho de Beja, com área geográfica de 138,25 km², situada nas margens da rodovia N260, que liga a referida capital de distrito a Serpa⁹⁶. Essa localidade é composta de duas aldeias, uma mais antiga, a Aldeia de Baixo, outra mais recente, a Aldeia de Cima. Localizada num clima seco, possui uma grande amplitude térmica, que vai desde um Verão com temperaturas que beiram os 45°C, a um Inverno que alcança os 4°C negativos. A agricultura da região é marcada pelo cultivo do trigo, de favas, de oliveiras, de vinhas, além da vegetação com azinheiras, sobreiros e vidigueiras. No criatório, destacou-se em tempos passados, a criação de touros para competições. Hoje, esse animal é quase inexistente, sendo mais freqüente o gado ovinocaprino, bovino, eqüino e azulino, além da suinocultura.

A população de Baleizão passou de 2.000 pessoas no século XIX, para 3.200, em 1930. Após esse ano, a população foi gradativamente diminuindo. Durante a Segunda Guerra Mundial, impuseram-se sacrifícios alimentares severos aos baleizoeiros. Dizia-se que “cada pessoa só podia receber meio quilo de pão” por dia (Livro de Memórias de António do Carmo, 16). O regime de Salazar justificava esse racionamento como o preço a ser pago para “livrar Portugal da guerra”. Com o fim do conflito na Europa, encerraram-se as cotas alimentícias, mas a fome continuava a permear o dia a dia dos baleizoeiros, sobretudo os mais pobres. A situação de miséria foi freqüente enquanto durou o Estado Novo. Manuel (2012 Baleizão: 12 de Dezembro) relata que

a história da minha vida até era o que era. Hoje tinha pão e amanhã não tinha. Tinha que andar a "solteiro" que isso meu pai era louco, era minha mãe a ganhar pra gente e assim andava na luta, uns com barriga cheia, amanhã com ela vazia. E depois ia para os montes comer o que o patrão dava das sobras dos criados a mesma, dos que andavam a comer. E a gente ia passando assim, um dia bem, um dia mal.

Joana (2012 Baleizão: 12 de Dezembro) descreve que “o tempo da ditadura era uma miséria constante, as pessoas viviam muito mal”. Essa situação não se restringia à Baleizão, mas “passava em todas as aldeias, porque [...] pra já havia pouco trabalho”.

⁹⁶ Site da Junta de Freguesia de Baleizão: http://www.freg-baleizao.com/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=53 (acessado em 19 de Maio de 2013).

Francisco (2012 Baleizão: 12 de Dezembro) explica que “o povo de Baleizão, em geral o povo alentejano, é um povo muito calejado, habituado a sofrer. Habituado a agüentar tudo um pouco, para sobreviver”.

Nesse tempo, a luta pela terra representava uma luta pela sobrevivência. O Direito do Estado e a ação estatal sustentaram um sistema social, econômico e político que, no nível local, concentrou o poder político nos proprietários de terras. As forças de repressão do Estado Novo atuaram, assim, o tempo todo, para garantir esse sistema e, para esse fim, agiam com a finalidade de dispersar qualquer manifestação contrária. Essas manifestações ocorreram e, mesmo que não fossem capazes de derrubar esse sistema enquanto um todo, permitiram significativas melhorias na vida desses trabalhadores, mesmo que com um custo muito alto.

Uma das opções mais frequentes para os trabalhadores rurais de Baleizão escaparem do controle político do Estado e da opressão social do latifúndio foi a migração. Assim, desde a década de 1930, houve um contínuo decréscimo da população. Em 1960, a população de Baleizão era de 3.083 habitantes. Nessa década, entretanto, ocorreu um abrupto processo de migração que a reduziu à quase metade, atingindo a marca de 1.864 indivíduos em 1970 (Fernandes, 2006: 26). No período da reforma agrária houve um crescimento populacional na aldeia, mas com o processo de contra reforma agrária, logo a população voltou a diminuir. Atualmente, a população de Baleizão é de 1.056 habitantes.

Outra opção em relação a essa situação de miséria era um enfretamento mais direto em relação ao latifúndio, que, mediante as circunstâncias políticas do Estado Novo, se circunscreveram nas marchas contra a fome e na luta sindical. Na década de 1950, os trabalhadores e trabalhadoras rurais de Baleizão organizavam-se sobre a coordenação de uma célula clandestina do PCP. Como em outras aldeias do Alentejo, tentava-se atenuar a situação dos trabalhadores através da luta sindical que teve como maiores pautas o aumento da diária de trabalho e a jornada das oito horas. A princípio, essas reivindicações poderiam parecer pequena a um leitor desavisado, mas relembra-se que, nos tempos do fascismo, não havia qualquer possibilidade de se travar uma luta mais abrangente, como a reforma agrária (Fernandes, 2005). Tais lutas, muitas vezes, representaram o máximo de rebeldia possível e tiveram um sangrento custo para os trabalhadores rurais em toda região.

Em Baleizão, a luta pelas oito horas foi marcada pelo assassinato de uma militante do PCP, Catarina Eufémia. Filha de um antigo guarda de uma herdade em Baleizão, Catarina fora morar na aldeia com 12 anos de idade, quando começou a namorar com António Joaquim do Carmo, então com 18 anos. Após ele retornar da tropa, em 1946, os dois se casaram e tiveram três filhos. Em entrevista à revista Flama, em Agosto de 1974, António do Carmo afirma:

casei com Catarina já ela tinha uma certa visão. Depois casou comigo, ainda mais. Eu trabalhei com Catarina, dizendo-lhe, instruindo-a dentro da socialização, e nós, nessa altura, fazíamos parte do Partido Comunista. E Catarina ainda fez muitos serviços para o Partido, espalhou muitos panfletos, o que era preciso. Eu, às vezes, tinha receio de me expor mais, não é, as coisas andavam muito más (Simões e Pedro - Revista Flama, 1974: 11).

Em 19 de Maio de 1954, na altura em que Catarina fora assassinada, a família vivia em Quintos, freguesia vizinha a Baleizão, num casebre que em outros tempos fora um celeiro de uma senhora chamada Maria Angelina Cavaco. “O local era chamado Montes Novos, aonde habitavam mais alguns casais. Casas velhas sem conforto algum: casas de banho não existiam, a luz era um candeeiro a petróleo ou a lamparina de azeite. Em noite de vendaval a casa quase que ia pelos ares” (Livro de Memórias de António do Carmo, 2).

Assim que, na propriedade de Nunes Ribeiro, “na herdade do Olival, na entrada da aldeia” alguns trabalhadores e trabalhadoras baleizoeiros se reuniram em greve para impedir a entrada de trabalhadores de Penedo Gordo que haviam sido contratados com o intuito de “furar” a greve (Fernandes, 2006: 21). A princípio, um grupo de aproximadamente 15 mulheres conseguiu convencer os trabalhadores de fora a não efetuarem o serviço agrícola, informados da luta que se travava naquele local. Segundo relato do agricultor Belchior,

os trabalhadores compreenderam a posição dos seus camaradas de Baleizão e uniram-se a eles. O agrário chamou a Guarda para obrigar os trabalhadores, pela força, a aceitar a jorna de dezoito escudos. Os trabalhadores de Penedo Gordo, coagidos, pegaram na ceifa (Simões e Pedro - Revista Flama, 1974: 10).

A GNR estava com armas apontadas aos trabalhadores que se reuniram num grupo de aproximadamente 1.500 pessoas, tanto da Aldeia de Cima, quanto da Aldeia de

Baixo (Livro de Memória de António do Carmo, 56). Catarina Eufémia conseguiu convencer a guarda a furar o bloqueio, tentando voltar à negociação. Como era um grupo de mulheres, os guardas ficaram acuados e deixaram-nas passar. Porém, isso não fora suficiente para intimidar um tenente da GNR chamado Carrajola, que abordou as camponesas com Catarina, com seu filho de oito meses no colo, à sua frente. Segundo relato de Antónia, o tenente falara da seguinte maneira: ““O que é que querem, burras?”. E a Catarina deu dois passos para frente e disse: ‘Quero pão para os meus filhos. E quero trabalho e quero a paz’” (Simões e Pedro - Revista Flama, 1974: 10). Como resposta, Carrajola efetuou três disparos. Catarina caiu já morta. Seu corpo foi levado para o hospital de Beja. Fernandes afirma que

oito das mulheres que estavam na comissão e três homens que as acompanhavam de perto foram identificados e presos. Levados a tribunal quatro deles foram ilibados, sendo os restantes condenados a 4 meses de prisão com o pagamento de uma multa com dois anos de pena suspensas (Fernandes, 2006: 22).

Logo depois de alvejarem Catarina, o clima de revolta efervesceu em Baleizão e nas localidades vizinhas, inclusive em Beja. Diante disso, as autoridades ficaram receosas de que o enterro de Catarina se transformasse num ato político de grandes proporções contra o regime e enterraram-na secretamente na freguesia de Quintos. “As pessoas aperceberam-se de que o caixão estava a ser levado e tentaram aproximar-se, pensando que o corpo seguiria para o cemitério de Baleizão. A polícia interveio, espancando-as” (Fernandes, 2006: 22)

Segundo relato de sua filha (2012 Baleizão, 12 de Dezembro), António do Carmo “queria vingar-se, mas tinha três crianças e depois o que era feito de nós três. Um com oito meses, um com três anos e outro com seis anos e meio”. Pensava, portanto, sobretudo, no destino de seus filhos, caso tentasse algo contra o tenente. Também passou a ser frequentemente vigiado pelas forças de repressão do regime, assim como toda aldeia de Baleizão. Francisco (2012 Baleizão, 12 de Dezembro) relembra que “a noite inteira tiveram a nossas portas, com a porta de Catarina, por causa do marido, do pai que não fizesse mal e tiveram com a espingarda apontada a noite inteira”. Após algum tempo, os dois filhos de Catarina foram levados como internos para a Creche Coronel Sousa Tavares,

em Beja, enquanto a sua filha para a Casa Pia de Lisboa. Sobre o saldo de todo o ocorrido, António do Carmo coloca em seu diário:

fiquei viúvo com os nossos três filhos, três órfãos de mãe. A mais velha tinha seis anos, o menino António tinha quatro anos, e o José tinha oito meses, que estava ao colo da mãe como já digo atrás. Catarina minha esposa mãe dos meus filhos, encanto da minha alma tinha apenas tinha vinte e seis anos de idade, nasceu a treze de Fevereiro de 1928, se fosse viva tinha 67 anos. Eu conservei-me viúvo doze anos e meio, casei segunda vez em dezanove de outubro de 1966. Tive vinte e seis anos casado com a segunda esposa. Já me encontro viúvo segunda vez. Sou infeliz. Hoje estou a viver em Baleizão minha terra natal. Estou a viver paredes de meias com a minha filha, faz-me o que pode. Os filhos estão um no Barreiro e o mais novo se casou em Valença do Minho. Lá está com a mulher e um filho que tem quinze anos de idade. Vão safando a vida honradamente. Isto não é lenda, são fatos (Livro de Memórias de António do Carmo, 2).

Como afirma Fernandes, através de Catarina Eufémia, “Baleizão ganhou fama como bastião da revolta dos alentejanos”, entretanto a sua história não foi um episódio isolado (Fernandes, 2006: 23). Representou uma luta contínua que teve nesse o fato mais conhecido. A situação geral do trabalho agrícola no Alentejo era muito grave. Muitas vezes, os trabalhadores eram obrigados a andar uma grande distância para chegar à hora certa no serviço. Como relata António do Carmo, “tudo andava a pé, às vezes cinco, seis, sete, oito, dez de distância tínhamos que andar toda esta distância à nossa custa. E chegando atrasado estava sujeito a voltar pelos mesmos passos” (Livro de Memórias de António do Carmo, 9). Pedro (2012, Baleizão 13 de Dezembro) descreve também que “quando nasceu o sol tínhamos que estar lá ao pé do trabalho. E depois saímos ao pôr do Sol do trabalho e até íamos a pé pra casa”. Em depoimento que data de 1974, uma trabalhadora relata que

íamos para o campo a pé, distanciando por vezes o local de trabalho 4 ou 5 km da aldeia. Se entretanto começava a chover, mandavam-nos para casa. Resultado: andávamos 8 ou 10 quilómetros debaixo de chuva e não recebíamos um tostão. Depois [...] Bem, depois era a fome, durante semanas e semanas (Simões e Pedro - Revista Flama, 1974: 5).

A alimentação, mesmo dos que recebiam a jorna, era precária, “comíamos uma açorda parte das vezes só com azeitona e rábano”, ou então “pão com azeitonas e três figos” (Livro de Memórias de António do Carmo, 9). “Na maior parte das vezes o nosso conduto era um punhado de azeitonas, alguns figos ou uma laranja, por exemplo, dava

duas refeições, de manhã comíamos a casca e ao almoço a polpa, com um pedacinho de pão [...] quando havia”, diz Mariana Balbino Patrício, ex-trabalhadora rural de Baleizão (Simões e Pedro - Revista Flama, 1974: 9). Em períodos de frio, os camponeses mais empobrecidos (muitas vezes por ter uma família mais numerosa), “traziam mantas de saca aonde vinha os adubos e cobriam-se com elas”, por não terem dinheiro para comprar uma de lã (Livro de Memórias de António do Carmo, 9). Nas sementeiras, o trabalho era mais duro, mesmo em feriados ou dias santos, “era para se fazer no mais curto espaço de tempo, podiam haver tempestades, alagarem os terrenos e não se podia lá entrar” (Livro de Memórias de António do Carmo, 9). Nas mondas, os trabalhos iniciavam-se “em dezembro e acabavam no princípio de maio, às vezes deixava-se de mondar num dia e no outro seguinte íamos para a ceifa da fava ou da aveia. Nesse tempo era tudo feito com o gado, bestas muares, mulas ou machos com gado fossem bois ou vacas” (Livro de Memórias de António do Carmo, 10).

De forma geral, descrevia-se esse tempo como muito difícil. José (2012 Baleizão: 14 de Dezembro) afirmara que “antes do 25 de Abril era mal pra toda gente. [...] Trabalhava de Sol a Sol e não havia condições nenhuma de trabalho”. Alguns trabalhadores tinham emprego fixo, como os pastores e os que trabalhavam na pecuária, com o varal de porcos e o gado bravo. Esses, geralmente, viviam nos montes, possuíam um salário melhor e uma área da terra do senhor para o plantio. A maior parte dos trabalhadores, entretanto, trabalhava por uma diária, a jorna, e só realizavam tal trabalho de tempos em tempos. “Ganhavas o dia, não ganhavas o mês, nem a semana [...]. Não tinhas nem descontos pra segurança social não havia nada”, diz Miguel (2012, Baleizão: 11 de Dezembro). Muitas vezes, os trabalhadores iniciavam o trabalho com 5 ou 6 anos, ao fim da quarta série. Antónia Rosa Lérias afirma, em entrevista à Revista Flama em Agosto de 1974, que

a minha mãe tinha 3 filhos. Passámos tanta fome que eu até tenho vergonha de falar no que comíamos. Comecei a trabalhar (na monda) aos 5 ou 6 anos, já não me recordo bem. Aos 11 anos comecei a ceifar. Trabalhava de sol a sol e recebia 1\$000 [...] o preço de um pão (Simões e Pedro – Revista Flama, 1974: 9)

João (2012, Baleizão: 13 de Dezembro) afirmava,

o Salazar que era escravidão. A escravidão [...] era os capitalistas [...] agora tá os desgraçados [...] veio a gente com uma coisa, andávamos mortos com fome. E

apos esse período dai, quando veio o 25 de Abril foi houve uma revolução, não teve fogo nem nada, houve uma revolução mais linda do mundo sem tiro.

Em contraste discrepante com a situação social e política dos trabalhadores rurais de Baleizão, a vida dos proprietários era muito diferente. Os proprietários de terra viviam isolados da vida das aldeias. “Muitos deles têm casa em Beja mesmo que não residam aí permanentemente” e algumas habitações dos proprietários “são verdadeiramente opulentas” (Fernandes, 2006: 29). Fernandes demonstra, em seu trabalho, um quadro de distribuição da terra em Baleizão em 1959 que, segundo ela própria, já possui uma subestimação da concentração fundiária real, pois muitas pequenas propriedades eram posse das famílias latifundiárias. Como afirma a autora

as grandes herdades são, normalmente, constituídas por uma unidade principal e grupos de unidades mais pequenas e habitualmente conhecidas pelo nome da unidade maior, relativamente à qual as outras são designadas por anexas. Um exemplo disso é uma das explorações de Baleizão, constituída por um total de 22 parcelas e com propriedades que variam entre duas unidades maiores, com mais de 300 hectares, e a menor com 0,3750 hectares. Muitas vezes estes aglomerados resultam da aquisição de terras a pequenos proprietários, o que favorece a concentração da propriedade fundiária (Fernandes, 2006: 41).

Mesmo assim, muito pode ser verificado da desigualdade fundiária em Baleizão nesses dados. Cerca de 20% das terras de Baleizão estavam divididas em 3 propriedades entre 500 a 1000 hectares e os outros 54% dividia-se em 22 propriedades. Assim, pouco mais de 6% dos proprietários possuía 70% das terras agriculturáveis. (Fernandes, 2006: 41). Essas terras concentravam-se nas mãos de duas grandes famílias “os Passanhas e os Ferrões” (Fernandes, 2006: 41).

Quem servia de intermediários entre os proprietários e os trabalhadores, bem como o restante da população de Baleizão, eram os feitores. Miguel (2012, Baleizão: 11 de Dezembro) conta que, muitas vezes, os feitores escolhiam os mais próximos para determinados serviços, ficando a critério de sua relação pessoal a contratação ou não de certos trabalhadores. Doravante que muitas vezes o não trabalho significava uma situação de miséria absoluta, de falta de qualquer condição para se alimentar e para alimentar a sua família. Muitas histórias são contadas sobre esses feitores. Segundo Fernandes, “o feitor de

uma das herdades de Baleizão atirava aos cães a comida destinada aos trabalhadores se eles chegassem atrasados” (Fernandes, 2006: 81).

A resistência ao fascismo em Baleizão desenvolveu-se em torno das lutas contra essas situações de miséria que a totalidade das fontes e dos entrevistados descrevem, o que se confundia com a própria luta contra o latifúndio. Essas lutas datavam de tempos antigos e, como coloca Scott, nem sempre representaram um confronto aberto (Scott, 1985). A sabotagem dos trabalhadores em épocas de fome era bem conhecida, bem como a prática de caça ilegal nas terras dos latifundiários. Na pesquisa de Fernandes, a autora relata acerca do assassinato de Palmira da Graça, em 1917, num assalto onde vários baleizoeiros levaram cerca de 93 sacos de farinha. Num confronto com a GNR, entretanto, foi “morta a trabalhadora [...] de 35 anos e feridos Gertudes Balbina, de 20, Joaquim Charoco, de 38 e Maria da Graça, viúva” (Jornal o Porvir de 23/6/1917 *apud* Fernandes, 2006: 70). Fernandes relata ainda que “por volta dos anos 50, havia um homem na Aldeia Nova cujos filhos nunca passavam fome. Ele ia aos montes dos grandes proprietários e tirava um bocado de trigo, ou uma galinha ou um coelho, aquilo que conseguisse apanhar” (Fernandes, 2006: 73). Em outro episódio relatado por Fernandes, “a caça coletiva às perdizes em 1955”, cerca de 80 baleizoeiros famintos se organizaram para caçar nas propriedades dos senhores de terras, episódio que teve como saldo a prisão, pela GNR, de muitos envolvidos (Fernandes, 2006: 78).

Vários outros confrontos com a GNR foram relatados para além desses casos. João (2012, Baleizão: 13 de Dezembro) descreve que “era uma repressão muito grande. A GNR era mandada pelos grandes capitalistas, nesse tempo havia aqui muita gente do povo. Juntava-se, aqui, dez ou doze homens falando eles entravam à pancada com as pessoas”. Bastava que duas pessoas conversassem na aldeia para a GNR considerar que havia alguma atividade subversiva. Isso era uma situação comum a todas as aldeias, mas, ao que consta dos relatos das entrevistas, Baleizão possuía um tratamento especial. João (*idem*) remonta que, uma vez, retornando dos trabalhos de lavoura em França, um agente da PIDE o parou pedindo o seu passaporte, “o passaporte tava assinado, tu és daqui de Baleizão. Tu eras de Baleizão, dizia, ôh! Baleizão! [...] É o Moscovo! Coisas de comunistas! Anda ver a má vontade do homem”. Ele argumenta que uma vez chegara a ser chamado ao posto para alguns esclarecimentos, por ter entregue alguns panfletos em Baleizão e nas aldeias vizinhas, “íamos aqui a Quintos, a Salvada, depois íamos buscar papeis e depois levavam-

nos aqui na outra, aqui na aldeia. Da outra vez eu saía pró trabalho, botava aqueles papeis né pro pessoal daqui. E nisso descobriram que era a gente”. João (2012, Baleizão: 13 de Dezembro) afirma que, por essas e por outras razões, “na altura eles prenderam gente em todo o tempo. Até à altura de Catarina Eufemia e mais adiante. Prenderam aí o povo quase todo. Os jovens e tudo. [...] E não só aqui, prenderam [...] em Pias, em todo lado”.

As atividades subversivas eram variadas, assim como as acusações para as prisões. Prendia-se por reclamar do salário, pela greve das oito horas, por distribuir material subversivo, por conversar com um amigo sobre algo contra o regime, contra o latifúndio, por não querer trabalhar no primeiro de Maio. Como afirma Manuel (2012, Baleizão: 12 de Dezembro), “não havia, antes do 25 de Abril não havia aquela coisa, tínhamos, íamos falar contra isso, éramos logo pancadeado da guarda, não deixavam a gente falar”. Pedro (2012, Baleizão: 13 de Dezembro) também diz que “Baleizão foi aqui ocupada uma quantidade de vezes. Estava ai um cabo que era um bocadinho medroso, entre qualquer coisa, puf, mandava vinha aqui logo uns poucos de jipe cheios de guardas e guardas de cavalo”. Na Aldeia de Baixo, ainda hoje, há um café, o Guadiana, que na altura era muito visado pela GNR, que ficava à porta, ouvindo conversas. Afirma Pedro (2012, Baleizão: 13 de Dezembro) que “depois, se ouvisse uma conversa lá dentro, que era raro porque as pessoas já sabiam, era porrada, íamos ao posto. Teve um rapaz a quem despiram as calças [...] a gente estava aqui numa repressão que nem as pessoas fazem ideia”.

A luta pela jornada das oito horas foi vencida na década de 1960, depois de um longo período de repressão. Nessa altura, entretanto, alguns trabalhadores começaram a emigrar para o estrangeiro, outros foram servir o exército. “Com o início da guerra colonial os jovens do sexo masculino embarcavam em grande número para lutar contra os movimentos de libertação” (Fernandes, 2006: 28). Miguel (2012, Baleizão: 11 de Dezembro) recorda que

neste tempo havia a guerra colonial, fiz a tropa normal, fui mobilizado por questões, se calhar políticas. Já na altura, aconselharam-me que não fosse nem como oficial, nem como não sei o quê. E fui e acabei por sonegar a formação e fui como soldado pra Angola.

Por esse período, Baleizão teve uma centena de presos políticos. Miguel (2012, Baleizão: 11 de Dezembro) diz que “é rara a família que não tem um preso político. Na

família, ou o sogro, ou o primo, ou o tio”. Algumas famílias eram marcadas pelos agentes da repressão, havendo casos de prisões de uma geração inteira e de acusações de subversão somente por um indivíduo ser filho ou sobrinho de alguém outrora preso. Miguel (2012, Baleizão: 11 de Dezembro) afirma que, de certa forma, as prisões tiveram o efeito inverso, em termos políticos. “Às vezes inocentes ou meio inocentes, e depois que vinham, depois de lá estarem (na prisão) um bocadinho, aprendiam na cela, encontravam presos políticos com formação, quando vinham, é que vinham comunistas”. Disse ainda que, “ser contra o regime era ser comunista”.

Além de Catarina Eufémia, outras figuras marcaram a história da resistência em Baleizão, como Mariana Janeiro e Francisco Miguel. Francisco Miguel, dirigente do PCP, é natural de Baleizão, onde nasceu em 1907 (Fernandes, 2006). Segundo Fernandes, “foi o preso político que suportou durante mais tempo a tortura do sono e foi prisioneiro no campo de concentração do Tarrafal na Ilha de Santiago em Cabo Verde, conhecido como “o campo da morte lenta” (Fernandes, 2006: 39).

Mariana Janeiro era natural de Baleizão, militante do PCP, costureira, fora barbaramente torturada e violentada pela PIDE, a ponto de deixá-la cega, o que não cessou o seu ímpeto, que perdurou até aos seus últimos dias. Fernandes coloca que

muitos baleizoeiros recordam a sua prisão. A PIDE chegou de madrugada e bateu-lhe à porta. A mãe de Mariana abriu e eles entraram de imediato, levando-a para o veículo. Mariana foi sujeita a todos os tipos de tortura, mas nunca falou. Nunca denunciou os seus camaradas. Este facto constitui um dos motivos de admiração por parte dos baleizoeiros, que nutriam por ela um enorme respeito. Quando foi libertada e voltou para a aldeia estava meio morta. Uma das suas primas recorda que quando chegou estava tão magra que parecia uma sombra (Fernandes, 2006: 79).

Miguel (2012 Baleizão: 11 de Dezembro) afirma que Mariana Janeiro lhes passava o Avante (jornal do PCP) clandestinamente e que a sua mãe, muito amiga de Mariana, guardava os jornais no talho da família, local que, segundo consta, a PIDE ou a GNR nunca descobriram. Mariana Janeiro pedia para Miguel ler para ela os jornais do partido, ou obras de Lênin, tendo ele 13 ou 14 anos. Ele (2012 Baleizão: 11 de Dezembro) conta que, na aldeia

havia muita solidariedade com ela, porque sabendo que era sempre presa, e aquela miséria toda, quando ela regressava, acho que todas pessoas tinha alguma

solidariedade, ajudá-la naquilo que podiam, porque ela costurava, e depois ela já cega não era capaz de costurar.

Anos mais tarde, após o 25 de Abril, Mariana Janeiro será por razões que não iremos tratar nessa tese, afastada do PCP. Mesmo afastada do PCP, enquanto viveu, Mariana Janeiro foi um dos símbolos de resistência para o povo de Baleizão. As mulheres eram as que mais sofriam pela tortura, por ser uma violência em sentidos mais amplos. Em Baleizão, numa prática que foi comum ao PCP, mas que também era hábito da maioria dos habitantes da aldeia, quem falasse para a PIDE era tido como “rachado”. Mariana Janeiro ficou conhecida porque, mesmo submetida a várias crueldades e violações, não contou nada aos torturadores.

Não podia cabotar. Era assim. Era condenado na aldeia por ter rachado. E eu tenho dificuldade de condenar. quer dizer, porque que rachou? Qual é os casos que o levou a rachar? Tenho dificuldades, eu pessoalmente, e se calhar mais pessoas né. É pá rachou porquê? O que que fizeram lá dentro? O que disseram? Pressionaram com quem? Com a mulher? Com os filhos? Não é fácil. Claro, a história lá de casa, o meu pai nunca rachava, por que não queria saber, percebes? Não se envolvia, e pá, quando chega, ele era rachado antes de ser rachado. Mas escuta-me, vinha logo a escolher, e tou a falar dele, muito. A minha mãe morria na prisão e não delatava. Daquilo que é conhecido percebes? Mas nem todos somos iguais. Não era fácil. Podem falar. Eu tive lá. Tive a infelicidade e tive um tio preso e o meu sogro que pronto. Miguel (2012 Baleizão: 11 de Dezembro).

A efervescência política em Baleizão durou entre meados da década de 1950 e meados da década de 1960. Após esse período, a luta arrefeceu, a pressão demográfica diminuiu, com migrações especialmente para Lisboa e para o estrangeiro. Como foi descrito, de uma população de aproximadamente 3 mil pessoas, com o fluxo de imigração, a população se viu reduzida para quase metade. Uma outra consequência disso foi o processo de mecanização agrícola. Na altura da fundação da UCP Terra de Catarina, foram inventariadas diversas máquinas que pertenciam às antigas propriedades, num evidente sinal de mecanização agrícola nessa região. Os meios de transportes também tiveram influência nesse processo. Em tempos mais antigos, a migração fazia-se a pé ou com mulas, o que facilitava uma relação de dependência dos habitantes de Baleizão em relação aos proprietários de terras da localidade. Com as estradas, as ferrovias, os comboios e os autocarros facilitaram-se a procura de trabalho no estrangeiro ou em zonas industriais que começavam a florescer em Portugal.

As opções de vida se ampliavam e os mesmos camponeses que ora se ocupavam na luta clandestina tratavam de migrar. Apesar de muitos verem isso como um desvio da “consciência”, penso que, no final, há uma inter-conexão entre esses dois fatos. Por um lado, a demanda material da migração e da luta eram a mesma: conseguir trabalho que remunerasse o suficiente para sustentar a família. Joana, que havia ido estudar em Lisboa, ficara por lá durante dois anos e depois casou-se e emigrou para França. José esteve 12 anos na Alemanha, assim como Manuel. Urbano emigrou para a Suíça em 1973. Miguel encontrara trabalho em Lisboa. Quase todos os entrevistados, na altura do 25 de Abril, não estavam em Baleizão.

Manuel (2012 Baleizão: 12 de Dezembro) disse que nesse dia a sua mulher lhe telefonou para a Alemanha e disse “olha Manuel, houve cá mudando a revolução da tropa, e tal, e caiu o governo e mais isto e mais aquilo outro e tal, foram logo me escrevendo, e eu o que faço? Eu cá estava e vim me embora”. Miguel (2012 Baleizão: 11 de Dezembro) conta que reagiu com certo receio à tomada do governo pela tropa:

no dia 25 de Abril me assustou uma coisa é quando vi a Junta de Salvação Nacional na televisão vi alguns dos generais que eu na guerra colonial identificava com cuidado. O que é que vem dali? Com algum receio, quer dizer, no dia, o que vem aí é uma junta militar. Pensei que ainda fosse pior que o Salazar, ou como o Marcelo, né. Depois a gente foi pra rua. Eu lembro-me perfeitamente de ter vindo pra rua. E aquilo fez o 25 de Abril. Se os militares, jogando-se pra frente, com gente serem presas, mas o povo foi pra rua, se o povo não tem vindo pra rua, o 25 de Abril não podia ser aquele. Podia ser outro 25 de Abril né. Ah, mas pronto, mas depois foi aquela história de prenderem a PIDE e largarem a PIDE e pronto, todos nós tínhamos antes do 25 de Abril algum receio de falar, aquilo que tou a falar contigo, não se falaria antes do 25 de Abril. Miguel (2012 Baleizão: 11 de Dezembro).

Em Baleizão, Pedro (2012 Baleizão: 13 de Dezembro) conta que a população foi surpreendida e também, a princípio, demonstrou relativo receio:

saíram os capitães, descontentes com a situação lá em Angola. Saíram e fizeram esse movimento do 25 de Abril e a gente cá em casa, soube por rádio a avisar que tinha havido isso. Ficou tudo contente de terem feito aquilo. Com receio, sem saber para que lado pendia, mas depois começou-se a ouvir falarem que era assim mais a favor da gente e ficámos contentes. Pedro (2012 Baleizão: 13 de Dezembro).

Esses depoimentos coincidem muito com o relatado por Saramago em *Levantados do Chão*, “sabia-se o que tinha acabado, não se sabia o que tinha começado” (Saramago, 2010: 351). Os mais novos trataram logo de se manifestar na rua. Para Francisco (2012

Baleizão: 12 de Dezembro), então com 16 anos, o momento “vi que foi vivido com muita emoção pelas pessoas, muita exaltação, saiu da boca das pessoas um grito de liberdade, um grito de esperança de uma nova vida”. David (2012 Baleizão: 12 de Dezembro), com 19 anos, explica que, na época, não era político nem nada, mas “sabia que havia palavras que não se podia dizer, havia coisas que não se podia dizer. A gente era avisado pelos meus velhos”. Conta ainda que

na altura eu não estava a trabalhar nesse dia e como era jovem gostava muito de ouvir música. E então tinha sempre o rádio à cabeceira da cama e nesse dia liguei o rádio e por acaso o rádio dava umas músicas que não era habitual. [...] Acho que então, na altura, a Rádio Clube é que fazia as emissões do chamado Movimento das Forças Armadas. E então na altura pensei que o rádio até tivesse avariado. Tinha um rádio no outro posto, e depois de procurar ali vi que havia qualquer coisa. Pronto e entretanto, nessa altura, nas primeiras horas o pessoal ficou um bocadinho, como eu, quer dizer, ainda com um certo receio porque não sabia o que é que ia acontecer, mas visse que havia qualquer coisa que tinha feito e que, pronto, que era diferente o que se dava antes e pronto, pelo menos por aqueles comunicados que davam na altura pelo Movimento das Forças Armadas tinha visto um golpe de estado. [...] No dia eu falo, teve aquela expectativa e depois pronto, não sei precisar, em 26 ou 27 é que houve aqui a primeira manifestação assim na aldeia, aí tem mais, amigos meus que é tudo jovens, fomos ali a uma loja, arranjámos uns cartões, escrevemos ali, falávamos, usávamos na altura, Movimento das Forças Armadas não sei o quê, e começámos aí, e iniciámos a questão de uma manifestação a gritar pela rua e tal. E então começou a juntar mais o pessoal, todos lá para a Aldeia de Baixo [...] e lá na Aldeia de Baixo juntou-se mais pessoas que lá inclusive, chegaram a falar com uma senhora que era Mariana Janeiro que [...] juntou-se, juntou-se a mãe, conseguiu-se fazer um lugar, uma estação na aldeia, a nível local, claro, mas juntou-se ao pessoal e isso foi a primeira manifestação, pronto, de contentamento, as pessoas viam que qualquer coisa que davam pra, pronto, pras pessoas poderem falar que com certeza havia de haver uma revolução, isto é a lembrança que eu tenho do 25 de Abril local. Davi (2012 Baleizão: 13 de Dezembro)

Para António do Carmo, “o 25 de Abril devia ter sido feito pelo menos trinta anos atrás” (Livro de Memórias de António do Carmo, 7). Ele relata que, no dia 19 de Maio de 1974, aniversário de morte da sua esposa Catarina, fora com membros da direção do PCP de Beja pedir ao comandante do Regimento de Infantaria permissão para transladar o corpo que havia sido enterrado no cemitério de Quintos, para o cemitério de Baleizão. Dias depois do 25 de Abril de 1974, o corpo de Catarina finalmente era enterrado na sua terra natal. António conta em seu Livro de Memórias que

nesse dia certamente estavam cá, em Baleizão, setenta ou oitenta mil pessoas ou mais. Fomos a caminho do cemitério de Santos desmanchamos a campa e tirámos os restos mortais de Catarina para dentro de um caixãozinho pequeno. Eu, como marido, é a mim que ele me pertence, saltei para dentro da sepultura e apanhei todos os ossos que formavam o seu físico de mulher elegante, tudo

passado pelas minhas mãos. [...] Dei um beijo na caveira descarnada e fiquei consolado, tomei ainda mais ânimo e coragem para resistir a este drama tão comovente. Por muita resignação que queria conter as lágrimas não deixaram de me assombrar as pálpebras e de quando em quando corriam-me pelo rosto abaixo. E milhares e milhares de cidadãos de todos os cantos do país presenciando este cortejo fúnebre. Partimos de Quintos a caminho de Baleizão directo ao cemitério da localidade. O coveiro abriu a sepultura e lá ficara os restos mortais da minha querida Catarina, mãe de três filhos, com os seus 26 anos de idade. Todos os cidadãos devem ver que é preciso muita resignação para se suportar todos estes acontecimentos que se passavam com a morte de Catarina, esta morte abominável que deixou uma grande parte do país enlutado. E certamente ficará na história do proletariado (Livro de Memórias de Antônio do Carmo, 4).

Mesmo não sendo suficiente para aliviar o sofrimento dos que passaram os piores tormentos na época do fascismo, o 25 de Abril foi indubitavelmente um momento de grande esperança em Baleizão. A noite do 25 de Abril de 1974, em Baleizão, deve ter sido muito próxima daquela descrita por Saramago em *Levantados do Chão*

por toda aquela noite iria o quartel fazer figura de ilha perdida neste mar de latifúndio, com um país em redor a não querer ir para a cama, acumular notícias e boatos, boatos e notícias, como é costume em semelhantes casos, e não havendo mais que esperar da mecânica enguiçada, foi cada qual à sua estreita e, conforme pôde, dormiu (Saramago, 2010: 352).

Na família Mau-Tempo, sobre a qual ao longo de suas gerações vai se passando o citado romance, Saramago descreve que em Lisboa, no dia do 25 de Abril

Maria Adelaide, que é nova e a respeito de sonhos tem os da sua idade e da sua condição, é como se lhe tivessem cortado as pernas, olha pela janela da camioneta, os soldados que além estão, em frente do quartel, os canhões cobertos com ramos de eucalipto, e os Geraldos dizem-lhes, Então não vens, é como se tivesse vivido sempre com os olhos fechados e agora, enfim, os tivesse abrido, primeiro tem de saber o que é a luz, são coisas que sempre levam mais tempo a explicar do que a sentir, a prova é que quando chegar a Monte Lavre e se abraçar ao pai descobrirá que sabia tudo da vida dele, embora em casa não se falasse senão por meias e disfarçadas palavras. Onde é que foi o pai, Teve de ir tratar de uns assuntos longe, esta noite não vem ficar a casa, e depois do regresso não valia a pena perguntar por tais assuntos (Saramago, 2010: 353).

Não deve ter sido diferente a alegria nas famílias baleizoeiras que resistiram heroicamente ao fascismo e lutaram o quanto puderam por melhores condições de vida no trabalho agrícola. À medida que passavam os dias, aos poucos, os emigrantes retornavam à aldeia, o sindicato oficializava-se e começava a exigir dos proprietários de terras melhores condições de salários. Havia uma crença no protagonismo histórico do povo, no protagonismo histórico do oprimido. Essa crença foi uma das mais importantes motivações

dos trabalhadores rurais em Baleizão para se organizarem e fundarem as comissões de trabalhadores e depois a UCP Terra de Catarina. O 25 de Abril, afinal, alimentava um sonho. Eram dias como aqueles que fazem da história algo mais esperançoso do que “uma catástrofe sem fim que incessantemente amontoa ruínas sobre ruínas” (Benjamin, 1987: 224) . É sobre esses sonhos e esperanças que se travou a reforma agrária em Baleizão, tal qual em outras áreas do Sul de Portugal.

6.3 A UCP Terra de Catarina

O primeiro de Maio, nos tempos do Estado Novo, era marcado por greves e manifestações consideradas ilegais e arduamente perseguidas pelo aparelho de repressão. Para muitos opositores, era um dia em que se saía de casa, sem saber se se voltaria. Em Baleizão, a simples iniciativa de fazer o dia ser vivido como um feriado era duramente reprimida pela GNR. Em 1974, entretanto, essa data foi comemorada de forma diferente. Haviam passado seis dias do 25 de Abril e, por isso, organizou-se uma das maiores manifestações populares da história de Portugal. No dia da Revolução dos Cravos, muitos foram os que saíram às ruas, mas não se tinha a completa certeza sobre o que estava por vir. No dia primeiro de Maio, entretanto, já havia algumas certezas: a liberdade estava restaurada e sabia-se da orientação política progressista do MFA.

Barros refere que, em Beja, o primeiro de Maio de 1974 teve intensa participação popular e que foi também a primeira vez, em muitas das aldeias da região, que “o dia foi vivido como feriado” (Barros, 1986: 382). A filha de Catarina Eufémia (2012 Baleizão: 12 de Dezembro) recordou que nessa altura regressou de França, com o seu marido, para assistir às comemorações em Beja, “depois, a partir daí já não fui mais, fiquei cá”. Pedro (2012 Baleizão: 13 de Dezembro) conta que “o primeiro de Maio que houve lá em Beja, isso eram as ruas cheias de pessoal tudo a festejar, tudo contente”. David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro) afirma que, nesse dia, havia “aquela certeza de que as pessoas podiam manifestar-se e com certeza penso que nunca aconteceu, e não sei se futuramente irá acontecer uma manifestação tão grande como aquela”. Em Baleizão, a maior concentração de pessoas vista numa manifestação, como já foi referido, deu-se quando o corpo de Catarina Eufémia foi enterrado no cemitério da aldeia. Nesse dia, David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro) juntou-se a um grupo que se havia reunido para angariar fundos para

construir uma estátua em homenagem à Catarina. “Houve uma pessoa que organizou nos cafés e [...] ficou tudo fechado e então fizemos vários postos de vendas de sumos, nada de bebidas alcoólicas, garrafas de água... vários pontos aqui, em nível da aldeia” David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro).

Gallo afirma para o caso de Montemor-o-Novo que, depois do primeiro de Maio, as organizações progressistas começaram a atuar mais fortemente ao nível local em todo Alentejo. Os órgãos que representavam a estrutura de poder político local, como a Casa do Povo, a Assembleia Municipal e os prédios da Junta de Freguesia foram, em sua maioria, ocupados. O mesmo se passou em Baleizão. Fernandes afirma que “os responsáveis da Junta de Freguesia, da Casa do Povo e da Sociedade Recreativa foram substituídos por comissões de gestão. Estas posições foram ocupadas por pessoas conhecidas pela sua oposição ao antigo regime” (Fernandes, 2006: 104).

Em Agosto de 1974, uma reportagem da revista FLAMA visitou a aldeia e mostrou alguns indícios do que era Baleizão nos primeiros meses após a Revolução dos Cravos. Na estrada que liga Beja a Serpa, via-se numa placa apontando para Baleizão com pichagem de uma foice e um martelo. Fazia-se jus à sua fama de aldeia vermelha do Alentejo. As paredes de muitas casas estavam pichadas com saudações à Catarina Eufémia, ao MFA, a Amílcar Cabral, ao PCP. O café Guadiana colocou um altifalante em frente que repetias vezes e mais vezes músicas de Zeca Afonso. A reportagem relata o clima de alegria e confraternização que tomava o ambiente do café.

A taberna é o lugar do convívio. [...] Na taberna se fica horas, à conversa e à modorra, ao vinho e ao canto. Primeiro, é uma voz, e não se acredita que vá ter força. Outras vêm; parecem desafinadas. Mas o resultado colectivo é espesso e forte como a soma dos braços e das foices. Ali, na taberna, se faz também o lugar de dizeres versos. Naquela tarde, estava no Guardiana-bar João, que trabalha na construção e no que calha. E é poeta [...]

Olha tá rico abastado
Eu digo-te a ti, então,
Porque estás comendo às minhas tenças
Sou eu que te dou o pão
Rico, tenho que me zangar,
Porque velho que não há direito
Tu andares de corpo direito,

Em termos de organização política, inicia-se um fortalecimento da articulação sindical na região. Como afirma Baptista, Beja era o distrito de maior presença sindical no Alentejo e sua extensão decorria “a quase todos os concelhos e a numerosas freguesias” (Baptista, 2010: 97). O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja é fundado em 2 de Junho de 1974. Dezoito dias depois, em reunião com os representantes dos empresários agrícolas, recém-organizados pela ALA, assina-se uma “Convenção Coletiva de Trabalho” que instituía direitos elementares aos trabalhadores rurais de Beja, além de estabelecer que a relação patronal passasse sob o crivo de comissões de trabalhadores rurais, criadas pelo sindicato em cada aldeia (Barros, 1986: 384, Baptista, 2010: 98 e Fernandes, 2006: 105). Baptista refere que esse acordo garantiu as seguintes conquistas aos trabalhadores:

aumento salariais superiores a 70 por cento; reconhecimento do direito ao trabalho tanto para os homens como para as mulheres; redução do horário de trabalho; pagamento dos domingos e feriados; garantia de transporte para o local de trabalho; fim do trabalho de empreitada e reconhecimento do direito a férias” (Baptista, 2010: 98).

Definiu-se, ainda, que essas comissões deveriam incluir somente os trabalhadores rurais da própria localidade, abrindo exceção, no máximo, a alguns trabalhadores de aldeias vizinhas. As comissões eram compostas, em seu corpo diretivo, de dois delegados, um tesoureiro, um ajudante do tesoureiro e três fiscais. Para formar as comissões, o sindicato nomeou dois delegados para cada freguesia, com a condição de que os mesmos “pertencessem à freguesia compreendendo-se nela as povoações ou lugares dela dependentes”.⁹⁷ Estabelecidas as comissões, os patrões eram obrigados a “requisitar os trabalhadores de que têm falta às Comissões Locais, preenchendo o boletim respectivo”,⁹⁸ centralizando-se assim as atividades laborais na relação direta com a entidade classista. Os

⁹⁷ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: Doc: STADB-B-A-001-MÇ002 (F1)

⁹⁸ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-B-A-001-MÇ002 (V1))

trabalhadores também eram obrigados a pagar uma taxa simbólica de mil escudos ao sindicato, no ato de cadastro.⁹⁹

No Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, destacou-se a liderança do seu presidente, um dos principais dirigentes do processo de reforma agrária na região, José Soeiro, do PCP. Essa entidade, entretanto, não foi a única organização social participante da reforma agrária nesse distrito. Em Julho de 1974, foi criada a “Liga dos Pequenos Agricultores” que teve um papel ativo em todo processo de luta pela terra do distrito de Beja, sendo também uma das principais organizações sociais apoiantes da reforma agrária. Além disso, vai ser formado, na região, um movimento de cooperativas, ligado ao PS, chamado Movimento de União Cooperativo (MUC), associado à “Fraternidade Operária”, liderado pelo futuro ministro da agricultura do governo Mário Soares, Lopes Cardoso. Esse movimento vai chegar a coordenar 53 cooperativas do distrito.¹⁰⁰ Entre esses movimentos, todavia, a maior organização em termos de número de filiados ou de área de terras ocupadas foi o sindicato.

Ao contrário do que afirma comumente a historiografia sobre o assunto, o sindicato de Beja esteve, desde o início de 1975, planejando as ações de ocupação de terras e reforma agrária no Baixo Alentejo. Apesar de Beja ter sido um dos últimos distritos a passar por um processo massivo de ocupação de terras, isso ocorreu pelo receio dos dirigentes políticos do sindicato em coordenar um processo de ocupações de terras sem um amparo legal. Entretanto, muito antes de aprovada a lei 406/75, que regulamentava as ocupações, o sindicato já debatera exaustivamente sobre a necessidade de se fazer a reforma agrária com os trabalhadores e já mapeara toda a área para realizar as primeiras ocupações, sobretudo as herdades que não cumpriam o acordo com as comissões de trabalhadores, seja em razão de demissões sem justa causa, de descapitalização ou simplesmente porque não produziam.

Nos documentos do sindicato, percebe-se anotações que verificavam passo a passo a situação econômica e trabalhista de cada herdade. Verificava-se se havia trabalho,

⁹⁹ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: Doc: STADB-B-A-001-MÇ002 (F1)

¹⁰⁰ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-D-003-MÇ001 (6))

a situação da negociação com o patrão, quem havia sido despedido. Depois, quando iniciaram as ocupações, o sindicato verificava quais as herdades que tinham sido ocupadas e quais as que ainda não tinham sido, bem como o número de trabalhadores empregados em cada UCP e a situação geral do património das herdades em termos de animais, de lavoura permanente e temporária, insumos agrícolas e equipamentos.¹⁰¹

Em outra documentação, relata-se que o sindicato observava de perto os despendimentos dos trabalhadores pelos proprietários. Tudo era anotado pela direção, como nos casos em que: “o patrão José dos S. C. J despediu Manuel J. C. com quatro anos de casa, e José C. M. com dois anos de casa”, ou ainda “patrão H. J. V. F. P. R. [...] foram despedidos dois trabalhadores eletivos, um com anos de casa, o outro tem menos, mas trabalha ali há quase dois anos, na propriedade de Tufigueiras”.¹⁰² Segundo Fernandes,

as estruturas sindicais participavam nas comissões tripartidas que levavam a cabo a avaliação do estado das herdades. Cada herdade era sujeita a uma inspeção para verificar se estava a ser devidamente explorada: havia terra deixada inculta? Quantos trabalhadores estavam empregados na herdade? Esse número era adequado à área e ao tipo de atividade? O tipo de exploração era o mais adequado? A herdade estava a ser bem gerida? De que maquinaria e de quantos animais dispunha Que tipo de atividades poderia ser desempenhado por trabalhadores desempregados? Tudo era registrado (Fernandes, 2006: 107).

Fernandes escreve ainda que, sob a coordenação de José Soeiro, fizeram-se as primeiras ocupações em Janeiro de 1975 no distrito. Apesar de alguns autores afirmarem que o PCP não incentivou as ocupações de terras, ao nível distrital, isso não é o que demonstra a documentação. Fernandes afirma que desde

as primeiras ocupações no distrito de Beja podem tratar-se em Janeiro de 1975 e que a primeira expropriação – da herdade do Outeiro, em Santa Vitória – teve lugar neste distrito em finais de 1974, tendo contado com a participação de elementos ligados ao PCP (Fernandes, 2006: 113).

Numa assembleia realizada pelos delegados de 72 freguesias do distrito de Beja, no dia 26 de Janeiro de 1975, consta em ata que “depois de debatidos os graves problemas

¹⁰¹ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ002 (F2) e STADB-B-A-001-MÇ002 (F3)

¹⁰² Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ002 (V2) (2)

de que sofre o mundo rural, foi decidida por unanimidade a seguinte tomada de posição: - dar início imediato à Reforma Agrária”¹⁰³. Esses relatos demonstram que mesmo que elementos do PCP, a nível nacional, tenham mostrado algum receio sobre a reforma agrária, ao nível local, não havia qualquer dúvida da necessidade da ocupação das terras dos latifundiários. A primeira tarefa para a realização da reforma agrária seria, de acordo com uma reunião no sindicato de Beja em Janeiro de 1975, “o controle pelos trabalhadores de todas as propriedades em regime de sub-aproveitamento total ou parcial”.¹⁰⁴ Posteriormente, pensou-se numa “concentração a nível distrital de todos os trabalhadores e trabalhadoras de Beja, no dia 2 de Fevereiro de 1975, a fim de que o Governo Provisório tome conhecimento exato da força de vontade do povo trabalhador em construir um Portugal Novo”.¹⁰⁵ O documento reafirma ainda o seu apoio ao governo provisório e ao MFA.¹⁰⁶

Noutro documento, do início de 1975, cita-se que “as freguesias presentes decidiram por unanimidade a ocupação de todas as terras do distrito = Reforma Agrária”.¹⁰⁷ Nessa assembleia, foram expostas as dificuldades económicas e os questionamentos sobre como iria ser materializada a posse das terras. Discutiu-se muito a respeito da legalidade do processo. Argumentou-se que as ocupações podiam ser justificadas legalmente pelos seguintes pontos: o programa do MFA, a legalidade do processo revolucionário do 25 de Abril, a lei de retenção em caso de dívida (no caso de cobrarem as dívidas dos proprietários de terras com o Estado, mesmo antes do 25 de Abril), uma lei que punisse a sabotagem económica com a desapropriação das terras, ou

¹⁰³ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ002 (F4))

¹⁰⁴ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ002 (F4))

¹⁰⁵ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ002 (F4))

¹⁰⁶ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ002 (F4))

¹⁰⁷ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-L-001-MÇ003 (27) e STADB-L-001-MÇ003 (28)

mesmo “a vontade da maioria expressa democraticamente”¹⁰⁸. A preocupação do sindicato era a cobertura legal para que a reforma agrária não fosse encarada meramente como “invasão da propriedade privada”.¹⁰⁹

Antes das ocupações, o sindicato fazia as intermediações junto ao Centro Regional de Reforma Agrária de Beja (CRRAB) e demais representantes do governo, do Ministério da Agricultura e da Pesca, do Ministério da Administração Interna e do próprio MFA. Assim, os proprietários denunciavam o sindicato ao CRRAB e o Centro supostamente intervinha no confronto entre as recém criadas comissões de trabalhadores e os agrários. A posição do CRRAB, nesse período, era geralmente favorável aos trabalhadores e ao sindicato. Havia, aliás, uma articulação de interesses pró-reforma agrária entre o sindicato, o Ministério da Agricultura e Pescas e o MFA. Isso foi se tornando mais intenso, a partir de Julho de 1975, quando a promulgação de uma lei de reforma agrária era uma questão de tempo. Numa reunião do CRRAB, em 24 de Julho de 1975, encontravam-se presentes o engenheiro Manoel Saramago de Brito, do MAP, José Soeiro, do sindicato, o Alferes Pedro Alberto de Andrade Canário, do MFA, e João da Silva Martins, do Ministério da Administração Interna. Estava em pauta a indefinição acerca das leis da reforma agrária e quais eram os problemas que isso estava acarretando, como o CRRAB deveria se posicionar quanto às herdades já ocupadas pelos trabalhadores e quando às demais denúncias de abandono de herdades.¹¹⁰ Na reunião, enviou-se o seguinte telegrama ao ministro de Agricultura e Pescas, Fernando Oliveira Baptista:

atraso promulgação da lei de Reforma Agrária aprovada vinte e sete do seis impossibilita trabalho Conselho Regional. Trabalhadores descontentes. Conseqüências imediatas: divisão dos trabalhadores, ocupações descontroladas, produção próximo ano agrícola ameaçado. Assinado pelo Conselho Regional da Reforma Agrária em 24 de Julho de 1975.¹¹¹

¹⁰⁸ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-L-001-MÇ003 (27) e STADB-L-001-MÇ003 (28)

¹⁰⁹ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-L-001-MÇ003 (27) e STADB-L-001-MÇ003 (28)

¹¹⁰ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-L-001-MÇ003 (27) e STADB-L-001-MÇ003 (28)

¹¹¹ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-L-001-MÇ003 (27) e STADB-L-001-MÇ003 (28)

Decidiu-se, por proposta do sindicato e “aceite por unanimidade [...] avançar na concretização da reforma agrária, mediante atuação dentro das linhas gerais já enunciadas”. Mapearam-se 25 herdades com mais de 2.500 ha e a formação de uma brigada “constituída por elementos do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, Centro Regional da Reforma Agrária, Liga dos Pequenos Agricultores e Movimento das Forças Armadas, com a presença do proprietário ou quem represente”.¹¹² Além disso,

por unanimidade resolveu o Conselho pedir a expropriação de todas as herdades já controladas pelos trabalhadores e sobre as quais já se pronunciou este Conselho favoravelmente.¹¹³

O Centro reunia-se para tratar a situação de cada herdade sobre o crédito recebido passado, a situação da herdade, a descapitalização, a situação dos trabalhadores. Dependendo da situação, recomendava-se ou não a intervenção do Estado. Assim que, em ata de reunião do Conselho, é desapropriada a primeira propriedade em Baleizão:

apreciado o caso da exploração agrícola de Mariana Pessanha Sobral nas Herdades de “Quinta de São Pedro e Anexas”, e dado que esta exploração se enquadra dentro da Lei de Reforma Agrária, deliberou o Conselho a intervir dentro dos moldes expressos na ata anterior.¹¹⁴

Havia uma pressão por parte do poder regional para que se promulgasse uma lei de reforma agrária. Na *Ata Número Nove do Conselho Regional de Reforma Agrária – Beja*, em uma reunião ocorrida às 22 horas do dia 4 de Agosto de 1975, no Edifício do Governo Civil de Beja, o Conselho reuniu-se novamente para tratar a questão da “inexistência de cobertura legal para bom funcionamento dos órgãos empenhados no processo de reforma agrária”,¹¹⁵ questionando-se acerca do facto de todos os telegramas

¹¹² Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-L-001-MÇ003 (27) e STADB-L-001-MÇ003 (28)

¹¹³ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-L-001-MÇ003 (27) e STADB-L-001-MÇ003 (28)

¹¹⁴ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-L-001-MÇ003 (29) Pedia-se ainda as intervenções, entre outras terras, na herdade Paço do Conde em Baleizão.

¹¹⁵ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-L-001-MÇ003 (37)

enviados às autoridades em Lisboa, somente o Ministro da Agricultura respondeu “ilíbando-se de responsabilidades de não ter ainda sido publicada a Lei de Reforma Agrária”.¹¹⁶

Nessa altura, o CRRAB já estava carregado de solicitações para desapropriação de terras por dívidas trabalhistas, sabotagem econômica, ou cobranças das dívidas dos agrários anteriores ao 25 de Abril,¹¹⁷ como expressa o seguinte documento:

considerando que os grandes agrários desviaram da agricultura muitos milhões de contos; considerando que esses mesmos milhões foram desviados para a aquisição de viaturas e imóveis de luxo, bem como ações no estrangeiro e em sectores não relacionados com a agricultura; propõem-se: - primeiro - que todos os bens assim adquiridos sejam nacionalizados. Segundo - que os rendimentos respectivos revistam para constituição de um fundo para reforma agrária. Terceiro – Que esta moção seja enviada ao Conselho Superior da Revolução, Primeiro-Ministro, Presidente da República, Ministro da Agricultura e Pescas e Ministros do Trabalho.¹¹⁸

Em 11 de Agosto de 1975, finalmente, a primeira lei de reforma agrária havia sido promulgada. Mediante isso, o CRRAB deliberou “como primeiro passo para a execução da lei de Reforma Agrária, concretizar todas as decisões anteriormente tomadas em relação a intervenções em explorações agrícolas, dando prioridade às já controladas pelos trabalhadores”.¹¹⁹ A partir disso, o Centro assinou várias desapropriações “ao abrigo da Lei de Reforma Agrária”.¹²⁰ Assim que uma grande leva de ocupações de terras tomou conta do distrito de Beja até Novembro de 1975. Ao todo, foram ocupadas no distrito de Beja “110 unidades, cerca de 337 mil hectares e mais de dez mil trabalhadores permanentes” (Baptista, 2010: 194).

¹¹⁶ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-L-001-MÇ003 (37)

¹¹⁷ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-L-001-MÇ003 (40) Acta 10 CRRA Beja

¹¹⁸ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-L-001-MÇ003 (40) Acta 10 CRRA Beja

¹¹⁹ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-L-001-MÇ003 (48)

¹²⁰ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-L-001-MÇ003 (48)

Por essa altura, ganhou força o debate de que modelo de produção deveria ser seguido por essas áreas da reforma agrária: o da produção coletiva ou parcelar. Esse é um dos debates precursores da sociologia rural e envolve dois pontos cruciais: o cooperativismo e os modelos de reforma agrária possíveis. Sobre o primeiro ponto, atente-se que o cooperativismo se estabelece a partir de uma congruência de fatores coletivistas e solidários que permeiam uma unidade produtora gerida parcial ou totalmente pelos mesmos agentes que compõem a sua força de trabalho. O cooperativismo foi definido a partir de princípios teóricos do socialismo utópico, economia solidária e nos vínculos tradicionais de solidariedade das comunidades rurais. Em termos da filosofia ocidental, tal conceito é elaborado sob a experiência empírica de operários franceses e ingleses que fundaram e administraram coletivamente fábricas de sociedade de trabalhadores, influenciados e/ou diretamente apoiados por intelectuais como Robert Owen e Charles Fourier. Um dos principais dilemas elencados por esses pensadores refere-se à operacionalização das cooperativas numa economia de mercado e à concorrência com outras empresas capitalistas (Santos e Rodriguez, 2005: 33-37). Isso define, de certa forma, os limites entre uma cooperativa sobre aspectos solidários e uma cooperativa em estágio de se solidificar sobre os mesmos princípios de empresas capitalistas (contrato de mão-de-obra assalariada, hierarquização social, ausência de democratização da participação nos lucros e nas decisões políticas). O cooperativismo solidário deve ser pautado, com isso, por sete princípios-chave, segundo Santos e Rodriguez: 1 – vínculo aberto e voluntário; 2 – controle democrático por parte dos membros; 3 – participação econômica dos membros; 4 – autonomia da organização; 5 – compromisso com a educação dos membros da cooperativa; 6 – integração entre cooperativas; e 7 – contribuição para o desenvolvimento das comunidades locais (Santos e Rodriguez, 2005: 34).

Sobre o segundo ponto, destaca-se um longo debate envolvendo as teses sobre um modelo de reforma agrária, ponto já debatido no segundo capítulo. De um lado, as teses de Kautsky e Lênin de um latifúndio socialista. Para Kautsky, então, a opção de um novo modelo na agricultura passava pelo latifúndio socialista.

Na hora em que se formarem os latifúndios socialistas que não mais serão lavrados por pobres escravos assalariados, mas administrados por sindicatos abonados, constituído por pessoas livres e felizes, teremos, em lugar do referido êxodo rural, um êxodo mais rápido ainda, um êxodo urbano em busca do grande estabelecimento comunitário. A barbárie será eliminada, então, de todos os

setores em que a mesma se fixou e ter proliferado isenta de qualquer contestação. (Kautsky, 1987: 269).

De outro lado, as opções de Chayanov e Galesky, segundo as quais, nesse modelo, o campesinato trocava uma exploração, a do latifúndio, por outra, a do Estado. Para esses autores, pensando na economia familiar do camponês, o modelo de pequenas propriedades seria mais viável, notadamente nos casos em que o modelo de produção não era extensivo. Para Galesky, quanto mais características de economia doméstica e quanto menos características empresarias, maior seria o bem-estar do camponês (Galeski, 1972). Para Chayanov, o pressuposto para definir qual seria o melhor modelo de produção agrícola, a exploração coletiva ou parcelar, deveria levar em consideração sobretudo a oportunidade de o trabalhador produzir um excedente de produção capaz de garantir à sua família condições de vida e de trabalho adequadas (Chayanov: 1966: 26). É nesse sentido que, para o autor, o modelo das kolkhoses possuía falhas no sentido em que se reproduzia uma situação na qual o camponês trabalhava muito e recebia de forma insuficiente para garantir o bem-estar da economia doméstica.

Segundo Hespanha, no caso da reforma agrária portuguesa, circunstâncias históricas específicas direcionaram um modelo de reforma agrária, cuja participação camponesa foi mínima, na maioria das regiões, para um público alvo específico: o proletário agrícola. A opção de modelo de redistribuição de terras a esse público-alvo específico foi a Unidade Coletiva de Produção. Enquanto política de Estado, pensou-se, posteriormente à lei 77/77, redirecionar esse modelo de reforma agrária voltada para o proletário agrícola para um modelo voltado para o pequeno proprietário, no qual a redistribuição de terras era direcionada para a divisão individual parcelar. Hespanha denominou esse processo de tentativa de desproletarização da reforma agrária portuguesa (Hespanha, 1986).¹²¹

No distrito de Beja, durante a fase de ocupação, muito foi debatido em relação ao modelo adotado pelas novas áreas de reforma agrária. O PCP e o sindicato defendiam que

¹²¹ Para Hespanha: “as condições políticas para a distribuição de terras surgiram, finalmente, com as eleições de Dezembro de 1979. Durante a campanha, a entrega de terras a pequenos agricultores na zona de reforma agrária aparecia como um dos tópicos chave do discurso eleitoral dos partidos que compunham a AD” (Hespanha, 1986:384).

toda a terra deveria ser coletivizada seguindo o modelo de ocupação de terras noutros distritos. Algumas herdades ocupadas, entretanto, recusavam-se a aceitar tal modelo, optando por uma produção individualizada. Assim, numa reunião em Agosto de 1975, foi debatido esse assunto no CRRA de Beja. A reunião inicia-se com Soeiro que “pediu que todas as entidades se pronunciassem sobre o caso das herdades que se pretendem individualizar saindo das UCPs”.¹²² O diretor do Centro, Almeida, por outro lado, confirmou que apoiava qualquer decisão dos trabalhadores, quer pelo modelo das UCPs, quer da Cooperativa, desde que democraticamente tomada. O Capitão Veiga Vaz, representante do MFA, diz “que não está bem a par das conseqüências que lhe pediram [...] mas entende que a posição do Centro é correta por julgar estar integrada na Lei Constitucional”.¹²³ A opinião de Veiga é semelhante à do Centro, porém reserva-se para mais tarde uma opinião mais concreta. O sindicato, pela voz de Soeiro, discorda da posição assumida, já que entende que “as herdades devem servir todo o povo e não apenas uma parte desse povo”.¹²⁴ A discussão fica mais acalorada. Soeiro também denuncia que o Centro e o Governo Civil não têm dado apoio suficiente em algumas ocupações das herdades. Derrotado sob o seu ponto de vista, pede para que lhe seja permitido falar sobre a razão pela qual era contra a terra ser individualizada. Dizia-se, assim, que a divisão das terras era um subterfúgio para dividir a classe trabalhadora em pequenos proprietários e trabalhadores. Ainda mais, que a terra não fora desapropriada para que se tenham novos proprietários, mas “para o povo”.¹²⁵ O sindicato também criticava a ação do Centro que começou a dividir os trabalhadores entre herdades ricas e herdades pobres. Por outro lado, os representantes do Centro Regional de Reforma Agrária, do MFA e da Liga dos Pequenos Agricultores tocavam num ponto simples que era: não havia, nas leis, nada que

¹²² Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-L-001-MÇ003 (61) STADB-L-001-MÇ003 (62) STADB-L-001-MÇ003 (63)

¹²³ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-L-001-MÇ003 (61) STADB-L-001-MÇ003 (62) STADB-L-001-MÇ003 (63)

¹²⁴ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-L-001-MÇ003 (61) STADB-L-001-MÇ003 (62) STADB-L-001-MÇ003 (63)

¹²⁵ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-L-001-MÇ003 (61) STADB-L-001-MÇ003 (62) STADB-L-001-MÇ003 (63)

obrigasse os trabalhadores a se organizarem em UCPs. Da mesma forma, então, que nada impedia que os trabalhadores se organizassem em UCPs, também não iria impedir que se organizassem em cooperativas.¹²⁶ Por fim, o representante do sindicato e do PCP não conseguiu convencer os seus pares sobre a obrigatoriedade da adoção dos modelos coletivos, tendo pesado nisso decisivamente a posição da Liga dos Pequenos Agricultores e dos técnicos do Ministério da Agricultura e Pescas.

A maioria das terras do distrito de Beja transformaram-se em UCPs, mas muitas foram aquelas que se transformaram em cooperativas. Após a promulgação da Lei de Reforma Agrária, além da UCP Terra de Catarina, fundaram-se várias outras UCPs nas freguesias como a Seara Nova, em Beringel, a Coração da Revolução, em Cabeça Gorda, a Vida Nova, em Mombeja, a Vanguarda do Alentejo, em Santa Vitória, a Terra do Pão, em Salvada, a Pioneiros da Reforma Agrária, em Quintos, a Julianense, em Santa Vitória, a Coopereiras, em Albernoa. Foram fundadas, ainda, várias cooperativas, como a Cooperativa Terra Vermelha, em Albernoa, a Cooperativa Unidade Popular, em Albernoa, a Cooperativa Unidade Revolucionária, em Albernoa, a Cooperativa Poder Popular, em Albernoa, a Confrades, em Baleizão, a Coopafonca, em Beringel, entre outras.¹²⁷

Em Baleizão, o processo de ocupação de terras é explicado pelos entrevistados como uma natural transição entre o tempo em que a comissão de trabalhadores negociava diretamente com o proprietário as condições de trabalho e a formação da UCP. Contudo, o processo não ocorreu de forma tão harmônica, tendo havido, tanto por parte dos agrários, quanto por parte dos trabalhadores, alguns momentos de tensão. Alguns agrários descapitalizaram-se, vendendo os seus animais, ou simplesmente deixando-os morrer. Havia também vários conflitos com os trabalhadores, no quesito da produtividade, da possibilidade de empregar mais trabalhadores e do despedimento de alguns. Os trabalhadores protestavam por essas questões e denunciavam-nas à comissão de trabalhadores que, por sua vez, reclamava junto ao Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas.

¹²⁶ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-L-001-MÇ003 (61) STADB-L-001-MÇ003 (62) STADB-L-001-MÇ003 (63)

¹²⁷ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-B-A-001-MÇ005 (F22;V22))

Segundo Fernandes, a primeira herdade ocupada “foi a Quinta de São Pedro, em Julho de 1975” (Fernandes, 2006: 113). Os processos de ocupações depois aconteceram de maneira rápida. Urbano (2012 Baleizão: 12 de Dezembro) lembra que

dentro ali de parte de dez, doze dias foi tudo ocupado. Hoje era uma, amanhã era outra, no outro dia era outra, e pronto. E ficaram lá de posse das herdades, as pessoas que cá trabalhavam aí depois fez-se a UCP, fizeram uma organização que formou tudo, ficou tudo numa UCP, era a UCP Terra de Catarina, juntou-se tudo, fizeram uma direção, ficou tudo junto, foi assim.

Segundo relatos dos entrevistados, algumas herdades encontravam-se em completo estado de abandono. Manuel (2012 Baleizão: 12 de Dezembro) refere que, quando entraram na terra, só havia “pedra e mato [...] Então quando não havia muito serviço íamos apanhar pedra e mato pra fazermos a terra”. Miguel (2012 Baleizão: 11 de Dezembro) conta que “a primeira parcela que se ocupou é de uma pessoa que é latifundiário que é até ligado ao regime [...] tratava mal os trabalhadores, era dos exploradores”. Segundo o mesmo, “nem toda a gente foi ocupada em Baleizão, percebes, foram aqueles que dentro do conceito normal, eram maus pra quem trabalhava”. A principal motivação apontada para a ocupação das terras era a questão do trabalho e do rendimento. Diz Miguel (2012 Baleizão: 11 de Dezembro) que

as pessoas não tinham o que fazer. E não havendo lá uma oferta de trabalho, tinham que trabalhar, senão não comiam. Então, ocuparam para ter trabalho. Andaram a desmatar para ter trabalho, para produzir mais, para fazer mais. Não é lógico isso? Não vou morrer a fome. A terra é dele, ele não dá trabalho, como é que faço?

Na Quinta de São Pedro, David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro) fazia parte dos trabalhadores que foram contratados, em comum acordo com a comissão: “já tinha trabalhado lá antes provisoriamente, depois fui trabalhar lá, a partir de 74, a seguir do 25 de Abril”. Por conta da postura do sindicato, houve uma melhoria no ordenado para quase o dobro do que ganhavam antes do 25 de Abril. Alguns proprietários “não sentiam condições financeiras de assumir esse encargo. Assim, as negociações com a entidade patronal foram-se esmorecendo a ponto dos trabalhadores decidirem pela questão da ocupação”. David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro). Ele (2012 Baleizão: 13 de Dezembro) estabelece que, no período da ocupação de terras, algumas herdades foram entregues pelos próprios proprietários, abandonadas, e a maioria foi ocupada por “vontade das pessoas, dos

trabalhadores na altura”. Segundo esse depoimento, quando os trabalhadores ocuparam a terra e a anexaram à UCP Terra de Catarina, houve, a princípio, um receio em relação aos técnicos agrícolas que estavam ligados à atividade patronal. Depois se notou, através do diálogo, que essas pessoas eram “mais vítimas do que propriamente culpadas daquilo que os trabalhadores tinham passado até ali” David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro). Alguns dos antigos empregados da herdade, pelo seu conhecimento técnico, chegaram a ocupar parte da direção, o que deixou David, que trabalhara antes sob a subordinação dos mesmos, um pouco apreensivo. Mas, depois, afirma que “foram pessoas muito válidas, porque já tinham certa experiência em conhecimento da organização das coisas” David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro).

A UCP Terra de Catarina foi fundada no dia 1 de Novembro de 1975, em assembleia realizada na Casa do Povo, na freguesia de Baleizão, na presença do sindicato. Assinaram a ata de fundação da UCP 44 mulheres e 70 homens, com uma idade média de 45 anos.¹²⁸ O texto final presente na ata refere que,

a constituição da nova unidade de produção [...] é resultante da consciência de classe dos trabalhadores rurais alentejanos, da firmeza e correção da sua luta. Terra de Catarina representa um passo decisivo para pôr fim à exploração capitalista, arrancar à miséria os trabalhadores rurais [...] criar condições para transformar a atrasada agricultura portuguesa, numa agricultura progressiva, base indispensável para uma vida desafogada das amplas massas trabalhadoras, na defesa do processo revolucionário a caminho do socialismo.¹²⁹

Por conta do seu histórico de luta e influência do PCP, a UCP Terra de Catarina foi escolhida pelo sindicato como experiência-modelo, acompanhada de perto pelo presidente José Soeiro, “por forma a que estas possam servir de exemplo a todas as outras”.¹³⁰

¹²⁸ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-H-001-MÇ020 (Fólio 1 V) STADB-H-001-MÇ020 (Fólio 2 F) STADB-H-001-MÇ020 (Fólio 2 V) STADB-H-001-MÇ020 (Fólio 3 F)

¹²⁹ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-H-001-MÇ020 (Fólio 1 F)

¹³⁰ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (F1))

Alguns trabalhadores são reticentes em admitir o protagonismo político do sindicato e do PCP. Afirmam ter recebido ajuda, apoio, mas afirmam, constantemente, que todo o processo se desenvolveu pelos “próprios trabalhadores”.

A direção da UCP Terra de Catarina era composta, em 1975, por António José Cabecinha, de 26 anos, José Manuel de Almeida, de 30 anos, José Cinza, de 39 anos, José Francisco Choca, de 48 anos, Francisco Manuel Grade, de 30 anos, José Hilário Candeias, de 39 anos, António Calixto, de 25 anos, Manuel Janeiro, de 24 anos, Manuel dos Caracóis, de 39 anos, todos trabalhadores rurais de Baleizão. As herdades que faziam parte eram: Paço do Conde, Val Vinagre, Albadôa, Teugarria, Quinta de São Pedro e Anexas, Torre e Pedras, Sesmarias Velhas, Cigana, Magra.¹³¹ As comissões foram eleitas em assembleia-geral de cada herdade. Na Herdade da Cigana, foram eleitos, em Novembro de 1975, cinco membros: Manuel Joaquim Carmo Janeiro, António Ventura Lampréia, Delmira Janeiro Lampréia, António Manuel Janeiro, Artur Tarrão; na Herdade das Sesmarias Velhas, mais três, em 24 de Outubro de 1975; na Herdade de Magra, foram eleitos quatro membros, em 21 de Outubro de 1975; na Torre mais três membros, em 28 de Outubro de 1975; na Fonte de Frades, foram eleitos quatro membros; na Quinta de São Pedro, em 28 de Julho de 1975, foram eleitos 10 membros como comissão responsável pela herdade. Boa parte do processo eleitoral foi acompanhado de perto pelo dirigente do sindicato, José Soeiro.¹³²

A UCP Terra de Catarina era composta pela herdade Paço do Conde e Anexas, com 1.974 hectares; Fonte dos Frades, com 639 hectares; Abernoa, Vale do Vinagre e Anexas, com aproximadamente 350 hectares; Herdade da Rabadôa, com 1.363 hectares; Herdade da Tagarria e anexas, com 1.072 hectares; Quinta de São Pedro e anexas, com 3.286 hectares; Magra, com 640 hectares; Sesmarias Velhas, 287 hectares; Torre do

¹³¹ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-H-001-MÇ020 (19))

¹³² (Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-H-001-MÇ020 (21)) STADB-H-001-MÇ020 (19) STADB-H-001-MÇ020 (23) STADB-H-001-MÇ020 (26) STADB-H-001-MÇ020 (26) STADB-H-001-MÇ020 (29) STADB-H-001-MÇ020 (31) STADB-H-001-MÇ020 (32)

Relatório de reunião. Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-H-001-MÇ020 (56)

Pendurão e Anexas, 197 hectares; Herdade da Cigana, com 97 hectares (Fernandes, 2006: 233-234). Cada uma destas herdades possuía uma comissão de trabalhadores própria, que elegia os seus respectivos dirigentes. Os dirigentes da UCP eram eleitos em assembleia, na Casa do Povo. Algumas das herdades que compunham a UCP Terra de Catarina foram ocupadas, incluindo todas as máquinas, como o caso da Herdade Vale do Vinagre e anexas, que contavam com duas ceifeiras, duas camionetas Ford 5.000, além de um extenso plantio de trigo, favas e grão. A UCP Terra de Catarina dispunha, em 1975, segundo relatório de plano de produção do biênio 1975/76, de uma área total de 10.754 hectares, dos quais 106 hectares eram a área social e 60 hectares inaproveitáveis.

Em termos de lavoura permanente, a UCP Terra de Catarina, em 1976, possuía 284 hectares de olivais, 1.672 hectares de azinho, 5 hectares de sobro, 77 hectares de eucalipto e 1 hectare de pinhal, totalizando 2.039 hectares desse tipo de cultura. Além disso, havia 12 hectares de pomares e hortas.¹³³ Em termos de lavoura temporária, a UCP contava com 2.737 hectares de trigo, 1.055 hectares de cevada dística, 665 hectares de aveia (semente), 166 de aveia (pastagem), 135 hectares de cevada branca, 4 hectares de fava e 264 hectares de cultura de Primavera, principalmente cártamo, grão e girassol. Possuía ainda 399 vacas (carne), 247 novilhos e bezerros, 9 touros, 74 cabeças de gado bravo, 2.907 ovelhas, 164 carneiros e 1.750 borregos, 100 cabras e 37 chibatos, 260 porcas criadeiras e 341 leitões, 5 porcos de engorda e 10 varrascos, além de 21 cabeças de gado eqüino ou muar. Contavam-se, ainda, com aquisições de 40 ou 50 cabeças de vacas, 20 bezerros e 8 novilhos de engorda. A maquinaria era extensa: 35 tratores de rodas com alfaias, 7 tratores de rastos com alfaias, 18 ceifeiras debulhadoras, 3 camionetas, 1 Land-Rover e 1 carrinha. Encomendou-se, no período, 4 tratores de rodas, 2 tratores de rastos, 1 ceifeira debulhadora, 1 escarificador, 1 espalhador, 1 charrua e 2 grades de discos¹³⁴. Para além da produção, planeavam-se melhoramentos e investimentos nas terras da UCP. Foram feitas reparações nos seguintes montes: “Magro, Tagarria, Sesmarias, Albernoa, Paço do

¹³³ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-H-001-MÇ020 (33)

¹³⁴ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-H-001-MÇ020 (33) STADB-H-001-MÇ020 (34) STADB-H-001-MÇ020 (35)

Conde e Torre de Pendorão”¹³⁵ Construiu-se um poço na Herdade da Cigana, além de uma barragem, instalação para gado na Quinta de São Pedro, uma cama para novilhos de engorda nas Albernoas, Arranjo de um poço, além da “reparação de caminhos: Tagaria, Albernoa, Torre de Pendorão”. Estava em estudo a construção de uma casa para vacas em Rabados e eletricidade na Tagarria, Paço do Conde e Torre do Pendorão.¹³⁶

Manuel (2012 Baleizão: 12 de Dezembro) conta que, nesse tempo, a UCP Terra de Catarina plantava com sucesso “girassol, trigo [...] milho, tomate, pimentão”. David refere que

na altura, transformar sementes em trigo, cevada, aveia, girassol, tomate, então era... produções normais que existia no Alentejo na altura, as oliveiras isso por aí, havia olivais mas era pronto, havia um olival ou outro mas era esta produção assim em grande escala, portanto, o fundamental era o trigo. David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro)

Francisco cita que, mesmo naquela época, ainda se dizia

o trigo aquilo era a produção que se fazia no país, no Alentejo. Segundo diziam, o Alentejo era o celeiro do país e como tal era produção que o tanto, que normalmente que é o tenho que dizer de onde se faz o pão e pronto era isso, o objetivo era esse, cada vez produzir mais, para tentar quer em nível de nosso país a chamada produção de trigo não fosse necessária depender de ninguém né? Francisco (2012 Baleizão: 12 de Dezembro)

Além desses produtos convencionais, a UCP também chegou a ter uma estufa de produtos hortícolas que eram vendidos diretamente à população. Para Francisco (2012 Baleizão: 12 de Dezembro), somente 30% era aproveitada pelos antigos proprietários, mas a UCP conseguiu produzir mais do que o dobro da produtividade do terreno. “Desbravámos mais mato, a semear mais gados, tudo isso, [...] alargámos em mais de 100% praticamente a produção. Produzíamos mais de 100% do que produzia antes” Francisco (2012 Baleizão: 12 de Dezembro).

¹³⁵ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-H-001-MÇ020 (33) STADB-H-001-MÇ020 (34) STADB-H-001-MÇ020 (35)

¹³⁶ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-H-001-MÇ020 (33) STADB-H-001-MÇ020 (34) STADB-H-001-MÇ020 (35)

Em termos de trabalhadores, a UCP empregava 264 trabalhadores efetivos do sexo masculino e 21 do sexo feminino. Ainda contava com 3 trabalhadores eventuais e 93 trabalhadoras eventuais.¹³⁷ A maioria dos trabalhadores era de Baleizão, mas havia alguns das aldeias vizinhas. A jornada de trabalho circunscrevia-se às oito horas, começando às oito e terminando às 17 horas. A UCP Terra de Catarina foi, até meados da década de 1980, uma área da reforma agrária estruturada, produtiva e que, efetivamente, provocou uma situação de pleno emprego em Baleizão. Percebe-se que o modelo de produção coletiva não destruiu o organograma produtivo da fazenda, mas que o remodelou decisivamente em dois pontos cruciais: ampliou a níveis mais alargados o emprego dos trabalhadores, atendendo, assim, a uma pauta histórica do campesinato baleizoeiro, e o poder decisório foi democratizado, sendo a comissão diretiva eleita e as decisões importantes, que envolvessem as finanças da UCP, passaram a ser tomadas por assembleia ou plenário dos trabalhadores. As convocatórias das assembleias da UCP Terra de Catarina eram amplamente divulgadas. Algumas até saíam em jornais de circulação local, para a convocação da eleição, como, pelo menos, aconteceu em 1981.¹³⁸ Miguel (2012 Baleizão: 11 de Dezembro) lembra que o processo todo era de muita democracia interna: “pra dirigir faziam-se eleições. [...] Discutia-se lá, [...] um dia, dois dias. [...] era uma democracia muito direta”.

Nas assembleias, geralmente, fazia-se a apresentação de contas, e tomavam-se “decisões de coisas mais importantes, compra de máquinas, coisas do gênero. Tudo aquilo que era fora da gestão normal da UCP era apresentado aos trabalhadores, e depois os trabalhadores decidiam” Miguel (2012 Baleizão: 11 de Dezembro). A periodicidade da assembleia era uma por ano, enquanto no mesmo período realizavam-se entre três a quatro plenários.

Em termos de trabalho, a produção da UCP era organizada a partir das antigas herdades. Francisco refere que

¹³⁷ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-H-001-MÇ020 (36)

¹³⁸ Documentação da UCP Terra de Catarina, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: UCPTC-B-A-001-CD001 (2)

cada herdade tinha x pessoas conforme o tamanho da herdade, quantas terras tinham pra semear, ou gado pra guardar, ou tudo isso né, então cada herdade tinha sua conta de trabalhadores, nunca tinha perto de 70 trabalhadores. E tudo era organizado pela comissão de trabalhadores, tinha uma direção que se organizava as contas tudo isso, tínhamos um escritório aqui em Baleizão, começou-se a trabalhar lá e organizavam-se tudo isso. Como disse a pouco, a saída da matéria prima, de cereais, e tudo isso, tínhamos uma cooperativa em Beja que fazia, orientava tudo isso. Francisco (2012 Baleizão: 12 de Dezembro).

O sistema de relações laborais da UCP caracterizava-se como diferente da típica relação patrão e empregado tradicionalmente referida no Alentejo. No entanto, isso não quer dizer que o fato de não existir patrões por si não fosse suficiente para solucionar os conflitos e contradições inerentes ao processo. Fernandes expõe alguns momentos de tensão entre os trabalhadores e o corpo diretivo da UCP:

na Quinta de São Pedro cada um tinha direito a levar uma ovelha para casa na altura da Páscoa, e podia pagar até Junho. Caso não pagasse, o montante seria deduzido do ordenado daquele mês. Quando chegou o final de Junho, aqueles que não tinham pagado viram os seus salários reduzidos. Os trabalhadores não gostaram e decidiram entrar em greve. As comissões de herdade disseram-lhes que, se não voltassem ao trabalho, não lhes seria pago o dia. Depois de muita discussão, decidiram abandonar a greve. Outras situações de conflito laboral estão registradas nas actas das reuniões da direção da UCP: “Foi a direção informada pelos responsáveis da Quinta de São Pedro que os trabalhadores da mesma se recusavam ao trabalho sem que antes recebessem o subsídio de férias, a direção não tomou nenhuma resolução por achar o problema controverso (Fernandes, 2006: 120).

Sobre a relação laboral na UCP, a autora ressalta a permanência das divisões sociais de trabalho, expressas em uma série de características como diferenciação salarial entre cargos, diferença salarial entre homens e mulheres, entre jovens de idade menor (Fernandes, 2006: 122). Essa permanência, entretanto, acabou sendo supervalorizada pela autora, já que não se ateuve a uma série de condicionantes específicas que tornavam a relação laboral da UCP mais solidária do que a de uma empresa capitalista comum. A questão da produtividade e da empregabilidade, por exemplo, foi, sem dúvida, um dos diferenciais dos modelos de gestão da terra da UCP em relação ao tradicionalmente envolvido na relação patronal. No modelo tradicional, como a prioridade maior é a maximização do lucro, o empresariado ou latifundiário não arriscava um investimento maior para ampliar a área produtiva, principalmente se esse investimento envolvesse a contratação de um grande número de trabalhadores. No modelo adotado pela UCP, o lucro e a produção também eram importantes, mas eram condicionados a uma empregabilidade massiva. No primeiro momento, para o caso da UCP Terra de Catarina, esse sistema

funcionou. Entretanto, com a entrega das reservas, perdia-se área agrícola, produção e equipamentos, o que representava não somente uma descapitalização da UCP, mas também ter um poderoso entrave à sua viabilidade econômica. Tornava-se cada vez mais difícil manter os trabalhadores numa área cada vez mais reduzida, o que remontou para a decisão dos cortes dos trabalhadores em prol da viabilidade.

Uma evidência de que a relação laboral na Terra de Catarina era diferenciada em relação à maneira tradicionalmente aplicada, consiste nos próprios relatos dos entrevistados, que, geralmente, lembram de forma positiva os tempos de trabalho na UCP. Zé (2012 Baleizão: 14 de Dezembro) explica que a UCP “estava boa, toda a gente trabalhava. Tinha aqui cento e tal, duzentas, tinha o povo todo a trabalhar. Nessa altura, o povo estava todo trabalhando”. Manuel (2012 Baleizão: 12 de Dezembro) fala que “nos primeiros anos trabalhamos e lutamos para ter a posse da terra. Semeava e trabalhava. Produzia muito. Muito trigo, muita cevada, muito grão, muita fava, muita coisa que se produzia pros trabalhadores”. Silveira (2012 Baleizão: 11 de Dezembro) conta que “os lucros da terra eram divididos por todos e não só por este ou por aquele que detinha o poder. É mas ou menos isto que eu me lembro, que é a ideia que eu tenho da reforma agrária”. Essa ideia de divisão, entretanto, não era tão simples, pois havia uma querela entre o que deveria ser lucro repartido entre os trabalhadores e o que deveriam ser investimentos para UCP. Era disso que se tratava grande parte da oposição que alguns trabalhadores da UCP faziam ao modelo coletivista. Sobre os salários na UCP, fala-se que havia salários diferentes, reconhecendo, entretanto que “no trabalho igual, havia salário igual” Miguel (2012 Baleizão: 11 de Dezembro). Quando não se tinha trabalho, mandava-se limpar o monte, limpar o mato ou qualquer outro serviço. O importante era o trabalhador estar sempre ocupado e empregado.

Criava-se um sistema de produção, que, mesmo inserindo-se dentro de certos parâmetros capitalistas, mantinha alguns princípios alternativos aos parâmetros capitalistas de produção. Note-se que, mesmo sob certos cuidados, se aponta características de uma economia solidária no funcionamento da UCP Terra de Catarina, sobretudo se considerarmos que a base essencial desse tipo de empreendimento é constituído pela negação da “separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. [...] O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles” (Singer, 2005: 83). Nota-se que o

comportamento econômico das UCPs não priorizava unicamente uma racionalidade mercantilizada e que o status da ordem da sociedade de consumo também foi reconsiderado, para padrões de níveis de felicidade mais amplos e solidários (Hespanha, 2009: 52). As UCPs, tal qual qualquer empreendimento solidário de uma forma ou de outra inserido no capitalismo, não abandonaram o empreendedorismo, vital para a viabilidade socioeconômica da iniciativa, mas redirecionaram-no sob uma égide mais participativa, que abrangeu não somente os processos produtivos, como a distribuição dos ganhos e uma maior democratização nos postos de autoridade (Hespanha, 2009: 61). Entretanto, houve, nesse processo, diversas problemáticas, tanto ao nível de dilemas relacionados com o “centralismo democrático”, como problemas trabalhistas e demissões. Entretanto, tratar a experiência produtiva das UCPs meramente como “contraditórias” (por optarem por uma produção socialista e por reproduzir alguns aspectos da produção capitalista) constitui uma idealização do que seriam formas alternativas de produção, que, conseqüentemente, torna a experiência tão distante do ideal, quanto o ideal distante do possível. Ao tratar essas experiências produtivas como tentativas de uma alternativa na produção agropecuária capitalista, reconhecendo as falhas e os insucessos, não se invisibilizam experiências alternativas passadas e colocam as alternativas solidárias numa perspectiva mais tangível.

O fato de serem partícipes do processo de reforma agrária e concordarem inteiramente com a decisão da formação da UCP, não tira dos entrevistados um viés crítico a alguns erros que foram cometidos no processo. Sobre a gestão da UCP, por exemplo, Zé relata que

a gente andava por outros lados, analfabetos, semi-analfabetos, quem sabia alguma letrinha lia e escrevia e orientava a gente. Tinha que haver uma cooperativa, tinha que haver um diretor né [...] O diretor era um trabalhador ou outro. Que tivesse cabeça pra orientar a gente. Zé (2012 Baleizão: 14 de Dezembro).

Para Silveira (2012 Baleizão: 11 de Dezembro), um dos principais problemas vivenciado pela Terra de Catarina foi certa dificuldade gerencial. Nem todas as terras eram férteis, algumas mais, outras menos, o que fazia com que houvesse certa dificuldade para decidir quantos trabalhadores iriam ser deslocados para determinada herdade, bem como alguma tensão nessas discussões. Urbano (2012 Baleizão: 12 de Dezembro) afirma que o maior problema da UCP é que ela vivia em função de “se fazer dinheiro para se pagar ao

peçoal e pagar o prejuízo. Que dava trabalho, trabalhava muita gente”. António do Carmo, que, segundo o próprio, durante “toda a minha vida defendi a reforma agrária, mas feita com pés e cabeça” conta que faltou uma “fiscalização rigorosa” para que tivesse dado certo (Livros de Memória de António do Carmo, 7).

O escoamento da produção da UCP era realizado de formas diversas. A venda do trigo era estabelecida na EPAC, em Beja ou em Serpa, onde se pagavam os trigos. Miguel (2012 Baleizão: 11 de Dezembro) conta que a maior preocupação do corpo dirigente da UCP era com a produção e a venda de cereais. Havia uma estrutura que garantia a venda dos produtos, que era a Empresa para a Agroalimentação e Cereais (EPAC). Francisco afirma que

na altura já havia a chamada EPAC, que não sei se seria EPAC na altura, [...] era a empresa pública que recebia as sementes. Normalmente não havia intermediário na questão das sementes, do trigo, não sei o quê. Portanto, todo o trigo que se recolhia era tudo para entregar na EPAC. Francisco (2012 Baleizão: 12 de Dezembro).

Outros produtos agropecuários da UCP eram vendidos por intermédio de uma cooperativa de consumo criada pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja. O escritório dessa cooperativa era em Baleizão e localizava-se num edifício vizinho ao café Guadiana. Pedro, que foi um dos funcionários desse escritório, lembra que

foi pensado fazerem uma cooperativa de consumo e depois foram pedidos mil escudos a cada sócio, pra formar a cooperativa. Depois foi ligada a um armazém que se formou também em Beja, onde eles compravam lá material conjunto, e depois distribuíram pros postos de abastecimento. Os mil escudos foram encaminhados pra lá e a cooperativa foi se isolando naquela casa, onde está aquele portão. Vinha a mercadoria de lá, havia aqui dois empregados, era eu e outra pessoa. Pedro (2012 Baleizão: 13 de Dezembro).

Pedro (2012 Baleizão: 13 de Dezembro) conta ainda que a cooperativa foi organizada pelo PCP que o escolheu como empregado da cooperativa e organizava esses escritórios e o processo de escoamento da mercadoria. “A cooperativa tinha uma direção que estava em Beja, e essa direção é que decidia essa coisa toda” Pedro (2012 Baleizão: 13 de Dezembro). Ele reclama que “praticamente não há assim história nenhuma da coisa, da cooperativa de consumo” Pedro (2012 Baleizão: 13 de Dezembro). Essa cooperativa funcionou por cerca de 9 ou 10 anos em Baleizão.

Esta (cooperativa de consumo) aqui funcionou bem. [...] O armazém em Beja mandava para essas cooperativas, 10 mil contos, que nessa altura ainda era escudos, em mercadoria. [...] quando vinha o fim do ano fazia-se o inventário e tinha 500 carnes. Se não tinham entregado o dinheiro lá na sede, faziam um balanço e o balanço tinha que dar a conta certa. E aí muitas cooperativas começaram a falhar isso. Até que fechou. Pronto. Aqui em Baleizão (a cooperativa de consumo) estava a funcionar e eles deram baixa da cooperativa. A gente aqui nem sequer soube que eles iam dar baixa da cooperativa. [...] Essa aqui foi ainda a leilão pra pagarem algumas dividas que tinham lá no armazém. Pedro (2012 Baleizão: 13 de Dezembro).

Francisco (2012 Baleizão: 12 de Dezembro) também rememora a cooperativa de Beja, e sua atuação em Baleizão. “Criou-se aqui em Beja uma cooperativa, que recebia tudo o que era produzido, como os cereais, como a azeitona, como o gado”.

Além dessas questões relativas à produção e ao escoamento, houve uma preocupação do corpo dirigente da UCP Terra de Catarina e do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja com a questão da formação técnica dos quadros. O sindicato promovia cursos de gestão e contabilidade para as UCPs.¹³⁹ David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro) conta que além de algumas unidades produtivas terem absorvido o corpo técnico que trabalhava anteriormente nas herdades, tornou-se necessária a contratação de um engenheiro agrônomo. A cooperativa de consumo central, em Beja, por vezes, prestava auxílio à UCP em termos de assistência técnica. Francisco (2012 Baleizão: 12 de Dezembro) aborda que “essa cooperativa era formada por pessoas já com mais conhecimentos. As pessoas, eventualmente, vinham a Baleizão fazer formulários e a tentar fazer as pessoas entenderem que a produção da terra não era só semear”. Segundo o seu relato, os técnicos eram bem remunerados, utilizavam as sementeiras e contrastavam com os trabalhadores da UCP. Para Francisco (2012 Baleizão: 12 de Dezembro), esse problema da formação técnica poderia ter dado outro rumo à reforma agrária, “não por culpa dessas pessoas, não tinham formação alguma, nunca tiveram, faziam o que podiam, mas que a reforma agrária poderia ter tomado outro rumo, com pessoas à altura”, ou seja, dentro de um quadro de maior formação técnica.

¹³⁹ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-B-A-001-MÇ005 (F4;V4)

As relações da UCP Terra de Catarina com outras UCPs eram aparentemente solidárias. Registram-se evidências de um bom relacionamento, como no caso em que 30 trabalhadores da UCP Terra de Catarina foram trabalhar para UCP Estrela do Mar, que teve o seu crédito cortado,

conhecedores das dificuldades dos seus camaradas, numa clara manifestação de solidariedade activa, deslocaram-se no passado Sábado, dia 7, à UCP Estrela do Mar, onde efectuaram uma jornada de trabalho voluntário, roubando um dia ao seu merecido descanso semanal. Com esta jornada de trabalho, os trabalhadores da UCP Terra de Catarina mandaram o morangal e um mecânico que se deslocou também, consertou 2 tractores que se encontravam avariados, fazendo assim o que o MAP pretendeu impedir.¹⁴⁰

Essa solidariedade, aparentemente, estendia-se aos pequenos e médios agricultores de Baleizão, a quem a UCP arrendava algumas máquinas, para ajudar a incrementar a sua produção.¹⁴¹

A UCP Terra de Catarina, como muitas outras do Alentejo, recebeu várias manifestações de solidariedade e ajuda de militantes e organizações políticas de esquerda. Um dos casos mais famosos foi uma doação de tratores da União Soviética à UCP. Segundo Manuel (2012 Baleizão: 12 de Dezembro), perguntado se a máquina estava em boas condições de uso, respondeu que “sim tava, tudo, máquina boa. [...] tudo bom”. Francisco (2012 Baleizão: 12 de Dezembro) contava que a ajuda e apoio partia da esquerda, “toda a esquerda. A direita sempre foi contra”. Miguel (2012 Baleizão: 11 de Dezembro) disse que na época tinha “muita gente dos meios urbanos que vinham em camionetas, excursões, ajudar os alentejanos a fazerem e pá, alguma coisa tinha ali, as pessoas tinham gosto de viver. E isto não se paga”.

As eleições diretas dos dirigentes da UCP eram realizadas com certa periodicidade, nas assembleias-gerais convocadas especialmente para tal fim. Em todos os órgãos havia eleições, seja ao nível das herdades quanto em nível geral das UCPs. David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro) realça que “Nem todas as pessoas tinham a mesma

¹⁴⁰ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005)

¹⁴¹ Documentação da UCP Terra de Catarina, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: UCPTC-B-A-001-CD001 (2)

opinião, mas pronto, em um momento as pessoas que eram votadas, mais votadas, porque nem sequer, era uma lista e foi assim durante muitos anos, durante os anos que a UCP funcionou”.

David chegou a fazer parte da direção, a partir de 1981, numa fase em que o processo de reforma agrária havia esmorecido, mas em que a UCP Terra de Catarina ainda era uma das que estava com uma situação financeira minimamente ordenada. Ele conta que foi eleito para tal. Questionado sobre os trabalhos que tinha na direção, David afirma que

se tinha reuniões periódicas, pronto, nessas reuniões eram normalmente, as direções de quase todas as coletividades, penso eu que era uma direção formada por presidente, um secretário, um tesoureiro, duas vogais, depois tinha a assembleia-geral, não sei quanto. E essa, portanto, os 5 membros da direção, normalmente eram os 5 que geriam a questão da gerência da UCP. David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro).

Perguntado sobre a influência do PCP na UCP, ele respondeu que

é assim, toda gente sabe que o Partido Comunista aqui na nossa zona o Partido Comunista tem uma grande implantação. E houve um período houve um período, logo após as ocupações em que o Partido Comunista tinha uma grande influência. E pronto, em níveis de pormenores, as pessoas que não faziam parte do Partido Comunista na altura tinham certa dificuldade de manifestar suas opiniões. Não por que tava, por que nesse aspecto eu digo já que não sou do Partido Comunista, mas o partido dizia que o povo, ocupa e era mais a questão das pessoas. Aquela questão de quem não fosse do partido era contra, e era reacionário eu posso dizer que tive um bocado de apelo a isso. Nas plenárias muitas vezes queria falar e não me deixavam falar ou quando falavam era tanto barulho que as pessoas não aceitavam nossas opiniões. Mas teve certa influência teve, mas eu penso que essa influência em parte até foi boa porque deram certo apoio através de pessoas que cá vinham e tiveram certo conhecimento. Creio que não foi por aí que a reforma agrária foi abaixo. David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro).

Nota-se que o PCP, em um primeiro momento, até pelo histórico de atuação na região, tomou as rédeas desse processo, centralizando as decisões nas diretrizes dos dirigentes do partido. Isso foi um processo que ocorreu em maior escala numa fase inaugural da UCP. Aos poucos, os problemas reais da UCP foram geridos por pessoas que tinham certa experiência no assunto, sejam técnicos contratados pelo próprio sindicato, antigos funcionários ou trabalhadores eleitos na localidade. Apesar de relatar isso, David reconhece que a influência do PCP teve um aspecto positivo, principalmente na angariação

de apoio à UCP. Perguntado como ele havia chegado a ser dirigente da UCP, ele confirma que teve um embate com algumas figuras mais ligadas ao partido:

consegui ser dirigente porque as pessoas entenderam que podia ser útil pra alguma coisa né, e pronto, e foi na altura como disse, atrás, aquilo era criada listas, por acaso a primeira vez que entrei foi por acaso a primeira vez que houve duas listas. E pronto a lista que eu entrei ganhou e fizemos e pronto, entrámos e lá integrámos a posição do nosso mandato o melhor que pudemos. David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro).

A outra lista era composta por mais pessoas ligadas ao partido e ao sindicato. David coloca, entretanto, que o embate não ocorria de forma maniqueísta:

aquilo ali não foi bem propriamente uma oposição, aquilo havia uma mistura né, uma mistura de pessoas, no meu caso havia pessoas que faziam parte das duas listas. Então tá a ver, portanto, havia umas diferenças que as pessoas que lá estavam, por exemplo, em dez pessoas, se calhar cinco faziam parte das outras listas. E havia outras cinco, e essas entenderam que deviam fazer parte da outra lista. Por outro lado entendemos que aquelas pessoas podiam ser útil, e foi assim, não era propriamente a oposição. David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro).

As principais diferenças entre uma lista e outra era o facto de naquela de que David fazia parte, segundo ele, haver mais mistura, incluir pessoas que não eram muito afetas do PCP e algumas pessoas da UDP, ou pessoas que ele proclamava “sem grande afiliação partidária”. Havia em Baleizão, um jornal de inspiração de esquerda radical, chamado Baleizão Vermelho, da vertente da FEC m-l (Frente Eleitoral de Comunistas Marxistas Leninistas), o que prova que o PCP não era a única força organizada de esquerda a atuar na região. O principal motivo de divergência de David com o PCP foi porque, segundo o mesmo,

havia pessoas que de fora pra dentro tentaram impor determinadas posições e pronto se calhar nessa altura não seria a melhor ideia por que eram pessoas que geralmente não percebiam nada de agricultura. Eram mais por questões de organização de coisas, a nível agrícola propriamente não tinha conhecimento de nada. E eu fui sempre uma das pessoas que não gostei muito que viesse alguém de fora impor idéias à gente né. Aconselharem é uma coisa, impor é outra coisa. Mas pronto, acho que isso eu penso, nesse nível houve essas questões todas, mas que não posso queixar muito das pessoas em si, pronto, cada pessoa tinha sua posição, eu penso que cada uma delas era em prol da UCP, pronto. Todos tinham interesse daquilo evoluir, mas só que às vezes tinha mais influencia partidária de um lado que no outro, mas uma do que nas outras e a ideia a origem, essa chamada de oposição foi mais em relação a isso. David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro).

Esse depoimento de David demonstra, ao mesmo tempo, duas desmistificações para se debater a reforma agrária portuguesa: 1) a ideia latente, nos críticos da reforma agrária, de que os trabalhadores das UCPs eram meramente seres sem vontade própria, manipulados por um ou dois dirigentes; e 2) que as UCPs eram tão instrumentalizadas pelo PCP que não garantia nenhuma liberdade de pensamento ou divergência. Apesar disso, é verdade que havia dentro dos paradigmas ideológicos do PCP a ideia Leninista de centralismo democrático e que essa ideia criou certas dificuldades às UCPs e atritos com opiniões divergentes entre os trabalhadores. De forma alguma se pensa que esse foi um motivo crucial para o fim da reforma agrária. Entretanto, é um ponto que deve ser debatido de maneira mais séria pelas esquerdas, a fim de estabelecer um debate sobre as experiências socialistas, com a finalidade de avaliar erros cometidos no passado, sem abandonar a perspectiva futura de retomada dessas experiências.

Sobre o debate do centralismo democrático, Lênin considerava a “liberdade de crítica” um vício burguês que tinha como objetivo desvirtuar os partidos socialistas. “a ‘liberdade de crítica’ é a liberdade da tendência oportunista no seio da social-democracia, a liberdade de fazer dessa última um partido democrata de reformas, a liberdade de introduzir no socialismo as ideias e elementos burgueses” (Lênin, 2010: 61). Essa posição de Lênin visava estabelecer linhas muito claras entre o que seria um partido de confronto e um partido de conciliação. A ideia de conciliação era muito cara na teoria Leninista. Para ele, deveria ser usada unicamente como elemento tático e não como elemento estratégico. Assim, a “liberdade de crítica” era algo diretamente associado ao debate “conciliatório” iria ser o grande cisma entre as vertentes revolucionárias e da social democracia. Na concepção Leninista, “sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário” (Lênin, 2010: 81) e que “só um partido orientado por uma teoria de vanguarda pode desempenhar o papel de combatente da vanguarda” (Lênin, 2010: 82). É nesse ponto que a liberdade de crítica e o espontaneísmo das massas foi encarado por Lênin como um problema, por ora levar a erros táticos e estratégicos, ora mesmo como elemento burguês instaurado na mentalidade do movimento operário. A liberdade e o espontaneísmo seria algo menor para um partido, que deveria funcionar, sob a orientação de uma teoria

revolucionária.¹⁴² Essa orientação seria expressa pelo comitê central do partido, o que derivará, posteriormente, para a tese do centralismo democrático.

Luxemburgo será, na teoria marxista do século XX, a principal referência crítica ao centralismo democrático. Para a autora,

não há dúvida de que, em geral, uma forte inclinação para o centralismo é inerente à social democracia [...] Do ponto de vista das tarefas formais da social democracia como partido de luta, o centralismo aparece, desde o início, como uma condução, de cuja realização dependem, diretamente, a capacidade de luta e a energia do partido. Entretanto, as condições históricas específicas da luta proletária são aqui muito mais importantes que o ponto de vista das exigências formais de qualquer organização de luta (Luxemburgo, 1991: 41).

Luxemburgo complementa que

atribuir à direção partidária tais poderes absolutos de caráter negativo, como faz Lênin, é fortalecer artificialmente, e em perigosíssimo grau, o conservadorismo inerente à essência de qualquer direção partidária. Se a tática social democrática for criada, não por um comitê central, mas pelo conjunto do partido, ou melhor ainda, pelo conjunto do movimento, então é evidente que, para as células do partido, a liberdade de movimento é necessária (Luxemburgo, 1991: 49)

A autora conclui essa divergência ao afirmar que “os erros cometidos por um movimento operário verdadeiramente revolucionário, são, do ponto de vista histórico,

¹⁴² Sob essa orientação que na própria experiência soviética, Lenin vai de confronto às experiências dos comitês de operários nos primeiros anos da revolução russa, em detrimento de um modelo planejado, centralizado e estatizante, que por fim irá culminar nas experiências do estalinismo e do socialismo real. No ano de sua morte, em 1923, Lênin reconhece esse erro, ao escrever que “Derrubamos o domínio dos exploradores e muito do que era fantástico, mesmo romântico, mesmo banal nos sonhos dos velhos cooperadores está se tornando agora límpida realidade [...] uma vez o poder político nas mãos da classe operária [...] a única tarefa que nos resta é organizar a população em sociedades cooperativas. Com a maioria da população organizada em cooperativas, o socialismo [...] atingirá seu objetivo automaticamente”. (Lenin *apud* Singer, 2000). Os rumos políticos e econômicos seguidos pela União Soviética e ampliados para o Leste europeu durante o stalinismo representou, todavia, a intensificação da centralidade estatal e do planejamento econômico para níveis totalitários, decorrendo uma série de problemáticas, entre as quais: a estruturação do poder de cima para baixo; a inflexibilidade, a rigidez e as burocratizações das estruturas produtivas; planejamento central de todos os níveis produtivos, sem autonomia dos gerentes e trabalhadores das empresas socialistas em relação ao planejamento; metas ambiciosas de produção compartilhadas com limites e escassez de recursos (o que inviabilizava o cumprimento das metas planejadas); alterações dos dados da produção em decorrência de medo da punição de gerentes das empresas; o consumo da população não era priorizado em detrimento do consumo do próprio Estado (serviços públicos, comércio externo, investimento militar e empresas estatais); congelamento de salários da população paralelamente a gastos excessivos com o aparelho militar; escassez de alimentos e produtos de consumo; privilégios de uma elite partidária que escapava da economia de escassez. (Singer, 2005)

infinitamente mais fecundos e valiosos que a infalibilidade do melhor ‘comitê central’” (Luxemburgo, 1991: 59). Esse posicionamento de Luxemburgo é muito relevante num momento de avaliação das esquerdas sobre o processo de reforma agrária em Portugal. Ao mesmo tempo em que se atenta para a necessidade de se olhar as experiências do passado que foram derrotadas e valorizá-las sob os mais variados aspectos, considera-se também uma necessidade de maior abertura das diretrizes das direções partidárias com o objetivo de estabelecer um maior diálogo com as bases e com o povo.

Para além da questão da influência partidária, um grave problema que assolou a UCP Terra de Catarina foi o caso do desvio de fundos dos primeiros dirigentes, que foi sumariamente reprimido pelo sindicato e pela assembleia da UCP e pelo PCP.

Num relatório manuscrito de 1978, com os dizeres “para a direção ver”, com o título *Informação da UCP Terra de Catarina de Baleizão*, evidencia-se que dos oito membros da direção da UCP, seis eram do PCP. Era a respeito dos que eram militantes do partido que o sindicato nutria a maior preocupação. Isso porque, apontava o relatório, que “o presidente foi demitido por ter roubado. O substituto demitiu-se para comprar uma taberna, voltou a ocupar o lugar e agora foi pra Suíça. O responsável de máquinas demitiu-se. O responsável de pessoal demitiu-se”. Conclusão: quatro demissões, todas de membros do partido. Assim, os membros da direção que restaram pedem para que seja feita uma nova eleição. O delegado do sindicato, por sua vez, reuniu-se com os membros do partido que apontaram nomes “dos que consideram mais eficazes”. Nessa reunião, o delegado explicou: “o funcionamento dos órgãos sociais, a competência de cada um e as funções de cada membro. Posto isto, as pessoas presentes indicaram os nomes que consideravam mais capazes para cada lugar”. Foi assim que se compôs uma nova direção formada por Manuel dos Caracóis, José Cheira, Joaquim Trocão, António Henrique, António Santinhos (todos ligados ao PCP), além de João Pereira, José Raposo, José Braquete, Manuel Baltazar (sem filiação partidária).¹⁴³ O relato conta ainda que “alguns camaradas tentaram evitar aceitar cargos”,¹⁴⁴ mas, mesmo assim, conseguiu-se chegar a um acordo na lista apoiada pelo

¹⁴³ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-H-001-MÇ020 (56)

¹⁴⁴ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-H-001-MÇ020 (56)

sindicato e foi marcada uma assembleia geral na Casa do Povo para “a atual direção dar conta aos trabalhadores da situação existente se demitir e marcar eleições para dia 20 [...] na Quinta de São Pedro¹⁴⁵”. O relatório do sindicato ainda se mostra preocupado com a situação e fala na “necessidade de readquirir o prestígio por parte destas organizações, bastante abalado nos últimos plenários em que houve tentativa de aumento salarial, sem efeito até agora”.¹⁴⁶

Num plenário realizado na Casa do Povo, em 12 de Janeiro de 1978, é abordado o caso desse dirigente e da necessidade de recomposição de uma nova direção. Nela, Manuel dos Caracóis, um dos dirigentes da UCP que coordenou a reunião, alerta para o perigo de separação da herdade da UCP e que, caso isso se concretizasse, “haveria ainda mais dificuldade e [...] o desemprego aumentaria”.¹⁴⁷ Sobre esse episódio dos dirigentes, Miguel lembra que

nem sempre encontrava uns dirigentes mais certos. Também houve, um ou outro caso, e estamos a falar de corrupções, o pá estamos a falar de coisas pequeninas. Não estamos a falar de BPNs. Estamos a falar de coisas pequeninas, que não davam a estrutura abaixo, não levavam. As pessoas conheciam-se não sei o quê. Portanto, normalmente se deu bem, votavam bem, e quando isso não acontecia, levavam o castigo, o castigo nem era pra tribunais não gastavam dinheiro em tribunais. Eram quase na praça publica, e pá roubou um queijo, às vezes falavam disso, roubou um queijo e rua. E ainda era rua solidária. Por se tivesse filhos pra criar alguém havia de lhe dar uma mínima estrutura pra não morrer de fome. O que é engraçado é uma forma vai ser castigado aqui, mas também não morres de fome, porque também fizestes não sei o que. São formas de justiça diferente. Justiça e isso eu percebi muito bem. Agora pronto a solidariedade, foram muitas. Miguel (2012 Baleizão: 11 de Dezembro).

As assembleias, que constituíam um órgão autônomo de poder e Direito, muitas vezes, faziam questão de não usar a intervenção do Estado. Fernandes conta um caso no qual

um trabalhador de uma das herdades levou 5 sacos de cevada e vendeu-os a outro homem para alimentar galinhas e porcos. Ainda por cima gabou-se do seu

¹⁴⁵ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-H-001-MÇ020 (56)

¹⁴⁶ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-H-001-MÇ020 (57)

¹⁴⁷ Documentação da UCP Terra de Catarina, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: UCPTC-B-A-001-CD001 (9)

feito na aldeia. Era membro do PCP e foi expulso do partido, mas quando o caso foi levado à assembleia-geral da UCP vários trabalhadores argumentaram que ele precisava trabalhar para ganhar a vida e que tinha que sustentar a família. Quando se passou à votação foi decidido que não seria expulso. Talvez o caso mais óbvio de roubo seja o da *cantina*, a loja da Quinta de São Pedro onde os trabalhadores podiam comprar produtos a preços reduzidos. Entre Fevereiro e Agosto de 1985 uma empregada tinha desviado cerca de 200 mil escudos. Na assembleia-geral foi decidido que devia ser despedida, mas a possibilidade de levar o caso para os tribunais foi rejeitada por 56 votos contra 3 (Fernandes, 2006: 125-126).

Depois desses episódios, a contabilidade da UCP passou a ser organizada num escritório que chegou a ter quatro funcionários, incluindo contabilistas profissionalizados. O movimento financeiro fazia-se através desse escritório, os pagamentos, as pequenas compras, peças e manutenção dos equipamentos agrícolas, entre outros. Em 1981, no seu tempo de dirigente, David conta que a situação contábil da UCP se encontrava num crivo muito rigoroso.

Não era assim, como às vezes como muitas pessoas pensavam que os diretores, os diretores pegavam no dinheiro e andavam com ele no bolso e faziam o que queriam sem contas nenhuma. Nós tínhamos tanto a nossa contabilidade organizada, depois, além disso, tínhamos havíamos os setores, o chamado secretariado da UCP a nível distrital que fazia o resto né, portanto, a nossa contabilidade ia pra outros secretariados e as pessoas a partir dai faziam tanto, tinha os fechos de contas anuais, tudo isso. David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro).

Um dos maiores conflitos internos da UCP Terra de Catarina foi a questão da Herdade Fonte de Frades. Os trabalhadores dessa herdade quiseram emancipar-se da UCP, e fundar uma cooperativa, aderindo ao movimento Fraternidade Operária, como muitas outras da região. A direção da UCP e o sindicato, entretanto, foram radicalmente contra a separação, argumentando que aquelas terras não podiam ficar somente para uma dezena de trabalhadores, eram “do povo” que, em sua visão, se sentia representado no sistema coletivo de terras. Os trabalhadores da Herdade, por um lado, tinham apoio do Centro Regional de Reforma Agrária, bem como da Liga dos Pequenos Agricultores e do representante do Ministério da Agricultura e Pescas.

Assim, os dirigentes da UCP enviaram uma carta ao Centro Regional de Reforma Agrária exigindo que

a Herdade de “Fonte de Frades” seja integrada na Unidade Colectiva de Produção Agrícola “Terra de Catarina” na freguesia de Baleizão, Concelho e Distrito de Beja, pois só assim a terra expropriada ficará ao serviço do Povo e não de pequenos grupos. O não atender a esta justa pretensão é marginalizar a vontade da maioria do Povo de Baleizão e atender a vontade da minoria prática muito utilizada pelos governos fascistas de Salazar e Caetano. Será para isso que se fez o 25 de Abril de 1974? Pelo menos não é isso que consta nas linhas programáticas do MFA.¹⁴⁸

Por outro lado, os trabalhadores da Fonte dos Frades enviaram uma carta à direção do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, meses mais tarde, alegando terem sido forçados a assinar uma carta que pedia a reintegração da cooperativa na UCP Terra de Catarina “pelas ameaças que lhes foram feitas por um delegado sindical de Baleizão, e diversos camaradas”.¹⁴⁹ Destacam que “os trabalhadores de Fonte de Frades, pretenderam sim formar a cooperativa livremente, mas que sejam eles trabalhadores, administradores de si próprios, e não querem nunca mais patrões à sua volta, venham eles donde vier” reclamação de exploração.¹⁵⁰ “Os trabalhadores oferecem todas as suas possibilidades para ajudarem qualquer das Herdades Colectivas, esteja ou não esteja nas UCPs”.¹⁵¹

Um dos motivos de desavença entre os dirigentes da herdade e a direção da UCP dizia respeito a um leilão de gado que a comissão de trabalhadores da Fonte dos Frades queria realizar e a direção da UCP tinha vetado.

Segundo comunicado pela comissão de trabalhadores da Herdade do Frades estes irão proceder à venda por leilão de [...] bezerros e vacas no próximo Domingo [...] O problema foi discutido pela comissão diretiva a qual pensa que a venda deva ser embargada.¹⁵²

¹⁴⁸ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-H-001-MÇ020 (9))

¹⁴⁹ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-H-001-MÇ020 (9))

¹⁵⁰ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-H-001-MÇ020 (9))

¹⁵¹ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-H-001-MÇ020 (9))

¹⁵² Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-H-001-MÇ020 (9))

Em despacho, o dirigente do sindicato José Soeiro afirma que concorda com a posição da direção da UCP.¹⁵³ Três dias depois, há um documento assinado por Fernandes, outro membro da direção do sindicato, que relata o seu deslocamento à Herdade Fonte de Frades para assistir o leilão de gado. Diz que

falei com o Sr. Fialho da Comissão dos Trabalhadores, e perguntei-lhe quem é que a tinha mandado fazer aquela venda e respondeu-me que tinha sido o Centro de Reforma Agrária e esteve também presente o Dr. Valentim do Centro de Reforma Agrária que abalou logo que nós chegámos [...] estava também presente o cabo e uma praça da G.N.R de Baleizão e ouviram o que o Sr. Fialho me respondeu, e disse-lhes que ele e o Dr. Valente seriam os responsáveis de todos os prejuízos que causassem na Propriedade, porque ela é da U.C.P. A de Baleizão, portanto seria de todos os trabalhadores e não de meia dúzia que querem ser patrões, o Sr. Fialho recebeu diversos compradores de gado.¹⁵⁴

Além desses problemas políticos, a UCP Terra de Catarina vivenciou uma situação delicada em termos financeiros, quando ascendeu a um dos poucos apoios institucionais de crédito à reforma agrária, o Crédito Agrícola de Emergência (CAE). No relatório explica que “a UCP já pagou a dívida ao CAE de 76/77 (pagou em juros mais de 3.200 contos), já pagaram cerca de 10 mil contos de dívida de 77/78, devendo ainda cerca de 26 mil contos. Ainda têm trigo, girassol, cártamo, grãos [...] gados, etc para vender em curto prazo”. Em linhas gerais, “estão com a situação melhor do que há 1 ano”.¹⁵⁵ Ouviam-se, já na altura, várias críticas ao plano de crédito do MAP. Num artigo no Diário de Notícias, Ferreira reclama que tão logo concedido, o governo tomou as pressas de cobrar dos trabalhadores o que havia emprestado, não respeitando o próprio prazo estipulado de um ano. Segundo Ferreira,

esta tentativa de extorsão além de criar sérias dificuldades financeiras às UCPs (caso se concretizasse) é claramente ilegal, pois uma verba obtida em Maio ou em Junho deste ano, por exemplo, não pode ser descontada na entrega dos cereais, uma vez que só terá de ser paga em Maio ou em Junho de 1977. [...] o CAE pode e deve ser pago dentro de um ano, uma vez que se destina a fatores de produção que se recuperam com o valor das colheitas [...]Suponha-se que uma

¹⁵³ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-H-001-MÇ020 (77)

¹⁵⁴ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-H-001-MÇ020 (78)

¹⁵⁵ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-H-001-MÇ020 (57)

UCP em 30/09/76 “deve” ao CAE um total de 6000 contos, correspondente a levantamentos para salários, compra de sementes, gásóleo, etc. Desse total, 400 contos, foram levantados em Setembro de 1975; 700 contos em Outubro de 1975, etc, etc. Suponha-se, ainda, que nestes últimos 12 meses (Set 75 a Set 76), aquela UCP tenha adquirido alguns tratores e respectivas alfaias, uma ceifeira-debulhadora, tenha construído um celeiro, uma pocilga, etc. – tudo no valor de 3000 contos. Finalmente, suponha-se que o valor da produção cerealífera entregue no Instituto dos Cereais é de 10.000 contos. Segundo a Circular 26/76 do grupo coordenador do CAE, caso viesse a ser executada, aconteceria o seguinte: dos 10.000 contos do valor do cereal entregue deduzir-se-ia pela totalidade o montante de 6000 contos levantado ao abrigo do CAE. O remanescente de 4000 contos seria entregue à UCP. Até parece lógico! Mas não é! Em 30/9/76 aquela UCP apenas tem de pagar ao CAE o que levantou em Setembro de 1975 (400 contos). E em outubro de 1976 o que levantou em Outubro de 1975 (700 contos) e assim por diante. Deste modo, em Setembro a UCP tem de pagar 400 contos e não 6000 contos!¹⁵⁶

Outras das reclamações em relação ao CAE era que os créditos para pagar um ano inibiam ou dificultava o investimento em bens materiais, como tratores, alfaias, gado reprodutor, reforma de edifícios, etc. Consistia, basicamente, num crédito para pagar salários e comprar alguns fatores de produção básicos.¹⁵⁷ Sobre a assistência técnica, havia alguns técnicos do Estado, quase todos ligados aos senhores de terras, que prestavam algum serviço aos trabalhadores, mas eram alvo de imensa desconfiança por parte dos mesmos, segundo relatos, quase sempre contra a chamada reforma agrária. Assim, relata-se que “o apoio técnico era nenhum, o apoio técnico que havia eram as próprias UCPs começaram a contratar técnicos”.¹⁵⁸

David, com a autoridade de quem foi dirigente da UCP, em sua entrevista, diz, sobre muitos desses problemas e dificuldades que

não desaparecemos por que os trabalhadores não trabalhassem, ou porque, houvesse corrupção no meio dos trabalhadores. Embora pontualmente acontecesse um caso ou outro, comparado com aquilo que é hoje [...] aquilo era até uma brincadeira né? Em .nível da UCP Terra de Catarina, que acompanhei até o fim [...] posso dizer que a UCP Terra de Catarina não desapareceu por má gestão dos trabalhadores. David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro).

¹⁵⁶ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-D-003-MÇ001 (1) Diário 23-09-76) Diário de Notícias. Crédito Agrícola de Emergência: a Circular da Sabotagem. Coordenadores atacam UCPs e pequenos e médios agricultores. Texto de Vergílio Ferreira

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ Idem.

Esses problemas e dificuldades explanados fizeram parte do processo histórico de construção da UCP Terra de Catarina. De fato, como afirma David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro), tratar esses problemas como prova cabal da inviabilidade da UCP e da própria reforma agrária portuguesa, como muitos assim fazem, é algo deslocado do verossímil. A UCP Terra de Catarina, durante aproximadamente um período de 15 anos, conseguiu sobreviver com muita dificuldade, à custa dos trabalhadores baleizoeiros e de seu corpo dirigente, mesmo num momento em que a maioria das UCPs havia declinado. O processo social que permitiu o seu florescimento tem relação com a abertura que se criou na institucionalidade do Estado e do Direito em Portugal, com o 25 de Abril, onde, segundo Santos, o aparelho estatal e de Direito tornou-se impotente, e uma estrutura estatal alternativa e emancipatória emergiu em níveis locais (Santos, 1985). O fim da UCP explica-se, justamente, com o regresso da ordem hegemônica, processo que ocorreu em todo território português, mas que teve, nas áreas da reforma agrária, um dos episódios mais traumáticos.

6.4 A Revolução Derrotada – o regresso conservador no Alentejo

Como abordámos no prisma teórico, o debate sobre a reforma agrária está sublocado no debate sobre as possibilidades de espaços institucionais emancipatórios em níveis de Estado e de Direito. Tradicionalmente, como afirma Santos, o debate da emancipação social é abordado no âmbito marxista sobre duas vertentes: a reformista e a revolucionária. A linha reformista está arraigada na institucionalização da emancipação social pela via estatal, ou seja, naqueles que acreditam que somente pelas normativas do Estado, a emancipação social deve ocorrer. A linha reformista encontra-se estabelecida, segundo Santos, no fato de que o Estado demoliberal reivindicou para si o monopólio da regulação/apropriação social. A linha revolucionária encontra-se solidamente consolidada no pensamento Leninista, onde se pensava ser o Estado um instrumento de opressão da classe trabalhadora, a favor da burguesia. Para tal, o Estado teria que ser tomado por armas a fim de implementar uma ditadura do proletariado, ou seja, transformar o Estado num instrumento de opressão da burguesia a favor da classe trabalhadora. Apesar de se compreender que o desenho institucional do Estado, na atualidade, vem, cada vez mais, a

se parecer com o que Lênin definiu por Estado burguês, a opção pela via armada não é, nem foi credível em Portugal, nem em termos de adesão política, nem de estratégia militar. A opção reformista, por outro lado, encontra-se em completo descrédito mediante, principalmente, a ascensão das políticas neoliberais e a atual crise que vivencia o Estado Social em Portugal, hoje, bem como a apatia política que se estabelece nos partidos que aderiram a essa via. É o caso Partido Socialista, por exemplo, ao não sugerir alternativas efetivas para sair da crise. Com isso, verifica-se, no atual modelo de social democracia, um fraco poder de reação do sistema democrático perante os processos de violações da democracia, verificando-se também que o poder de emancipação e regulação do Estado vem sendo cada vez mais reduzido perante um novo *laissez faire*, que implica que a desregulação e a regulação sejam usadas de acordo com os assuntos que interessam ao Capital (Santos, 2003).

Ao analisar esse panorama com mais detalhes, reflete-se sobre a conjuntura política do 25 de Abril e as opções e projetos de país que se desenvolveram para Portugal nesse período. De início, discorda-se de quem classifica esse movimento como um típico golpe de Estado, já que, tradicionalmente, um golpe de Estado se associa a uma articulação política de “cima para baixo”, no qual a alta patente do exército, reunido com agentes externos (geralmente o embaixador norte-americano) e com parte da elite política e econômica, decidem deliberadamente derrubar um governo eleito democraticamente. Foi assim que se sucederam os “golpes” em terreno latino-americano, que, de forma alguma, serviram de inspiração para os capitães de Abril. No dia 25 de Abril de 1974 e nos dias subsequentes, houve uma intensa agitação popular em todo país, em alguns cantos mais, em outros menos, de celebração da queda da ditadura. Apesar disso, ao nível local, as disputas entre grupos que outrora foram favoráveis ao regime e grupos de oposição continuaram. A PIDE havia sido dissolvida e a GNR havia sido intimidada pelo comando revolucionário a não coibir as manifestações de rua (Santos, 1984).

Criou-se, então, uma situação que Santos denominou de “dualidade de impotências”, onde nem um lado, nem outro tiveram condições de assumir o comando do percurso político geral do país com poderes suficientemente capazes de alterar significativamente as estruturas sociais e econômicas ou de as conservarem. Tal conceito é estabelecido a partir do conceito de dualidade de poderes de Lênin, ao tratar do processo revolucionário bolchevique, “ou seja, na coexistência de dois centros de poder diferentes,

apoiados em bases sociais contraditórias e apontando para formas de Estado também diferentes” (Santos, 1985a: 27). Para Santos, entretanto, o que ocorreu no caso português, entre 1974 a 1976, foi algo parecido, mas com uma diferença crucial, onde nem a burguesia, nem a classe trabalhadora tiveram condições de impor diretamente o seu governo sobre o outro. Criou-se, assim, “uma dualidade institucional no interior do próprio Estado” (Santos, 1985a: 27).

Dada a resistência passiva ou ativa da administração pública tradicional [...] perante as novas condições e dada a sua incapacidade para dar respostas às novas solicitações e aos novos problemas sociais com que era confrontada verificou-se em quase todos os aparelhos do Estado a criação de instituições paralelas, menos burocráticas e, sobretudo, preenchidas com funcionários ativamente identificados com a revolução. [...] Em todo esse processo a burocracia tradicional do Estado não foi transformada [...] foi apenas suspensa, paralisada e de algum modo mantida de reserva à espera de condições mais afeitas à sua reativação (Santos, 1985a: 28).

Baptista também coloca que:

em Portugal no período de 1974-1976 viveu-se uma situação em que as relações de força que se estabeleceram sectorial e regionalmente se sobrepuseram ao poder do Estado cuja capacidade de intervenção era muito débil. (Baptista, 1986: 413).

Em níveis locais, onde a organização dos grupos de esquerda, dos trabalhadores e dos movimentos sociais puderam impor-se, essas estruturas começaram a ser alteradas. Onde essa organização não foi suficiente para enfrentar os interesses das elites locais ou havia uma forte organização política de grupos conservadores (geralmente capitaneada por grupos ligados à direita e à Igreja Católica), as estruturas conservaram-se.

Em níveis regionais, o Norte e o Centro de Portugal garantiram a base política dos partidos conservadores, principalmente do PPD e do CDS. O PS também teve muita força na região, disputando de igual a igual com o PPD em quase todos os distritos do Norte (com uma vitória esmagadora no distrito do Porto) e ganhando a disputa na maioria dos distritos do Centro, com exceção de Leiria, nas primeiras eleições legislativas, em 1975. Em Lisboa-Setúbal e Alentejo, onde os processos de mudança social foram mais efusivos, o PS disputava votos com o PCP. Em Lisboa, o PS obteve 46,0% dos votos, contra 18,9% do PCP. Também com larga vantagem, o PS em Portalegre obteve 52,4% dos votos, contra

17,5% do PCP. Em Setúbal e em Évora, o PS colheu vitórias eleitorais apertadas sobre o PCP, respetivamente 38,1% contra 37,8% e 37,8% contra 37,1%. Em Beja, o PCP obteve uma vitória apertada sobre o PS, com 35,6% dos votos favoráveis aos socialistas e 39,9% aos comunistas. No Algarve, o PS também obteve uma vitória estrondosa sobre os outros partidos. Nos Açores e na Madeira, a maioria dos votos foram para o PPD. No geral, o PS obteve 37,9% dos votos, elegendo 116 deputados, o PPD obteve 26,4% dos votos e ficou com 81 parlamentares, o PCP e o CDS obtiveram, respetivamente, 12,5% e 7,6% dos votos, com 30 e 16 deputados respetivamente. Os outros partidos conseguiram eleger ao todo 6 deputados (5 do MDP, 1 da UDP e 1 da ADIM).

Baptista analisa esses resultados como o fortalecimento do PS e PPD que “abandonam o IV Governo Provisório, o que veio a conduzir à formação do V Governo Provisório, sem representantes de partidos políticos” (Baptista, 2010: 111). Este novo governo não durou dois meses, principalmente com a cisão do MFA, dividido entre os militares moderados que assinaram o “documento dos 9”; os militares de uma esquerda mais radical, sob o comando de Otelo Saraiva Carvalho; e os militares ligados a Vasco Gonçalves e ao PCP. A consequência mais direta dessa divisão política da esquerda portuguesa foi a Assembleia das Forças Armadas, em Setembro de 1975, ter destituído Vasco Gonçalves do cargo de primeiro-ministro. Formava-se, com isso, o VI Governo Provisório, com representantes dos três maiores partidos políticos, o PS, o PPD e o PCP.

No Ministério da Agricultura a equipe que vinha dos IV e V Governos Provisórios (Fernando Oliveira Baptista, Agostinho de Carvalho e Henrique Seabra) foi substituída por Lopes Cardoso (PS, ministro), António Bica (PCP, secretário de Estado de Estruturação Agrária) e Joaquim Lourenço (PPD, secretário de Estado do Fomento Agrário) (Baptista, 2010: 111).

Baptista estabelece que, nessa conjuntura, ocorreu uma nova polarização política:

de um lado, o PS e os partidos à sua direita, a Igreja e os militares que, por convicção ou posicionamento tático, se reconheciam no Documento dos Nove; de outro, a esquerda militar, dividida entre os militares mais identificados com o PCP e os mais radicais que se movimentavam em torno de Otelo Saraiva de Carvalho (então comandante do Comando Operacional do Continente – Copcon) e as forças políticas, cindidas entre o PCP e os grupos e partidos de extrema-esquerda” (Baptista, 2010: 112).

As forças conservadoras, que, até então, estavam desprotegidas do aparato oficial no qual sempre havia se amparado, começam a se articular politicamente de forma mais

incisiva. Nas regiões do Centro e do Norte, incentiva-se uma nova campanha contra o comunismo, embasada na antiga propaganda do Estado Novo. “A Igreja esteve na primeira linha desta cruzada, promovendo, durante o dia, manifestações com a participação pública e ostensiva dos bispos [...] e apoiando o terrorismo à noite” (Baptista, 2010: 112). Os agrários que, até então, haviam se organizado na Associação Livre de Agricultura (ALA), passam a se organizar na Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), que “abandona o discurso da ALA sobre função social da terra e assume a defesa incondicional da grande propriedade fundiária” (Baptista, 2010: 112). Muitos pequenos proprietários do país passam também a reproduzir esse discurso, fruto de uma propaganda ostensiva sobre alguns casos de ocupações em terras de pequena e média escalas nas Zonas de Reforma Agrária. Baptista argumenta que as ocupações de terras de agricultores familiares

favoreceram um clima de instabilidade que contribuiu para empurrar – não só nos campos do Alentejo, mas em todo país – os agricultores familiares para o bloco das classes e grupos sociais que se opuseram às transformações econômicas e sociais que se operaram em 1974-75 (Baptista, 1986: 420).

A contra reforma agrária nos campos do Sul acompanhou esse regresso conservador em Portugal, sobretudo com a restauração dos aparelhos de regulação social, que nas políticas de reforma agrária consistiram na restauração do direito de propriedade (Santos, 1985). O processo de contra reforma agrária foi a evidência de que para o caso português, o direito de propriedade sob a propriedade fundiária não pôde ser relativizado. Uma vez que não houve possibilidades de se estabelecer espaços institucionais emancipatórios, ou seja, que o Direito não pôde ser revolucionário, não se pôde regular o capital. A reforma agrária, bem como muitas das outras experiências que emergiram em Portugal no 25 de Abril, pode ser considerada não uma revolução dentro de uma revolução, mas, sobretudo, a revolução num processo de transição política. Assim, o que foi derrotado com o processo de regresso conservador em Portugal foram, justamente, os aspectos revolucionários do 25 de Abril, o que, nos campos do Sul, era, notadamente, a reforma agrária.

Francisco (2012 Baleizão: 12 de Dezembro), um dos entrevistados, explica esse processo afirmando que “a balsa foi pendendo mais para o lado da direita. E então o resumo de tudo isso é que pouco a pouco foi terminando e depois levou à extinção da reforma agrária”. João (2012 Baleizão: 13 de Dezembro) se lembra com muita mágoa do

dia em que Mário Soares foi à televisão e às rádios dizer: "acabou-se o gonçalvismo". Ele "entregou tudo aos agrários e aos capitalistas e acabou com a reforma agrária" João (2012 Baleizão: 13 de Dezembro). Pedro lembra que no governo Vasco Gonçalves havia uma ajuda da própria tropa na ocupação das terras, mas depois,

entrou um governo do Mário Soares e meteu lá o António Barreto. Foi a Lei Barreto que começou a mudar, a virar-se. O governo era contra a reforma agrária. O Mário Soares foi quem deu cabo de todas as condições dos trabalhadores, foi esse governo, daí pra diante, pronto, o governo do PS, PSD, CDS. Pedro (2012 Baleizão: 13 de Dezembro).

Manuel (2012 Baleizão: 12 de Dezembro) recorda que, no tempo da reforma agrária, "era a coisa mais linda do mundo inteiro", e que "no fim de quatro anos, subiu o Mário Soares, começou a dar cabo disso tudo. Entregar as terras que hoje os capitalistas podem semear". Sobre Mário Soares, Luís (2012 Baleizão: 13 de Dezembro) relata ainda que "ele dizia-se socialista. Mas tudo aquilo que ele fez, não é de socialista".

Essa é a história do regresso conservador e da contra reforma agrária contada pela maioria dos entrevistados. Muitos deles lembram com desgosto esse processo. Entretanto, coloca-se que o diálogo com outras fontes vem dar luz a um processo que é em si só complexo e pode ser descrito com maiores detalhes. Não que em regra, discorde da avaliação geral, segundo a qual Mário Soares e António Barreto sejam as figuras centrais que arquitetaram esse processo e que a Lei Barreto tenha sido o principal instrumento jurídico de retomada das terras pelos antigos proprietários. Mas, ao analisar os fatos como um processo social e político, faz-se necessário ampliar o foco de análise para perceber alguns meandros que talvez passassem despercebidos pelos breves relatos acima descritos.

Para além do discurso político no qual se responsabiliza unicamente Mário Soares e António Barreto como os homens que acabaram com a reforma agrária em Portugal, é necessário destacar outros atores políticos que tiveram um papel decisivo na arquitetura do regresso conservador português e na contra reforma agrária no Alentejo: esses atores são o CDS, o PPD/PSD, a CAP e as outras organizações conservadoras que, apesar de representarem politicamente uma minoria (principalmente nos primeiros anos que sucederam o 25 de Abril), conseguiram retomar o controle dos aparelhos hegemônicos do Estado em prol dos interesses das elites portuguesas e isso, no Alentejo, resultou na entrega de quase a totalidade das terras da reforma agrária aos antigos proprietários. Não quero, de

forma nenhuma, com isso atenuar o papel de Mário Soares e de António Barreto nesse processo, mas sim atentar que os dois sozinhos não seriam politicamente capazes de acabar com todo o processo de reforma agrária no Alentejo. Assim, sob esse ponto de vista, a contra reforma agrária no Alentejo pode ser explicada mediante o papel político de três fatores que atuaram, quase sempre, em comum acordo: a) a direita política (organizada desde as suas representações parlamentares, até em organizações sociais semiclandestinas de extrema direita e na Igreja Católica); b) a elite econômica portuguesa (em aliança com grupos econômicos transnacionais), que, no setor agrícola, se organizava em torno da CAP; e c) um grupo majoritário do Partido Socialista, do qual Mário Soares esteve à frente.

Antes de promulgar a lei Barreto, os setores ligados aos latifundiários e a direita política tentavam, mesmo sem ter, no início, muito sucesso, reverter o quadro de ocupação das suas terras. Ainda que não fosse possível recuperar integralmente, tentava-se estabelecer pequenos territórios, ainda ressaltando a questão do direito de propriedade, que deveria ser respeitado, mesmo que residualmente, pelo processo de reforma agrária. Assim, se tentava pelas antigas vias legais do Estado a retomada de terras, ainda que esses organismos estivessem desativados em seus efeitos de restauração de ordem. Testemunha-se que, por exemplo, foram recebidos por alguns diretores de centros regionais de reforma agrária, durante todo o processo de ocupação de terras, inúmeros mandatos de justiça e ordens judiciais contra a prática de crime de invasão de propriedade por parte do Centro de Reforma Agrária, do sindicato e dos diretores das UCPs e cooperativas. Ainda que essas ações ficassem sem efeito, foi tentada a revogação do direito de propriedade sob alguns aspectos da propriedade, como os prédios, as casas, as lavouras permanentes, os animais e o maquinário. É sob essa circunstância que o governo, mesmo na primeira lei de reforma agrária, atribuiu alguns limites à reforma agrária, no que tange a um direito de subsistência do proprietário, caso fosse comprovado que ele realmente dependia daquela área para sobreviver, ou o direito do proprietário sobre alguns aspectos da antiga propriedade, como os prédios e as casas. A isso se estabeleceu o nome de direito de reserva que, nas primeiras leis de reforma agrária, existia, mas não se considerava suficiente para atender às demandas dos agrários de retomada integral da propriedade privada das terras. Eram muito mais para coibir os excessos da reforma agrária, especialmente a ocupação de terras de pequenos proprietários.

Mesmo com pouco efeito, nos momentos mais efervescente do movimento de ocupação de terras e da formação das UCPs, a atuação das forças políticas contrárias à reforma agrária se fez presente durante todo o processo. Em Novembro de 1976, foi colocada na Assembleia Nacional uma proposta do CDS e do PPD/PSD para revogar todas as leis contra a reforma agrária. Essa proposta foi rejeitada com os votos do PS e do PCP. Acácio Barreiros, parlamentar da UDP, em sua intervenção, afinava o discurso da “sovietização” do Alentejo, ao referir-se que “o apoio em máquinas, à volta do qual esses senhores têm feito tanto, provenientes da Rússia e da Bulgária, é uma forma como os sociais-imperialistas promovem os seus agentes em Portugal”.¹⁵⁹

António Bica, em artigo intitulado “a contra reforma agrária” acusa a CAP e o CDS de movimentações a fim de derrotarem a reforma agrária, antes mesmo da promulgação da Lei Barreto. Segundo o então deputado do PCP, a CAP teve uma atuação decisiva nos episódios de Novembro de 1975, sendo acusada de fechar as vias de comunicação com o Norte. Bica chamava atenção ainda para que a CAP questionava a inconstitucionalidade das leis de reforma agrária (Diário de Notícias 19/11/76).¹⁶⁰

Em 11 de Janeiro de 1976, Basílio Horta, um dirigente do CDS, declarou ser simpatizante das exigências da CAP: “Se as posições da CAP estão próximas das nossas, isso só prova que as nossas bases têm trabalhado bem”.¹⁶¹ Em Fevereiro de 1976, o CDS publica no ‘Democracia 76’ um documento sobre a Reforma Agrária em que afirma: “tratando-se de uma reforma de fundo nunca se deveria ter avançado com ela antes de decisão da futura Assembleia Legislativa”. Com a promulgação da Constituição portuguesa, a CAP e o CDS continuaram a atuar em relação à revogação das leis, passando a defender que somente a Assembleia da República podia aprovar medidas legislativas cabíveis na matéria. Paralelo à ação parlamentar, Bica ainda chamava a atenção para uma ação no campo jurídico, onde a CAP estava a distribuir textos incitando os latifundiários do Alentejo e do Ribatejo a questionar a constitucionalidade das leis de reforma agrária, “assim muitos agrários estão a interpor recurso para o Ministro da Agricultura e Pescas

¹⁵⁹ *Derrotada tentativa do CDS-PPD/PSD contra a Reforma Agrária*. (STADB-D-003-MÇ001 (2)19-11-76)

¹⁶⁰ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-D-003-MÇ001 (6)).

¹⁶¹ Basílio Horta, “Jornal Novo”, 12/1/1976.

pedindo a declaração de nulidade das portarias que lhe expropriam os respectivos prédios e da decisão do ministro para o Supremo Tribunal Administrativo”.

Os argumentos fornecidos aos agrários para eles basearem os referidos recursos são fundamentalmente: 1. As leis de expropriações foram promulgadas antes da entrada em vigor da actual constituição. Até então continuava em vigor a Constituição fascista de 1933 [...] O programa do MFA teve por fim instaurar em Portugal a Democracia e a Liberdade e não a maximização dos meios de produção. [...] as leis de expropriações são inconstitucionais [...] por ser inadmissível a liquidação de uma classe de portugueses [...] as leis de expropriações dos latifundiários são inconstitucionais porque violam o princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei [...] as leis de expropriações são ainda inconstitucionais por que há discriminação geográfica [...] São ainda inconstitucionais porque violam a Declaração Universal dos Direitos do Homem, dado que tal declaração garante que todos os cidadãos tenham o mesmo tratamento perante a lei. (Diário de Notícias 19/11/76).¹⁶²

Assim, Bica incita que “as duas frentes da contra reforma agrária” eram compostas, por um lado, de agentes “da agitação, da manipulação, da calúnia, da mentira e até do terror, das bombas e dos tiros; e, noutro plano, dos ataques na Assembleia da República e através dos tribunais”. Cita ainda que “numa frente ataca a organização terrorista dos latifundiários, os homens da moca, das bombas e dos gritos histéricos; na outra atacam as organizações políticas engravatadas e professorais” (Diário de Notícias 19/11/76).¹⁶³

Na época, a posição do PS era ainda dúbia sobre o processo. Havia apoios partidários do PS, no que tange a correntes internas de esquerda, que foram importantes para tecerem as primeiras leis de reforma agrária e protegerem as primeiras reacções da direita na tentativa de revogarem as leis da reforma agrária. Isso também é notado, no próprio texto da Constituição portuguesa, como já foi relatado anteriormente, que teve uma integral participação dos deputados do Partido Socialista, sem os quais o texto final não poderia ter a conotação revolucionária que, afinal, teve. Assim, segundo um entrevistado, o PS, até a promulgação final da Lei Barreto, teve um papel ambíguo em relação à reforma agrária, ora defendia, atendendo a pauta de setores mais à esquerda do partido, ora cortava

¹⁶² Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-D-003-MÇ001 (6)).

¹⁶³ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-D-003-MÇ001 (6)).

e fortalecia os setores mais conservadores e atendia as pautas de setores da elite econômica portuguesa.

Sobre a reforma agrária, como afirma Barros, a ideia inicial do poder público era regulamentar um processo que estava sendo realizado de qualquer maneira. Como, de certa forma, os movimentos de ocupações de terras antecederam a promulgação das leis de reforma agrária, tinha-se a intenção de regulamentar tal processo. Essa regulamentação gerou, entretanto, a necessidade de se estabelecer o direito de reserva na lei 406/75. Assim que, já em 1976, as primeiras reservas são entregues aos agrários (Barros, 1986).

No distrito de Beja, as UCPs Margem Esquerda, de Serpa, Terra de Pão, da Salvada, Terra de Catarina, de Baleizão, e Luta dos Camponeses, de Ourique, são obrigadas pela GNR a devolver parte da terra aos agrários. No caso da UCP Terra de Catarina, nesse período, foi entregue a primeira reserva, a Herdade da Cigana. Apesar de ter menos de 100 hectares, o proprietário, segundo os trabalhadores, possuía outros terrenos ao longo do Alentejo (Fernandes, 2006).

O processo de entrega da reserva, segundo ata do secretariado distrital da UCP, consistia na convocação dos dirigentes da UCP para “os gabinetes onde, através de intimidações, ameaças de prisão e outras medidas repressivas, procuram levá-los a assinar a concessão das reservas”. O sindicato tentava reclamar que algumas entregas de reservas estavam a ocorrer ilegalmente. Assim, o sindicato reclamou da ilegalidade de 33 casos de devolução de reserva, os quais correspondiam a uma área de 6.928 hectares, segundo os quais 11 casos, num total de 1.415 hectares, foram entregues aos antigos proprietários e 16 casos, num total de 4.272, foram mantidos nas UCPs e cooperativas.¹⁶⁴ Ainda nessa época, o sindicato reclamou um maior rigor na fiscalização do sistema de entrega das reservas, pois, desde o seu início, verificaram-se várias denúncias de irregularidades nesse processo. Pedia-se assim

¹⁶⁴ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-D-003-MÇ001 (3)) (Jornal desconhecido, provavelmente Diário de Notícias)

um inquérito a cada um desses casos, por uma comissão imparcial’ afirm de que a ‘verdade seja reposta’, e as terras ‘agora injustamente desocupadas, entregues àqueles que, de facto, as trabalham’, de acordo com a Constituição.¹⁶⁵

Em uma entrevista ao Diário de Notícias, o presidente do sindicato de Beja, José Soeiro, argumentava, nesse sentido, afirmando que:

o governo, o centro da Reforma Agrária de Beja e o próprio governador civil dizem que se está a respeitar a lei, que os trabalhadores não têm razão para protestar. Ora o que, na realidade acontece é que nem a lei está a ser cumprida, nem a própria constituição está a ser respeitada. E para provarmos que o que se está a passar é perfeitamente ilegal, basta ter em conta o que é consignado no decreto-lei 406-A/75 e no próprio decreto-lei que na sua alínea b) afirma que os prédios rústicos que “estejam sem motivos justificados, incultos ou não alcancem os níveis mínimos de aproveitamento são expropriáveis [...] haja lugar a atribuição do direito de reserva. Ora, uma vez que não estão definidos quais são os ‘níveis mínimos de aproveitamento’ nem o Centro de Reforma Agrária se baseou em qualquer relatório técnico para proceder à entrega das reservas, temos que concluir que estas, tal como foram decididas, são absolutamente ilegais [...] mas não só a Lei de Reforma Agrária está a ser desrespeitada. A própria Constituição está também a ser traída, porque, tal como nela se declara, o socialismo constrói-se transferindo os meios de produção para os trabalhadores e não transferindo-os para as mãos de quem nunca quis trabalhar.¹⁶⁶

O aparelho estatal responsável para deliberar sobre a questão das reservas agia, segundo o sindicato, à margem da lei e da Constituição. Assim que se fazem as primeiras acusações de uso da força excessiva da GNR que “à ordem do Governo Civil”, desocupam a área das UCPs para entregá-las aos antigos donos. Denunciava-se, portanto, que “o Sr. Governador civil [...] age exactamente como nos tempos de Salazar e Caetano, usando a repressão sobre os trabalhadores em benefícios dos grandes exploradores do povo. Está em curso a contra reforma agrária!”¹⁶⁷

A restauração da ordem hegemônica em Portugal, em termos de Direito e do Estado, passava pela diminuição dos espaços institucionais emancipatórios em nível de

¹⁶⁵ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-D-003-MÇ001 (3)) (Jornal desconhecido, provavelmente Diário de Notícias)

¹⁶⁶ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STDB-D-003-MÇ001 (5))

¹⁶⁷ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-D-003-MÇ001 (4) e STADB-D-003-MÇ001 (5)).

Estado e de Direito. Aos poucos, esses espaços, que eram mais alargados no período do Verão Quente de 1975, foram transformando-se em brechas jurídicas para a regulação do Estado, na tentativa de preservar o direito de propriedade no estágio anterior ao 25 de Abril. Para a reforma agrária, essas brechas foram gradativamente desaparecendo e o instrumento hegemônico para isso foi, sem dúvida, a Lei Barreto 77/77. A Lei Barreto não estabelecia um texto no qual punha fim à reforma agrária de um dia para o outro, até mesmo porque uma situação como essa atentaria aos capítulos constitucionais em vigor. O que a Lei Barreto fez foi uma tentativa para regular a reforma agrária, ou nas palavras do próprio ministro, efetuar uma “nova reforma agrária”, que acabou por inviabilizar o funcionamento das UCPs e a devolver as terras aos antigos proprietários sob o argumento do direito de reserva. A Lei Barreto alargou o sistema de reservas a um ponto que inviabilizou a reforma agrária, criando uma brecha institucional que, na composição da burocracia jurídica portuguesa, deu aos proprietários de terras a possibilidade de retomarem as suas terras através da legalidade do Estado. O curioso desse fato é que a Lei Barreto não destituía nada do programa constitucional referente à reforma agrária, simplesmente criava essa brecha jurídica sobre a qual restarou-se o direito de propriedade nos Campos do Sul. A Lei Barreto criava uma situação de Direito contra Direito, onde, de um lado, ficavam os agrários, com o direito de reserva, e, de outro, a maioria dos trabalhadores rurais do Alentejo organizados em UCPs e cooperativas, regidos legalmente pelas antigas leis de reforma agrária e pela Constituição portuguesa. O que decorreu a partir disso foi simples, e já referido por Santos, quando tratou da conceituação de fascismo social: criou-se uma situação de Direito contra Direito, no qual o Estado favoreceu sempre o lado mais forte. Assim, de um lado, o direito de reserva efetuou uma ampla ação estatal de desapropriação das terras das UCPs, mesmo em condições nas quais não havia qualquer direito legal instituído, de outro, os direitos constitucionais dos trabalhadores em manter a terra conquistada foram simplesmente ignorados pelos agentes do Estado.

No início de Fevereiro, em uma matéria no Diário de Lisboa, representantes da CAP afirmavam que o sistema de reservas, da forma como previam as leis de reforma agrária de 1975, nada interessavam aos latifundiários. Em entrevista ao Diário de Lisboa, em 17 de Fevereiro de 1977, José Manuel Casqueiro, presidente da CAP, e Manuel Reboucho, da Federação do Alentejo, alertavam ainda que “a pressa do Governo na

entrega das reservas é mais prejudicial do que à primeira vista parece argumentando com o mau ano agrícola e que pode contribuir para que os agrários venham ser acusados de ‘baixa produtividade’”. Os latifundiários também rejeitavam a condição das reservas, por receio de serem obrigados a recorrerem ao Crédito Agrícola de Emergência e, nas palavras de Reboucho, tendo de pagar os juros “elevadíssimos de 6,5%”. Os agrários, mesmo contrariando as estatísticas oficiais, sustentavam que a produção de trigo havia baixado no Alentejo e revelavam que, em conversas extra-oficiais, “o Governo se comprometeu em fazer a revisão da lei”.¹⁶⁸

Em 17 de Fevereiro de 1977, o recém empossado ministro da Agricultura e das Pescas do governo Mário Soares, António Barreto, em reunião consultiva da *European Free Trade Association* (EFTA) em Estocolmo, anunciou aos investidores a “cessão da intervenção do Estado em cerca de 400 empresas e o pagamento de indenizações a capitalistas e accionistas do sector nacionalizado, além de ter previsto novos diplomas legislativos sobre a reforma agrária e o sistema geral de preços”.¹⁶⁹ Nos primeiros dias de Fevereiro, no decreto 11/77, o ministro efetivava que “a todos os proprietários expropriados ou cujos prédios tenham sido nacionalizados, do direito de propriedade de uma área de terra equivalente a 50 mil pontos ou a uma área de 30 ha independente de sua pontuação”.¹⁷⁰ Segundo declarava ao Diário de Lisboa o próprio ministro, isso visava

regulamentar em termos práticos e realistas os diplomas anteriores sobre a matéria [...] as áreas de reserva localizar-se-ão em princípio, nos prédios que pertenciam ou eram explorados pelos reservatórios, ou o mais próximo possível [...] Se por acaso nos prédios objectos do exercício de direito de reserva se encontrarem instaladas unidades colectivas de produção ou cooperativas agrícolas, devidamente reconhecidas, a área de reserva só será aí demarcada desde que não afete a viabilidade econômica da exploração daquelas unidades.¹⁷¹

E ainda colocava que, caso a UCP conteste o direito de reserva

¹⁶⁸ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-I-003-MÇ006 (2).

¹⁶⁹ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-I-003-MÇ006 (3).

¹⁷⁰ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-I-003-MÇ006 (3).

¹⁷¹ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-I-003-MÇ006 (3).

o centro regional da reforma agrária ou a comissão de gestão transitória enviarão o processo acompanhado de uma planta da ou das propriedades e áreas de reserva, ao Secretariado de Estado da Estruturação Agrária, no prazo de quatro dias úteis, indicando as alternativas que estes serviços consideram viáveis.¹⁷²

O despacho estabelecia ainda o direito de reserva aos co-titulares. “As quotas de cada um dos co-proprietários ou de cada um dos co-titulares dos agrupamentos de facto serão proporcionais às quotas que cada um tinha antes da expropriação ou nacionalização”.¹⁷³

Em Março de 1977, o CDS pedia à assembleia a suspensão das leis de reforma agrária, as leis no 406/75 e 407/75. Exigia-se que

o 1º. Governo constitucional chefiado pelo dr. Mário Soares, tenha a coragem suficiente de propor à Assembleia da República uma nova Lei de Reforma Agrária definindo claramente qual o papel da iniciativa privada no sector da agricultura. Exige ainda o CDS que se acabe com a demagogia dos 50.000 pontos.¹⁷⁴

Em Abril de 1977, o ministro António Barreto apresentou ao conselho de ministros um novo projeto de lei que revogava as leis do arrendamento rural (547/74 e 201/75), da expropriação (406-A/75 e 406-B/75), Crédito Agrícola de Emergência (541-B/75) e as alterações das leis no governo Lopes Cardoso verificadas na Lei 236-A/76 e 492-493/76.¹⁷⁵ Na madrugada do dia 22 de Julho, é aprovada pela assembleia uma nova Lei de Reforma Agrária, decorrente de um acordo do PS e do PPD que se materializou em 166 votos contra algumas poucas dissidências do PS (entre eles o antigo ministro Lopes Cardoso), o PCP, a UDP e o CDS.¹⁷⁶

¹⁷² Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-I-003-MÇ006 (3).

¹⁷³ Diário de Lisboa, 3/2/1977. Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-I-003-MÇ006 (4)

¹⁷⁴ Diário de Lisboa, 12/3/77 Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo.

¹⁷⁵ Diário de Lisboa, 6/4/77. Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-I-003-MÇ006 (5)

¹⁷⁶ Diário de Lisboa, 6/4/77. Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-I-003-MÇ006 (5)

Antes da aprovação da lei, em 20 de Julho, Mário Soares subira à tribuna, em alusão a comemoração ao 19 de Julho de 1975, dizendo, em referência à nova Lei de Reforma Agrária: “o povo português não perdoaria a partidos que se dizem democráticos se votarem amanhã contra a Lei da Reforma Agrária só para porem em causa o Governo Constitucional”.¹⁷⁷ Chamava para si a responsabilidade sobre a Lei Barreto e mandava um claro recado ao PS: “vamos assistir a uma nova confrontação para a qual nós, socialistas, temos de estar preparados. É que não se trata só de aprovar a Lei, trata-se também de a fazer cumprir e de levar a liberdade a todas as regiões do Alentejo”; atacara ainda a Fraternidade Operária, do seu “ex-camarada” Lopes Cardoso, “rotulando-a de divisionista e de ser conduzidas por ‘fantoques ao serviço do PCP’”.¹⁷⁸ O PS fez o discurso de que o PCP estava querendo, tendo em vista os protestos contra a Lei Barreto, ir contra o governo de Mário Soares. Dessa forma, pretendia-se isolar as correntes do PS contrárias à Lei Barreto, sobre o discurso de que ir contra a dita lei, era ir contra o próprio PS.¹⁷⁹

Em 7 de Julho, os sindicatos de trabalhadores de Évora, Beja e Portalegre denunciavam que os novos critérios de pontuação e a possibilidade de o marido e a mulher cada qual ter seu direito individual de reserva, para além da reserva cabível anteriormente.

António Barreto esqueceu-se de informar que ‘a área da reserva pode ser aumentada de acordo com o agregado doméstico, conceito que inclui não só os familiares que dependem do agrário mas os próprios empregados domésticos, o que nos faz recuar ao tempo da servidão medieval’.¹⁸⁰

No dia 3 de Julho, Barreto vai à RTP falar sobre uma “segunda Reforma Agrária”, num comunicado recheado de ataques às UCPs, e para explicar a nova lei de reforma agrária, uma lei que iria estabelecer uma “reforma agrária democrática e constitucional”.¹⁸¹

¹⁷⁷ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: Diário de Lisboa, 20 de Julho de 1977. STADB-I-003-MÇ006 (5)

¹⁷⁸ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: Diário de Lisboa, 20 de Julho de 1977. STADB-I-003-MÇ006 (5)

¹⁷⁹ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: Diário de Lisboa, 20 de Julho de 1977. STADB-I-003-MÇ006 (5)

¹⁸⁰ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-I-003-MÇ006 (11)

¹⁸¹ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-I-003-MÇ006 (12)

Nessa lei, definia-se um novo critério para o sistema de pontuação que alterou profundamente o quadro das revisões às expropriações e nacionalizações previstas inicialmente na lei 406/75, alargando consideravelmente o direito de reserva. O argumento utilizado pelo ministro foi que “os 50 mil pontos não bastavam aos ‘empresários’ para investir e criar ‘empresas’ prósperas [...] os empresários que trabalham tinham de ser recompensados com o aumento da pontuação das terras”¹⁸². Ao final da reportagem do Diário de Lisboa, no dia 4 de Julho, “o ministro anunciou ainda um futuro ‘Código Agrário’ que definiria, segundo disse, um modelo de Agricultura ‘com que nos integraremos na Europa’”¹⁸³. Definia-se, assim, claramente os objetivos da Lei Barreto ao pôr fim à reforma agrária nos Campos do Sul: a expansão do capitalismo no campo e a integração da agricultura portuguesa ao mercado europeu.¹⁸⁴

O grande entrave da Lei Barreto seria como adequar uma lei de contra reforma agrária num marco legal que favorecia a reforma agrária? A lei teve que se ater a um pormenor da antiga lei de reforma agrária, que se estabelecia para evitar ou corrigir ocupações de pequenas e médias propriedades, e ampliar esse pormenor até ao ponto que fosse colocado em causa o próprio processo de reforma agrária. Foi mediante esses critérios que a lei passou numa Comissão Constitucional, apesar de ser notícia de que “teria acontecido aquilo que alguns observadores designam por “votação política””.¹⁸⁵

Para além dessa esfera do Direito do Estado, nas ruas, houve uma intensa mobilização por parte dos apoiantes e trabalhadores da reforma agrária. Antes da votação final da Lei Barreto, vários cartazes contrários a lei foram colocados em Lisboa e Porto. As autoridades, entretanto, fizeram a limpeza desses cartazes.

Brigadas compostas por elementos da Polícia de Segurança Pública e das Câmaras Municipais de Lisboa e Porto, limpavam ontem à noite as duas cidades, dos cartazes de pano em que se repudiava a “Lei Barreto” sobre a Reforma

¹⁸² Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-I-003-MÇ006 (12)

¹⁸³ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-I-003-MÇ006 (12)

¹⁸⁴ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-I-003-MÇ006 (12)

¹⁸⁵ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: Diário de Lisboa, 16/09/77 STADB-I-003-MÇ006 (13).

Agrária. Em Lisboa [...] cerca das 22 horas, uma das brigadas procedia à remoção dos cartazes na Baixa. De todos os cartazes, não senhor, a “limpeza” era só para aqueles que se manifestaram contra a “lei Barreto”.¹⁸⁶

Proibiu-se também uma feira de produtos da reforma agrária, organizada pelo PCP em Belém, prevista para acontecer como manifestação contrária a Lei Barreto por falta de autorização da Câmara Municipal de Lisboa.¹⁸⁷ O secretário de Estado Roque Lino também proibiu, no mesmo dia, “a realização de uma sessão de cinema de apoio à Reforma Agrária que a Comissão de Trabalhadores e os delegados sindicais da Secretaria de Estado da Comunicação Social pretendiam promover”.¹⁸⁸ Vários eram aqueles que se posicionavam a favor da reforma agrária, contrários à Lei Barreto. Data desse período também um abaixo assinado de apoio à reforma agrária de um grupo de intelectuais, entre eles José Saramago e várias organizações populares como “a Comissão dos Moradores de Benfica, a Comissão de Moradores da Freguesia de S. Jorge de Arroios, as Comissões de Moradores de Amora, a Comissão de Trabalhadores e Comissão Intersindical da Lusotecna, a Comissão de Trabalhadores da Transtejo, a Comissão de Trabalhadores da EFACEC/INEL (Sul), o Sindicato dos Trabalhadores Gráficos do Sul e Ilhas Adjacentes, o Sindicato dos Ferroviários do Centro, todos os Sindicatos Agrícolas da Zona da Reforma Agrária, a Comissão coordenadora Central do Movimento de Apoio aos Pequenos e Médios Agricultores, a SETENAVE [...], a TEP-CLIMA [...], os Sindicatos Agrícolas de Santarém, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgico do Alentejo, etc.”. Também foram convocadas, nesse período, inúmeras convocações para manifestações e chamadas de paralisação geral em alguns municípios, em nome de protesto contra a Lei Barreto.¹⁸⁹

Houve também, nesse período, protestos da direita política, quase sempre violentos, contra a reforma agrária. Em Setembro, “enquanto a Comissão Constitucional

¹⁸⁶ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-I-003-MÇ006 (15)

¹⁸⁷ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-I-003-MÇ006 (15)

¹⁸⁸ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: Diário de Lisboa, 16/07/77. STADB-I-003-MÇ006 (15)

¹⁸⁹ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: DL 21/10/78 STADB-I-003-MÇ006 (18).

discutia a Lei Barreto seis bombas explodiam em Lisboa, no Alentejo e no Ribatejo. Foram atingidos centros de reforma agrária na capital e em Beja, Évora, Santarém, Setúbal e Alcácer do Sal”.¹⁹⁰ Sobre a sombra dessas ações, emergia ainda um discurso conservador em relação à reforma agrária. As acusações do *Jornal dos Agricultores* eram que as UCPs eram formas de “agrupar em brigadas as populações rurais”. Seguiu a matéria que

em Beja [...] velho feudo comunista, onde o PCP conta já com uma vítima assassinada em 1954 no decurso de uma manifestação, as cooperativas aproximavam-se mais da sovkhozes (herdade do Estado) ou dos kolkhoses (agrupamento de camponeses pondo tudo em comum, sob a direção de um agente de Estado).¹⁹¹

Concluía-se que as UCPs eram, portanto, uma tentativa de sovietação do Alentejo.

Havia também um discurso crítico na esquerda sobre a reforma agrária, notadamente dos movimentos não afeitos ao PCP. Assim, no *Jornal Voz do Povo*, acusava-se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Beja de agir com autoritarismo, por barrar uma proposta de criar um contrato coletivo de trabalho, como os que aconteciam em 1974, que iria defender os interesses dos trabalhadores contra as UCPs e outros trabalhadores dos agrários. Ao que parece, a proposta tinha conotação de disputa de poder, aproveitando um problema real e os conflitos e insatisfações de alguns trabalhadores frente a algumas UCPs. Por um lado, os dirigentes das UCPs acusavam essas correntes mais radicais de esquerdismo. Por outro, essas correntes mais radicais argumentavam que os trabalhadores das UCPs eram explorados da mesma forma como qualquer trabalhador assalariado.¹⁹²

O governo do PS de Mário Soares estabeleceu os preceitos legais para acabar com a reforma agrária, mas não a acabou. O governo do PPD que o sucedeu de fato executou as reservas e extrapolou os limites legais das mesmas. Os movimentos contrários à lei 77/77 não conseguiram reverter o marco legal da reforma agrária, mas foram eficazes em

¹⁹⁰ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: Diário de Lisboa Setembro 77 STADB-I-003-MÇ006 (17).

¹⁹¹ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-I-003-MÇ005 (3)

¹⁹² Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-I-003-MÇ005 (3)

frear os planos do ministro Barreto de uma contra reforma agrária imediata. A mobilização dos trabalhadores contrários à Lei Barreto não foram em vão e conseguiram segurar a reforma agrária até finais da década de 1970 e inícios da década de 1980, quando os processos de entrega das reservas foram mais acentuados.¹⁹³ Para o secretariado das UCP/Cooperativas tratou-se de uma “ofensiva marcadamente de classe, ilegal, inconstitucional e anti-democrática” que tinha como principais pontos:

estrangular financeira e economicamente as UCP/Cooperativas Agrícolas inviabilizando-as”; “Retirar às UCP/Cooperativas Agrícolas o máximo das suas melhores terras, gado, máquinas e outros produtos no mais curto espaço de tempo e entregá-los aos grandes agrários reaccionários e absentistas, liquidando assim as UCP/Cooperativas Agrícolas, destruindo a Reforma Agrária e reconstituir os latifúndios e grandes explorações capitalistas; baseando-se para isso na odiosa lei-Barreto”; “atirar para o desemprego, a fome e a miséria largos milhares de trabalhadores, criando um clima de instabilidade social.”¹⁹⁴

Como disse Álvaro Cunhal, em discurso proferido em Baleizão, no dia 19 de Maio de 1979 (no aniversário de 25 anos da morte de Catarina Eufémia), para uma concentração estimada em 12 mil pessoas,

a Lei Barreto é má, é péssima. Mas mesmo essa lei não chega ao Governo Mota Pinto. O Governo Mota Pinto viola diariamente a própria lei Barreto, para entregar mais e mais terras aos agrários, na pressa de destruir as UCPs e Cooperativas e restaurar os latifúndios.¹⁹⁵

Entre os exemplos, Cunhal fala do caso da

UCP Resistência (Ponte de Sôr) em que o Supremo Tribunal Administrativo deu razão ao recurso da UCP, mandou suspender o despacho do MAP dando uma reserva, mas quando os trabalhadores se dirigiam para lhes ser restituída a terra foram recebidos a tiro pelos agrários. E temos também o caso da Galeana em que o MAP se recusou a cumprir a decisão do Supremo Tribunal Administrativo que mandou suspender o despacho do MAP, pelo que a herdade, ilegalmente

¹⁹³ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-B-A-001-MÇ005 (F15).

¹⁹⁴ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (F25)).

¹⁹⁵ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-I-004-MÇ001 (1)

entregue ao agrário Joaquim Grave, deveria ter sido imediatamente restituída aos trabalhadores da UCP da Galeana.¹⁹⁶

O PCP calculava, na altura, que a Lei Barreto atingisse cerca de 50% das áreas da reforma agrária. Entretanto, os processos de entrega de reserva ao final da década de 1970 e início de 1980 chegaram a atingir quase integralmente as áreas das UCPs e cooperativas, o que, segundo se especula, poderá ser um indício de irregularidades sobre as próprias normas da lei 77/77. Relatam-se, por exemplo, várias denúncias de entrega de reservas a filhos de proprietários que nunca viveram da terra como manobra para duplicar, triplicar e quadruplicar a área de reserva a ser entregue aos agrários; denúncias de “roubo” de vacas por parte dos técnicos dos ministérios que as entregaram aos agrários.¹⁹⁷ Noutras situações, relatou-se casos nos quais a mesma agrária recebeu duas vezes reservas. Em outros,

o MAP/CAP ofereceu, ainda ontem, a herdade Vale do Pepino ao agrário de 81 anos Major José Maria Freire Júnior, que nunca a explorou, pois sempre a trouxe arrendada. Nesta herdade, que constituía o coração da UCP, os trabalhadores investiram centenas de contos na construção de 2 casões para máquinas, 2 tanques, 2 malhadas de porcos, na reparação do monte, que se encontrava impróprio para habitar e na desmatagem de 25 ha de terra. O próprio parecer técnico-jurídico reconheceu que a inclusão da herdade na reserva afectava fatalmente a viabilidade da UCP. Esta propôs que a reserva não deveria ultrapassar os 35.000 pontos e que deveria ser localizada nos prédios não ocupados pelos agrários.¹⁹⁸

Além desses casos, em Beja, “foi assaltada por dezenas de GNRs e dois funcionários do MAP que entregaram a Herdade Paço de Safrins [...] a herdade agora retirada à UCP possui uma das melhores malhadas de porcos do circuito fechado, onde os trabalhadores investiram mais de 900 contos para além de muitos outros investimentos”; “foi destruída totalmente a Cooperativa “Para Frente Sem Medo” em Ferreira do Alentejo constituída pela Herdade do Outeiro de 496 ha que foi entregue a uma senhora falecida há menos de um mês”; a Cooperativa Vale Pães da Vidigueira pretendia arrendar a herdade

¹⁹⁶ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-I-004-MÇ001 (1)

¹⁹⁷ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (F25))

¹⁹⁸ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (F25)).

das pedras de 500 ha a António de Matos Barreto de 78 anos, professor catedrático reformado.¹⁹⁹ Mas como este faltou a um encontro previamente marcado no CRRA de Beja, este resolveu, com o argumento de que havia que cumprir mesmo o protocolo, entregar a herdade a si próprio; “A UCP Esquerda Vencerá de Pias foi assaltada por 4 brigadas do MAP e dezenas de GNRs que rebuscaram toda a UCP, agrediram trabalhadores e, para cúmulo dos cúmulo, roubaram a lenha do caseiro e os baldes das mulheres que andaram na apanha de azeitona, partiram bilhas de água, tudo isto a coberto da devolução de máquinas e gado a dois”.²⁰⁰

Em um panfleto encontrado na documentação da secretaria distrital das UCPs havia uma lista sobre as razões pelas quais os apoiantes e dirigentes da reforma agrária protestavam:

protestamos contra: 1. A política anti-constitucional do Governo e do MAP, contra a política repressiva, criminosa e anti-nacional. 2. A inviabilização e destruição das UCPs e Cooperativas; 3. Contra as arbitrariedades e ilegalidades conforme os exemplos: -Destruição da Cooperativa “Para Frente Sem Medo” em Ferreira do Alentejo, no dia 14 do corrente com a atribuição de 496 hectares à falecida Noémia Borrvalho; - A entrega de reserva na Cooperativa Vale de Pães, sem reservatório, em que o Centro regional entrega ao próprio Centro, 499 hectares. – A entrega da herdade da ponte” “O Governo Mota Pinto/PPD, o MAP/Vaz Portugal/Ferreira do Amaral e todas as forças reacionárias estão a destruir as nossas UCPs/Cooperativas.”²⁰¹

A partir de 1979, o processo de contra reforma agrária ganhará mais força. A aplicação da Lei Barreto pelos governos dos partidos conservadores (PPD, CDS, PDS) será implacável com a reforma agrária, passando também por vários casos de irregularidades no processo de entrega das reservas aos agrários. Ao que parece, portanto, houve excessos na interpretação da Lei Barreto em favor dos agrários por parte dos órgãos do Estado, MAP e GNR. Por mais que a própria lei tenha tido, intencionalmente, o propósito de retirar o

¹⁹⁹ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (F27))

²⁰⁰ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (F27))

²⁰¹ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (F30))

máximo de terras possíveis do comando das UCPs, muitas outras terras foram retiradas à margem dela própria.

O Secretariado das UCPs de Beja denunciava, por exemplo, que:

desde que o MAP iniciou o processo de entrega de reservas, aos trabalhadores das Unidades Colectivas/Cooperativas nunca foi permitido o exercício do direito de tratar e colher os frutos pendentes. São frequentes as intervenções da GNR proibindo que sejam levados a cabo os trabalhos agrícolas necessários, tais como, adubações, mondas e ceifas. São frequentes os roubos dos frutos pendentes aquando da ceifa. São frequentes as prisões e julgamentos dos trabalhadores que, em dado momento, procediam ao tratamento ou ceifa de tais frutos. Tais violações dos direitos das Unidades Colectivas/Cooperativas são levados a cabo pela GNR, a pedido das reservas e em último grau, em cumprimento das directivas do MAP dá à própria GNR ou às organizações locais do MAP. A questão dos frutos pendentes situados em áreas entregues de reserva, tem disposições legais que a regulamentam. São elas o ato. 36º. Da Lei 77/77 e os artigos 27 e 28 do DL 81/78. Resulta claro da alínea b) do no. 2 do ato. 36º. Da Lei 77/77 que as empresas agrícolas afectadas por reservas têm direitos aos frutos pendentes.²⁰²

Em Junho de 1979, o secretariado distrital das UCPs/Cooperativa de Beja afirmava que “os agrários já receberam 50.000 pontos” e que “16 reservas/devoluções poderão ser marcados de um dia para outro”.²⁰³ Em 1980, as denúncias em relação ao processo de entrega de reserva se intensificaram, como a denúncia de uma entrega de reservas a quem há tempos morava em Lisboa:

o MAP/CAP pretende entregar, hoje, reserva de 167 há e 80 mil pontos ao agrário George Francisco de Sousa e Castro Black, o Visconde, e outra de 175,7 ha e 91.167 pontos aos filhos Francisco e Maria Teresa (o primeiro é funcionário da Embaixada da Espanha e sócio de ECA e ela reside na zona de Lisboa já mais de 15 anos). Como o Visconde é o único que explorava todas as herdades, por intermédio do feitor Caixinha, o MAP/CAP “só” pode entregar 1 reserva de 70 mil pontos e não 2 de 175 167 pontos, como pretende.²⁰⁴

O direito de reserva não somente abrangia os antigos proprietários, mas também a esposa do proprietário e os seus filhos. Então de herdeiro a herdeiro, cada qual tinha o

²⁰² Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (F1)).

²⁰³ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (18)).

²⁰⁴ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (F1) (2))

direito a sua própria reserva, e de reserva a reserva a terra ia voltando diretamente para a mão dos agrários. Para além desses artifícios legais, denunciava-se ainda que

o governo fascizante de Carneiro/Amaral tem vindo, progressivamente, a caminhar para o descalabro. Com o aproximar das Eleições perde as estribeiras e a corrupção e os escândalos caracterizam a sua prática diária. Sá Carneiro não explica ao País como fez desaparecer a sua dívida de 33 mil contos ao BESCL; João Goulão já ofereceu ao seu amigo e colaborador Prates Canela 13 reservas e pretende entregar-lhe outras. Rocha Dias, funcionário dos SGEF de Beja ofereceu 30 hectares da UCP Planície Dourada ao seu próprio pai e ativista da CAP. No nosso distrito foram já reconstituídos 24 grandes latifúndios (que a constituição manda acabar) que ocupam uma área de 50.000 há das melhores terras.²⁰⁵

Segundo o sindicato, a intenção do MAP era entregar cerca de 2.500 reservas (580 só em Beja) aos agrários, o que consistia em 700.000 hectares para expropriarem de UCPs e Cooperativas. O saldo, em 1980, era de 100.000 hectares devolvidos, 13.000 trabalhadores desempregados, 600 agressões de trabalhadores pela GNR, 200 UCPs e Cooperativas com o crédito agrícola cortado.²⁰⁶ Em reação a isso, o sindicato planejou fazer uma “grande manifestação na cidade de Beja” cujos principais tópicos seriam a “revogação da Lei Barreto”, “fim das ofensivas” e “fora com o governo”. Afirma-se ainda que “a luta de massas, organizada, correta, tem sido e continuará a ser a principal forma de luta com a qual temos defendido a Reforma Agrária e o 25 de Abril”. Num documento do sindicato, constava ainda que “o Plenário decidiu que as UCPs/Cooperativas atacadas devem continuar a ter cada vez mais apoio das outras UCPs/Cooperativas e de trabalhadores de outras classes e camadas da população”.²⁰⁷

Iniciava-se aquilo que Gallo denominou como “hemorragia das UCPs”, e contra o qual foram tentadas inúmeras estratégias pelo sindicato, diretores da UCP e demais partidários da reforma agrária, tais como: a) “evitar a venda e bens e distribuição de

²⁰⁵ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (F1) (2))

²⁰⁶ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (F7;V7)).

²⁰⁷ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (F7;V7)). Documento que deve ser de 1980.

dinheiro das UCPs”, b) “estudarmos para fazermos uma boa campanha de sementeiras”; e c) a fusão de cooperativas”.²⁰⁸

Assim, os anos de 1979, 1980 e 1981 foram de intensa movimentação em prol das leis contra a reforma agrária. Várias reuniões foram estabelecidas com o intuito de protestar contra o PS e as suas alianças com a direita, o PPD e o CDS.²⁰⁹ Em Beja, o sindicato tentava se organizar em oposição às ofensivas contra a reforma agrária. Numa das reuniões do secretariado dos conselhos, deliberou-se desenvolver várias tarefas nesse sentido, desde ampliar o trabalho de informação contra a ofensiva, a organizações da “defesa da reforma agrária”, “apoio à organização das UCPs/cooperativas”, além de “organização de apoio técnico à produção, contabilidade e jurídico”.²¹⁰ Diz um documento da secretaria distrital das UCPs que “devemos pedir o apoio de todas as classes e camadas trabalhadoras para defesa da reforma agrária. Para isto, as UCP/Cooperativas devem fazer alguns plenários abertos com toda população das aldeias”.²¹¹ O documento denunciava ainda o aumento do roubo de terras, gado e máquinas, reclamava em relação às dívidas das UCPs e ao corte do crédito agrícola e por fim exclamava que o “Governo Mota Pinto/PPD/CDS, manda espancar, prender e julgar sumariamente os trabalhadores”.²¹²

Além disso, exigia-se do governo o cumprimento da Constituição, “nomeadamente no que respeita à reforma agrária”, “à revisão de todas as reservas ilegais e a conseqüente devolução às UCPs/Cooperativas das terras que foram ilegalmente retiradas”, o “pagamento de subsídio do trigo [...] indenizações de frutos pendentes [...] da

²⁰⁸ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (F7;V7)). Documento que deve ser de 1980.

²⁰⁹ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (2)).

²¹⁰ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (9)).

²¹¹ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (F30))

²¹² Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (V25))

cortiça”.²¹³ Outra solução apontada pelas UCPs dizia respeito a “melhorar a democracia interna e a organização do trabalho nas UCPs/Cooperativas”.²¹⁴ Em outro documento, continha-se que um dos papéis de luta contra o desmantelamento da reforma agrária era a política de denúncias dos excessos cometidos, verificando minuciosamente qual a área de reserva de cada UCP, e todo tipo de abusos, como violência da GNR, a questão dos frutos. Além disso, nas áreas nas quais as reservas foram entregues, tentavam-se dois pontos: “negociar com os agrários contratos de arrendamento ou outras formas que permitam manter nas nossas mãos a maior área possível” e “exigir que os agrários admitiam o maior número de trabalhadores, onde haja condição para isso”.²¹⁵

Estas manifestações, dessa vez, não conseguiram frear o acelerado processo de entrega das terras aos proprietários. Em 1981, com o processo de devolução das terras praticamente concluído, um documento do STRB dizia que: “só a existência dos Secretariados e Sindicatos permitiu que ainda hoje, cerca de 4 anos de ofensiva permanente contra a Reforma Agrária, esta se mantenha de pé, com mais da metade das terras inicialmente ocupadas”.²¹⁶ Mas refere que há dificuldades, financeiras, falta de quadros, além de “incompreensão das UCPs”.²¹⁷

Algumas UCPs e cooperativas do distrito continuaram a existir por meio de arrendamento, nos casos que possuíam condições para isso. A seguir, restava ao sindicato a própria luta sindical, cumprindo parcialmente a sua tarefa de organização da classe trabalhadora (a portuguesa) nos campos do Sul. Essa organização sindical, entretanto,

²¹³ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (F7;V7))

²¹⁴ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (F7;V7))

²¹⁵ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (F7;V7))

²¹⁶ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (F7;V7))

²¹⁷ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (F7;V7))

jamais chegou a incluir os imigrantes, ilegais de tudo, que se tornaram, uma mão-de-obra cada vez mais preponderante na agricultura alentejana até aos dias de hoje.²¹⁸

6.5 O fim da UCP Terra de Catarina

No caso específico da UCP Terra de Catarina, algumas dificuldades criadas exclusivamente pelo Estado já eram percebidas, antes mesmo das entregas da quase totalidade das terras aos agrários. Uma delas era a cobrança da dívida do Crédito Agrícola de Emergência que perdurou enquanto a UCP existiu. Segundo José, o governo tomou 100 mil contos da UCP em taxas de juro e demais cobranças abusivas, o que acabou resultando na venda das máquinas, tratores e alfaias da UCP para pagamento do crédito. Com o corte desse crédito, o Estado também não ofereceu nenhum outro tipo de incentivo financeiro à produção agropecuária e os trabalhadores tiveram que, sem qualquer auxílio, produzir e pagar as dívidas do CAE. Com a entrega das reservas, essa situação só se agravou. Conta o citado entrevistado que “já depois das searas estarem preparadas para serem ceifadas, foram entregues as reservas para os proprietários e nós ficávamos com a despesa das sementeiras”.

O Centro de Reforma Agrária de Beja, a esta altura, já havia se transformado naquilo que Hespanha denominou de “mero despachante de entrega de reservas” e importunava, o tempo todo, a UCP, acerca de casos que envolviam touros bravos a devolver para antiga proprietária da Quinta de São Pedro,²¹⁹ ou de um prédio rústico que a UCP deveria devolver ao antigo proprietário. Sobre esse último caso, que data de 15 de Março de 1977, a direção da UCP, imediatamente após receber a intimação do diretor do CRRAB, requereu ao centro “uma fotocópia do documento que efectiva a obrigação de devolver ao ex-proprietário a referida casa e requerer a respectiva nota de notificação para que seja assinada”. Argumentava-se que o prédio em questão era “um prédio urbano que se compõe pelo rés-de-chão que se destinava à habitação e oficina de lavoura”, de

²¹⁸ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (F7;V7))

²¹⁹ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-H-001-MÇ020 (50)

aproximadamente 4.212 m².²²⁰ Em outra carta da UCP ao Centro, argumentava-se que o ex-proprietário já possuía bastantes habitações. O documento consta ainda que

não estando em causa o seu direito à habitação, pelo que, a ser legal, não será correcta a entrega do referido prédio. Embora o referido prédio possa estar inscrito na matriz urbana, o que falta provar, (pois não tem qualquer valor legal os documentos recebidos, visto serem simples fotocópias não autenticadas) não significa isto que tal prédio seja urbano. Para que um prédio seja considerado urbano é necessário que tenha autonomia económica. Conforme consta do “simples” papéis que recebemos, está nele (sob o mesmo artigo) incluída uma oficina e lavoura, retirando-lhes este facto a autonomia económica, sem a qual não pode ser considerada um prédio urbano, mas sim rústico.²²¹

Para os diretores da UCP, uma das provas irrefutáveis de que o prédio era mesmo parte integrante da herdade, ao abrigo, assim, da lei da desapropriação de prédios rústicos, eram algumas construções anexas ao prédio como a casa do feitor, câmara para toureiros e a casa do “chauffeur”.²²² Nenhum desses argumentos fora suficiente para convencer o diretor do CRRAB, que redigiu um aviso que obrigava a UCP a entregar as chaves do referido prédio, sob “pena prevista no artigo 2º do decreto-lei 492/76”.²²³ A UCP tentou ainda argumentar que, sendo um prédio urbano e não agrícola, a sua devolução ficara a cargo de outro centro, que não o de reforma agrária, que deveria, em tese, se ater unicamente as questões que envolviam herdades e a produção agropecuária.²²⁴ Nenhum argumento, entretanto, surtiu efeito. O prédio foi entregue ao antigo proprietário ainda no ano de 1977.

O diretor do Centro ainda tentou fazer a mediação política com a UCP e argumentou “que a notificação enviada [...] dizia unicamente respeito à chave da casa

²²⁰ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-H-001-MÇ020 (53)

²²¹ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-H-001-MÇ020 (59) Assina direção da UCP

²²² Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-H-001-MÇ020 (59) Assina direção da UCP

²²³ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: 6/4/77 STADB-H-001-MÇ020 (64)

²²⁴ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: 6/4/77 STADB-H-001-MÇ020 (64)

principal de habitação, não lhes sendo pedida mais nenhuma parcela da referida Quinta”.²²⁵ Mas o fato é que tanto no caso dos touros, quanto no caso de imóveis de habitação rústica, ou da Herdade da Cigana, o direito de propriedade ia sendo gradativamente restaurado na esfera local, como pretexto de reparação da reforma agrária. Para os trabalhadores, entretanto, esses casos eram mais do que uma simples normatização da reforma agrária, como queriam alguns técnicos do ministério e políticos do PS mais à direita. Era quase como um prenúncio do que estava por vir nos anos subsequentes.

Ainda que aprovada no ano de 1977, os efeitos da Lei Barreto não foram imediatos. Como foi colocado acima, houve uma pressão popular em defesa da reforma agrária que conseguiu frear os ímpetus de desarticulação total da reforma agrária, como havia prometido o ministro em conferência com investidores internacionais em Estocolmo, ainda no início do referido ano. Em Baleizão, o processo de desagregação das UCPs foi mais forte no início dos anos 1980, ainda que muitas das UCPs vizinhas tivessem sido totalmente destruídas ao abrigo da lei 77/77. Os protestos contra a Lei Barreto variavam à escala nacional, como as marchas nacionais e protestos de agricultores em Lisboa, programadas pelas conferências da reforma agrária. Havia, porém, muitas manifestações e protestos ao nível local, como ocupações dos centros de reforma agrária por trabalhadores ligados às UCPs, nas quais eram acusadas pelo MAP e o PS de “atos de vandalismos”.²²⁶ Os protestos tinham como foco principal a destituição das terras e a Lei Barreto. Entretanto, muitas vezes os trabalhadores denunciavam abusos que estariam a margem da referida lei. Casos de violência policial, casos de posse dos bens das UCPs pelos agrários sem qualquer tipo de indenização, casos de desapropriação sem critério legal, entre outros. As denúncias que tomavam conta, no caso da UCP Terra de Catarina, eram ligadas ao abuso da violência policial e à tomada de posse de sementes e de outros insumos agrícolas pelos antigos proprietários. Se houve, pelo menos em níveis dos técnicos do Estado, no momento das ocupações dos trabalhadores rurais, uma preocupação mínima de

²²⁵ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-H-001-MÇ020 (66)

²²⁶ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: STADB-I-003-MÇ005 (2)Diário Popular 10-05-77

preservação do patrimônio dos antigos proprietários, o mesmo não se pode dizer quando os antigos proprietários tomaram as terras de volta. Em regra geral, são muitas as denúncias de casos de abusos do poder nessa direção.

Se, no plano político institucional, havia, entre as forças político-partidárias favoráveis à reforma agrária, várias discordâncias e receios em torno de qual seria o processo ideal para a reforma agrária, entre as forças político-partidárias contra a reforma agrária havia uma sólida unidade política. A direita política não teve qualquer receio em “desagradar” as forças de esquerda em nome de um suposto consenso, de uma pacificação da nação, de cumprir rigorosamente as leis de reforma agrária e a Constituição, de respeitar a democracia e os direitos humanos. Se houve, entre os quadros favoráveis da reforma agrária do PS, e mesmo do PCP, em menor ou maior grau, um conjunto de dúvidas e receios sobre qual rumo seria o mais correto da reforma agrária, para o PPD/PSD-CDS a ordem era uma só: acabar com a reforma agrária e restaurar o sistema do latifúndio, independente do custo que se podia ter.

Ao nível local, o processo de retomada de terras pelos agrários decorreu sob inúmeros episódios de violência e espancamento. Assim, menos de 10 anos depois do 25 de Abril de 1974, os oficiais da GNR foram novamente destacados para cumprir a sua antiga função social desempenhada na época do Estado Novo: a de cães de guarda dos proprietários de terras. Com raras exceções, uma a uma, as terras foram tomadas e devolvidas aos antigos proprietários, mesmo com todo o protesto dos trabalhadores, que pouco puderam fazer frente ao poderoso aparelho militar que era instaurado para a entrega das reservas.

Silveira (2012 Baleizão: 11 de Dezembro) lembra-se que as terras da UCP Terra de Catarina “foram tomadas praticamente à força. E era a força de quem tinha o poder e de quem se fazia acompanhar de uma força armada contra os trabalhadores do campo, aqueles que trabalhavam no dia a dia”. Manuel conta que

hoje apanhava e dava ao agrário, amanhã dava a outra, agente ia lutar contra isso e assim se passou até que foi tudo, né verdade, foi tudo pra eles. E a gente pra quem passou pra aqui, ficamos na Alemanha, outros ficavam na França, e ficou muita gente lá fora. E passou-se assim a luta da reforma agrária. Comigo. Com vários camaradas. E assim. Não tenho mais nada a dizer. Manuel (2012 Baleizão: 12 de Dezembro).

José também afirma que “a reforma agrária, em si, deixa muitas, muitas nuvens negras no pessoal que aqui trabalhou, pela GNR que nessa altura andavam aí que nem uns cães e os governos em si entregaram isso aos latifúndios, cujos donos não exploram as terras” (2012 Baleizão: 14 de Dezembro). Miguel (2012 Baleizão: 11 de Dezembro) relata que houve quem chegasse a contar armas, imaginando a possibilidade de uma resistência militar. Entretanto, mesmo quem defendia esse tipo de resistência deparava-se com uma realidade óbvia: não havia quaisquer condições para uma revolta armada dos trabalhadores da UCP, seja pela falta de equipamentos militares, seja pelo material humano.

Quando foi efetivada a entrega das reservas e o fim da UCP Terra de Catarina, havia, ainda, muitos motivos de desgaste entre as pessoas, o que acabou desmotivando mais ações massivas de resistência. O preço do cereal não era mais o mesmo. A dívida com o Crédito Agrícola de Emergência se tornara impagável, mediante as taxas de juros praticadas. E muitas das pessoas envolvidas com a reforma agrária já estavam, com mais de 55 anos, em idade de se retirar. Além disso, Miguel (2012 Baleizão: 11 de Dezembro) diz que “não conseguiu pagar salários, precisava-se dez pessoas, ocupava-se 20. Pra não ter desemprego”.

Francisco (2012 Baleizão: 12 de Dezembro) conta que nesse período de entrega das reservas, Baleizão encontrava-se em Estado de sítio. “Só o que se via eram tropas, guardas, cavalos a pé, vinham, perto de 50 pra uma herdade, pra entregar ao dono, não deixavam os trabalhadores, pronto, expulsavam mesmo, os trabalhadores eram até maltratados pela própria força de segurança” Francisco (2012 Baleizão: 12 de Dezembro).

A forma de oposição da população, que, regra geral, refutava a ideia de pegar em armas, era a resistência pacífica. Eles sabiam quando ia acontecer a entrega das reservas e aglomeravam-se para ajudar os trabalhadores de outras herdades a resistir. Muitas vezes, contava-se com a ajuda de companheiros e companheiras vindos de outras UCPs e freguesias.

O povo opôs [...] protestou até que pode, mas contra a força não havia resistência. Estava em Estado de Sítio, né? Era guarda por todo lado. Tinha terras pra todo lado, e quando se percebia que uma herdade ia ser devolvida aos antigos donos né, os trabalhadores mobilizavam-se e concentravam-se nessas áreas antes da entrada e simplesmente eram expulsos, e havia cavalos, até as armas apontadas e as pessoas eram obrigadas a recolher, a recuar, e só o que restava era protestar, nossa presença, protestar contra o que estava a acontecer. E o tempo passou e um dia um, um dia outro, e praticamente os senhores da terra ficaram novamente donos. Urbano (2012 Baleizão: 12 de Dezembro).

Urbano (2012 Baleizão: 12 de Dezembro) lembra-se que “a GNR vinha sempre acompanhar as entregas das reservas, [...] a GNR acompanhava os senhores, os senhores do centro agrário lá do departamento do Estado juntamente com uns agricultores ou aqueles patrões na altura, vinham tirar reservadas”. Senhor Silveira conta que

as pessoas para voltarem a ter as terras faziam-se acompanhar da GNR em grande escala, ou seja, estamos a falar, se calhar, de batalhões, de agrupamentos da GNR que acompanhavam os antigos proprietários para, de alguma forma, expropriar, voltar a expropriar os trabalhadores da terra. E depois isto foi acontecendo, foi acontecendo, foi acontecendo e acabou por extinguir em Baleizão como nos outros... nas outras aldeias, em outros conselhos, acabou por desaparecer praticamente, as UCPs acabaram por desaparecer. Siveira (2012 Baleizão: 11 de Dezembro).

O sindicato de Beja guarda, até hoje, inúmeros registos de queixas e fotografia de trabalhadores rurais espancados, algumas mulheres, outros senhores de idade, pela Guarda Nacional Republicana. António Gervásio (2009), um dos mais importantes fotógrafos e responsável por um enorme arsenal de fotografias da reforma agrária portuguesa, também relata, em várias fotografias, esses episódios de violência policial.

Muitos dos agrários esperaram por receber a terra e venderam-na quase imediatamente a grupos empresariais, majoritariamente estrangeiros. Em Baleizão, a maioria das terras está em posse de um grupo espanhol do ramo da olivicultura. Poucos foram os latifundiários que continuaram na terra após a entrega das reservas. A família Pessanha Sobral foi uma das poucas exceções, estabelecendo-se no ramo da vinicultura, na Herdade Paço do Conde.

Silveira refere que, na época, instaurou-se um clima de ódio no ar, dos trabalhadores, para com os proprietários.

Isso depois foi se dissipando, acabaram que estes proprietários, de alguma forma, irem integrando alguns desses trabalhadores. Alguns desses trabalhadores foram, começaram depois a trabalhar não para este, mas para outro proprietário e acabaram por se dissipar. A relação agora é uma relação normal, uma grande parte dessas pessoas já estão reformadas e os que não estão reformados, alguns trabalham para essas pessoas, não é, esses "antigos inimigos". Silveira (2012 Baleizão: 11 de Dezembro).

Mesmo após esse processo de entrega de reservas e de demissão de trabalhadores, a UCP Terra de Catarina continuou a existir durante toda a década de 1980. David conta que, nesse tempo, a dívida ao Crédito Agrícola de Emergência passou a ser cobrada diretamente na EPAC. A regularização dos trabalhadores na Segurança Social também impôs certas dificuldades às UCPs, que já não funcionavam em plenas condições produtivas. Decidiu-se, então, que se iriam pagar os descontos dos trabalhadores, mas a EPAC não dava condições.

Tivemos que arrumar portas e travessas para conseguir meter as sementes em nome de trabalhadores que tinham cartões na altura, os chamados produtores e conseguimos meter as sementes assim, pra conseguirmos arranjar algum dinheiro pra ter como, face as despesas que íamos tendo né. David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro).

A dívida ao Crédito Agrícola de Emergência cresceu de forma a que os juros fossem superiores à dívida. “Foram cobrando, cobrando, cobrando, quer dizer o dinheiro todo que a gente devia, só que entretanto a dívida” David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro).. Durante algum tempo, o boicote à EPAC funcionou, mas, posteriormente, tiveram que tentar pagar as dívidas que se acumulavam cada vez mais. Depois de reuniões com a direção financeira da UCP, esta decidiu hipotecar parte dos bens da UCP. David lembra que, naquela altura, a dívida era de 30 mil contos e os bens adquiridos pela UCP, tratores, ceifeiras, alfaias, foram hipotecados no valor de 60 mil contos. Entretanto, mesmo com a EPAC negociando o valor da dívida, David recorda-se de, no final da hipoteca, ela já ter crescido para os 60 mil contos.

Quando fizemos essa hipoteca ficou acordado inicialmente, ficou acordado com as finanças de nós, de nós pagarmos 20 mil contos por ano, 10 mil contos de 6 em 6 meses. Então a piada é que a primeira vez que fomos a finanças tivemos que levar o cheque visado, e quando lá chegamos perguntamos os valores das finanças, a dívida que a gente tinha que pagar, portanto, que era 10 mil contos, dava 10 mil e poucos contos. Eu sei que um dos senhores das finanças disseram que eram 20 e um mil e mais qualquer coisa, portanto, em vez de pagar 10 mil tinha que ser 20 mil. E isso nos 6 meses, nós dissemos, o acordo que fizemos foi dos 10 mil, ah mas tem os juros, sei que nós pagamos ainda durante os três anos, pagamos, pagamos, eles aceitaram, pagamos 20 mil contos por ano. Pagamos a prestação e os juros continuaram a ficar. David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro).

Sobre a posição intransigente do governo no processo de entrega de reserva e o endividamento das UCPs com o CAE, as dificuldades das UCPs foram acentuadas de

forma gritante, a ponto de tornarem o que restou dela como algo inviável de funcionar sobre o mesmo padrão de empregabilidade, produtividade e lucratividade de antes. Na UCP Terra de Catarina, segundo um relatório de 1979, a

situação financeira é grave porque a cotização continua atrasada, principalmente nos conselhos onde não existe secretariado [...] O secretariado vai passar a ser angariador de seguros [...] O secretariado considera difícil o aceitar e aplicar a proposta de aumento de vencimento dos contabilistas. Aprovado pagar 5.000\$00 por mês ao João Teixeira Nogueira pelo curso que está a dar, de formação de contabilistas. Técnicos agrícolas pretendem ganhar 12.000\$00 por mês.²²⁷

Em outro relatório, reclamava-se da variação de salários e outros problemas trabalhistas na produção de azeitonas, e a reunião do pleno do secretariado distrital das UCPs recomenda “a empreitada, como forma mais correta de se responder à grande produção”.

David conta que a UCP Terra de Catarina passou por imensas dificuldades no período em que esteve à frente da direção, no início da década de 1980. Antes disso, as dificuldades se restringiam àquelas “próprias de quem logo no princípio, de quem tinha começado uma coisa nova, não estávamos muito habituados, que houve aquela situação das pessoas na altura tinham uma certa experiência e foram afastadas” David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro). As divergências também eram muitas, David coloca que

claro que havia divergências entre as pessoas, as dificuldades que podiam haver havia divergências por que nesse caso a UCP havia muitas pessoas analfabetas e tínhamos aquele tempo em que trabalhavam, pronto, eram só trabalhadores que não tinham muita visão mais alargada das coisas e que puderam as vezes pra tanto os partimos pra questão da evolução e coisas novas e não sei quanto, investimentos e não sei quantos, tinha um bocadinho de entrave nisso né as pessoas mantinham talvez com um certo receio depois como havia a questão das reservas, voltava-se pra UCP [...] havia essa dificuldade a nível interno né. Mas que foram ultrapassadas e como assim no fim da nossa UCP não foi grandes problemas a nível das pessoas umas com as outras. Pronto, claro que havia divergências, havia discussões, coisas do gênero, as vezes parte até era bom. David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro).

As maiores dificuldades começaram com a desapropriação de algumas terras que pertenciam à UCP. Assim, além dos problemas já inerentes ao processo da organização

²²⁷ Documentação do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, Arquivo da Reforma Agrária de Montemor o Novo, referência: (STADB-B-A-001-MÇ005 (F6;V6)).

política e produtiva da UCP, ainda se enfrentava um grave problema com o endividamento ao Crédito Agrícola de Emergência, com a Lei Barreto e com a efetivação das desapropriações ilegais. A UCP conseguia resistir porque, segundo ele, tudo o que a UCP produzia era direcionado em três metas principais: pagamentos de salários, compras de máquinas e pagamento de dívidas. “Não havia patrão nenhum a tirar o lucro para comprar chalés no Algarve, nem nada disso, e a UCP com muito custo foi resistindo” David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro). Uma das estratégias encontradas para resolver a questão da empregabilidade era o uso do subsídio desemprego. Combinava-se que parte dos trabalhadores seria demitido para utilizar o subsídio, enquanto outra parte trabalhava e recebia salário. Depois fazia-se uma rotação nesse sentido, os que trabalhavam eram demitidos para receber o subsídio e os que estavam acabando de receber o subsídio eram reempregados novamente.

Durante os 15 anos de existência da UCP Terra de Catarina, David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro) lembra que “nunca vivemos tranquilamente durante, dizer se calhar, um ano. Era sempre chamado com os corações nas mãos como se costuma dizer”. A UCP só não conseguiu resistir à questão da retirada de terras.

E assim, com muita dificuldade, a UCP foi-se mantendo até início da década de 1990, quando houve os últimos processos de retirada das reservas. Já numa situação precária, os trabalhadores votaram e decidiram abandonar o projeto. “Em relação a área que existia não havia possibilidade nenhuma da UCP aguentar. Então, como tal, para evitar dela arrebentar mesmo, por iniciativa própria decidimos votar e tanto, ficaram um certo número para fazer a gestão da área que ficava e todo o resto ia pro desemprego”.

Em Outubro de 1990, a direção decidiu que não havia possibilidade de viabilidade da UCP e fizeram uma votação do número de trabalhadores que podiam ficar, dos que iam ser dispensados, tendo restado unicamente um efetivo de 16 trabalhadores, que continuariam a explorar as terras sobre outro formato organizacional.

Em 90 foi já o golpe final, já foi quando chegamos a conclusão que não havia já hipótese e tiraram tudo, ficou só aquela parte. Há ainda, tem uma história mais engraçada que é a questão que houve duas entregas de reservas que nós tentamos negociar com o senhor que o proprietário da terra que na altura tinha arrendado a outro mas quando foi pra pedir reserva, pediram-lhe e nós tentamos negociar com eles e os senhores do, os técnicos do ministério da agricultura na altura que iam fazer a entrega da reserva, disseram-nos ali na presença da GNR disseram com o senhor que não podias fazer o aluguel das terras a nós porque pediu reserva pra ficar com ela. Foi piada porque os senhores que disseram isso foi os

que ficaram com a terra. Os chamados técnicos do Estado, esse disseram a nós, tentámos negociar pra arrendar a terra, disseram você fez a reserva é pra você ficar com ela, não pode, não pode denunciar. E no entanto os técnicos ficaram com a primeira reserva na altura e depois mais tarde com a segunda, tiveram até uma coisa que eles tavam dentro do serviço e sabiam como é que as coisas corriam e sabiam que tinham a segunda reserva que seria entregue pra esses e o que acontece tava a postos uma sementeira e eles próprios como tinham já a primeira reserva pegaram os tratores e tavam a mexer na terra antes dela ser entregue. Dois técnicos do ministério da agricultura que ficaram com a terra, nós até fomos lá expulsá-los, mas no fim de poucos dias foi entregue, já sabiam como aquilo era, ficaram com ela. Lá um deles que hoje é um agricultor ali na zona de Quintos, tem uma área mais ou menos e os trabalhadores da reforma agrária que ficaram com a fama de roubar a terra, ficaram com eles que ficaram agricultores. Eram técnicos e ficaram com as terras. David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro).

A UCP havia sido destituída. Com o restante dos bens hipotecados, que sobraram das indenizações aos demissionários, foi construído um parque infantil em frente da Junta de Freguesia de Baleizão. David rememora que

nós da UCP durante 15 anos resistimos. Não foi tudo perfeito, houve falhas da nossa parte, mas durante 15 anos conseguimos pagar uma dívida 3 vezes. Quer dizer e conseguimos e mais quando chegamos em 1990 que houve a questão da votação dos trabalhadores para aquele número de trabalhadores ficarem, antes disso foi feita a contagem dos anos que os trabalhadores lá tinham e foi dada a indenização em relação aos anos que as pessoas lá trabalhavam. Todos os trabalhadores que existiram na UCP receberam ainda uma indenização aos anos que lá trabalharam. Depois digo que apesar de algumas falhas, de alguma coisa que pudesse ter acontecido, a UCP conseguiu resistir a tudo e a todos. Só não conseguiu resistir à falta de terra, porque a questão da UCP existia com terra, para os trabalhadores trabalharem. David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro).

No final, todas as terras foram retiradas, menos uma: a Quinta de São Pedro. Depois de findada a UCP Terra de Catarina, os trabalhadores remanescentes da UCP, ao todo dezesseis, fundaram a Cooperativa Bandeira de Esperança.

A bandeira da esperança existe só na terra da Quinta de São Pedro, foi a única que depois foi nacionalizada ou qualquer coisa do gênero, a Quinta de São Pedro também realmente era os donos dessa herdade tinham uma área maior, mas foi a única que ficou com uma parte que ficou com uma parte que é aqui os trabalhadores tão hoje. Então hoje eu penso que eles devem pagar uma renda ao Estado qualquer coisa do gênero. David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro).

Baptista estimou, em 2000, que havia 12 unidades agrícolas igual à Bandeira da Esperança ligadas ao Secretariado das Cooperativas de Produção do Distrito de Beja dispondo de 7 mil hectares (mais de 6 mil arrendados) e 70 trabalhadores” (Baptista, 2010:

194). Assim, o governo fez um contrato de arrendamento à nova cooperativa e estabeleceu-se o funcionamento da unidade de produção que até hoje se encontra ativa em Baleizão. “Saímos pro desemprego nessas condições, foi o tal naqueles 15, só que a partir daí já não havia condições para regressar, foi mais uma questão de ter optar, ou acabarem ou continuarem e deixarmos um sinal qualquer que tinha reforma agrária” David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro). “As pessoas saíram porque entenderam que havia de ir para outro lado, ou porque, pronto, estivéssemos perdendo a esperança, porque mais cedo ou mais tarde perderiam o lugar” David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro).

6.6 A Cooperativa Bandeira da Esperança

Atualmente, a Cooperativa Bandeira da Esperança conta com 700 hectares e 5 trabalhadores cooperados. A maioria dos trabalhadores iniciais faleceu, restando uns quatro senhores e um mais novo, que faz o serviço agropecuário de pasto. A terra é arrendada ao Estado.

Segundo David, foi decidido, em plenário, quais eram os trabalhadores que iriam continuar e quais iriam ser demitidos, destino da maioria. Como havia a questão do Crédito Agrícola, a dívida, que nunca fora inteiramente saldada, decidiu-se fazer a liquidação da UCP e os poucos trabalhadores que restaram fundaram a Cooperativa Bandeira da Esperança. A terra da Quinta de São Pedro nunca chegou a ser entregue propriamente aos trabalhadores. Fora nacionalizada e, com a falência da UCP, a terra retornou para o Estado, que, por sua vez, arrendou as terras à Cooperativa. Zé, atual presidente da Cooperativa, explica que

foi o Estado que tomou posse disso, de maneiras que o Estado decidiu arrendar isso a gente e arrendou-a. Na qual estamos aqui por renda. De maneira que essa renda é paga ano a ano. Estamos em dia. Como eu disse há pouco. Temos taxas, temos seguros, temos contabilidade, temos finanças, temos tudo, os trabalhadores que aqui trabalham têm todas as condições pra trabalharem aqui somente. Zé (2012 Baleizão: 14 de Dezembro).

A terra pertencia a uma família tradicional de Baleizão, que acordou com os trabalhadores a entrega dos 800 hectares à Cooperativa, desde que o restante das terras fosse devolvido. Entretanto, a terra não ia propriamente para os trabalhadores: eles

pagavam uma renda à família, a um senhorio. Depois, numa reunião em Évora, o ministro da Agricultura chamou todas as cooperativas remanescentes de UCPs onde foi perguntado se as cooperativas desejavam continuar com um senhorio ou preferiam arrendar a terra ao Estado. O senhorio fora indenizado e a terra passava para o Estado que, em si, arrendava a terra aos trabalhadores. Inicialmente, os trabalhadores financiaram as máquinas com empréstimos da Caixa Agrícola, desta vez com juros mais razoáveis. A dívida foi saldada em 10 anos. “Fomos pagando todos os anos 2000, fomos comprando máquinas e compramos ceifeiras, compramos alfaias, compramos geradores, compramos escarificadores, compramos viveiros, compramos semeadores”, diz Zé (2012 Baleizão: 14 de Dezembro). Ele explica ainda que o trabalho, atualmente, é dividido de forma igual para todos, fazendo basicamente o mesmo trabalho na colheita de trigo, ficando o mais novo para o criatório das ovelhas. O senhor Zé, o presidente, é quem cuida da parte organizacional e burocrática da cooperativa, ajudando, de vez em quando, os seus cooperantes no que pode.

Zé tem como sonho para o futuro que o governo finalmente possa deixar a terra com eles. Essa incerteza acaba por inibir melhoramentos dos cooperantes na terra. Pensaram, durante algum tempo, em fazer um projeto para irrigação e plantar azeitonas. Porém, a situação do arrendamento desfavorece o investimento, notadamente com receio de tomarem-lhes novamente a terra. Assim, o investimento é basicamente em compra de animais e de alguns equipamentos. A maior parte dos cooperantes são pessoas de idade, alguns já possuem a reforma, outros quase a entrar na idade de se reformar. Há uma expectativa de quando se reformarem o Estado não renovar o contrato de arrendamento e como, por outro lado, não se admitiu gente mais nova, uns vão envelhecendo, outros morrendo e a situação da Cooperativa Bandeira da Esperança vai ficando, gradativamente, mais perto de seu fim.

David reconhece todas as dificuldades, mas afirma que

para mim independente de algumas coisas que possam não tá bem, mas pronto ainda considero, que aquilo ainda é uma bandeira da reforma agrária né, e como tal dou tudo meu por aquilo, a nível , pronto, sentimental nesse caso né, com todo o resto, mas pronto apoio e continuo a apoiar e acho bem que eles continuem. David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro)

Os cooperantes não possuem terra para plantar tomates, milho ou pimentão, e optaram pelo trigo rijo, trigo duro e girassol, além das ovelhas. O produto agrícola ainda é vendido para a cooperativa central, com sede em Beja, por contrato firmado. Zé se diz satisfeito com esse serviço de escoamento da produção, prestado pela Cooperativa de Beja. As lãs das ovelhas são vendidas a empresários particulares que passam periodicamente para as recolher por todo o distrito. Mesmo com as dificuldades, pode-se dizer que, simbolicamente, a Cooperativa Bandeira da Esperança é uma gota de sonho que permaneceu no processo de restauração do sistema de latifúndio.

6.7 Avaliações sobre o 25 de Abril, a Reforma Agrária e reflexões sobre Baleizão em tempos atuais

A Cooperativa Bandeira da Esperança foi uma das poucas coisas que restou da reforma agrária portuguesa. Apesar de, por vezes, demonstrarem muitas frustrações e mágoas com esses processos, em geral, os entrevistados avaliaram de forma positiva esse tempo da reforma agrária e o próprio 25 de Abril. Manuel (2012 Baleizão: 12 de Dezembro) coloca que “antes do 25 de Abril era grande a miséria que a gente passava por todo o país, por todo lado havia fome e tiveram que fazer a revolução né verdade, e houve ajuda da tropa, que ajudou a gente a continuar, a dar forças para lutar pela terra e a trabalhar”. A reforma foi, sem dúvida, uma dessas conquistas que atingem mais os entrevistados, quase todos em idade para se reformar ou já a entrar nesse período. Os valores da mesma, entretanto, continuam a ser muito baixos, especialmente depois dos cortes anunciados pelo governo Passos Coelho, em prol de ajustar o orçamento de Estado às exigências do Fundo Monetário Internacional. O valor que alguns entrevistados chegam a receber é de 250 euros, uma das reformas mais baixas da Europa Ocidental. Essa situação só não é pior do que a de antes do 25 de Abril, quando não havia nenhuma reforma.

Francisco coloca que apesar da crise,

não se pode dizer que hoje estamos como antes do 25 de Abril. Temos várias conquistas, algumas ainda persistem. Na área social, em tudo praticamente, tudo, pronto, nós temos que evoluir né, a vida é assim, os povos vão evoluindo com o passar dos anos, e o povo alentejano também pede esse acompanhamento, é claro com o maior volume de dificuldade, depois da entrega as terras, com maiores dificuldades. Faltaram meios, começou a faltar o trabalho, íamos pra zona de trabalho falta tudo, uma família no meu caso, há o descontentamento, há em geral. É geral mesmo. Mas as pessoas de certo modo acumularam-se e foram sempre acompanhando o estado do tempo não se ficaram foram evoluindo

sempre até os dias de hoje, fazem o que podem, não tem mais nem capacidade de resposta. Fazem hoje, as pessoas só podem protestar contra, só mais nada. Francisco (2012 Baleizão: 12 de Dezembro).

Silveira concorda também que não há dúvidas de que a situação da maioria dos baleizoeiros melhorou depois do 25 de Abril. O posto médico, a liberdade de expressão, a tecnologia, a Casa do Povo, os polos desportivos, a associação dos idosos, as estradas, são sinais dessa melhora. “Os que trabalharam no campo têm péssimas reformas, porque a gente sabe o valor da pensão, que são pensões sociais que são salários inferiores. No entanto, em termos da qualidade de vida, melhorou, não há mínima dúvida” Silveira (2012 Baleizão: 11 de Dezembro). Enquanto principal problema, Silveira aponta o desemprego e a desertificação da aldeia, dois pontos que requerem grande preocupação.

Joana, ao sentir os efeitos da crise, entende que se façam sacrifícios para depois colherem os frutos, entretanto afirma:

no meu entender, os nossos sacrifícios não vão dar em nada. Não vão dar em nada, porque eles não fazem render, aquilo que nos tiram. Agora tiraram dois subsídios. Subsídio de natal e o subsídio de férias, são os funcionários públicos. Nós tamos conformados que temos que fazer sacrifícios, mas também estamos a ver a longo prazo, que não há perspectiva para vermos depois, recuperar o comércio, recuperar Portugal. Joana (2012 Baleizão: 12 de Dezembro).

José queixa-se que a maioria dos agrários não produz, beneficiando de incentivos da União Europeia, o que repercute na falta de emprego no meio rural. Queixa-se ainda que o seu governo está “entregando a gente ao estrangeiro, à troika e ao FMI, ao Banco Mundial, que hoje as pessoas andam com fome. Já se vê pessoas morrerem à fome. Crianças na escola que não têm pra comer” José (2012 Baleizão: 14 de Dezembro). Além disso, há o problema do envelhecimento “a maioria desse povo tá idosa. E os jovens não têm futuro. E alguns que aqui ainda existem, imigram, ou foram pro estrangeiro, porque não podiam sobreviver aqui” José (2012 Baleizão: 14 de Dezembro). O número de trabalhadores agrícolas vem reduzindo bastante, seja pela produção mecanizada, seja pela não produtividade incentivada via subsídio. Em Baleizão, várias casas estão abandonadas. Algumas somente visitadas, eventualmente, em datas festivas, como Natal e final do ano, por pessoas que estão em Lisboa ou mesmo fora do país. Outras encontram-se sem qualquer utilidade, apesar da estrutura básica razoável que se encontra em Baleizão, escolas, posto de saúde, estradas, energia, água encanada para as casas da aldeia. Sem

emprego fica difícil a permanência da maioria da população economicamente ativa. Isso porque Baleizão ainda é uma aldeia que se situa a 12 quilómetros de Beja, na estrada que liga a Serpa, o que dá a ela, certa rotatividade de pessoas que vêm à aldeia e têm um trabalho ou uma residência fixa em Beja. Uma das poucas atividades que ainda movimenta a economia local é a colheita de azeitona, circunscrita aos meses de Inverno, nos quais há vários casos de trabalhadores estrangeiros parcamente remunerados e em condições insalubres de moradias. A maioria desses trabalhadores são tailandeses e romenos, sem nenhum tipo de direito trabalhista ou qualquer outro, sujeitos, algumas vezes, ao calote do patronato. Os trabalhadores portugueses que se sujeitam a uma remuneração baixa conseguem trabalho nessa época. O senhor Silveira (2012 Baleizão: 11 de Dezembro) diz que “os espanhóis não empregam daqui quase ninguém. Há um espanhol que ficou de posse da Rabadoa e da Quinta de São Pedro que não paga aos trabalhadores, tá há 3, 4 meses sem pagar aos trabalhadores”.

David (2012 Baleizão: 13 de Dezembro) conta que a Quinta de São Pedro e a Rabadoa, que ocupavam quase metade da UCP Terra de Catarina, estão na propriedade de um grupo espanhol do ramo do azeite, “mesmo assim, sendo uma grande empresa espanhola penso que paga um pouco mal, os trabalhadores andam sempre com salários em atraso, vêm sempre com meses atrasados”. Disse que, após a época da reforma agrária, o Alentejo mudou da noite pro dia. Mais da metade do trigo consumido era produzido no local, e hoje essa porcentagem não chega a 15%, mesmo assim, restrita a pequenas e médias propriedades.

João (2012 Baleizão: 13 de Dezembro) conta que, hoje, há muitas pessoas sem trabalhar, à procura de emprego, com casas a pagar, “eu tenho coisas a pagar, com filho a dar de comer, pago dívidas. Se morrer que eu tenho que lhes entregar?”. Francisco, aponta que, na geração de hoje, muitos nem sequer acreditam nas histórias que se contam sobre Baleizão na altura do 25 de Abril.

É difícil fazê-los verem tudo isto. Conquistar, porque os tempos mudaram, e os tempos são outros, internet quer ensinar ao mundo, muitas ocupações, muitas pessoas não conhecem a aldeia em geral, nem os campos, não sabem aonde ficam o monte A, o monte B, o monte C. As pessoas, tou a falar de Baleizão inteiro, e hoje os tempos são completamente diferentes. Francisco (2012 Baleizão: 12 de Dezembro).

Sob esse quadro desolador, a memória da reforma agrária remonta a um tempo em que não faltava emprego para quase ninguém, em que as pessoas eram felizes. Com isso, relembra-se também o rancor sobre os agentes que tomaram as terras dos trabalhadores e que não somente repercutiu no fim imediato da reforma agrária, mas também numa crise econômica e social gradual que vem definhando as aldeias alentejanas. Os trabalhadores lembram também que muito das conquistas do 25 de Abril estão gradativamente se perdendo, em razão, principalmente, dos cortes e das políticas do atual governo: “o que foi ganho com o 25 de Abril tem vindo a decair agora nos últimos anos”, diz Silveira (2012 Baleizão: 11 de Dezembro). Conta ainda que

desde que a reforma agrária acabou sente-se o decréscimo de população não só em Baleizão, mas nas aldeias vizinhas e no Alentejo, principalmente no Baixo Alentejo. O que está a passar conosco, nós tínhamos a volta de 2 mil, 2 mil e tal pessoas e agora temos 904 de acordo com os últimos censos. E tem se sentido que o acabar da reforma agrária levou a todos esses fatores negativos, principalmente para a Freguesia de Baleizão. Silveira (2012 Baleizão: 11 de Dezembro).

Francisco (2012 Baleizão: 12 de Dezembro) avalia que, antes da reforma agrária, “vivia-se com muita dificuldade”, e depois foi bom tudo que aconteceu, “pra toda gente da aldeia, tinha postos de trabalho, as pessoas trabalhavam, foi na altura de metade do ordenado mínimo, em Portugal, e vivia-se bem, vivia-se feliz, as pessoas andavam satisfeitas, contentes, porque havia o principal que era o trabalho”. Com a entrega das terras, conta que começou a haver mais dificuldades, a imigração, o desemprego. Hoje em dia conta que

os patrões fazem o que querem, pagam o que querem, diz-se se queres, se não queres vais-te embora, parece que voltaram novamente ao mesmo regime, né. É o estado em que está. Pronto, vive-se um pouco, são 35 anos de 25 de Abril, muita coisa mudou, mas as raízes fixavam-se novamente. Com o desemprego, a malta nova tá tudo a sair, voltamos novamente na estaca em que estávamos. Francisco (2012 Baleizão: 12 de Dezembro).

Francisco (2012 Baleizão: 12 de Dezembro) avalia que “hoje há uma capa chamada democracia que tapa isso. Tapa tudo isso, mas o povo, vive um pouco melhor, mas com muita dificuldade, mesmo”. Miguel (2012 Baleizão: 11 de Dezembro) aponta que, do 25 de Abril até então, apesar de Portugal ter crescido bastante, em estradas, em economia, em acesso a tecnologia, o fato é que o meio rural foi ficando cada vez mais pobre, mais envelhecido e mais dependente das economias urbanas. Mais pessimista, Pedro

(2012 Baleizão: 13 de Dezembro) afirma que “a única coisa que a gente sente do 25 de Abril é: ladra tu ó cão e não me mordas. Podemos falar e ficou a patinha acima. Tirando os direitos todos dos trabalhadores e há manifestações, e pronto, ladra tu cão e não me mordas”. Ou, como prefere Urbano (2012 Baleizão: 12 de Dezembro), “podes falar à vontade, mas não levas nada”.

Capítulo 7: A luta pela terra e a Reforma Agrária no Brasil – O caso de Eldorado dos Carajás

7.1 A Amazônia, os grandes projetos nacionais e a região do Bico do Papagaio – breve contextualização da questão agrária na região de Eldorado dos Carajás

No seu conjunto, a estrutura fundiária brasileira possui sua raiz no processo de colonização que priorizou o modelo da empresa colonial agrícola pautada no latifúndio, monocultura e escravidão (Prado Jr, 2000). Do período colonial para os dias de hoje “muito pouco foi alterado ao longo dos 400 anos de história do Brasil” e, na segunda metade do século XX, “o processo de incorporações de novos espaços – assaltados, tomados das nações indígenas – tem feito aumentar ainda mais a concentração das terras em mãos de poucos proprietários” (Ariovaldo, 1994: 56). A região amazônica possui uma característica singular no quadro da estrutura agrária brasileira, com ocorrência de latifúndios com uma dimensão entre 400.000 e os mais de 4.000.000 de hectares (Ariovaldo, 1994: 59), e de um histórico de grilagem de terras públicas, de indígenas e de posseiros.

A ocupação territorial da Amazônia pelos colonizadores data da formação das primeiras missões jesuítas ao longo de suas margens e afluentes. A produção das missões girava em torno da canela, cravo, tabaco, cacau e castanha. Em 1750, é fundada pelo Marquês de Pombal a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão que “tinha o total controle da comercialização de bens e fatores produtivos, detinha o monopólio do comércio de escravos, oriundos da África, e a exclusividade na venda de todas as mercadorias produzidas na Amazônia” (Vergolino e Gomes, 2004: 448). No século XVIII, o sul paraense começou a ser colonizado pelas atividades de mineração no rio Araguaia e Tocantins. “Com o esgotamento dos minérios, as populações ribeirinhas passaram a viver da caça, da pesca e do extrativismo vegetal”. No século XIX, pequenos criadores de gado começam a se deslocar do Maranhão para o Pará (Ferraz, 1998: 40). Nessa época, a economia paraense pautava-se no extrativismo de cacau e de cravo e da mão-de-obra indígena. As poucas fazendas escravistas de arroz e café existentes na região eram representativas em termos de economia local, apesar de ter uma importância pífia no quadro geral das exportações do Brasil Império (Vergolino e Gomes, 2004).

Nas primeiras décadas da república, essa região passa por um período abrupto de crescimento econômico graças ao ciclo da borracha, que incrementou a economia da região amazônica e foi a principal responsável pelo relativo progresso urbanístico, principalmente em Belém e Manaus. Após o ciclo da borracha, a economia paraense se direciona a partir da exportação de madeira e castanha. Segundo Ferraz,

entre os anos 20 e os anos 60 houve um rearranjo das atividades econômicas, com a crise da borracha. Esta provocou em toda região a formação de uma economia basicamente camponesa, cabocla de sitiantes e latifundiários, com seus familiares e agregados. Predomina nesse período um campesinato disperso, composto de famílias cujas atividades econômicas destinavam-se ao auto-consumo. Este campesinato passou a formar roças e criações, caçar, pescar e colher os frutos da mata (Ferraz, 1998: 48-49).

Esse conceito de “campesinato disperso” caracterizava a maior parte da população amazonense do início do século XX. “As cidades eram [...] exceções. Em sua maior parte, a população da Amazônia, no período ora considerado, encontrava-se dispersa na floresta” (Vergolino e Gomes, 2004: 454).

O sistema monetário da região era muito precário. Até meados do século XX, funcionava um fluxo de trocas conhecido como aviamento. “Neste sistema o dinheiro moeda não circulava. O extrator levava o produto gerado ao longo do período de safra até a casa comercial mais próxima – o famoso barracão – e lá era feita a intermediação”. Dessa forma, o trabalhador era pago por artigos de primeira necessidade e vendia o produto de seu trabalho ao proprietário do barracão. “O dono do barracão, na dupla condição de monopolista e monopsonista, inflava os preços da venda e comprimia os da compra, levando o extrator a viver, permanentemente, na condição de endividado” (Vergolino e Gomes, 2004: 455).

Nos anos 1940 e 1950, a construção de obras de infra-estrutura, como a rodovia Belém-Brasília e Brasília-Acre, impulsionou o crescimento da economia amazônica (Vergolino e Gomes, 2004). Esses novos aspectos da economia paraense irão instituir outra forma de ocupação do solo. Ferraz explica que “com a crise da borracha, os seringueiros e alguns seringalistas se tornaram sitiantes, fazendeiros ou latifundiários. Espalharam-se pelo território a deriva do meio e da amplidão territorial” (Ferraz, 1998: 48). Essa ocupação, geralmente, não era acompanhada de regulação legal da propriedade, o que, inicialmente, para a época não gerou muitos conflitos intra-proprietários de terra, já que a terra para tal

estrato social era abundante. Para os indígenas, entretanto, foi um período de contínuas diásporas, quando não matanças indiscriminadas de tribos (Ferraz, 1998).

Vergolino e Gomes ressaltam que, até 1950, a região amazônica era, “não mais, do que um apêndice no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro” (Vergolino e Gomes, 2004: 457). A partir da década de 1960, inicia-se um período efetivo de modernização econômica que vai consolidar a região como um dos pilares da economia nacional.

Nas décadas de 1950 a 1960, uma série de investimentos estatais deu início aos projetos desenvolvimentistas na região amazônica. Em 1953, é criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) que fora responsável por realizar inúmeros inventários florestais, centros de pesquisa, investimento em energia, abastecimento de água, saúde e educação, do mais elementar nível ao mais avançado com a criação da Universidade Federal do Pará e da Escola Agrônômica de Amazônia. No período militar, a SPVEA vai-se transformar na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (Vergolino e Gomes, 2004: 460-461).

Em 1970, se “intensifica a presença do Governo Federal na Amazônia”. (Vergolino e Gomes, 2004: 465). Inicia-se o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e uma política de ocupação dos “espaços vazios”. Dentro desses planos, incluiu-se o Programa Grande Carajás, que englobava “espaços contíguos do Estado do Pará, Maranhão e Goiás, onde foram descobertas grandes reservas de minérios como a hematita, cassiterita, bauxita, manganês, níquel, cobre e ouro” (Vergolino e Gomes, 2004: 473). Essa região será conhecida como Bico do Papagaio.

No aspecto demográfico, a construção da estrada Belém-Brasília intensificou o fluxo de migrantes vindo da região Centro-Oeste e Nordeste do Brasil. “A vida era difícil para os chegantes. Eram todos pobres. O povo bebia água de cipó e comia só carne de caça. [...] Enfrentaram a malária, que fez muitas vítimas. Morria tanta gente que nem se fazia mais visita por luto” (Asselin, 1982: 26). As terras foram gradativamente tomadas pelos trabalhadores das rodovias e alguns empreiteiros vindos do Sul do país formaram grupos de homens para ocupá-las, na medida em que as estradas iam sendo construídas. Constituiu-se, assim, novas categorias de latifúndios e posseiros: “chegaram sucessivamente, lavradores mineiros, baianos e capixabas, que formaram um tipo de classe

média rural, uma vez que traziam um certo capital, empregavam mão de obra para efetuar a derrubada, e ocupava, cada um, 200, 300 e até 500 hectares” (Asselin, 1982: 25). O processo de territorialização da propriedade privada não foi de forma alguma pacífico, datando uma grande violência de expulsão dos antigos moradores da região, dos indígenas e dos antigos posseiros. “Foram também anos de “caça aos índios” na beira do Rio Tocantins. Pelos anos 64-65, houve a chacina dos índios Gaviões” (Asselin, 1982: 27). Após o golpe militar, qualquer resistência dos posseiros e dos índios passou a ser incluída na categoria de crimes políticos.

No período militar (1964-1985), o projeto de modernização será consolidado na Amazônia. Um dos símbolos desse processo foi a construção de inúmeras rodovias federais e estaduais, com destaque para a BR-232, mais conhecida como Transamazônica. Para Leroy, a Transamazônica era estratégica em vários níveis no processo de modernização da área, já que

a) permitiria o assentamento dos nordestinos; evitando possíveis explosões sociais que poderiam afetar a segurança, já que não se cogitava mexer na estrutura fundiária do Nordeste, e freando as migrações do Nordeste em direção às grandes cidades do Sul; b) abriria o interior da Amazônia não só a colonos, mas aos empresários, fazendeiros e latifundiários, colocando, inclusive, à disposição deles uma mão-de-obra abundante e barata; c) asseguraria o acesso às jazidas minerais que estavam sendo descobertas [...]; d) faria o povo esquecer que estava sendo submetido à censura, [...] levantando o tema do “Brasil grande”, do “Brasil potência”, da ocupação do novo Eldorado; e e) em uma perspectiva geopolítica permitira melhor controle militar da região Norte (Leroy, 1991: 35).

Com a chegada de um grande número de trabalhadores e de novos ocupantes, os conflitos de terras irão se avivar ainda mais, com destaque para o confronto entre posseiros e grileiros.

De um lado, os posseiros pequenos e grandes, antigos ou recentes, queriam continuar a lavar e viver na terra. De outro, os fazendeiros ou empresários, quase todos recentes e protegidos por autoridades do Estado, queriam expulsar os posseiros, para formar pastagens, criar gado e fazer plantações, ou simplesmente possuir a terra como reserva de valor numa atividade especulativa (Ferraz, 1998: 49).

Para entender esses conflitos, bem como a conjuntura atual da estrutura agrária paraense, é preciso estabelecer o que foi a grilagem no Brasil. A história da prática inicia-

se com a construção da Belém-Brasília e a extensão da fronteira agrícola brasileira a partir de Anápolis, ao Norte, para a Amazônia, ao Oeste para o Mato Grosso. Para essa finalidade é estabelecida a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) em Ceres, considerada “um dos pontos de apoio para a atuação dos grileiros no médio norte de Goiás, que investiram sobre as terras dos posseiros e dos índios – inclusive matando muitos destes – antes de se lançarem para [...] o sul do Pará e a região tocantiana” (Asselin, 1982: 18). Já data da década de 1950 os conflitos envolvendo os grileiros e posseiros. Asselin refere-se ao conflito Trombas-Formoso “que se iniciou no final da década de 40, se expandiu a partir de 1953, até ser destruído pela repressão em 1964, com a expulsão, ou a prisão dos camponeses liderados por José Porfírio” (Asselin, 1982: 18). Em suma, o esquema da grilagem consistia na falsificação de títulos de propriedade ou/e posse geralmente emitidos por autoridades locais, envolvendo juízes, delegados, advogados com o intuito de expulsar os índios e os posseiros de suas terras.²²⁸ Resolvida a parte legal da questão, cabia ao proprietário de terras ou ao Estado a “limpeza” da área. Como afirma Ferraz,

a grilagem de terra na Amazônia Legal não se constitui um fato isolado nem, menos ainda, uma ação vergonhosa e descabida de não patriotas. O fenômeno faz parte de um modelo econômico, uma prática cultural, uma estrutura sócio-política. É um problema estrutural, planejado e estruturado” (Ferraz, 1998: 65).

²²⁸ Asselin: “O crime é feito da seguinte forma: 1. Falsifica-se o documento [...] Métodos usados para a falsificação: a. procuram nos cartórios antigas folhas de escrituras em branco, sobras de autos de inventários, papel almaço não utilizado, etc. De posse do material, enviam estas folhas para os calígrafos previamente contratados [...] b. se o interessado quiser fazer surgir um inventário, retira do Arquivo Morto um ou dois inventários legais e entrega para os calígrafos que, por sua vez, retiram as folhas de *descrição dos bens, folha da partilha, folha de pagamento*, etc. e encaixa as fraudulentas, surgindo daí uma cadeia sucessória. c. se o interessado quiser uma *escritura particular*, entrega aos calígrafos as folhas e daí segue uma seqüência de compra e venda trintenária. De posse dos documentos, o interessado vai a um Cartório [...] e pede uma *pública forma* do documento apresentado. A pública forma não é um documento registrado em cartório. Tira então uma certidão “verbo ad verbum” do documento apresentado, vai a outro cartório e registra no Livro de Registro de Notas e, em seguida, tira a certidão “verbo ad verbum” do registro. 2. De posse da documentação, vai ao município onde existe a terra a ser grilada e registra no Cartório de Imóveis. “*Nasceu assim mais um grilo*”” (Asselin, 1982:42-43). “Os pretensos proprietários, na sua maioria, mineiros, paulistas, goianos, paranaenses e capixabas, além de outros, em menor proporção, chegaram à região e, de posse de “títulos frios” – adquirido e providenciados nos seus Estados de origem e trazidos ao Maranhão apenas para o registro no Cartório de Imóveis – iniciaram o serviço de “limpeza” da área adquirida. Tudo se conseguiu com a ajuda preciosa de policiais sem escrúpulos que, por vezes, agiram até por determinação de seus superiores e com a proteção de políticos, tanto da região quanto de fora dela. Posseiros, muitos deles, tendo sua família radicada ali, há mais de cem anos, antes mesmo de se pensar nas rodovias [...] foram forçados por jagunços fortemente armados a abandonarem tudo, e, quando procuravam um entendimento para proteção do que lhes pertencia por direito, foram impiedosamente abatidos em verdadeiras chacinas” (Asselin, 1982:101).

Na década de 1970, a grilagem é instituída sob um viés cada vez mais associado aos interesses de grandes empresas (que não diretamente possuíam vínculo com a terra) e grandes projetos pecuários. Para Asselin, “a grilagem se constitui num instrumento privilegiado de incorporar as terras devolutas ao modelo de propriedade privada do sistema capitalista” (Asselin, 1982: 159). Os indígenas, os posseiros, o campesinato disperso foram elementos que se firmaram no território amazonense ao longo de muito tempo. Com isso, a permanência do território tradicional acabou representando um usual mecanismo de resistência desses estratos sociais aos grileiros e aos grandes projetos de desenvolvimento para a Amazônia (Ferraz, 1998: 55). Essas terras desses grupos compõem uma heterogeneidade conhecida sob diversos nomes como: “terras de preto, terras de santo, terras de Irmandade, terras de parentes, terras de ausentes, terras de herança e patrimônio” (Almeida, 1989: 174). Compreende terras formalizadas juridicamente ou não, herdadas de ex-escravos, Igreja, ou ocupadas por índios. “Tais sistemas de uso comum são representados como formas ideológicas de imobilização, que favorecem a família camponesa, a comunidade, a tribo ou a etnias não permitindo conferir à terra um sentido pleno de mercadoria” (Almeida, 1989: 189).

Nessa década, também o governo militar promoveu um plano de ocupação do território na Amazônia que incluiu a reforma agrária como política de colonização. Nas palavras do General Emílio Garrastazu Médici, o plano era “levar gente sem terra, para terra sem gente” (Stédile, 2005). Formaram-se inúmeros assentamentos de reforma agrária no meio da floresta, onde o agricultor ganhava um lote e todo o tipo de dificuldade, as maiores eram: falta completa de infra-estrutura, necessidade de desmatar a área para plantar e epidemia de malária.

Concomitante a isso, foram criados, mesmo ilegalmente, diversos sindicatos, auxiliados pelo trabalho da ala progressista da Igreja Católica, completamente à revelia da ditadura militar. Os sindicatos tentavam atuar em defesa principalmente dos trabalhadores rurais e dos posseiros.

O Estado, enquanto agente mediador do conflito, tendeu quase sempre para o lado mais forte, as empresas e os proprietários de terras. No processo de oficialização do direito de propriedade na Amazônica, ocorre que “a mudança de conceito e o formalismo jurídico

serão usados como instrumento de expansão do domínio fundiário dos grupos mais fortes” (Ferraz, 1998: 52).

É no meio dessa conjuntura conflituosa entre grileiros e posseiros, que, entre 1972 a 1974, vai ser instaurada na região do Bico do Papagaio, por um grupo de aproximadamente 100 pessoas ligadas ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Guerrilha do Araguaia, o maior foco de resistência armada à ditadura militar. “O esboço da ação guerrilheira entre o Tocantins e o Araguaia [...] influenciou decisivamente a política do Estado para as áreas de conflito na Amazônia” (Ferraz, 1998: 62). Os militares, temerosos com a possibilidade de implodir uma forte reação armada camponesa na região, deslocaram para a área um alto número de soldados e equipamentos, desencadeando uma repressão intensa, não somente em relação aos militantes, mas aos camponeses, indígenas e qualquer um que estivesse na linha de frente do conflito. A Guerrilha do Araguaia durou dois anos, mas as suas consequências continuaram nos anos subsequentes. Nesse período, o exército e seus demais aparelhos de repressão atuavam contra os guerrilheiros e os camponeses, muitas vezes, destruindo casas, vilas, incendiando lavouras, executando sumariamente prisioneiros, deixando um lastro de horror e repressão na região. Essa “limpeza da área” foi sequenciada por uma política que executou um investimento agressivo de incentivos às empresas rurais que proliferaram sobre os rastros da ação militar. Alojavam-se, portanto, novos proprietários imigrados de fora, algumas empresas se tornaram proprietárias, tudo com o intuito de “pacificar” a área.

Segundo Ferraz,

essa política agressiva de ocupação dos “espaços vazios”, de “integrar para não integrar”, cercada pelos incentivos (restritos à região amazônica), deu início à retomada dos conflitos no campo. Os conflitos cresceram a partir daí e alcançaram uma posição muito significativa na História das lutas sociais no Brasil (Ferraz, 1998: 64).

Apesar do fim da guerrilha, qualquer oposição e organização ao sistema de grilagem, ou aos grandes projetos da área, fosse feita por organizações sindicais clandestinas, ou por grupos de camponeses ou trabalhadores rurais era arduamente reprimida com a justificativa ainda de ser um resquício da Guerrilha do Araguaia.

Nesse processo quase nada ficou documentado. A própria imprensa, mesmo do lado dos poderosos, ficou impedida de dar notícias sobre a violência instalada. Nos planos do governo a região era tida como pacificada pelas Forças Armadas,

desde o término do conflito com os guerrilheiros. O melhor para os interesses governamentais era que a terra atraísse investimentos e, para tal, deveria estar pacificada. A violência se repetia no Bico do Papagaio. Amedrontados, alguns posseiros vendiam seus direitos. Outros passaram a formar grupos organizados e, revidavam agressões. A experiência mostrou, entretanto, que o saldo negativo cabia sempre ao mais fraco. Os posseiros ficavam sistematicamente em desvantagem, mesmo registrando-se mortes de pistoleiros e jagunços (Ferraz, 1998: 90).

Na região dos municípios de Marabá e Eldorado dos Carajás, os latifundiários eram caracterizados como “uma oligarquia formada por famílias tradicionais, detentoras de enormes áreas de castanhais” (Emme, 1999: 13). Esses proprietários se formaram com o declínio do ciclo da borracha e constituíram, até meados do século XX, o principal núcleo do poder político na região. Na década de 1950, uma importante família de proprietários irá se organizar em torno da liderança de Nagib Mutran, que segundo Emme, foi “o maior beneficiário pelo aforamento perpétuo, modalidade de apropriação de castanhais”, conhecido também por seu requinte de crueldade contra índios, posseiros e trabalhadores rurais (Emme, 1999: 96). Essas terras se compunham comumente de uma concessão de uso do Estado para exploração de castanha.

Na década de 1970, inicia-se um período de compra de terras por empresas de grande porte, notadamente a Companhia Vale do Rio Doce, que expande as suas atividades mineradoras na Serra dos Carajás. Alguns bancos como o Bamerindus e Bradesco e empresas sem ligação com o setor agropecuário, como a Volkswagen, tinham respectivamente 54.597 ha, 61.036 ha e 139.392 ha espalhados no Sul Paraense (Emme, 1999: 110).²²⁹ Segundo Andrade, o controle de uma ampla reserva de terra por grandes empresas na região amazônica criou uma situação particular, na qual havia uma maior facilidade em conseguir autorização do Estado para exploração dos minérios do solo. Assim, estabelece-se a formação de “verdadeiras ‘capitanias’, em que uma empresa transnacional, comprando terras baratas e obtendo subsídios governamentais e isenções de impostos, implanta um verdadeiro Estado dentro do Estado” (Andrade, 1981: 47). Além disso, muitas empresas compravam terras unicamente como reserva de mercado, o que se

explica pela economia inflacionada, onde a terra se tornava garantia do patrimônio do banco, para o caso de uma perda colossal do valor do papel moeda. (Andrade, 1981).

Nas atividades de mineração na Serra dos Carajás, a estrutura física da Vale do Rio Doce acaba por ser menos representativa do que se imagina. Isso porque esse processo “envolve diretamente apenas uma mão de obra muito reduzida. Ela somente insere em seus quadros os funcionários e trabalhadores engajados no seu processo produtivo específico” (Hebette, 1989: 30). A mineração, entretanto, é somente o produto final de uma cadeia produtiva que envolve um processo produtivo periférico que compõe o negócio de carvão vegetal na Amazônia (Hebette, 1989). Assim que

o parque siderúrgico programado para o Sul do Pará, especificamente para o município de Marabá, é constituído por usinas de ferro guisa e de ligas de ferro maganês. Em todas elas, o processo de redução do minério é baseado no consumo de carvão vegetal. A siderurgia cria dois campos novos de atividades: a produção da gusa ou de ligas e a produção e transporte de carvão vegetal, próprio para a siderurgia. (Hebette, 1989: 31)

A mão-de-obra que envolve a produção de carvão vegetal é a empreita. Hebette afirma que, nessa forma de trabalho, as carvoarias localizam-se em áreas adentro da floresta, de difícil acesso. Isso faz com que qualquer fiscalização do Estado, seja no recrutamento, seja no local de trabalho, esteja ausente. Nesse contexto, as relações de assalariamento são a cargo do administrador, que, geralmente, prefere “pagar a tarefa cumprida” (Hebette, 1989: 28-29). A empreita é, portanto, uma das principais formas de sobrevivência do trabalho escravo, quando os trabalhadores não são pagos com tiros (Hebette, 1989).

Os projetos de desenvolvimento amazônico tinham como foco principal a região do Bico do Papagaio. Segundo Hebette, esses projetos tiveram três eixos principais: a) o desbravamento da fronteira agrícola com políticas de colonização e concessão de terras a grande proprietários, onde a abertura de estradas teve um papel preponderante, b) a mineração dividida entre a metalurgia e o garimpo, sob a imensa variedade de “minérios descobertos na área da Serra dos Carajás e a importância econômica e estratégica de alguns deles” (Hebette, 1989: 13); c) as outras atividades econômicas que cresciam em apêndice aos dois eixos principais, entre elas: a extração de madeira e a produção de carvão que se destacava enquanto atividade que frequentemente se valia da mão-de-obra de trabalhadores escravizados (Hebette, 1989).

No final dessa década, o governo militar, com a pretensão de eliminar o conflito de terras a partir da expulsão dos posseiros da região, retira os poderes do INCRA e cria o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT). Com isso, o INCRA perdia seu poder de atuação na área, para entrar diretamente um órgão que era vinculado ao Conselho de Segurança Nacional (Ferraz, 1998: 91). A principal intenção do GETAT era pacificar a região e, dentro desse intuito, consolidou-se, mesmo em regime ditatorial, uma brecha para a atuação da CPT e de advogados populares que passavam a atuar em defesa do elo mais fraco do conflito, os posseiros. Poucos meses depois da criação desse órgão, e quando as articulações entre Estado e Igreja tendiam a dar algum alento aos posseiros, descobre-se ouro na região de Serra Pelada, criando uma enorme área de garimpo a céu aberto na região. “Em poucas semanas, Serra Pelada e outras dezenas de garimpos estavam coalhados de antigos posseiros, sem-terras e outros trabalhadores desempregados e subempregados, que largaram tudo para tentar a sorte grande” (Ferraz, 1998: 97). O processo de busca desenfreada pelo ouro só veio a intensificar a violência da região, onde se criou uma grande fileira de miseráveis.

A questão da segurança nacional e da pacificação da área continuou a estar presente na mentalidade do regime militar. Para tanto, toda a área de garimpo da Serra Pelada foi colocada sob o controle do Serviço Nacional de Inteligência (SNI) e a área toda foi controlada a ferro e fogo pelo Major Curió, o mesmo que chefiou a repressão ao movimento guerrilheiro do Araguaia e a repressão aos sem terra no Rio Grande do Sul, na Encruzilhada Natalino.

O binômio segurança-desenvolvimento foi o eixo norteador da política econômica do regime militar para o Bico do Papagaio. A segurança representava a repressão a qualquer oposição aos grandes projetos que se desenvolviam na área, a qualquer movimento camponês ou indígena, a qualquer tipo de organização sindical.

Na década de 1980, o conflito entre grileiros e posseiros chegou ao seu pico. O GETAT executava a reforma agrária “visando realizar regularizações fundiárias, titulações de forma a adequar os considerados casos críticos aos dispositivos jurídicos existentes, mantendo inalterável o regime de posse, uso e propriedade existente” (Medeiros, 2003: 33). Inicia-se, assim, um programa de reforma agrária em área de conflito, onde basicamente dava-se terra ao vencedor do confronto armado. Então, se o posseiro

sobrevivesse, o Estado legalizava a sua posse. Caso não, se oficializava a terra em favor dos grileiros. Muitos dos posseiros, entretanto, não estavam dispostos a entrar nesse tipo de disputa e passaram, cada vez mais, a procurar os sindicatos rurais. No final da década de 1980, a atividade sindical é muito considerável, como também o são as lideranças assassinadas nesse período, como sindicalista João Canuto ou do deputado petista João Batista.

De uma região tomada pela oligarquia dos castanhais, Marabá e Eldorado dos Carajás passam por efervescentes mudanças em seu cenário social, político e econômico. Várias estradas são abertas na região, como a PA-150 e a ferrovia Carajás-Itaqui. Constrói-se, na proximidade, a hidroelétrica de Tucuruí. Serra Pelada ficava a aproximadamente 80 km de Marabá e situava-se em região vizinha a Eldorado dos Carajás, o que trouxe à região cerca de 25.000 garimpeiros, “que para lá se deslocavam vindos de todos os Estados do Brasil; não só garimpeiros profissionais, como também profissionais liberais, além de lavradores e castanheiros” (Emme, 1999: 109). Isso, segundo Emme, re-arranjou as estruturas de poder local e a antiga oligarquia de castanhas se adapta às novas circunstâncias.

Os casos de violência em áreas de castanhais continuavam, entretanto, a ser recorrentes. Emme mostra que, somente no ano de 1985, em Janeiro, em Xinguara e Marabá, no Castanhal Pau Ferrado, morreram 10 pessoas; em Maio e Junho, em Marabá, no Castanhal Surubim, morreram 8 pessoas; em Junho, em São João do Araguaia, no Castanhal Ubá, morreram 9 pessoas; em Marabá, no Castanhal Fortaleza, morreram 12 pessoas; e, em Setembro, também em Marabá, no Castanhal Princesa, morreram 5 pessoas. (Tabela 12, Emme, 1999: 134).

No final da década de 1980, Jader Barbalho, então presidente do INCRA, no mandato presidencial de José Sarney, autoriza que as áreas antes exclusivas da exploração do castanhal sejam completamente desmatadas para pasto e criação da pecuária extensiva.²³⁰ Forma-se, assim, uma das bacias leiteiras mais produtivas do Brasil, no meio

²³⁰ O processo de grilagem das terras nas décadas de 1960 e de 1970 está umbilicalmente envolvido com os rumos políticos e econômicos do Brasil até hoje, destacando-se dois políticos de expressão local, mas que na década de 1980 e de 1990 alcançarão um poderio tão grande que se tornarão importantes figuras do cenário político nacional: José Sarney e Jader Barbalho. Falando sobre a região maranhense do Bico do Papagaio

de uma área de terras públicas concessionadas para a exploração de castanha. Emmi afirma que

Marabá deixa de ser apenas terra dos donos dos castanhais, dos coletores de castanhas, dos camponeses, dos índios, agora ela é também terra dos bancos, dos pecuaristas, dos grileiros, dos garimpeiros, dos projetos de colonização pública e privada, das companhias de mineração, da gestão militar, das indústrias de ferro-guisa, das áreas de produção de carvão vegetal (Emmi, 1999: 18).

Todos esses fatores vão fazer com que a população de Marabá salte de cerca de 11.730, em 1950, para 180.000, em 1994 (Emmi, 1989: 130-131). É nesse contexto que surge o MST, nessa região, como algo novo, um movimento camponês organizado enquanto movimento social, apesar de já se terem registado casos de movimentos de guerrilha e a grande guerra pela colonização do Sul do Pará entre posseiros.

Há um componente novo com que se confrontam os antigos donos do poder. Trata-se dos trabalhadores sem terra que cada dia engrossam a categoria dos despossuídos e expropriados. Se, antes, ocupam apenas terras devolutas, eles passam agora a questionar ou até desconhecer a propriedade improdutiva e a luta para a conquista de seu lote, contribuindo significativamente para abalar a hegemonia dos donos dos castanhais. (Emmi, 1989: 139).

7.2 O 17 de Abril de 1996: os mortos e desaparecidos do massacre de Eldorado dos Carajás

A base social da reforma agrária paraense foi composta por homens e mulheres que circularam no meio das levas migratórias dos grandes projetos de desenvolvimento da região Amazônica, na contradição entre o sonho de uma melhoria de vida e a realidade da escassa oferta do mercado para melhorias materiais. Essas pessoas viram-se num estágio de pobreza drástica e, em alguns casos, de submissão ao trabalho escravo. Medeiros já havia caracterizado uma variedade em torno do que era essa base social da reforma agrária, ao afirmar que o sem terra tem uma origem diversa, podendo ser:

Asselin coloca que “em outubro de 1968, o governador José Sarney criou a Delegacia de Terras em Imperatriz [...] tinha como objetivo disciplinar a ocupação e titular as áreas, transferindo do domínio público para o domínio privado. Com esse acontecimento, estourou de verdade a problemática da grilagem. Sua atuação veio posteriormente pela Lei de Terras [...] do Estado do Maranhão [...] que manifestava, obviamente, seu propósito de entregar o território maranhense às empresas e fazendeiros de fora, mediante a criação das sociedades anônimas” (Asselin, 1982: 28-29). “Em 1970 [...] efetivou-se também a transferência das terras da região ao domínio federal. Surgiu então o INCRA, que ali substituiu a Delegacia de Terras” (Asselin, 1982: 29).

posseiros que a partir de um determinado momento viram seu direito à terra questionado por proprietários ou pretensos proprietários; filhos de produtores familiares pauperizados que, diante das dificuldades financeiras para compra de um pedaço de terra, optaram por acampamentos e ocupações como caminho possível para se perpetuarem na tradição de produtores autônomos; parceiros em busca de terra própria; pequenos produtores, proprietários ou não, que tem que ser relocados em razão de construção de usinas hidroelétricas que exigem o alargamento de vastas áreas; seringueiros que passaram a resistir ao desmatamento que ameaçava o seu modo de vida; assalariados rurais, muitas vezes completamente integrados no mercado de trabalho e há muito tempo vivendo fora das propriedades; populações de periferia urbana, com empregos estáveis ou não, eventualmente com remota origem rural, mas que, havendo condições políticas favoráveis, se dispuseram à ocupação; aposentados urbanos e rurais que viram no acesso à terra a possibilidade de garantia de moradia e um complemento de renda (Medeiros, 2003: 79).

Especificamente no caso do Assentamento 17 de Abril, muitos dos assentados encontravam-se na base social de tais projetos de desenvolvimento na Amazônia. Uns eram trabalhadores agrícolas pauperizados, outros haviam apostado tudo no garimpo, ou eram posseiros, ou se integraram aos projetos de reforma agrária fracassados do regime militar, ou trabalharam em Tucuruí. Quase nenhum entrevistado do assentamento com mais de 40 anos havia nascido no Pará; a maior parte havia chegado do Maranhão, de Goiás, Tocantins, ou outros estados do Centro-Oeste e Nordeste.

O percurso das histórias de vida que foram estudadas no trabalho de campo ilustra a relação entre as populações que gravitaram em torno desses projetos e a luta pela terra na região. Moacir, atual presidente da associação dos produtores rurais do Assentamento 17 de Abril, conta que quando chegou ao Bico do Papagaio, vindo do Maranhão, em meados da década de 1980, a luta pela terra se configurava numa verdadeira guerra entre posseiros e grileiros, na qual a possibilidade de adquirir uma parcela de propriedade era se juntar aos grupos de homens armados que entravam nas fazendas griladas, dispostos a matar e a morrer.

Formava um grupo de homens armados mesmo e ia pro extremo. O combate mesmo. Os fazendeiros, os pistoleiros, e os posseiros naquela época. Então, derramava muito sangue. Não acontecia morte igual ao que aconteceu na curva do S, de morrer a quantidade que morreu, tudo de uma vez. Mas morria gente direto. Num tinha nem uma semana que não tivesse 4, 5 mortes aqui na nossa região mesmo. Moacir (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril).

José Henrique (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril), outro assentado, referia-se ao que acontecia na “época do João Batista de Oliveira Figueiredo, que a luta era armada”. Reconhece que nesse período, vários títulos de terras foram dados aos camponeses, mas a um custo muito alto. “Se o fazendeiro desse conta de limpar a área, o título ia pro fazendeiro. Se o fazendeiro perdesse a área pros colonos, o título ia pros colonos”. José Henrique, assim como muitos dos assentados, não havia migrado para região em busca de terra. Inicialmente, seduziu-se pela febre de ouro e saiu do Maranhão para tentar a sorte no garimpo de Serra Pelada. Ele fala que “com a feixação dos garimpos, que não teve mais como trabalhar, e a conclusão da ferrovia, sobrou muita, muita família aqui nessa região sem trabalho, sem serviço” José Henrique (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril). Sobrava, então, o trabalho para o latifúndio.

Para esse latifúndio grande ai que a gente vê, foi tudo feito com trabalho escravo. Escravidão aqui era muito forte. Ai entrou [...] muitas lutas pela reforma agrária. MST é só uma delas. Que nós tivemos a CPT, nós tivemos a CUT, a FETAGRE, tudo é entidade [...] agora o MST entrou já mais, tipo assim, mais organizado. José Henrique (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril).

Lucas (2012, Eldorado dos Carajás: 4 de Abril) também chegou ao Pará em busca de ouro. Ele conta que, “nos anos 80 explodiu o garimpo em Serra Pelada, que ficou conhecido mundialmente. E aquilo começou a mexer comigo, devido às condições de vida que a gente vivia lá no sertão do Maranhão, e via alguns companheiros chegando rico” Lucas (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril). Assim, mesmo menor de idade, viveu no garimpo de forma clandestina, com a proteção de alguns conhecidos de sua cidade natal. Conta também que enfrentou uma vigilância muito forte dos agentes do Major Curió e da Polícia Federal. Quando o procedimento manual do garimpo de Serra Pelada foi encerrado, ele, como muitos outros, ficou jogado a própria sorte, “fiquei perdido no mundo sem ter condições nem de voltar pra casa” Lucas (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril). Conseguiu, entretanto, se instalar num garimpo ilegal nas proximidades de Curionópolis. Em 1987, junto com alguns companheiros do garimpo, Lucas funda o Sindicato Nacional dos Garimpeiros em Serra Pelada, quando também entra na vida partidária e passa a militar no PT. Ele conta que no garimpo em que trabalhava, em Curionópolis, “me foi feito um convite, mais precisamente no dia 28 de outubro de 1995. Ex-garimpeiros também, companheiros, amigos de luta do garimpo, já tinham desistido primeiro que eu e já tinha engajado no MST há uns três anos” Lucas (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril).

Reinaldo (2012, Eldorado dos Carajás: 10 de Abril), outro assentado do 17 de Abril, também foi do garimpo para as fileiras da reforma agrária, mas, antes disso, chegou a trabalhar numa fazenda a 40 km de Rondon do Pará, no meio da floresta. De início, optou por levar a família para morar na fazenda. Foi quando sua esposa foi infectada pela malária: “tirei ela de lá quase morta. Aí voltei pra Rondon de novo. Aí lá, graças a Deus, o médico socorreu ela e com muita luta, graças a Deus, ela sobreviveu” Reinaldo (2012, Eldorado dos Carajás: 10 de Abril). Depois disso, Reinaldo decidiu que não ia mais expor a família a certos riscos e foi ao garimpo de Serra Pelada sozinho. “Deixei minha esposa lá, que eu não queria mais entrar com ela pro mato né, [...] e fui pra Serra Pelada. Aí lá, eu trabalhava um mês e voltava, deixava uma condição pra ela lá, tornava e voltava de novo” Reinaldo (2012, Eldorado dos Carajás: 10 de Abril). Quando fechou o garimpo, Reinaldo ainda trabalhou como catador de raiz em terraplanagem e realizou alguns serviços agrícolas para os proprietários da região, em troca de diária. Foi quando ele decidiu ir embora para Paraupabas, em 1995, para entrar no MST.

Nem todos os assentados do 17 de Abril foram oriundos do garimpo. Muitos, principalmente os que seguiram o percurso da leva migratória que vinha do norte de Goiás e do Tocantins, eram mais experientes com a agricultura e alguns haviam vivido nas áreas de colonização criadas nas décadas de 1970 e de 1980. É o caso de Abimael, natural de Muzarlândia, norte de Goiás, que conta que chegou em 1976 no estado do Pará, para um projeto de reforma agrária do GETAT que se estabelecia no Município de Entroncamento do Xingu, atual Xinguara. “Aí chegámos no estado do Pará, decepçionamos. "Não o Pará tá distribuindo terra e tal". Decepçionámos. Encontrámos grileiros [...] posseiros e nós não conseguimos sobreviver naquela época por que se tivesse ficado aqui teria morrido” Abimael (2012, Eldorado dos Carajás: 7 de Abril). Ele explica que, nessa época (mesmo após o fim da ditadura), qualquer manifestação política em prol de terra era duramente reprimida pelas forças policiais e por pistoleiros contratados.

Antes do massacre de Eldorado dos Carajás, nós éramos caçados. Quem era aqui no estado do Pará, quando sabia que você era uma pessoa que defendia a causa né, da reforma agrária, era caçado. Ano seguinte, ninguém quase gostaria de ser sindicalista aqui no estado do Pará, quando você fala que ia ser um sindicalista que ia ficar vendendo direito do trabalho, mexendo com a terra do sindicato dos trabalhadores rurais, não sei quantos que só na cidade de Romaria mataram. Era símbolo, sinônimo de ser morto. Você falar, eu sou sindicalista. Antes do MST, em 95. Então foi muito sindicalista morto por fazendeiro. Abimael (2012, Eldorado dos Carajás: 7 de Abril).

Galvão (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril) também relata que “a luta sindical foi uma luta assim muito oprimida, muito sufocada, né. Que o sindicato na verdade não conseguiu se aprumar né, como tá sendo o MST”.

O surgimento do MST, na região do Bico do Papagaio, data de 1989, quando um pequeno grupo de militantes começam a articular reuniões com lideranças sindicais, com o PT e com a CPT. Em 1991, o MST-PA faz sua primeira ocupação de terras, juntamente com a CPT, da Fazenda Ingá, em Conceição do Araguaia. Sob a repressão que se abatia no governo presidencial de Collor de Melo, sete lideranças do MST são presas pela Polícia Federal, passando sete meses na cadeia. A área, no final, acaba sendo desapropriada e a direção política fica a cargo da CPT por divergências políticas com o MST, que prefere se afastar e realizar uma nova ocupação. Em 1992, é ocupada a Fazenda Rio Branco, em Paraupabas, que marca o início das ações do MST no estado do Pará. São articulados para a área cerca de 550 famílias e pleiteia-se 12.500 ha. As famílias são despejadas da área pela Polícia Militar no mesmo ano, mas, em 1993, voltam a ocupar a área e, em 1994, ocupam o restante da fazenda. Em 1995, a área é desapropriada e transforma-se no Assentamento Palmares, primeiro assentamento do MST na região. No mesmo ano, é formado o Acampamento Macaxeira, entre Eldorado dos Carajás e Curionópolis. Esse acampamento levava o nome do complexo Macaxeira, área pleiteada para a reforma agrária pelo MST, composta de terras públicas em concessão de uso para exploração de castanha, que foram devastadas para o cultivo da pecuária extensiva.

Luciano, hoje assentado da 17 de Abril, na época, era um dos coordenadores do Acampamento Macaxeira. Ele conta que, após algumas reuniões com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, os coordenadores passaram a aglutinar as pessoas para a ocupação da terra. Como havia recentemente saído a desapropriação da Fazenda Rio Branco, o trabalho de articulação foi realmente facilitado. “O governo está dando terra pros sem terra” Luciano (2012, Eldorado dos Carajás: 9 de Abril), diziam. Albérico conta que “naquela época nós éramos incutidos que a terra ia sair no mesmo dia. Aí foi ficando, foi esperando, foi esperando sair, aí o pessoal foi fazendo luta na estrada, fazendo ocupação, fazer a outra” Albérico (2012, Eldorado dos Carajás: 6 de Abril). Os sem terra acamparam uma área da escola agrícola de Curionópolis, chamada Cofapac, na beira da PA-150. Os

sem terra argumentavam que além de terra pública, a Fazenda Macaxeira era uma área improdutivo, tinha indícios de trabalho escravo e de ser instaurado um cemitério clandestino na região. As terras, em sua maioria, estavam sob o controle da família Mutran. Em Março de 1996, o MST saiu da COFAPAC e ocupou a Fazenda Macaxeira. As negociações com o INCRA, entretanto, fracassaram e a fazenda foi reintegrada. Assim, no dia 9 de Abril, os sem terra saem novamente de Curionópolis, de uma área conhecida como “o 30”, e decidem marchar até à regional do INCRA, em Marabá, a fim de pedir uma audiência com o superintendente do local. Durante a marcha, a alimentação era no limite da precariedade. Ana (2012, Eldorado dos Carajás: 1 de Abril) reclama que os alimentos doados pelo INCRA eram de péssima qualidade, um “arroz de três dias cozido”, um feijão que “passava um dia todinho cozinhando numa panela de pressão e ele não cozinhava”, uma “milharina velha vencida que eles mandavam pra gente”. No caminho, os sem terra pediam aos açougues algumas ossadas para complementarem as refeições. Além dessa dificuldade, o habitual clima quente e úmido dificultava a marcha para seguir até Marabá, principalmente por conta das crianças e das pessoas de idade que não podiam ficar expostas ao Sol muito forte, que se sentia em determinadas horas. Foi por essas dificuldades que, na saída de Eldorado dos Carajás, os sem terra decidem acampar na curva do S, com o intuito de fechar a pista e negociar com o governo dez ônibus para levá-los a Marabá, para a audiência com o INCRA. Abimael conta que

a gente estava indo rumo ao INCRA, Marabá, regional de Marabá, né. E chegando na curva do S, nós já estávamos em torno de umas 4.000 famílias. 4.000 famílias. Ia criança, pessoas de idade, família né. Cansamos e resolvemos ficar ali e o massacre se deu. Nós estava ali, fazendo uma manifestação para conseguir carros pra levar o povo até Marabá, vendo que ainda tinha 100 km pra andar. Abimael (2012, Eldorado dos Carajás: 7 de Abril).

A Polícia Militar é acionada e o Coronel Pantoja negocia com as lideranças do MST, prometendo-lhes que o transporte chegaria até às 17 horas, além de cesta básica para alimentar as famílias acampadas. Os sem terra desocupam a pista e aguardam o prometido pelo comandante do batalhão de Marabá. Às 16 horas, entretanto, o coronel volta a conversar com as lideranças e avisa-os de que não será possível conseguir os ônibus. Os sem terra voltam a ocupar a pista. Um senhor que estava dirigindo um caminhão sugere aos sem terra que se coloque o carro rente à rodovia para ajudá-los a trancar a pista. Irmão Flávio (2012, Eldorado dos Carajás: 8 de Abril) conta que, por volta das 17 horas, “chegou

um ônibus de Paraupabas, e outro de Marabá. Em vez de negociar já foi para dissolver a pista”.

O batalhão de Paraupabas, coordenado pelo Major Oliveira, encontrava-se enfileirado por frente de um caminhão na pista. Disparava contra os sem terra balas de borracha e bombas de efeito moral. Do carro de som, uma jovem líder dos sem terra, Oziel Alves, gritava, “MST, a luta é para valer”. Com paus e pedras, os sem terra reagiram e partiram para cima dos policiais. Nisso, o batalhão de Marabá, coordenado pelo Coronel Pantoja entra em direção oposta aos sem terra disparando balas de verdade. No outro lado da pista, os policiais com armas de borracha retiram-se para trás do caminhão, em seguida, entram mais policiais carregando armas de fogo. Quando a polícia dá o primeiro tiro com arma de fogo, os sem terra recuam, menos Amâncio, o surdo, que continua indo para cima do policial. Ele é o primeiro a ser executado. Os sem terra começam a correr. “Meu companheiro Altamiro e o outro do meu grupo, que era o Alcione, já estava baleado. À hora que eu vi aquilo lá eu sai ai já topei com a Rubenilta, é uma que pegou um tiro na boca, [...] já pedi me socorre companheiro, me socorre, era um trem muito feio” Moacir (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril). Nesse momento, segundo o cálculo dos legistas, seis dos dezenove mortos no local são executados. A polícia começa a perseguir os sem terra para fora da pista. Nesse momento, efetuam-se disparos de metralhadora. José Henrique (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril) conta que “parecia cena de filme de terror. Só era um zuação assim, parece que o mundo todo estava caindo. Eram bombas terríveis, bombas que depois que ela explodia perto de tu assim, a explosão era tão grande”. As mulheres correram para um barraco de madeira na pista, onde também ficou a repórter da TV Liberal. Os policiais, com informações que Oziel Alves encontrava-se no local, entram na casa e retiram-no debaixo de uma cama. “Bateram muito nele, machucaram ele, pisaram ele, levaram pra Curionópolis” Madalena (2012, Eldorado dos Carajás: 1 de Abril). Moacir (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril) conta que Oziel “não calava, que não tinha medo de nada mesmo, entendeu? Quase rastejando ele falava ainda. A luta é pra valer, a luta é pra valer, MST. Então naquilo ali, o cabo arrancou a pistola e matou ele de cima, no meio do hospital. Com um tiro na cabeça”. Moacir também fala sobre um policial que ficava na pista fingindo dar socorro às vítimas, perguntando quem precisava de ajuda. Quem respondia, terminavam de matar. Quase todos os corpos possuem um tiro na altura da garganta, o que, no processo, acabou constituindo a principal

prova de que se tratava de um crime de execução, ao contrário da primeira versão oficial que argumentava terem os policiais agido em legítima defesa.

Ana (2012, Eldorado dos Carajás: 1 de Abril), que se havia escondido dos tiros, ouviu dos policiais: “os da pista acabou, vamos caçar eles dentro do mato”. Conta que não sabia onde tinha aparecido tanta gente por perto dela, uma multidão correndo pela mata, perseguidos pela polícia. Ana conseguiu descer no mato até uma gruta, juntamente com a sua filha. “Quando nós descemos na gruta, eu vi um menino dizendo assim, Dona Ana cadê a minha mãe? Eu: cala a boca menino, não fala não, tua mãe tá atrás. Não fala não que senão os homi mata nós” Ana (2012, Eldorado dos Carajás: 1 de Abril).

Muitas das testemunhas afirmam que, entre os policiais, atuaram pistoleiros fardados, recrutados entre os jagunços dos latifundiários da região e na prisão local. Antônio (2012, Eldorado dos Carajás: 6 de Abril) afirma sobre “uns cara de capacete, barba, bigode, pistoleiro, criminoso, assassino, vestido na roupa de polícia. Entendeu? Não tinha nada de corte de cabelo de policial”. Luciano (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril) questiona: “qual o quartel que esse soldado cabeludo? Porque lá tinha, e era muitos. Disseram o número de pistoleiros que estava aglomerado com a própria polícia militar”.

Segundo os depoimentos dos entrevistados, a pista da curva do S ficou vermelha de tanto sangue. Mesmo após duas horas de pista fechada, os policiais não conseguiram limpar a quantidade de pedaços de cérebro e vísceras humanas que ficou na pista. Os corpos dos 19 mortos foram recolhidos para o Instituto de Medicina Legal de Curionópolis e os feridos foram levados para o hospital da mesma cidade. Entre os feridos, mais três vieram a falecer depois. Entre os defuntos, encontrava-se o senhor Inácio, que desmaiou quando viu seu filho ser baleado. Deram-no como morto. Flávio (2012, Eldorado dos Carajás: 8 de Abril) conta que “quando o médico foi, do esparramado todo, "aqui tem um vivo". Mas o policial já tinha ido embora aí ele sobreviveu depois”.

Segundo Vanderlei, dirigente da produção do assentamento, o Massacre deixou muitas sequelas, principalmente nos mutilados.

Teve o garoto que foi um cara que foi baleado antes do massacre, era uma pessoa normal, depois não ficou uma pessoa normal. Acabou morrendo de acidente, bêbado, virou pé enchado como se diz no popular. [...] Se acabou. Tem outros aí do massacre que lá na rua, que chama bola 7, ele engordou tanto que ele nem levanta de uma cadeira mais. Tudo ficou com um tipo de sequela pro resto da vida, ninguém ficou normal mais. Porque foi uma coisa, imagina você tá em 3000 pessoas concentrado e começam a atirar. Atirar, sem saber de onde vem.

Tem relato do pessoal que tava lá que ia correndo e ia dois correndo, ele do lado do outro, o cara vira, na hora que ele vira, ele atirou no outro assim, ele ficou lá na hora. Seu Inácio ali se fingiu de morto debaixo de um monte de morto pra não matarem ele. Então ficou, essas pessoas não são mais as mesmas pessoas né, então hoje os governos querem fazer uma reparação..Vanderlei (2012, Eldorado dos Carajás: 9 de Abril).

Reinaldo não foi um dos 69 mutilados. Entretanto reclama também que

desde o massacre pra cá, eu nunca mais fui de força pra trabalhar sabe? Eu fiquei com traumatizado assim, peguei, peguei um impacto muito grande. Num peguei tiro, peguei nada, mas peguei um baque muito grande, correndo, eu arriei os peitos correndo, num pau, sei que eu cai sabe, tive muitas estatalado lá, quase sem fôlego, graças a deus eu voltei de novo. Ai nesse dia do massacre, ai passei a noite dentro da fimeza lá, escondido, pra ninguém achar a gente né. Ai quando eu saí bem cedo, começou aquela dor de cabeça em mim, aquela coisa, e aí, dor no estomago, dor nos peitos, fui até pra Belém assim, mas fora de coisa, me tratar. Aí me tratei, graças a Deus acabou a dor que eu sentia que eu não podia nem abaixar meu braço assim, sabe? A dor de cabeça sempre eu sinto, já andei muitos médicos e cada um médico passou um tipo de remédio e ai eu tomando, tomando e agora já passo de as vezes de mês, de 15 dia sem doer a cabeça, mas tinha época que eu passava de três dias deitado na cama sem poder arribar a cabeça, doendo, doendo, doendo, direto. Reinaldo (2012, Eldorado dos Carajás: 9 de Abril).

Na história do massacre de Eldorado dos Carajás pairam várias incompletudes a respeito de quem seria o mandante. Os policiais, em si, não tiveram nenhum motivo aparente para efetuar o massacre, e mesmo os altos comandantes pareceram estar, o tempo todo, cumprindo ordens de superiores. Abimael não tem dúvidas de que o massacre foi previamente planejado.

Foi um massacre planejado, para tentar calar né, a voz do povo. E por parte dos fazendeiros, parte dos policiais e por parte do governo do Estado mesmo que foi prática já, que não é desconhecido a história né, de massacre que aconteceu com garimpeiros, massacre que aconteceu, então eles pensaram que iria calar nós também com o massacre, como calaram os garimpeiros naquela época. Mas aí eles se enganaram. Que isso nos deu mais força pra nós lutar. Abimael (2012, Eldorado dos Carajás: 7 de Abril).

Moacir (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril), acredita que o Massacre de Eldorado dos Carajás foi operado pelos “latifundiários [...] que se organizaram numa época, de forma brutal, e com apoio do governo” . Conta que, na época, “o pessoal que vinha passando de pé, dizia assim, olha saiu no jornal aí, o governador autorizou tirar vocês de qualquer maneira, e vai tirar, outro dizia, rapaz o governador mandou foi matar”.

O Massacre de Eldorado dos Carajás também carrega consigo outra história, que nunca fora reconhecida pelas fontes oficiais: a dos desaparecidos. Madalena, sobrevivente do Massacre de Eldorado dos Carajás, argumentou:

a pergunta que não quer calar é assim, no entorno de umas 4.000 pessoas, no fogo cruzado, apareceu assim só 19 mortos e só homem. Tinha muita criança, muita mulher, isso é uma pergunta que não quer calar, né, sempre foi as pessoas falam esse tipo de pergunta, e porque só 19? foi o que nós encontramos né, foi o que eles apresentaram esses 19. Madalena (2012, Eldorado dos Carajás: 1 de Abril).

Questionada sobre o que ela queria dizer com tal afirmação, Madalena foi mais direta:

eu acho é que não foi só assim 19 que morreram, eu acho que só não foi homem que morreram. Eu acho que morreram algumas mulheres, algumas crianças, entendeu. Porque no mesmo dia, eu não vou falar assim, afirmando o que não vi, pro pessoal ali da cidade que viu, uma caminhonete enlameada desceu na seguida Xinguara né. Próximo quando eles iam chegando no pessoal correndo pra cima, que eles viram sangue no carro, correram pra cima para ver, eles deram uma rajada de tiro e desligaram a luz aqui de Eldorado. E essa caminhonete desceu em seguida rumo a Xinguara né. Madalena (2012, Eldorado dos Carajás: 1 de Abril).

Vários outros sobreviventes também confirmam essa versão. Dona Elisa afirma que já ouviu quem disse

que tinha criança, nos pé de coco, e eles atiravam. E essas crianças nunca apareceram. E tem muitos tiros no pé de coco. Muitos tiros mesmo. Chega varou de um lado para outro. Mas muita gente disse que tinha criança e não apareceu essas crianças. Uns dizem que pegaram e levaram as crianças para jogar dentro d'água, não sei como foi. Sei que sempre tem esse comentário aqui. Elisa(2012, Eldorado dos Carajás: 9 de Abril).

Essa não é uma história desconhecida a quem já analisou o assunto. Várias foram as denúncias sobre um número maior de mortos, sobre pessoas desaparecidas, sobre ocultamento de corpos de mulheres e crianças. O exército chegou a vasculhar a área e, segundo constam em relatórios oficiais, não encontrou os corpos do massacre, apesar de terem encontrados ossadas antigas, de massacrados de outrora. O fato é que o ocultamento de cadáveres não é nenhuma novidade na região e muitos foram os cemitérios clandestinos implantados naquelas terras, desde os primeiros conflitos envolvendo a construção das rodovias e das estradas. Além disso, há alguns indícios que confirmam a tese de Madalena

e muitos outros sobreviventes do massacre. 1 – Há pessoas desaparecidas no massacre. Todo ano, nas festividades que envolvem a lembrança do dia 17 de Abril, alguém vem perguntar por um parente desaparecido que tinha informação de que estava com os sem terra na altura do massacre. 2 – Há uma versão sobre uma carreta que estava com o carregamento coberto e pingava sangue para o chão. Alguns locais resolveram seguir a carreta estrada a dentro, mas foram interrompidos quando, por volta das 20 horas, desligaram a luz de Eldorado dos Carajás. Ao continuar a seguir a carreta, mesmo assim, ouviram-se uma rajada de tiros. 3 – Logo após o massacre, a Polícia Militar demorou duas horas para liberar a pista para o trânsito de pedestres e veículos, tempo suficiente para o ocultamento de alguns corpos e para desfigurar o local do crime.

Há quem defenda piamente uma versão contrária. Rogério fala que

cada grupo tinha um coordenador. Tinha um caderno com nome. Tá entendo, cada grupo, vamos supor o meu era 36 pessoas, outro era 60, outro era 80, eu sei que juntamos tudo, dava 690 pessoas né. 17 né. A gente ficou, você estava na estrada, estava. Não eu quero entrar para fazer o cadastro, bora caçar um grupo. Você entendeu, ai ia pro seu nome pro caderno. Para ter a chamada de pessoas, vamos supor o meu era de 36 pessoas quer dizer que era o grupo 15, 37 pessoas, mas sabia a tarde, por que fazia reunião com as pessoas que tinha saído do acampamento, lá tinha lista do pessoal, cada pessoa, cada grupo tinha sua lista pro povo, de mulher que ia acompanhar, tinha tudo. Agora dizia assim, que a pessoa tá dizendo, não foi morrido criança, foi mulher, foi jogado fora. Isso é mentira. Rogério (2012, Eldorado dos Carajás: 7 de Abril).

Essa versão de Rogério é minoritária entre os entrevistados.²³¹ Alguns dos argumentos levantados na tese dos desaparecidos não são esgotados nessa versão. Primeiro

²³¹ A maior parte afirma categoricamente a versão contrária. Pastor Sérgio afirma que “o que agente sabe realmente é que devido a crueldade, o tamanho da violência que foi dificilmente morreria só aqueles números de pessoas. Porque o povo atirava, o policial atirava sem direção, sem nem observar pra onde estava atirando. Então ninguém sabe, era muita pessoa, e o movimento não tinha um controle de 100% até porque no meio daquele povo, tinha muito curioso, tinha muita gente que estava tentando passar. E agente não sabia, não sabia realmente quem é quem que tava lá”. Flávio também coloca que “Essa versão tem, o padre Luís estava conosco na época, ele foi um dos que envolveu bastante nisso ai. Tem, eu não vi, por que eu não tava na hora. Eu tava em Eldorado na época, na hora. Na hora que ia pra lá, seis horas da tarde, o policial chegou numa caminhonete, fez nós deitar no chão, bem no posto ali, na entrada de Marabá, e eles entraram. Eu vi o caminhão de alimentos, a coisa nossa passou pra Parauebas. E a caminhonete tinha um plástico preto dentro. Aí houve aquela repercussão, que era menino, era isso, o povo conta disso. Mas depois nós passamos mais de anos com o padre Luís, ele envolveu, nós vasculhamos, beira de córrego para todo lado e não encontramos nada. Há uma versão de uma mulher que era acampada mais nós, era do meu grupo, que viu um menino atirado, de riba do pé de manga, mas também agente não pode afirmar isso ai. Agora mulher atirada tem, até

é que havia bem mais que 690 pessoas na pista. A contagem gira entre 3.000 a 4.000. Segundo, a história das cadernetas não é negada por quem sustenta a história dos desaparecidos. Como afirma Moacir,

dentro de nossas relações não tem nenhuma mulher nem uma criança que morreu. Porque os grupos eram coordenados e tinha nome, tinha um número, né. Tinha um número, o número de fulano de um até o último que existia no grupo. Porém naquelas datas quem estava na caminhada entrou várias pessoas na luta de Curionópolis até a curva do S, e que esses cadastros seriam feitos quando a gente chegasse numa parada determinada que a gente ia acampar [...] então a gente deixa dúvida que pode ter acontecido com pessoas ainda que não tavam cadastradas, que tavam acompanhando a gente para poder fazer o seu cadastro. Moacir (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril).

Entre os entrevistados, somente um afirma categoricamente que viu mulheres e crianças na mortos na pista. É importante ressaltar que na hora do tiroteio, poucos os que ficaram na pista do lado dos sem terra. Essa testemunha, entretanto, foi baleada e até hoje vive com uma bala alojada no corpo. Ele afirma que

eu posso te dizer com todas as letras que não foi só 19 mortos morreu mulher e menino. Entendeu? Porque eu fiquei foi dentro da pista até a hora que chegou a polícia. Foi um policial que me tirou de lá. [...] quem me tirou foi um policial de lá de dentro. Entendeu? Primo meu, foi quem de fato me pegou pro lado de fora, eu sai pendurado nele. Do meio da pista pra fora. E lá morreu mulher, morreu menino, entendeu? Lá não morreu só 19, morreu família inteira. [...] Eu cheguei a ver que mulher e criança foi morto, morto, não foi baleado não [...] Rapaz eu não tou te falando que eu fiz foi ver, por essa luz que tá alumando mais cedo de que esse ponto. Com essa mesmo. É quando ele saiu de lá foi seis e meia da tarde, eles pegaram aqueles corpos tudo, eles jogaram plástico preto por cima, nos nosso mermo. pegaram um plástico preto por cima assim e liberaram o trânsito. Que o trânsito estava parado né, vumm tumm carro direto, quando passou pra lá e pra cá eles fiuuu, foi a hora que eles tornaram de parar o trânsito de um lado e de outro botaram o bagulho dentro e tiraram os corpo. Luciano (2012, Eldorado dos Carajás: 9 de Abril).

massacrada até hoje. Mas não tem, pra mim dizer a você, que foi mais do que os 19 lá no dia. Depois aconteceu até os 21 que morreu do massacre, porque morreu mais dois depois né, depois do dia. Foi só 19, 20 pra lá, é; um acontecimento que foi muito repercutido, que o povo procurou muito, foi esse fato que você tá dizendo que morreu crianças e mulheres. Mas eu não tenho certeza, eu sou aquela pessoa que gosto só de perspicácia naquilo que tenho certeza”. Galvão coloca que “no meio de mais de 3000 pessoa só apareceu 19 morto. Só que tem muitas pessoas que na nossa caminhada ele entrou nossa caminhada. Mas não apareceu mais. Não sabemos, a gente não conhecia, não tinha muito contato, porque tinha entrado na caminhada né, e ai ninguém sabe, a conversa é que deve ter morrido mais gente, mulher, menino mas só que agente não viu, não tenho a certeza. E ai meu amigo, de lá pra cá, como se diz desistiu muita gente né, com medo da repressão que teve, desistiu muita gente, entraram mais de 3000 pessoas, né e desistiu muita gente”.

Para a justiça brasileira, o número de mortes foi somente 19 e os únicos culpados do massacre foram o coronel da Polícia Militar Mário Colares Pantoja e o major da Polícia Militar José Maria Oliveira. Para a história, certamente, há muito mais para se esclarecer, tanto na contagem dos corpos, quanto na co-autoria e sobre os mandantes reais do massacre.

Olhando o Massacre, dentro de uma perspectiva da sociologia, percebe-se nesse fato social uma prática radical de defesa intransigente da propriedade de terras que era comum na região. No processo de territorialização da propriedade privada no Pará, mediante a própria fragilidade da legalidade dos títulos oficiais de terras, a violência bruta é um método até hoje utilizado para garantir o direito de propriedade.

O Massacre de Eldorado dos Carajás foi executado com o intuito de acabar com o MST na região, servir de lição para que aquelas pessoas não voltassem a acampar e pleitear a área da Fazenda Macaxeira ou qualquer outra da região. Esse afinal era o método banalizado na região ao tratar a questão da terra. Fora assim que se constituía o poder dos grandes proprietários sobre os posseiros, os sindicatos de trabalhadores rurais e de garimpeiros. Em relação ao MST, entretanto, por sua organização nacional, o massacre teve um efeito reverso. As famílias foram assentadas e a área da Fazenda Macaxeira foi desapropriada. Em relação à tragédia daquele 17 de Abril de 1996, em Eldorado dos Carajás, o movimento nacionalmente organizado soube agir para denunciar tal barbaridade. Muitos políticos visitaram a região no dia seguinte. Pessoas influentes que antes nunca haviam se manifestado em defesa da reforma agrária passaram a simpatizar com a causa. O alto clero da Igreja Católica teve um papel preponderante nesse trabalho de denúncia perante a comunidade internacional, principalmente figuras influentes da teologia da libertação como Dom Helder Câmara, Dom Pedro Casaldaglia, Frei Beto, Leonardo Boff. Até mesmo o Papa João Paulo II fez uma cobrança pessoal ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para que intercedesse em favor das vítimas do Massacre de Eldorado dos Carajás. Criou-se, na época, um ministério específico para a reforma agrária. De um dia trágico, o 17 de Abril passou a se transformar num dia de luta, num dia de sonho pela terra livre, pela reforma agrária. Até hoje, essa data marca as jornadas de luta do MST e da Via Campesina, passando a se tornar o dia internacional da luta camponesa.

7.3 Formas plurais de interesses e consciências camponesas

As motivações que envolveram os personagens que compuseram a história do Assentamento 17 de Abril passam indubitavelmente por uma relação de materialidade, tal qual no caso português. Todavia, na reforma agrária portuguesa, enfatizava-se mais a questão do trabalho, enquanto, no caso brasileiro, a terra é o elemento central do discurso político e da motivação dos agentes históricos. Em ambos os casos, a terra e o trabalho representavam também uma questão de sobrevivência.

No caso do Brasil, as motivações de parte dos agentes históricos envolvidos no processo de reforma agrária foram em parte estabelecidas entre a contradição dos desejos que envolvem a propriedade privada. Ou seja, a contradição entre o desejo de todos de ser proprietários e a realidade na qual pouquíssimos são. Albérico, por exemplo, contou que entrou para o movimento achando que a terra ia sair no mesmo dia. “Aí foi ficando, foi esperando sair, aí o pessoal foi fazendo luta na estrada, fazendo ocupação, fazer a outra, foi aumentando. Aí teve um dia, quando chegou à curva do S, a polícia deu aquela tragédia” Albérico (2012, Eldorado dos Carajás: 6 de Abril). Moacir (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril) lembra que, em 1993, quando surgiu o acampamento na Fazenda Rio Branco, acompanhou à distância os acontecimentos e refletiu: “não agora tem um movimento que vai dar terra para todo mundo. Foi feito assentamento imediato, né? Inclusive na época eu morava em Eldorado, minha esposa colocou o nome meu pra eu ir. Quando eu cheguei da roça, falei não, eu não vou não”. Em princípio, ele ficou com receio, talvez com medo do histórico de violência contra os sindicatos e demais organizações de trabalhadores da região. Mas, atendendo ao fato de que, efetivamente, os acampados da Fazenda Rio Branco conseguiram terra, Moacir se animou:

aí quando foi um dia surgiram os militantes do MST fazendo trabalho de base, cadastrando as pessoas pra um acampamento, que hoje se tornou o Assentamento 17 de Abril. Tava em Eldorado, fiquei com aquele negócio na cabeça, vou procurar. Quando foi no dia 5 de Novembro, que aconteceu o acampamento, a mobilização, o pessoal reuniu no posto em Curionópolis, e depois vindo pra uma área do Município ali, chama-se COFOPAC. Aí foi no dia 15, eu fui lá e me cadastrei. Do dia 15 de Novembro de 95, estou aqui até hoje. Moacir (2012, Eldorado dos Carajás: 9 de Abril).

Elisa conta que tinha um amigo na ocupação de terra e foi visitá-lo, com o seu marido. Depois disso, decidiram que iam participar na ocupação. “Vamos ficar por aqui,

aqui mesmo é nosso lugar. Aí viemos decididos e pronto. Não fomos mais para fazendeiro, num paga aluguel, [...] desempregada, meu esposo trabalhando em fazenda, e eu morando em Paraupebas. Aí foi que nós viemos pra cá” Elisa (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril). Madalena (2012, Eldorado dos Carajás: 1 de Abril), que tinha o pequeno Wanderson com 6 meses, decidiu entrar no movimento, pois “não tinha onde morar, não tinha onde trabalhar e conheci o movimento com garra para conquistar umas coisas. [...] E hoje eu tou aqui, tenho minha casa, minha terra, tenho mais filhas”. Ana conta que soube que o MST estava cadastrando pessoas que queriam ganhar terra e foi logo se inscrever. Conta que o seu “esposo zangou, foi embora. Aí eu: pode ir, eu quero é arrumar minha terra pra mim” Ana (2012, Eldorado dos Carajás: 1 de Abril). Rosana (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril) afirma que uns companheiros dela a convidaram a participar da ocupação e que ela, decidida, firmou um pacto com o seu marido: “aí ele: a gente vai entrar, mas só que tem uma coisa, não vai desistir. Eu falei a mesma coisa, tudo bem, eu vou entrar, mas não vou desistir. Quando ele queria, eu não queria. Quando eu queria, ele não queria. E assim a gente chegou até o final”. Rogério conta que um amigo seu o convenceu afirmando:

rapaz, bora entrar no movimento porque nós tiramos a terra, daqui a quinze dias nós vendemos cada um, e compramos uma moto. Eu digo, vamos, uai. Aí vinha aquele movimento, né, entrei foi na fazenda Formosa em Curionópolis, "bora". Rapaz eu era doido por uma moto né, via os outros andar. Ai, "não nós pega e vende né?". Aí foi lutando, lutando, lutando, ai foi igual eu lhe falei, ai veio família né, veio esposa, veio filho, aí eu fiquei toda vida com meu pedaço de terra. Outro vendeu, já deu conselho pro outro não vender. Ele disse, já vendi. Eu disse rapaz pois eu vou lutar. Vou querer agora. Rogério (2012, Eldorado dos Carajás: 7 de Abril).

Abimael também conta que, como muitos outros, a questão material foi, de princípio, o maior fator motivacional para entrar na luta pela terra. Fala, entretanto, que, uma vez dentro do movimento, foi estudando sobre o que era a reforma agrária, o que o MST falava sobre a luta pela terra e o que seria uma reforma agrária popular. “Então foi por esse motivo que entrei nesse movimento, o MST, pra lutar e ajudar com um pouquinho de idéia, um pouquinho de força que agente tem, pra que mais família fosse beneficiada” Abimael (2012, Eldorado dos Carajás: 7 de Abril). Reinaldo (2012, Eldorado dos Carajás: 10 de Abril) explana que “o pessoal dizia: rapaz é bom tu entrar, pegar uma terrinha pra trabalhar, é melhor do que trabalhar pra fazendeiro, fazendeiro num ajuda ninguém, só

derrota com a gente”. Conta que para entrar como os posseiros entravam não tinha coragem. Disposto a matar ou morrer na terra, nem pensar. Mas quando viu que os métodos do MST eram diferentes, que era um movimento organizado, que estudava as questões legais do terreno e da legislação antes de planejar uma ação, mudou de ideia.

Alguns assentados, experientes com a ilusão do garimpo, comparam o sonho da terra própria, com o sonho da febre do ouro. José Henrique (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril) diz que “dinheiro é melhor falar, não vale é nada. Vale é patrimônio. Tipo assim, se eu tiver muito dinheiro, o dinheiro pode ir se acabando, por que isso aí, passando para os dele e patrimônio não acaba”. Conta ainda que o seu melhor sonho era ver os filhos formados, com um emprego bom, um médico, um advogado, um engenheiro agrônomo. Luciano (2012, Eldorado dos Carajás: 9 de Abril) conta também que tinha fracassado no garimpo e buscava desesperadamente algum trabalho, mas mantendo “um desejo de um pedaço de chão, de uma moradia, uma vida digna, um endereço correto e eu falo que nessa vida que eu estava vivendo nesse Pará eu não tinha, pra cima e pra baixo, e o qual essa, mais um fracassado pelo garimpo, aí isso me motivou”. Conta que viu um monte de gente reunida, lutando pela terra e aquilo lhe chamou a atenção. A luta pela terra virava também uma questão de lei e não mais uma disputa armada. Acreditando na organização, Luciano achou que aquilo podia dar certo. Ele explica que, de forma geral, os dois fatores que fazem a reforma agrária existir são:

primeiro, a consciência de quem está lutando em defesa de saber que isto é uma causa justa. Aí a gente até diz, se bom seria, que bom seria se o mundo todinho se levantasse para defender causa justa. Então o segundo é a necessidade. Os pobres, desempregados, para trabalhar com toda a disposição o mundo de terra da união, que fica só os latifúndios para segurar e agronegócio, na monopecuária, então, se esse é o motivo certo da gente querer o direito da gente. Então, retomando, para não esquecer. Dois motivos: a consciência de que a luta é justa e a necessidade. Ninguém vai lutar por que é bonito, como piquenique. Não! É uma necessidade que o trabalhador rural tem de ter o seu pedaço de chão pra ele ter aonde ele planta, aonde ele colhe, tirar o seu próprio sustento da sua família, que é a sua moradia, direito no endereço, direito numa educação, então se isso são uma base certa que me motivou. Luciano (2012, Eldorado dos Carajás: 9 de Abril).

Na geração mais nova do Assentamento 17 de Abril, somente um pequeno grupo optou pela vida orgânica dentro do MST. As motivações para isso, entretanto, são diferentes, têm pouco a ver com a questão material da terra em si, e estão mais relacionadas com a formação e com os cursos que o movimento oferece. Assim, segundo

Leandro, a sua entrada para o movimento ocorreu por esse interesse, porque seus pais nunca tiveram condições de oferecer para ele um estudo decente.

Como minha família nunca teve condições de me dar tudo isso, eu me achei na obrigação de procurar do meu jeito. Meu pai não tem condição, minha mãe também não, eu pensei: é o meu jeito. E eu via que conheci muitos amigos meus hoje que estudaram pelo movimento, na época que eu estudava o ensino médio, o muleque tava fazendo magistério, tava iniciando os cursos de nível superior dentro do movimento. Aí eu pensei: [...] será que se eu participar desse movimento talvez eu possa estudar um pouco mais? Leandro (2012, Eldorado dos Carajás: 10 de Abril).

Atualmente, Leandro cursa jornalismo na Universidade Federal do Ceará, num convênio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Lúcia também conta que apesar de ter ido morar no 17 de Abril muito nova, considera que entrou no MST em 2004, quando começou a participar de encontros de educadores, de coordenação e da direção. “Então eu comecei a me sentir MST” Lúcia (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril). Também se formou em letras, num curso em parceria com a Universidade Federal do Pará e hoje é diretora da escola do assentamento. Beto se lembra ainda de um acampamento de sem terrinha a que foi ainda criança.

Assim, eu fui, não porque, na época eu era criança, eu não tinha nenhum conhecimento político, eu fui porque eu queria, como toda criança quer sair, quer brincar, se divertir, então eu fui assim, no intuito da folia mesmo, de criança. Então assim, nesse momento, a partir daí, eu comecei a gostar do movimento em si, depois comecei a participar de todas as atividades, quando tinha aqui na curva do S, por exemplo, antes não havia encontro pedagógico igual ao que tá tendo esse agora, mas existia, sempre que era comemorado, sempre fazia um memorial do dia 17 de Abril, em si, né, que era um dia todo, de manhã, até o fim da tarde, que era pra relembrar a morte dos 19 companheiros que morreram, sempre teve, e sempre gostei de participar, então foi através disso que pude participar assim cada vez mais, então eu depois fui convidado pra um curso de técnico em saúde no Maranhão, é um curso de formação na área abrangendo tanto a área científica, quanto a área política da saúde. Então foi um curso, pra mim politicamente, falando questão política, o curso que me formou e aprendi diversas coisas que o MST proporcionou durante o curso. E depois que terminou o curso, eu fui, por escolha minha própria mesmo, ser militante. Beto (2012, Eldorado dos Carajás: 15 de Abril).

Hoje em dia, Beto cursa medicina em Cuba. Estava, porém, de licença de um ano, porque teve que retornar ao Brasil em razão do falecimento da mãe. Wanderson também desde muito novo envolveu-se na história do assentamento, estava com a sua mãe no acampamento Macaxeira e, depois de crescido, vendo de perto a militância da mãe, hoje é um dos jovens mais envolvidos na militância política do MST no Assentamento 17 de

Abril. Ele é dirigente estadual da juventude no MST-PA e coordenador do grupo de Jovens do Assentamento 17 de Abril. Ele associa a sua ligação ao MST como um caso de amor.

Eu tenho amor pelo meu assentamento, eu tenho amor pela organização que eu defendo. E eu classificaria como ótima minha vida dentro do assentamento que eu sempre contribuo e sempre estou contribuindo com o assentamento, dentro de trabalhos voluntários, tanto em lotes, tanto no meu lote, mas de outras pessoas que precisam, ah, hoje vamos fazer um mutirão e vamos limpar a pracinha. Wanderson (2012, Eldorado dos Carajás: 15 de Abril).

Alguns dirigentes estaduais do Pará não possuem uma ligação direta com a terra, ou seja, não são ou foram assentados ou acampados. Renata diz que

fui conhecendo o movimento, e assim, de simpatizante passei mesmo a ser que de fato acreditava e que fazia sentido né, então, a gente teria que tá, e assim foi a minha motivação, né, a necessidade do movimento, mas também uma necessidade minha, de colocar não só meus serviços, mas aquilo que eu acreditava, meus anseios, meus sonhos em luta também, então como é que eu luto por aquilo que eu acredito? Qual o espaço de luta que eu tenho? Renata (2012, Eldorado dos Carajás: 16 de Abril).

Renata é uma das principais dirigentes estaduais do MST e, para isso, paga o preço do sacrifício. O seu nome, como o de outros entrevistados, foi posto numa lista de militantes políticos com a cabeça a prêmio no estado do Pará. Além disso, por conta de problemas com ações políticas contra a Vale, foi expedido um mandato de prisão que a obrigou a ficar por três meses foragida da justiça. Assim, Renata conta que passou por todo tipo de situação, de conflito com a família, de dificuldade de criar a filha e de problemas financeiros. Márcia, outra dirigente estadual cujo nome saiu na mesma lista, vive uma situação similar. Mesmo oriunda de outro Estado, entrou na militância política pelo movimento estudantil. Conheceu o MST e, posteriormente, por razões pessoais, foi morar no Pará, onde entrou organicamente no movimento. Conta que a sua militância política teve uma grande influência da mãe que, como professora de uma cidade do interior, capixaba, ajudou a fundar o PT e chegou a ser candidata a vereadora na região.

Essas múltiplas trajetórias e consciências não são ao todo dispersas, pelo contrário, induzem a reflexão acerca de uma motivação material ou racional para a dedicação dessas pessoas à organização política. De toda forma, é através dessas motivações que se tece uma organização social poderosa, que, em nível local e nacional,

conseguiu ser um dos elementos chaves para a operacionalização da reforma agrária na região.

As múltiplas formas de motivações políticas para entrar no MST que são visíveis nesses relatos induzem à reflexão acerca dos percursos que transformam esses interesses em consciência política. Nesse caso, a transformação dos interesses em consciência emerge sob o crivo de vários tipos de anseios individuais, como o desejo pela propriedade ou por uma formação, mas que, ao fim, é associado à vivência de uma coletividade, a própria organização social, e é somado a isso um trabalho de formação política do MST. Entre os entrevistados que estão no assentamento desde a sua formação, percebe-se que em todos eles há um interesse em comum que é a terra. Esse interesse, apesar de ser associado a um desejo burguês, está na raiz do processo contraditório do capitalismo que, ao mesmo tempo que gera o fetiche pela propriedade privada, impossibilita esse desejo de ser realizado por todos. Esse interesse pela terra também ganha conotação de sobrevivência – fruto da particularidade histórica da região. Todos os entrevistados que participaram do Acampamento Macaxeira são migrantes. Migraram até encontrar o MST. O interesse pela terra, todavia, não explica, por si, a consciência sem terra. Ela é o motor inicial, o que provoca a convergência do interesse individual com o interesse coletivo. Mas, a partir disso, o MST inicia um trabalho de formação política, de leitura da realidade fundiária local e nacional. A vivência na organização é acompanhada ainda pelos trabalhos de assimilação identitária com o MST, nos rituais das místicas, de cantarem o hino todos em pé, olhando para a bandeira do movimento, entre outras simbologias.

Os resultados dessa convergência entre formação política e interesse individual são díspares. Há diversos tipos de militantes, os mais comprometidos, menos comprometidos, os que possuem uma raiz rural, os que não possuem raiz rural, os que se envolvem mais na parte da organização política, os que preferem o trabalho na sua terra, os que preferem trabalhar individualmente, no seu lote, os que preferem trabalhar coletivamente, entre outras variedades e especificidades. Essas diferentes compreensões da identidade sem terra é o que se define sendo a consciência sem terra, que apesar de não ser um dado concreto, nem uniforme, representa uma relação política que todos os entrevistados possuem com o MST, enquanto organização coletiva. Um entrevistado relata que há uma diferença entre uma *luta por terra* (estrita à materialidade da conquista

individual) e a *luta pela terra*, que se denomina, mais ou menos, serem as formas de convergência do interesse individual com a consciência política.

No caso analisado, o Massacre de Eldorado dos Carajás se tornou também um fator de convergência dos acampados. Deve-se ressaltar, porém, que o massacre foi pensado pelos mandantes do crime como algo que viria a acabar com o MST na região. O efeito da crueldade, contudo, foi revertido. Como já foi referido, o MST soube visibilizar o massacre, o que logo sensibilizou grande parte da população brasileira, com os acampados na curva do S e com a causa da reforma agrária em geral. Houve aí também um papel de mobilização de lideranças e figuras influentes no Brasil e no exterior que foi operada pelo MST e pela sua rede de apoiadores para que conseguisse transformar o massacre num símbolo da resistência camponesa e num divisor de águas nas políticas de reforma agrária no Brasil.

7.4 A formação do Assentamento 17 de Abril

O dia seguinte ao massacre não foi fácil para os que vivenciaram aquele fatídico 17 de Abril de 1996. Elisa conta que

naquele momento a gente sente uma coisa assim, muito forte, parece que aquilo faz a gente dizer assim, nós vamos reagir, agora que nós vamos. Desse jeito. Parece que aqueles que se foram deram força pra quem ficou têm que dar mais força mesmo, para reagir. Elisa (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril).

Questionada se havia quem tivesse desistido, ela respondeu que “muita gente ficou com muito medo. Para quem tinha para onde ir, achou mais fácil desistir. Outros que não tinham pra onde ir mais, tinham que enfrentar, não tinha outra saída, era aquilo ali” Elisa (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril). Madalena também afirma algo parecido:

nossos companheiros morreram, derramaram seu sangue na pista quente. Eu não vou desistir. Eu vou dar um valor aquela vida que roubaram. É o que faz eu tá até hoje, lutando pro movimento. Trabalho, faço meus trabalhos voluntários pelo movimento. Eu já passei 4 anos sendo coordenadora estadual, hoje é o Wanderson. Estou há 5 anos trabalhando de secretária na associação ASPECTRA, sempre individual, trabalhando pro povo dar valor pro que conquistou. Madalena (2012, Eldorado dos Carajás: 1 de Abril).

A decisão de continuar não foi fácil. Rosana (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril) conta que pensou muito em desistir, “fiquei doente, ainda hoje eu sou doente sim. Só em pensar que eu não tinha problema na mente hoje eu tenho. É, foi muito ruim. Foi não, ainda é muito ruim. A gente nunca fica normal mais”. Aqueles que não foram embora se aglutinaram novamente e decidiram, três dias depois ocupar a sede do complexo Macaxeira, área pleiteada. “Voltamos seguro mesmo, para não desistir. Quem desistiu nem lá foi mais, que já tinha queimado as coisas dele mesmo né. Queimou roupa, queimou documento, queimou só não queimou a gente porque não ficamos esperando pra ser queimado” Rosana (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril).

Rogério relata também que

muita gente saiu, não voltou, entendeu, já voltou pra pegar as coisas, ficou com medo, que a conversa que ia ter era mais. Que tinha pistoleiro, que ia não sei o que, para matar. Eu fiquei assim, meu deus, eu vou pra onde? Aqui eu não tenho serviço, eu não tenho estudo bom né, para me empregar na firma. Como eu vou fazer? Pra cá eu não vou voltar, trabalho de garimpo né, na época que cheguei, eu vou ficar por aqui, e fiquei, né. [...] Ai fui ficando, lutando, lutando, ai a gente veio pra cá, mudou, entendeu quando a gente entrou pra cá, ai as coisas foram melhorando mais né. Rogério (2012, Eldorado dos Carajás: 7 de Abril).

Logo após o massacre, o MST organizou uma manifestação em Belém onde teve o apoio de vários grupos de esquerda, principalmente os sindicatos e os estudantes que saíram às ruas para protestar contra a violência da Polícia Militar e contra o massacre. Os acampados, percebendo o apoio da população à sua causa, decidiram voltar a ocupar a área.

Nós decidimos conquistar a terra de vez, ou então dá uma grande merda. Segunda merda na vida da gente. Acabar logo de uma vez, ou conquistar. Porque nós estávamos isolados lá, o fazendeiro estavam tudo acuado aqui, tendo proteção, vieram incomodar de helicóptero do exército, e tudo, diziam que estavam protegendo a gente, mas não era não. Protegendo o latifúndio, a gente sabia disso. Aí nós decidimos entrar na Macaxeira nesse dia. Numa madrugada. E graças a Deus deu certo né. A gente tinha uma informação que o dono da fazenda estava lá. E fomos para falar com ele mesmo. A nossa intenção era falar com ele. Né, por que ele tinha mandado matar, por que ele desafiava que era o dono da região. Mas algo tocou nele. Eu acho que por nossa sorte, ou dele, que ninguém sabe qual seria o desfecho dessa história. Ele saiu da fazenda, saiu por volta de uma da manhã. A gente sabia que ele estava churrasqueando lá, com a namorada e com os amigos. Mas ele saiu de meia noite da fazenda. Chegamos lá duas horas da manhã, ele não estava. Achamos um caseiro que era o segurança da fazenda. A gente fez a ocupação. No final de Outubro teve a marcha dos 100 mil em Brasília. Que foi ali onde foi conquistado. Depois que a gente ocupou, os caras recuaram, e ai a pressão da sociedade foi muito intensa, e foi quando eles indenizaram as 5 áreas da fazenda Macaxeira, da Mucuripe, da Ponta Grossa, da Grota Verde e da Eldorado. Lucas (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril).

A partir daquele momento, iniciou-se também uma territorialização do MST do estado do Pará. Antes circunscrito à região do Bico do Papagaio, o MST passa a atuar também na região de Belém, a fim de procurar avançar a sua relação política com os meios urbanos e com o núcleo do poder institucional na capital. Ao fim, foram assentadas as famílias. O poder político do latifúndio e a hegemonia da propriedade privada, tanto em termos de Direito quanto do Estado, sofrera uma derrota. Entretanto, o custo da desapropriação foi muito caro. Como falou Luciano.

Saiu cara essa terra para nós. Quando se diz cara, porque sangue é vida, são coisas que não tem preço. E ela foi feita, essa reforma, desapropriação aqui, mas em troca de sangue. Então, essa terra aqui não tem preço que pague, porque ela saiu muito cara, porque o sangue, a vida, é a coisa mais importante. Luciano (2012, Eldorado dos Carajás: 9 de Abril).

O Assentamento 17 de Abril é uma das maiores áreas da reforma agrária sobre a coordenação do MST no Brasil. Quando o Complexo Macaxeira foi desapropriado, os trabalhadores permaneceram na sede da fazenda e iniciaram um plantio de subsistência para garantir o alimento de todos. A primeira resolução do coletivo foi escolher o nome do assentamento: 17 de Abril, “que era para ficar na memória que não é coisa de esquecer” Luciano (2012, Eldorado dos Carajás: 9 de Abril). Posteriormente, após um breve período, a direção do assentamento decidiu armar barracas de palha no local onde hoje se encontra a vila de moradores. Conquistara-se a terra, mas o INCRA não havia repartido a área nem fornecido qualquer tipo de auxílio, o que só ocorreu um ano depois. O campo encontrava-se coberto de braquiária, capim usado na produção de gado extensivo, que rapidamente se espalha pela terra, dificultando qualquer outra produção agrícola. Não havia estradas. Somente o mato e algumas poucas aberturas que serviam aos antigos proprietários.

Um ano depois, foi liberado pelo INCRA um fomento de 400 reais e um crédito de 2.000 reais por família para a construção das casas. Os locais da residência foram sorteados entre as 690 famílias beneficiárias. Os assentados organizavam-se em 17 grupos. O INCRA marcou, para cada grupo, um dia para se realizar o sorteio. Em seguida, sortearam os lotes. Alguns ficaram mais próximos da vila, outros mais afastados. Uns localizavam-se em área de mata nativa. Outros, a maioria, em área de pasto, que correspondia a cerca de 80% da área do assentamento. Uns lotes cortavam um riacho,

outros ficaram mais próximos da estrada que faz fronteira entre o assentamento e a cidade de Eldorado dos Carajás. Quando se começou a construir as casas,

então aqui virou um canteiro de obras, ai começou aquela, muita gente que tinha saído com medo do massacre, aí quiseram voltar, ai não tinha mais [...] já estava concretizado que era 690 famílias não tinha mais. Então na época que aconteceu o massacre, muita gente saiu, e muita gente entrou. Aí se fortaleceu, cresceu. Aí construímos 600 casas de repente. Aqui era um barraco, fez um barraco, cada um ocupou o seu lote e ficamos esperando a construção, e alguns problemas na época da construção que na época teve muitos aproveitadores que era muito dinheiro, 690 casas vezes 2000 reais na época era muita coisa, aí teve uma empresa ai que construiu parte das casas, depois foi embora e deixou um prejuízo e depois foi onde arrumou condições de recuperar. Luciano (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril).

A coordenação política do assentamento subdividiu-se em alguns setores. Em consequência do massacre, os assentados decidiram proibir a entrada da polícia na área. As pessoas ainda estavam traumatizadas com o massacre. Flávio (2012, Eldorado dos Carajás: 8 de Abril) diz que “se você soltasse um foguete dentro do assentamento, você via gente caindo dentro do mato, gente fugindo pra todos os lados, com medo da repressão”. Foi necessário se criar um setor de segurança a fim de mediar alguns conflitos dentro do assentamento. Instituiu-se, também, o setor de alimentação, que coordenava o recolhimento de alimentos para ninguém passar fome e o setor de disciplina, que estabelecia normas a fim de proibir problemas com bebidas, drogas e outras desavenças.

Flávio conta que, no começo, a união de todos fazia o assentamento parecer uma única família. “É um povo que se dá bem demais. São os barraquinhos de lona aí. Os caras com a rede armada, e aquela festa, festa mesmo. É uma união tremenda. Então é muito bom que até hoje eu digo isso, tenho até saudade” Flávio (2012, Eldorado dos Carajás: 8 de Abril).

Nessa época, essa união entre os assentados refletiu-se na produção. Organizaram-se roças coletivas que chegaram a produzir, no ano de 1998, 30.000 sacas de arroz, além de mandioca e milho, tirando o suficiente para sustentar o assentamento, e também de comercializar o excedente para Eldorado dos Carajás.

Criado e consolidado o Assentamento 17 de Abril, começou-se a conviver com alguns dilemas e problemas. A entrada de novas pessoas para morar na vila foi vetada pelos assentados, com medo de que a urbanização demasiadamente rápida trouxesse os

problemas usuais de drogas e violência. Sobre isso também chegou o momento em que os assentados não foram capazes de lidar com pessoas que insistiam em vender produtos ilícitos na área. Com isso, eles negociaram a entrada da Polícia Militar, que passou a poder, normalmente, circular na área, desde que com o consentimento do setor de segurança. Moacir, atual presidente da ASPECTRA, conta que, na época, a coordenação fazia papel de mediação de conflitos na área.

Digamos, tinha uma confusão, uma briga, você sentava a coordenação trazia aquela pessoa, discutia da melhor forma para ajudar aquelas pessoas e tudo bem. Então, a gente ficou um monte de anos dessa forma. Quem resolvia um caso que era de polícia era a coordenação. Depois a coordenação foi se distanciando, cada um foi cuidando de suas atividades e ficou o papel da associação, não só nesse assunto, mas aí também veio voltando, mas a convivência com as autoridades né, no caso da polícia. Aí hoje as autoridades tomou de conta do papel, não tem nenhum problema a polícia vim no assentamento, entrar e fazer o trabalho, a associação não se envolve nisso aí, entendeu? Mas como a gente fazia todo o outro trabalho, ficou aquela coisa mais básica dentro do assentamento, como de cuidar da saúde, da educação, entendeu? Afinal de contas, muitas vezes até de briga de vizinho mesmo. Está uma confusão por causa daquilo ali, a associação tem esse papel de chamar os dois vizinhos e os fazer entender que não pode ser daquela forma, passar melhor forma que eles têm que entender um com outro, pra poder continuar a vida, sendo vizinhos e sendo amigo. Hoje a associação faz todo esse papel. Moacir (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril).

Aos poucos, a vida do assentamento ia-se estruturando. Inicialmente, não havia luz, nem água, nem estradas. A escola era improvisada no meio da área central da vila, construída pelos próprios assentados com tábuas de madeira. O posto de saúde também era improvisado, faltava serviço médico e de enfermagem.

7.5 O Assentamento 17 de Abril

A área do Assentamento 17 de Abril é de cerca de 12.000 hectares, cadastrados pelo INCRA. Abrange cerca de 700 famílias, mas, na prática, atualmente moram quase 1.000 famílias, que somam aproximadamente 4.000 a 5.000 pessoas. Na estrada PA-150, entra-se numa estrada de barro que indica Assentamento 17 de Abril e, após 14 km, chega-se à agrovila, que, cada vez mais, ganha contornos de uma cidade rural. Várias casas, padarias, mercearias, igreja adventista, batista, bares, farmácia. Num gramado central, há vistosamente o galpão da associação dos produtores do Assentamento 17 de Abril, dentro da qual funciona uma sala de informática e uma biblioteca. Também numa sala dentro da associação, funciona a rádio do assentamento, que transmite para um auto-falante no meio

da praça. Na frente da associação, há uma quadra de esportes, com uma mini-arquibancada. Andando poucos metros, chega-se à Escola Oziel Alves, sem dúvida, o maior edifício do assentamento, e ao posto de saúde, que, quando se realizou o trabalho de campo, encontrava-se em reforma. Durante os dias de semana, grande parte dos adultos e jovens sai do assentamento para trabalhar e só retornam no final de semana. Trabalham nas empresas da região, muitos na Vale do Rio Doce.

Quando passaram à categoria de assentados, a luta pela terra ganhou outros contornos para esses indivíduos, em decorrência de suas novas demandas materiais, que consistia na gradual estruturação do assentamento e na produção. Essa nova pauta do assentamento redirecionou, para os assentados, a luta pela reforma agrária, na luta pela estruturação básica e pela produção do assentamento. Como afirma José Henrique,

o MST não fica satisfeito com a terra em si. A terra é um. Inclusive para ter Reforma Agrária. [...] precisamos da terra, precisamos da estrada para escoar a nossa produção, nós precisamos da energia elétrica, nós precisamos da habitação. Isso não é pedir, é cobrar do governo, nós precisamos de educação, nós precisamos de saúde, entendeu? José Henrique (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril).

A energia só chegou ao Assentamento 17 de Abril com o programa Luz Para Todos, no governo Lula, depois de 2003. A água ainda demorou um pouco mais, apesar da região não ter problema com seca e de o assentamento ser cortado por um riacho. Inicialmente, o governo cavou poços nos quintais das casas, mas entretanto a maioria secou. Atualmente, o assentamento é abastecido por uma caixa de água que fornece às casas da vila água de três em três dias. Nos lotes, ainda falta ser colocada eletrificação e não há água encanada.

Os primeiros projetos na área da produção chegaram logo após os assentados receberem o crédito de habitação e o fomento. Basicamente, o INCRA ofereceu duas opções de desenvolvimento da região, uma voltada para o cultivo da pecuária (nos moldes do cultivo da pecuária extensiva) e outra voltada para o cultivo agrícola, com mudas de cupuaçu, coco, banana e plantação de arroz. Segundo depoimento de Vanderlei, dirigente da produção do Assentamento 17 de Abril, a maioria optou pela agricultura. Esse planejamento do INCRA acabou por ser desastroso para as famílias que escolheram a segunda opção, visto que uma das práticas comuns da limpeza do mato era a queimada. Elisa, quando questionada sobre o que aconteceu com os projetos de cupuaçu, explica:

é, perdeu tudo. Tanto cupu, quando entrou o fogo, que aqui é área que dá cupu. Muito, muito mesmo. Mas se o plantio em lote, quando vem o fogo, meu irmão, não tem quem. [...] Passa mesmo, queima tudo. (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril).

Madalena também relata essa história,

quem pegou projeto pra gado, criava no pasto né. Aí assim eu peguei projeto de cultura permanente, né, plantei tudinho, mas o fogo veio e queimou tudinho, porque todo ano nosso assentamento aqui queima. [...] Porque uns coloca fogo no pasto né, ai não tem aquele cuidado. Vez que já fez, mas vez que não faz, o fogo vai só passando e queimando os lotes. Aí queimando tudo. Madalena (2012, Eldorado dos Carajás: 1 de Abril).

Quem comprou gado, os que souberam trabalhar e tiveram a sorte do gado não ser roubado ou doente, começou a ver crescer sua produção. Quem investiu na lavoura permanente perdeu tudo. Isso determinou que os assentados que investissem na atividade leiteira fossem financeiramente bem sucedidos nesse ponto. Vanderlei, dirigente do assentamento da área de produção, coloca que a perda dos projetos de agricultura e de lavoura permanente para o fogo resultou em sérias dívidas dos assentados. Visto, também, que somente o projeto do leite tinha conseguido prosperar, os projetos subsequentes que vieram por parte do INCRA foram direcionados dessa forma:

então assim, a partir daí a gente começou do zero de novo. Como é que vamos fazer? Então a ideia agora é fazer arrastões. A gente colocou o nome de arrastão que era reunir dois, três grupos dessas famílias para botar no local e discutir mesmo, o que nós queremos do assentamento de produção. Então vamos acessar mais um projeto? Vamos. Como a área é só capim, se pegar o fogo temos capim mais bonito. Como é que vai virar essa terra para virar isso. Então vamos criar gado de leite, então fizemos um projeto de gado vacum leiteiro, para receber um pouquinho, umas cinco vacas, um curralzinho pequeno, cercou o lote, vamos criar gado leiteiro. Vamos. Aí começamos a criar. Aí fomos percebendo na medida em que você ia, o movimento no leite, ia nascendo bezerro, e a terra não ia comportando mais. Que é o problema que tá agora, a terra não comporta mais o gado que tem. Vanderlei (2012, Eldorado dos Carajás: 9 de Abril).

Apesar de, no começo, o assentamento ter tido boa expectativa de uma produção de grãos e até mesmo de lavoura permanente (com árvores frutíferas nativas), hoje, a produção do leite cresceu sobre as áreas antigas de lavoura. Como conta o assentado Flávio,

hoje a mandioca do assentamento é pouca. A produção de arroz quase não existe. A produção melhor que tem aqui ainda é o milho, o milho ainda se produz

melhor. Mas a produção maior que tem aqui é o leite. Porque na produção do leite, nós chegamos até 19.000 litros de leite dia, hoje ela caiu. Hoje ela tá de 13 a 14.000 litros de leite dias. Por que eu já estou acabando de citar, que caiu ai o capim, a terra foi ficando degradada, foi ficando fraca. Então a produção do leite diminuiu. E hoje o assentamento vive mais em torno disso. Quase não mexe com a lavoura, por que a condição do nosso povo não dá para ter a terra permite que seja mecanizada. Se não for mecanizada, ela não produz. Você hoje planta, você vai lá você cape a terra, planta os cereais, mas o mato é langanho, o mato vem, não tem como a planta desenvolver. E a condição financeira de cada um não dá para ter o maquinário pra trabalhar. Flávio (2012, Eldorado dos Carajás: 8 de Abril).

Ao contar suas histórias de vida e a história do assentamento, os assentados referiam-se a um período de relativa diversidade da produção.

O pastor Sérgio ressalta que

no primeiro momento a nossa intenção era fazer a terra produzir o que, o arroz, o milho, feijão, né. Mandioca, abóbora. E até conseguimos. Nos primeiros anos a 17 de Abril bateu recorde de produção. Nós vimos muitos caminhões e caminhões de arroz sair daqui de dentro, de milho. Hoje nós temos aqui, produção de muita melancia, mas o que falta pra gente é mercado. Né. Falta o que? Um investimento do Governo Federal na área, do Governo Federal, do Governo Estadual, do Governo Municipal, na área das estradas, pra gente escoar a nossa produção. Aí o que é que acontece, a maioria dos pequenos produtores, acaba partindo pra questão da cria do gado, devido à facilidade. Porque você planta, a terra ate que produz, você consegue colher, mas às vezes não consegue vender. Não tem oportunidade de vender. Então hoje o comércio da 17 de Abril mudou em virtude dessas dificuldades. Hoje a maioria da produção da 17 de Abril é o leite, por que é fácil de escoar o produto, tanto o animal, quanto o produto, que é o leite. Sérgio (2012, Eldorado dos Carajás: 6 de Abril).

Após esse projeto referido, o INCRA tentou estabelecer dois projetos milionários que estabeleciam a compra de uma farinheira e de tratores altamente capacitados. Acontece que, na época, o assentamento nem tinha energia elétrica, nem plantava mandioca, o que faz com que recaiam certas desconfianças dos assentados atualmente. Segundo Vanderlei, dirigente da produção e assentado do 17 de Abril, o governo

botou a agroindústria de 150 sacos de farinha dia, numa área que era só pasto, que não tinha energia, não tinha nada, ninguém era qualificado pra isso, ninguém plantava um pé de mandioca. Para dizer assim: não, nós botamos lá, não fizeram porque não deram conta. Vanderlei (2012, Eldorado dos Carajás: 9 de Abril).

Na época, o custo total do projeto foi de 13 milhões de reais aproximadamente. Muitos dirigentes, como o relato de Vanderlei demonstra, hoje consideram que o governo armou uma armadilha para os sem terra, colocando um projeto sem que tivesse a mínima

condição estrutural de dar certo. No momento, entretanto, isso não foi levantado. A ideia era clara: tentar transformar o Assentamento 17 de Abril num modelo de produção. O próprio Vanderlei confirma que os dirigentes ficaram otimistas tal situação:

daí vamos dar um salto aí adquirido uns caminhões, máquina, tudo, aí chegou tudo de uma vez isso aí, virou uma revolução aqui. Aí pá. A gente não sabia como coordenar tudo isso, não tinha a mandioca para produzir aí tiveram que fechar. Nós não tínhamos o frango para produzir. Fechou. Trancou tudo. Aí dois armazéns ali, que era pra armazenar a produção e hoje virou posto de saúde. Trancamos. Pronto. Como é que faz se não temos condições? Aí fomos estudar. Nós criamos uma cooperativa, para poder pegar essa questão de assistência técnica, de certa forma pegamos os convênios de assistência técnica. Aí fomos partir pra orientação, começar lá do começo, saber como é que ia plantar mandioca, precisava do trator, as máquina na época era tão ruim que não aguentaram. A demanda era grande demais e as pessoas acharam que os tratores eram de graça trabalhar. Vanderlei (2012, Eldorado dos Carajás: 9 de Abril).

Passados vários projetos de tentativa de desenvolvimento do assentamento, recaiu-se no seguinte saldo: a maioria dos assentados está endividada, os projetos de incentivo abrupto da tecnologia para a produção não deram certo, o único que resultou foi a produção do leite, seja por que a terra já havia sido preparada para tal, seja por que o próprio processo de pecuária extensiva fez com que outros projetos fossem prejudicados. Há também outro fator não analisado pelos entrevistados, mas que é inerente ao processo. A produção agropecuária nos assentamentos da reforma agrária, de maneira geral, ainda guarda heranças de uma mentalidade produtivista, no sentido de transformar os assentados em pequenos e médios empreendedores. É, dessa forma, que é instituída, ainda hoje, a maioria das políticas públicas na produção das áreas de reforma agrária do INCRA, do MDA e do MAPA, desde o crédito rural (o PRONAF) ao programa de assistência técnica. Para os assentamentos privilegiados em termos de estrutura, ou em termos de mercado regional (geralmente localizados na região Sul do Brasil), esses programas possuem um nível de eficiência mais razoável. Para a grande maioria dos pequenos agricultores e dos assentados que convive com uma estrutura básica precária (água, energia, casa, escola, estradas, posto de saúde), a situação é completamente diferente.

O crédito rural também é bastante problemático. Foi moldado para, em tese, atender a todos os tipos de pequenos agricultores, independentemente das dificuldades regionais. Entretanto, o que vem sendo constatado é que somente aqueles mais estruturados conseguem viabilizar-se. À maior parte dos pequenos agricultores é restringido o crédito, e

os que acessam ficam endividados. Se, por um lado, os grupos poderosos e as elites agrárias locais, dotada de capital político, organizadas em suas entidades de classe e aliadas com outros setores da elite política e econômica, conseguem adquirir várias espécies de facilidades e, até mesmo, o abono da dívida, por outro lado, o pequeno agricultor com pouco capital político, para além de alguns movimentos camponeses organizados (mas com pouca representatividade no Congresso Nacional) é refém da aplicação criteriosa e rigorosa da lei. A assistência técnica e a extensão rural padecem do mesmo problema. Além de se encontrar totalmente sucateada pelo governo federal, que cortou vários convênios nesse sentido, muitos técnicos contratados não conhecem a realidade do terreno e são mais fadados a aplicarem a mesma solução do pacote tecnológico a todos os casos possíveis.

O MST tem vindo a diferenciar-se em relação aos próprios técnicos do governo, atentando para a problemática e para a não viabilidade desse modelo de desenvolvimento dos assentamentos. Verifica-se certo desencantamento de quem coordena a produção nos assentamentos, ou dos dirigentes do Estado, e do setor de produção com as políticas públicas até então adotadas do INCRA. Esse desencantamento vem se materializando na busca por outras possibilidades de produção, ainda que este seja um processo muito incipiente para a região. O que ocorre, atualmente, é que se verifica um discurso político crítico em relação à perspectiva produtivista, que recai na própria crítica ao modelo da pecuária extensiva em esfera local, como é o caso do Assentamento 17 de Abril. Vanderlei, por exemplo, reconhece que, no Assentamento 17 de Abril, a adoção do modelo da pecuária extensiva tem vindo a esgotar o solo da área.

O capim foi morrendo, foi se acabando. Agora as pessoas não têm condições de recuperar ela. Então o que nós temos trabalhando agora, que essa terra, ela seja, digamos assim, nós temos que mexer em toda estrutura dela, fazer análise de solo, para saber o que cada um pode produzir, nós vamos trabalhar pela aptidão de cada um. [...] Você tem que investir em diversificação da produção. É você ter pequenos animais, é criar pequenos animais. É criar frutas para poder você diversificar, pra você poder se auto sustentar. Nós estamos trabalhando hoje a auto sustentação dos assentados. E o excedente aí é outras coisas. Então nós estamos encontrando muita resistência em relação a isso. Porque as pessoas acostumaram ir pra casa, tirar o leite e ficar, aí tirava o leite e ficar. Pegaram esse costume. Então essa estratégia que tivemos de botar energia no lote e construir várias casas nos lotes de várias casas construídas por aí que as famílias estão morando, então é uma das que estão funcionando, que tão criando galinha, tão criando um porco, um bode, um carneiro, e suas vacas tirando leite, tão cuidando mais, da terra. Agora quem optou quem morar só aqui e só ir para o lote, não estão avançando. Então hoje nós estamos com dificuldade, estamos trabalhando

essa questão da diversificação da produção, né. De cada lote, pra poder sustentar tudo isso aqui. Vanderlei (2012, Eldorado dos Carajás: 9 de Abril).

Além desse problema, a produção leiteira do Assentamento 17 de Abril enfrenta outra dificuldade, que é o escoamento comercial da produção. O leite é escoado através de intermediários. Um caminhoneiro vai ao assentamento e faz a coleta do leite nos lotes. Quem tem mais condições consegue financiar um reservatório, mas a maioria dos assentados não o possuem. De toda forma, o Assentamento 17 de Abril produz bastante leite, mesmo sem estrutura para beneficiamento. O pastor Sérgio relata que se pensou em criar uma cooperativa para fazer um laticínio.

Mas se esbarra em muita burocracia, né. As coisas são difíceis demais de acontecer. O Governo é muito burocrático quanto à liberação de crédito, muito criterioso, e isso dificulta os assentamentos, por que a maioria dos assentamentos está endividada por um projeto mal feito, por falta de experiência, tanto dos assentados como da equipe técnica, como dos próprios governantes, né, na liberação desses recursos, que conseguiu endividar a maioria dos assentamentos. Sérgio (2012, Eldorado dos Carajás: 6 de Abril).

Outra atividade desempenhada pelo assentamento, mas para consumo próprio, é a pesca, notadamente nos lotes que beiram o rio. Segundo Elisa, ela gosta de ir, ao final de semana, com os amigos e familiares ao lote e passar três dias só pescando. Lá tem Pião, Curumatá, Surubim, Pintado e Piranha.

Questionado sobre quais seriam os principais desafios do assentamento, Galvão (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril) respondeu que “o nosso desafio daqui pra frente, nossa expectativa, é melhorar, é crescer a produção, né de grão no assentamento”. Outro, como José Henrique (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril), referiu-se que “a terra pra ser produtiva, ela num precisa ter só boi não. Capim e boi não. A terra pra ser produtiva ela tem que criar o boi, tem que plantar, tem que ter produção diversificada, não é só uma linha de produção não”. Vanderlei (2012, Eldorado dos Carajás: 9 de Abril) coloca que “hoje que as famílias vieram a dar conta, aos poucos, que não dá para criar gado em extensão, porque é muito pequena a terra”. Assim,

hoje a dificuldade de produzir nesse assentamento é que as famílias colocaram a terra com capim, agora não querem tirar mais o capim, mas tem muitos que tão mudando esse pensamento, já conseguimos muito já. Muitas pessoas que a gente já preparando a terra para criar peixe, tem gente plantando milho, né, tem todo mundo tão mudando já. Não perceberam que não dá, pra ser assim. E muitos que

avançaram e outros não avançaram porque o pensamento é muito voltado ainda para seus passados né. Vanderlei (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril).

Para Albérico, mesmo com essas dificuldades, o Assentamento 17 de Abril tem totais condições para prosperar. Ele encontra-se muito bem localizado, perto de centros produtivos e urbanos importantes. “Paraubebas tá 60 km, Curionópolis a 30 km, Eldorado a 18 km, Marabá a 100 km, Xinguará a 140 km, então nós estamos no coração do Brasil. Tudo que você plantar aqui vende” Albérico (2012, Eldorado dos Carajás: 6 de Abril). Para o entrevistado, o que realmente atrapalhou a produção do assentamento foram os projetos do governo.

Quando chegamos nós pegamos um projeto besta aqui que afundamos nós tudinho, só ilusão [...]. Vaca que vale um tanto eles passam por outro. Entendeu? Dinheiro você pega de mixaria, quando você acaba de pegar ele você acabou de comer. Projeto de roça só sai fora de hora, você já plantou. Aí não dá certo. Albérico (2012, Eldorado dos Carajás: 6 de Abril).

Mesmo com a incipiência de uma produção agropecuária alternativa ao assentamento, apesar de, por si só, o modelo de produção camponesa ser menos danoso ao ambiente (até mesmo pelos próprios limites da expansão produtiva dos lotes) do que os grandes conglomerados leiteiros percebe-se uma expectativa de mudança na produção do assentamento.

O Assentamento 17 de Abril passa por essas dificuldades relatadas na área da produção e infra-estrutura. Há, entretanto, nítidos destaques em termos de benefício material para os assentados (além da terra), como, por exemplo, a Escola Oziel Alves. A escola foi fundada em 1996 e funcionava numa estrutura precária, ao lado da quadra de esportes. Segundo depoimento dos entrevistados, quando chovia, era mais água dentro do que fora da escola. Devido ao pouco número de salas para o grande número de alunos, a escola funcionava com turno intermediário. O primeiro de 7 às 11h, o segundo de 11h às 15h, o terceiro de 15h às 19h e o quarto das 19h às 22h. Somente a partir de 2009 a escola mudou de local e estrutura. Para isso, foram necessários os assentados acamparem em cima do trilho da Companhia Vale do Rio Doce e pararem o trem por 30 dias. Promessa de campanha da governadora Ana Júlia (PT), desde 2006, a escola só foi construída após esse episódio.

Pra ter aquela escola, porque foi feito uma escola aqui, por enquanto, uma escola provisória de dois anos, essa escola durou o que, 13, 14 anos né. Agora tem dois anos que aquela escola foi inaugurada, [...] Foi a Ana Júlia que fez quase no final do mandato dela. Mas pra isso, a gente foi pra ferrovia, né. Botou todo mundo pra ferrovia e passamos 30 dias lá. Fiquei 30 dias lá cozinhando lá, pro pessoal resistir no acampamento. Albérico (2012, Eldorado dos Carajás: 6 de Abril) .

Hoje, a Escola Oziel Alves é uma das melhores da região. Conta com aproximadamente 1.000 alunos, com 12 salas, não possuindo mais a necessidade do turno intermediário, que, para o calor paraense, é inviável. A escola tem também um refeitório, uma quadra e um auditório. As salas têm ar-condicionado e uma bandeira do MST logo na entrada para lembrar a luta. A escola funciona até ao nono ano, atende desde a educação infantil até ao ensino médio. O ensino médio funciona no prédio da escola, mas não é da alçada da diretora, fica vinculada à Escola Águia Dourada, em Eldorado dos Carajás. No turno matutino, a escola funciona com 12 turmas de educação infantil. No turno vespertino, são 12 salas operando com 5 turmas do nono ano. No turno noturno, ocorre na escola um programa de Educação de Jovens e Adultos, onde muitos dos assentados adultos frequentam a escola.

Lúcia (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril), a diretora da escola, relata que as diretrizes curriculares que a escola segue tentam trabalhar ao máximo com as diretrizes do MST no que tange à Educação no Campo: “a gente não segue completamente o currículo que é repassado da Secretaria de Educação, a gente tenta passar mais os nossos [...] o que é mais da nossa realidade”. Ela conta, por exemplo, que na semana do 17 de Abril é de práxis na escola algumas atividades próprias seguindo as lembranças da semana de luta camponesa.

A gente pensa em atividades que vá trazer, de certa forma, né, não fazer que os nossos estudantes percam essa lembrança, percam suas raízes. Então aqui, a nossa programação da semana do 17 de abril, a gente desenvolve essa programação desde a educação infantil até o grupo dos adolescentes mesmo, dos jovens. E a gente sempre vem tentando trabalhar dessa forma, trabalhar a nossa realidade, a gente tem muita dificuldade ainda, a gente até montou uma horta ali no fundo, mas aí por questões financeiras a gente não teve condições de tocar essa horta pra frente, pra está trabalhando mesmo as questões da terra e tudo, mas aí agora a gente vai tentar realizar esse nosso projeto, reanimar esse para tentar colocar ele, tentar fazer ele andar. Lúcia (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril).

Todos na família de Albérico estudam, desde os netos até ele, que chegou analfabeto ao assentamento. Rogério fala que a estrutura do colégio é muito boa, que apesar de não ter leitura e ser sabido por natureza, quer que seus filhos saiam do colégio pronto para entrar numa faculdade e seguir os estudos. Outros assentados também completaram os estudos na escola e depois seguiram para outros cursos formais e informais, alguns dos quais, promovidos pelo MST. Na família de Abimael, ele se orgulha em dizer que uma filha sua está agora se formando em enfermagem e outra fazendo ciências contábeis, como bolsista. O seu sobrinho, filho do pastor Sérgio, estuda medicina na Venezuela. Esse geralmente é um dos maiores motivos de orgulho na família. O pastor Sérgio fala diz que

eu acho que se todos os jovens da 17 de Abril tivesse a oportunidade que meu filho teve, as coisas teria sido melhor. né, mas infelizmente é um ou dois, dentre muitos que tem essa oportunidade. Então se o Governo abrisse mais as portas, para mais pessoas conseguir o que o meu filho conseguiu, eu sei que mudaria a vida de muitas pessoas. Acho que não é impossível fazer isso, o Governo fazer isso, é tem visto até por parte do Governo um interesse nesse aspecto. Desses novos ingressos às universidades que tá sendo criadas, pelo governo federal, com esse pessoal do Prouni, essas coisas. Se realmente eles criassem, ou deixassem os assentamentos mais informados dessas coisas e abrisse mais oportunidade pra os assentados, a vida de muitas pessoas seria mudada. Hoje a minha vida, a vida dos meus filhos, tomou um rumo diferenciado, por que eu tive essa oportunidade. Mas infelizmente, muitos não tiveram. Né, muitos não tiveram aqui da 17 de Abril, me parece que umas dez pessoas tiveram essa oportunidade. Outros estão tendo na área da educação, e mais ainda é insuficiente, é muito pouco a quantidade de pessoas beneficiadas pelo número de assentados. Sérgio (2012, Eldorado dos Carajás: 6 de Abril).

Beto, que também faz medicina fora do país, em Cuba, fala que foi escolhido para estudar medicina com também o propósito de divulgar o MST e tentar voltar para o assentamento como médico formado e poder trabalhar por lá. Ele diz que o objetivo não é formar médicos para trabalhar em hospitais ou mercado de trabalho, mas trabalhar com a questão da solidariedade em regiões carentes.

Reinaldo conta que

eu não tenho leitura nenhuma mas o que desejo pros meus filhos é estudar o que eu faço é pra ele estudar né. Meus filhos, eu não tenho nada. A única coisa que eu tenho que dar pra vocês, e o que puder fazer, eu trabalho na diária eu faço qualquer coisa para pagar qualquer coisa pra vocês mas para estudar. Minha vontade é essa. Que meus pais não tiveram esse prazer comigo, mas eu com vocês eu tenho. Que eu sei que a pessoa hoje, sem estudo, ele não é nada. Sabe? Se eu fosse uma pessoa, estudada, eu tivesse estudo, eu não estava na situação que eu estava, né que eu estou. Eu estava bem, adiantado um pouco, porque a

gente pode ser um professor, pode ser qualquer coisa, e do jeito que o que é o que sou, eu não sou nada né. (2012, Eldorado dos Carajás: 10 de Abril).

Sem sombra de dúvidas, com todas as dificuldades vividas e relatadas, é evidente que a vida material dos filhos dos assentados é bem melhor do que a dos seus pais, quando nasceram nos campos do Maranhão, Piauí, Goiás, Tocantins. O programa de reforma agrária, com todos os seus defeitos e problemas, é uma das poucas políticas públicas que efetivamente vem conseguindo tirar as pessoas de um estágio de profunda miséria e colocá-las num estágio que varia de uma vida pobre, mas digna, até mesmo, ao que podemos chamar de uma incipiente classe média rural como a que vive no Assentamento 17 de Abril. A vida das pessoas ganhou dignidade e, sobretudo, esperança num futuro que irá, possivelmente, ser melhor, para a maior parte dos filhos dos assentados. A reforma agrária tem também uma característica de não somente garantir a sobrevivência do beneficiário, como possibilitar o seu sustento, e o aparecimento de outras formas de produções possíveis, para além do comumente praticado no modelo produtivo do agronegócio. Para o Brasil, a reforma agrária é, portanto uma política pública concreta e de longa duração, que garante, acoplada com outras políticas públicas, uma perspectiva de país mais justo, menos desigual e mais balanceado demograficamente.

7.6 As relações do Assentamento com o INCRA

A reforma agrária no Brasil representou uma política de mediação do poder público em prol de atender demandas pontuais dos movimentos camponeses e tentar estabelecer uma política de apaziguamento em áreas de conflitos pela terra, mas que ao final, nunca se estabeleceu enquanto um programa que pensou efetivamente a reforma agrária em todas as suas esferas necessárias: a desapropriação da terra, somada à estruturação básica do assentamento e o incremento básico à produção, notadamente o crédito rural e a assistência técnica. Pelo contrário, a política de reforma agrária estabeleceu-se de forma pontual e ineficiente. Inicialmente se fornecia a terra, muitas vezes concedida mediante uma longa espera, ou por vezes, para apaziguar algum conflito mais sério, que envolvia mortes de trabalhadores, por exemplo, mas a concedia sem estruturação. A estruturação do assentamento é lenta e gradual, mesmo em políticas públicas mais básicas e necessárias, como água, energia, saúde e educação. As estradas e

algumas outras condições de produção também são precárias. O crédito, entretanto, foi um processo que se concedia sem muito critério. Inicialmente, dava-se um fomento, depois sucedia-se o programa de crédito especializado para a agricultura familiar, o PRONAF. Percebe-se nessa prática institucional uma influência da perspectiva neoliberal, propagada pelo Banco Mundial em seu Programa para um Novo Mundo Rural, onde basicamente tentava-se transformar os agricultores em pequenos empresários. Esse modelo de políticas públicas, que não foram abandonadas nos governos do PT, só favoreceu regiões previamente estruturadas, como, por exemplo, os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, que possuem a maior parte das cooperativas e assentamentos bem sucedidos economicamente do MST. Por outro lado, esse modelo, quando adotado em regiões menos estruturadas em termos de políticas públicas (desde as básicas às mais específicas), não trouxe resultados. Os camponeses não se converteram em empresários rurais. E o que ocorreu foi um processo massivo de endividamento que tanto prejudicou e prejudica o acesso dos assentados a qualquer outro tipo de política pública.

Surpreendentemente, mesmo a par dessa situação, alguns autores colocam a responsabilidade desse aspecto no MST e questionam a própria necessidade da reforma agrária em si no Brasil. Não que o MST ou a reforma agrária brasileira não sejam passíveis de críticas e questionamentos, entretanto, observa-se um problema que é mais abrangente, de forma restrita, colocar as responsabilidades e a culpa de todas as falhas da reforma agrária no MST. Esta tese não compartilha com essa opinião e atribui uma maior responsabilidade ao Estado e à forma como se consolidou a reforma agrária enquanto uma política pública: uma reforma agrária lenta e gradual, que nasceu para não dar certo; onde graças aos esforços de muitos dos assentados e apoiadores do movimento, vem conseguindo alguns sucessos, mas que também acompanha muitos insucessos e frustrações.

Nessa parte final da análise sobre os dados empíricos de Eldorado dos Carajás, tentaremos trabalhar a forma como os assentados e as lideranças locais do MST avaliam as políticas públicas da reforma agrária, desde os presidentes até aos órgãos e superintendentes de reforma agrária, e quais são os principais dilemas do MST, bem como da reforma agrária, na atualidade.

Como já se referiu, o Assentamento 17 de Abril possui uma conjuntura específica por ter sido uma área de reforma agrária criada a fim de conter a euforia em prol da reforma agrária e da justiça no campo que sucedeu ao Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996. Os sem terra conquistaram a terra, mas, entretanto, uma série de problemáticas foi verificada em relação à política de estruturação do assentamento: atrasos na chegada da água, luz, estradas, inexistência de assistência técnica e uma série de projetos que foram concedidos aos agricultores sem muitos critérios técnicos ou viabilidade econômica, que mais serviram para o endividamento das famílias, notadamente daqueles que não apostaram na pecuária como projeto produtivo.

Em geral, as áreas da reforma agrária da região possuem uma condição ainda mais precária que a do Assentamento 17 de Abril, notadamente nos acampamentos onde a demora para a desapropriação é maior. Como cita Albérico (2012, Eldorado dos Carajás: 6 de Abril), “a família passa 4 anos debaixo de uma lona, é aquilo que vou dizer, quando ele chega e pega na terra tá morto. [...] não é fácil o cara passar 4 anos debaixo da lona preta não. Só gastando, só gastando”.

Moacir reclama ainda da falta de assistência técnica. Alguns técnicos parceiros que trabalham no governo ou em cooperativas da região, por vezes dão alguma assistência aos assentados, “mas através da amizade que a gente tem com os técnicos, essas coisas” Moacir (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril). Atualmente, no Assentamento 17 de Abril, não há qualquer tipo de assistência técnica, nenhum programa, apesar de já ter havido no passado, vinculado ao projeto de ATES. O programa do INCRA substituiu a assistência técnica pública dada pela antiga EMATER por uma assistência técnica conveniada com ONGs, mas não conseguiu suprir todas as áreas de reforma agrária, notadamente pelo baixo orçamento imposto pelo poder federal.

José Henrique conta que tudo o que o Assentamento 17 de Abril conseguiu junto ao INCRA foi através de “Jornada de Luta”, ações massivas de protesto direcionadas às questões específicas de reforma agrária.

Cada conquista é uma jornada de luta. Vamos fazer uma jornada de luta pra habitação. Conseguiu. Outra jornada de luta pela estrada vicinal. Conseguiu. Outra jornada de luta pela ponte de cimento, ali na grota verde. Conseguiu. Outra jornada de luta foi pela energia elétrica. Conseguiu. Mas não é dizer que a gente fica aqui, dentro de casa e chega nada pra gente aqui não. É tudo jornada de luta, tudo nós temos que fazer pressão para poder vim. Entendeu? É por isso que te falo, quando nós vamos precisar de uma água. No assentamento,

por que no meio do Verão aqui a água é escassa. Outra jornada de luta. Entendeu? Conseguindo a água. José Henrique (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril).

Como abordou-se anteriormente, a própria construção da Escola Oziel Alves foi um sinal dessa tendência. Passado mais de dez anos da criação do assentamento, a escola ainda funcionava em tábuas de madeiras, atendendo a três turnos durante o dia, por falta de sala de aulas. A diretora conta, entretanto, que o que o “Estado fez foi apenas a construção dessa escola. Questão de manutenção, quem vem mantendo aqui a escola, ajeitando alguma coisa, algum defeito, questão de banheiro, essas coisas de lâmpadas é só a prefeitura” Lúcia (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril). O governo do estado, depois de pronta a estrutura de funcionamento, deixou a escola em total revelia. A energia elétrica da escola nunca foi paga. A prefeitura, que ficou com a responsabilidade gerencial da escola, alega que não possui orçamento para arcar com esses custos. Cria-se um impasse, onde nem o estado, nem o Município assumem as contas a pagar, mesmo com a escola funcionando há três anos. Lúcia (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril) conta que “teve um tempo até que cortaram a energia aqui, a gente passou acho que bem uns quinze dias sem aulas, que quando cortou a energia ficou sem água ficou sem tudo, então fechou o prédio”.

Sobre a questão do crédito agrícola, Moacir (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril) ainda ressalta que uma das medidas urgentes que o governo precisa fazer no Assentamento 17 de Abril é cuidar do problema de endividamento dos assentados, problema esse que, segundo o entrevistado, “ele criou”. Para Moacir, todos os assentados, não somente os do 17 de Abril, lidam com o problema do endividamento. Esse é um problema comum também ao pequeno produtor rural. Segundo ele, isso ocorre

porque os programas de financiamento que é, que é oferecido pelo governo federal, favorece isso, favorece a pessoa acabar sendo prejudicada com o endividamento, não dá conta de pagar os seus programas por que não tem consumo, é às vezes o que ele financia, quando ele libera o dinheiro, já passou da hora de plantar, e você é obrigado de implantar mesmo com prejuízo. Então o que ele precisava fazer é o que? É fazer o que ele faz com o grande. A bancada ruralista ela não consegue adiar a dívida do grande pra não sei quantos anos? Ela faz isso com o pequeno produtor, que ela conseguiu endividar, fazer com que ele tenha uma nova linha de crédito para fazer ele produzir. Por que o pequeno ele não precisa de esmola do governo. Ele precisa de uma mão do governo para resolver o problema. Hoje nós estamos endividados. Nós temos uma parcela de culpa, temos. Mas a maior parcela de culpa é do governo por que ele não fornece assistência técnica adequada, ele nem ele mesmo entende os programas que eles

criam, né. Que dificulta liberação, sempre libera crédito na hora errada. E o pequeno produtor precisa disso, ele acaba colocando o pescoço a prêmio, na busca dessas conquistas, desses recursos, e acaba se endividando. Moacir (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril).

É em razão disso que a maioria dos assentados tem deixado de produzir muitos dos produtos de outrora, como o arroz, o feijão, a mandioca, a abóbora. O caminho da produção leiteira acaba sendo o mais curto pelo lucro mais rápido e constante, além de ser um produto com fácil aderência de consumo, mesmo em regiões rurais. Acontece que os 25 hectares dos lotes de reforma agrária acabam sendo pouco para essa produção, além de um pasto já degradado pelo antigo fazendeiro, pelos agrotóxicos e pelas queimadas.

O INCRA é o órgão do governo federal relativo ao trato com as políticas públicas em relação à reforma agrária, sendo também o principal instrumento institucional de negociação dos assentados com o governo. A relação desse órgão com o assentamento, entretanto, acaba por reafirmar a tese de uma insuficiência do poder emancipatório do Estado na questão da reforma agrária. Criado pelo regime militar, a fim de cooptar os camponeses outrora organizados em movimentos cujas lideranças foram caninamente perseguidas, o INCRA serviu como órgão de cadastro de camponês com o intuito de inseri-lo nas políticas de colonização. Passado para o período democrático, esse órgão conservou muitas das suas antigas estruturas, inclusive no seu corpo de burocratas. No período de Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, o INCRA passou por um processo de sucateamento que agravou ainda mais uma já duvidosa eficiência para realizar aquilo pelo qual deveria ser: um instituto de promoção da reforma agrária. Os recursos para a reforma agrária, nessa época, se vislumbravam unicamente na questão da desapropriação da terra e no financiamento do agricultor rural, como já foi mencionado acima, sem a estruturação básica para tal. Com o governo Lula, na administração de Miguel Rossetto no Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), o INCRA passou por um tímido processo de reestruturação em termos de funcionalismo público, mas com pouco efeito no seu aparelho institucional. Nas administrações subsequentes, houve uma lenta e gradual desestruturação do INCRA, mediante os cortes do governo na área da reforma agrária e as brigas internas dentro das tendências do PT para assumir o controle do órgão. O INCRA se estabelece, portanto, enquanto um órgão que se compromete muitas vezes com pontos que extrapolam a sua esfera orçamental (ao não ter recursos para atender as demandas dos assentados e

acampados), sua capacidade institucional (ao pouco interferir ou pela lentidão na desapropriação de terras) ou seu gerenciamento executivo (ao não conseguir inferir de maneira eficiente sobre questões estruturais do assentamento, como, por exemplo, escolas, estradas e posto de saúde). Com pouco orçamento, cada vez mais sucateado, totalmente marginalizado no quadro institucional do governo federal, seja politicamente, seja em termos de recursos financeiros, o INCRA funciona hoje bem mais como um órgão que entrava a reforma agrária do que como um órgão que cumpre as funções básicas estabelecidas por seu regimento.

A regional do INCRA, que atende os assentados de toda região do Sudeste paraense, é a de Marabá. A relação entre os sem terra e o superintendente do INCRA diferenciaram-se em decorrência dos diferentes governos e momentos históricos que passaram. Abimael conta que, antes do 17 de Abril de 1996, o INCRA pouco fazia em prol da reforma agrária da região. Ele afirma que, naquela época, teve que acontecer o massacre para eles tirarem a reforma agrária do papel. “Antes do Massacre de Eldorado dos Carajás nós já tinha ido comissão de 100, de 50 pessoas, de passar lá no INCRA e eles não tomar uma providência nenhuma. Não, "vão fazer vistoria na área”” Abimael (2012, Eldorado dos Carajás: 7 de Abril), e, no final, não desapropriavam a área.

Era, só ia lá, empurrando, empurrando, empurrando, empurrando com a barriga né, e nada fazia. Depois que aconteceu o massacre aí eles abriram uma porta, imediatamente a fazenda, na outra semana, já foi desapropriada, mas a relação com o INCRA sempre infelizmente o órgão público não só o INCRA quase todo órgão público hoje é péssima né. Péssima. Num, só faz as coisas quando tem pressão mesmo. De livre e espontânea vontade, se for esperar para fazer não faz não. Abimael (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril).

Alguns dos lotes do assentamento não estão com o primeiro ocupante. Isso se explica basicamente pelas dificuldades usuais do processo de reforma agrária, que remonta que alguns indivíduos desistam, seja por não ter vocação para a agricultura, seja por ter recebido uma boa oferta ou por não ter recebido a estrutura adequada para produção. Cerca de 60% a 70% dos assentados estão desde o começo. Essa prática de venda do lote é proibida por lei e vai de encontro às diretrizes do MST, entretanto, se não é algo que atinja a maioria dos assentados, é, de fato, algo que ocorre, mesmo que minoritariamente, nos assentamentos. No caso do Assentamento 17 de Abril, segundo Luciano (2012, Eldorado dos Carajás: 9 de Abril), a prática da venda foi estimulada pelo próprio superintendente do

INCRA que, logo no início do processo, disse que “se um país é democrático você passa seu direito a quem você quer, é um direito seu”. Luciano, inconformado, tem a opinião que:

mas porque ele disse isso? Que é para haver a venda de terra da reforma agrária, ele é sabedor que isso é antiético, não é legal, não existe esse direito. Então os conscientes tá hoje, que nem eu, o meu lote não se vendeu, nem se vende, eu vou deixar pro meu filho, para deixar pro filho dele, pro filho dele, deixar pro filho dele. Luciano (2012, Eldorado dos Carajás: 9 de Abril).

Moacir justifica a questão do abandono de alguns, pela questão do endividamento.

O Assentamento 17 de Abril é um assentamento que ele recebeu bastante recurso, mas que realmente não tá como deveria tá. [...] Porque nós não tivemos acompanhamento por parte do governo. Teve certas liberações de crédito, mas foi um crédito que chegou, não teve nenhuma orientação como o colono pudesse fazer com o que o crédito que pudesse se manter na terra. E aconteceu de algumas pessoas não coordenarem esse crédito que recebeu e ter que se retirar do assentamento por um motivo ou por outro. Mas nesse caso financeiro, não conseguiu se estabelecer dentro do assentamento. (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril).

A questão da venda dos lotes é real e é um problema existente nas áreas de reforma agrária, apesar de ser sempre algo superestimado pela mídia hegemônica para encaixar os sem terra num estereótipo de “malandros”. A questão da venda dos lotes, entretanto, deve ser encarada, para as pesquisas sociais, para além desse discurso rasteiro. Há que se separar diferentes tipos de situações, por exemplo, uma coisa é o sujeito acabar de receber a terra e vender o lote, outra é o sujeito vender o lote por culpa de algum insucesso econômico derivado da parca estruturação ou do endividamento, outra ainda menos “grave” é, depois de um certo período na terra, 5 ou 10 anos, o assentado vender o seu lote por uma questão de escolha. Apesar de se configurarem os três casos como uma ilegalidade, para o segundo e terceiro tipo, a nosso ver, não se constitui enquanto uma ilegitimidade, visto que poderia se criar critérios para a regulação de venda dos lotes (com algumas condicionantes é claro) e um sistema de posse individual de propriedade privada, transformando o assentado em um pequeno proprietário. Inclusive o programa de reforma agrária do MST de 1996 previa um período de cinco anos para o assentado ter a posse individual do lote e poder colocá-lo sob critérios de venda do mercado. Todavia, sobre a sombra de um discurso hipócrita criado a partir de um estereótipo de que os sem terra “querem terra para vender”, os organismos de Estado privam o assentado dos poucos

benefícios que o capitalismo pode retornar a ele. Sobre esse discurso, muitos assentados deixam a reforma agrária mais empobrecidos do que entraram. O assentamento tende a se descapitalizar nesse processo, seja porque a proibição da venda, depois de certo período de uso, desestimula certos investimentos no solo e no patrimônio imobiliário do terreno, seja porque impede a renovação dos assentados, trocando os maus sucedidos pelos que estão dispostos a investir. Claro que, nesse caso, não se trata de um tipo de investimento patrocinado pelo grande negócio de terras, até mesmo porque deve se criar barreiras que impeçam uma re-latifundiarização do assentamento, como por exemplo, a permissão para venda somente entre familiares de assentados, para pessoas de baixa ou média renda, para técnicos agrícolas recém-formados ou que cada assentado não possa comprar mais do que um ou dois lotes de outro. Estando o assentamento inserido no sistema capitalista, é difícil perceber porque esse tema é tratado com tanto tabu pelos órgãos públicos, mídia hegemônica e academia. Recentemente, o governo federal vem tentando aprovar uma lei que libera à revelia a venda de lotes da reforma agrária. Essa lei vem sendo combatida pelo MST, já que argumenta-se, com razão, que esse tipo de política pública vai criar uma situação de retomada das terras pelo latifúndio.

No caso do Assentamento 17 de Abril, muitos dos assentados que estão desde o início afirmam não vender a sua terra. Seja por uma causa econômica, política ou simplesmente por uma questão de apego simbólico à terra ou por um desejo de ver seus filhos, netos ficarem na terra. Nessa linha, contradizendo os assentados que incentivados pelo superintendente do INCRA, na altura, venderam as terras assim que receberam, Luciano (2012, Eldorado dos Carajás: 9 de Abril) explica que “os conscientes estão até hoje, que nem eu, o meu lote não se vendeu, nem se vende, eu vou deixar pro meu filho, pra deixar pro filho dele, pro filho dele, deixar pro filho dele”.

Com o governo Lula, houve uma mudança sobre a questão da relação entre assentados e o superintendente do INCRA. Como o PSDB, partido que detinha o comando do executivo no governo federal, ficou muito marcado na região pelo mandato de Almir Gabriel, com o Massacre de Eldorado dos Carajás, a relação entre superintendente e assentamento era mais conflituosa. Com o governo do PT, sem dúvida, houve uma mudança substantiva em termos de diálogo. Os superintendentes que entraram até então, na regional de Marabá, possuíam, de alguma forma ligação, com o assentamento e o MST. Com isso, alguns entrevistados, como Galvão (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril),

afirmam que “a relação entre associação com o INCRA, não é muito ruim não. Sempre teve na época da superintendente que era [...] companheiro da gente. A gente sempre tem uma relação regular, que dá para discutir”. Apesar dessa boa relação, em termos de atender as pautas estruturais dos assentados e acampados da região, pouco se modificou entre uma gestão e outra. Albérico, em oposição ao que tratou Galvão, diz que a relação com o INCRA foi péssima todo tempo.

Até hoje aqui tem picadas que o cabra não sabe foi mal feito foi lugar ruim, vicinal lugar ruim de grotá. Entendeu que naquela época o INCRA fazia pressionado, estava doido para se ver livre também. Que falar que o INCRA tem um projeto de assentamento que beneficia colono é mentira, bota equipe de técnicos aí, bota uma bucha no cara aí o cara só vai se enterrando. Que aqui se você tem 500 pessoas aqui é 500 devendo. Albérico (2012, Eldorado dos Carajás: 6 de Abril).

Wanderson afirma que

a relação do governo, e também do INCRA com o assentamento e com o MST de uma forma geral, passei o que o companheiro estava colocando, é bastante difícil viu? Porque a gente pauta algumas coisas que são essenciais pro assentamento, tipo asfalto, praças, uma saúde mais qualificada, que não acontece dentro do assentamento, que a gente tem em torno de 690 famílias, e um postinho que cabe dentro de uma caixa de fósforo. Assim, literalmente falando né. Wanderson (2012, Eldorado dos Carajás: 15 de Abril).

O Pastor Sérgio afirma também que

o INCRA só trabalha sobre pressão. Não tem jeito, a única forma de adquirir alguma coisa com o INCRA é através de pressão. E cada vez que o movimento precisa de alguma coisa, o pessoal se mobiliza e a fonte de recurso nosso é o governo federal. O governo estadual infelizmente ele não contribui com o assentamento. Sérgio (2012, Eldorado dos Carajás: 6 de Abril).

Vanderlei conta que, atualmente, o INCRA não tem função de quase nada, a habitação está vinculada à Caixa Econômica, a saúde e educação ao município, por exemplo. “O INCRA tá todo desaparelhado, então isso significa que não tem prioridade, então hoje tá mais difícil”. Esse desaparelhamento do INCRA envolve muito as diretrizes políticas dos governos Lula e Dilma, principalmente este último, no qual a política de reforma agrária foi desaparelhada, iniciando um processo, em curso no Brasil, de contra reforma agrária.

7.7 As avaliações dos assentados sobre os governos FHC, Lula e Dilma

Em linhas gerais, a avaliação dos assentados sobre os governos FHC e Lula-Dilma são de que um atendia mais a questão da desapropriação sob pressão dos movimentos sociais e outro se voltou mais a algumas questões estruturais do assentamento e para o programa de geração de renda, o Bolsa Família e para a aposentadoria rural. Há também uma diferença notada entre os dois governos em termos de direitos humanos, onde, no primeiro, houve mais conflitos e mortes de trabalhadores, e, no segundo, apesar delas continuarem a ocorrer, foram menos intensas.

Alguns entrevistados destacaram que, antes do massacre, o governo de Fernando Henrique pouco fez para a reforma agrária. Depois do 17 de Abril de 1996, entretanto, as estruturas institucionais para a reforma agrária foram operacionalizadas. Em 29 de Abril de 1996, foi criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária para desvincular o INCRA do Ministério da Agricultura, associado historicamente aos interesses das organizações classistas dos latifundiários como a União Democrática Ruralista (UDR) e a Confederação Nacional dos Agricultores (CNA). Em 2000, o ministério passa a ter o seu nome atual: Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nessa época, surgiram vários assentamentos do MST por todo o Brasil, inclusive nas proximidades de Eldorado.

Flávio (2012, Eldorado dos Carajás: 8 de Abril) conta que, se for avaliar o governo FHC, “essa avaliação ela fica pesada nos dias de hoje, porque se eu for fazer eu vou levantar a bandeira do Fernando Henrique. Por causa do massacre, na época, ele quis cobrir aquilo, eu penso que foi assim. Nós tivemos vários investimentos”. Albérico ainda conta que na época de Fernando Henrique foi liberado muito recurso para o assentamento, mas esses investimentos não tiveram retorno e deixaram um rastro de endividamento muito grande. O governo Lula não resolveu o problema do endividamento do agricultor e, portanto, também repassou muito menos em termos de recurso ao assentamento. É por isso que Flávio (2012, Eldorado dos Carajás: 8 de Abril) fala que “No governo Lula o assentamento não teve "investimento””.

O grande destaque positivo que os assentados avaliam do governo Lula é em relação ao Bolsa Família, política pública essencial que serve como um importante complemento de renda das famílias. Reinaldo (2012, Eldorado dos Carajás: 10 de Abril) coloca que “minha vida que a gente vive se segurando muito bem, mas é nesse Bolsa

Família, que por bondade de Deus saiu esse Bolsa Família, que ajuda bastante, pelo menos para comprar as coisas dos meninos, né, caderno”.

Além do Bolsa Família, o programa Luz para Todos eletrificou a vila do assentamento, apesar de muitos lotes não terem ainda luz elétrica, construíram-se algumas pontes a fim de facilitar a locomoção do assentamento em períodos de chuva intensa. Abimael conta que, durante o governo Lula, consolidou-se uma estruturação mínima para manter o assentado no campo. Além disso, destaca-se a questão do melhor relacionamento e dos direitos humanos.

O Lula por ser um governo da esquerda, um governo o qual participou de muitas lutas né, pelo sindicato dos metalúrgicos, já tinha uma direção, facilitou pra nós, [...] No governo do Lula, melhorou pra uma parte, não houve mais assim, tanto essa perseguição do massacre com os nossos companheiros. Nós tivemos força pra trabalhar mais livre, que na época dos outros governos a gente não poderia, saía na rua mas temendo né que a polícia pegava, o fazendeiro contratava alguém, infelizmente. Abimael (2012, Eldorado dos Carajás: 7 de Abril).

Moacir avalia que se tinha o sonho de que quando a esquerda governasse o Brasil ia ter terra para todo mundo, a reforma agrária ia alavancar. “Mas realmente foi pouco tempo pra ficha cair que não é assim. Sempre é preciso lutar, é preciso você tá organizado com seu povo” Moacir (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril). Ele cita ainda que outros benefícios vieram, “em termo de mandado de prisão, em termo de muitas várias outras coisas que o governo da direita perseguia, com o governo da esquerda teve mais uma cautela. Num teve aquela opressão grande em cima da gente” Moacir (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril).

Para Ana,

Lula, ele fez muita coisa e a Dilma também tá fazendo. [...] Melhorou o salário, depois que Lula passou a ser presidente, ele aumentava né, que não aumentava o salário pra nós, sempre tirava e eu não tinha nada né. Agora não, todos os anos aumenta. Um pouquinho mas aumenta. Pode ver tudinho melhorou mais para nós. Ana (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril).

Para Madalena (2012, Eldorado dos Carajás: 1 de Abril), “o governo Lula foi dos melhores que teve. Primeiro ele não mandou matar ninguém. Se não teve muita liberação de terra, mas também não mandou matar né?”. Rosana (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril) conta que “o Lula eu acho que foi o primeiro lugar no meu conhecimento. Foi muito

bom. Eu espero ainda ele viver e mandar de novo em nós, no Brasil né. E A Dilma foi bom também, nunca achei ruim não”. Ela aponta que o motivo dessa avaliação, principalmente, foi que “diminuiu as mortes né sobre nós mesmo que os sem terra, então eu acho que diminuiu. Que isso era o pior, perder companheiro” Rosana (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril). Outro entrevistado destaca a construção da Escola Oziel Alves e do posto de saúde, esse último já na gestão Dilma.

Em assentamento não existe um colégio como esse nosso. Foi no tempo do Lula. Agora no tempo da Dilma, tá fazendo ai um posto de saúde né, muito, a gente para atender a demanda do nosso assentamento. Então os governos petistas, o governo de esquerda que já tinha mais costume com a luta de um movimento sociais, eles tão ampliando os assentamentos. Tá longe de chegar ainda objetivo que precisa né. Mas melhorando. Então o governo do Lula foi somente ampliar os assentamentos que o Fernando Henrique, após o massacre, criou. Então essa é a avaliação. Um fez a desapropriação e outro deu mais infra-estrutura, energia, água, né, habitação. Luciano (2012, Eldorado dos Carajás: 9 de Abril).

Pastor Sérgio (2012, Eldorado dos Carajás: 6 de Abril) ressalta a diferença entre a formação de Lula e Fernando Henrique, onde coloca que o primeiro foi preparado para lidar com o povo, porque “toda vida foi povão”. Já o segundo, “a visão dele, era só elite. Nunca foi povão [...] infelizmente o Fernando Henrique só conhece o grande. Ele não sabe a necessidade do pobre” Sérgio (2012, Eldorado dos Carajás: 6 de Abril). Isso justificou uma melhor valorização das pessoas pobres no país, segundo constata o pastor, além do que ressalta a oportunidade que os assentados da 17 de Abril tiveram em conviver em paz; “não via polícia espancando sem terra. Não via os movimentos sociais sendo perseguidos, então havia uma liberdade” Sérgio (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril). Apesar desse ponto de vista majoritário, a expectativa que os movimentos sociais tinham com Lula eram bem maiores do que com Fernando Henrique e, principalmente para os movimentos camponeses, ele não supriu as expectativas, como conta Renata (2012, Eldorado dos Carajás: 16 de Abril), dirigente nacional do MST no Pará, “a gente esperava mais dele”.

Há, contudo, aqueles entrevistados que afirmam ter sido melhor o governo anterior. Para Rogério

Fernando Henrique foi o melhor. Pra reforma agrária foi o melhor. Lula nunca assentou ninguém. Nunca assentou. Só aguentou aquilo ali, você entendeu? Paralisou ali. A Dilma, tá acontecendo a mesma coisa. Fernando Henrique, e hoje o assentamento, reforma agrária que tem no Brasil é de Fernando Henrique. Dinheiro para o povo, maca pro povo, tá entendendo, tudo foi Fernando Henrique. Lula só aguentou o que o outro deixou. Rogério (2012, Eldorado dos Carajás: 7 de Abril).

Esses foram os relatos dos que avaliaram os questionamentos sobre qual a avaliação dos governos Lula, Dilma e Fernando Henrique e de que forma os mesmos contribuíram para a reforma agrária, sob um viés mais voltado para as realidades particulares, e dentro da conjuntura específica do Assentamento 17 de Abril. Nesse viés, nota-se que, apesar de a área ter sido desapropriada e de os créditos agrícolas terem sido repassados no governo Fernando Henrique, há uma avaliação mais positiva dos governos Dilma e Lula, notadamente por políticas de estruturação básica do assentamento e também pelo Bolsa Família.

Quando se faz referência a outras áreas de reforma agrária, especificamente aos acampamentos de reforma agrária, entretanto, as avaliações dos entrevistados sobre o processo de reforma agrária nos governos Lula e Dilma foram mais críticas. É o caso, por exemplo, de José Henrique que coloca que a reforma agrária não avançou no governo Lula:

não avançou. É só tentando tapar o sol com a peneira. Tipo assim, você tá querendo tapar o sol com a peneira por que tem um assentamento lá, não tem infra-estrutura nenhuma, ele vai lá, mete a estrada, faz, bota as casas tudo, energia, pronto, foi lá, e ai pensa que politicamente a gente tá achando que tá fazendo, negativo, ele não fez foi nada. (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril).

José Henrique insiste na questão da desapropriação de terras, ou seja, para o Assentamento 17 de Abril, os governos Lula e Dilma suprimiram uma estruturação básica. Entretanto, para os acampamentos da região, como o Acampamento Frei Henri, o Acampamento Peruana, o Acampamento Elenira Resende, o Acampamento Maria Bonita, só para citar os mais próximos do Assentamento 17 de Abril, não houve benefício: “não foi desapropriado. Também não mandou tirar, não tá mal, não foi, não teve assim, aquela ordem de despejo pra ir fazer aquela, maltratar os trabalhador. Mas também não ajudou” José Henrique (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril). Albérico lembra que

(Acampamento) Maria Bonita tá fazendo cinco anos. Você já pensou o cara com cinco, seis filhos passar cinco anos debaixo da lona preta, trabalhando sem serviço, não tem nada, só comendo. Quem é que vai isso pra ele alguma coisa. Uma cesta básica de mês, de dois e dois meses, uma cesta básica de 100, 50 conto, o que vale isso? [...] E nem vai sair fácil. Que é uma fazenda muito rica, um grupo de empresários muito ricos, esses tem dinheiro, esse tá criando bolso, tá tendo renda da fazenda, pra eles tanto faz, tanto fez, entendeu? Não tem

política no Brasil que obrigue o fazendeiro para vender para o pobre não. Albérico (2012, Eldorado dos Carajás: 6 de Abril)

José Henrique reclama que não falta “companheirismo” aos superintendentes do INCRA e aos membros do governo e do PT, mas na hora de fazer a reforma agrária, o processo é muito lento.

Fica todo tempo, bate nas costas, “isso aí também é meu ponto político”, “visão política”, e eu estou vendo que não tá funcionando. E no governo Dilma também não. No governo da Ana Júlia também não, num teve reforma agrária na nossa região. Acabou-se. Entendeu? Então é por isso que a gente, as vezes, a gente conversa com algumas pessoas e faz, “rapaz, a reforma agrária não existiu nesse dois governos”. 8 anos de Lula e 4 de Dilma, pelo menos na minha visão política e ideológica como a gente tá vivendo o dia a dia e acompanhando as questões sociais de assentamento e acampamento, foi muito pouco, que a reforma agrária avançou no Brasil. José Henrique (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril).

“Não saiu desapropriação de área nenhuma”, essa é a crítica mais recorrente à política de reforma agrária do governo Lula e Dilma. Iniciaram um processo de estruturação dos assentamentos, notadamente em suas questões mais básicas, entretanto, não estabeleceu uma política de desapropriação de terras. Solidificou-se uma estrutura institucional do poder público para lidar com a questão da reforma agrária que se ocupou de várias funções importantes, mas que não lidou com o básico da questão que é a reforma agrária em si, ou seja, a desapropriação das terras. Ou como prefere nominar José Henrique,

tipo assim, tu estava morando lá na roça, sem energia, sem nada, ele (Lula) vai lá e bota energia pra tu, pronto, fica bem. Não pegou eu que estava lá dentro da rua pra tá lá dentro da terra. Tu tá entendendo o que tenho pra te falar. Tapando o sol com a peneira, só na base do cala a boca. Isso pra muita gente acha que é reforma agrária, mas reforma agrária né não. Reforma agrária tem que começar do zero é fazer, consertar o que tá errado e fazer do começo. Ai sim é reforma agrária, não é só tapar o sol com a peneira não. Tá entendendo. Tipo assim, essa parte do governo Lula. (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril).

Antônio também ressalta algo parecido, quando provocado a fazer similar avaliação:

olha a gente vê, esse assentamento aí, por onde eu tenho andado, esses acampamento, é o seguinte. Nós estamos precisando também um pouco da força do governo, né. É isso que nós estamos querendo. É isso que nós queremos mais do governo. Nós temos família hoje que tá chegando a 10 anos companheiro,

debaixo de lona preta, nós cobramos, e o governo fica só levando com a barriga né. Antonio (2012, Eldorado dos Carajás: 6 de Abril).

Em relação aos governos estaduais, embora não tenham um órgão próprio para a reforma agrária, são também avaliados pelos assentados de forma extremamente negativa. Almir Gabriel, governador do PSDB na época do massacre, é de longe o pior avaliado, por motivos óbvios. O primeiro mandato de Jatene, do PSDB, entra na mesma linha de avaliação. O mandato de Ana Júlia do PT é também mal avaliado, pois, na visão dos sem terra entrevistados, apesar de ela não ter assumido uma postura ostensiva contra o MST, pouco fez pelos assentados e pela reforma agrária. O atual governo de Jatene, que na campanha política, em embate contra Almir Gabriel o responsabilizou publicamente pelo massacre, iniciou um diálogo com o MST no estado, diálogo esse que a direção havia suspenso desde os acontecimentos de Abril de 1996. Como afirma Vanderlei,

as relações com o governo a gente, governo do estado na época do massacre, a gente passou muitos tempos sem se relacionar com nenhum governo do estado, porque foi na época do governo do PSDB. Depois veio o governo do Partido dos Trabalhadores a gente abriu para se relacionar, a gente não tinha nenhum vínculo, nunca sentou com o governo do PSDB. Já nesse novo governo do PSDB teve uma abertura do governo que queria fazer reparações em relação ao massacre, aí teve uma abertura do movimento, no momento mas muito pequena. Inclusive agora estava em reunião já estou fazer essas avaliações se abre para discutir algumas coisas com o governo. Vanderlei (2012, Eldorado dos Carajás: 9 de Abril).

Para o Assentamento 17 de Abril, o governo Ana Júlia ofereceu um crédito para reformar as casas, além de ter construído a Escola Oziel Alvez Pereira, à custa de muita pressão, como já foi colocado. Algumas situações, entretanto, deixaram os sem terra resabiados. Havia, por vezes, falta de cesta básica nas áreas de acampamento, que era muitas vezes sustentado pelos assentamentos da região. Lucas lembra que, quando Ana Júlia assumiu, foi a primeira vez que o MST passou a dialogar com o governo do estado. Como o próprio PT, no estado do Pará, era uma construção dos movimentos sociais, notadamente do campo, esperava-se mais até da governadora do que do próprio governo federal. Acontece que foi detectado, inicialmente um problema de diálogo.

Houve muita vaidade dentro do governo, não se ouviu os companheiros, não se ouviu o movimento. “Nós somos instituição, somos governo, então não vão conversar”. Foi equívoco do governo Ana Júlia, não conversar com o movimento em alguns momentos. Entendeu? [...] o governo do PT não teve competência de conversar com seus criadores, que quem criou esse projeto que levou ela pra lá,

foi o MST, foi esse movimento aqui, foi tudo isso que aconteceu ao longo desses anos. De tantos dirigentes que foi morto aqui. Tudo por um sistema da política que comandou ai vários anos. Lucas (2012, Eldorado dos Carajás: 4 de Abril).

Cita-se ainda que houve problemas de composição política no governo que, em nome da governabilidade, se sustentou muitas em pessoas que muitas vezes se opunham à liberação de recursos para as áreas de reforma agrária. Um exemplo notado por Lucas foi a própria criação da escola no assentamento. A sua criação foi anunciada no começo de seu mandato, mas, entretanto, o projeto ficou travado na Secretaria de Educação do estado, por técnicos que se opunham ao MST e ao próprio PT, parentes e partidários de Jader Barbalho e Jatene, por exemplo. Ao fim, como já se referiu, a escola só saiu nos últimos meses de mandato da governadora, em razão da ocupação dos trilhos da Vale do Rio Doce.

Sobre o PT nacional, Lucas elogia alguns programas como o Bolsa Família e até compreende a composição política do governo. Em certos momentos, o MST teve que recuar para não fazer o jogo de quem supostamente estaria tentando derrubar o governo. Contudo, ele critica contundentemente que apesar de ter muitos benefícios para classe trabalhadora, o governo do PT precisaria criar algum tipo de mecanismo para tirar, de uma vez por todas, a população pobre da situação de dificuldade que ainda se encontra.

Porque ainda é muito, ainda leva muita fatia do bolo ainda são os grupos, são os banqueiros que secaram todo dia, o lucro da Vale do Rio Doce, é umas coisas de doido. Os grupos privados tá na comanda. O agronegócio, a proteção do Brasil também com um empresas estrangeiras, o que a gente tem medo é que a Amazônia tá sendo fatiada [...] que já tem muitos grupos financeiros que já domina o Brasil hoje, na área da ciência, se você ver o que que a Monsanto faz dentro do Brasil, o que a Cargil faz, esses caras tomaram conta, tem gente que tudo que produz de cosmético no mundo hoje e tal, então o cara que não sabe nem o diabo do que é um pé de cupu, o cara lá patenteia o cupu, diz que é propriedade dele, porque o cara tem uma ciência na mão e vem pra cá pro Brasil. E não acha nem uma dificuldade. Lucas (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril).

Para Lucas, o projeto político do Brasil está no caminho certo, mas “precisa olhar mais pra sociedade menos favorecida”. Ele conta que é militante do PT há 25 anos, mas, mesmo assim, acha o governo muito tímido e voltado unicamente para o assistencialismo. Sobre a reforma agrária ele diz:

reforma agrária tá, não tá falida, não vamos dizer isso. Isso é uma palavra muito forte de dizer, mas tá quebrada a reforma agrária pra cá, na grande maioria do Brasil não tá dando certo e se não houver um comprometimento do governo para

fazer com que se produza com alimento de qualidade, viva com condições, estrada boa pra escoar a produção, pro ônibus buscar o aluno, pra colocar na escola. Educação, a gente diz, educação em primeiro lugar, mas o camarada que não se alimenta bem, que não é sadio, ele vai pra sala de aula, ele não sabe nada do que a professora tá falando. [...] Então tem que priorizar, num país alfabetizado, num país preparado cientificamente é muito difícil você manobrar ele, entendeu, agora, um país analfabeto, de burro, que gente que não sabe o que, qual é seus direitos e seus deveres, é muito fácil você manejar. E o Brasil tem muito isso. Não é a toa que cada Estado brasileiro desses aqui tem um dono, tem um grupo político que comanda, mas ele comanda porque ele tem o domínio, hegemonia do povo. O PT conseguiu uma coisa muito interessante. Em vários estados aqui você viu lá. O que aconteceu na Bahia, Antônio Carlos Magalhães, aquela família, quantos anos comandava, não é? Aconteceu no Ceará. Precisa acontecer mais nos outros estados. Aqui nós tivemos a oportunidade. Mas foi falha nossa. Foi falha do PT, em alguns pontos foi falha, ele sabia que a gente tinha o mandato, mas não mandava nas instituições, então tinha que ter criado um envolvimento para dominar, que a gente achou, somos governo, nós podemos fazer o que nós quisermos. Foi ligeiro demais. Lucas (2012, Eldorado dos Carajás: 4 de Abril).

Compartilhando da mesma avaliação de Lucas, Renata, dirigente nacional do MST no Pará, pensa que independente do partido político no governo, só se desapropria terras e constrói assentamento dentro de um processo de luta dos camponeses. Renata resume que o fato de os números de desapropriação de terras ser maior no governo Fernando Henrique do que no governo Lula e Dilma diz respeito à situação de maior pressão dos movimentos sociais de 1996 até 2001.

O que aconteceu foram as pressões, houve um levante né, da década de 90, final da década, em meados da década de 90 e aí principalmente depois do massacre de Eldorado dos Carajás toda a pressão internacional que teve né, tudo isso acontecendo então essa pressão provocou, colocou o governo brasileiro numa condição assim de se posicionar diante da reforma agrária, ou da falta de política pra reforma agrária no país. Renata (2012, Eldorado dos Carajás: 16 de Abril).

No estado do Pará, nos oito anos do governo Lula, foram criados somente três assentamentos das áreas do MST. Para a dirigente nacional, isso é reflexo de uma política de tentar somente fazer assentamentos onde é possível conciliar interesses, o que não ocorre na região da Amazônia, disputada por grupos de pecuaristas, agronegócio e mineradoras.

Por exemplo, nessa região do Pará, na Amazônia o governo, por exemplo, não tem coragem de enfrentar a questão ambiental para fazer assentamento de reforma agrária. Então não desapropriou nenhuma área, nem a gente teve a justificativa, o argumento de só uma fazenda desapropriada por crime ambiental, né, então como é que o governo brasileiro cria coragem de enfrentar essas situações? Isso, entendeu? Crime ambiental. E por que não se desapropria terra

com trabalho escravo? Entendeu? São questões que o governo teria que ter coragem para enfrentar, compromisso, coragem, vontade política, pra fazer a reforma agrária, né? Crime ambiental, trabalho escravo, o grande latifúndio, né, que tem aí. Renata (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril).

Alguns membros da direção nacional do MST possuem uma análise de que o governo é um espaço de disputa entre as forças populares, os movimentos sociais, e os setores conservadores e o empresariado. Na avaliação de Renata, isso não ocorre.

O governo não estava em disputa nada, o governo já tinha, quando o PT ganhou a eleição isso já estava claro e ele foi cada vez mais né, caminhando pro caminho de fazer uma conciliação de classes. De interesses de classes, entendeu? Tipo assim, um pouquinho aqui, um pouquinho ali pra cada um, mas sem querer mexer com aquilo que é as causas de conflitos de terra, as causas da pobreza, entendeu? Então é mais fácil tu conciliar e mexer com aquilo que é superficial do que você se adentrar em questões que podem trazer transformação. Então é um pouco assim, deixa como tá, fica assim, então eu acho que a conciliação foi uma, foi uma política dos governos do PT. Né, tanto nas regiões, no estado foi a mesma coisa aqui com a Ana Júlia, entendeu? Não queria desagradar. Não tem como você não desagradar fazendeiro, empresários numa região dessa. Então como é que você vai enfrentar a questão da terra? Na Amazônia, no Pará, né, se você não enfrenta madeireiro, se você não enfrenta as empresas, né, se você não enfrenta o fazendeiro, então tem que ter umas coisas assim, e eles quiseram conciliar, tanto que né, não tinha diferença de quem apoia a campanha do PT pra quem apoia a do PSDB, praticamente as mesmas empresas fazem isso. Né, os latifundiários, se dividem, contribuem, apoiam essas eleições. Então acho que essa conciliação prejudicou bastante né? Mas eu acho que também não foi uma coisa inocente. Eu acho que foi pensada, planejada, olha nós não vamos fazer um governo democrático e popular como ele chama, vamos acalmar um pouco a fome do povo, amenizar. E isso inclusive foi bom para a burguesia amenizar a fome, a pobreza, a miséria, isso é bom pra burguesia, isso é tarefa, por exemplo, que a burguesia, que a direita tinha que ter feito. Renata (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril).

Camilo, também dirigente nacional do MST, vem nessa linha e reconhece que o movimento errou ao considerar o governo como um espaço de disputa. Afirma que “toda a esquerda do Brasil tinha uma meta simples de colocar um trabalhador no centro do poder do governo ali né. Pudessem administrar esse Estado em prol dos trabalhadores” Renata (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril). Feito isso, a reforma agrária voltaria então a ser pauta, de forma mais forte do que fora no período de FHC, podendo até mesmo se projetar a uma situação semelhante à época das Ligas Camponesas.

Depois que o PT assumiu a presidência, nós investimos muito nisso, grandes ocupações de terras. Isso intensificou. Nós fomos percebendo ao longo do período, primeiro o momento que seria um espaço de disputa. 2004, 2005. Ah não o governo é um espaço de disputa. Nós devemos disputar o governo, que lá é um projeto neoliberal, e nós, dentro do governo vamos intensificar essa co-

relação de forças para se pautar a reforma agrária. Então o governo dizia que iria conciliar tanto a luta, o investimento pra reforma agrária, como o investimento para o agronegócio. Isso não se deu. Isso não se deu. E pior. Piorou. Piorou muito. Renata (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril).

Alguns fatores indicam esse recuo do governo na questão agrária. No governo Lula, paralelo ao recuo estratégico nas pautas da reforma agrária, houve grande incentivo às empresas transnacionais agroexportadora e as mineradoras. O governo, então, não somente financiou vultuosos empréstimos para o setor agropecuário, liberou sementes transgênicas, antes proibidas, e, afinal, fez funcionar a máquina estatal em favor dos interesses desse setor capitalista-latifundiário. Essa política teve duas consequências imediatas: aumento no preço da terra e supressão do espaço de produção não capitalista.

É nesse sentido que o governo ficou inerte nessa disputa e não fez reforma agrária por uma razão muito simples: enfrentaria um setor que não somente vai servir de apoio à economia nacional ao crescimento do PIB (independente dos custos sociais e ambientais), como também muito dessas empresas se tornaram financiadoras de campanha de partidos ligados ao governo, principalmente do próprio PT. Assim, o próprio diagnóstico dos assentados reflete essa conjuntura. Camilo, inclusive, coloca que há uma determinação do Ministério do Desenvolvimento Agrário em não fazer mais assentamentos no governo Dilma, sendo a prioridade agora a Copa e a Olimpíada, o que se reflete em cada vez mais crescentes cortes orçamentais na área da reforma agrária, principalmente no que tange à parte de desapropriação de terras. O que não indica, entretanto, que o governo não esteja desapropriando terras para outros tipos de projetos, como hidroelétricas, instalação de empresas, entre outros. Como afirma Leandro,

apesar de o cara dizer que é, que sou do partido dos trabalhadores né, pra mim não justifica muita coisa. Política partidária não tem muita diferença um do outro. Eu parto desse seguinte pressuposto. [...] A gente tem o hábito de achar por que o cara é do partido dos trabalhadores ele vai ajudar a gente. Ele não vai ajudar se a gente não cobrar. Leandro (2012, Eldorado dos Carajás: 10 de Abril).

Nesse sentido, que o governo Lula e o governo Dilma, ao fortalecerem os setores do agronegócio, da mineração e dos madeireiros, diretamente contribuíram para o processo de enfraquecimento político do MST na região. Para além disso, há, atualmente, no estado

do Pará, duas situações graves em termos de criminalização dos movimentos sociais camponeses: uma extra-oficial, na qual grupo de latifundiários tem uma lista com o preço de parte do alto comando do MST no Estado, outra oficial, na qual a justiça paraense vem emitindo mandados de prisão contra as lideranças do MST, com os mais variados argumentos.

7.8 Dilemas do MST e desafios na região

A relação dos assentados com o corpo orgânico do MST funciona sem muitos atritos, como afirma Albérico:

nós aqui mesmo nunca tivemos uma divergência com o MST. Em toda vida que o MST esteve aqui dentro. A Associação aqui dentro é nossa. Tem lugar que gente racha, gente briga, faz dois assentamentos, um de um, um de outro. Nós aqui não. E nós aqui somos o maior assentamento do Brasil. Albérico (2012, Eldorado dos Carajás: 6 de Abril).

Rosana (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril) conta que “gostou do Movimento Sem Terra” porque “quando no mundo eu ia ter esse alqueire de terra se a gente não faz isso?”. Cita ainda que “hoje tem casa para morar, tem onde criar, pra mim foi muito bom, bom mesmo. Espero que todos que tem esse sonho de possuir a terra tenham coragem de fazer igual nós fizemos. De ir pra luta e não desistir” Rosana (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril). Abimael também cita que a presença do MST dentro dos assentamentos de reforma agrária está estimulando outras linhas e novas reflexões sobre o que seria outra reforma agrária,

uma reforma agrária que o povo precisa, né, merece. Uma reforma agrária que tenha educação, que tenha saúde, que tenha o lazer, né. E que tenha também uma infraestrutura pra que a reforma agrária possa ser feita mesmo, onde e quanto. Faltando ainda nós na nossa luta, A luta pra que possa o homem do campo agora fixar mesmo no campo, realmente. Abimael (2012, Eldorado dos Carajás: 7 de Abril).

Ele diz ainda que o MST não somente luta pela terra, mas também tenta “dar sobrevivência ao homem do campo” Abimael (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril). O que o fez entrar para o MST, inicialmente, foi a questão da terra e o que o fez continuar no MST foi essa luta por uma reforma agrária digna, por educação, saúde, estrutura. Conta que, quando entrou para o MST, teve oportunidade de educar seus filhos.

A minha caçula já tá na faculdade né, fazendo faculdade ai de enfermagem, uma terminou formou esse ano agora, pedagogia, então é por esse motivo né, que eu luto e defendo a ideia do MST. Defendo a luta pelo campo. E não só defendo a terra, mas a permanência do homem no campo, na terra. Né, por essa avaliação que eu faço de tá hoje nesse movimento aqui e ainda continuar lutando. Abimael (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril).

Apesar do reconhecimento da importância do MST para sua vida e para o assentamento, Albérico tece alguns comentários sobre a tática política do movimento, de como tem se mostrado ineficiente no intuito de conseguir a desapropriação de terras nas áreas de acampamento. Ele cita que “o MST não tem entidade, ele fica lutando e hoje os fazendeiros já aprendeu com o movimento. Que o MST não mexe com ninguém ele vai paro acampamento e fica esperando na justiça” Albérico (2012, Eldorado dos Carajás: 6 de Abril). E, nesse aspecto jurídico-legal, os fazendeiros têm-se controlado mais, não pensam mais em massacrar as pessoas, não por uma questão de direitos humanos, mas simplesmente com medo das repercussões que outro massacre teria para a reforma agrária no Pará. A violência no campo, entretanto, continua. Para Lucas, a perseguição nunca acabou. Dois anos depois do massacre foram assassinados Analicio Barros e Valentim Serra, também conhecidos como Doutor e Fusquinha, “dois companheiros nosso que lutaram aqui pela conquista desses espaços pra nós, dois anos e pouco acabaram morrendo. Foi morrendo os companheiros” Lucas (2012, Eldorado dos Carajás: 4 de Abril). Vários são os outros casos de lideranças regionais desaparecidas ou de lideranças assassinadas, como a Irmã Doroth Stang e o recente caso do casal José Cláudio Ribeiro e Maria Aparecida dos Santos, na região. Na justiça, os fazendeiros conseguem mandados de reintegração de posse, mandados de prisão das lideranças do MST, e, sobretudo, adiar a desapropriação da área para um tempo indeterminado, mesmo sendo área de trabalho escravo, desmatamento ambiental ou terra pública. Como afirma Abimael,

depois do massacre de Eldorado, que o povo viu que não adiantaria mais mandar matar, não mandar muitas vez, que estava ficando pior, a polícia, matar mais, ainda aconteceu três tragédias, ainda aconteceu três tragédia com companheiros nosso que era militante do movimento, daqueles que tinha deixado os seus afazeres e ingressado na luta que foi a morte do nosso companheiro Fusquinha, deram um né, o fazendeiro viu que quando aconteceu isso, perderam a terra mais rápido ainda, né que ai o governo foi obrigado a desapropriar a terra pra amenizar o problema, ele criou uma nova tática. Criou uma polícia e agora, essa tática que de vez em quando prende uns companheiros, de vez em quando tem um companheiro nosso processado, preso, querem nos processar por formação de quadrilha, que disse que somos formadores de quadrilha. Mas ai processa, arruma, inventa, passa companheiro nosso, 6 meses, 3 meses, 4 meses preso ai, processado por uma causa que é justa e digna por que enquanto o povo estava

calado num havia reforma agrária no estado do Pará. Abimael (2012, Eldorado dos Carajás: 7 de Abril).

Ao fim e a cabo, Albérico explica que, de uma forma geral, a reforma agrária está mais difícil nessa região. A maior chance, segundo ele, que o MST possui de desapropriar terras na região é sobre área pública, terras do governo federal e estadual. No Acampamento Peruana, se trata de uma área de terra pública, assim como no Acampamento Maria Bonita. Entretanto, mesmo sobre essas circunstâncias, não sai a desapropriação da terra:

assim a terra é deles, legal do governo ele está, ai está esperando dois três anos lá esperar liberar o resto. Ai o fazendeiro pede um dinheiro desse tamanho ai, que não vale para o governo do Estado, o governo não quer pagar, ai, entendeu? Primeiro eles chegaram na fazenda só era mato, aquela coisa, fazendeiro logo entregava, você pegava, que nem nós aqui, foi mais fácil. Era tudo mato. Hoje você chega e sei lá. O povo não aguenta isso que estou te falando. [...] Ai que falo pra você. E hoje tá mais difícil. Por que a Vale tá chamando todo dia para botar gente pra empregar, você pra Paraupebas você sabe que tem emprego demais, você vai pra Marabá, tem demais, então o cara vai ficando com os filhos. Albérico (2012, Eldorado dos Carajás: 6 de Abril).

Diante dessa situação, Moacir (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril) avalia que a reforma agrária, “não tá bom não. Tem que ser mudado muita coisa, eu acho que se tivesse de dar nota pra reforma agrária eu daria uma nota de quatro e meio”. Não se cria mais assentamentos, mesmo em terras públicas e as pessoas têm que passar de dois a dez anos “debaixo da lona preta”. O governo federal sabe quais são as terras públicas e passíveis de desapropriação, entretanto, mas não faz a reforma agrária. Por outro lado, a concentração fundiária é cada vez maior: “nós temos um monte de terra concentradas na mão de uma, de duas pessoas. Que você roda hora e horas de carro. E a maioria a gente sabe que é terra pública, é terra que pertence a nação e tá concentrada em mãos de uma ou de duas pessoas” Moacir (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril). Vários documentos de posse de terras da região são fraudados, fruto do processo de grilagem, muitos dos quais são terras públicas concessionadas a fazendeiros. A dificuldade de conseguir terra reside na proximidade dos latifundiários com a burocracia e a justiça local que permite não somente a facilidade de fraude de documentos em cartório, como decisões de primeira instância que, quase sempre desfavorecem, os sem terra. Além disso, há mecanismos criados no próprio governo federal que vem dificultando o processo de desapropriação, como a

medida provisória criada no governo Fernando Henrique Cardoso, e não revogada até então, que proíbe que terra ocupada seja vistoriada pelo INCRA por um período de dois anos, ou o próprio orçamento do INCRA de limitar a desapropriação de terras de baixo valor de mercado, o que significa, geralmente, terrenos menos férteis ou com pouca logística de escoamento de produção.

Elisa conta que se lembra quando seu pai, em Exu, extremo oeste do sertão pernambucano, contava a ela sobre a reforma agrária, que um dia, no Brasil ia ter terra para todos usufruírem. “E eu não sabia, nem o que que era. Ó onde eu vim parar. No loteamento da reforma agrária. Graças a meu bom Deus” Elisa (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril). Quando questionada sobre a situação da reforma agrária no Pará, ela diz que está muito lento ir de acampamento para assentamento

demora muitos anos, quatro, seis anos. É demais pra quem fica direto debaixo da lona preta meu irmão, é cansativo. É doído. Demora muito, isso tinha que ser em poucos anos, vamos supor, a reforma agrária tinha que ser já. Ser já reforma agrária né. Tinha que ser que não sofresse tanto como tem muita gente que sofre demais como nós sofreu. [...] Que o que ganhei, eu quero que todos ganhem. Quem não tem um pedacinho de terra que consiga um pedacinho de terra. Que é bom demais. É um sonho bem realizado. Elisa (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril).

Muitos dos assentamentos de reforma agrária da região também foram realizados sem critérios e com uma estrutura ainda bastante precária. Assentamentos nos quais os colonos foram alocados no meio da floresta, sem estradas, posto de saúde, energia, onde as condições de sobrevivência são poucas e onde mais se encontra desistência no programa de reforma agrária.

Diante de tantas dificuldades, o Pastor Sérgio (2012, Eldorado dos Carajás: 6 de Abril) reflete sobre a reforma agrária como um processo novo e doloroso. “Por isso é que muita gente desanima”. A reforma agrária é seguida de etapas, primeiramente se conquista a terra, quando o assentado pensa que o problema está resolvido, na verdade, ainda há muito a ser feito: problemas financeiros, sociais, de moradia, de energia, entre outros. Segundo o pastor, esses problemas são acompanhados por uma sensação de comodidade.

O pessoal começa a se conformar que as coisas são boas. Na primeira etapa, até que parece que sim. Porque o pessoal não tinha terra, não tinha casa, não tinha energia, né? E através da questão da reforma agrária com o governo federal, essas coisas acontecem. Aí, o pessoal começa a se conformar, começa a se acomodar. Com o passar do tempo ele vê que isso não é suficiente para manter

na terra, para fazer ele prosperar na terra. Porque ninguém consegue trabalhar, ou viver na terra sem ajuda do governo. Porque não é só dá a terra, não é só fazer a casa, não é só colocar energia. Não. É dar todas as condições pra que possa produzir. Ter uma vida própria. E essa vida própria depende muito da ajuda do governo, no sentido de crédito, da implantação do crédito, da assistência técnica, do apoio social, do apoio psicológico, do apoio é político. Certo. Porque senão as pessoas começam a agir por conta própria. E ai perde o espírito de coletividade, e ai assentamento, movimento, só funciona com espírito de coletividade. Quando se parte do individual aí já começa a buscar uma briga, ou uma conquista pessoal e isso não beneficia os assentamentos. [...] Que numa área de assentamento tem problema todo dia para resolver. De ordem social, financeira, moral e espiritual. Cada um atua dentro da sua área. Eu como pastor atuo muito na área espiritual, né. Trazendo palavras de conforto para o povo, orientação bíblica. Assim como o movimento trabalha na área de crédito, de conquista, de ocupação, cada um tem a sua função. A minha função hoje é mais eclesialística. Sérgio (2012, Eldorado dos Carajás: 6 de Abril).

O pastor conta que o maior desafio do MST é superar o problema da assistência técnica, investir na formação de técnicos agrícolas entre os assentados e na formação dos filhos dos assentados.

A gente tem visto o movimento se preocupar com isso, com a formação de engenheiros agrônomos, de veterinários, né. Para dar justamente uma melhor condição e orientação do pessoal sobre viver dentro dos assentamentos. Porque se não a maioria acaba indo embora por falta de apoio técnico, por falta de perspectiva de crescimento. Sérgio (2012, Eldorado dos Carajás: 6 de Abril).

Como já foi referenciado, vários jovens do Assentamento 17 de Abril vêm entrando em cursos em parcerias com o MST e o poder público, inclusive alguns até indo ao exterior, como Cuba e Venezuela para aprender medicina. Alguns outros cursos vêm sendo criados na região, como o curso técnico em agronomia, com ênfase em agroecologia, que comporta turmas de militantes do MST e também da FETAGRI, em uma parceria de ambos os movimentos sociais.

Para além desse fato, o pastor conta ainda que o Assentamento 17 de Abril é respeitado na região pelos outros assentamentos pelas suas conquistas e pela união de seu povo. Ressalta que essa unidade “não é a mesma de dez anos atrás”, mas, ainda assim, na hora de superar as divergências por algo em prol do assentamento, se superam. É interessante notar isso, por exemplo, na questão partidária do assentamento. Há grupos políticos ligados ao PT, como um entrevistado que, na época em que o entrevistei, era ex-presidente da associação e, em Novembro de 2012, foi eleito o vereador mais votado de Eldorado dos Carajás. Há outro assentado, ligado ao Partido Popular Socialista (e

consequentemente ao governador Abílio Jatene) que possui ligações com lideranças do assentamento. Há ex-vereadores que foram assentados, como também o ex-presidente do INCRA. Até o ex-prefeito, do Partido dos Trabalhadores, tinha fortes ligações com o assentamento, apesar de, na época em que fui fazer o trabalho de campo, a sua gestão era muito mal avaliada pelos assentados, inclusive por pessoas muito ligadas à prefeitura.

A quem acha que, num assentamento, as definições são simples e pouco complexas, essa situação prova a diversidade política que compõe as áreas de reforma agrária. Não encontrei no trabalho de campo nenhum tipo de ideologismo, ou seres cooptados, pelo contrário, encontrei pessoas comuns, que tiveram o seu percurso de vida encontrado com a luta pela terra e, hoje, apesar dos percalços, problemas e dificuldades, se orgulham de terem sua terra, do assentamento em que vivem, do MST e da reforma agrária. São a prova viva de que não somente a reforma agrária é algo que está muito distante do seu fim, mas que a reforma agrária é possível e viável, enquanto política pública transformadora e, porque não, revolucionária.

À luz da conjuntura atual, de um processo de contra reforma agrária executado por um governo de esquerda e de um partido historicamente aliado do MST, que esse movimento social passa por um importante momento de reflexão política. O MST está, portanto, refletindo acerca de suas estratégias, configurações de alianças, táticas políticas a fim de superar aquilo que muitos dos entrevistados nominam de pior época da história recente da reforma agrária brasileira.

Em termos de reforma agrária, os principais desafios do MST passam pelas seguintes questões: desapropriação de terras e estruturação dos assentamentos. Como afirma Moacir (2012, Eldorado dos Carajás: 3 de Abril), “o principal desafio dos movimentos hoje, com certeza, sem nenhuma dúvida, é criar assentamentos e dar condições para seus componentes terem uma vida digna”. Esses, na verdade, não se configuram enquanto nenhuma novidade, já que talvez, desde 1985, estas são as pautas centrais do MST e da luta pela terra no Brasil. Entretanto, o que mudou de 1985 para hoje não foram tanto as pautas do MST, mas sim a configuração das mesmas no quadro político e econômico do Brasil. Atualmente, a desapropriação de terras está paralisada no governo federal e mesmo a estruturação dos assentamentos (principal bandeira da política agrária

dos governos do PT) está sucateada e insuficiente, especialmente nas áreas de reforma agrária do Norte e Nordeste.

Segundo Márcia, dirigente nacional do MST-PA, a luta pela terra não está parada. “No Brasil inteiro nós não deixamos de fazer ocupação. É isso mesmo né. Continuamos a fazer ocupações. É bem verdade que em alguns locais do Brasil nós temos tido muita dificuldade [...] no trabalho de base” Márcia (2012, Eldorado dos Carajás: 18 de Abril). Essa dificuldade decorre, principalmente, da demora na desapropriação de terras, o que desmotiva tanto os acampados, como o recrutamento para novos acampamentos, como também do próprio momento econômico do Brasil, com o crescimento do emprego que, de certa forma, atinge diretamente a base social da reforma agrária, composta geralmente pela população mais empobrecida.

Em termos de estratégia política, a dirigente nacional conta ainda que no Pará a estratégia do MST passa pela readequação das estratégias políticas e territoriais. A organização do MST no estado é regionalizada, se limitando à região de Belém e ao Sudoeste paraense, região do Bico do Papagaio. Entretanto, as outras fronteiras de luta pela terra são protagonizadas por outros movimentos, associados à Via Campesina. Na região de Xingu, por exemplo, a mobilização contra a hidroelétrica de Belo Monte é protagonizada pelo MAB.

O MST não necessariamente precisa tá territorializado em todo o Estado, nem precisa ter luta pela terra no formato que o MST cumpre, então como é que nós, inclusive como organização, a gente contribui pra ali ó. Oeste do Pará, ou aquela região de Altamira, que tem a construção de Belo Monte, no caso agora. É o MAB, como é que a gente fortalece o MAB pra que ele se territorialize ali e construa isso, essa organização do MAB lá no Oeste, lá pra cima, perto de Santarém, tem outra organização que também tem que se fortalecer, que faz enfrentamento até a ALCOA e que são sujeitos ali ribeirinhos que tem o seu território. Então não é o MST ir pra lá e construir, já tem um movimento em ação. Então como é que a gente vai fortalecendo e se unifica na Via Campesina. Márcia (2012, Eldorado dos Carajás: 18 de Abril).

Em relação à reforma agrária no estado, avalia-se que a luta pela terra adquire uma temporalidade e uma territorialidade distintas. Em relação à temporalidade, destaca-se, por exemplo, que ela não se resume a questão da desapropriação, apesar de sem essa etapa não há política de reforma agrária, mas também está inserida na manutenção e estruturação das áreas de reforma agrária. A luta pela terra, então, tem sua continuidade na solidificação do assentamento e nas áreas de reforma agrária em que se perde esse viés

político são, ao mesmo tempo, mais propensas à desestruturação organizativa e à falência do próprio assentamento.

Sobre isso, Márcia (2012, Eldorado dos Carajás: 18 de Abril) avalia ainda o INCRA como “uma instituição fadada ao fracasso e a se desintegrar” pelo seu sucateamento e até mesmo pela falta de interesse político em fortalecer as estruturas dos assentamentos e avançar com a desapropriação de terras. Sobre essa última, mesmo se tratando de áreas de acampamentos sobre terras que são públicas, áreas dos governos federal e estadual, o MST não consegue pautar nenhuma desapropriação. “A gente não consegue [...] porque envolve grandes empresas que têm poder né. Tem o poder judiciário que tá junto. Tem poder político, tem representação nas bancadas, né?” Márcia (2012, Eldorado dos Carajás: 18 de Abril).

Renata, também dirigente nacional, relata que

o discurso do governo federal, de que a reforma agrária encontra paralisada pela redução de números de acampados é falso já que, todos os anos a gente faz novos acampamentos, [...] não tem tido é conquistas. Então pra luta pela terra avançar, é necessário que se construa novos assentamentos e desapropriar terras, enfrente o problema da terra no Brasil. Renata (2012, Eldorado dos Carajás: 16 de Abril).

Para a dirigente, o conflito de terras no Brasil não está resolvido e há muitos sinais de agravamento dessa disputa, como a recente aprovação do novo código florestal, a política desenvolvimentista nacional e regional, notadamente as que envolvem as questões do agronegócio, a energética e a ambiental. Só a desapropriação, entretanto, seria para a dirigente, insuficiente. Teria que garantir condições para o assentamento se desenvolver e se consolidar. Porque há uma crítica sobre a falta de estruturação dos assentamentos, no qual, para alguns, seria uma prova da inviabilidade da reforma agrária. Assim, Renata (2012, Eldorado dos Carajás: 16 de Abril) pergunta: “fazer assentamento para que?”, “os assentamentos estão cada vez piores, sem condições”, e assim transfere-se para o MST e para a reforma agrária em si, a responsabilidade desse insucesso, eximindo o Estado da responsabilidade que lhe é cabida no processo de estruturação básica do assentamento.

Você tem que combinar a ação de acampamento, de desapropriação de terra né, de enfrentamento desses conflitos com política de reforma agrária. Né, clara, de educação, de saúde, de estrada, infraestrutura, de crédito, né, como essas coisas assim, isso ajuda a avançar a reforma agrária. Isso é um problema, porque aí não se faz, não desapropria terra e um dos discursos, dos argumentos é desapropriar terra, não tem resultado. Renata (2012, Eldorado dos Carajás: 16 de Abril)

Outra questão apontada geralmente no discurso crítico à reforma agrária tange à questão da não existência de terras improdutivas no Brasil. Mais uma vez se transfere a realidade local de alguns estados do Sul do país, enquanto realidade nacional. A problemática é que há muita terra ainda improdutiva, muita terra que se encontra em área pública e muita terra concentrada no Brasil.

Sob um ou outro discurso, o governo cria uma distância grande entre a ocupação da terra e a sua conquista, instituindo, portanto, um fator de desmobilização.

Na medida em que fica mais distante a conquista da terra né, isso é um aspecto de desmobilização. Você deixa, vai desmobilizando, desanimando as pessoas, elas vão deixando de acreditar. Então isso dificulta a organizar as pessoas. Acampamento que a gente inicia com mil, estamos terminando com 200, 300 famílias. A gente aqui tem uma tradição de acampamento muito grande, mas só que depois estamos 10 anos, a gente assenta, 200, 300 famílias. Então isso dificulta a luta. Renata (2012, Eldorado dos Carajás: 2 de Abril).

Outra dificuldade apontada por Renata é que, ao focar as ocupações de terras em grandes empresas, nota-se uma maior capacidade dessas em atuar contra a luta pela terra. Antes, a luta era contra “o fazendeiro bota suja”, geralmente iletrado e com uma arma na cintura ou com um jagunço armado ao seu lado. Hoje, as fazendas contam com assessoria de imprensa, confederação organizada, empresa de segurança armada, com viatura e toda a tecnologia militar à sua disposição, tem um maior poder de persuasão junto não somente à bancada ruralista, como também a deputados de partidos de esquerda. Além disto, tem uma maior articulação com o poder judiciário, com empresas de advocacia, que contratam muitas vezes alguns políticos e advogados que historicamente se associaram aos movimentos sociais na defesa de seus interesses, para atuar em seu favor.

Camilo também alinha com essa avaliação de Renata e compara que, no seu início, o MST tinha um inimigo claro no projeto de reforma agrária: o latifúndio. E, para combater esse adversário, criou-se um método organizativo baseado na ocupação de terras e um projeto nacional de uma reforma agrária. Entretanto, no Brasil, “foi-se construindo uma nova configuração no modelo de agricultura” que, apesar de não ter perdido suas características gerais, latifundiário e agroexportador, essa nova configuração cria uma junção do antigo e do novo ou, como coloca Camilo (2012, Eldorado dos Carajás: 16 de Abril), uma “junção do latifúndio atrasado mas que se associa aos bancos, e às empresas

transnacionais. Isso traz um novo desafio para o Movimento Sem Terra”. Isso também traz à questão agrária uma nova configuração geopolítica, onde as disputas de terras deixam de ter um aspecto meramente local e regional e passam a se enquadrar em uma articulação nacional e em alguns casos, transnacional. Essa nova configuração geopolítica da questão da terra, em escala macro, diz respeito à escalada e ao avanço do sistema capitalista mundial em setores nos quais ele ou estava parcialmente inserido, ou não se encontrava inserido. A terra passa a ter um papel central nas relações de poder e nas disputas políticas, e essa centralidade é cada vez mais global, com o Brasil assumindo um papel cada vez mais próximo de um capitalismo voltado à produção de commodities e à mineração.

Esse capitalismo brasileiro, associado cada vez mais às commodities e à mineração, não se estabelece, porém, de forma autônoma em relação às políticas públicas e ao Estado. Pelo contrário, são parte integrante do Estado e das políticas públicas. É aí que reside o maior objeto de contradição pelo qual passa o MST: como se relacionar com um partido politicamente aliado, se, no governo, esse partido se comportou como o maior articulador de um sistema econômico que reforça cada vez mais as contradições sociais no meio rural, apoderando a classe dominante rural (cada vez mais diversificada em um híbrido entre proprietários de terras e grandes negócios, como banqueiros e complexos empresariais agrícolas) e desapoderando o campesinato e os movimentos camponeses?

Desse dilema, surgem diferentes avaliações sobre que trajetórias o MST pode seguir. Um entrevistado argumenta que para o MST conseguir pautar de novo a reforma agrária na sociedade brasileira deve se valer de ações mais fortes e mais radicais, a fim de contestar as políticas de alianças, notadamente com o PT. Mesmo sendo filiado no PT, ele afirma:

tem que criar novas formas de luta porque não tá fácil, hoje em dia, você digamos assim, na hora que mexe numa terra aqui, não, mexe aí não que isso financiou fulano, que é aliado de beltrano e tal que é ligado a fulano e que tá difícil. Aí é isso que eu estava falando, se nós não rompermos com tudo isso, nós não vamos muito longe não [...] Pra mim a reforma agrária tá ficando muito mais difícil, porque as pessoas tão se aliando com as pessoas que são donas da terra [...] Aqui no Pará mesmo, nós estamos pedindo, a cadeia dominial de todas as áreas dessa região, pra poder identificar as áreas públicas das fazendas pra poder assentar as pessoas se não imagina um assentamento dentro de uma fazenda de um cara desse aí do Grupo Santa Bárbara. Você encontra 4.000 hectares ilegais, você assentava as famílias dentro da fazenda. Então eles tão doidinho em relação a isso. Então é a única forma que nós estamos vendo pra avançar hoje, porque tá tudo aqui no Pará, não tá fácil, na hora que você topa num é aliado do outro, é aliado do outro, não tá cumprindo tudo aqui, como é que vai fazer? Entrevistado (2012, Eldorado dos Carajás: 4 de Abril).

Outro entrevistado, que é mais favorável politicamente ao grupo de Jatene e do PPS dentro do Assentamento 17 de Abril, também avalia que

O MST tá envolvido com o PT, você entendeu como é que é? Aí virou, ninguém sabe o que é que é mais, se é PT ou se é MST. No tempo que era só MST as coisas andavam aqui de um jeito, era tão rápido você entendeu? O MST passa pra luta e vai. Hoje não, virou aquele negócio, ninguém sabe se é PT ou se é MST e as coisas paralisaram. Do Lula pra cá foi isso. Ai ninguém sabe, será que é PT, será que é MST, aí a pessoa fica dividida. Só o MST não! Ai as coisas andam. Vamos dizer assim, que hoje o MST diz: "bora atrás de umas máquinas pra nós ajeitar aqui", ele vai, consegue. Junto com o povo, com a luta consegue e vem. Hoje num vai mais. Por causa que tá PT, MST né, aí o pessoal fica naquela, fica dividido. Entrevistado (2012, Eldorado dos Carajás: 7 de Abril).

Lucas, também filiado ao PT afirma que

Movimento só é forte quando é oposição, se o movimento for situação e for amigo de governo, não tem movimento forte. Não tem. E esse momento a gente tá muito, e a gente tem que fazer uma avaliação disso aí. Saber separar movimento de política porque se não nós estamos ferrados. O movimento vai acabar tendo problema e perdendo força, perdendo apoio na sociedade. Lucas (2012, Eldorado dos Carajás: 4 de Abril).

Para Lucas, esse processo vai além de “ser oposição” ou “ser situação” ao governo. Ao escolher lutar contra grandes corporações, o MST acaba ganhando um adversário mais poderoso, o que dificulta o processo de desapropriação. “É grupo que tem milhões de hectares de terras e tu ocupa um quinhãozinho, ele pode te matar na justiça aí durante 10, 20 anos e não aceitar uma proposta de desapropriação”. Além disso, a reforma agrária, enquanto política pública é pensada de forma regionalizada à conjuntura do Sul do país.

O que eu penso pro futuro da reforma agrária no Brasil tem que fazer uma reciclagem, o governo e os movimentos tem que sentarem e acharem uma saída. Tem que ter assentamento de qualidade, tem que ter produção, as coisas tem que ser. E dá certo em alguns cantos do Brasil. O que nós não podemos ser hoje é massa de manobra de alguma parte do país. Porque a reforma agrária no estado do Pará em alguns lugares subdesenvolvidos como o Nordeste, nós somos massa de manobra pra fazer movimento para uma reforma agrária lá do Sul que dá certo. E isso eu acho que é um equívoco. Lucas (2012, Eldorado dos Carajás: 4 de Abril).

Segundo ele, essa situação se passa tanto em nível de Estado, quanto em nível do MST e de outros movimentos camponeses. “O maior volume de recurso é pro Sul. Quem

decide a reforma agrária é o pessoal do Sul. E essas coisas não podem tá acontecendo. Tem que ser discutido também aqui” Lucas (2012, Eldorado dos Carajás: 4 de Abril). Mediante essas avaliações, Lucas sugere que o primeiro passo a ser dado pelo MST é colocar esses dois pontos: 1) a relação PT-MST; e 2) a questão da supervalorização da conjuntura do Sul do Brasil na visão geral do que é a questão agrária brasileira, no processo de auto reflexão para que se possa pensar num futuro da reforma agrária.

Se nós queremos o futuro da reforma agrária, nós temos que fazer uma reciclagem aí, temos que achar a saída, para que a gente, de certa forma, não convencer somente a sociedade, para buscar aliados dentro da sociedade, mas também para convencer a nós próprios. Lucas (2012, Eldorado dos Carajás: 4 de Abril).

Esses dilemas enfrentados pelo MST são sinais que, dentro da conjuntura atual da questão da terra no século XXI, onde o capitalismo assume um protagonismo nunca antes visto nas relações sociais do meio rural, o MST precisa estar mais fortalecido. Erros de estratégia, táticas políticas, leituras de realidades fazem parte de todos movimentos sociais e o MST, particularmente, vem conseguindo, até então, se adaptar às especificidades trazidas pela questão da terra na atualidade, como por exemplo, o discurso da agroecologia e da sustentabilidade que se integram enquanto uma bandeira da reforma agrária, o que antes não existia. Entretanto, o MST necessita cada vez mais de um processo de acumulação de poder político que o torne capaz de enfrentar seus adversários políticos que, a cada dia que passa, tornam-se mais poderosos. E, nessa conjuntura, a margem de erro de estratégia política é menor.

Entre as estratégias de acumulação de poder político das elites rurais, destaca-se o fortalecimento da bancada ruralista, que consegue estender o seu poder de atuação a partidos que outrora não conseguia atingir. A votação do código florestal é bem simbólica nesse ponto, quando, por exemplo, o relator da emenda foi o deputado Aldo Rabelo, do PCdoB, e a emenda obteve votos de aproximadamente a metade dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores. Com isso, Lucas afirma que

o futuro da reforma agrária precisa de muita coisa. Precisa de compromisso mais das autoridades, entendeu? Nós somos minoria, nós não conseguimos levar pro Congresso Nacional um homem de coragem, de respeito, que chegue lá na tribuna daquela e bate na mesa e diga. É poucos, poucos, de 500 e tantos deputados que tem na Câmara de Deputados, hoje não tem mais do que 20 deputados que fala, ó a desigualdade que tem. Ali é tudo gente ligado ao

agronegócio, bancada ruralista, bicheiro, banqueiro, o diabo. Tudo que é gente contra nós. Lucas (2012, Eldorado dos Carajás: 4 de Abril).

Sobre a questão das alianças, Lucas cita ainda que

A gente é aliado do governo, não combatemos igual a tocamos nos outros e aí a gente toma prejuízo. Hoje o homem mais simples dentro do assentamento diz: o que diabo tá acontecendo com nós? Porque o governo é do PT nós não vamos mais pra luta? Então tem alguma coisa errada aí, entendeu? O governo tem que ter mais compromisso também de vim fazer acontecer as coisas. E isso é questionado hoje nas áreas de assentamento. Questionam porque a gente não faz mais luta igual a gente fazia. E aí? Aonde é que nós vamos parar. (2012, Eldorado dos Carajás: 4 de Abril).

Há, no geral, uma avaliação sobre uma tendência para a mudança na relação MST-PT, entretanto, essa modificação não significa necessariamente um corte. O MST, na época de Fernando Henrique, era um movimento que possuía mais acampados do que assentados, o que refletia um maior ímpeto sobre a luta pela reforma agrária. Mediante o desaparecimento da reforma agrária, notadamente através da desapropriação de terras e da formação de assentamentos de 1996 a 2005, atualmente o número de assentamentos é maior do que acampamento, o que justifica também uma maior atenção do MST sobre a estruturação da reforma agrária, do que com a desapropriação das áreas propriamente dita. Assim, o PT conseguiu se relacionar muito bem com áreas de reforma agrária já estabelecidas, enquanto, em paralelo a isso, ia sucateando o essencial da reforma agrária que é a desapropriação de terras.

Mediante esse recuo das políticas de desapropriação de terras, que, segundo alguns entrevistados o MST, necessita reafirmar as suas linhas políticas, os seus próprios objetivos desde sua fundação: a reforma agrária e a transformação da sociedade. A pensar nisso, em inícios do século XXI, necessita não somente de um novo contorno da luta pela terra – o enfrentamento com empresas transnacionais, mas também precisa de novas táticas e estratégias. O partido que, durante muito tempo, foi aliado enquanto a luta pela terra era contra o latifundiário tradicional e se encontrava na oposição, não necessariamente será aliado quando se encontra no governo e quando a luta pela terra representa a luta contra empresas nacionais e estrangeiras. Principalmente quando essas empresas financiaram a campanha desse partido.

Apesar de a avaliação dos dirigentes entrevistados em relação aos erros de estratégia e tática política do MST parecerem muito duros e de as divergências quase que inconciliáveis, as dissidências internas realmente sérias são poucas e pontuais a alguns estados, como o Rio Grande do Sul e o Pontal do Parapanema. Nos outros estados, há uma convivência de diferentes opiniões, por exemplo, nas quais, uns contestam mais as relações do MST com o governo, outros menos. Como afirma uma dirigente, “imagine se todo mundo aqui pensasse igual, não dava nem debate, não tinha nem graça. Só que a gente precisa buscar unidade né, na leitura, e depois na ação, como que faz, mas assim, é um, é um caminhão grande que a gente tem de desafio” Renata (2012, Eldorado dos Carajás: 16 de Abril).

As instâncias da organicidade interna do MST estão sendo, atualmente, alvo desse debate. Renata acredita muito na possibilidade de renovação do MST, e, de certa forma, esse trabalho já se encontra iniciado, desde a entrada do movimento na Via Campesina, em 2001.

Eu ainda acredito muito no MST. Tem gente que não tá acreditando, mas eu acredito muito, sabe cada vez que eu vejo, acho que há possibilidade de renovação, da gente se renovar nessa luta e construir uma nova mística, uma nova força da militância, essa coisa de, ah, será que é isso mesmo, será que a gente não tá retrocedendo, né, não estamos perdendo o rumo. Eu acho que não, acho que o MST não perdeu o rumo, acho que o que a gente precisa é, é avançar mesmo né? Numa estratégia de compreender o momento político muito mais para avançar, ver esse momento político como possibilidade de mudança. Renata (2012, Eldorado dos Carajás: 16 de Abril).

Márcia também refere que o MST vive um momento de balanço interno, que envolve a reflexão dos assentados, dos acampados e da militância com os objetivos de pensar melhor a organicidade, traçar quais são os avanços e os limites da organização na reforma agrária, em como se pode ampliar a participação dos sujeitos externos e internos ao MST na luta pela terra, em como o MST irá se relacionar com os aliados (e quem de fato pode se considerar aliados táticos e estratégicos) e compreender afinal qual é a melhor estratégia para lidar com o governo, seja de que partido for. Para tal, o MST irá realizar o VI Congresso Nacional para rever todas essas questões. Sobre o congresso, Camilo explica que

nós não entendemos que o congresso é apenas um espaço burocrático de uma organização, precise, necessite de fazer. Mas ele é um processo de balanço da estratégia da organização. Da estratégia e da tática da organização. É um espaço

onde ele é criado pela necessidade de se, de se projetar um novo período pra reforma agrária. Camilo (2012, Eldorado dos Carajás: 16 de Abril).

Parte da militância do MST continua no PT, parte saiu do PT, mas a relação entre MST e PT continua sólida, apesar dos percalços. Uma das modificações foi a análise sobre o governo. No primeiro momento, havia uma ideia, na maioria do corpo dirigente do MST, de que o governo era um “governo de composição”, acreditando haver espaço para uma disputa de interesses entre movimento social e empresários, banqueiros e aliados políticos à direita do PT. Nessa conjuntura, um dos papéis do MST era fortalecer o PT para que o partido conseguisse ser maioria no governo e ter voz ativa, a fim de avançar em mudanças estruturais na sociedade brasileira. Com o tempo, entretanto, foi-se percebendo que o MST estava à espera de que o governo fizesse alguma coisa, e havia diminuído consideravelmente a sua combatividade contra o governo, apesar de não ter parado as ocupações nos prédios públicos e as jornadas de luta. Depois de algum tempo, foi havendo um maior consenso entre os dirigentes de que não ia ter alteração em termos de política agrária e que o MST não estava conseguindo firmar a reforma agrária na própria esquerda política partidária, inclusive no PT. “E alguns momentos percebeu que não tinha mais disputa né, na verdade já estava dado, então a política econômica se manteve a mesma, e isso se acentuou”. A conclusão de Vanderlei sobre isso é que

não dá pra ser aliado. Tem que ser autônomo na política e tudo. Politicamente, essa questão de governo, nós não avançamos muito sendo aliado não, inclusive aqui no município é uma prova disso. Nós estamos aqui fazendo 4 anos que, antes era tudo governo contrário, a gente queria, reivindicava por grandes ações de massa, fizemos nossa conquista. Não agora é o Partido dos Trabalhadores que chegou do governo é aliado. Vamos ajudar, no qual eu ajudei, muitos militantes ajudaram. Não vamos ajudar por que agora vai fazer sem confusão. E a gente tá percebendo que não faz. Então, assim, fazendo uma avaliação geral, nós não podemos, enquanto movimento social, movimento sem terra, se aliar a nenhum tipo de governo. Não vamos tratar como inimigo mas vamos fazer uma separação, movimento social é movimento social e governo é governo. Não vamos se misturar. Vanderlei (2012, Eldorado dos Carajás: 9 de Abril).

Outro ponto de reflexão que o MST vem passando é sobre as diferenças entre a reforma agrária no Sul do país e no Nordeste e Norte, por exemplo. Em um lugar, o tempo de espera na terra é menor do que no outro, os assentamentos são mais propensos ao cooperativismo do que no outro, as condições estruturais de viabilidade econômica e social do assentamento são melhores do que no outro. Assim, não adianta firmar uma política e

uma estratégia unitária para todo o território nacional se a realidade é muito plural e diferenciada. Desta forma, o MST vem tentando compreender onde a disputa se faz mais pela questão da terra, ou se é em relação ao fortalecimento dos assentamentos, ou ainda se é uma luta que deva ser fortalecida através de outros movimentos ligados à Via Campesina.

7.9 Novas esperanças: o discurso da agroecologia e a formação da juventude

Dentre as novas expectativas de fortalecimento político e de novas estratégias políticas do MST, destaco dois pontos que puderam ser verificados no trabalho de campo: a agroecologia e a formação da juventude. A agroecologia engloba uma pluralidade de sistemas produtivos e práticas agropecuárias sustentáveis. O conceito foi desenvolvido em diálogo com técnicas científicas da agricultura termodinâmica e orgânica, com os saberes agropecuários dos povos tradicionais e indígenas e com algumas organizações sociais que vêm se opondo ao modelo agropecuário hegemônico.

A agroecologia enquanto prática científica emerge a partir da noção plural de sustentabilidade embutida em uma vertente ecológica da agronomia. De forma específica, o conceito de sustentabilidade, nessa perspectiva, remonta a “um sistema que tem a capacidade de renovar-se ou a sua renovação não está em risco” (Gliessman, 2002: 12). Essa seria a materialização de sistemas agropecuários sustentáveis e em harmonia com o meio ambiente, onde se negava, ao mesmo tempo: o princípio básico humanista de domínio e exploração da natureza pela humanidade e as teses conservacionistas da natureza que colocam o meio ambiente enquanto algo que deve ser preservado intactamente (Kothari e Ahmad, 2003; Hames, 2007; Santos, Meneses e Nunes, 2004).

Para as regiões da América Latina, o debate da sustentabilidade vem se direcionando a partir de duas questões cruciais: a pobreza das populações rurais e o aproveitamento dos saberes dos povos tradicionais como fonte primordial da sustentabilidade. Altieri e Nicholls explicam que os sistemas agrícolas tradicionais com alto grau de biodiversidade “surgiram ao longo de séculos de evolução cultural e representam experiências acumuladas pelos camponeses em sua interação com o meio ambiente sem acesso a insumos, capital ou conhecimentos científicos externos” (2000: 181). Os autores afirmam também que

a maioria das pesquisas sobre agricultura tradicional e camponesa na América Latina sugerem que os sistemas de pequena escala são sustentavelmente produtivos, biologicamente regenerativos, eficientes de energia e também tendem a melhorar a equidade, a participação e a serem socialmente justos. Além da diversidade de culturas, os agricultores usam um conjunto de práticas que causam a degradação mínima (2000: 231).

Além disso, a questão político-econômica adquire central importância nesse continente, notadamente porque as áreas naturalmente mais férteis foram quase sempre reservadas para a exploração agropecuária intensiva e o monocultivo, sobrando para o cultivo camponês as áreas mais marginais. Ou seja, “os agricultores empobrecidos carecem de acesso a uma terra boa e capital e são forçados por necessidade a trabalhar nas áreas naturais sobrando” (*ibidem*: 193). Por isso, o debate da sustentabilidade, nesse continente, envolve outros debates tradicionalmente auferidos na sociologia rural, como a luta pela terra e a reforma agrária.

Leff, Argueta, Boege e Porto Gonçalves (2002) explicitam também que o lugar do desenvolvimento sustentável se situa nas culturas locais, na tradição indígena, na formação dos grupos de seringueiros, pescadores e comunidades ribeirinhas, e no modo de vida camponês. Os autores citam uma série de experiências como: o desenvolvimento sustentável do agroextrativismo da Aliança dos Povos da Floresta (o sistema de produção pesqueiro-extrativista de subsistência operacionalizado pelas comunidades ribeirinhas da Amazônia) e a formulação das práticas agroecológicas das comunidades camponesas que habitam as florestas comunitárias mexicanas. Esses modelos sustentáveis vêm sendo alvo do poder hegemonicamente constituído, ora através de relações de conflitos com grandes proprietários de terras, mineradoras, ou projetos de barragens hidrelétricas, ora a partir de ações das empresas transnacionais no ramo agropecuário-farmacêutico (Leff *et al.*, 2002).

Dentro dessas perspectivas de sustentabilidade é que Gliessman, Altieri e Nicholls trabalham o conceito de agroecologia. Para Gliessman, a agroecologia “é definida como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos para o desenho e gestão de agroecossistemas sustentáveis” (Gliessman, 2002: 13). O autor atenta particularmente para o que é um manejo verdadeiramente sustentável e para a formulação de estratégias e de avaliações de impactos, a longo prazo, de tal manejo. A agroecologia, nessa perspectiva, verifica a sua natural disponibilidade em classificar quais são as práticas sustentáveis e quais não são, de acordo com critérios que visam perceber os mecanismos de transição agroecológicos e as

suas especificidades locais. Para Altieri e Nicholls, a agroecologia adquire um caráter mais pluridisciplinar: “o paradigma agroecológico fornece uma abordagem comum, e permite-nos compreender as relações entre as várias disciplinas e da unidade de estudo: o agroecossistema, com todos os seus componentes” (Altieri e Nicholls, 2000: 15). Pode-se atribuir, ainda, que mais que um saber compartilhado por várias disciplinas, a agroecologia é a síntese do que Santos denominou de tradução entre diferentes saberes, que integra o conhecimento científico e o conhecimento não científico numa perspectiva de diálogo em igualdade de condições (Santos, 2002a). Desta forma, “o conhecimento dos agricultores locais sobre o meio ambiente, plantas, solos e processos ecológicos, que adquiriu importância sem precedentes dentro deste novo paradigma” (Altieri e Nicholls, 2000: 33).

A agroecologia possui duas matrizes fundadoras principais: a agricultura alternativa científica e os saberes tradicionais desenvolvidos por um modelo produtivo baseado nos seus conhecimentos sustentáveis particulares. No século XX, algumas experiências e pesquisas científicas na Europa, no Japão e nos Estados Unidos desenvolveram soluções de agriculturas alternativas ao sistema agrícola industrial. Alguns pressupostos técnicos da agroecologia ocidental institucionalizaram-se, portanto, pela agricultura biodinâmica alemã, a agricultura orgânica britânica e norte-americana, a agricultura natural japonesa ou a agricultura biológica suíça e francesa. Na América Latina, a agroecologia é, sobretudo, uma prática fundamentada nas vivências das comunidades camponesas, indígenas e quilombolas, configurando-se como uma tecnologia de fronteira entre as racionalidades técnico-científicas contra-hegemônicas e as tecnologias sociais enraizadas na tradição local. Nessa conjunção, a tecnologia agroecológica constitui-se na multiplicidade de práticas alternativas (Fagundes, 2006: 17-19).

A agroecologia também é dinamizada pela transmissão de conhecimentos intercarnacionais e pelo processo de interação-formação entre as diferentes técnicas de produção social e ambientalmente sustentáveis. Os conhecimentos tradicionais acumulados se constituíram como um intenso mecanismo de transmissão de saberes entre gerações, a partir das necessidades específicas de cada bioma e intercâmbio de informações e técnicas produtivas. Tais saberes e suas interações foram historicamente formulados perante as necessidades quotidianas estabelecidas na vivência camponesa e indígena com o seu ideal de temporalidade (o passado e o presente da comunidade), as suas relações com o meio ambiente e as demandas alimentares (Gúzman, 2006).

Gúzman coloca que a implementação de políticas agroecológicas pode se pautar pelas ciências agrárias (agronomia, engenharia florestal) desde que associada ao conhecimento local, sem hierarquização de valores e saberes, respeitando os princípios sociais solidários. Ressalta-se que o compromisso com esses princípios significa confrontar uma tendência das ciências agrárias de desenvolver uma tecnologia externa, sem a participação do camponês, gerando imposição da racionalidade científica sobre outras formas de saberes. Nessa contextualização, Gúzman defende:

ainda que a agroecologia parta do reconhecimento das vantagens da abordagem sistêmica (holística, interdisciplinar, consideradora do objetivo e do subjetivo; e com uma relação de interação de diálogo com os produtores) frente à abordagem agrônômica tradicional (reducionista, disciplinar, objetiva e com uma relação externa com os produtores) se passa a desenvolver uma análise crítica dela mesma, para evitar a tendência à diferenciação social dos produtores, ao delimitar as fronteiras de seu estudo sem considerar “os efeitos de seu relacionamento com o sistema econômico global” (2006: 9).

Ao tratar da agroecologia em áreas de reforma agrária no Brasil, Cristoffoli e Filho destacam que um dos maiores desafios do implemento da agroecologia enquanto política pública e prática dos movimentos sociais é a questão de como adaptá-la a uma série invariável de especificidades regionais, locais, de solo, clima e de diferentes culturas e sistemas produtivos. De maneira geral, os povos camponeses, indígenas e quilombolas foram marginalizados do acesso às políticas públicas. Ressalta-se, então, a importância do apoio de estratégias governamentais consistentes no desenvolvimento das tecnologias agroecológicas, uma vez que o conhecimento local acumulado, muitas vezes, não consegue, por suas próprias estruturas limitadas de irradiação, integrar-se a outras comunidades camponesas, sobre biomas, climas e regiões diferentes, sem o suporte do Estado. Para os autores,

a reforma agrária e a pequena agricultura brasileira distribuem-se por todo o território nacional, implicando numa dispersão geográfica pelos diversos biomas, com características de enorme diversidade de flora e fauna, e inserção em microambientes endo-climáticos extremamente distintos, o que implica uma extraordinária variabilidade quanto ao processo produtivo aí desenvolvido, e, portanto, a necessidade de desenvolvimento de tecnologias adequadas às variadas situações encontradas. (Cristoffoli e Filho, 2006: 6).

A agroecologia ainda é algo em transição em termos de paradigma agropecuário das áreas de reforma agrária no Brasil, apesar de que tal paradigma vem concretamente se

solidificando nessas áreas e substituindo, pouco a pouco, o paradigma produtivista dominante. Para uma materialidade mais concreta de práticas agroecológicas nessas áreas, Cristoffoli e Filho sugerem que um planejamento de pesquisa em agroecologia deve conter os seguintes pontos básicos: a) a descentralização (em unidades locais para cada tipo de bioma específico e na articulação com as comunidades locais); b) a concepção participativa (integração completa entre pesquisador – agricultor, dentro de um processo pedagógico para ambos); c) controle social pelos movimentos populares e comunidades (visando a formação de lideranças entre os agentes comunitários e dos movimentos sociais, e interiorizando esses processos de pesquisa para esses espaços comunitários); d) paradigma da preservação ambiental (o desenvolvimento de uma tecnologia em harmonia com o meio ambiente); e) validação social e científica (constituição de novo referencial de pesquisa que possa servir de suporte legal às tecnologias tradicionais dos povos subalternos) e f) integração da pesquisa à assistência técnica e às organizações associativas existentes (a incorporação da pesquisa com as realidades distintas enfrentadas pelos povos tradicionais, no caso dos camponeses, com os processos de cooperação e agroindustrialização da produção) (Cristoffoli e Filho, 2006: 8-10).

O MST instituiu em seu discurso a agroecologia enquanto bandeira política a fim de se contrapor ao modelo agrícola hegemônico e também como oportunidade de se integrar aos debates globais acerca do desenvolvimento sustentável. Os atos intrínsecos e extrínsecos à adoção da agroecologia enquanto estratégia política materializaram-se de diversas formas, desde ações diretas de enfrentamento às empresas transnacionais agrofarmacêuticas nas “Jornadas de Agroecologia”, às ações locais como oficinas e cursos de capacitação em agroecologia nos assentamentos de reforma agrária.

Assim, no MST, o modelo da agroecologia irá se contrapor ao modelo da Revolução Verde. Segundo Gliessman, a Revolução Verde tem como fundamento a solução do dilema malthusiano de “produzir alimentos para uma população mundial em rápido crescimento demográfico” (Gliessman, 2002: 322). Para tal função, entretanto, estabeleceram-se diversas outras problemáticas como: “a dependência de fertilizantes que requerem uso intensivo de energia, contaminação por pesticidas e degradação mais rápida dos recursos do solo em todo o mundo” (*ibidem*). A Revolução Verde decorreu com certas diferenciações ao longo do globo, havendo, entretanto, algumas características comuns que se estabeleceram nesse processo. Gliessman explica que a Revolução Verde instituiu uma

“coluna vertebral da agricultura moderna” que agrega monocultivo, uso intensivo de água e energia, aplicação de alta dosagem de fertilizantes, de agrotóxicos e da biotecnologia. “Cada prática dessas é usada por sua contribuição individual à produtividade, porém, como um conjunto de práticas formam um sistema no qual cada um depende do outro, reforçando a necessidade do uso de todas” (Gliessman, 2002: 3).

A partir do modelo da Revolução Verde, pensou-se uma série de políticas públicas para o meio rural brasileiro. Tais políticas invariavelmente tinham como critério transformar os pequenos agricultores e os assentados da reforma agrária em empresários rurais, seguindo as diretrizes do Banco Mundial para a agricultura global – “Novo Mundo Rural”. Criou-se, assim, um paradigma que permeou algumas das políticas básicas de estruturação dos assentamentos de reforma agrária, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), os programas de assistência técnica e de modernização do meio rural. Essa política, entretanto, esbarrava num indicador econômico simples: a tecnologia era bastante cara para grande parte dos pequenos agricultores e assentados da reforma agrária. Alguns que possuíam uma estrutura produtiva mais de acordo com o mercado ou situavam-se numa área de fácil acesso ao mercado consumidor, conseguiram prosperar economicamente. A grande maioria, entretanto, não teve esse privilégio. Em relação aos assentamentos de reforma agrária, essa política mostrou-se economicamente inviável notadamente naqueles que tinham sérios problemas estruturais de falta de luz elétrica, água, estradas, escolas, posto de saúde, além de um serviço precário de assistência técnica. Antes de fornecer as políticas estruturais mais básicas, o governo oferecia o crédito para comprar o maquinário, insumos agrícolas e outros. Esse foi o caso da maior parte dos assentamentos de reforma agrária no Brasil e é a causa principal do endividamento da maioria dos assentados. É sobre esses resultados de tais políticas públicas que alguns autores sustentam que a reforma agrária perdeu a razão de existir. Nesse panorama, a agroecologia emerge enquanto discurso político do MST, a fim de remodelar o próprio paradigma das políticas públicas para a reforma agrária. A agroecologia surge, então, como um discurso político que carrega a utopia de ser um outro caminho possível para a produção dos assentamentos de reforma agrária que não se adequaram ao paradigma da Revolução Verde.

A agroecologia passa a se consolidar no MST a partir de diversas parcerias estabelecidas com técnicos progressistas e entidades como a FEAB, onde, desde a década

de 1990, formularam-se as Redes de Intercâmbio em Tecnologias Alternativas (Redes PTA), abalizadas na observação das tecnologias sustentáveis das próprias comunidades rurais. Militantes do MST participavam dos encontros das Redes PTA e dinamizavam experiências contra-hegemônicas para os assentamentos (Correa, 2007: 32). Após 1995, a intensificação das políticas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso (FHC) consolidou o projeto agrário brasileiro pautado na agenda do “Novo Mundo Rural”, propagada pelo Banco Mundial. As políticas de reforma agrária nos oito anos de governo de FHC alicerçaram-se nas tentativas de desarticulação dos movimentos sociais rurais, com o cadastro das famílias a serem beneficiárias nos correios e a criação de assentamentos sem estrutura social, em zonas isoladas e terrenos pouco férteis. Os endividamentos dos agricultores e das cooperativas ligadas ao MST aumentaram por consequência de empréstimos para tentar comprar máquinas e insumos agroquímicos realizados de forma deficitária, sem condições estruturais básicas para isso. Várias avaliações foram colocadas por dirigentes e camponeses sobre a necessidade de um novo modelo agrícola alternativo.

Em 1996, o MST lança uma campanha intitulada *Plantando Seremos Milhões*, estimulando o plantio de árvores nativas e frutíferas nos assentamentos, antes devastados pelos antigos proprietários de terras. A partir desse período, algumas experiências na área da produção agroecológica são destacadas: o cultivo de arroz ecológico, soja orgânica, sementes orgânicas de hortaliças, pêssegos ecológicos, erva e chá-mate ecológico e café orgânico. Cria-se também a BIONATUR, com a tarefa de fabricar sementes agroecológicas, promover a agroecologia e diversas outras estratégias de recuperação dos sistemas de produção (Correa, 2007).

A partir de 2001, a agroecologia e o desenvolvimento sustentável figuram como algumas das principais bandeiras do MST. O setor de produção é transformado em setor de produção, cooperação e meio ambiente. Articulado com a Via Campesina Internacional e com o Fórum Social Mundial, o MST começa a promover uma política de enfrentamento às empresas agro-farmacêuticas. Nesse mesmo ano, com integrantes da Via Campesina Internacional, ocupa-se a área da Monsanto na cidade de Não Me Toque-RS. Em 2002, essas duas entidades populares participam do Encontro Nacional de Agroecologia e realizam a Primeira Jornada de Agroecologia em Cascavel, com a ocupação do Centro de Pesquisa da Monsanto. Durante o Terceiro Fórum Social Mundial, lançam a campanha “Sementes – Patrimônio dos povos a serviço da humanidade”, visando intensificar as

experiências agroecológicas e o combate às empresas transnacionais agropecuárias. São operacionalizadas diversas oficinas, cursos de formação e cursos universitários dentro da temática do desenvolvimento sustentável. Em parceria com o governo da Venezuela, com o estado do Paraná (sob o mandato de Roberto Requião) e com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), inaugura-se em 2005, a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELLA), no Município de Lapa-PR. Em 2009, após uma série de ocupações na área de pesquisa da multinacional Syngenta, o MST consegue desapropriar o campo de experimentos ilegais de soja transgênica e funda (em parceria com o governo do Paraná) o Centro de Pesquisa Agroecológica Valmir Mota Oliveira (Keno) (Zacune, 2012; Correa, 2007).

A agroecologia consolidou-se no MST no seu discurso, na produção e nas suas ações políticas como um importante instrumento contra hegemônico à Revolução Verde. Atualmente, essas experiências irradiam-se em diversas ações, em todas as regiões do país, contra a Syngenta, Bayer, Bunge, Monsanto, Aracruz Celulose, Votorantim, Nestlé, entre outras. As alternativas tecnológicas da agroecologia são irradiadas das mais diversas formas. Desde centros produtores de referência, como a COPAVI em Paranacity-PR, até experiências de viveiros de mudas nativas e banco de sementes crioulas em acampamentos espalhados pelo Brasil (CONCRAB, 2007).

No caso do Assentamento 17 de Abril, a materialização da agroecologia, enquanto prática agropecuária contra hegemônica, ainda é incipiente. Por outro lado, verifica-se que a agroecologia, enquanto discurso político, vem, de fato, alterando alguns pressupostos dos dirigentes locais do assentamento e do MST-PA, o que pode ser caracterizado como marco inicial de um processo de transição. Esse caso, portanto, refere-se a uma realidade ainda muito distante de materialização da produção agroecológica, mas que, por outro lado, é bastante rica em termos de ativismo político.

A agroecologia, em termos de materialidade prática, ainda é incipiente na produção agropecuária do Assentamento 17 de Abril. Apesar de, por si só, o modelo de produção camponesa ser menos danoso ao ambiente (até mesmo pelos próprios limites da expansão produtiva dos lotes) do que os grandes conglomerados leiteiros. O fato é que as práticas sustentáveis ainda são minoritárias no Assentamento 17 de Abril. Percebe-se, entretanto, uma mudança. O discurso político do corpo dirigente do assentamento sobre a

necessidade da diversificação da produção é um sinal claro disso. Alguns assentados também insistem individualmente em plantar árvores frutíferas, em criar animais de pequeno porte, em cuidar do seu lote de acordo com um dos princípios básicos da agroecologia: a diversidade da produção. No lote de Abimael, por exemplo, pode-se perceber tal diversidade:

no Assentamento 17 de Abril nós aqui no início dividimos eles por quando chegamos nos acampamos ali na sede da Fazenda Macaxeira. [...] Que era aqueles que entraram aqui com o direito de explorar o fruto da castanha que isso aqui era tudo um castanhal. [...] Só tinha o direito de explorar a fruta da castanha. E aí eles desbravaram toda, derrubaram todo o castanhal. Derrubaram tudo e fez pasto. Que essa pastagem que tem aqui foi feita pelos fazendeiros, não foi nós, nós chegamos aqui, já estava. Não foi o projeto de reforma agrária do Assentamento 17 de Abril que desmatou isso aqui. Foi o fazendeiro. Que não poderia ter desmatado. Né. E a gente tamo aqui, recuperando, daqui o meu lote, pode prestar atenção, tem muitas árvores que tão deixando novamente, tão frutificando novamente, né. Abimael (2012, Eldorado dos Carajás: 7 de Abril).

Abimael (2012, Eldorado dos Carajás: 7 de Abril) refere-se ainda que “a gente tem um projeto de fazer aqui um pedaço de reflorestamento, que a terra vinha toda desmatada né, como eu disse aqui, fazer uma parte de reflorestamento”. Reconhecendo as dificuldades de produção do assentamento, Lucas, outro dos seus dirigentes, afirma

nós temos uma grande dificuldade de produção dentro de nossas áreas de assentamento. Entendeu? E isso a gente tem que estudar isso profundamente, não só o movimento estudar, tomar a sua diretriz, mas também como envolver o governo, a sociedade. Porque nós não queremos copiar o que o agronegócio faz. Né. Envenenar a terra, e tal, produzir em grande escala, entendeu? [...] Nós somos contra esse negócio de milho transgênico essas coisas, porque nós vamos ficar cada vez mais fortalecendo as grandes empresas, as grandes corporações, quem tem tecnologia e tal. Você já pensou, o cara te vende o milho por 4, 5 reais um quilo ali para produzir, no outro plantio aquilo ali não produz mais, você tem que comprar de novo. Lucas (2012, Eldorado dos Carajás: 4 de Abril).

Percebe-se, nas palavras de Lucas, que o discurso político da agroecologia, mesmo em áreas nas quais a sua materialização ideal está distante, está a mudar o paradigma da produção para o corpo dirigente do MST. E, certamente, isso é um passo decisivo para o processo de transição, que, efetivamente, começará aos poucos, dentro de diversas variáveis que são inerentes ao processo – o sucesso de uns assentados e o insucesso de outros, o apoio (ou a falta de apoio) do poder público nesse processo e o envolvimento de alguns agentes externos (principalmente técnicos progressistas) para ajudar os assentados nessa direção.

O discurso político da agroecologia é notado também no corpo de dirigentes estaduais (também dirigentes nacionais) do MST. Renata, dirigente nacional do MST e uma das principais lideranças do estado, afirma que um dos principais desafios que hoje se coloca para a reflexão do movimento é refletir sobre estratégias de se romper com o modelo do agronegócio, ressaltando para o avanço desse modelo em áreas rurais.

O modelo agrícola do agronegócio tem ganhado força. [...] eles se fortalecem cada vez mais, eu acho que eles tão e aí eles já tem uma inserção na escola, na educação, eles estão se territorializando, o agronegócio está se territorializando no campo, né, e de forma muito, muito rápida, mas eu acho que também com muitas raízes, raízes mesmo se enraizando no meio do povo, se infiltrando, né, como esse debate da educação, do veneno, debate do livro didático no Brasil, tem um conjunto de questões, eles não estão brincando em serviço. Renata (2012, Eldorado dos Carajás: 16 de Abril).

O discurso político da agroecologia também vem sendo implementado em algumas atividades de formação política do MST no estado do Pará. Todos os anos, na semana que antecede o 17 de Abril, Dia Internacional da Luta Camponesa, o MST-PA organiza uma atividade de formação da juventude conhecida como Acampamento da Juventude Revolucionária Oziel Alves Pereira. Em 2012, a atividade foi realizada na curva do S, local onde, em 1996, ocorreu o massacre. Além dos jovens assentados e acampados do MST, o acampamento contou com a participação de alunos da turma do curso técnico em agronomia com ênfase em agroecologia, alguns deles ligados ao próprio movimento, outros à FETAGRI.

O Acampamento Oziel Alves Pereira constitui-se numa atividade de formação política da juventude do MST-PA, onde, entre atividades de lazer e oficinas culturais, ocorreram várias palestras e debates, quase todas com a presença de técnicos especializados, pesquisadores e professores universitários. Camilo, articulador nacional da juventude no MST, coloca que um dos papéis cruciais desse novo processo que se avizinha para os movimentos sociais está relacionado a um novo papel da juventude, o que atenta para a importância de acampamentos da juventude como esses. Para ele, a juventude

que não carrega o grande fardo das frustrações do peso da responsabilidade que obtiveram os nossos militantes nesse período [...] Então ela pode trazer novos desafios, trazer o novo. Acho que essa relação geracional pode também ajudar no balanço. [...] A gente acha que é necessário a partir das articulações que tão acontecendo no campo. Numa leitura muito mais clara agora, e muito mais concreta de que é preciso fazer um balanço estratégico se quisermos estabelecer as estratégias principais do movimento sem terra que é a reforma agrária popular e a transformação social. Camilo (2012, Eldorado dos Carajás: 16 de Abril).

Se a juventude do mundo todo se organiza em movimentos sociais, a juventude do MST em Marabá também se articula. Construíram um acampamento na curva do S, quase sem o apoio de ninguém. Estrutura de água, banheiro praticamente inexistia. A alimentação foi fornecida pelos assentados e acampados, e os próprios jovens, com ajuda de militantes mais experientes, ergueram as lonas para montar o Acampamento da Juventude Revolucionária Oziel Alves. No acampamento, a rotina de atividades era intensa. Logo no primeiro dia, os jovens foram subdivididos em dez núcleos. Fiquei no núcleo “Seguidores de Che” coordenado por Wanderson. Essa divisão dos jovens em núcleos tem dois objetivos claros: integrar as pessoas que não se conhecem, ou seja desintegrar no momento de atividades os grupos mais sólidos de amigos e grupos do assentamento ou acampamento para integrar outras redes criadas pelas atividades do próprio núcleo; aumentar a participação dos jovens, já que, muitas vezes, um plenário com todos presente inibe pessoas mais tímidas de se manifestarem. No núcleo, com um número mais reduzido, essas pessoas se integram e participam mais.

Às 6 horas da manhã tocava uma música para acordar os jovens. Às 6:30 tinha o tempo dedicado ao núcleo de base, onde cada núcleo reunia-se para uma primeira atividade de estudo e formação. Às 7:15, iniciava o café da manhã. Às 8:00, era o tempo da formatura, onde todos os núcleos enfileirados, rente a bandeira da Via Campesina, gritavam palavras de ordem e cantavam o hino do MST. Às 9:00, começavam as atividades de formação, que duravam o dia inteiro com seminários onde professores universitários, estudantes e colaboradores externos do MST vinham dar palestras para os jovens. Os temas eram variados, desde a história da região, a debate sobre a educação no campo, sobre agroecologia, sobre a luta pela terra, até debates mais voltados para a juventude, como oficinas de sexualidade. Às 17 horas de todos os dias, a pista era ocupada por 23 minutos para lembrar as 23 mortes do massacre. Todas essas atividades são realizadas na perspectiva da educação popular do campo e na mística das pastorais da terra. Esta é a maior essência da teologia e da filosofia da libertação na prática da formação dos jovens sem terra. Algumas das místicas também se associavam à identidade negra. O canto de Maracandalha, “Canta ai Nego Nagô”, por exemplo, era mais ouvida no acampamento do que a Internacional, por exemplo. Apesar de não ter um setor propriamente dito que trate sobre questões étnicas, em estados onde as questões da etnia são mais evidentes, como o

Pará, esses aspetos são tratados nas instâncias locais e muito presentes na cultura e nas místicas dos assentados e acampados. Na curva do S, pode ser notado nesse trabalho de formação, tanto trabalhos relacionados ao debate social, ao debate feminista e ao debate sobre etnicidade. Sobre o debate feminista, houve um dia especialmente dedicado a essa temática no acampamento. A construção do feminismo em áreas de reforma agrária tem o desafio de o machismo estar ainda mais arraigado em sociedades rurais do que em sociedades urbanas. Nessas áreas, portanto, a questão do feminismo envolve vários temas como: o combate à violência doméstica, os desafios das mulheres em cargos políticos no MST, a questão da gravidez precoce. Nota-se que há um impressionante avanço na questão feminista na luta pela terra no Pará. A começar pelas dirigentes, Isabel, Maria Raimunda, Giselda, Mercedes e outras dirigentes dos assentamentos e acampamentos como Jéssica, Sarah, Noélia, Maria Ayala. Há, no calendário de jornadas de lutas do MST, a “Jornada de Março”. Em celebração do Internacional da Mulher, a Via Campesina executa uma série de atividades políticas exclusivamente coordenadas e executadas pelas mulheres. No acampamento, muitos dos jovens têm o primeiro contato com a temática do feminismo. As palestras ficaram a cargo de Maria Raimunda e Madalena do Fórum de Mulheres de Marabá. As temáticas abordadas foram: a relação homem-mulher, os conflitos conjugais, a educação machista e a inferiorização da mulher pelo homem.

Nas atividades de formação reservou-se um dia para se debater sobre a campanha permanente contra os agrotóxicos e outro para se debater a agroecologia e a educação no campo. As duas palestras foram ministradas por professores universitários, que desenvolvem, de longa data, uma parceria com o MST nesse quesito.

Em uma palestra de formação, três professores, dois da UFPA e um da FIOCRUZ, debateram a questão do uso intensivo dos agrotóxicos nas lavouras e o seu potencial prejuízo à saúde e ao meio ambiente. Após tal atividade, foi colocado como pergunta aos grupos de jovens como eles se sentiam afetados com o uso dos agrotóxicos e se havia também alguma proposta ou sugestão para diminuir o manejo do veneno na sua área. Depois de falar sobre como os assentados podiam ser prejudicados em termos de contaminação dos alimentos, do solo e da água, Janaina, assentada da Palmares (Assentamento do MST próximo do 17 de Abril), descreveu duas experiências de controle de pragas, insetos e ervas daninhas sem uso do veneno. Mesmo sendo somente dois casos

num universo de oito áreas de reforma agrária, a jovem elencou propostas de conscientização como alternativas para ampliar esse tipo de ação agroecológica:

e qual são as propostas que nós tínhamos pra comunidade, é conscientizando o povo, com palestra, que nem a gente tá fazendo, nessa área, nas ilhas de cooperação, a gente fazer a palestra sobre agrotóxicos, em assembleia quando tem. Ir conscientizando o povo para não usar o veneno, por que tá fazendo mal, vai prejudicar a saúde dele, de quem tá consumindo, vai prejudicar os filhos dele que fica próximo. Conscientizar o pessoal com palestras, com vídeo, documentários, com leitura e várias outras maneiras, essa foi a ideia de quase todos do nosso coletivo, que foi essa maneira de tá conscientizando o povo a não usar o agrotóxico. Janaína (2013, Eldorado dos Carajás: 16 de Abril).

Ao final da atividade de formação, o grupo do Assentamento 17 de Abril reuniu-se para definir que tipo de estratégias iria implementar para trabalhar com a agroecologia. A questão da agroecologia foi muito destacada nesse debate, enquanto estratégia utilizada pelos jovens para aplicar no assentamento a campanha nacional contra os agrotóxicos. Uma liderança da juventude do Assentamento 17 de Abril, Wanderson, avaliou que, a partir do que foi debatido no acampamento, iria procurar três formas de intervir na sua realidade. A primeira era fortalecer o próprio grupo de jovens, tentando atrair a juventude do assentamento por meio de atividades esportivas e palestras. O segundo seria galgar mais espaço na ASPECTRA, a fim de tentar, junto aos produtores de leite do assentamento, desenvolver algum trabalho que almejasse a diminuição do consumo de barragem, agrotóxico utilizado para queimar as ervas daninhas das áreas de pastagem. O terceiro ponto estratégico seria utilizar o espaço da escola do assentamento para dar palestras sobre o MST e a agroecologia.

Em questão disso, a gente tem até uma data marcada pra reunião, pra tá pensando nessas propostas que a gente fez. No final do mês, no último Sábado desse mês, pra tá organizando esses pontos que a gente colocou. E no mais é tá fazendo, através do esporte, tem lá, o principal da 17 é o esporte, quando se fala "ah tem torneio de futebol", os jovens participam bastante, então a gente tá usando, a gente faz um jogo agora, só que antes a gente pega o microfone, dá uma palestra, fala pra galera qual as nossas intenções, pra que mudar, como usar. Dentro da escola também tá criando hortas pra tá ensinando pros alunos como usar o espaço da horta, como fazer uma horta sem uso de veneno, né, então esse seria uma forma bem legal pra gente usar esses três pontos pra tá colocando nossas ideias. Wanderson (2012, Eldorado dos Carajás: 15 de Abril).

Não se pode concluir que esse ativismo trará algum resultado material imediato, mas, sem sombra de dúvidas, o trabalho de base desempenhado pelo movimento lançou

possibilidades sobre o futuro da produção do Assentamento 17 de Abril, dentro de uma perspectiva de transição agroecológica. Isso pode parecer idealismo, mas o aspecto importante é que as tentativas de chegar a tal concepção ideal de agroecologia constituem, por si só, importantes fatos sociais que tendem a tecer, mesmo em escala micro, uma transição a uma concepção emancipatória do desenvolvimento sustentável. A agroecologia, portanto, não é um dado concreto, mas é um processo social plural, no qual o debate e os discursos políticos são parte integrante e essencial para a sua materialização em práticas agropecuárias alternativas.

Esse caso de ativismo político relatado acima ilustra bem os esforços, em termos de formação, que vêm sendo feitos pelo MST e pela Via Campesina em dialogar internamente com a sua base em vias de estabelecer processos intrínsecos para instituir uma transição agroecológica em áreas de reforma agrária. Esse esforço também pode ser interpretado como uma maneira de incentivar o que Santos denomina de saber dialógico, entre o saber agrícola camponês e outras formas de saberes técnicos que se comprometem a estabelecer modelos alternativos de produção (Santos, 2002).

Nos estudos sobre a agroecologia, bem como nas experiências destacadas pelos próprios movimentos sociais, temos geralmente como exemplos áreas nas quais a viabilidade da agroecologia é mais evidente, seja pela preservação dos ecossistemas estabelecidos pelas comunidades tradicionais (como é o caso das comunidades campesinas mexicanas ou indígenas), seja pela facilidade de escoamento dos produtos agroecológicos e pela questão estrutural dos próprios assentamentos no Sul do Brasil. No caso de áreas da reforma agrária, entretanto, a maior parte dos assentamentos estão hoje com dificuldades estruturais enormes, em razão de uma política pública dual, onde, por um lado, há o incentivo de crédito e de projetos dentro de um paradigma que visa transformar os assentados em empresários rurais dentro do molde da Revolução Verde e, por outro, ocorre a ausência de políticas públicas básicas.

Em razão disso, é essencial observar-se a agroecologia para além das práticas-modelo. Para tal, as ciências sociais têm um papel crucial que é o de destacar a importância do discurso político nesse processo, relevado a segundo plano por parte dos estudos sobre agroecologia. No caso em tela, o que se percebe é que, mesmo com todas as dificuldades que a transição para a agroecologia terá para ser implementada, a mudança da mentalidade

dos dirigentes estaduais do MST e de alguns dirigentes do Assentamento 17 de Abril são significativas e, sem dúvida, um passo importante nesse processo.

A trajetória do MST desenvolveu-se para parâmetros que ultrapassam o produtivismo envolto na questão agrária em seu viés clássico e íntegro, em seu discurso, ações políticas e, nos seus processos de formação, teorias que estão de acordo com uma concepção de produção inspirada na agroecologia. A luta pela terra continua a ter uma importância central, mas a reforma agrária ganha outro contorno. Passa, cada vez mais, a afastar-se do discurso meramente produtivista, para se atrelar a outras formas de produções possíveis, dentro dos limites que cada situação local estabelece, permanecendo atento a um paradigma agroecológico, que, aos poucos, vem sendo dominante no corpo dirigente do MST.

Surge a dúvida: a agroecologia é a solução para todos os problemas dos assentamentos de reforma agrária? Pode ser que não. Mas, certamente, é uma opção muito mais viável para grande parte dos assentamentos de reforma agrária que não possuem condições para se endividar em um crédito rural, para compra de insumos e tecnologia, sem que, ao menos, possuam as condições estruturais básicas para isso.

Outro ponto de redirecionamento estratégico para o qual o MST vem caminhando é em relação ao diálogo entre as organizações camponesas, que, afinal, vêm tendo uma leitura da realidade semelhantes, mesmo aquelas mais próximas ao governo, como o MLST, a FETAGRI e a CONTAG. Estão em curso várias ações conjuntas dessas entidades a fim de pressionar o governo em prol da reforma agrária, mostrar a força política das organizações camponesas e iniciar uma campanha contra os agrotóxicos. Essa atividade na curva do S foi um exemplo disso, já que, pela primeira vez, contou com a participação da juventude da FETAGRI também.

Além desses desafios e dilemas do MST, o MST Pará encontra-se em uma conjuntura específica de se alocar num dos focos do capitalismo minerador e agroexportador. Na territorialidade paraense, os conflitos relacionados tanto com a mineração, como com a grilagem já datam antes mesmo da fundação do MST. Inicialmente, a maior parte das terras que o MST ocupou na região pertenciam à família Mutran. O motivo disso, segundo Renata, não era relacionado a uma perseguição contra a família, mas ao fato de as terras estarem em área pública. Grande parte da terra dessa

família que não fora desapropriada foi vendida ao conglomerado de empresas denominado Agropecuária Santa Bárbara, que tem, como um dos sócios, o Banco Opportunity e o Banco Bradesco. Outra questão na qual o MST-PA está envolvido fortemente é com a articulação de um movimento contrário à Vale do Rio Doce, que inicia a sua formação, além de toda a articulação contrária à Usina de Belo Monte, que, apesar de não se localizar precisamente na sua área de atuação, faz parte da demanda política do MST regionalmente.

Sendo cenário dos grandes projetos nacionais, talvez desde o tempo em que o Marquês de Pombal implementou a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, na região paraense, encontra-se uma sólida oposição às políticas neodesenvolvimentistas, que, ao fim, vêm gerando muitos empregos na região, mas a um custo social e ambiental de que não se tem mensurabilidade ainda. Renata destaca que, quando chegam esses grandes projetos, “a mão-de-obra no início do processo de implantação dos grandes projetos é muito grande. Então eles praticamente absorvem todo mundo”. Mas não se sabe se vale a pena apostar em querer fazer um trabalho de base numa população empregada, ou se vale a pena esperar o suposto término desse ciclo, onde é suposto haver base para iniciar um novo ciclo de luta pela terra.

O problema é depois agora também não sei se vale a gente apostar que depois desse processo de implantação dos grandes projetos aqui na região esse povo vai pra onde, é pra luta pela terra? Ou já vai pra uma outra frente de luta? É na cidade, ou é no campo? Isso ai também não dá, porque a gente não é vidente pra saber pra onde vai. É porque é um pouco essa mistura, a região aqui tudo é meio urbano-rural. Né, então pode ser que seja na luta pela terra, mas pode ser que seja em outros espaços talvez os urbanos, as fábricas, as siderurgias, sei lá, tomada de poder mesmo. Isso é o que a gente queria, certo? É que a gente acredita que tem que continuar lutando, mobilizando as pessoas, fazendo processo de formação e conscientização, porque essa luta ela vai chegar porque não se sustenta esse modelo que tá ai. Porque ele concentra a riqueza ai, no momento né, então a gente tem que tá sempre preparando, e ascendendo ai essa, esse fogo, botando a lenha embaixo do fogão no processo de transformação, porque ele não acaba né, então ele é permanente mermo, isso tem que andar. Renata (2012, Eldorado dos Carajás: 16 de Abril).

Márcia também explica que esses projetos desenvolvimentistas trouxeram mais emprego para região, mas isso não necessariamente quer dizer melhoria de vida da população mais empobrecida, já que se verificam outros indicadores como o aumento da violência, da especulação imobiliária e a opressão dos povos indígenas na questão de Belo Monte.

Belo Monte é um dos exemplos mais recentes e que tem sido de uma irresponsabilidade né. E de uma, acho que não só irresponsabilidade. Mas assim, de um extermínio mesmo dos povos ali da região, dos povos, do rio. O rio que nessa região amazônica é uma das fontes de vida em todos os sentidos né. As pessoas usam o rio para transporte, pra iluminação, pra toda sobrevivência, além de ser uma cultura e um símbolo muito forte dos sujeitos da Amazônia assim. Então tem sido um extermínio dos povos, da natureza, enfim. E aí, a violência né, então a violência que também não é só pros povos dessa região, então todos os trabalhadores e trabalhadoras que vem do Brasil inteiro. Márcia (2012, Eldorado dos Carajás: 18 de Abril).

Sobre os dilemas do Assentamento 17 de Abril, algumas de suas lideranças pensam que a disputa se fará, no futuro, mais no campo da política institucional, vislumbrando até mesmo a transformação do assentamento em uma cidade. Para outros, falta o movimento pressionar mais as autoridades a fim de conseguir um asfalto, uma praça, mais políticas públicas para os jovens, um incremento na produção, com assistência técnica, estruturação e viabilidade econômica.

O Pastor Sérgio fala sobre uma melhor política da juventude, principalmente no que tange a lazer, já que somente tem a quadra poliesportiva.

Você tem que ver que lazer não é só jogo, não é só bola, tem muitas formas de se tornar um lazer. Uma praça de leitura, ou muitas vezes uma praça de teatro, né, eu acho que uma coisa que beneficie toda a humanidade. Por que nem todo mundo gosta de bola, nem todo mundo gosta de ir pra quadra de futebol ver pessoas jogar. Graças a Deus agora tem um telecentro ali, que pelo menos ocupa uma boa parte do tempo do povo, os mais interessados, os mais esclarecidos, mas a questão do telecentro não abrange todo mundo, por que nem todo mundo tem condições de tá acessando internet, de tá lidando, então precisa de um preparo. Sérgio (2012, Eldorado dos Carajás: 6 de Abril).

No assentamento 17 de Abril, há um grupo de jovens formado por Wanderson, Carlos, Wellington e outros. O nome do grupo é EJC (Evolução da Juventude Camponesa). Os jovens participaram de outro acampamento pedagógico e decidiram criar um grupo para se inserir no meio político dentro do assentamento. Esse grupo pleiteia várias coisas na direção, como vagas para cursos, conseguem organizar oficinas. Wanderson conta que, a primeira vez que participou do grupo, foi num acampamento que eles fizeram na beira do riacho que corta o assentamento. Foram uns professores fazer palestras para eles.

Eu fui, era bem novo ainda, e vi aquilo e fui gostando. Aquele negócio de dormir no meio da folia. Aí eu falo assim, no meio da folia, mas ao mesmo tempo se formando. Porque jovem só vai pra frente na base da alegria né. Não tem aquela coisa assim de mais velho, de ficar aqui quieto, só anotando, ou só escrevendo. Tem um jeito brincalhão de fazer as coisas, mas que acaba sempre fazendo.

Quando é pra falar sério, a gente fala sério e arregaça as mangas e faz. Então eu gostei muito da questão daquela, do socialismo entre todos, e comunismo entre todos. Ah eu não trouxe prato hoje. Deixa eu comer mais tu. Muitas vezes a gente nem se conhecia. Não, come aqui mais eu, divido minha colher contigo, divido meu prato, te empresto uma calça se tu não tem. E eu fui reparando aquilo. Na hora do banho, todo mundo descia pro rio, banhava. Tinha um momento de lazer, todo mundo compartilhava, sem nenhuma confusão sabe? e eu fui reparando aquilo e fui gostando, e fui tomando gás e fui tentando cara, a gente se passava mais se inserindo mais ainda, me inserindo mais ainda, participando das reuniões e dai, acabei que ingressei de vez, no EJC. E dai fui participando, fui participando, fui subindo mais ainda, no conceito de grupo de jovens. Wanderson (2012, Eldorado dos Carajás: 15 de Abril).

Outro objetivo do EJC é uma maior inserção dos jovens na organicidade do MST. Sobre isso, ao final do acampamento da juventude na curva do S, Wanderson me disse que foi chamado pela direção estadual do MST para participar de um curso de formação política na Escola Nacional Florestan Fernandes. Vai conhecer São Paulo pela primeira vez na vida e quem sabe se tornar, no futuro, um dirigente nacional. Wanderson, de poucas palavras e muita vontade de luta, estava bastante entusiasmado com esse curso, de sorriso largo, com seus olhos claros, olhos de João Mau Tempo.

Por fim, no dia 17 de Abril, o acampamento da juventude foi dissolvido para dar espaços às homenagens do MST e da sociedade do Nordeste paraense à memória dos mártires de Carajás. Nesse dia, todo o Assentamento 17 de Abril estava em peso. Moacir, Vanderlei, Galvão, Madalena, Lucas, Antônio. Havia também há pessoas que não entrevistei, mas ficaram marcados nessa história, como seu Zeca, que levou um tiro no olho. A pista da PA-150 fora ocupada, tal qual várias outras rodovias no Brasil, em lembrança desse dia. Todo o dia 17 de Abril é rezada uma missa em memória do massacre. O Pastor Sérgio estava no palco. Também estavam presentes algumas lideranças do assentamento. O Bispo de Marabá foi o encarregado de rezar a missa. No meio de seu discurso, um sermão sobre o trânsito que ele havia pego na sua travessia para a curva do S, e que era hora do MST parar de fazer “invasões”. Dizia que foices e pedaços de pau eram “armas brancas” e quem usa arma branca diz que o outro também pode usar uma arma. Disse ainda que ao conversar com os motoristas parados no fechamento da pista notou que quem mais sofre nisso tudo são as mães dos sem terras que são achincalhadas. Após esse discurso, seu Galvão, de bigode e chapéu branco, subiu ao palco com uma sacola de pano colorida e com dois livros. A sacola era do evento do acampamento da juventude, e todos os participantes também receberam. A do bispo possuía dois livros. Quando foi entregar ao

bispo seu Galvão com uma camisa do MST disse: estou lhe entregando esses livros para o senhor refletir, entender o movimento, entender como se faz a luta pela terra. Disse ainda “sem ocupação a reforma agrária não anda, e é assim que o povo luta, seu bispo, é assim”.

Capítulo 8: Aplicação do Modelo Analítico Comparativo

A hipótese da pesquisa é que as reformas agrárias brasileira e portuguesa foram destituídas pelos limites da emancipação social sob a regulação do Estado e do Direito, que age, neste último caso, em prol da defesa irrestrita do direito de propriedade, em contraposição a outros direitos democraticamente constituídos. Nas reformas agrárias brasileira e portuguesa, ocorreu um processo contraditório onde, de um lado, houve um percurso emancipatório de mobilização social, luta pela terra e espaços institucionais em nível de Estado e Direito para a operacionalização da reforma agrária; e, de outro, houve um percurso regulatório de opressão social e operação de contra reforma agrária com o cerceamento desses espaços institucionais em nível de Estado e Direito, o que representou, ao fim, o empoderamento do direito de propriedade frente a outras formas de direitos, muitos dos quais instituídos nas cartas constitucionais dos referidos casos. Nesse processo contraditório, a regulação do Estado e do Direito sobrepujaram-se à emancipação social, o que, na reforma agrária, pode ser traduzido na submissão da democratização da terra ao direito de propriedade.

Para analisar tal hipótese, desenvolveu-se a matriz analítica da operacionalidade da reforma agrária, segundo a qual se pode perceber as variadas e complexas relações que envolveram essas três categorias, no processo de luta pela terra e reforma agrária, tendo em vista os casos de Eldorado dos Carajás e Baleizão. Nos capítulos 6 e 7, desenvolvemos como em cada caso específico esse processo contraditório decorreu. Nesse capítulo tratamos de pontos comuns entre os dois casos, mesmo sabendo que os dois casos desenvolveram-se cada qual sobre uma conjuntura histórica específica e que as questões agrárias brasileira e portuguesa possuem muitas diferenças.

A luta pela terra e a reforma agrária no Brasil e em Portugal estabeleceram-se sobre particularidades temporais e espaciais diferenciadas. Não há uma determinação geral que agregue supostos modelos de causas e consequências, nem que estabeleça os motivos dos inícios ou dos fins dos processos históricos de luta pela terra. Apesar disso, pensamos que pode ser levado em consideração a referência a uma matriz operativa da reforma agrária que, em um caso ou em outro, estabeleceu um processo de reforma agrária que se passou substancialmente nas relações entre luta pela terra, movimentos camponeses e

brechas institucionais no Direito e no Estado. No caso português, essas brechas institucionais formataram-se no que Santos denominou de *dualidade de impotências* – no qual, após o 25 de Abril, verificou-se nos primeiros anos simultaneamente uma mobilização social massiva dos trabalhadores rurais alentejanos em prol de ocupação de terras, a emergência de brechas institucionais em nível de Direito e Estado e o subsequente desapoderação momentânea dos instrumentos hegemônicos que regulavam e garantiram a sobrevivência do sistema do latifúndio no Alentejo. Essa movimentação, ao mesmo tempo, não foi forte o suficiente para solidificar as conquistas do 25 de Abril para a ruralidade alentejana. Através disto, pouco a pouco, os poderes de regulação foram restaurados e consequentemente a reforma agrária derrotada.

No Brasil, nunca se vivenciou um momento tão efervescente politicamente quanto o 25 de Abril português. Por outro lado, a luta pela terra demarca formas múltiplas de resistências a três aspectos cruciais da história brasileira: o colonialismo, o latifúndio e o capitalismo. De uma forma ou de outra, nos mais de 500 anos de história, a resistência a esses sistemas econômicos, políticos e sociais no meio rural, desde as rebeliões escravas, as lutas indígenas, os movimentos messiânicos e os movimentos camponeses organizados, relacionaram-se com um ou outro aspecto citado (quando não os três simultaneamente). Assim persistiu no Brasil, notadamente a partir do Estatuto da Terra, mesmo tratando-se de um modelo de Estado que sempre garantiu o privilégio da elite econômica e política rural, uma brecha emancipatória institucional para a realização da reforma agrária. Tratava-se, sobre o que Santos denominou da existência simultânea e contraditória de dois tipos de Estado e de Direito: o Estado Mínimo da Emancipação Social (que resguardava as brechas emancipatórias no Direito) e o Estado Máximo da Regulação Social (que era hegemônico e conseguiu resguardar a hegemonia do latifúndio perante quase cinco séculos de sua ocorrência).

Ao levar esses quadro teórico em consideração, percebe-se que, comparativamente, em Portugal e no Brasil, mesmo num momento de profunda mudança política (o 25 de Abril no primeiro caso e a redemocratização política no segundo), as políticas emancipatórias para os trabalhadores da cidade foram simultâneas às políticas regulatórias para os trabalhadores do campo. Parte-se de um pressuposto antigo nos debates das relações campo e cidade, abordado pelas teorias liberais, marxistas e pelos estudos demográficos de que, com o capitalismo, ocorre um “decréscimo contínuo da

população agrícola em relação à não-agrícola” (Marx, 2008). Segundo essa lógica, a população rural retraiu, em detrimento dos inchaços da população urbana, principalmente, a partir da década de 1960, com a propensão da Revolução Verde. Essa retração ocorreu também, em níveis políticos e sociais, já que os camponeses, num momento de conquistas sociais para os trabalhadores urbanos, não tiveram condições políticas e sociais para implementar um projeto de reforma agrária duradouro e amplo. Pelo contrário, os camponeses, continuaram a ser uma das classes sociais mais desprivilegiada, em termos de direitos políticos.

Isso foi notado em minha pesquisa já que, tanto em Portugal quanto no Brasil, ocorreu uma situação na qual, os camponeses foram protagonistas de um processo social de radicalização democrática e operação da reforma agrária; e em que os próprios camponeses foram aliados desse processo. Nos dois casos, os movimentos de reforma agrária emergiram paralelos a uma série de movimentos emancipatórios: de operários, estudantes, culturais, feministas, ambientalistas, entre outros. Nos dois casos, os movimentos de reforma agrária representavam a face mais radical das conquistas que se almejavam, por chocarem com o centro do sistema econômico capitalista, ao atingir o direito de propriedade da terra enquanto capital. Nos dois casos, houve uma interconexão forte entre apoiadores da reforma agrária e movimentos da reforma agrária. E, nos dois casos, houve uma série de conquistas sociais consolidadas em detrimento de um declínio das políticas de reforma agrária. Com isso, pode-se dizer que a contra reforma agrária foi o preço a ser pago pelas efetivas conquistas que se consolidaram em Portugal com o 25 de Abril e com a entrada do país na Comunidade Europeia. E também se pode dizer que a contra reforma agrária foi o preço a ser pago pelas efetivas conquistas que se consolidaram no Brasil com o crescimento econômico ocorrido na primeira década do século XXI. O curioso é que em um caso, foi o Partido Socialista quem orquestrou o fim da reforma agrária portuguesa e, no outro, foi o Partido dos Trabalhadores que reduziu a desapropriação de terras a números insignificantes no Brasil.

Essas situações são similares ao que Westway verifica no caso da África do Sul, onde afirma que a desigualdade fundiária não pode ser tratada enquanto “herança do apartheid”, mas sim de uma continuidade de um “segregacionismo contemporâneo” (Westway, 2012: 122). Essa questão é crucial no dilema campo-cidade, principalmente nos casos brasileiro e alentejano. As conquistas de cidadania, como fortalecimento da classe

média, a assistência médica e educacional, funcionaram muito melhor para as cidades, do que para o campo. O campo, enquanto espaço, foi condenado pela política hegemônica e para as elites como um espaço de não negociação. Assim, como descreve a autora para o caso sul-africano: “uma quimera de liberdade que é materializada como uma condenação ao meio rural”²³² (Westway, 2012: 124). Guardadas as devidas circunstâncias históricas, o que ocorreu com a África do Sul pós-apartheid também ocorreu com o Brasil no início do século XXI e com Portugal entre o final da década de 1970 e meados da década de 1980. Ou seja, o desenvolvimento, a melhoria de vida, a nova classe média brasileira ou a entrada de Portugal na Comunidade Europeia ocorreu em contraponto às políticas agressivas de inserção do capital no campo, de contra reforma agrária e de desertificação rural.

Mesmo com o processo de democratização, nota-se ainda, tanto no Brasil quanto em Portugal, despotismos regionais localizados na área rural, situação na qual o senso de emancipação-regulação do Estado democrático tem pouca influência perante o senso de apropriação-violência dos aparatos regionais do Estado²³³. Com isso, à luz da teoria de Santos (2002, 2003, 2007), o binômio regulação-emancipação funcionaria em tais sociedades, unicamente no meio urbano e mesmo ali teria enorme dificuldade para adequar o estrato mais pobre da população. No meio rural, a regulação-emancipação teria dificuldades funcionais, mediante os interesses das elites rurais, seria mais próximo daquilo que o autor denomina de binômio apropriação-violência.

Percebe-se ainda que, nos dois casos, o campesinato organizado, seja por um movimento político, seja por uma unidade comunitária, representou um poderoso agente político que ameaçou a hegemonia dos proprietários de terra, tanto em Eldorado quanto em Baleizão. Quando Santos (1987, 1994, 2002) estabelece as *formas de produção de Direito*: a família, a comunidade, a fábrica, o Estado, o mercado e o sistema mundo – o autor trata de formas de produção de Direito tipicamente urbanas. No meio rural, especificamente na produção camponesa, o espaço doméstico (parentesco), o espaço produção (agricultura camponesa), o espaço comunidade (apadrinhamento, movimentos sociais, lideranças religiosas, associação e cooperativismo) compõem um híbrido que pode vir a se tornar em

²³² Tradução livre do autor: “as chimera of freedom that has materialised as condemnation to the camp”

²³³ Sobre o dualismo regulação-emancipação e o dualismo apropriação-violência, ver a terminologia de Santos em 2002, 2003, 2010

uma unidade poderosa contra hegemônica capaz de desafiar o princípio hegemônico da inviolabilidade da propriedade privada. Santos já observava as diferenciações entre formas urbanas e rurais de produção do Direito ao escrever que:

na periferia, e em particular nas áreas rurais, o direito doméstico e o direito de produção estão entrelaçados tão profundamente na vida quotidiana, sobretudo das comunidades camponesas, que pode ser difícil e até inadequado destrinchá-los. Sempre que a produção e a reprodução social ocorrem no mesmo campo social, as constelações de direitos têm de ser reconstruídas de maneira a captarem transições extremamente flexíveis e sequências muito sutis de aspectos ou momentos da mesma prática social (Santos, 2002: 275).

Pelo fato de que essas três formas de produção do direito (o espaço de produção, o espaço doméstico e o espaço comunidade) poderem vir a se tornar num elemento perigoso para a ordem hegemônica é que as elites rurais (composta pelo espaço da produção hegemônica, o espaço do mercado de terras e o espaço mundial-colonização), em casos como o alentejano e o brasileiro, precisou de um Estado que defendesse a propriedade privada sobre qualquer outra circunstância. Com isso, pensa-se que o dilema entre Direito e Estado no meio rural deve ser colocado de forma a reconhecer que a emancipação social em níveis de Estado e de Direito foram tardias e ineficientes. Uma cidadania similar aos cidadãos da cidade bastava para ameaçar a ordem hegemônica rural, mas essa cidadania foi sempre negada o que coloca os pobres do campo, na melhor das hipóteses, numa situação de fronteira na cidadania.

Mediante essas observações, pensamos que é interessante uma reflexão em termos dos pontos relacionais estabelecidos na matriz operativa da reforma agrária, sugerida na introdução desse trabalho. Essa matriz, como vemos na figura 1 (na introdução), tem três variáveis: a variável luta pela terra (tema do primeiro capítulo), a variável movimentos camponeses (tema do segundo capítulo) e a variável espaços institucionais emancipatórios em nível de Estado e de Direito (tema do terceiro capítulo). Cada relação sobre essas distintas variáveis revela também uma relação de emancipação e de regulação própria.

A variável luta pela terra se relaciona com a variável movimentos camponeses dentro de um processo de emancipação social, que em termos práticos é materializada pela mobilização social. Ou seja, os movimentos sociais camponeses, mediante a luta pela terra, conseguem, em determinadas circunstâncias históricas, uma mobilização social que representa um forte poder emancipatório. Por outro lado, no processo de regulação, as

múltiplas formas de opressão também são decorridas nesse processo, notadamente a pistolagem, o trabalho escravo, a expulsão da terra, os massacres.

Nos processos contraditórios de regulação e emancipação que compõem a relação entre os movimentos camponeses e os espaços institucionais emancipatórios possíveis em nível de Estado e de Direito, destacamos que o movimento de emancipação é relacionado com a presença, no caso brasileiro, de um “Estado mínimo da emancipação social” que opera uma emancipação social de baixa intensidade e, no caso português, de um amplo e plural movimento emancipatório que conviveu com uma estrutura de regulação do Estado temporalmente desativada, onde nem o movimento emancipatório teve força suficiente para pôr fim à estrutura regulatória do Estado, nem o Estado teve forças para regular os movimentos emancipatórios, fluindo assim o que Santos denominou de dualidade de impotências. Ainda para o caso português, vivenciou-se uma gradativa retomada das funções regulatórias do Estado, acompanhada de ações que culminaram a pôr fim ou minimizar os movimentos emancipatórios que emergiram com o 25 de Abril de 1974. Isso explica, por exemplo, no caso brasileiro, uma reforma agrária operacionalizada a migalhas, onde as políticas públicas desde as mais elementares, como a desapropriação de terras, a construção de casas, escolas, posto de saúde, estradas, água e energia até às mais complexas, como o crédito agrícola, a extensão rural e a assistência técnica, são efetuadas de forma lenta e gradual, a ponto de inviabilizarem economicamente e socialmente muitos dos assentamentos de reforma agrária espalhados pelo território nacional. Em Portugal, explica também como, num primeiro momento, conseguiu-se efetivar um amplo processo de emancipação social que, nos campos do Sul, se refletiu na reforma agrária; e como, após o período do Verão Quente de 1975, o poder de regulação do Estado foi retomado por uma classe política e econômica que operou uma contra reforma agrária que entregou praticamente todas as terras de volta para os antigos proprietários.

No dois casos de contra reforma agrária, a lei foi rigorosamente aplicada aos movimentos camponeses e as brechas da ilegalidade foram constantemente abertas, seja nos casos de impunidade da violência policial ou de atentados terroristas da direita política contra centros de reformas agrárias, no caso português, seja nos casos de impunidade os crimes do latifúndio e nos mandados de prisão à lideranças do MST no caso paraense. Esse comportamento, como se abordou no capítulo 1, é natural a um direito fundante do capitalismo – o direito de propriedade. Assim, a questão da inviolabilidade do direito de

propriedade que, mesmo na epistemologia contratualista, não era um consenso, consolida-se enquanto consenso com a inserção do capitalismo, principalmente nos meios rurais.

Nos processos contraditórios de regulação e emancipação que se estabelecem na relação entre a variável luta pela terra e a variável espaços institucionais emancipatórios em nível de Estado e de Direito, estabelece-se, no viés emancipatório, direitos emancipatórios, como é o caso da referência da Constituição portuguesa à reforma agrária, ou da referência da Constituição brasileira ao uso social da terra. Ou seja, no caso da reforma agrária, consideramos ser emancipatória qualquer lei, prática jurídica ou norma constitucional que relativize o direito de propriedade. No viés da regulação, emerge o direito hegemônico, usado para o controle social, ao serviço das elites e do mercado, o que, notadamente, no caso da reforma agrária é o direito de propriedade. Percebe-se, assim, como, no caso português, se conseguiu instituir um amplo processo de relativização do direito de propriedade e, no caso brasileiro, uma relativização mais minimizada desse direito. Percebe-se ainda como, nos dois casos, o direito de propriedade fora restaurado enquanto direito hegemônico, em detrimento de outras formas de Direito, a fim de num caso retroceder as conquistas da reforma agrária e no outro transformar as políticas de reforma agrária em algo residual.

Tratando dos componentes contraditórios da matriz em nível de emancipação e regulação, percebe-se que essa matriz não se caracteriza enquanto evolutiva, mas atenta sobre a ocorrência de dois tipos de processos sociais contraditórios: um processo emancipatório que inclui a mobilização popular e os espaços institucionais emancipatórios em nível de Estado e Direito e um processo regulatório que inclui a opressão social e o cerceamento dos espaços institucionais emancipatórios em nível de Estado e Direito, a fim da apoderação do direito de propriedade sobre a propriedade fundiária.

Nesse ponto, pensamos que se pode compreender como a reforma agrária, no Alentejo, particularmente voltada ao caso de Baleizão, teve o seu momento mais ativo, na segunda metade da década de 1970, e como foi operacionalizado um processo abrupto de reforma agrária que culminou com a entrega das terras da UCP de Terra de Catarina aos antigos proprietários. No caso brasileiro, sob a ótica do caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, a matriz permite estabelecer uma conexão entre uma reforma agrária constituída, primeiramente, à custa de sangue, e depois do lento processo

de acesso às políticas públicas essenciais como luz, água, educação, saúde, estradas, entre outros. Particularmente em relação a esse caso, foi demonstrado um contraponto a uma reforma agrária desenvolvida no governo Fernando Henrique Cardoso (com um alto número de desapropriação de terras e um baixo acesso às políticas públicas), no governo Lula (com um baixo número de desapropriação e um acesso razoável às políticas públicas básicas) e no governo Dilma (a reforma agrária em estágio de completo abandono).

Em primeira escala temporal e espacial, analisa-se um período no qual a possibilidade de operacionalidade da reforma agrária foi muito restrita, para não dizer quase nula: no caso português, antes do 25 de Abril; no caso brasileiro, antes do 17 de Abril. As relações sociais que envolveram o campesinato historicamente no Brasil e no Sul de Portugal foram determinadas disputas de espaço de dominação entre uma elite latifundiária e os camponeses dependentes à terra. Essas formas de dependência se metamorfosearam ao longo da história em escravidão, servidão, trabalho compulsório. No caso de Baleizão, percebemos que, antes do 25 de Abril, o direito de propriedade foi o principal elo de sustentação de um sistema social baseado no latifúndio que foi responsável por uma situação precária da maior parte dos trabalhadores agrícolas temporários (Barros, 1986). Além disso, o direito de propriedade efetuou uma aliança política com os aparelhos de repressão do Estado Novo, a fim de reprimir qualquer manifestação ou organização sindical dos trabalhadores rurais em prol de direitos trabalhistas básicos, como a jornada das oito horas, direito a feriado ou aumento da jorna. O Estado não fornecia aos baleizoeiros oportunidade educacional para além da quarta classe, nenhum tipo de assistência médica, nenhum código de proteção trabalhista em princípio, mas, por outro lado, o Estado era muito presente em sua face regulatória, notadamente a violência policial e a repressão a qualquer coisa que pudesse ser encarada como organização dos trabalhadores ou resistência ao regime.

Todavia, mesmo nesse período de severa repressão política, os camponeses não foram passivos a tal sujeição. Se não se pode falar de uma rebelião camponesa em Baleizão por essa altura, é notada uma resistência sistemática, expressa nas caças em terras dos proprietários, na organização de uma célula clandestina do PCP, na organização de manifestações em prol do aumento da jorna, das oito horas, marchas contra a fome e demais resignações individuais e coletivas.

Em relação ao Estado e ao Direito, no período do fascismo, as possibilidades de qualquer brecha emancipatória eram quase nulas. Mesmo quando o Estado planejou efetuar uma reforma agrária no Alentejo, inspirada no modelo de reforma agrária do fascismo italiano, tais pretensões foram barradas pelo poder local, pelos latifundiários. Em finais da década de 1960 e início da década de 1970, com o processo de mecanização da agricultura, as melhorias de condições de transportes, e a industrialização de Lisboa e Setúbal, o desemprego agrícola em Baleizão aumentou proporcionalmente às ofertas de trabalho no estrangeiro e nas áreas urbanas. Como resultado disso, houve uma intensa leva migratória na qual muitos dos entrevistados participaram. Esse quadro, entretanto, é alterado com o 25 de Abril de 1974.

Ao nível local, o 25 de Abril de imediato significou uma possibilidade de retorno à terra natal de muitos emigrados, a liberdade de organização sindical, a cessão dos aparelhos de repressão aos trabalhadores (dissolução da PIDE e intimidação da GNR por parte do MFA) e uma posição de enfrentamento maior dos trabalhadores em relação à classe dos proprietários de terras (historicamente, os maiores beneficiários do fascismo em Baleizão). Foi esse o quadro político que possibilitou, um ano mais tarde, a formação da UCP Terra de Catarina, uma área coletiva de reforma agrária constituída sobre a terra dos latifundiários.

No caso de Eldorado dos Carajás, o direito de propriedade foi instituído a partir de um complexo e violento processo de territorialização, no qual as contradições que envolviam o monopólio da terra para uns e o desejo da terra por outros, e a relação de trabalho na agricultura, eram resolvidas pela repressão armada. O Massacre de Eldorado dos Carajás foi o episódio mais conhecido de um longo e contínuo processo de territorialização da propriedade privada mediante a violência. Essa violência não somente representa um mal banalizado (Arendt, 1999), mas suas razões advêm das fragilidades legais que envolvem a posse de terra no Estado do Pará. Ou seja, a violência não é somente, um mau banal na prática social da elite agrária, mas é um elemento chave na composição política que garante a ordem social na estrutura fundiária em níveis locais. Ou seja, a violência não é algo inerente de qualquer racionalidade econômica e política. A violência é sim, parte do negócio de terras no Estado do Pará.

No período da ditadura, a região de Eldorado dos Carajás presenciou inúmeros projetos desenvolvimentistas: a transamazônica, a mineração da Serra dos Carajás, a hidroelétrica de Tucuruí, o garimpo de Serra Pelada. No início do período republicano, as atividades preponderantes na região foram a mineração, efetuada sob a égide da Vale do Rio Doce, e a pecuária extensiva. Até ao 17 de Abril, o campesinato que compôs a base social da reforma agrária pouco sentira em termos de mudança com a transição democrática.

Em 1996 já passava-se oito anos da promulgação da Constituição, já realizara-se duas eleições livres para presidentes e muitas outras para governador, prefeito, deputados e senadores, já havia se restituído o livre direito de organização sindical e partidária, ainda a sim, na vida prática dos camponeses entrevistados em Eldorado, a cidadania era algo que não existia. Com o Massacre de Eldorado dos Carajás e as denúncias que se formaram dessa tragédia a cidadania foi trazida aos sobreviventes, em forma do Assentamento 17 de Abril. Em níveis de Direito e de Estado, conseguiu-se efetivar um Estado mínimo da emancipação social e quebrar a hegemonia do direito de propriedade, efetuando a desapropriação da Fazenda Macaxeira para construção de uma área da reforma agrária.

Assim, nessa segunda escala temporal e espacial, analisa-se que a operacionalidade da reforma agrária no Brasil e em Portugal só foi possível mediante uma complexa configuração política, onde o direito de propriedade foi relativizado. No caso português, pelo processo de ocupação de terras que se vivenciou um ano decorrente do 25 de Abril; e no caso brasileiro, pela comoção internacional e nacional em prol do drama vivenciado pelas vítimas do Massacre de Eldorado dos Carajás, e pelo histórico da luta dos movimentos camponeses e outros movimentos que levantaram a bandeira da reforma agrária ao longo do tempo. Desta forma, a reforma agrária fora efetivada, em um caso ou em outro, sobre a sombra dos acontecimentos decorridos em Abril de 1974 e em Abril de 1996. Em Baleizão, o Abril de 1974 representou um sonho de liberdade que rapidamente transformou-se no sonho da terra livre, notadamente nos processos de ocupação de terras que se sucederam um ano depois da Revolução dos Cravos. Em Eldorado, o Abril de 1996, representou uma tragédia vivenciada pelos atingidos do massacre, mas a partir dessa tragédia materializou-se o sonho da terra livre. Procuramos perceber, então, com mais detalhes, como se efetivou a reforma agrária na UCP Terra de Catarina e no Assentamento 17 de Abril. Dessa forma, procuramos verificar, a partir do empirismo de cada caso, como

aconteceram as particulares relações entre a mobilização popular, a relativização do direito de propriedade e o Estado, em sua face emancipatória.

No caso português, como afirma Santos, as brechas institucionais para o Estado e o Direito foram solidificadas com a *impotência* dos aparelhos tradicionais de regulação do Estado Novo, mediante o período profundo de reformas sociais que foi vivenciado em Portugal depois do 25 de Abril. Essas reformas também tiveram a sua dosagem de *impotência* política, já que não conseguiram se efetivar institucionalmente, nem destituir muitos dos antigos aparelhos de regulação social da ditadura, que, no máximo, tiveram um período de pouco efeito. Mesmo assim, num período muito curto, possibilitou-se em Portugal uma brecha institucional que regulamentou um massivo movimento de ocupação de terras no Alentejo, Ribatejo, Margem Sul e Algarve. Assim, mais do que uma brecha institucional, em Portugal, solidificou-se, mesmo que por pouco tempo, um aparelho institucional que conseguiu de forma rápida e eficiente ser emancipatório, legalizando e incentivando as ocupações de terras nos campos do Sul e a formação das UCPs e das Cooperativas de reforma agrária nessa região.

Exemplos desse aparelho institucional, para o caso português: o manifesto do Movimento das Forças Armadas (MFA); as leis de reforma agrária de Agosto de 1975; a Constituição portuguesa que possuía um capítulo exclusivo sobre a reforma agrária e tinha como intenção a “transição ao socialismo”; a criação dos Centros Regionais de Reforma Agrária em Lisboa, Setúbal, Évora, Castelo Branco, Portalegre, Beja, Faro e ministros da agricultura e da pesca favoráveis à reforma agrária, como Fernando Oliveira Baptista (indicado pelo PCP) e Lopes Cardoso (indicado pelo PS).

No Brasil, por exemplo, um aparelho institucional de tal magnitude nunca ocorreu. Podemos considerar que houveram algumas brechas institucionais (que foram mínimas comparadas ao caso português), como por exemplo: a prerrogativa constitucional do uso social da terra; a criação do Ministério da Reforma Agrária (que depois passou a se chamar Ministério do Desenvolvimento Agrário); a criação de um órgão exclusivo para operacionalizar a reforma agrária: o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); e a presença de técnicos e ministros em tese favoráveis a reforma agrária, Miguel Rosseto e Guilherme Cassol (PT). Há uma diferença chave nos dois casos: entretanto, enquanto em Portugal essas brechas institucionais emancipatórias foram criadas sob o panorama

revolucionário do 25 de Abril e tiveram, mesmo que por um breve momento, um efeito emancipatório pleno, no Brasil tais brechas institucionais emancipatórias foram criadas “de cima para baixo” e nunca chegaram a ter um efeito emancipatório de alta intensidade. Pelo contrário, foram criadas muito mais com o intuito de estabelecer uma política de mediação de conflitos, do que com o intencionalidade de fazer uma reforma agrária de fato.

A brecha no Estado e no Direito no Brasil e em Portugal se consolidaram de formas particulares, o que diferencia também as intensidades diferentes em um país e em outro. Em Portugal, o latifúndio é uma característica local do Alentejo, no Brasil se trata de um problema que emerge na formação social do país, que percorreu a sua história e soube se manter até os dias atuais. Nos dois casos, penso que o latifúndio se associa ao que Braudel referenciou como *longa duração*. Em Portugal, a reforma agrária foi intensa e rápida, emergindo na brecha institucional criada pelo 25 de Abril e pelos anos nos quais uma vertente mais progressista do Movimento das Forças Armadas esteve à frente do poder, sobre a figura do General Vasco Gonçalves. As brechas institucionais criadas para atender a legalidade necessária às políticas de reforma agrária, nos anos de 1975 a 1976, foram estabelecidas em detrimento do que Santos nominou de “impotência” dos aparelhos tradicionais de manutenção da ordem hegemônica, notadamente, o judiciário, a polícia, o Direito e o Estado. No Brasil, a reforma agrária foi lenta e gradual e nasceu sobre um processo dual, de uma brecha jurídica e estatal existente na Constituição de 1988 e em alguns órgãos criados para esse fim, ainda no período do regime militar, como o INCRA e as reivindicações de grupos sociais organizados, no qual o MST foi o mais presente, que partiram para uma ação política direta de ocupação de terras passíveis de desapropriação segundo a lei. Ao contrário de Portugal, entretanto, os aparelhos de manutenção da ordem hegemônica não foram desativados e isso trouxe algumas consequências como ter tornado as políticas de reforma agrária em algo pontual a zonas de conflitos, os órgãos de reforma agrária burocratizados e com incipiente poder de desapropriação de terras, as políticas estruturais das áreas de assentamento em parcas, lentas e deficitárias. Assim que por um lado, houve em Portugal uma política de reforma agrária que efetivamente conseguiu, num período muito curto, desapropriar as terras dos latifundiários e tornar as áreas de reforma agrária (UCPs e cooperativas) em unidades, em sua maioria, produtivas e organizadas. Por outro lado, houve no Brasil uma política de reforma agrária pontual às áreas de conflito

que nunca conseguiu se firmar enquanto política pública e, onde os movimentos sociais camponeses foram constantemente reprimidos, das mais variadas formas.

Numa terceira escala espacial – temporal, pode-se compreender como os efeitos dessa matriz operativa da reforma agrária se declinam (no caso brasileiro) ou são aniquilados (no caso português). O processo de reforma agrária em Portugal é derrotado mediante o re-aparelhamento dos aparelhos hegemônicos de manutenção da ordem, o Direito, a justiça, o Estado e a polícia, em paralelo aos governos constitucionais de Mário Soares e, depois, da aliança PPD/PSD-CDS. No Brasil, a contra reforma agrária se opera mediante alguns fatores: a) as dificuldades de se materializar uma brecha jurídica e institucional existentes em prol da reforma agrária; b) a reação da classe dos latifundiários a qualquer movimento de luta pela terra e de reforma agrária; c) os interesses adjacentes de bancos e grandes complexos empresariais no mercado de terras e no agronegócio no Brasil (Oliveira, 2013); d) o poder político crescente de organizações classistas dos latifundiários, principalmente a UDR e a CNA; e) as estruturas institucionais deficitárias dos órgãos de reforma agrária, o INCRA e o MDA; f) a inexistência de uma política de estruturação básica dos assentamentos de reforma agrária, que hoje se restringe ao programa Luz para Todos, a previdência e o Bolsa Família; g) a formação de uma política pública de desenvolvimento da agricultura familiar moldada num viés produtivista, com a intenção de transformar os assentados em pequenos empreendedores, que apesar de conseguir pontuais sucessos em regiões mais desenvolvidas, em linhas gerais vem sendo um fracasso e tem ocasionado um endividamento massivo dos camponeses brasileiros; h) a reação política da mídia hegemônica, em prol de criminalizar o MST e outras organizações camponesas; i) o processo de criminalização e perseguição ao MST e a outras organizações camponesas realizadas pelos agentes do Estado: o poder judiciário, o executivo e o legislativo; j) a imobilidade do governo federal em atender às pautas do MST e de outras organizações camponesas, em detrimento da habilidade de atender às pautas das organizações ruralistas e de empresas nacionais e transnacionais do setor do agronegócio.

Se nos enfocarmos na teoria de regulação-emancipação proposta por Santos, percebe-se, num caso ou em outro, um processo de emancipação no qual esteve envolvido a mobilização popular, uma relativização do direito de propriedade e a operacionalização de uma política do Estado (ainda que insuficiente) sobre a reforma agrária. Os casos específicos em que se desenvolvem esses percursos são variantes e plurais. Mostrou-se,

nos capítulos anteriores, que no caso de Eldorado dos Carajás, a reforma agrária foi operada dentro de uma contextualização de uma mobilização social dos trabalhadores sem terra duramente reprimida pelo aparelho do Estado, causando o Massacre de Eldorado dos Carajás, que teve uma repercussão nacional e internacional. Três meses depois, a área pleiteada pelos sem terra estava desapropriada, o que configura que o direito de propriedade foi relativizado, mesmo que a um custo muito caro. A estruturação do Assentamento 17 de Abril, entretanto, foi realizada de maneira lenta e gradual e foram verificados vários processos problemáticos na história dessa área de reforma agrária, como: falta de estradas, crédito concedido sem critério, projetos de produção mal elaborados; a energia elétrica só foi montada após 2003; a água para as casas ainda hoje encontra-se com problemas de abastecimento e só foi construída a caixa d'água que abastece a vila de moradores, após a chegada da energia; a escola do assentamento só foi construída em 2009, após os assentados acamparem frente ao trilho da Vale.

No caso de Baleizão, houve, entre meados da década de 1950 a meados da década de 1960, um frequente movimento de trabalhadores rurais em prol das lutas das oito horas, do aumento da jorna. Em 1974, com a Revolução de Abril, essa luta é retomada pelos trabalhadores rurais, muitos dos quais retornam do estrangeiro ou de Lisboa para Baleizão. A coordenação política, num primeiro momento, teve à frente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Beja, que incentivou a criação de comissões de trabalhadores que negociava diretamente com os latifundiários a questão salarial e do emprego agrícola. Em 1975, após a promulgação das primeiras leis de reforma agrária e após as ocupações de terras realizadas em outras zonas do Alentejo, os trabalhadores ocuparam as terras dos latifundiários e formaram a UCP Terra de Catarina. O Estado português na altura, como afirma Santos, possuía uma dupla estrutura, uma imobilizada, que eram os tradicionais aparelhos burocráticos do Ministério da Agricultura e Pescas, o judiciário, a GNR, outra criada paralelamente com os interesses de atender o programa político do Movimento das Forças Armadas e as demais forças de esquerda, que incluía os Centros de Reforma Agrária, o aparato legal da reforma agrária e algumas poucas medidas que foram criadas de incentivo às UCPs, como o Crédito Agrícola de Emergência. Sobre esses processos emancipatórios elencados nos casos brasileiro e português, foi consolidado um movimento de regulação social que implicou a restauração de um da hegemonia do direito de propriedade, de políticas estatais de contra reforma agrária que foram efetivas em

conseguir, num caso, destruir a reforma agrária e, no outro, sucateá-la, e novos processos de regulação, como a violência policial, a criminalização da reforma agrária, entre outros.

Sob pano de fundo da economia política, percebeu-se que, nos dois casos, o conflito entre latifúndio e camponeses, ocorrentes no modelo tradicional de reforma agrária que pautaram os movimentos camponeses em sua fase inicial, foi gradativamente transformando-se num confronto de maiores proporções, com a constituição de uma nova economia capitalista no meio rural, com a maior inserção do capital financeiro e a participação direta de bancos, empresas transnacionais (que antes não se associavam com a agricultura), empreiteiras, mineradoras. Assim, o conflito entre camponeses x latifundiários foi remodelado para um conflito entre camponeses e um híbrido de novos atores hegemônicos no meio rural muito mais poderosos que o antigo latifúndio.

Sob o pano de fundo político, houve ainda uma apoderação do campesinato em níveis de relação Estado e Direito para os dois casos. No caso português, os instrumentos de regulação do Estado foram, gradativamente, se recompondo após o Verão Quente de 1975, e esse regresso do Estado regulador acompanhou todo o processo de contra reforma agrária portuguesa, das primeiras inciativas de retomada das terras por parte dos proprietários, até ao final da reforma agrária, em 1990, quando nem as pouquíssimas cooperativas que restaram da reforma agrária, o Estado concedeu a posse da terra, apenas arrenda terra estatal para as próprias. Para o caso brasileiro, o Estado mínimo da emancipação social, que foi consolidado nas estruturas institucionais, ainda que com pouco efeito, criadas para operacionalização da reforma agrária sobre muita pressão dos movimentos campesinos, foi gradativamente perdendo o efeito e se direcionando para estruturação de assentamentos, mas perdendo o foco principal que era efetivar a reforma agrária (que só é efetivada mediante desapropriação de terras).

Isso pode ser entendido, também em nível do Direito, com a submissão da democracia pelo direito de propriedade. Ou seja, para o caso português, num processo que se inicia no primeiro governo de Mário Soares, sobre o Ministério da Agricultura e da Pescas comandado pelo sociólogo António Barreto, fortaleceu-se as brechas regulatórias existentes em leis que foram fundadas sobre princípios emancipatórios de se operacionalizar a reforma agrária. Esse foi, ao fim, o espírito da Lei Barreto, que foi recriar o direito de propriedade, o direito de reserva, que foi a brecha jurídica expandida em

aparelho de opressão da reforma agrária, que desmantelou as UCPs. Além disso, nos governos subsequentes do PDS e CDS, muito daquilo que dizia a Lei Barreto foi desrespeitado pela violência da GNR e pela ânsia das elites locais e nacionais em pôr fim à reforma agrária da forma mais rápida e brutal possível. No caso brasileiro, a pouca relativização do direito de propriedade prevista pelo termo vago e pouco preciso de uso social da terra (que deixou brechas institucionais para o seu incumprimento como bem denota Zé Gomes Silva), e uma política de reforma agrária em áreas de conflitos, foi perdida e diluída sobre o viés de uma política econômica que subjugou a maior parte das políticas de Estado aos interesses do capital (sobre o qual a reforma agrária não fez parte).

No Brasil, a luta pela terra passa por uma situação muito difícil, com a diminuição do número de camponeses, com a restrição das políticas públicas às políticas assistencialistas, com o avanço do capital sobre outras fronteiras agrícolas, com o recuo político-ambiental do código florestal, com a construção de grandes obras desenvolvimentistas para o meio rural, como a construção da Barragem de Belo Monte.

Para Portugal, o declínio da vida social do meio rural é o maior sintoma de como foram pensadas as políticas na agricultura portuguesa ao longo de 30 anos. Assim, não somente a luta pela terra arrefeceu em tal localidade, mas a própria vida social. Isso pode ser notado no envelhecimento das aldeias, no declínio da economia local, no declínio da agricultura camponesa e da soberania alimentar em Portugal.

Em relação à categoria dos movimentos camponeses, nota-se as dificuldades dos mesmos em lidar com essa situação. No Brasil, o MST passa por uma série de dilemas, entre os quais enumeramos os quatro que, a nosso ver, são os principais e que foram trabalhados na pesquisa de campo: 1) o número de assentados hoje é maior do que o de acampados, o que faz, de certa forma até naturalmente, que as ações políticas do MST estejam cada vez mais voltadas para os assentamentos, no lugar da questão da desapropriação de terras em si. Essa conjuntura talvez não se aplique a alguns estados que têm uma rotina de criação de novos acampamentos, como Pernambuco, Bahia, Pará, Sergipe, São Paulo, mas vem se verificando para estados que não seguem essa rotina, como o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, Goiás, por exemplo. 2) A relação Sul x Norte se põe num dos pontos-chaves do dilema no MST, já que por muito tempo se pensou a reforma agrária enquanto uma política que agregasse todo o Brasil. Entretanto,

atualmente há uma menor propensão à reforma agrária em alguns estados do Sul do país, em detrimento de uma maior propensão à reforma agrária nos estados do Norte e Nordeste do Brasil. Além disso, as próprias políticas de estruturação dos assentamentos, como a assistência técnica, o crédito agrícola, são pensadas para a realidade de mercado do Sul, nos quais a adaptação da agricultura camponesa ao mercado é mais fácil mediante condições de estrutura básica (que vem desde um maior aporte na educação básica, na saúde, nas estradas, no mercado regional), enquanto no Nordeste e Norte do Brasil essas políticas não vêm sendo bem sucedidas. Nestes termos, há um problema grave em grande parte dos assentamentos dessa região, já que os mesmos não conseguiram se adaptar às políticas pensadas pelo INCRA e MDA para essas localidades nos últimos 10 anos. 3) A base social da reforma agrária vem sendo diluída pelo Bolsa Família e pela geração de empregos. Não quer dizer que tais políticas sejam desnecessárias e que o povo tenha de “sofrer” para que tenha a reforma agrária, mas isso foi acompanhado por uma política de Estado de sucateamento do instrumento de desapropriação de terras. A questão, então, é que esse sucateamento desestimula as famílias a passarem cinco ou dez anos à espera da terra, quando têm à sua disposição o Bolsa Família e algum emprego, mesmo que provisório. Mesmo que haja o desestímulo, o desejo pela terra ainda persiste. 4) A relação aliado x oposição ao governo do PT. Ou seja, como se dá a relação com um partido que historicamente foi aliado do MST, e sobre qual muitos dos militantes do MST possuem filiação partidária, se, ao mesmo tempo, foi no governo desse partido que a reforma agrária foi sucateada ao ponto de a desapropriação de terras em 2013 ter chegado a um dos níveis mais baixos da história recente do Brasil.

Mesmo sobre esses dilemas, acredita-se que há possibilidades de se seguir a luta. Algumas pautas do MST vêm-se modificando ao longo do tempo, como a agregação do discurso do desenvolvimento sustentável, que vem tendo como efeitos as políticas de agroecologia e as campanhas nacionais contra o uso de agrotóxicos. Além disso, considera que a reforma agrária pode ser pensada sobre algumas especificidades regionais. Por exemplo, no Pará, a reforma agrária ainda é viável se nos atermos em três tipos de propriedades passíveis de desapropriação, como terras públicas, terras com trabalho escravo e terras com crimes ambientais. Então, pergunta-se como, num estado como o Pará, não se teve nenhuma terra desapropriada por trabalho escravo ou crime ambiental?

Em Portugal, a ocorrência de movimentos sociais camponeses tem uma frequência muito menor do que no Brasil. Mas engana-se quem pensa que não se existe combatividade na luta camponesa em Portugal. Um exemplo disso é a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), organização camponesa associada à Via Campesina que, com uma base social mais ao Norte e Centro do país, vem tentando combater as políticas de desertificação rural, as políticas agrícolas comuns e também vem desenvolvendo um discurso crítico em relação aos agrotóxicos e aos transgênicos. Para o Alentejo, a CNA possui pouca penetração. E, em relação à luta pela reforma agrária, percebe-se que os sujeitos que estiveram nessa luta envelheceram e que a geração subsequente migrou. No meio urbano, a questão rural vem sendo colocada por movimentos ambientalistas, como o *Greenpeace*, e outras ONGs que empenham o discurso emancipatório da sustentabilidade. Entretanto, esse discurso ainda é incipiente mesmo no quadro da esquerda portuguesa, onde as alternativas possíveis para o meio rural são pouco discutidas. Nisso não só a reforma agrária como qualquer outra alternativa ao meio rural português torna-se mais difícil.

Por fim, sobre a categoria Estado-Direito, percebe-se, de maneira geral, a tendência de subjugar a democracia ao Direito o que, a nosso ver, é um sintoma do neoliberalismo. Os conceitos de Santos sobre pré-contratualismo e pós-contratualismo, para designar um estágio de alto desequilíbrio entre emancipação e regulação nos Estados ocidentais ocasionados pelo neoliberalismo podem ser trabalhados na questão da reforma agrária (Santos, 2003). Em Portugal, a ideia de mercado comum europeu retirou qualquer possibilidade de modelo alternativo à agricultura e pecuária portuguesa – que não passasse pela situação atual. A reforma agrária foi implementada sobre outro projeto de país, mais ainda, sobre outro projeto para os campos do Sul. Se esse projeto seria perfeito e ideal? Claro que não, teria, como teve, as suas falhas e problemas. Mas a questão que lançamos aqui não é de futurologia – como estaria Portugal se a reforma agrária fosse vitoriosa, mas de reflexão sobre as alternativas. Em relação a isso, o que podemos elencar é: o que do processo de reforma agrária pode ser pensado para refletir sobre alternativas e possibilidades para a agricultura portuguesa, para o Alentejo, para a soberania alimentar portuguesa e para um novo projeto de país.

No Brasil pensa-se que o sucateamento das políticas de reforma agrária teve uma relação direta com esse efeito do neoliberalismo de subjugar a democracia pelas leis de

mercado, no caso, pelo direito de propriedade. Geralmente, analisa-se o período do neoliberalismo de Collor e FHC e não se inclui as políticas de Lula e Dilma nesse patamar, por sua diferenciação em vários fatores em que não nos adentraremos aqui. Entretanto, pode-se, a nosso ver, avaliar (mesmo reconhecendo as diferenças entre um neoliberalismo de FHC e outro de Lula-Dilma) o que de neoliberal restou do governo do PT, considerando o ponto específico da submissão da regulação estatal aos interesses de mercado. Isso é mais acentuado no meio rural do que no meio urbano. A reforma agrária foi a prova maior dessa submissão. Não se podia quebrar o elo entre capital e propriedade privada. Não se podia deixar que a reforma agrária “atrapalhasse” o crescimento do PIB ou os investimentos no meio rural. Assim, a reforma agrária foi relegada no governo do PT. Isso é um dado concreto e incontestável, independente das filiações partidárias. O debate, que não pensamos que seja esse o espaço de se fazer, é se é possível que haja no PT um processo de reversão de prioridades que possa fazer com que o partido e o governo retomem a reforma agrária em suas pautas prioritárias. Há quem acredite que sim. Cremos, entretanto, que não.

Nesse ponto, a reforma agrária, na atualidade, não se insere nem nos paradigmas tradicionais do que é revolucionário (por não romper completamente com as estruturas de Estado e de Direito, pelo contrário, tenta se compor a partir das brechas jurídicas e institucionais para se institucionalizar enquanto política pública) e do que é reformista (por atender a um pressuposto fundamental do sistema capitalista – o direito de propriedade, o que, na conjuntura atual do Estado neoliberal, trata-se de algo profundamente desconexo, mediante a característica dessa forma específica de Estado de maior valorização pelo mercado do que pela democracia). Mas, ao mesmo tempo que se insere nesse paradigma de fronteira. Ao tentar conciliar algo que fora desconciliado pela tradição filosófica ocidental, o Direito e o paradigma revolucionário, a reforma agrária também encontra mais dificuldade em sua implementação.

Ao fim, a medida em que os direitos do mercado vão se sobrevalorizando aos direitos democráticos, aos direitos humanos, ao direito do meio ambiente; em termos de política pública, vai a reforma agrária, cada vez mais, perdendo espaço institucional e político. Esse processo de contra reforma agrária que se impõe no Brasil e que se impõe em Portugal também possui uma conjuntura global e emerge com uma importância central na questão agrária do século XXI. O meio rural, que dantes era considerado um eixo

periférico no capitalismo, torna-se, cada vez mais, um de seus eixos centrais. Os mercados de *commodities*, água, mineração e energia estão hoje no eixo do capitalismo global. Assim, é a reforma agrária não mais um meio para atingir um fim, mas é ela própria uma das finalidades das lutas anticapitalistas. Em termos gerais, sob o contexto brasileiro e português, pode-se colocar que cada vitória da reforma agrária foi uma derrota para o capitalismo e, conseqüentemente, cada derrota da reforma agrária foi uma vitória para o capitalismo.

Conclusão

A reforma agrária trata de uma questão sobre a qual se debruçou uma extensa bibliografia da sociologia rural que correlacionou tal política pública ora dentro de um projeto de latifúndio socialista (Kautsky, 1986 e Lênin, 1984), ou um projeto de minifúndio autônomo, meio empreendedorismo, meio relações de parentesco (Chayanov, 1966 e Galesky, 1972), ora um projeto de desenvolvimento do capitalismo no meio rural (Prado Jr., 2000). Dentro das conjunturas portuguesa e brasileira, a reforma agrária foi pensada pelos movimentos sociais, (o MST no Brasil e o Movimento de Ocupação de Terras no Alentejo)²³⁴ como um meio de desenvolver o meio rural, superar a desigualdade fundiária e social, tendo sido também enquadrado em certo projeto de superação do capitalismo (Stédile, 2005 e Baptista, 2010).

A reforma agrária se relacionou com um processo de transição do socialismo ou capitalismo no meio rural, onde, tanto um quanto o outro iriam substituir as antigas estruturas sociais e políticas presentes na ruralidade por novas formas de produção que poriam fim ao latifúndio improdutivo, simbolicamente referido como o principal fator de atraso de uma sociedade (Kautsky, 1986). Em países periféricos, ou semiperiféricos, o processo de reforma agrária integraria a superação de um meio rural atrasado, de uma política local arcaica e de uma economia, mesmo dentro dos padrões capitalistas, irracional (Martins, 1986). Ao Estado, mesmo no seu modelo *demoliberal* (Santos, 2003), e ao Direito caberia, dentro de um processo democrático, resolver a questão da terra, a fim de atenuar a desigualdade fundiária, criar uma classe média rural, fortalecer o mercado interno, desenvolver o meio rural, desenvolver o país, acabar com a fome e a miséria no campo, entre outros fatores. A reforma agrária, entretanto, no caso português, foi derrotada e, no caso brasileiro, não passou de uma política pública de mediação em áreas de conflitos que, em termos macro, representou uma política pública de baixa intensidade, por não conseguir, por exemplo, reverter o quadro de concentração fundiária do meio rural brasileiro. Ou seja, de 1996 até hoje, mesmo com a criação de inúmeros assentamentos e acampamentos de reforma agrária no Brasil, a desigualdade fundiária só fez aumentar. Além disso, nos últimos seis anos, os números de desapropriação de terras vêm baixando a

²³⁴ Não há unidade política em tal movimento.

um nível que representa um recuo político de grandes proporções na reforma agrária brasileira. Muitos assentamentos de reforma agrária sofrem com problemas estruturais de primeira necessidade, como falta de luz, água, escola, posto de saúde, estradas, assistência técnica e crédito agrícola (Medeiros, 1994 e 2003).

A questão que se coloca é: porque, no caso português, houve um processo de contra reforma agrária abrupto e, no caso brasileiro, um recuo político de grandes proporções na reforma agrária? Claro que, nos dois casos, há conjunturas específicas que foram colocadas nessa tese, entretanto pensamos que há um ponto em comum em comparação aos dois processos que envolve como as possibilidades de brechas institucionais emancipatórias no Estado e no Direito foram sendo relegadas a ponto de, num caso, derrotar um massivo movimento de reforma agrária e, no outro, transformar a política de reforma agrária em algo residual.

As histórias portuguesa e brasileira são bem claras a esse respeito, quando, num dado momento, movimentos sociais e agentes estatais conseguem estabelecer a emancipação social nas cartas constitucionais e, num momento subsequente, a emancipação social materializada em Direito constitucional é normatizada pela ordem burocrática e não passa no filtro do Direito hegemônico por, justamente, ferir de morte o princípio jurídico *sine quo non* do capital e dos latifundiários alentejanos e brasileiros: o direito de propriedade.

Aqui se abordou, por um lado, as conquistas dos movimentos em nível de leis e de organismos do Estado em prol da reforma agrária e o seu próprio incumprimento ou auto sabotagem do Estado para o outro. Ou seja, como o Estado conseguiu garantir meios legais às pautas dos movimentos campestinos e como o capital reagiu a essas pautas, a ponto de colocar no limbo jurídico o uso social da terra e as leis de reforma agrária portuguesa.

Esse processo teve um panorama na economia política, que foi uma crescente inserção do capitalismo no meio rural, a partir da década de 1960. A Revolução Verde alterou a estrutura temporal da produção de mercadorias agropecuárias. Esse processo havia sido desenhado por Marx, no *Capital*, entretanto, para os casos brasileiro e português, algumas particularidades são necessárias ser evidenciadas: 1) a classe dos proprietários de terras não foi dissolvida pelo capital, tendo havido, pelo contrário, uma hibridização entre uma classe de latifundiários em grandes empreendedores, bancos,

empresas nacionais e transnacionais; 2) com esse fenômeno, o direito de propriedade sobre a propriedade fundiária foi reforçado de poder político e econômico, ao mesmo tempo em que sua relativização passou a ter um caráter anticapitalista. Ou seja, se Marx previa pouco efeito emancipatório, no plano macro do capitalismo, na possibilidade de uma divisão da propriedade de terras, esse efeito torna-se maior no atual estágio de inserção do capitalismo no meio rural. É por isso, por exemplo, que é mais difícil hoje a reforma agrária do que outrora, que o preço da terra vem subindo de forma escalar e que os movimentos de reforma agrária vêm se tornando, gradativamente, movimentos anticapitalistas.

Pensamos que essa conjuntura foi bem avaliada pelo MST no seu VI Congresso Nacional, em 2014, quando a diretriz política do movimento se direciona por uma “Reforma Agrária Popular”, onde se colocava um antagonismo entre o projeto de reforma agrária e o capitalismo, e a necessidade de busca de outro modelo de reforma agrária. Entretanto, esse nunca foi o discurso político do governo do PT que, nos primeiros anos, propôs uma conciliação entre políticas voltadas ao agronegócio e as políticas voltadas à agricultura familiar e à reforma agrária e, atualmente, com a clareza de que tal conciliação teve dificuldades de ultrapassar a sua forma de mero discurso político, o governo vem abandonando qualquer política de reforma agrária que passe pela desapropriação de terras (Árabe, 2008). Isso é claro nos últimos discursos da presidenta Dilma sobre o assunto, tendo a mandatária dito, mais de uma vez, que a prioridade do governo é estruturação de assentamentos e não a criação de novos assentamentos.

Mediante esse antagonismo atual entre reforma agrária e capitalismo, questionou-se se “Pode o direito de propriedade sobre a propriedade fundiária ser relativizado?”, por outras palavras, “pode o Direito ser revolucionário?” ou, ainda “até que ponto pode o direito regular o capital?”. Numa era na qual as funções sociais do Estado vêm a declinar mediante os interesses de mercado obtém-se como resposta que o Estado neoliberal é incapaz de relativizar o direito de propriedade e de, por fim, regular o capital. Os casos brasileiros e português são elucidativos em relação a isso. A reforma agrária, enquanto expressão legal subjetiva dos movimentos camponeses, materializou-se na Carta Magna dos dois países para, num momento posterior, ser gradativamente relegado. Esses casos são a prova de como um instrumento emancipatório no Direito e no Estado perdeu a sua capacidade de atuação.

É por isso que pensamos que o debate das possibilidades de emancipação social no Direito, a questão da reforma agrária vista de forma ampla remete para a questão da não submissão da democracia ao direito de propriedade. Ou seja, a reforma agrária poderia favorecer a industrialização, ampliar o mercado interno, esmorecer a desigualdade, formatar uma nova classe média rural, ampliar a produção de alimentos, enriquecer o país. Isso deu à reforma agrária certa simpatia de partidos políticos, de governantes e da população em geral. Esse panorama político favorável contrastou, entretanto, com a parca ação estatal nesse sentido (no caso brasileiro) ou a abrupta ação estatal contra a reforma agrária (no caso português). O motivo para isso, dentro das concepções levantadas, foi: a submissão da democracia ao direito de propriedade.

A reforma agrária enfim envolve um tipo de estratégia de combate às desigualdades sociais, à pobreza e à miséria, que está, atualmente, fora do alcance das políticas públicas no Brasil e em Portugal, como toda estratégia que envolva desconcentração de riqueza. Nesse sentido, em ambos os países, o Estado social perdeu a capacidade de combater a pobreza, desconcentrando a riqueza, em detrimento de medidas assistencialistas de combate a pobreza. Assim, se em um período anterior (onde o Estado ainda tinha tal capacidade de atuação), a reforma agrária era uma pauta reformista, hoje, essa pauta se insere num modelo mais radical de mudança social. Se, antes, a reforma agrária era uma bandeira dos movimentos camponeses que se estabelecia via brechas institucionais no Estado demo-liberal, atualmente, no Brasil, ela pode ser uma brecha para uma mudança social de longo alcance ou, para usar um termo de Braudel, de longa duração (Santos, 2003 e Braudel, 1983). As dificuldades para a institucionalização dessa brecha, entretanto, são maiores e envolvem, certamente, tanto para os movimentos sociais envolvidos nessa luta quanto para a academia, novas reflexões sobre tática e estratégia política e sobre novas considerações acerca de alianças políticas partidárias e extrapartidárias.

No caso brasileiro, entende-se que, acompanhando as posições do governo federal quase sempre, a ala majoritária do PT vem se tornando cada vez mais conservadora, por mais que ainda restem forças políticas de esquerda que, gradativamente, perdem, cada vez mais, espaço. O PT, em linhas gerais, vem implementando, no país, um programa de desenvolvimento e mudança social baseado numa via que combina o desenvolvimentismo com programas sociais, de certa forma, consistentes, mas que nunca chegam a entrar em

conflito com os interesses do desenvolvimentismo. É dessa maneira que algumas das políticas históricas do PT, como reforma agrária, reforma sanitária e educação e saúde de base, vêm sendo abandonadas em detrimento de programas que não interferem (e até ajudam) com o curso do desenvolvimento econômico, como o Bolsa Família, por exemplo.

No governo Lula, houve dois processos políticos no campo da esquerda: por um lado, um completo adesismo ao governo, cooptação de entidades sindicais e de movimentos sociais, por outro um rompimento à esquerda que resultaram em dois novos partidos: o PSOL e a REDE, integrando alguns movimentos sociais e grupos políticos descontentes com os rumos do partido no governo. O MST, entretanto, não ficou inserido nem de um lado, nem de outro, ficando, de certa maneira, numa situação de isolamento no qual se tornou nem tão distante do governo, nem tão perto. Assim, muitas vezes, para a oposição à esquerda, o MST era demasiadamente governista. Para o governo, era demasiadamente oposicionista.

Essa situação de isolamento foi reduzida com a constituição de novas alianças para além dos mediadores tradicionais. No campo internacional, a Via Campesina e a CLOC. No campo nacional, essa aliança se expressou em pontuais alianças com novos movimentos urbanos (como o Levante da Juventude e a Consulta Popular) e a constituição recente de uma tentativa de aliança entre outros movimentos do campo. Para, além disso, o MST tem tentado dialogar com a camada média urbana na campanha nacional contra os agrotóxicos e alimentos transgênicos e sob a bandeira da produção agroecológica.

No governo Dilma, há uma total paralisação da reforma agrária no que a tange de política mais essencial: a desapropriação de terras. Como se não bastasse, com a criação do PSD, uma das adversárias mais ferrenhas do MST, a Senadora Kátia Abreu (TO), presidente da CNA, passou a integrar a base governista. Com isso, houve uma articulação, que incluiu grande parte dos parlamentares do PT, para aprovar um novo código florestal no congresso nacional, beneficiando os interesses dos ruralistas, dos grandes conglomerados agrícolas e das empresas agro-farmacêuticas, e estendendo a fronteira agrícola brasileira para áreas de floresta nativa sendo um completo abono ao desmatamento e à destruição do meio ambiente.

A questão que fica então é: porque o MST ainda não rachou com o PT em vias de estabelecer outras alianças político-partidárias, ou pressionar mais afundo o governo, tal

qual fazia na época de Fernando Henrique Cardoso? Há várias explicações para isso, mas pensamos que as três principais são: 1) A cooptação política de movimentos sociais aliados de primeira hora do MST, como a CUT e a UNE, por exemplo. Ou seja, ao contrário do MST, que, mesmo com uma frequência muito menor do que fazia na época de FHC, continuou a realizar ocupações de prédios públicos federais e protestos abertos contra o governo federal, a CUT e a UNE perderam completamente esse deleite, instituindo-se mais como órgãos de apoio do governo federal do que dos interesses de sua base. Nesse ponto, se antes as atividades políticas do MST eram apoiadas por um número enorme de entidades sociais, nos protestos mais diretos de oposição ao governo, o MST encontra-se parcialmente isolado. 2) A eficácia de programas de erradicação de miséria rural: se os governos Dilma-Lula não tiveram enquanto prioridade a reforma agrária em si, que é a desapropriação de terras, eles efetivamente melhoraram a vida dos assentados da reforma agrária, que hoje compõem a maioria da base do MST. Os programas sociais de Bolsa Família, Luz para Todos, Aposentadoria Rural efetivamente melhoraram a qualidade de vida dos assentados, se tornando uma importante (e às vezes até a única) fonte de renda de famílias assentadas. Há efetivamente na base do MST uma simpatia muito maior pelos governos Lula-Dilma do que pelo governo FHC ou do que por opções partidárias mais à esquerda, no caso PSOL e PSTU que, praticamente, inexistem no Brasil rural, apesar de se constituir importantes opções partidárias no campo das lutas sociais nos grandes municípios. 3) Nos últimos 10 anos, o Congresso Nacional vivenciou 3 comissões parlamentares de inquérito que tiveram o MST como alvo prioritário da bancada ruralista: a CPI da Terra, a CPMI das ONG's e a CPMI do MST. Nos três casos, o MST necessitou apoio direto das bancadas parlamentares de partidos ligados a esquerda (PT, PSB, PCdoB, PDT, PSOL), dentre os quais o PT (por ser o maior partido) era o majoritário aliado do MST na câmara em oposição à bancada ruralista nesse quesito específico das CPIs. Essas CPIs, por mais que não conseguiram provar nada contra os acusados formais, o MST e entidades de alguma forma parceiras do MST, tiveram dois efeitos políticos principais: a paralisação de grande parte dos programas de apoio aos assentamentos executados pelo INCRA e MDA (um dos alvos preferenciais das CPIs) e, de alguma forma, reforçou um laço de dependência política entre MST e PT. Todos esses três motivos também se somaram ao fato de que a base efetiva para as ocupações de terras tem diminuído, não obstante, de forma alguma, poder considerar-se pouca. Os fatores para essa diluição da

base social dos acampados são: a demora na desapropriação de terras, os programas de assistência social e o aumento no número de empregos.

Nos governos Dilma e Lula, o processo de desapropriação é lento e demorado e, muitas vezes, os sem terras são sujeitos a todo tipo de pressão oficial e para-oficial, inclusive com o uso aberto da violência. Assim, tem efetivamente diminuído o número de famílias que se sujeita a passarem de 4 a 10 anos em espera da terra nos acampamentos de reforma agrária. A base dos acampados da reforma agrária vem enfrentando, então, esses problemas cruciais: o governo não vem desapropriando as terras e as causas que levaram no passado várias famílias sem terra a participarem dos acampamentos vêm sendo atenuadas pelos programas assistencialistas do governo e pela maior oferta de emprego derivada do maior crescimento econômico.

O MST encontra-se, entretanto, nesse momento, preso à órbita gravitacional política do PT e isso é maior do que uma simples questão de decisão política como apontamos acima. O problema disso é que o governo do PT está a completo serviço do agronegócio, apesar de ainda haver dentro do partido as correntes, os dirigentes, deputados e militantes que acreditam na reforma agrária enquanto projeto político. Mas, ao fim, a grande questão é que mesmo sendo simpático ao MST enquanto organização política e de tanto Lula quanto Dilma já terem colocado o boné do MST na cabeça e participado de reuniões e visitado assentamentos, apesar de efetivamente o governo do PT ter conseguido melhorar a vida dos assentados, apesar de o PT se ter mostrado um parceiro político do MST nas perseguições mais diretas tanto formais quanto informais, a verdade é que o PT vem conseguindo algo que nenhum partido conservador conseguiu na história da recente democracia brasileira: minguar a reforma agrária enquanto política de Estado e enfraquecer o MST.

Os governos Dilma e Lula têm feito investimentos mais consistentes nas áreas estruturais dos assentamentos, mas, entretanto, a política pública de reforma agrária só se solidifica quando desapropria-se terra. Com as desapropriações paradas, fica muito difícil prever qualquer futuro para a reforma agrária dentro da linha programática do governo do PT. É por isso que a não realização da reforma agrária no governo do PT tem como principal motivo o fato evidente de que a alta cúpula petista não acredita mais na reforma agrária como projeto de desenvolvimento social no Brasil. O projeto de desenvolvimento

para o meio rural que o governo vem implementando é o agronegócio, a privatização da água, a construção de hidroelétricas. Por outro lado, qualquer plano de reforma agrária dependia do Estado – e o Estado, governado pelo PT, pouco fez ou transformou o plano em muito pouco.

Em 1991 Stédile afirmou que

a burguesia brasileira, o governo, a burguesia industrial, levantam nos documentos deles e publicamente, que hoje, no Brasil não existe mais problema agrário. Para eles, evidentemente. Ou seja, que a forma de propriedade de terra no Brasil não representa empecilho para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Isso eles dizem com todas as letras, e eu acredito que eles estão certos. Que a forma como o capitalismo se desenvolveu na agricultura brasileira nas últimas duas décadas avançou de tal maneira que a grande propriedade, o latifúndio, em vez de ser um empecilho para o desenvolvimento do capitalismo, ao contrário, possibilitou que o capitalismo se desenvolvesse de uma maneira mais rápida e mais concentrada. Então, na minha opinião, para a burguesia brasileira não precisa fazer reforma agrária para desenvolver o capitalismo, para desenvolver o mercado interno, porque o modelo de capitalismo que se adotou aqui, nessa forma dependente, mas acoplada aos interesses dos monopólios e das multinacionais, foi perfeitamente viabilizado com a estrutura de propriedade concentrada que nós temos, não houve nenhum empecilho nesse sentido. Ao contrário, o fato de existirem grandes propriedades facilitou que se implantasse de maneira mais rápida o crédito rural, que se implantasse uma modernização mais rápida, a mecanização e a monocultura. (Stedile, 1994: 311-312).

Stédile disse isso em pleno governo Collor de Mello. A questão toda é que isso parece estar mais atual que nunca. E isso o que quer dizer é que, mesmo com toda a luta dos trabalhadores rurais, com a constituição dos assentamentos, com os oito anos do governo Fernando Henrique, mais doze anos do governo do PT, o que mudou para a reforma agrária e a luta pela terra foram as peças do tabuleiro político. A conjuntura econômica estrutural para a reforma agrária é a mesma, ou até mesmo mais crítica. É claro que, efetivamente, o conjunto social do Brasil passou por várias mudanças em termos de erradicação da miséria, estabilidade monetária, crescimento da burguesia nacional, crescimento econômico. Entretanto, houve um processo de permanência no que tange à reforma agrária.

Por mais que muitos estejam, nesse momento, a desacreditar a reforma agrária enquanto projeto político, creio na evidência que aponta Medeiros, segundo a qual

a presença dos assentamentos nos contextos local e regional provocou modificações importantes e resultou, em geral, na melhoria das condições de vida das famílias ali instaladas, em que pese a precariedade de alguns serviços

públicos, os conflitos no período inicial de conquista das áreas e os atrasos na liberação de recurso (Medeiros, 2003: 90).

O tema da reforma agrária entra em pauta, hoje, enquanto uma política de poderoso efeito emancipatório, em prol de reduzir a desigualdade e eliminar a pobreza do meio rural brasileiro, tendo em vista que medidas para acabar com a pobreza que não passem pela desconcentração da riqueza são paliativas. Assim que

a demanda por reforma agrária não é, como muitos de seus opositores têm afirmado, sinônimo do atraso, ameaça de desestruturação de sistemas produtivos, mas simplesmente uma das faces da luta contra a desigualdade econômica e social e, portanto, uma das ferramentas da construção de uma efetiva democracia, baseada na possibilidade de contínua expansão e criação de direitos. Sob essa perspectiva, sua permanência no vocabulário das lutas sociais deve ser entendida não como resquício do velho, mas, por sua plasticidade, como uma palavra capaz de abrigar o novo. Em nosso país, o velho a ser superado no campo é o recurso a violência, a formas indignas de trabalho, o não-reconhecimento de direitos (Medeiros, 2003: 94-95).

Como afirmara Baptista, para o caso português, “o difícil percurso da questão da terra no aparelho de Estado contrastava com a aparente leveza com que era tratada nos programas partidários” (Baptista, 2010: 101). Isso se verifica no Brasil, onde o contraste que se evidenciou entre a leveza dos discursos favoráveis à reforma agrária do PT em toda sua história, com a sua prática contraditória enquanto governo. Alguns interpretam com isso que o governo estabeleceu-se num panorama de composição que teve que abrir mão de alguns pontos de seu programa de partido. De uma forma ou de outra, o governo Lula entra numa linha híbrida entre neoliberalismo, assistencialismo e desenvolvimentismo, que, por um lado, conseguiu ser um eficiente mecanismo de combate à miséria e alocou à condição de classe média um extrato significativo dos pobres e, por outro, reforçou o poder econômico e político do capitalismo, aumentou a desigualdade social e iniciou um processo de imperialismo econômico e político, mesmo com todos os avanços que concernem a política externa.

Nota-se, que a reforma agrária, enquanto uma política isolada de resolução de conflitos no campo, ou como a mera desapropriação de terras, é insuficiente para garantir uma mudança substancial na estrutura social do meio rural, mesmo que haja uma substancial melhoria entre o pobre sem terra e o pobre com terra. Em termos de renda, saúde, educação, cultura é preciso todo um aparato público ao meio rural que consiga não

somente fornecer o acesso a terra, mas também a outros meios que envolvem a produção (crédito, assistência técnica, apoio a agroindustriais, estradas) e também outros aspectos da vida rural (saúde, educação, cultura, lazer e outras atividades econômicas fora do circuito agropecuário como o artesanato, o comércio local, a costura, entre outros). Para zonas nas quais se verifica uma grande concentração fundiária, sem a reforma agrária, contudo, não há qualquer possibilidade de reverter o meio rural a um paradigma mais direcionado ao desenvolvimento social, humano e sustentável. A reforma agrária, nesses casos, proporciona o alicerce a um novo modo de se pensar a ruralidade. Sem ela, só é possível pensar a ruralidade nas áreas do país onde a estrutura agrária é menos desigual. Assim, uma cidade rural do Sul do Brasil é mais sustentável, sob o ponto de vista humano e social, do que uma cidade rural do Norte ou Nordeste do Brasil. Onde a estrutura é menos pautada pela grande propriedade, é latente a formação de uma classe média rural que, em parte, garante, dentro do capitalismo, uma sustentabilidade mínima (mesmo que incompleta) ao meio rural do Sul brasileiro. A quase inexistência dessa classe média rural no Norte e Nordeste do Brasil é, pelo mesmo raciocínio, o principal entrave ao desenvolvimento social do meio rural, o que compõe o triste quadro atual nessa região. Assim, a reforma agrária no Brasil continua no seu longo compasso de espera.

O ponto de comparação a que anos ativemos foi a matriz operativa da reforma agrária, melhor explicada na introdução do trabalho e no capítulo 8. Essa matriz foi desenvolvida para a análise comparativa entre Brasil e Portugal e pensamos que se aplicou bem ao campo de estudo. Mais do que uma matriz analítica, pretende-se com essa matriz estabelecer uma sistematização a fim de contribuir com estratégias futuras em termos de movimentos de reforma agrária. Nisso, sugerimos, mesmo com o risco de estar redondamente enganados, que esse caminho passa pela institucionalização de um direito revolucionário que seja capaz de instituir menos poder ao Direito hegemônico da propriedade privada e mais poder ao Direito emancipatório, ampliando a mobilização popular e os espaços institucionais de emancipação social em nível de Estado e de Direito.

Lista das Referências Bibliográficas

Abramovay, Ricardo (1994) “Agricultura familiar e capitalismo no campo” *in* Stédile, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 94-104.

Abramovay, Ricardo (2003) *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Altieri, Miguel; Nichols, Clara I. (2000), “Agroecología: teoría e práctica para una agricultura sustentable”. México: Ed. Rede de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe.

Andrade, Manuel Correa (1981) *Nordeste: a reforma agrária ainda é necessária?* Recife: Guararapes.

Andrade, Bruno; De Carli, Caetano; Fernandes, Bruno (2013) “O Fim do Escravismo e o Escravismo sem fim”. *in* Santos, Boaventura de Sousa (Org.) *Revisitando “Poderá o Direito ser Emancipatório?”*. Livro não publicado.

Andrade, Orlando (2013) “La disputa por la diversidad jurídica en los tiempos de la globalización neoliberal. A propósito de ¿puede el derecho ser emancipatorio?” *in* Santos, Boaventura de Sousa (Org.) *Revisitando “Poderá o Direito ser Emancipatório?”*. Livro não publicado.

Árabe, Carlos H. G. (2008) A inserção do tema agrário nas estratégias de desenvolvimento. NEAD Debate 15. MDA. Brasília

Asselin, Victor (1982) *Grilagem. Corrupção e violência em terras de Carajás*. Petrópolis: Editora Vozes.

Baptista, Fernando Oliveira (1978) *Portugal 1975: os campos*. Lisboa: Afrontamentos.

Baptista, Fernando Oliveira (1986) “Trabalhadores Agrícolas e Agricultores Familiares. Dez anos de factos, debates e projectos” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 18-19-20, 411-450.

Baptista, Fernando Oliveira (2010) *Alentejo: a questão da terra*. Loulé: 100Luz.

Barickman, Bert J. (2003) *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Barros, Afonso (1986). *Do Latifundismo à Reforma Agrária. O caso de uma freguesia do Baixo Alentejo*. Oeiras: Fundação Calouste Gulbenkian.

Baum, Michael (1998) “Autogestão e cultura política: o impacto da reforma agrária no Alentejo vinte anos depois” *Análise Social*. 33(148), 709-740.

Benjamin, Walter (1987) *Obras Escolhidas – volume 1*. São Paulo: Brasiliense.

Bloch, Marc (1982) *A sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70.

Blomley, Nicholas (2002) “Mud for Land” *Public Culture*. 14(3), 557-582.

Blomley, Nicholas (2010) Cuts, Flows, and the Geographies of Property. *Law, Culture and the Humanities*. 7(2) 203-216. Ed. Sage.

Braudel, Fernand (1983) “O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II”. Lisboa: Ed. Quixote

Burawoy, Michael (1998) “The Extend Case Method”. *Sociological Theory* 16:1 March Berkeley.

Carvalho, Lidiane (2013) “Sinalizações para um direito ambiental emancipatório”. Artigo Não Publicado do Livro a ser Lançado pelo professor Boaventura de Sousa Santos *Revisitando Poderá o Direito ser Emancipatório?*

Carvalho, Horácio (2013) “Uma ressignificação para a Reforma Agrária no Brasil. Texto I – Teses” in Stédile, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária no Brasil – volume 8: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 127-140.

Carvalho, Marcus (1998) *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 – 1850*. Recife: Editora Universitária da UFPE.

Castro, Edna M. R.; Hébette, Jean (1989) *Na Trilha dos Grandes Projetos. Modernização e Conflito na Amazônia*. Belém: Núcleo de Estudos Amazônicos/UFPA.

Chaulhoub, Sidney (1990) *Visões da Liberdade: Uma História das últimas décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras.

Chayanov, Alexander (1966) *The Theory of Peasant Economy*. Illinois: American Economic Association.

Coelho, Antônio B. (2004) “Lugar da Reforma Agrária na história das questões fundiárias no Sul de Portugal” in Murteira, Antônio (Org.) *Uma Revolução na Revolução. Reforma Agrária no Sul de Portugal*. Montemor-o-Novo: Campo das Letras.

CONCRAB (2007) *Sistematização de Experiências Agroecológicas do MST*. Brasília: CONCRAB.

Correia, Ciro (2007), *O MST em marcha para a Agroecologia: Uma Aproximação à Construção Histórica da Agroecologia no MST*. Dissertação de Mestrado em Agroecologia. Universidade Internacional da Andalucia e Universidade de Córdoba.

Costa, Luiz. F. C.; Santos, Raimundo (Orgs.) (1998) *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad.

Cristoffoli, Pedro Ivan; Oliveira Filho, José Antônio Custódio de (2006) “Rede de pesquisa Tecnológica em agroecologia da reforma agrária: concepção e estruturação” *Reforma Agrária e Meio Ambiente*. 1(1),4-11.

Cunhal, Álvaro (1976) *Contribuição para o estudo da Questão Agrária*. Lisboa: Edições Avante.

Delgado, Guilherme (2013) “Reestruturação da economia do Agronegócio - Anos 2000” in Stédile, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária no Brasil – volume 7: O debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 57-88.

Dussel, Enrique (2008) *Marx y la Modernidad*. La Paz: Rincon Ediciones.

Dussel, Enrique (2010) “Meditações anti-cartesianas sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade” in Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Editora Almedina.

Eisenberg, Peter L. (1970) *Modernização sem mudança a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP.

Emmi, Marília F. (1999) *A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais*. Belém: UFPA/NAEA.

Furtado, Celso (1974) *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional.

Fagundes, Leandro (2006) “Agroecologia” *Reforma Agrária e Meio Ambiente*. 1(1), 17-21.

Fernandes, Bernardo M. (2013) “Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial” in Stédile, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária no Brasil – volume 8: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 173-238.

Fernandes, Florestan (1965) *Integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus.

Fernandes, Margarida. (2002) “A organização dos Trabalhadores Agrícolas na Reforma Agrária: O Caso de Baleizão” *Ethnográfica*. 6(2), 327-345.

Fernandes, Margarida. (2006) *Terra de Catarina. Do Latifúndio à Reforma Agrária, Ocupações de Terras e Relações Sociais em Baleizão*. Oeiras: Celta.

Ferraz, Sidney (1998) *O movimento camponês no Bico do Papagaio. Sete Barracas em busca de um elo*. Imperatriz: Ética Editora.

Freire, Paulo (2001) *Extensão ou comunicação?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freyre, Gilberto (1966) *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio.

Fogel, Robert William; Engerman, Stanley L. (1974) *Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery*. London: Harper's Magazine Press.

Fei, Hsiao-tung (1946) “Peasantry and Gentry: An Interpretation of Chinese Social Structure and its Changes” *The American Journal of Sociology*. 52(1), 1-17.

Galesky, Boguslaw (1972) *Basic Concepts of Rural Sociology*. Manchester: Manchester University Press.

Gallo, Steffano (2002) “Reforma agrária em Montemor-o-Novo, o caso da UCP Maria Machado” *Arquivos da Memória*. 12/13(7), 170-182.

Genovese, Eugene (1988) *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gervásio, António (2009) *A reforma agrária é necessária!*. Lisboa: Editorial Avante!.

Gliessman, Stephen R. (2002) *Agroecología: procesos ecológicos en agricultura sostenible*. Turriabla: Catie.

Gorender, Jacob (1994) “Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro” in Stédile, João Pedro (Org.) (1994) *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 15-44.

Gramsci, Antonio (2012) *A cultura e os subalternos*. Lisboa: Edições Colibri.

Grosfóguel, Ramón (2009) “Para Descolonizar os Estudos da Economia Política e os Estudos Pós-coloniais; transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global” in Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria. Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 383-417.

Guimarães, Alberto P. (2005) “As três frentes da luta de classes no campo brasileiro – 1960” in Stédile, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária no Brasil – volume 1: O debate tradicional: 1500 – 1960*. São Paulo: Expressão Popular, 89-110.

Guzmán, Eduardo Sevilla (2006) “Agroecologia como estratégia metodológica de transformação social” *Reforma Agrária e Meio Ambiente*. 1(2), 5-11.

Hames, Raymond (2007) “The Ecologically Noble Savage Debate” *Annual Review of Anthropology*. 36, 177-190.

Hagino, Córa; Quintas, Mariana (2013) “O reconhecimento de povos tradicionais e os usos contra-hegemônicos do direito no Brasil: entre a violência e a emancipação social”. Artigo Não Publicado do Livro a ser Lançado pelo professor Boaventura de Sousa Santos Revisitando Poderá o Direito ser Emancipatório.

Hegel, Georg W. F. (1968) *Filosofia del derecho. Prólogo de Carlos Marx – Vol. 5*. Buenos Aires: Editora Claridad.

Hegel, George W. F. (2001) *A Razão na história: uma introdução geral à filosofia da história*. São Paulo: Centauro.

Hespanha, Pedro (1984) “Marx contra os camponeses?” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 13, 86-89.

Hespanha, Pedro (1986) “A distribuição de Terras a Pequenos Agricultores. Uma Política para “desproletarizar” a Reforma Agrária” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 18-19-20, 379-409.

Hespanha, Pedro (1994) *Com os Pés na Terra. Práticas Fundiárias da População Rural Portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento.

Hespanha, Pedro (2009) “Da Expansão dos mercados à metamorfose das economias populares” *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 84, 49-64.

Kautsky, Karl (1986) *A Questão Agrária*. São Paulo: Ed. Nova Cultural.

Kothari, Smitu; Ahmad, Imtiaz (2003) “Nature as Value: Ecological Politics in India” in Kothary, Smitu *et al.* (Orgs.) *The Value of Nature: Ecological Politics in India*. Delhi: Rainbow Publisher.

Lalanda, Piedade (1998) “Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica” *Análise Social*. 33, 871-883.

Lacerda, Eugênio P. (2001) “Trabalho de Campo e Relativismo” *COLAB Edição 5*, <http://www.antropologia.com.br/arti/colab/a5-eplacerda.pdf> [15 de Abril de 2013].

Lechner, Elsa (2010) “Histórias de Vida e História Oral”, *Palestra ministrada no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra*, [10 de Dezembro de 2010].

Leff, Enrique *et al.* (2002) “Más allá del desarrollo sostenible: La construcción de una racionalidad ambiental para la sustentabilidad: una visión desde América Latina” in Leff, Enrique *et al.* (Orgs.) *La transición hacia el desarrollo sustentable*. Perspectivas de América Latina y el Caribe. México: Ed. SEMANART.

Lenin, Vladimir I. (1984) *Aos pobres do campo*. Lisboa: Edições Avante.

Lenin, Vladimir I. (2007) *O Estado e a Revolução. O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Expressão Popular.

Lenz, Maria Heloisa (1992) *A Categoria Econômica renda da terra*. Porto Alegre: Federação de Economia e Estatística (FEE).

Leroy, Jean-Pierre (1991) *Uma Chama na Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes.

Locke, John (2005) *Segundo Tratado Sobre o Governo Civil*. Petrópolis: Editora Vozes.

Lopes, Eliano S. A. (1999) “Comentário sobre o “Novo Mundo Rural” ou a “Nova Reforma Agrária” do Governo FHC” *Geonordeste*. 9(1), (?).

Löwy, Michael (2002) *A teoria da Revolução no jovem Marx*. Petrópolis: Editora Vozes.

Luxemburgo, Rosa (1991) *A Revolução Russa*. Petrópolis: Editora Vozes.

Mariátegui, José Carlos (2005) *7 Ensayos de Interpretación de la realidad Peruana*. Lima: Ed. Orbis Ventures.

Martins, José de Sousa (1986) *A Reforma Agrária e os Limites da “Nova República”*. São Paulo: Editora Hucitec.

Martins, José de Sousa (2003) “O Sujeito da Reforma Agrária (estudo comparativo de cinco assentamentos)” in Martins, José de Sousa (org.) *Travessias. A vivência da reforma agrária nos Assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Martins, José de Sousa (2004) *Reforma Agrária - O Impossível Diálogo*. São Paulo: Editora da USP.

Mattos, Hebe (1995) *Das cores do Silêncio (Os significados da liberdade no sudoeste escravista – Brasil séc. XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

Mattoso, Kátia de Q. (1982) *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

Marx, Karl (1968) “Introdução para a Crítica da Filosofia de Direito de Hegel” in Hegel, George W. F. *Filosofia del derecho. Prólogo de Carlos Marx – Vol. 5*. Buenos Aires: Editora Claridad.

Marx, Karl (1978) *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural.

Marx, Karl. (1984). *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. Lisboa: Edições Avante. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1852/brumario/index.htm>.

Marx, Karl (1985) *A Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global.

Marx, Karl (2008) *O Capital: crítica da economia política: livro III*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Marx, Karl (2010) *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.

Marx, Karl (2011) *O Capital: crítica da economia política: livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Masseno, Manuel David (1996) “Apontamentos sobre a Constituição Agrária portuguesa” in Miranda, J. *Perspectivas constitucionais. Nos 20 anos da Constituição de 19976, Volume I*. Coimbra: Coimbra Editora.

Medeiros, Leonilde *et al* (Orgs.) (1994) *Assentamentos Rurais, uma visão Multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Unesp.

Medeiros, Leonilde (2003) *Reforma Agrária no Brasil. História e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Editora Perseu Abramo.

Mendes, José Manuel (2003) “Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas”, <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/194/194.pdf> [10 de Julho de 2011].

Mendonça, Sonia Regina de (2006) *A Questão Agrária no Brasil – volume 5: A classe dominante agrária: natureza e comportamento, 1964-1980*. São Paulo: Expressão Popular.

Moreira, Rodrigo M.; Carmo, Maristela S. (2004) “Agroecologia na construção do desenvolvimento Rural sustentável” *Agricultura São Paulo*. 51(2), 37-56.

Murdock, George P. (1949) *Social Structure*. New York: Free Press.

Navarro, Zander (Org.) (1996) *Política, protesto e cidadania no campo. As lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Navarro, Zander (2002a e 2010)(2005a) “Mobilização sem Emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil” in Santos, Boaventura de Sousa (Org.) *Produzir pra viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 189-232.

Navarro, Zander (2002b) (2005b) “O MST e a canonização da ação coletiva (resposta a Horácio Martins de Carvalho)” in Santos, Boaventura de Sousa (Org.) *Produzir*

pra viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 261-281.

Novaes, Regina R. (1994) “A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização” in Medeiros, Leonilde *et al* (Orgs.) *Assentamentos Rurais, uma visão Multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Unesp, 177-186.

Oliveira, Ariovaldo U. (1991) *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.

Oliveira, Ariovaldo U. (2013) “Os indícios do agravamento da concentração da terra no Brasil no período recente” in Stédile, João P. (Org.) *A Questão Agrária no Brasil – volume 7: o debate na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 103-172.

Palmeira, Moacir (1994) “Burocracia, política e reforma agrária” in Medeiros, Leonilde *et al* (Orgs.) *Assentamentos Rurais, uma visão Multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Unesp, 49-68.

Palmeira, Moacir; Leite, Sérgio (1998) “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas” in Costa, Luiz F. C. e Santos, Raimundo (Orgs.) *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 92-168.

Pasquetti, Luis Antônio (2007) *Terra ocupada: identidades reconstruídas, 1984-2004*. Tese de doutorado em História. Universidade de Brasília.

Pereira, João (2013) “A Luta Política em Torno da Implementação do Modelo de Reforma Agrária de Mercado Durante o Governo Cardoso” in Stédile, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária no Brasil – volume 8: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 19-68.

Pires, Maria Idalina da Cruz (2002) *Guerra dos Bárbaros: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial*. Recife: Editora Universitária da UFPE.

Prado Jr, Caio (2000) *A Questão Agrária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

Prado Jr, Caio (2005) “A questão agrária e a revolução brasileira - 1960” in Stédile, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária no Brasil – volume 1: O debate tradicional: 1500 – 1960*. São Paulo: Expressão Popular, 79-88.

Quijano, Aníbal (2009) “Colonialidade do Poder e Classificação Social” in Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria. Paula (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 73-117.

Radcliffe-Brown, Alfred R. (1973) *Estrutura e Função na Sociedade Primitiva*. Petrópolis: Editora Vozes.

Redfield, Robert. (1958) *Peasant Society and Culture. An Anthropological Approach to Civilization*. Chicago: University Chicago Press.

Reis, João J. (1989) *Negociação e conflito*. São Paulo: Companhia das Letras.

Ribeiro, Nelson de F. (1987) *Caminhada e Esperança da Reforma Agrária*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

Ribeiro, José da Silva (2009) “Ética, investigação e trabalho de campo em antropologia e na produção áudio-visual” *Doc-online n.07 Dezembro, 29-51*, www.doc.ubi.pt

Romeiro, Ademar (1994) “Reforma Agrária e distribuição de renda” in Stédile, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 105-136.

Rosset, Peter M. (2006) “A Crise da Agricultura Convencional, a substituição de insumos e o enfoque agroecológico” in Cristoffoli, Pedro Ivan. (Org.) *Reforma Agrária e Meio Ambiente*. 1(2). Brasília: Edição e Publicação CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária).

Rousseau, Jean J. (1999a) *O Contrato Social. Princípios do Direito Político*. São Paulo: Martins Fontes.

Rousseau, Jean J. (1999b) *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martins Fontes.

Santos, Boaventura de Sousa (1977) "The Law of the Oppressed: The Construction and Reproduction of Legality in Pasargada Law" *Law and Society Review*. 12, 5-126.

Santos, Boaventura de Sousa (1981) "A pequena agricultura e as Ciências Sociais" *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 7-8, 559-563.

Santos, Boaventura de Sousa (1982) "O Estado, O Direito e a Questão Urbana" *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 9, 10-86.

Santos, Boaventura de Sousa (1983) "Os Conflitos Urbanos no Recife: O Caso Skylab" *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 11, 10-60.

Santos, Boaventura de Sousa (1984) "A Crise e a Reconstituição do estado em Portugal (1974-84)" *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 14, 7-29.

Santos, Boaventura de Sousa (1985) "On Modes of Production of Social Power and Law" *International Journal of Sociology of Law*. 13, 299-336.

Santos, Boaventura de Sousa (1999) *Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2000) *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2002a) "Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências" *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 63, 237-280.

Santos, Boaventura de Sousa (2002b) "Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade" in Ramalho, Maria Irene; Ribeiro, António Sousa (Orgs.) *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Edições Afrontamento, 23-85.

Santos, Boaventura de Sousa (2003) "Poderá o direito ser emancipatório?" *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 65, 3-76.

Santos, Boaventura de Sousa (Org.) (2005) *Produzir pra viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Santos, Boaventura de Sousa (2007) "Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes" *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 78, 3-46.

Santos, Boaventura de Sousa (2010) *Refundación del Estado en América Latina. Perspectivas desde una epistemología del Sur*. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad e Programa Democracia y Transformación Global.

Santos, Boaventura de Sousa (2013) *A Cor do Tempo quando Foge – Vol. 2*. Coimbra: Almedina.

Santos, Boaventura de Sousa; Avritzer, Leonardo (2002) “Para ampliar o cânone democrático” in Santos, Boaventura de Sousa (Org.) *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 39-84.

Santos, Boaventura de Sousa; Rodriguez, César (2002). “Para ampliar o cânone da produção” in Santos, Boaventura de Sousa (Org.) *Produzir pra viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 23-78.

Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula; Nunes, João Arriscado (2004) “Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo” in Santos, Boaventura de Sousa (Org.) *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Edições Afrontamento, 19-101.

Santos, Boaventura de Sousa; Carlet, Flávia (2010) “The movement of landless rural workers in Brazil and their struggles for access to law and justice” in Ghai, Yash; Cottrell, Jill (Orgs.) *Marginalized Communities and Access to Justice*. Abingdon: Routledge, 60-82.

Saramago, José (2010) *Levantados do chão*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Sauer, Sérgio (2013) “Reflexões esparsas sobre a questão agrária e a demanda por terra no século XXI” in Stédile, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária no Brasil – volume 8: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 167-188.

Scott, James (1985) *Weapons of the Weak. Every day forms of Peasant Resistance*. New Haven: Yale University Press.

Shanin, Teodor (2005) “A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista” *Revista Nera*, 8(7), 1-21.

Schilling, Paulo R. (2005) “Do "caminho brasileiro” de reforma agrária – 1962” in Stédile, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária no Brasil – volume 1: O debate tradicional: 1500 – 1960*. São Paulo: Expressão Popular, 233-258.

Singer, Paul (2000) “Economia solidária” in Singer, Paul; Machado, João *Economia socialista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Singer, Paul (2005) “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil” in Santos, Boaventura de Sousa (Org.) *Produzir pra viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 81-130.

Silva, José Gomes (1971) *A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento?*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Silva, José Gomes (1994a) “A reforma agrária no Brasil” in Stédile, João Pedro (Org.) (1994) *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 165-190.

Silva, José Graziano (1994b) “O desenvolvimento capitalista no campo brasileiro e a reforma agrária” in Stédile, João Pedro (Org.) (1994) *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 137-143.

Slenes, Robert W. (1999) *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Stédile, João Pedro (Org.) (1994) *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS.

Stédile, João Pedro (Org.) (2005a) *A Questão Agrária no Brasil – volume 1: O debate tradicional: 1500 – 1960*. São Paulo: Expressão Popular.

Stédile, João Pedro (Org.) (2005b) *A Questão Agrária no Brasil – volume 3: Programas de Reforma Agrária: 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular.

Stédile, João Pedro (2013) “Tendência do Capital na Agricultura” in Stédile, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária no Brasil – volume 8: Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 19-38.

Soares, Luiz Eduardo (1981) *Campesinato: ideologia e política*. Rio de Janeiro: Zaha Editores.

Spivak, Gayatri C. (2010) *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG.

Teixeira, Gerson (2013) “Os indícios do Agravamento da Concentração da Terra no Brasil no Período Recente” in Stédile, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária no Brasil –*

volume 8: *Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000*. São Paulo: Expressão Popular, 89-102.

Thompson, Edward P. (1987) *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Thompson, Edward Palmer (2001) “Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”” in Negro, A. L.; Silva, S. (Org.) *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Edunicamp, 271-272.

Torrens, João C. S. (1994) “O processo de construção das linhas políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra” in Medeiros, Leonilde *et al* (Orgs.) *Assentamentos Rurais, uma visão Multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Unesp, 145-156.

Vergolino, José Raimundo; Gomes, Gustavo M. (2004) “Metamorfoses da economia amazônica” in Mendes, Armando Dias (Org.) *Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos*. Belém: Banco da Amazônia.

Versiani, Flávio R.; Vergolino, José Raimundo (2002) “O Posse de Escravos e Estrutura da Riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1770-1887” *Revista de Estudos Econômicos*. 33(2), 353-393.

Versiani, Flávio R. (1994) “Escravidão no Brasil: uma Análise Econômica” *Revista Brasileira de Economia*. 48(4), 463-478.

Westaway, Ashley (2012) “Rural poverty in the Eastern Cape Province: Legacy of apartheid or consequence of contemporary segregationism?” *Development Southern Africa*. 2(1)115-125.

Vester, Michael (1986) "A Reforma Agraria Portuguesa Como Processo Social" *Revista Critica de Ciências Sociais*. 18/19/20, 481-516.

Vinhas, Moisés (2005) “Problemas agrário-camponeses do Brasil – 1968” in Stédile, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária no Brasil – volume 1: O debate tradicional: 1500 – 1960*. São Paulo: Expressão Popular, 127-170.

Wolf, Eric (1999) *Peasant wars of the twentieth century*. Nova York: Harper and Row.

Woortmann, Ellen F. (1995) *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste*. Brasília: Editora da UNB.

Zacune, Joseph (2012) *Combatting Monsanto: Grassroots Resistance to the Corporate Power of Agribusiness in the Era of the 'Green Economy' and a Changing Climate*. (?): La Via Campesina, Combat Monsanto e Friends of the Earth International. Disponível em: <http://www.viacampesina.org/downloads/pdf/en/Monsanto-Publication-EN-Final-Version.pdf>